

Marcus Pierre de Carvalho Baptista

JOÃO GABRIEL BAPTISTA UM GEÓGRAFO QUE FEZ HISTÓRIA

A CONSTITUIÇÃO DE UM INTELLECTUAL NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XX NO PIAUÍ



câncioneiro

“JOÃO GABRIEL BAPTISTA,
UM GEÓGRAFO QUE FEZ HISTÓRIA”

MARCUS PIERRE DE CARVALHO BAPTISTA

**“João Gabriel Baptista, um geógrafo que fez
História”: a constituição de um intelectual na
segunda metade do século XX no Piauí**

Copyright © 2023 by Marcus Pierre de Carvalho Baptista

Todos os direitos reservados.

Editoração, projeto gráfico e diagramação
Ronyere Ferreira

Capa
Mário Sérgio Olivindo

CANCIONEIRO

Editora chefe
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial
Antonio Ozaí da Silva (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)
Diego Buffa - (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)
Evaristo Falcão (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Francisca Verônica Cavalcante (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)
Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Maria Simone Euclides (Universidade Federal de Viçosa, Brasil)
Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)
Sandra Melo (Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil)
Sílvia Coneglian (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Sílvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Marcus Pierre de Carvalho Baptista

“João Gabriel Baptista, um geógrafo que fez História”: a constituição de um intelectual na segunda metade do século XX no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2023.

416 f. il.

ISBN: 978-65-5380-111-0 (físico) / 978-65-5380-112-7 (digital)

1. Literatura Brasileira – História e Crítica 2. Literatura Piauiense – História e Crítica 3. Piauí – Biografia 4. Escritores Piauienses 5. Piauí – História 6. Narrativa – Histórica 7. João Gabriel Baptista I. Título

CDD – B869.09

Ficha catalográfica elaborada por Larissa Andrade, CRB – 3/1179.

EDITORA CANCIONEIRO
Teresina - Piauí
www.editoracancioneiro.com.br
contato@editoracancioneiro.com.br

Sumário

Prefácio.....	7
Apresentação.....	9
Introdução.....	13
CAPÍTULO 1	
“Eram outros tempos”: a família Baptista na política e sociedade piauiense na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.....	39
1.1 “Ernesto de Caxias e o toque da cornêta”: querelas na política e economia no Piauí e Maranhão em meados dos oitocentos.....	43
1.2 “O ilustre inteligente estúpido Dr. João Gabriel Baptista”: entre o direito e a política piauiense no final do século XIX e início do século XX.....	75
1.3 “Inconstitucionalmente nomeado o Dr. Ernesto José Baptista”: contendas no tecido social piauiense na primeira metade do século XX.....	104
1.4 “Idolatrada esposa, gentilíssimas senhoritas”: o (s) papel (is) da (s) mulher (es) na família Baptista entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.....	127
CAPÍTULO 2	
João Gabriel Baptista e sua inserção no cenário intelectual piauiense da segunda metade do século XX.....	153
2.1 João Gabriel Baptista e sua atuação profissional na segunda metade do século XX em território piauiense.....	157

2.2	O Professor João Gabriel Baptista entre o espaço universitário e o medo da ditadura no Piauí.....	186
2.3	João Gabriel Baptista e a constituição de um intelectual na segunda metade do século XX em Teresina (PI).....	215
2.4	A última obra: questões de representação em “Etnohistória Indígena Piauiense” (1994) e sua produção acadêmica.....	250

CAPÍTULO 3

	Os caminhos da memória: representações e sensibilidades na trajetória de vida de João Gabriel Baptista.....	275
3.1	“Dei-lhe o romance... e com o romance havia também lhe dado o coração”: representações e sensibilidades produzidas por João Gabriel Baptista sobre o amor.....	277
3.2	João Gabriel Baptista e seu imaginário acerca da mulher na sociedade.....	299
3.3	Entre o lazer e a boemia: contendas e (des) continuidades na trajetória de João Gabriel Baptista por meio do lazer.....	320
3.4	João Gabriel Baptista e as identidades construídas sobre si.....	342

CONCLUSÃO

	“Eu quero ir pra casa”: João Gabriel Baptista entre o Alzheimer, a identidade e a memória.....	357
--	--	-----

	Referências.....	365
--	------------------	-----

Prefácio

Escrever o prefácio para este livro de Marcus Pierre de Carvalho Baptista é mais do que um simples ato de escrita. É um grande privilégio poder apresentar tanto o autor quanto seu texto, um texto que tive o prazer de ler várias vezes durante o processo de revisão.

Marcus Pierre faz parte de minha vida desde seu nascimento, visto que é filho de minha irmã mais nova. É com muito orgulho que o vejo crescer academicamente, finalizando um doutorado, e publicando um livro oriundo de sua tese. Lembro-me de quando ele adentrou na graduação, e das dúvidas que o cercavam então. É uma felicidade imensa vê-lo concluir mais uma etapa com sucesso e louvor. E felicidade maior é poder falar um pouco do tema de sua tese, e deste livro que ora se apresenta.

Meu pai, o sujeito biografado por Marcus, faleceu no ano em que comecei minha graduação em História na Universidade Estadual do Piauí. Lembro-me de que um de meus professores afirmou categoricamente que eu certamente escreveria meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre ele, e eu me lembro de ter afirmado, também categoricamente, que eu não teria condições psicológicas de escrever um TCC sobre aquele que foi o homem mais importante de minha vida. É preciso objetividade para a escrita de um trabalho acadêmico, objetividade que eu nunca alcançaria ao escrever sobre meu pai. No entanto, eu sentia que alguém precisava fazê-lo, alguém precisava colocar em palavras o importante papel exercido pelo professor/engenheiro/escritor João Gabriel Baptista.

Foi uma imensa alegria para mim quando meu sobrinho me disse que estava escrevendo sobre meu pai. Embora pesquisador e sujeito pesquisado tenham convivido muito até a morte do segundo, eu sabia que o historiador Marcus Pierre teria a objetividade que me faltava. Eu sabia também que

ele conseguiria colocar em palavras o que eu nunca conseguiria: que meu pai não era apenas meu pai, mas um ser humano complexo, com defeitos e qualidades, que viveu importantes momentos na história de nosso país e de nosso estado, com uma rede de sociabilidade rica e extensa, uma vida repleta de significados que vai muito além de suas relações familiares.

Muito mais do que a biografia de um sujeito histórico, o livro de Marcus Pierre nos traz um retrato vivo de quem foi João Gabriel Baptista, partindo de suas relações familiares, perpassando por sua carreira de engenheiro, professor, pesquisador, e escritor de textos acadêmicos, deixando o leitor curioso quanto ao escritor/romancista/poeta não publicado. É um retrato de alguém que teve uma vida rica, com momentos altos e baixos, em que as relações familiares se misturavam, muitas vezes, com suas relações de trabalho, e com sua vida social e política. Muitas vezes, no decorrer da leitura, senti meus olhos marejarem com as lembranças que o texto me provocava, fossem momentos comigo ou com alguns de meus irmãos ou com minha mãe. São muitas as lembranças que este livro traz, algumas bem felizes, como quando da posse do sujeito na Academia Piauiense de Letras, outras muito tristes, como quando de sua morte. Mas a memória, essa categoria tão importante hoje nos estudos históricos e literários, embora possa ser falha, e seletiva, não me engana quando se trata de minha afetividade: é fundamental, para mim, manter a memória de meu pai, não deixar que ele seja esquecido, não permitir que os membros familiares mais novos, embora não o tenham conhecido pessoalmente, cresçam sem saber quem ele foi, e da importância que ele teve para nossas vidas. Nesse sentido, este livro é um marco muito importante, talvez um passo marcante na construção da memória futura de nossos filhos, netos e bisnetos, e, porque não dizer, na memória de futuros estudiosos sobre a história e a geografia do estado do Piauí.

A todos que decidirem ler este livro, desejo mais que uma boa leitura. Desejo que mergulhem na vida de João Gabriel Baptista, e o vejam como um ser humano absolutamente normal, com todas as suas idiossincrasias e complexidades, cujas marcas no estado em que viveu, no lugar que ele amou, foram magistralmente bem apontadas pela escrita clara e objetiva de seu neto, meu sobrinho, o autor deste livro.

Dra. Maria do Socorro Baptista Barbosa
Professora Aposentada pela Universidade Estadual do Piauí

Apresentação

Quando ingressei pela segunda vez no Curso de Licenciatura Plena em História no ano de 2012 na Universidade Estadual do Piauí nunca imaginei que, uma década depois, estaria efetivamente realizando o Doutorado, finalizando a tese e tendo a oportunidade de transformá-la nesta obra. Naquela época parecia um sonho distante que agora se concretiza e, deste modo, se isto se tornou realidade, algumas pessoas merecem ser lembradas pela participação e apoio no decorrer desta caminhada.

Agradeço inicialmente à minha mãe, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista. Minha primeira leitora, revisora, crítica e que me apoia e incentiva em todas as decisões que tomei ao longo de minha vida. Sem ela jamais teria concluído a graduação, o mestrado e muito menos ingressado no doutorado. Sem ela, este livro também não estaria vendo a luz do dia. Muito obrigado por toda a ajuda no decorrer da pesquisa, mãe. Amo você.

À minha família, especialmente ao meu avô, João Gabriel Baptista, e avó, Maria Jesus de Carvalho Baptista. Sei que onde quer que estejam continuam acompanhando e torcendo por mim. Obrigado pelos quase 20 anos que passamos juntos. Jamais os esquecerei. Também à minha tia, Maria do Socorro Baptista Barbosa, pelos inúmeros incentivos, elogios e, especialmente, pela realização da revisão desta obra, bem como ao meu padrinho Mário Benjamin de Carvalho Baptista que sempre me apoiou em minhas escolhas e em minha trajetória. Agradeço ainda aos meus tios que aceitaram conceder entrevistas, tão importantes e necessárias para a realização desta pesquisa.

À minha companheira, Iris Victoria Montalvan Shica, pelo incentivo e apoio nestes 10 anos que estamos juntos. Agradeço pelas alegrias e tristezas compartilhadas, pelas lágrimas de felicidade quando de minha aprovação

no doutorado, por comemorar cada vitória que conquistei nestes últimos anos em minha trajetória universitária e por sempre estar disposta a me ajudar no que for preciso. Obrigado por existir em minha vida. Sem você nada disso teria sido possível. Amo você demais.

Ao meu professor, orientador e amigo, Francisco de Assis de Sousa Nascimento. Obrigado por ter me acolhido na pós-graduação, pela paciência nas infinitas correções e revisões dos textos que produzi durante o mestrado e agora também para o doutorado. Sem o senhor, nada do que fiz nos últimos 5 anos teria sido possível.

Ao professor Marcelo de Mello Rangel por ter aceitado o convite da banca de defesa e pelas importantes contribuições que foram valiosas para a versão definitiva da tese, conclusão desta narrativa e finalização desta obra.

Aos professores Elizangela Barbosa Cardoso, Fábio Leonardo Castello Branco Brito e Joseanne Zingleara Soares Marinho por terem aceitado participar em minha banca de qualificação, pelas correções e sugestões que foram dadas para a realização e término deste trabalho. Aos professores Elizangela e Fábio pelas disciplinas ministradas quando ainda estava no mestrado e que me ajudaram a ter um novo olhar sobre a História, sem as quais eu provavelmente não estaria aqui hoje. À professora Joseanne por ter sido uma das primeiras professoras que tive ao ingressar novamente no curso de História na Universidade Estadual do Piauí e pelos novos olhares descortinados na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos. Agradeço ainda aos três pela importância que tiveram em minha trajetória acadêmica.

Ao professor Alcebiades Costa Filho, por ter sido o primeiro a sugerir a realização deste trabalho, pelo apoio que sempre me concedeu desde a graduação e por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa.

Ao professor Jakson dos Santos Ribeiro pela amizade construída durante o tempo em que estive professor substituto de História na Universidade Estadual do Maranhão em Caxias e por ter aceitado o convite para ser suplente de minha banca de defesa da tese.

Aos professores Edwar de Alencar Castello Branco, Cláudia Cristina da Silva Fontineles e Marcelo de Sousa Neto, pelas disciplinas ministradas no decorrer de 2021 no curso de Doutorado em História do Brasil. Obrigado pelas discussões e sugestões neste ano.

Aos meus colegas e amigos do Doutorado, em especial a Cássio de Sousa Borges, pelas discussões e diálogos que tivemos no decorrer de 2021, essenciais também para a realização desta pesquisa e para a produção da narrativa.

Às minhas amigas, Amanda Gomes Lages, Daianny Karoline Ribeiro Moura, Camila de Macêdo Nogueira e Martins Oliveira, Ana Karoline de Freitas Nery, Jéssika Maria Lima e Alessandra Lima dos Santos pelo incentivo e pelas inúmeras palavras de apoio. Obrigado pelas alegrias, diálogos e pela amizade que nutrimos nestes últimos anos.

Aos meus primos Elton Lee Lebre Baptista, Arielly Juliane Lebre Baptista, José Francisco Barbosa de Sousa Júnior e Mário Benjamin de Carvalho Baptista Filho pelas felicidades, momentos divertidos e diálogos ao longo dos últimos trinta anos.

Aos meus amigos Ricardo Nogueira Albino Neto, Pedro Wenderson e Fábio Leonardo Castelo Branco Brito. Obrigado pelo apoio no decorrer destes últimos anos, especialmente na pós-graduação e pela amizade construída.

Aos meus amigos Rafael Cinquini, Rafael Romão Pinto, Ândria Carollyne da Silva Oliveira, Karina Soares dos Santos, Djacir da Silva Cordeiro Júnior, Cícero da Silva Jorge, Júlio César Gomes Mendonça, Lucas Medeiros Rodrigues, Vitor Maciel Gonçalves, Valéria Leticia Portes de Cerqueira Cesar, Jefferson de Barros Oliveira, Jônatas Silvestre, Isabela Braga de Lima, Édipo Ázaro, Leonardo Augusto, Euclides e Rogério, ainda que à distância em diversos estados do Brasil, por sempre me incentivarem. O apoio de vocês significou muito durante esta jornada acadêmica.

Também aos meus amigos Victor Santos Neres, Sérgio Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes Reis, Victor Campos Rodrigues Pinheiro, Gustavo Araújo, Eduardo Cordeiro, Odilo Matheus, Pedro Belo Neto, André Lauzer Borges Barreto, Anderson Soares, Alisson Lutiele da Silva Custódio, Marny Ryann e Gustavo Machado Arcoverde pelo suporte e as várias noites de diversão e partidas de dota.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí que fizeram parte de minha trajetória no programa, tanto a nível de mestrado como de doutorado.

À Universidade Federal do Piauí, de modo especial ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

A todos os professores da Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual do Piauí que fizeram parte de minha trajetória e que de algum modo contribuíram para a produção de minha tese, em especial à professora Marylu Alves de Oliveira por ter sido a primeira a ler o meu projeto, acreditado nele e sugerido inúmeras questões para melhorá-lo.

À Aleisa de Sousa Carvalho pela cessão do periódico de União “O Estanhado”, utilizado em breves seções deste livro.

À Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional pela disponibilização dos jornais analisados nesta obra, tendo sido essenciais para a realização desta pesquisa.

À Academia Piauiense de Letras pela digitalização do periódico “Notícias Acadêmicas”, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste livro.

A todos e todas que contribuíram de alguma forma, seja direta ou indiretamente, para a realização deste sonho.

Ao presidente Lula por finalmente encerrar o pesadelo que vivemos nos últimos 4 anos e nos lembrar que a esperança ainda existe e que o amor sempre vence o ódio.

Por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa durante a realização do Doutorado, que contribuiu significativamente para a concretização da pesquisa e de minha tese.

Muito obrigado!

Introdução

“Vem cá, moleque!”. Era o que eu ouvia antes de dois braços grandes e fortes me envolvessem em um abraço apertado que, por vezes, tiravam o meu fôlego, acompanhado sempre do cafuné de um avô carinhoso. Assim, foi em uma casa de fachada vermelha de número 1845 na pequena rua Ângelo Filho, de apenas dois quarteirões, localizada no bairro Horto Florestal, próxima a Universidade Federal do Piauí (UFPI) na zona leste da cidade de Teresina que tive o privilégio de viver juntamente com João Gabriel Baptista (1920-2010) em seus últimos anos de vida.

Aposentado desde a década de 1990, o antigo professor do curso de Geografia da UFPI e membro da Academia Piauiense de Letras (APL) passou a ter uma rotina fixa em seus momentos finais. Morava com sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista (1927-2013), sua filha mais nova, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, e comigo, filho desta última, seu neto, e autor desta narrativa, Marcus Pierre de Carvalho Baptista.

Seus outros filhos¹, por sua vez, já haviam constituído seus núcleos familiares, morando nas próprias casas e aos domingos, no início de cada semana, aqueles que permaneciam em Teresina² costumavam lhe visitar

1. João Gabriel Baptista teve com sua esposa sete filhos entre 1951 e 1965, sendo eles: Aracy de Carvalho Baptista (1951-), servidora pública aposentada pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Piauí (DER); Ernesto José Baptista Neto (1952-), engenheiro civil aposentado pela Rede Ferroviária Federal (RFFSA); Fernando Luís de Carvalho Baptista (1957-), engenheiro civil aposentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ/PI), ainda atuando de maneira autônoma em sua área; Maria do Socorro Baptista Barbosa (1958-), professora do Curso de Letras-Inglês aposentada pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Orlando Geraldo de Carvalho Baptista (1963-), engenheiro civil efetivo da Prefeitura Municipal de Teresina; Elisabeth Mary de Carvalho Baptista (1964-), professora do Curso de Geografia da UESPI; e Mário Benjamim de Carvalho Baptista (1965-), médico clínico geral da rede de saúde do estado do Piauí.

2. Ernesto José Baptista Neto se muda para São Luís (MA) no final dos anos 1960 para cursar Engenharia Civil, tendo em vista que o curso ainda não existia no Piauí, e, após se formar,

para os almoços em família. Às segundas ele destinava parte de seu tempo à vida boêmia, encontrando e bebendo com os amigos em um bar localizado próximo ao Liceu piauiense, no centro da capital, no fim de cada manhã. E, aos sábados, marcava presença na APL para os encontros semanais com os acadêmicos, os quais raramente perdia.

No restante dos dias da semana, quando não estava de férias e em viagem com a família, passava o tempo em seu escritório, estudando, lendo livros de ficção ou histórias em quadrinhos, especialmente histórias de faroeste, e, em algumas ocasiões, recebendo visitas de figuras de destaque no âmbito político ou acadêmico, como era o caso de O. G. Rêgo de Carvalho³, seu cunhado, e que em mais de uma ocasião passou tardes na casa de João Gabriel Baptista em visita a sua esposa, que era irmã do literato.

No entanto, nos anos finais, essa rotina modifica-se sensivelmente a partir do diagnóstico da enfermidade que no fim terminaria ceifando sua vida no ano de 2010: o mal de Alzheimer⁴. Diagnosticado na segunda metade dos anos 2000, a doença rapidamente o consumiu, fazendo com que

permanece na cidade, residindo nesta até o momento da escrita deste texto. Mário Benjamim de Carvalho Baptista, por sua vez, depois que finaliza o curso de Medicina na UFPI muda-se para o litoral piauiense, especificamente para a cidade de Luís Correia, onde passa a residir e atuar como médico. Atualmente, vive na cidade de Parnaíba também no litoral do Piauí e vizinha a Luís Correia. Já Maria do Socorro Baptista Barbosa mudou-se algumas vezes no decorrer de sua vida, tendo morado durante alguns anos em Florianópolis (SC) para realização do mestrado e doutorado e onde mora atualmente após ter se aposentado da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

3. De acordo com Gonçalves (1997), foi bacharel em Direito e Literato, tendo nascido em Oeiras (PI) em 1930. É conhecido por sua contribuição na literatura, sendo autor de obras como “Ulisses entre o Amor e a Morte” (1953), “Amarga Solidão” (1956), “Rio Subterrâneo” (1967) e “Somos todos inocentes” (1971). Além disso, compôs ainda a Geração Meridiano juntamente com Manoel Paulo Nunes e H. Dobal nos anos 1940, escrevendo sobre temas diversos. Foi também contemporâneo de Fontes Ibiapina e Assis Brasil (MOURA, 2013). Faleceu em 2013 na cidade de Teresina (PI).

4. Segundo Damasio *et al.* (2021, p. 2), o mal de Alzheimer refere-se a um tipo de “[...] demência neurodegenerativa do sistema nervoso central [...]” que atinge, majoritariamente, indivíduos idosos na faixa etária entre 65 e 70 anos de idade. Trata-se de uma doença que gradativamente leva o sujeito a uma degeneração cognitiva, provocando sintomas diversos dependendo do estágio da enfermidade. Os sintomas mais comuns são: a perda da memória, alterações de personalidade, dificuldade em se comunicar, problemas de coordenação. Nos estágios finais da doença, esta pode provocar incontinência fecal e urinária, dificuldades para se locomover, sendo necessário o uso de cadeira de rodas, não reconhecimento de familiares e pessoas próximas, mudez, aumento de infecções e, consequentemente, a morte. Cabe ressaltar também que, mesmo que se tenha avançado nas formas de se diagnosticar a doença, ainda não foi descoberta uma cura.

paulatinamente fosse se esquecendo das pessoas ao seu redor, daquilo que gostava de fazer e, até mesmo, do seus “eus”. Com o Alzheimer, João Gabriel Baptista, deixa de “estar”⁵ à medida que perde os referenciais mnemônicos que possibilitavam a construção de suas identidades até aquele momento.

O seu olhar passa a refletir uma confusão, um sentimento de desconhecimento, e, talvez, à medida que este perde sua memória, seus referenciais identitários, pois ele deixa de ter os vínculos afetivos e de pertencimento com as pessoas e o espaço que vivenciava até então, marcados pelo esquecimento e por breves lapsos de lembranças. Com o tempo, a figura carinhosa do avô que conheci, das risadas que compartilhamos, das alegrias que vivenciamos, foi abrindo espaço para um outro, uma pessoa que não mais nos reconhecia e nem a si próprio, que tinha apenas vislumbres de seu passado, um completo estranho.

Pouco tempo depois do diagnóstico, no dia 20 de março de 2010, em um sábado à noite, em decorrência de uma parada cardiorrespiratória, João Gabriel Baptista é levado às pressas ao Hospital São Paulo⁶, que ficava a poucos quarteirões de sua casa. No entanto, não resiste e vai a óbito na mesma noite.

Sua morte rapidamente repercutiu nos meios de comunicação piauienses, com a publicação de notícias em portais como o Cidade Verde e 45 Graus⁷. Seu velório, realizado no cemitério Parque Jardim da Ressureição,

5. Conforme as considerações de Hall (2006), Bauman (2005) e Woodward (2014), compreendemos que os sujeitos assumem diversas identidades no decorrer de suas trajetórias, configurando-as e (re) configurando-as à medida que se inserem em novos grupos sociais ou adentram novos espaços. Neste sentido, a identidade não deve ser percebida no singular, mas sim no plural, no sentido de que existem vários “Eus” presentes nos sujeitos e que no interior dessa percepção sobre uma identidade fragmentada o sujeito está em constante metamorfose. Deste modo, esgarça-se um ideal de uma identidade una, de um indivíduo igual a si mesmo e que mantém essa imagem cristalizada até o fim da vida. Rompe-se com essa imagem compreendendo que o sujeito nunca “é” ou que nunca “somos”, mas sim que o sujeito “está” ou que “estamos” e assim seguimos (re) modelando, (re) significando, re (estruturando) nossas identidades conforme os sistemas de representação que dão os sentidos que permitem essa produção buscando compor um quebra-cabeça que sempre estará incompleto. Neste sentido, a memória, segundo Pollak (1992, p. 5) “[...] é um elemento constituinte do sentimento de identidade [...]” e a partir dela o sujeito cria um sentimento de unidade, de coerência e de continuidade, produzindo uma imagem de si, uma imagem para si e uma imagem para os outros, portanto, necessária para a construção ou reconstrução de uma identidade.

6. Hospital localizado na Avenida Lindolfo Monteiro, no bairro de Fátima, em Teresina (PI).

7. Em 21 de março de 2010 o portal Cidade Verde publicou uma matéria tratando sobre o falecimento do “engenheiro” e “escritor” João Gabriel Baptista, na qual destacou brevemente sobre alguns aspectos de sua vida pública, como os livros publicados e atuação profissional. Além do Cidade Verde o portal 45 graus no mesmo dia também publicou uma

localizado na zona sudeste de Teresina, por sua vez, foi marcado pela presença de diversas pessoas, dentre elas acadêmicos da APL, bem como professores da UFPI e UESPI. Naquele momento, se para a família perdia-se um pai, avô, bisavô, tio e irmão, para as instituições e colegas/amigos com quem dialogou, perdia-se um professor, um pesquisador, um sujeito que contribuiu em diferentes áreas do conhecimento e que transitou por diversos espaços e se inseriu em distintas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003), principalmente, no Piauí.

Para mim, recém-ingresso no curso de Licenciatura Plena em História da UFPI, ao mesmo tempo em que perdia o meu avô, descobria facetas que desconhecia completamente. Até então, sabia apenas que havia sido professor da UFPI, mas não tinha compreensão sobre sua produção ou mesmo sobre as redes de sociabilidade que construiu no decorrer de sua trajetória de vida (BOURDIEU, 2006).

Contudo, apenas alguns anos depois, após ter abandonado o curso na UFPI em 2011 para fazer Direito e recomeçado em o curso de História em 2012, dessa vez na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), me foi sugerido pelo professor Alcebíades Costa Filho⁸ a possibilidade de pesquisar sobre meu avô na época a nível de monografia. No entanto, naquele contexto e até o final do mestrado, me faltava a coragem para aceitar esse desafio e, possivelmente, me defrontar com os sentimentos decorrentes de seu falecimento em 2010.

Dito isto, quem foi João Gabriel Baptista? Qual a importância para a História de se estudar um sujeito? Qual atuação e participação na sociedade e política teve no lugar social (CERTEAU, 1982) no qual esteve inserido? Escrever sobre as diversas trajetórias de um sujeito não é uma tarefa fácil, considerando a complexidade presente na vida humana e que jamais sere-mos capazes de dar conta da multiplicidade de questões que envolvem os indivíduos ao longo de suas experiências e vivências.

Estudar um sujeito, então, além dessa compreensão sobre a biografia, tão cara a Bourdieu (2006), resvala também no entendimento de pensar esse indivíduo enquanto um pretexto para analisar o tempo e o espaço em que este está inserido, bem como as relações que este estabelece com os

notícia indicando que o “professor” e “acadêmico” João Gabriel Baptista havia falecido, limitando-se a destacar que se tratava de um estudioso sobre o Piauí e o local onde seria realizado o seu velório.

8. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí no campus “Poeta Torquato Neto” em Teresina (PI) e da Universidade Estadual do Maranhão no Centro de Estudos Superiores de Caxias (CESC / UEMA) em Caxias (MA).

diferentes grupos sociais de que faz parte e de que forma estes intercâmbios culturais são interpelados pelo sujeito, podendo transformar seu imaginário e modificar suas ações. Retomando a pergunta que inicia essa problemática, seria impossível responder essa questão em poucas palavras sem recair em equívocos profundos. No entanto, alguns aspectos profissionais marcaram a vida deste sujeito, bem como a sociedade em que esteve inserido e devem ser destacados para que possamos iniciar uma reflexão sobre este.

João Gabriel Baptista nasceu no ano de 1920 em Teresina (PI). Filho do Desembargador Ernesto José Baptista, estudou Engenharia Civil na Escola Politécnica da Bahia (1942-1946). De volta ao Piauí ao término de seu curso consegue emprego, através de seu pai, no Serviço Nacional de Malária. Em 1951, torna-se professor do Liceu Piauiense com defesa da tese “Vulcões do Brasil”, e em 1961 é convidado para ingressar no quadro docente do curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), tornando-se posteriormente professor do mesmo curso na Universidade Federal do Piauí (UFPI) a partir de sua fundação em 1973, permanecendo nesta até sua aposentadoria em 1991.

Integrou também o governo estadual de Gayoso e Almendra de 1954 a 1958 enquanto Secretário de Obras, bem como Engenheiro pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER) até 1981, quando também se aposentou. Foi ainda membro da Academia Piauiense de Letras (APL), tendo ingressado nesta em 1978, e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI), permanecendo em ambos até a data de seu falecimento em 2010.

Durante o período em que foi professor da FAFI e da UFPI publicou seis livros voltados para a Geografia e História do Piauí. Foram eles: “Nascentes de um rio” (1971), “Resumo Corográfico⁹ do Estado do Piauí” (1971), “Geografia Física do Piauí” (1975), “Mapas Geohistóricos” (1986), “A Origem do rio Parnaíba” (1987) e “EtnoHistória Indígena Piauiense” (1994). Além disso, publicou artigos sobre a geografia, geologia, economia e história do Piauí na revista “Econômica Piauiense”, publicada entre 1957 e 1960, nos Jornais “Folha do Nordeste” em 1962 e 1963 e verbetes sobre a mesma temática no jornal “O DIA” em 1966. Teve, então, significativa con-

9. Não há consenso no que se refere ao conceito historicamente constituído exato acerca do que seria a Corografia e o seu objeto de estudo, sendo este ora percebido enquanto sinônimo da própria Geografia, ora apresentando certas distinções, ou ainda como uma abordagem geográfica que seria responsável por estudar ou analisar regiões específicas do globo (LEAL, 2009). Para mais informações e aprofundamentos ver Moreira (2008) e Leal (2009).

tribuição para a geografia e história do Piauí, tendo sido reconhecido por seus pares, ao considerarmos o ingresso na APL e no IHGPI, bem como os elogios feitos a seu trabalho presentes nos prefácios de suas obras.

Mas será que a trajetória de vida de alguém estaria limitada apenas a sua trajetória profissional? Será que outros elementos presentes no imaginário do sujeito e em sua vida nos ajudariam a refletir sobre como este pensava e interpelava o mundo a sua volta? Desta forma, é preciso destacar que João Gabriel Baptista escreveu ainda 24 obras de Literatura nunca publicadas entre os anos de 1939 e 1977, tendo escrito a maior parte destas durante sua graduação e reduzido o ritmo na medida em que ia se envolvendo com a pesquisa acadêmica.

A partir disso, alguns questionamentos tornam-se pertinentes: por que escreveu essas obras? Do que trata cada uma? Por que nunca as publicou? A redução de sua escrita literária está de alguma maneira relacionada com sua produção acadêmica? O que sua escrita literária nos possibilita refletir sobre o seu imaginário? A Escrita de Si torna-se conceito fundamental, então, para que possamos tentar compreender essas indagações.

Além disso, faz-se necessário compreender também as redes de socialidades (SIRINELLI, 2003) nas quais João Gabriel Baptista (1920-2010) encontrou-se inserido e de que forma isto contribuiu e influenciou sua trajetória de vida. Tendo em vista que tanto o seu pai, Ernesto José Baptista (1873-1965), como o seu avô, João Gabriel Baptista (1851-1919), foram desembargadores, e o seu bisavô Ernesto José Baptista foi vice-presidente da província do Piauí três vezes durante o século XIX (GONÇALVES, 1997), seria possível refletir sobre como as relações estabelecidas por sua família tiveram impacto em sua vida e na própria teia social construída por João Gabriel Baptista (1920-2010) ao longo de sua trajetória? Seria possível enquadrá-lo na categoria de Intelectual a partir das considerações feitas por Sirinelli (1998)? Questionamos, então: de que maneira este sujeito influenciou a sociedade em que estava inserido e o que era ser um Intelectual no Piauí na segunda metade do século XX? Não obstante isto, indagamos ainda sobre as representações construídas por João Gabriel Baptista a partir de sua produção acadêmica e literária e, a partir destas refletir: de que modo seu imaginário social foi marcado pelo tempo e espaço em que se inseriu? Por fim, quais as representações projetadas sobre o sujeito em tela a partir da memória de seus filhos, colegas professores e contemporâneos da APL?

Deste modo, este trabalho produziu uma narrativa sobre João Gabriel Baptista, tendo por objetivo geral: discutir as condições históricas que permitiram que o sujeito em tela torne-se um intelectual na segunda metade do século XX no Piauí; e, como objetivos específicos: entender a influência de sua família em sua inserção no cenário intelectual piauiense; compreender de que forma o sujeito se constitui enquanto intelectual e se insere em redes de sociabilidade no Piauí a partir da segunda metade do século XX, e como isso influenciou sua trajetória de vida; analisar através da Escrita de Si a produção literária de João Gabriel Baptista percebendo através desta seu imaginário social e as representações presentes em sua literatura; e refletir sobre as diversas representações construídas pelo meio social acerca deste indivíduo.

O estudo proposto considerou a produção do sujeito de cunho geográfico e historiográfico sobre o Piauí, bem como sua atuação enquanto professor e engenheiro civil ao longo de três décadas neste estado. Ressalta-se que o professor João Gabriel Baptista se configura entre os primeiros pesquisadores em Geografia do Piauí a ter uma produção sistemática a partir de um espaço institucionalizado, no caso, a FAFI, posteriormente a UFPI. A necessidade da elaboração desta obra se fez presente também tendo em vista a quantidade reduzida de trabalhos específicos sobre o sujeito em tela, tendo sido possível identificar apenas dois artigos¹⁰, que discutem aspectos referentes a trajetória deste professor e sua atuação na sociedade piauiense no decorrer do século XX.

Além disso, deve-se indicar que o interesse pela elaboração de estudos sobre biografias históricas, bem como a ampliação deste tipo de produção no Brasil não é algo recente, já existindo há algumas décadas, pois, segundo Gomes (2004, p. 7):

[...] nos últimos 10 anos, o país vive uma espécie de *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico. É cada vez maior o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos — uma escrita de si —, que abarca diários, correspondência, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de história de vida, por exemplo.

No Piauí, o interesse por estudos de Biografia e História também é

10. Deve-se ressaltar que João Gabriel Baptista também é citado em outras pesquisas que destacam sua participação no cenário intelectual piauiense, a exemplo da dissertação de Ana Raquel Pinto Guedes Ferreira (2008), que o aponta como um dos primeiros ambientalistas do Piauí e Maria Inês Bandeira de Vasconcelos (2007), que evidencia sua atuação enquanto professor catedrático do Liceu Piauiense.

presente, a exemplo da Biografia Histórica de Dom Avelar Brandão Vilela escrita por Sônia Maria dos Santos Carvalho (2010) enquanto resultado de sua pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da UFPI, bem como a narrativa produzida por Ana Cristina Meneses de Sousa Brandim (2012) em sua tese de doutorado sobre José de Arimathéa Tito Filho acerca de sua trajetória e fabricação de uma intelectualidade, além do estudo de doutoramento de Pedro Pio Fontineles Filho (2016) que aborda a literatura de Orlando Geraldo Rêgo de Carvalho, mais conhecido como O. G. Rêgo de Carvalho, literato piauiense, discutindo em sua narrativa a relação do autor com a literatura piauiense a partir de suas obras literárias e seu percurso de vida.

Desta forma, a estruturação de uma produção sobre João Gabriel Baptista se justifica não apenas por destacar à sociedade acerca da produção que este teve na área de Geografia e História do estado do Piauí, bem como o interesse contemporâneo na produção de biografias, mas também pela tentativa de contribuir para a História do Piauí ao se estudar um intelectual outrora pouco estudado pela historiografia piauiense.

O interesse na produção deste trabalho se deu também em função da relação pessoal estabelecida entre o autor deste livro e o sujeito da pesquisa, tendo em vista a oportunidade de convivência entre ambos. Assim, tendo convivido durante quase vinte anos com João Gabriel Baptista e considerando sua atuação tanto a nível social quanto a nível acadêmico e pessoal seria impossível não o estudar a nível de Doutorado.

Dessa maneira, a produção de um estudo acerca de um indivíduo, particularmente de João Gabriel Baptista, longe de significar um estudo fechado no sujeito pode nos ajudar a compreender questões relacionadas ao tempo e ao espaço em que viveu. No caso em questão, buscamos entender de que maneira as redes de sociabilidades na qual esteve inserido influenciou sua trajetória de vida no decorrer do século XX, de que modo se constituiu enquanto um intelectual nesta época no Piauí e, por fim, o que sua escrita literária reflete sobre o seu imaginário e como isso está relacionado com os meios culturais nos quais se encontrava inserido.

Quanto as chaves conceituais que nos permitiram operacionalizar nossas fontes, bem como a elaboração da narrativa desta obra, estas serão os conceitos de Biografia, Escrita de Si, Identidade, Memória, Redes de Sociabilidade e Intelectual, a serem tratados brevemente a seguir.

Uma primeira preocupação que resvala na produção de biografias

trata-se da modificação desta escrita no decorrer do tempo, especialmente em função do seguinte questionamento: quem tem direito à História? Os “grandes” homens, heróis, generais, líderes políticos e religiosos? Figuras públicas, percebidas, por determinado período, como os responsáveis por mover as engrenagens da História¹¹? As narrativas históricas que se concentram na construção de um texto inteligível acerca da trajetória de vida de determinados sujeitos devem necessariamente tratar destes personagens? E, caso trate destes, interessaria apenas uma reflexão ou projeção dos atos perpetrados por estes e que possibilitaram esta construção discursiva acerca de sua relevância para a sociedade?

Se no século XIX existiu uma preocupação da historiografia em produzir narrativas sobre os “grandes homens”, no decorrer do século XX, a partir de novas discussões teóricas e de novos modos de perceber as fontes¹², as histórias de vida de “sujeitos comuns”, assim como os documentos pessoais produzidos por estes, possibilitam a construção de pesquisas distintas, a partir de um olhar diferenciado sobre a biografia e sua relação com a História¹³.

No que tange a discussão de Biografia¹⁴ e História, cabe ressaltar os

11. Segundo Burke (1992), “tradicionalmente” a História possibilitaria uma visão de cima, isto é, sua preocupação estaria na ação empregada pelos “grandes homens”, estadistas, generais, reis, responsáveis pelo movimento do processo histórico. A partir do século XX, incorporaram-se novas perspectivas no ofício do historiador, bem como a ampliação das fontes passíveis de análise, nomeado pelo autor como “Nova História”, que passa a refletir sobre os sujeitos comuns e as relações estabelecidas entre estes e meios nos quais encontram-se inseridos.

12. De acordo com Burke (1992) e Pinsky (2008), no transcorrer do século XX novas fontes passam a ser incorporadas e utilizadas pelos historiadores. O documento escrito, particularmente, aqueles produzidos pelo Estado, deixam de ser a única fonte possível a ser trabalhada pelo pesquisador e outras passam a compor o ofício do historiador, como os jornais, restos materiais e arqueológicos, livros, depoimentos orais e a memória, fontes audiovisuais e biográficas, além de correspondências, dentre muitas outras, cabendo ao historiador um cuidado específico e rigor metodológico para trabalhar com cada uma, compreendendo suas limitações e possibilidades. Desta forma, as “[...] fontes têm historicidade: documentos que ‘falavam’ com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir” (PINSKY, 2008, p. 7).

13. Sobre esta questão, Gomes (2004) aponta como a Escrita de si fomenta diferentes percepções sobre os sujeitos e que não é mais unicamente o “grande homem” ou o “herói” que detém o “direito” de produzir uma memória sobre si ou de ter sua trajetória narrada. O indivíduo comum, a partir do momento em que a sociedade no qual este se insere passa a valorizar esta individualidade, além de possibilitar aparatos que permitem a este o registro de sua trajetória, seja através da leitura e escrita ou mesmo pelas fotografias e objetos pessoais, possibilita à História refletir sobre os diversos aspectos que marcam a vida deste indivíduo a partir de sua produção de si.

14. Deve-se indicar ainda, a partir de Schmidt (2003), que a narrativa biográfica não é um

cuidados necessários ao produzir uma narrativa biográfica acerca de determinadas trajetórias de vida. A partir de Bourdieu (2006), compreendemos a necessidade de se refletir sobre a vida de um sujeito não enquanto uma narrativa inteligível, evitando, assim, uma percepção equivocada de uma suposta “ilusão biográfica”. Para o autor, “[...] o que está implícito nos ‘já’,

gênero recente. Muito pelo contrário, trata-se de uma forma de narrativa que remonta a Grécia Antiga, transformando-se e remodelando-se de acordo com as necessidades dos sujeitos ao longo do tempo e espaço. Ao tempo que na Antiguidade e durante o período medieval as narrativas biográficas e hagiografias tinham um caráter pedagógico de oferecer ensinamentos ao presente a partir do passado, a partir da era moderna o caráter das biografias começa a modificar-se. Segundo o autor, a partir dos séculos que marcam o culto à Razão e as discussões no Ocidente acerca dos Direitos Civis, estes universais a todos os seres humanos, tem-se o aparecimento de biografias que tratam de sujeitos mais comuns. Não obstante isto, é possível observar neste momento narrativas que retratam tanto as virtudes como os problemas que o indivíduo em particular teve no decorrer de sua vida. A partir do século XIX, no entanto, tem-se um novo regime de historicidade, não mais pautado em ensinamentos que o passado poderia oferecer ao presente, mas sim na possibilidade de indicar previsões para o futuro, reflexo do culto à Razão notadamente presente na sociedade ocidental no decorrer do período oitocentista. Neste momento, “[...] a biografia acabou sendo exilada dos domínios da historiografia. Paradoxalmente, o século XIX marca o triunfo do eu, do individualismo, da introspecção, que se manifesta das mais variadas formas: nos auto-retratos, no gosto pelos diários e memórias, no romance, na autobiografia [...] A biografia também desponta nesse panorama, especialmente no campo literário” (SCHMIDT, 2003, p. 60). O século XIX, deste modo, marcou um momento significativo no tocante a relevância do indivíduo para a História, aspecto este que não apenas contribuiu para uma ampliação do campo das biografias, como também possibilitou o estudo das trajetórias individuais, especialmente dos “grandes homens”, considerados enquanto responsáveis por mover a História. Com o fim do período oitocentista e o advento do novecentista, os regimes de historicidade modificam-se novamente, e os historiadores no Ocidente, através de novas correntes historiográficas, começam a se preocupar mais com o “[...] estrutural e o coletivo [...]” (SCHMIDT, 2003, p. 60), isto é, mais com o plural do que com o singular, este último compondo o primeiro e não mais sendo o protagonista das narrativas. Ainda que as biografias continuassem a ser produzidas neste momento, estas não interessavam particularmente ao conhecimento científico da História. Esta conjuntura transforma-se novamente a partir da segunda metade do século XX com uma retomada dos estudos biográficos na historiografia através de novos questionamentos, especialmente no tocante a como o indivíduo permite compreender o coletivo, isto é, de que forma a sociedade influencia o sujeito, tanto em suas práticas sociais como em seu imaginário, bem como as maneiras empregadas pelos indivíduos para resistir ao que lhe é imposto ou mesmo como este se torna uma figura desviante em determinados contextos sócio-históricos. A renovação do campo permite também ao historiador reflexões acerca dos sujeitos considerados comuns e novos olhares sobre grupos abastados ou pertencentes a elites historicamente constituídas, a exemplo dos estudos de Davis (1987), Ginzburg (2006) e Le Goff (2011), reflexo da ampliação das fontes disponíveis para o estudo da História, bem como a crítica a uma narrativa puramente cronológica, como é o caso de Bordieu (2006), possibilitada a partir de novas formas de se perceber o sujeito e as relações que este estabelece com o tempo, o espaço e o social. O estudo da biografia, deste modo, longe de ser um campo esgotado, torna-se em realidade um espaço profícuo aberto a novos questionamentos e reflexões, e permite ao historiador procurar o contraditório, as diferenças, os conflitos, o heterogêneo, em detrimento de narrativas que buscavam a generalização ou homogeneização das experiências humanas.

‘desde sempre’ etc., das biografias comuns ou nos ‘sempre’ (‘sempre gostei de música’) das ‘histórias de vida’ [...] refere-se a construção dessas trajetórias seguindo uma “[...] ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo [...]” (BOURDIEU, 2006, p. 184), ou seja, a ideia de que o sujeito já saberia os percursos, meandros e contextos sociais que seguiria e estaria inserido ao longo de sua trajetória. É preciso, então, o cuidado ao se produzir uma narrativa sobre determinado indivíduo, principalmente ao se pensar os acontecimentos que marcam a vida deste e como podem ser utilizados para a construção de um sentido sobre sua trajetória.

Esta reflexão se faz necessária para evitar a percepção de um sujeito e de trajetórias de vida pautadas na linearidade, na harmonia e na continuidade. Os sujeitos são múltiplos, possuem trajetórias marcadas por inúmeros acontecimentos que produzem significações e ressignificações de sua percepção sobre o mundo e sobre o “Eu”, possuindo, identidades¹⁵ múltiplas, conflituosas e fragmentadas. O sujeito, sob este viés, é marcado por uma “[...] fragmentação e incompletude de suas experiências [...]” e, desta forma, por ser “[...] um indivíduo simultaneamente uno e múltiplo, [...] experimenta temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico” (GOMES, 2004, p. 13). Desse modo,

As práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser “decomposto” em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc. (GOMES, 2004, p. 13).

As práticas culturais, então, que remetem a uma produção de si e de uma escrita de si, a exemplo da escrita literária, possibilitam não apenas a análise sobre o imaginário social do sujeito, mas como este se transforma ao longo do tempo e como este possui diversas temporalidades atravessan-

15. Compreendemos Identidade a partir da perspectiva de Bauman (2005), Hall (2006) e Woodward (2014), que apontam esta enquanto uma construção pelo sujeito e pelas formas como este é interpelado pela sociedade na qual se encontra inserido. Trata-se de uma Identidade marcada pela Diferença, isto é, ao tempo em que o sujeito se afirma como algo também está dizendo aquilo que ele não é. Refletem sobre esta Identidade como fragmentada, descentrada, muitas vezes contraditórias, visto que o sujeito constrói várias identidades ao longo de sua trajetória.

do suas formas de pensar o mundo e a sociedade. Nesse sentido, a produção literária torna-se espaço privilegiado para refletir sobre estas questões, principalmente porque nela é possível perceber diversos elementos que compõem o imaginário do sujeito e da sociedade na qual este se encontra inserido, a exemplo de percepções sobre as sensibilidades, tornando a Literatura¹⁶, então, uma Escrita de Si.

Se faz necessário também ponderar sobre as condições históricas que tornaram possível que o sujeito se inserisse em determinados meios culturais e como estes intercâmbios culturais influenciaram em sua produção e também na construção de sua trajetória de vida. Isto é, é preciso a compreensão sobre as redes de sociabilidades configuradas historicamente em determinada sociedade e de que formas o sujeito é atravessado por esta, marcando não apenas a sua produção, mas também as percepções deste sobre si e também do meio social.

No caso em questão, é preciso compreender o contexto no qual João Gabriel Baptista se insere em Teresina na segunda metade do século XX, as redes pelas quais transitou e que marcaram a sua persona, e de que forma isto impactou em sua trajetória pessoal/acadêmica, influenciando sua produção e possibilitando a construção de identidades diferenciadas¹⁷ tanto por ele como pela sociedade, dentre estas, a de um Intelectual.

16. Compreendemos a Literatura enquanto fonte histórica a partir da perspectiva de Pesavento (2012), que indica acerca das formas como a narrativa literária possibilita ao historiador refletir sobre como determinada sociedade percebe o seu passado, o seu presente ou mesmo como projeta o seu futuro. Para a autora, a literatura “[...] permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores” (PESAVENTO, 2012, p. 50), isto é, através dela é possível analisar o imaginário social de uma época e, particularmente, como o individual (o autor) é atravessado pelo social, no tocante aos pontos que convergem, bem como nos elementos que divergem.

17. O professor João Gabriel Baptista ao longo de sua trajetória foi atravessado por diferentes Identidades, significadas e ressignificadas não apenas por ele, mas também pelo espaço social em que esteve inserido, especialmente a partir da segunda metade do século XX até a primeira metade do século XXI. Destacamos que o sujeito em questão, em confluência com as percepções sociais que recaíram sobre si, construiu uma Identidade de Pesquisador e de Professor em detrimento a uma suposta identidade de Literato. Assim, seu ingresso na Academia Piauiense de Letras (APL) nos anos 1970 marca o momento em que sua Identidade de Pesquisador é notadamente reconhecida pelos pares, tendo em vista que João Gabriel Baptista havia sido eleito para a APL não por sua contribuição na Literatura, mas sim na pesquisa, até aquele momento, na área de Geografia. Apesar de ter escrito inúmeras obras de Literatura, jamais se considerou enquanto um Literato e, de forma similar, o meio social em que esteve inserido também o percebia e legitimava suas Identidades de Pesquisador, Professor e, por fim, Intelectual, em homenagens feitas por vários pesquisadores piauienses na área de História e Geografia no decorrer de sua vida e também posteriormente ao seu falecimento.

Para tanto, entende-se Redes de Sociabilidade enquanto espaços produtores de sensibilidades e afetos pelo meio intelectual, ou seja, “[...] constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam [...] um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 248-249). Estes, por sua vez, são compostos por sujeitos inseridos em determinados grupos sociais e, no contexto histórico trabalhado, notadamente relacionados com camadas políticas e abastadas na sociedade piauiense.

Cabe indicar que os espaços físicos que permitem a constituição destas redes são diversos, podendo se tratar das redações de jornais e revistas até espaços de cunho acadêmico, como universidades ou institutos de pesquisa. Trata-se, no entanto, de espaços privilegiados para se refletir sobre a produção e circulação de ideias em determinada sociedade. Para o caso de João Gabriel Baptista, sua inserção no Liceu Piauiense, UFPI e APL, além da produção para jornais e revistas, permite refletir sobre as redes que constituiu no decorrer de sua trajetória.

Além disso, deve-se apontar também que diversas maneiras possibilitam ao sujeito a inserção nestas redes de sociabilidades, sendo relevante, então, compreender os laços familiares e grupos sociais com os quais o sujeito tem contato ao longo de sua trajetória de vida. Desta forma, pode-se citar

[...] a família, onde a criança recebe mais ou menos directamente um conjunto de normas, de valores, de reflexões que constituem a sua primeira bagagem política, que conservará durante a vida ou rejeitará quando adulto. Depois, a escola, o liceu, a universidade, que transmitem, muitas vezes de maneira indirecta, as referências admitidas pelo corpo social na sua maioria e que apoiam ou contradizem a contribuição da família. Vêm depois as influências adquiridas em diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viver (BERSTEIN, 1998, p. 356).

Deste modo, ao se refletir sobre a trajetória de vida de João Gabriel Baptista (1920-2010), é preciso considerar sua família e de que forma esta, através dos laços políticos e sociais estabelecidos, o influenciaram. Assim, ser filho do desembargador Ernesto José Baptista (1873-1965) e neto do também desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919), figuras de destaque na sociedade teresinense que detinham laços políticos significativos¹⁸

18. Cita-se, a exemplo, o registro no periódico *Semana* na edição de 5 de novembro de 1911 da participação do Desembargador João Gabriel Baptista no dia 18 de outubro de 1911 em almoço oferecido pelo então governador do estado, Antonino Freire, no palácio do governo em Teresina em função da Convenção Estadual do Partido Republicano Conservador. Participaram

provavelmente influenciou diretamente a trajetória de João Gabriel Baptista (1920-2010), a exemplo do primeiro emprego conseguido pela influência de seu pai. Deste modo, além de sua inserção em certos grupos sociais

deste almoço, além do Desembargador João Gabriel Baptista e do próprio governador do estado, Francisco Correia, Francisco Parentes, promotor público de Teresina, Thersandro Paz, intendente municipal, Costa Araújo, comandante da polícia, Domingos Monteiro, deputado estadual, Eurípedes Aguiar, Mathias Olympio de Mello, jornalista, Miguel Rosa, o então candidato do partido a governador, eleito nas eleições de 1912. Outro exemplo que podemos citar trata-se do destaque dado pelo mesmo periódico, *Semana*, em mencionar a mera presença do referido Desembargador ou de seus filhos ao chegarem em Parnaíba. É o caso das edições dos dias 27 de novembro de 1910 e 4 de dezembro de 1910, que registram, respectivamente, a chegada em Parnaíba e partida da mesma cidade do Engenheiro Civil José Luiz Baptista, filho do Desembargador João Gabriel Baptista, e tio do sujeito em tela nesta pesquisa. José Luiz Baptista destinava-se à capital do estado para visitar a sua família e o periódico destaca não apenas isto, como também o nome de seu pai, o então desembargador e o papel que o engenheiro desempenhava no governo federal atuando em diversas comissões desde a sua formatura. Ainda no mesmo jornal, em edição do dia 23 de julho de 1911, uma outra nota registra a presença do Desembargador João Gabriel Baptista que teria ido a Parnaíba para encontrar o seu filho, Dr. José Luiz Baptista, e estaria hospedado na casa do Dr. Francisco de Moraes Correia, correligionário do Partido Republicano Conservador e membro das elites de Parnaíba nesta época. Na semana seguinte, na edição do dia 30 de julho de 1911, o periódico destaca novamente a passagem do Desembargador João Gabriel Baptista por Parnaíba, registrando o seu regresso, juntamente com suas filhas Sinhá e Maroca, que retornavam de uma visita feita em Fortaleza ao irmão, Dr. José Luiz Baptista, para Teresina. É possível encontrar ainda outros registros em periódicos piauienses da atuação do Desembargador João Gabriel Baptista, assim como de outros filhos seus, a exemplo da edição de 25 de fevereiro de 1911 do *Diário do Piauí* que registra uma petição feita pelo Dr. Mário José Baptista e a impossibilidade do Desembargador João Gabriel Baptista de analisar o caso por ser pai do requerente, bem como, na mesma edição do periódico em questão, há uma propaganda do escritório de advocacia do Dr. Mário Baptista, localizado na rua Senador Pacheco em Teresina. Outro caso que permite esta reflexão sobre a atuação e influência da família do sujeito em tela nesta pesquisa é o de seu pai, Dr. Ernesto José Baptista, e sua remoção em 1916 da comarca de Uruçuí para a Segunda Comarca de Teresina para o cargo de juiz. Na mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, documento produzido ao fim das gestões dos governos estaduais da época e que traz os principais acontecimentos durante o governo dos anos de 1916 e 1920, tem-se um imbróglgio provocado por uma lei aprovada em 1916 e que permitia ao Dr. Ernesto José Baptista que fosse removido para Teresina. No entanto, o poder judiciário do estado anula o ato por inconstitucionalidade a pedido do Bacharel Justino Augusto da Silva Moura, juiz na comarca de Campo Maior, que teria se sentido prejudicado pela ação, o que permite ao então governador a recondução ao cargo de juiz Justino Augusto da Silva Moura. Ao recorrer em segunda instância, contudo, Ernesto José Baptista consegue reaver o direito de permanecer no cargo de juiz na segunda comarca de Teresina. Essa situação só é finalizada com o julgamento do caso no Supremo Tribunal Federal, que deu razão a Justino Augusto da Silva Moura e que é reintegrado ao cargo pelo governador Eurípedes Clementino de Aguiar em 1919. Esse caso de Ernesto José Baptista torna-se ainda mais interessante pela preocupação do então governador em justificar o porquê da nomeação de Justino Augusto da Silva Moura em detrimento de Ernesto José Baptista, destacando as atribuições do poder executivo e judiciário, além de ressaltar também como o episódio foi explorado por aqueles que faziam oposição ao seu governo. Deste modo, é notório a atuação e influência política que a família do sujeito desta pesquisa, seu pai, tios, avô e bisavô, detinham na política local, portanto, sendo necessário compreender estas relações para o entendimento da própria trajetória do Professor João Gabriel Baptista no contexto histórico piauiense em que esteve inserido.

naquele momento mediante a influência político-social de sua família, bem como as redes de sociabilidade de intelectuais que passa a compor, possivelmente, a partir dos anos 1940, deve-se apontar ainda de que maneira estas condições históricas possibilitaram sua identificação enquanto Intelectual perante a sociedade piauiense.

Posto isto, compreendemos a categoria de Intelectual considerando a perspectiva de Sirinelli (1998, p. 261), inicialmente refletindo sobre o problema existente ao se pensar sobre o “homem de cultura” e de que forma este pertence às elites culturalmente estabelecidas, tanto ao se considerar os criadores e mediadores culturais. Na perspectiva de Sirinelli (1998, p. 261), os “criadores”, através da “criação artística e literária ou no progresso do saber”, produziram contribuições para a sociedade, e João Gabriel Baptista pode ser enquadrado nesta categoria, haja vista sua produção acadêmica e literária, ainda que esta última nunca tenha sido publicada.

É preciso considerar ainda os aspectos que o conectariam a uma elite cultural estabelecida historicamente no Piauí. De acordo com Sirinelli (1998), um dos parâmetros que se deve levar em conta para atrelar estes “homens de cultura” às elites seria a sua importância, no caso em questão, a pertinência daquilo que aquele sujeito tenha produzido, além da maneira de como o seu trabalho reverberou na sociedade. Tratar sobre a inserção nas elites culturais destes sujeitos não seria possível apenas com os aspectos supracitados, pois na proporção em que estes indivíduos adentram a política, ressoando nos meios sociais, especialmente por conta do conhecimento que detém em áreas específicas do saber, configuram-se como autoridades, surgindo assim a categoria de Intelectual.

Não devemos refletir sobre estes sujeitos enquanto pertencentes a grupos externos a uma conjuntura social, visto que estão relacionados de maneira intrínseca ao meio social em que as envolvem, e por meio desta relação política constroem uma identidade, acumulam poder e influência. Ser um intelectual ultrapassa a perspectiva de meramente percebê-lo como um produtor de conhecimento, sendo necessário apontar como a produção deste ressoa na sociedade, vis a vis do estabelecimento de laços políticos que o legitima e possibilita esta ressonância.

Portanto, no que se refere a João Gabriel Baptista, considerá-lo enquanto um intelectual vai além do seu reconhecimento acadêmico por parte de seus pares, mas é necessário considerar as relações sociais e políticas que possibilitaram sua inserção em diversos meios, tanto intelectuais como

profissionais, além de que modo sua produção reverberou no meio social.

Não obstante isto, considerando a produção acadêmica e literária do sujeito em tela desta pesquisa fez-se necessário trabalhar com o conceito de Representação, bem como a relação estabelecida entre autor/editor/leitor conforme diálogo estabelecido a partir de Chartier (1991). É preciso compreender, então, que um produto textual inexistente apartado das estruturas sociais que permitem a sua leitura e modos que influenciam o leitor (CHARTIER, 1991).

Ademais, torna-se pertinente questionar-se, então, de que forma se dá a construção do (s) sentido (s)? Esta ocorre a partir das intencionalidades daquilo que o autor quer indicar? Ou, por outro lado, incorre em modificações proporcionadas através da impressão/edição que dá a obra em questão novos sentidos ao público-alvo?

Ao produzir estas indagações, Chartier (1991) lembra ao historiador que adentre ao universo literário enquanto fonte histórica a necessidade de compreender que o autor não produz livros, mas sim textos que são transformados por outros em livros e que, além disso, faz-se pertinente um estudo que permita ir além de uma abstração clássica de uma obra, isto é, a obra por si própria, tratando, assim, da relação direta estabelecida com o seu leitor.

É preciso, então, considerar os diferentes processos, agenciamentos, intencionalidades e as formas materiais que possibilitam o contato entre um leitor (ouvinte) e uma obra. É no interior dessa produção que se tem a invenção de representações e nas relações/formas com as quais os leitores são interpelados por estas obras a transformação de práticas sociais por meio destas representações ou mesmo uma resistência a estas (CHARTIER, 1991).

Deste modo, para a elaboração deste livro trabalhamos com a pesquisa bibliográfica, “[...] modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos” (OLIVEIRA, 2010, p. 69), permitindo assim ao pesquisador o contato e conhecimento da temática proposta, dialogando com os conteúdos que forem de interesse para a sua pesquisa, ordenando-os e analisando-os considerando os objetivos e a problemática do trabalho proposto.

Assim, propõe-se inicialmente a elaboração de um referencial bibliográfico que possibilite a compreensão do contexto histórico e espacial no qual João Gabriel Baptista se encontra e que influencia diretamente em sua trajetória de vida, isto é, obras que tratem sobre Teresina no final da pri-

meira metade do século XX e também na segunda metade deste século¹⁹. Além disso, se faz necessário estabelecer também o diálogo com autores que permitam a compreensão dos conceitos a serem discutidos ao longo desta obra, como Biografia, Escrita de Si, Identidade, Redes de Sociabilidade, a categoria de Intelectual e Representação, conforme citado previamente, bem como outros que possibilitem a construção de uma narrativa sobre o sujeito em tela desta pesquisa e para reflexões sobre as relações entre a Memória e a História, tendo em vista as entrevistas que foram construídas e utilizadas. Para tanto, dialogou-se com Bourdieu (2006), Gomes (2004), Sirinelli (1998; 2003), Loriga (2011), Arfuch (2010), Seligmann-Silva (2003), Halbwachs (2006), Pollak (1989), Hall (2006), Bauman (2005), Woodward (2014) e Chartier (1991).

Com relação às fontes documentais, utilizamos fontes hemerográficas²⁰

19. Alguns autores da historiografia piauiense que devem ser citados e que podem fornecer subsídios para se pensar a categoria de Intelectual em Teresina, bem como o próprio contexto espaço-temporal são: Queiroz (2011), Costa Filho (2010), Tôrres (2010), Carvalho (2010) e Cardoso (2002; 2010).

20. No caso do Ocidente, especificamente no Brasil, é a partir dos anos 1970 que as fontes hemerográficas passam a perder paulatinamente a suspeição que outrora tinham enquanto documentos para uso do historiador. Tratava-se de um contexto no qual a História da Imprensa já se tornara ponto de discussão na academia, mas a História por meio da imprensa ainda enfrentava uma resistência significativa no meio acadêmico, o que denotava a existência de um número reduzido de trabalhos que privilegiavam o uso desta fonte. Esta conjuntura não ocorria à toa e era reflexo de uma tradição historiográfica predominante entre o século XIX e início do XX que acreditava ser possível alcançar a verdade dos fatos e, para isto, era necessário a análise de documentos neutros, objetivos, fidedignos, críveis e distanciados de seu tempo. O jornal, por sua vez, não se encaixava nestes critérios, o que levou a sua exclusão ou redução de relevância diante de outras fontes consideradas “neutras” ou que poderiam se aproximar mais da “verdade”. Para esse pensamento crítico do jornal enquanto fonte histórica, este último seria marcado por interesses e ideologias, além de apresentar olhares subjetivos, parciais ou até mesmo distorcidos dos acontecimentos e, mesmo com a crítica realizada pelos Annales aos critérios de “fonte histórica”, isto não alterou imediatamente as perspectivas sobre os jornais. Contudo, nos anos 1970, já com a Nova História, com o surgimento de novos temas de interesse ao historiador, modificação no próprio conceito de documento e fortalecimento da História Cultural, o jornal torna-se uma fonte privilegiada acerca de determinado tempo e espaço, isto é, sobre o meio social que o produziu. Deste modo, ao historiador que trabalha com este tipo de documento se faz necessário alguns cuidados metodológicos que podemos elencar por meio dos seguintes questionamentos: Que influências recaem sobre estes jornais? Qual o papel da publicidade? O governo exerce algum tipo de pressão no que é publicado? Qual a tiragem e como é feita a difusão do jornal? Quais as relações estabelecidas entre a redação do jornal com a política e com os grupos econômicos no lugar social no qual se encontra inserido? Assim, antes de eleger a fonte hemerográfica como documento a ser explorado e analisado é necessário refletir sobre o lugar social de impressão do periódico e os seus espaços de circulação, sobre as técnicas de impressão empregadas, os formatos, tipo de papel, qualidade da impressão e até mesmo o gênero, isto é, se trata-se de uma revista, jornal, semanário, almanaque etc. É importante, então, estar atento à materialidade dos impressos e as condições históricas que permitiram estas impressões, bem como compreender as diferenças entre as ti-

que trouxeram informações acerca do sujeito desta pesquisa, seja em publicações feitas por estes jornais ou publicações que comentem sobre este, além de periódicos que tratassem também de sua família. No caso em questão, trabalhou-se com os periódicos “Folha do Nordeste” e “O DIA”, nos quais se identificou e se catalogou algumas edições que trazem publicações feitas pelo sujeito desta pesquisa nos anos de 1962, 1963 e 1966, respectivamente.

Na “Folha do Nordeste”, João Gabriel Baptista publicou, ao longo dos anos de 1962 e 1963, diversos artigos na seção “Quando em Quando”, tratando sobre aspectos da geografia e história do Piauí. Quanto ao “O DIA”, durante o ano de 1966 publica cerca de 400 verbetes também relacionados a geografia e história do Piauí, tendo início na edição de 26 de março de 1966, estendendo-se até julho do mesmo ano. Além disso, tem-se também duas entrevistas realizadas pelo jornal “O DIA” e “MEIO NORTE” com o autor acerca de sua trajetória acadêmica publicadas em 21 de outubro de 1989 e 13 de agosto de 2001.

Ainda no tocante às fontes hemerográficas pesquisou-se nos jornais publicados entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX no Piauí e Maranhão, tendo em vista o registro em diversas edições de periódicos destas localidades, espaços de atuação política e econômica da família Baptista, sobre parentes de João Gabriel Baptista e que auxiliaram a compreensão da participação de sua família na sociedade piauiense, bem como sua influência em sua trajetória de vida no decorrer do século XX.

Entre esses jornais e periódicos destaca-se no Maranhão duas edições de “A Aurora – Folha Política e Commercial (1849), sete edições de “A Imprensa” (1858-1860), cinco edições do “Almanak Administrativo Mercantil

pografias de grandes meios de circulação e da imprensa marginal, além da função social assumida por estes impressos. Faz-se relevante ainda o entendimento da relação entre a imprensa e a mercantilização desta, ou seja, a ampliação das tiragens, difusão para outras localidades, barateamento da produção e também da divisão social do trabalho e especialização dos saberes, com a presença nestes espaços de repórteres, desenhistas, redatores, críticos, revisores, fotógrafos, operários responsáveis pela impressão, dentre outros. Ao historiador, então, não basta a compreensão sobre as diferentes questões que a imprensa permite discutir, a exemplo do trabalho, operários, gênero, etnia, identidades, práticas sociais, sociabilidades, políticas, lazer, cidade, crônicas, aspectos do cotidiano, moda, saúde, esportes, humor, representações sociais, literatura, infância, pornografia, ideias, censura etc. Em outras palavras, cabe ao historiador a percepção de que a imprensa seleciona e recorta aquilo que lhe interessa e que deseja repassar ao público, portanto o que está ali representado possui diversas intencionalidades, estas em alguns casos dicotômicas, e é destinado a um público específico (LUCA, 2008). Desta forma, para a narrativa produzida no decorrer desta obra, as fontes hemerográficas utilizadas foram analisadas considerando estas percepções sobre a imprensa enquanto documento para o historiador.

e Industrial” (1860-1865), uma edição de “Brado de Caxias” (1845), cinco edições do “Diário do Maranhão” (1855-1857), uma edição do “Jornal do Comercio” (1859), uma edição de “O Conservador – Folha Política e Industrial” (1858), uma edição de “O Correio Caxiense” (1854), uma edição de “O Estandarte” (1849), três edições de “O Observador” (1849-1856), uma edição de “O Seculo” (1858), duas edições do “Porto Livre. Jornal Politico, Litterario e Noticioso” (1865) e trinta e três edições do “Publicador Maranhense” (1848-1868) que registram aspectos da vida de seu bisavô, Ernesto José Baptista, a exemplo de sua atuação política e econômica entre o Maranhão e Piauí, bem como elementos do início da vida de seu avô, João Gabriel Baptista, no Maranhão, antes de ir estudar na faculdade de Direito do Recife.

No caso dos jornais piauienses, utilizou-se ainda vinte e quatro edições de “A Imprensa” (1866-1889), três edições de “A Voz da Verdade” (1849), uma edição de “O Conciliador Piauiense” (1857), quatro edições de “O Echo Liberal” (1849 a 1852), uma edição de “O Escholastico” (1850), duas edições de “O Expectador” (1860-1862), três edições de “O Governista” (1848), quatro edições de “O Piauihy” (1869), vinte e seis edições de “O Propagador” (1858-1860), uma edição de “O Telegrafo” (1840), além de catorze edições de “A Época” (1877-1884), nas quais podemos encontrar informações, principalmente, sobre o bisavô e avô do sujeito em questão, Coronel Ernesto José Baptista e Desembargador João Gabriel Baptista respectivamente. Na década de 1890 utilizou-se o periódico “O Piauihy” que também traz registros de seu avô, assim como alguns de seus filhos, tios-avôs do sujeito em tela, como é o caso de Benjamin de Moura Baptista e José Luiz Baptista.

Já nas décadas iniciais do século XX utilizou-se os jornais “Nortista”, especificamente as edições entre os anos de 1901 e 1902, que possui registros do casamento do pai do Professor João Gabriel Baptista, Desembargador Ernesto José Baptista com Raymunda Nonata de Carvalho Baptista, bem como de discursos proferidos por Mário Baptista, irmão de Ernesto José Baptista e tio do sujeito tema desta pesquisa. Os periódicos “O Apóstolo” e “O Monitor” foram também utilizados, em face de nestes serem pontuados aspectos relativos à sua família, a exemplo de propagandas do Consultório do Dr. Benjamin de Moura Baptista, presentes no primeiro, e no segundo, menções festivas, como o aniversário do Desembargador João Gabriel Baptista. Na década de 1910, por sua vez, através do jornal “Semana” é possível encontrar diversas alusões ao referido Desembargador e

alguns de seus filhos, especialmente na cidade de Parnaíba (PI), bem como na participação de almoços ou encontros políticos relacionados ao Partido Republicano Conservador, o que sugere a atuação da família Baptista no cenário político local.

Na segunda metade do século XX trabalhou-se também com o jornal “Notícias Acadêmicas” produzido pela Academia Piauiense de Letras (APL) entre 1986 e 1990, o “Jornal da Manhã” publicado em Teresina em 1980 e uma edição da Revista “Manchete” de 1978 que citavam a atuação de João Gabriel Baptista no cenário local.

Com relação aos documentos do poder executivo, foram fontes de análise as mensagens apresentadas pelo governador à Câmara Legislativa que trazem informações referentes aos principais eventos elencados pela gestão na época à frente do governo do estado. Nestes documentos nas décadas iniciais do século XX é possível encontrar registros diversos, como o caso da querela do Juiz Ernesto José Baptista já especificado no decorrer desta narrativa, tipos de ações julgadas pelo Tribunal de Justiça em que o Desembargador João Gabriel Baptista foi partícipe, tendo sido presidente em diversas ocasiões, bem como a inferência do Dr. Benjamim de Moura Baptista enquanto professor de Geografia e Corografia no Liceu Piauiense e também a atuação no interior do Estado do Dr. Mário José Baptista como inspetor de educação. Tem-se ainda disposto sobre a morte do Desembargador João Gabriel Baptista, a discriminação do seu patrimônio e seus herdeiros.

Os periódicos citados entre a segunda metade do século XIX e até a segunda década do século XX estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital no site da Fundação Biblioteca Nacional, assim como as mensagens governamentais até o final dos anos 1920. Com relação às fontes hemerográficas e ao restante das mensagens após este recorte temporal encontram-se disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí (Casa Anísio Brito), à exceção do periódico “Notícias Acadêmicas”, disponível no sítio eletrônico da Academia Piauiense de Letras (APL).

Ainda tratando sobre fontes documentais, analisou-se também a produção acadêmica de João Gabriel Baptista, especificamente suas obras publicadas, sendo elas: “Nascentes de um rio” (1971), “Resumo Corográfico do Estado do Piauí” (1971), “Geografia Física do Piauí” (1975), “Mapas Geohistóricos” (1986), “A Origem do rio Parnaíba” (1987), e “EtnoHistória Indígena Piauiense” (1994), bem como os textos acadêmicos e científicos incompletos e nunca publicados, sendo os seguintes: “Biomias Piauienses”

(198-), “Vales Piauienses” (1983), “Uma ideia: barragens submersas do rio Poty” (1984), “Relatório viagem às nascentes do rio Parnaíba” (198-), “Geografia Geral do Piauí” (1984), “Problemas Cartográficos” (198-), “Projeções Azimutais” (1977), “Potencial e Similaridade: um ensaio de Geografia Econômica” (197-), “O Piauí rodoviário” (1967), “Evolução Histórica dos Municípios Piauienses” (1999) e “Geomorfologia” (Não datado).

Quanto a produção literária²¹ de João Gabriel Baptista nunca publicada, além de algumas correspondências pessoais, bem como fotografias tiradas pelo sujeito em momentos de trabalho e de lazer, estão presentes no Acervo Pessoal da Família. Com relação a Literatura, o sujeito desta pesquisa escreveu 13 romances e 24 contos entre os anos de 1939 e 1977, sendo os romances: “Abre-se a Empanada” (1940), “Depois de cinco anos...” (1940), “Compra de um coração” (1940), “Conquista de um homem” (1940), “A Dama da Mantilha” (1940), “A Herança do Português” (1940), “Mulher Proibida” (1940), “O pajem da Condessa” (1940), “Cinco Mulheres” (1940), “Eu amo a minha irmã” (1941), “O Anel e a Caveira” (1957), “Os dois Jins” (1976) e “O Senhor X...” (1977).

Os contos são: “A moça de azul” (1939), “A Conquistadora conquistada” (1939), “Talhados um para o outro” (1939), “Uma Dupla de Repórteres” (1939), “Mania de Estrelato” (1939), “O Assassino de Arquibaldo” (1944), “Os assassinos de Anne” (1944), “O espírito da casa silenciosa” (1944), “O rapto de Josefina” (1944), “Os mistérios da casa verde” (1944), “O signo da Morte” (1944), “O criminoso de Londres” (1944), “O assassino supersticioso” (1944), “O crime extraordinário” (1944), “A Cigarreira” (1944), “A Prova” (1944), “O Testamento” (1944), “Amor Súbito” (1944), “O que pode o amor” (1944), “Vingança” (1944), “Nossa pensão” (Não datado), “A quadrilha do vale” (Não datado), “O aviador e a rancheira” (Não datado) e “O Crime do Castello” (Não datado).

Utilizou-se ainda enquanto fonte sua única escrita de cunho autobiográfico produzida ainda no início de sua juventude quando João Gabriel Baptista era escoteiro em fins dos anos 1930 e início dos anos 1940, esta sendo o seu Memorial de Escotismo ou Diário de Escoteiro. Neste, o sujeito em tela registrou percepções sobre o governo da época, isto é, de Vargas,

21. Na intenção de se refletir sobre a produção literária enquanto fonte para a elaboração de uma biografia histórica considerou-se a perspectiva de Arfuch (2010, p. 212), tendo em vista que “[...] a vida ronda a literatura ou a literatura molda a vivência [...]”, ou seja, implica afirmar que a produção ficcional está diretamente conectada com as experiências do sujeito, sendo, portanto, um reflexo do seu imaginário social.

além de ter escrito reflexões sobre si, a exemplo de valores, bem como acerca dos próprios escoteiros e sua relevância para o Brasil, não sendo à toa presença destes personagens em alguns de seus romances.

Com relação às fotografias, utilizaram-se registros feitos por João Gabriel Baptista das cidades que este visitou, geralmente a trabalho, durante o período em que foi Secretário de Estado de Obras Públicas e em que trabalhou para o Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí (DER) e para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), além de registros fotográficos presentes no jornal “Notícias Acadêmicas” da APL, bem como de momentos de lazer seus e também de sua família em diversas ocasiões de sua vida.

A foto, enquanto documento histórico, assim como qualquer outra fonte, exige certo tratamento e cuidado na produção de análises, evitando-se inferências, conclusões precipitadas ou mesmo desconsiderando certas questões que podem se fazer presentes e simultaneamente serem fulcrais para as discussões que se pretende realizar. Certamente deve-se evitar utilizar a fotografia enquanto um instrumento meramente ilustrativo dos aspectos ou conjunturas que estão sendo trabalhados, atentando-se para o contexto social de sua produção, isto é, “[...] do local em que nele está inserido o material visual [...]” (GASKELL, 1992, p. 237), os questionamentos que se pode realizar e as respostas que o documento permite que reflitamos sobre.

Não obstante isto, a fotografia possibilita a captura de um momento específico no tempo de modo intencional e, em muitos casos, apresentando certos elementos de forma proposital, tornando-se, assim, “[...] o meio visual em que os acontecimentos passados são com frequência tornados mais acessíveis pela resposta emocional do momento. Isto porque a fotografia traz em si uma relação material e causal com seu sujeito [...]” (GASKELL, 1992, p. 265).

Além disso, não apenas o conteúdo do material visual torna-se relevante para o pesquisador em contato com aquela fonte, mas até mesmo as condições em que o documento foi conservado, as legendas produzidas em torno daquela imagem ou qualquer outra particularidade que se faça presente na fotografia em si. Deste modo,

[...] legendas diferentes para a mesma fotografia com frequência produzem significados radicalmente diferentes ou até contraditórios. A informação correta

fornecida por uma fotografia pode ser de uso tangencial em um relato analítico de um acontecimento passado, mas preservando-se um detalhe que de outro modo poderia ser ignorado, pode ser reveladas novas linhas de curiosidade, não necessária e estritamente históricas sobre o passado (GASKELL, 1992, p. 266).

Ademais, o recurso imagético, no caso em questão, a fotografia, necessita ainda de um diálogo constante com outros campos do conhecimento, haja visto a perceptível interdisciplinaridade que este documento apresenta, possibilitando ao historiador refletir sobre uma série de elementos que compõem o tecido social ou que marcam a experiência humana, a exemplo de questões de gênero, o consumo da moda, as modificações das cidades, a relação estabelecida com a natureza, as relações familiares, o imaginário social, etc., todos aspectos que implicam o diálogo com áreas como a Antropologia, Sociologia, Geografia, Arquitetura, dentre outras, no intuito de produção de análises pertinentes para a narrativa do historiador.

A fotografia, deste modo, enquanto documento produzido num determinado espaço e tempo pelo ser humano, representa uma inferência constante entre o objetivo e o subjetivo, tanto nas intencionalidades do responsável pela produção do documento, isto é, o fotógrafo, como nas indagações a serem realizadas pelo pesquisador em História a esta fonte (PISANESCHI; BAUER; FREITAS, 2020).

Quanto às pesquisas voltadas para a história das famílias em si, o documento imagético torna-se fonte privilegiada para estudo, tendo em vista os diversos aspectos que permite refletir ao considerarmos estes sujeitos, a exemplo dos modos que edificaram ou utilizaram para a produção de uma memória de si, suas identidades, bem como suas intimidades (MAUAD; RAMOS, 2017).

Não obstante isto, a produção deste tipo de documento, especialmente na primeira metade do século XX, denota ainda um modo de refletirmos sobre os critérios adotados pelas camadas abastadas ou de elites para se distinguir socialmente dos demais, contribuindo

[...] para essa dinâmica a relação entre o que e quem se fotografava, onde se deixava fotografar, como circulavam as fotografias e a potência de futuro que se agregava à imagem. Assim, os retratos produzidos ao longo do século XX, no Brasil, ainda eram um consumo limitado às camadas altas e médias da população [...] (MAUAD; RAMOS, 2017, p. 163).

Realizou-se ainda entrevistas com os filhos²², para a constituição de fontes orais que foram analisadas no decorrer da elaboração desta narrativa. Tivemos acesso também a uma entrevista de história de vida realizada pelo professor Francisco de Assis Veloso Filho com João Gabriel Baptista no início dos anos 2000. Para a análise destas fontes utilizou-se o método da História Oral, que é um

[...] método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 2013, p. 24).

É importante indicar ainda o cuidado que se deve ter ao analisar as entrevistas construídas a partir do diálogo com os entrevistados, tendo em vista não apenas a fragilidade da Memória enquanto uma fonte histórica, mas também as relações de poder existentes na construção dessas narrativas, bem como o trabalho de enquadramento dos grupos sociais que compartilham desta (POLLAK, 1989). Segundo Seligmann-Silva (2003),

22. Optamos por entrevistar quatro filhos de João Gabriel Baptista, os quais acreditamos que poderiam contribuir de forma mais significativa para o estudo engendrado. Foram eles: Ernesto José Baptista Neto, não apenas por ser o filho homem mais velho, mas também por ser o primeiro a ingressar no curso superior, notadamente em São Luís (MA), em um momento conturbado, isto é, o contexto ditatorial e de que modo esta conjuntura impactou diretamente na perspectiva de seu pai sobre aquele recorte temporal. Entrevistamos também seu segundo filho homem mais velho, Fernando Luís de Carvalho Baptista, tendo em vista sua participação em certos momentos de pesquisas realizadas pelo pai, bem como a participação direta na produção de algumas obras, como “Etnohistória Indígena Piauiense”, além do fato deste último também ter sido aluno de João Gabriel Baptista durante seus estudos no Liceu Piauiense. Selecionamos também suas filhas, Maria do Socorro Baptista Barbosa e Elisabeth Mary de Carvalho Baptista. A primeira considerando sua trajetória singular no tocante à família e aos estudos acadêmicos, haja visto se tratar da primeira filha de João Gabriel Baptista a engravidar estando fora de um enlace matrimonial, denotando contendas no interior do seio familiar, bem como as relações de gênero e poder estabelecidas por João Gabriel Baptista e sua esposa, além de sua formação na área de Letras-Inglês e a pertinência de sua perspectiva quanto às obras literárias de seu pai. A segunda levando em conta ser a única filha de João Gabriel Baptista com formação específica em Geografia, área que o pai, ainda sem curso específico, construiu carreira, e também por ter sido aluna dele em sua graduação na Universidade Federal do Piauí. A entrevista com a filha mais velha, Aracy de Carvalho Baptista, embora importante e pertinente para o estudo em questão, não foi possível de ser realizada por conta da pandemia do COVID-19 (provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2) e dos temas sensíveis discutidos nesta narrativa. Quanto ao tipo de entrevista optamos pela temática, priorizando nas indagações aspectos pertinentes acerca da vida do entrevistado e sua relação com o sujeito analisado nesta pesquisa, isto é, João Gabriel Baptista.

toda fonte sofre diversas interpretações, sendo, então, imprescindível ao historiador a desconstrução dos relatos memoriais para a compreensão de como esses discursos são criados e das estratégias que existem por trás deles mesmos. Portanto, as fontes orais juntamente com as fontes escritas colaboraram para a produção deste livro acerca da trajetória de João Gabriel Baptista, sustentando, assim, os resultados obtidos.

Deste modo, a obra encontra-se dividida em 3 capítulos, sendo que o primeiro, intitulado “*Eram outros tempos*”: *A família Baptista na política e sociedade piauiense na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX*, analisa a atuação no campo político e social no Piauí elencando os meios políticos e culturais.

O primeiro capítulo se propôs a refletir sobre a atuação política e social da família de João Gabriel Baptista nesse contexto histórico no sentido de compreender de que modo isto possibilitou/influenciou ao indivíduo em questão sua inserção no campo intelectual/cultural piauiense na segunda metade do século XX. Para tanto, utilizou-se de bibliografia especializada sobre o contexto sociopolítico piauiense no recorte temporal estabelecido, além de fontes de cunho hemerográfico produzidas, principalmente, no Maranhão e no Piauí nesta época.

O segundo capítulo, por sua vez, com o título *João Gabriel Baptista e sua inserção no cenário intelectual piauiense da segunda metade do século XX*, teve por objetivo refletir acerca de que modo João Gabriel Baptista paulatinamente insere-se as redes de sociabilidades intelectuais em Teresina após seu retorno da Bahia.

Propõe-se ainda refletir sobre este espaço de produção intelectual e como o sujeito em questão se insere nesta categoria à medida que adentra, a partir dos anos 1950, no Liceu Piauiense, na FAFI, na UFPI e na APL. Trabalhou-se ainda com sua produção em jornais piauienses da época, como “O DIA” e “Folha do Nordeste”, além de entrevistas com seus filhos e com o próprio sujeito.

No terceiro capítulo, intitulado *Os caminhos da memória: representações e sensibilidades na trajetória de vida de João Gabriel Baptista*, analisou-se as representações e sensibilidades construídas pelo sujeito buscando compreender de que modo seu imaginário social foi assinalado pelas diferentes temporalidades e espacialidades que este vivenciou, dialogando-se com referências consideradas pertinentes para a sustentação das análises produzidas, bem como através das entrevistas já citadas, assim como as

diferentes percepções projetadas sobre o sujeito em questão no decorrer de sua trajetória de vida pessoal, técnica e acadêmica.

Para este capítulo, além das entrevistas realizadas, os prefácios de suas obras produzidos por intelectuais contemporâneos a João Gabriel Baptista, bem como alguns decretos e portarias referentes ao sujeito em questão, e ainda registros fotográficos da família, se constituíram enquanto fontes para as análises empreendidas.

CAPÍTULO 1

“Eram outros tempos”: a família Baptista¹ na política e sociedade piauiense na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX

Era uma manhã quente e ensolarada em meados de outubro no meio do B-R-Ó quando o professor João Gabriel Baptista aceitou conceder-lhe uma entrevista. Ao chegar à Universidade Federal do Piauí (UFPI), desceu na rua em frente a caixa d'água e caminhando por um breve caminho de concreto logo chegou no local de trabalho do professor, o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL).

Ao entrar no prédio que parecia afundar no solo, tratou de procurar a sala do professor, perdendo-se entre os corredores que mais assemelhavam-se a um pequeno labirinto. Após alguns minutos, reconheceu em uma das placas de uma das salas o nome “Prof. João Gabriel Baptista” e ao bater na porta por alguns instantes esta logo se abriu.

Um senhor de estatura mediana, parecendo estar nos seus 60, quase 70 anos, utilizando óculos que aparentava ser seu companheiro no decorrer de

1. Neste capítulo optamos por discutir especificamente sobre três ascendentes de João Gabriel Baptista, seu bisavô, avô e pai, haja visto o contexto específico das elites do período, conforme indicado por Costa Filho (2010) e Queiroz (2011), no qual os indivíduos se inserem. Esta discussão é pertinente para compreendermos o lugar social (CERTEAU, 1982) que estes personagens ocuparam e, de que modo, posteriormente, isto influenciou na trajetória de João Gabriel Baptista e sua constituição enquanto intelectual. O foco em homens da família se deveu pela quantidade escassa de fontes disponíveis sobre as mulheres no mesmo contexto. Tentamos, no entanto, por meio dos documentos que obtivemos, além do diálogo com bibliografia especializada, compreender a pertinência da atuação feminina na família e os modos como esta influenciou posteriormente a formação e a trajetória de vida de João Gabriel Baptista, especialmente quanto à relação conjugal e de paternidade.

muitas leituras, abriu um sorriso e tratou de recebê-lo. A sala pequena não escondia a profissão e, talvez, a paixão do professor por seu ofício.

Recheada de mapas e estantes com livros logo chamava a atenção de qualquer um que ali adentrasse e não foi diferente com o então jornalista do jornal “O DIA”. Convidado a se sentar pelo prof. João Gabriel, logo retirou o gravador do bolso, seu bloco de anotações e se pôs a dar início a entrevista.

Descrito por uma de suas filhas mais novas, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, como um homem que não se sentia confortável em conceder entrevistas tratando sobre sua vida, haja visto que não a considerava relevante, mas sim a sua produção científica e atuação profissional, neste dia em particular o prof. João Gabriel Baptista, aceitou responder algumas perguntas, dentre elas sobre sua trajetória pessoal.

Assim, no dia 21 de outubro de 1989, é publicado no jornal “O DIA” em Teresina uma matéria intitulada “Gabriel Batista²: desvendando os segredos da Geografia do Piauí e do Brasil”, na qual o então professor da Universidade Federal do Piauí cria uma narrativa inteligível sobre sua vida destacando aquilo que considerava importante³ de ser rememorado, isto é, a sua trajetória profissional. É neste relato, então, que o sujeito discorre sobre um, dentre os vários elementos, que compõem sua experiência de vida, e que, neste primeiro momento, interessa-nos para o desenvolvimento de nossa narrativa, ou seja, acerca da importância que o seu núcleo familiar

2. A grafia correta do sobrenome é “Baptista”, tratando-se possivelmente de um equívoco do jornal.

3. Ao se considerar o “olhar” produzido sobre si entendemos, a partir de Bourdieu (2006), que o sujeito na medida em que produz uma narrativa autobiográfica busca produzir uma inteligibilidade sobre as experiências que teve no decorrer de sua vida dando sentido e significado a esta ao tempo em que constrói suposta linearidade, isto é, “[...] o relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que ‘se entrega’ a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica [...], tendem ou pretendem-se organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis” (BOURDIEU, 2006, p. 184). Considerando ainda as reflexões de Avelar e Schmidt (2018), compreendemos que as relações produzidas entre a história e a biografia transformaram-se significativamente no decorrer do tempo no que tange as narrativas de cunho biográficas elaboradas, permanecendo, no entanto, a certeza de se tratar de um gênero produtor de incertezas, à medida que nenhuma escrita biográfica ou autobiográfica jamais conseguirá dar conta de toda a vida ou experiências que o sujeito teve e relações que estabeleceu e, ao mesmo tempo, refere-se a uma narrativa que se encontra repleta de percepções de supostas “verdades” tendo em vista que produz representações marcadas por intencionalidades sobre o “real”, ou seja, sobre um indivíduo que, na maioria dos casos, de fato existiu. Além disso, cabe indicar ainda que a necessidade de se refletir sobre uma suposta escrita biográfica não se encerra ou se fecha sobre o sujeito biografado, com este último surgindo na narrativa enquanto um pretexto para se tratar de um contexto, isto é, o singular torna-se um “[...] caminho para a elucidação de contextos mais globais” (AVELAR; SCHMIDT, 2018, p. 9).

teve no decorrer de sua trajetória, especialmente nas décadas iniciais de sua formação e inserção no meio cultural e intelectual piauiense.

Deste modo, ao rememorar⁴ sobre o término de sua graduação na Escola Politécnica da Bahia, onde bacharelou-se em Engenharia Civil, o então professor comenta sobre as possibilidades que se descortinavam no âmbito profissional indicando ser comum naquele momento a contratação de profissionais recém-formados nas universidades por empresas do sudeste e norte do país para atuação na área da construção civil, tendo recebido, segundo a entrevista em questão, várias ofertas de emprego.

No entanto, aos seus 26 anos, entre 1946 e 1947, resolve retornar ao Piauí, “[...] deixando para trás uma dezena de ofertas de empregos no Rio, Salvador e Belém [...]” (O DIA, 1989, p. 1). É neste regresso ao solo piauiense que rememora a relevância que o seu núcleo familiar teve na tomada desta decisão à medida que explica o porquê de haver recusado as propostas de

4. Ao tratarmos a memória como uma fonte a partir de Ricouer (2007), entendemos que o historiador estabelece uma relação dialógica entre o vivido e a lógica através da fonte. A lógica, dessa forma, seria uma interpretação ou mediação do vivido representado por esta fonte. Deste modo, as fontes históricas podem ser percebidas enquanto uma refiguração do real e não uma referência deste. A fonte é uma figuração ou um olhar sobre o passado e o historiador a refigura, a reinterpreta. A memória seria, então, uma fonte com a qual se pode estabelecer essa relação. Desta forma, a memória é vulnerável às ações do presente, ou seja, ela não é fixa e recebe diversas roupagens dependendo do presente no qual se encontra inserida, tornando-se representações que dependem do presente e, portanto, com seu substrato não se encontrando em tempos pretéritos, mas sim no presente. Ainda considerando o pensamento de Ricouer (2007), não existiria uma memória coletiva, mas sim diferentes memórias individuais com diferentes percepções por seus mais variados agentes e que tentam se impor ao Outro. Neste sentido, a memória coletiva só seria possível se agentes, o Estado, por exemplo, impusesse uma memória coletiva. No que se refere aos relatos memoriais, deve-se destacar que são ressignificados por todos que entram em contato com estes, sendo impossível atribuir-lhes apenas um sentido. Além disso, Ricouer (2007), ao mesmo tempo em que percebe a Memória com desconfiança, também busca destacá-la. Em sua perspectiva, “[...] se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar. [...] A ambição veritativa da memória tem títulos que merecem ser reconhecidos antes de considerarmos as deficiências patológicas e as fraquezas não patológicas da memória [...]” (RICOUER, 2007, p. 40). Dessa forma, Ricouer (2007) ora critica a Memória e a História e ora as evidencia, visto que em seu olhar ambas são frágeis já que não trazem à tona o passado levando em conta que seu discurso está ontologicamente ligado ao presente. Assim, ao considerarmos a memória e como podemos acessá-la, esta pode ser percebida enquanto o todo, estando no singular, enquanto as lembranças, por sua vez, estariam no plural, tratando-se dos elementos que comporiam esta memória e a qual os indivíduos teriam acesso por meio da operação de rememoração (RICOUER, 2007). No caso da entrevista concedida por João Gabriel Baptista em 1989, é notável que aquilo que foi rememorado e, portanto, registrado pelo jornal, dialoga com o momento e as experiências que marcavam o sujeito naquela conjuntura, tendo sido, possivelmente, ressignificado pelo indivíduo em questão e que trataremos de modo mais específico em capítulo posterior.

trabalhos em outros estados, conforme citação a seguir:

Eu não aceitei por insistência do meu pai que me pediu para ficar no Piauí. Nós eramos dois filhos (o outro é o atual presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Raimundo Batista) e não vivíamos com a família. Eu disse que só ficava se conseguisse arrumar um emprego. Meu pai, Ernesto José Batista, que era presidente do Tribunal de Justiça do Estado, conseguiu uma vaga no Serviço Nacional de Malária (hoje SUCAM⁵), como Engenheiro Chefe da Seção de Hidrografia (BAPTISTA, 1989, p. 1).

Desta forma, é graças ao seu pai e a influência de sua família na política local que João Gabriel Baptista, não apenas tem a oportunidade de estudar fora do estado, mas também de se inserir em redes de sociabilidades⁶ que marcaria significativamente sua trajetória no decorrer das décadas seguintes.

5. As ações do governo federal no tocante à erradicação da Malária no Brasil foram agrupadas em diferentes modos de organização ao longo do tempo após a fundação do Serviço Nacional de Malária em 1941. Em 1970, com a reorganização do Ministério da Saúde pelo governo federal, é criada a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) “[...] resultante da fusão entre o Departamento Nacional de Endemias Rurais, da Campanha de Erradicação da Varíola e da Campanha de Erradicação de Malária” (BRASIL, 1970). Esta última criada em 1965 por meio da Lei nº 4.709 de 28.6.1965. Em 1991, a SUCAM é incorporada à Fundação Nacional de Saúde (FNS), cuja sigla passa a ser FUNASA em 2000 (BRASIL, 2004), permanecendo com essa denominação até a contemporaneidade.

6. Entendemos, a partir de Sirinelli (2003), que as problemáticas em torno dos estudos sobre os intelectuais por parte da historiografia são marcadas por uma série de questões, dentre elas um interesse recente e renovado nas últimas décadas do século XX que procuraram produzir novas abordagens distintas daquelas produzidas até então, entendendo a heterogeneidade existente entre os indivíduos que compunham esta rede, haja visto sua composição abranger tanto mediadores como criadores culturais, bem como a necessidade de se preocupar não apenas com sua produção intelectual ou mesmo a rede a qual estes indivíduos se inserem, mas também de que modo se dá seu “[...] engajamento na vida da cidade como ator” (SIRINELLI, 2003, p. 243). Assim, conceituar o que seria um “intelectual” trata-se de algo delicado, variando no tempo e no espaço nos quais o indivíduo se encontre, sendo, portanto, necessário considerar as conjunturas que marcaram a atuação e a produção do sujeito em determinado tecido social. Nesse sentido, Sirinelli (2003) alerta para a preocupação que o historiador deve ter ao elaborar uma narrativa que trate sobre os intelectuais em considerar os espaços que estes sujeitos frequentavam e os afetos e sociabilidades construídos a partir disso, isto é, as estruturas de sociabilidades ou redes que se constituem em decorrência disto. Pode-se pensar estas enquanto o conselho editorial de uma revista, a atuação no espaço universitário enquanto professor ou mesmo nas academias de letras, estes dois últimos tratando-se de experiências vivenciadas por João Gabriel Baptista. Sirinelli (2003) aponta ainda para outro aspecto pertinente ao considerarmos estas estruturas de sociabilidades e que, deste modo, interessa-nos para esta narrativa, a relevância e ao mesmo tempo os cuidados necessários para compreender como se sucedeu a edificação do pensamento do (s) intelectual (is) que nos interessa (m) e, além disso, os afetos, os conflitos, as conexões, as contendas, que marcam os indivíduos nestas redes, evitando-se ser capturado pelo objeto e buscando compreender as relações que se desdobram entre as várias facetas ou identidades que permeiam o sujeito e como este também se encontra produzindo uma performatividade perante a sociedade (HALL, 2006; SILVA, 2014).

Todavia, para este capítulo, nossa atenção se volta para seu núcleo familiar, em específico seu bisavô, avô, pais e tios, buscando apontar de que modo a família Baptista se insere no cenário político e intelectual piauiense e como isto reverbera posteriormente na vida de João Gabriel Baptista⁷, especialmente ao considerarmos o contexto específico da segunda metade do século XX em Teresina.

1.1 “Ernesto de Caxias e o toque da cornêta”: querelas na política e economia no Piauí e Maranhão em meados dos oitocentos

Como começar? Qual o melhor caminho a ser percorrido para se contar esta história? Será que ao narrar sobre as experiências dos antepassados de João Gabriel Baptista estaríamos caindo na armadilha dos ídolos das origens⁸, algo tão caro a Bloch (2001) em sua *Apologia da História*?

Como narrar ou mesmo acreditar que nas páginas que seguem conseguiremos dar conta de compreender de que modo os indivíduos que aqui discutiremos reverberaram de alguma forma no sujeito-tela desta pesquisa? E, se conseguirmos alcançar este objetivo, como tratar estes indivíduos?

Devemos dar início indicando, por exemplo, a atuação política de Ernesto José Baptista, bisavô do sujeito que nos interessa? Ou será que suas atividades econômicas tornar-se-iam mais pertinentes para o que almejamos alcançar? É necessário deixar claro, então, que o recorte⁹ que aqui es-

7. Isto se torna necessário considerando a impossibilidade de se entender uma trajetória de um sujeito enquanto uma sucessão cronológica de acontecimentos relacionadas a um único indivíduo deslocada dos contextos sociais, temporais e espaciais nos quais o sujeito se inseriu, de modo que “[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado” (BOURDIEU, 2006, p. 190).

8. A partir de Bloch (2001), entendemos os problemas na percepção não apenas da existência da possibilidade de se alcançar ou “encontrar” um suposto surgimento de algo no passado, mas que isso, de algum modo, sirva para que compreendamos aquele aspecto no tempo presente, ou seja, a ideia problemática de que “[...] as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar [...]” (BLOCH, 2001, p. 57). Assim, Bloch (2001) alerta para o cuidado que o historiador deve ter, evitando o equívoco de acreditar que a existência de uma relação prévia seja capaz de produzir uma elucidação totalizante sobre algo, inferindo ainda que o tempo presente no qual os indivíduos existiram possibilita um olhar muito mais apurado do que um regresso ao passado na busca efêmera de uma resposta.

9. Ao historiador cabe recortar suas fontes de modo que estas atendam a narrativa que este busca criar. A este é preciso a compreensão de que os documentos aos quais tem acesso não são o passado, mas apenas um fragmento deste e que, além disso, só passam a ter algum significado após a atribuição de sentido dada pelo pesquisador em História. Desta forma, o historiador “[...] é responsável por sua seleção, seu recorte, sua elaboração. Embora parta

tabelecemos não tem como interesse dar conta de uma suposta totalidade das experiências destes sujeitos, mas sim servir à narrativa que desenvolveremos sobre João Gabriel Baptista na segunda metade do século XX e o contexto em que este esteve inserido.

Assim, talvez, possamos iniciar nos perguntando por que Ernesto José Baptista e qual a necessidade de retrocedermos em um século para iniciar esta narrativa? Considerando que estamos partindo do pressuposto da influência que a família de João Gabriel Baptista teve para sua inserção no meio intelectual teresinense, nos pareceu pertinente começarmos pelo primeiro antepassado sobre quem conseguimos acesso a fontes e que atuou de modo significativo (ou que de algum modo ficou registrado), em território piauiense e, especialmente, no tecido social em Teresina.

Nossa história tem início na década de 1840 no período oitocentista na província do Piauí, alguns anos antes da mudança de sua capital, que na década seguinte deixaria de ser Oeiras e passaria a ser a recém-criada cidade de Teresina¹⁰, momento este em que tivemos acesso a alguns registros sobre o sujeito em questão e que permitem discutirmos sobre sua atuação na política e economia da região.

Desta forma, quem foi Ernesto José Baptista? Tomando os cuidados

de matérias deixadas pelo passado, de escrituras que procuraram reter o sentido de cada instante e de cada experiência que contavam, o historiador fará com eles seu próprio origami, dobrará de uma outra forma estas páginas amareladas, dará a elas uma nova respiração, nascida do sopro da imaginação, da intuição, do sonho, da fantasia [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 152).

10. Segundo Andrade (2016), a mudança da capital do Piauí é algo que permeia o debate político e econômico da capitania desde o século XVIII e, posteriormente, nos tempos do Império, da província, no decorrer do século XIX até o momento de sua efetivação no início da segunda metade dos oitocentos. De acordo com a autora, a primeira capital, Oeiras, estava situada em uma localização de certo isolamento geográfico, ainda que estabelecida em uma região central no Piauí, portanto, parte dos grupos políticos e econômicos que atuavam na localidade defendiam que era pertinente e necessário a mudança da capital, seja por meio da criação de uma nova cidade que serviria como centro administrativo e político ou mesmo a alteração para uma cidade já existente, como Parnaíba, situada no litoral piauiense. A transferência da capital, então, possibilitaria uma maior conexão com o restante do país, permitindo não apenas a comunicação, mas o escoamento da produção piauiense por meio da maior via fluvial localizada em seu território, isto é, o rio Parnaíba. Nesse sentido, a problemática em torno desta modificação, bem como no desenvolvimento da navegação a vapor, assumiu um papel central nos discursos da época, tendo em vista a percepção construída de que estas transformações também permitiriam o desenvolvimento e um suposto “progresso” do Piauí. Assim, acreditava-se que uma nova capital seria “[...] um elemento decisivo para o desenvolvimento piauiense. Com isso, seria possível a sua inserção no mundo moderno e civilizado que permitisse ao território piauiense o tão sonhado progresso, desejando-se, portanto, a inclusão do Piauí nas rotas do mundo capitalista” (ANDRADE, 2016, p. 14), com isto tendo sido concretizado no ano de 1852.

alertados por Bourdieu (2006) e Avelar e Schmidt (2018), optamos por recortar os aspectos da vida e atuação deste indivíduo que nos interessavam para a elaboração desta narrativa, isto é, sua participação na política e economia do Piauí.

Ernesto José Baptista foi um comerciante e político piauiense que viveu entre as décadas de 1840 e 1860 entre Oeiras, Caxias e Teresina, estabelecendo contatos comerciais e político entre estas localidades, tendo sido deputado na assembleia legislativa provincial do Piauí em quatro legislaturas de 1854 a 1872 e, não obstante isto, assumindo em alguns momentos o cargo de Vice-Presidente da província, tendo exercido a presidência durante alguns meses de 1855, 1859 e 1860. Foi ainda coronel da Guarda Nacional (GONÇALVES, 1997).

Este breve parágrafo pregresso traz as informações presentes no verbete disponível no “Grande Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense 1549-1997” por Wilson Carvalho Gonçalves, membro da Academia Piauiense de Letras, sobre Ernesto José Baptista, lembrado pelo intelectual enquanto “Comendador”.

Ao analisarmos as fontes hemerográficas da época, ou seja, as publicações em jornais do Piauí e Maranhão entre os anos 1840 e 1860, não foram poucas as menções que encontramos do então comerciante e político, seja relacionada a sua vida privada, a exemplo de questões familiares, mas especialmente quanto a sua vida pública, dando conta do exercício de seus cargos ou de contendas que o indivíduo vivenciou no período e terminaram registradas nas páginas dos periódicos.

Destarte, o primeiro registro que tivemos acesso data de 1840, momento da vida de Ernesto em que este já atuava enquanto, possivelmente, fazendeiro e comerciante, tendo em vista que na edição de 30 de julho de 1840 de “O Telégrafo”¹¹, publicado em Oeiras, há a impressão de uma resposta feita por Francisco Sérgio d’Oliveira ao então presidente da província, Manuel

11. De acordo com Pinheiro Filho (1997), o jornal “O Telégrafo”, criado por meio de portaria em 1839, tratou-se de um periódico de cunho político que teve como objetivo inicial “informar” a população letrada sobre os caminhos que a Balaiada tomava naquele contexto no território da província e as medidas tomadas pelo governo provincial. Ainda segundo o autor, este contexto refere-se a um momento na história piauiense no qual era problemático uma oposição a Manuel de Sousa Martins, o então Barão da Parnaíba, posteriormente Visconde da Parnaíba, assim, “[...] não havia clima para a publicação de jornais noticiosos e independentes. Ninguém, dentro ou fora da situação governamental, àquele tempo, ariscava-se a tanto [...]” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 31). Deste modo, “O Telégrafo” se tratava de um jornal custeado pelo governo da província da época com o suposto objetivo de atender aos interesses deste último.

de Sousa Martins, o Barão da Parnaíba¹², que tinha, como um dos principais interessados em seu conteúdo, Ernesto José Baptista.

O registro do jornal em questão traz o seguinte: “Ilm.º e Exm.º Sr. – Estou de posse do Officio de V. Ex.ª dactado de 4 do corrente, e inteirado do que o mesmo contem, respondo: que já dei a Ernesto José Baptista as cautelas dos bois por elle vendidos” (O TELÉGRAFO, 1840, p. 3).

A partir do documento citado, então, algumas ponderações podem ser feitas e que permitem denotar de que modo Ernesto José Baptista possivelmente delineou sua atuação na política e economia do Piauí. A primeira delas implica a indicação de sua operação enquanto comerciante e fazendeiro que, conforme faremos inferências, se fará presente até o fim de sua vida, em fins dos anos 1860.

Esta última torna-se relevante haja visto que, provavelmente, denota de que modo este indivíduo pertencera a um determinado setor privilegiado e abastado da sociedade piauiense na época, sendo um sujeito de posses e bens, e como isto posteriormente possibilitou a seus filhos a perspectiva de viajarem ou estudarem em outras localidades, dentre elas Portugal e Recife, permitindo que o insiramos em uma certa elite piauiense neste momento e que também mantinha uma prática similar.

No caso de Portugal, na edição de 10 e 13 de abril de 1860 no jornal “Publicador Maranhense”, publicado em São Luís no Maranhão, é informado que o então Coronel Ernesto José Baptista, que já nesta época mantinha negócios no Piauí e no Maranhão, neste último especificamente em Caxias, havia enviado um de seus filhos a Portugal, sendo este a criança Justino José Baptista.

O mesmo jornal, alguns anos depois, em 22 de setembro de 1865, informa que o então filho do coronel, Justino José Baptista, estava regressando ao Maranhão, vindo de Pernambuco acompanhado de um escravizado. Aqui faz-se necessário uma pequena observação à medida que o jornal em

12. Manuel de Sousa Martins nasceu em 1767 em Oeiras e faleceu na mesma localidade em 1856. Fez parte dos grupos políticos dominantes na província do Piauí, estando à frente do seu governo na condição de presidente por vários anos entre as décadas de 1820 e 1840 (GONÇALVES, 1997). Teve destaque na sua atuação perante a consolidação do Estado Imperial brasileiro na província piauiense, tendo sido não apenas partidário do surgimento do novo estado pós-independência, “[...] como contribuíra ao longo da primeira metade do século XIX para que o Estado imperial lograsse êxito na Província” (SILVA, 2021, p. 7), fomentando a participação do Piauí nas lutas pela independência, bem como se opondo às concepções e ideais presentes na Confederação do Equador (SILVA, 2021).

questão registra da seguinte maneira: “De Pernambuco – Justino José Baptista, 1 escravo a entregar” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1865, p. 3).

É preciso inferir que este pequeno fragmento, talvez, indique um dos motivos da viagem empregada pelo infante e, possivelmente, custeada pelo pai, isto é, a comercialização de escravizados. Segundo Dourado (2017), a partir da segunda metade do século XIX, com o fim da comercialização transatlântica de escravizados, o comércio interno recebe um novo destaque, intensificando-se neste momento.

A autora ressalta, então, que com o avanço do café na região sul do Brasil, o fluxo migratório intensificou-se no sentido norte-sul e, portanto, as províncias do norte, dentre elas a zona de estudo da autora, a Paraíba, criaram mecanismos por meio de impostos para tentar reduzir esta migração e, conseqüentemente, a mão-de-obra em oferta na região. Deste modo, a autora informa que um dos mecanismos utilizados por senhores de escravizados para driblar o pagamento de impostos tratava-se do “acompanhamento” de um escravizado com o seu mestre, conforme noticiado, para, posteriormente, realizar a venda em outra província.

Embora no caso destacado de Justino José Baptista o indivíduo acompanhado do escravizado estivesse vindo de Pernambuco para o Maranhão, não seria impossível de supor que o seu pai, Ernesto José Baptista, estivesse se utilizando deste artifício para realização de tráfico interno, esquivando-se do pagamento dos devidos impostos naquele contexto em específico.

Quanto à Recife, em 1867, na edição de 23 de dezembro do jornal “Publicador Maranhense”, publicado na capital do Maranhão, São Luís, é reportado que João Gabriel Baptista (1851-1919) encaminhava-se para Pernambuco acompanhado de um escravizado a ser entregue na localidade.

De modo similar à viagem empregada alguns anos antes por seu irmão, Justino José Baptista, supomos, pela forma como o registro foi realizado, que a viagem, possivelmente, teria duas finalidades. Primeiramente, tendo em vista que, nos anos seguintes, João Gabriel Baptista iria bacharelar-se em Direito pela faculdade de Direito do Recife, nos parece provável que sua ida a Pernambuco neste momento de algum modo já estivesse relacionada com intenções futuras de estudar na capital de Pernambuco (GONÇALVES, 1997), assim como outros filhos das elites piauienses da época o fizeram (DINIZ; QUEIROZ, 2021).

O segundo motivo, e aqui há aproximação com a viagem de seu irmão, referia-se também a comercialização de escravizados, considerando

que, segundo Lima (2004), a província de Pernambuco, durante a década de 1860 e 1870 da segunda metade do século XIX, mesmo com ampliação da migração de escravizados para o centro-sul em função das plantações de café, permanecia sendo uma localidade pertinente de comércio entre as províncias no tocante ao tráfico interno, com entradas e saídas do porto de Recife em números similares.

Portanto, muito provavelmente, tratava-se também de uma viagem de comercialização de um escravizado e, possivelmente, com a intenção também de esquivar-se do pagamento de impostos, conforme Dourado (2017). Além disso, Vieira, J. (2010) indica que, em 1840, isto é, em década anterior, os indivíduos que praticavam o tráfico no Maranhão procuravam a província pernambucana para atender suas necessidades quanto ao tráfico interno, existindo ainda o movimento contrário, ou seja, a saída de escravizados de São Luís para Recife, ainda que em número reduzido. Deste modo, não nos parece improvável que, ainda que em contextos diferentes, muitos proprietários tivessem mantido a prática nos anos que seguiram, dentre eles a família de Ernesto José Baptista.

A segunda ponderação, por sua vez, indica que já neste momento Ernesto José Baptista detinha alguma influência ou contato com os setores políticos piauienses, haja visto que o documento transcrito se trata de uma resposta a um ofício feito pelo então presidente da província cobrando de Francisco Sérgio d'Oliveira os direitos devidos a Ernesto, isto é, o pagamento pela venda dos bois que este havia feito. Ainda que não tenhamos tido acesso ao ofício em questão, pode-se afirmar que tratar-se-ia de uma solicitação feita pelo próprio Ernesto à presidência da província e, não apenas isso, mas a própria resposta do governo provincial permite indicarmos, já neste momento, o estabelecimento de alguma relação dentro do âmbito político por parte de Ernesto.

Nos anos que seguem até o fim da década de 1840 e início da década de 1850 encontramos apenas breves registros de Ernesto José Baptista, em sua maioria, basicamente dando conta de sucessivas tentativas de eleger-se à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí na condição de deputado provincial. Assim, na edição de 10 de outubro de 1845 do jornal “Brado de Caxias”, periódico caxiense no Maranhão, seu nome aparece compondo a chapa do partido liberal¹³ para as eleições a deputado provincial no Piauí.

13. Neste contexto, a política imperial, consequentemente a política nas províncias, já começava a ser delineada pelos dois partidos que marcariam esse cenário até o fim do império

No entanto, não chegou a ser eleito neste primeiro momento. Considerando outras fontes disponíveis, a exemplo dos jornais maranhenses e piauienses consultados no período, bem como as bibliografias que tivemos acesso e que trazem verbetes biográficos sobre o sujeito, o resultado foi negativo, provavelmente por se tratar da primeira incursão do sujeito na vida política, bem como o cenário político piauiense conturbado nesta época.

Já indicamos previamente a filiação que existia neste contexto entre Ernesto José Baptista e Manuel de Sousa Martins. Considerando que neste momento, em 1845, alguns anos depois do registro citado de 1840 da venda de gado, Ernesto apareça filiado ao partido liberal e compondo sua chapa para a assembleia provincial não é motivo de surpresa. Cabe indicar, no entanto, que este período se tratava de uma conjuntura delicada no tocante à política local e nacional, bem como a influência desta última nas demais províncias, dentre elas a piauiense (VILHENA, 2016).

Segundo Vilhena (2016), num cenário local Manuel de Sousa Martins já sofria oposição por parte dos conservadores, a exemplo de seu sobrinho, Francisco de Sousa Martins, que o imputava culpa pelo cometimento de ações duvidosas ou de caráter ilegal quanto ao erário público, especialmente nos anos anteriores durante a Balaiada.

Não bastasse isto, o barão da Parnaíba, por ter governado a província do Piauí por diversos anos, tornou-se motivo de questionamentos por parte do partido conservador na câmara, tendo esta, com predominância dos conservadores, após diversos debates, conseguido a solicitação de sua saída

em 1889, o partido conservador e o partido liberal. Tratava-se, então, de correntes políticas que influenciaram significativamente a vida e a política no império (SALLES, 2012), especialmente a partir de 1847 com o surgimento do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, estabelecido pelo Decreto nº 523 de 20 de julho de 1847. Este último, por sua vez, supostamente, tinha por objetivo atuar equilibrando o poder do imperador (moderador) e executivo, ambos poderes concedidos ao monarca. No entanto, ainda que este tenha sido sua intenção inicial, na prática, o cargo em questão, por ausência de uma regulamentação específica acerca de sua atuação, terminou sendo utilizado e organizado de maneiras distintas por liberais e conservadores à medida que eram indicados pelo imperador para assumir o cargo (BARBOSA, 2007). Cabe indicar ainda que, neste cenário, os conservadores terminaram dominando a política imperial, especialmente até 1868, com muitos liberais neste intervalo adentrando ao partido conservador (caso de Ernesto José Baptista nas décadas seguintes) ou simplesmente sem ter a força política necessária para se contrapor aos interesses destes (SALLES, 2012). Ainda segundo Salles (2012), neste contexto, mesmo quando os liberais se organizavam em torno de um ideário comum, a exemplo do fim da escravidão, a ausência de uma vinculação a uma composição social, em detrimento dos conservadores que representavam, em maioria, os latifundiários (ainda que existissem fazendeiros vinculados ao partido liberal), dificultou nesta conjuntura a implementação de seus propósitos.

da presidência em 1843 e assumindo no lugar o conservador José Ildefonso de Sousa Ramos, crítico de Manuel de Sousa Martins e de sua administração. Assim, as eleições que seguiram no ano seguinte, em 1844, denotaram esse caráter de cisão partidária e política que reverberava no Piauí, e

[...] apesar das acusações mútuas, o resultado do pleito foi uma vitória esmagadora de Sousa Ramos e Francisco de Sousa Martins, atestando a proeminência dos conservadores sobre a facção liberal. Acima de tudo, a política no Piauí estava fracionada entre viscondistas e anti-viscondistas, apesar de que o resultado de 1844 possa ser compreendido numa dinâmica bem mais ampla, onde a investida conservadora representou um fenômeno de caráter nacional [...] (VILHENA, 2016, p. 71).

Mesmo que aqui não estejamos nos referindo a 1845, por se tratar de uma conjuntura muito próxima, ressaltando-se o fortalecimento dos conservadores frente aos liberais na província, isto, provavelmente, explica porque Ernesto José Baptista não se elege neste pleito e segue tentando nos anos seguintes.

Em 1848, na edição de 26 de fevereiro do jornal de Oeiras “O Governista”, temos notícia da participação, novamente, de Ernesto José Baptista compondo a chapa oposicionista, nas eleições para deputado na Assembleia Legislativa Provincial do Piauí. No mês seguinte, na edição de 4 de março de 1848, o mesmo jornal publica os resultados das eleições dos colégios eleitorais da província (Oeiras, São Gonçalo, Poty, Campo Maior, Barras, Piracuruca, Parnaíba, Jaicós, Jerumenha, Valença, Marvão e Príncipe Imperial), assim como o jornal de São Luís, “O Observador” na edição de 25 de outubro de 1849 referente as eleições para deputado provincial no Piauí e, novamente, Ernesto José Baptista não é eleito, mas, dessa vez, aparece como o quarto imediato no jornal piauiense e quarto suplente no jornal maranhense. Neste contexto, estar como “imediato” basicamente significava estar como suplente, podendo assumir o cargo caso houvesse alguma necessidade, tratando-se de situação comum em outras províncias brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro (MOREIRA, 2014).

Quanto à eleição para as Assembleias Provinciais, esta ocorria por meio dos eleitores de paróquia, considerados aqueles que conseguissem, porventura, acumular a maioria dos votos em detrimento aos demais, sendo realizada em cada freguesia uma assembleia paroquial para as votações (PIMENTA, 2012).

Nesse sentido, para gozar dos direitos políticos nesse contexto e poder votar e ser votado para as Assembleias Legislativas Provinciais na condição de deputado provincial, cargo pleiteado por Ernesto José Baptista, o cidadão deveria, atendendo os critérios da Constituição de 1824, poder votar nas Assembleias Paroquiais, ou seja, satisfazer as normas impostas pelo sistema eleitoral do império para as eleições primárias, a exemplo de ter mais de 25 anos e uma renda anual acima de 100 mil réis, dentre outras, e para as eleições secundárias, isto é, Câmara dos Deputados, Senado e Assembleia Legislativa Provincial, ter uma renda anual superior a 200 mil réis, dentre outros aspectos também (BRASIL, 1824), ou seja, “[...] para pleitear uma cadeira nos Conselhos de Província era necessário ter a idade mínima de 25 anos, ser probos e possuir meios decentes de subsistência” (FARIA, 2019, p. 4).

Cabe indicar ainda que nesta época o número de cadeiras na Assembleia Legislativa Provincial, conforme o Ato Adicional de 1834, responsável por reformar alguns aspectos da Constituição de 1824, já havia sido ampliado nas províncias, passando no caso do Piauí de 13 para 20 vagas para o cargo de deputado provincial (BRASIL, 1834; FARIA, 2019).

No ano seguinte, em 1849, o nome de Ernesto José Baptista volta a aparecer vinculado às eleições, mas, dessa vez, para as eleições paroquiais em São Gonçalo no Piauí, tendo sido eleito, segundo a edição do jornal “A Aurora”, de Caxias (MA), de 16 de agosto de 1849. Esta mesma notícia, referente às eleições paroquiais em São Gonçalo, foi ainda reproduzida por outro jornal maranhense, “O Estandarte”, em 7 de setembro de 1849.

Isto possivelmente permite a compreensão também do porquê o sujeito em questão ter passado a compor os quadros do partido conservador nos anos seguintes, especialmente durante a época em que se torna deputado na Assembleia Legislativa Provincial e Vice-Presidente da província.

Assim, no início dos anos 1850, no ano de 1852, Ernesto José Baptista tem sua primeira eleição para o cargo de deputado provincial na Assembleia Legislativa, participando de um momento significativo na história político-administrativa do Piauí, isto é, a criação da nova capital da província (ANDRADE, 2016).

Tendo o projeto de lei de transferência fracassado no ano anterior, isto é, em 1851, Andrade (2016) indica que José Antônio Saraiva, na época presidente da província do Piauí, termina sendo obrigado a aguardar a formação de um novo grupo de deputados na Assembleia Legislativa por meio de eleições. Deste modo, “[...] o resultado saiu em março daquele ano, e, para

a surpresa dos adversários, José Antônio Saraiva obteve uma vitória esmagadora, tendo em vista que todos os deputados eleitos eram mudancistas” (ANDRADE, 2016, p. 63).

Neste contexto, o então Tenente-Coronel Ernesto José Baptista foi um dos deputados a assinar os projetos de lei que oficializava a transferência da capital e elevava a Vila Nova do Poti a categoria de cidade, passando a ser chamada agora de Teresina, o novo centro político-administrativo do Piauí.

A mudança da capital e o discurso em torno desta não se tratava de um som uníssono, havendo vozes discordantes e que se colocaram enquanto oposição tanto antes quanto após a finalização do processo de transferência. Segundo Vilhena (2016), a discussão em torno da criação de uma nova capital já se fazia presente no início da década de 1840, tendo sido um dos projetos defendidos por José Ildefonso de Sousa Ramos, presidente da província após Manuel de Sousa Martins, que via na alteração da capital duas questões: o desenvolvimento da província e o descentramento do poder político deste último, o barão da Parnaíba, que tinha seu poder e sustentação política vinculada, especialmente, a Oeiras.

O projeto, no entanto, mesmo reaparecendo enquanto discurso em administrações posteriores, como na de Zacarias de Góes e Vasconcelos, especialmente no primeiro ano de seu governo em 1845, permanece neste âmbito e só com a administração de José Antônio Saraiva entre 1850 e 1853 foi posto em prática.

No caso de Zacarias de Góes, ressaltou-se os altos custos que a empreitada levaria, sendo inviável dispendir estes valores dos cofres da província piauiense (VILHENA, 2016; REGO, 2010). “Assim, Antonio Saraiva incorporou as projeções de Sousa Ramos sobre a navegação e a cidade; as críticas a Oeiras e a rejeição à lei de 1844, presentes em Zacarias de Góes; e a escolha da vila do Poti como solução mais viável [...]” (VILHENA, 2016, p. 96).

As contendas e posicionamentos contrários, doravante, conforme indicado, permaneceram durante e após a alteração, e segundo Vilhena (2016), os liberais buscaram desconstruir a argumentação em torno da necessidade de transferência da capital chegando, na administração de Saraiva, a recorrer ao governo imperial para evitar a situação posta.

Além disso, nos meses que marcam a aprovação da lei de transferência do centro político-administrativo e a consequente mudança efetiva deste para Teresina também foi possível encontrar registros na imprensa local, particularmente à imprensa de oposição liberal, críticas contrárias à trans-

ferência e incentivos para que a população de Oeiras se revoltasse contra o governo da província, dada a conjuntura do momento (ANDRADE, 2016).

É o caso da edição do jornal “O Echo Liberal”, publicada em 15 de julho de 1852, que não apenas trazia na íntegra o projeto que havia sido aprovado de mudança da capital, mas o fazia acompanhado de questionamentos e uma clara discordância à postura adotada pelos deputados provinciais no que se refere à aprovação da alteração, inferindo ainda que se tratava apenas de uma forma de atender aos “caprichos” de Saraiva, o então presidente da província.

Nos meses subsequentes, o então presidente da província preocupou-se em concretizar a mudança, instituindo as novas repartições públicas e finalizando o processo até o fim daquele ano (ANDRADE, 2016). Para Ernesto José Baptista, tratou-se de um momento singular em sua trajetória política, não apenas pela ampliação de sua influência na política piauiense, mas também por sua inserção no partido conservador e, consequentemente, saída do partido liberal.

Ainda que não tenhamos fontes que sustentem sua saída do Partido Liberal neste momento, à medida que em duas eleições anteriores Ernesto ainda se encontrava vinculado aos liberais, conforme indicado anteriormente, e, considerando que, conforme Vilhena (2016), os liberais eram contrários a mudança da capital de Oeiras, nos parece muito provável que seu posicionamento favorável, segundo Andrade (2016), tenha decorrido também da alteração de sua vinculação política, estando filiado a partir deste início da década ao partido conservador na província do Piauí e permanecendo neste até o fim de sua vida em fins da década de 1860, provavelmente entre os anos de 1866 e 1869, conforme veremos posteriormente.

Além disso, a transferência do centro político-administrativo de Oeiras para Teresina, localizada na divisa com o Maranhão por meio do rio Parnaíba, divisa natural das duas províncias, significou para o político e também comerciante uma aproximação com os negócios que, caso ainda não realizasse, viria a tratar em Caxias na província maranhense nos anos seguintes.

Cabe indicar que um dos motivos que levaram também à alteração da capital para uma localidade nas margens do rio Parnaíba se conectava com a vontade por parte de certos grupos políticos e econômicos piauienses de colocarem fim a dependência que a província do Piauí tinha do Maranhão, especialmente de Caxias, no tocante a diversos aspectos como o comércio e também o escoamento de sua produção, haja visto que “[...] a apregoada di-

ficuldade de comunicação de Oeiras obrigava o escoamento somente pelo Maranhão [...]” (GANDARA, 2011, p. 9).

Assim, segundo Gandara (2011), a mudança da capital não apenas possibilitaria, supostamente, o desenvolvimento da província, tendo em vista a sua localização estratégica, mas facilitaria a comunicação entre a província e as demais regiões do império em função do rio, bem como esperava-se com isso “[...] o fim da dependência em relação a Caxias e São Luís” (ANDRADE, 2016, p. 15).

Nas décadas seguintes, com o desenvolvimento de Teresina, Caxias perde este espaço alcançado previamente na economia do Piauí, e a nova capital piauiense passa a fomentar a comunicação, o comércio e o escoamento da produção piauiense, especialmente, pela via fluvial do rio Parnaíba (QUEIROZ; 1998, REGO, 2010).

Neste contexto, tem-se “[...] um novo modelo econômico, ligado à navegação fluvial, ao extrativismo vegetal e ao comércio exterior” (REGO, 2010, p. 78). Com a alteração do centro político-administrativo às margens do rio Parnaíba finalizava-se o primeiro elemento para este novo modelo que se delineava, sendo necessário, nas décadas seguintes, garantir o escoamento da produção piauiense pelo rio Parnaíba até a cidade de Parnaíba no litoral piauiense e, conseqüentemente, até o oceano Atlântico, resolver a situação de litígio com a província do Ceará retomando o então povoado de Amarração e neste construir um porto, bem como, posteriormente, construir uma estrada de ferro até Amarração, também com o objetivo de escoar os produtos do Piauí, notadamente a pecuária e o extrativismo vegetal, para outras províncias ou para outros países (VIEIRA, L., 2010; REGO, 2010; QUEIROZ, 2011; BAPTISTA, 2019).

A situação litigiosa referente a Amarração com o Ceará foi solucionada apenas em 1880, após amplo debate entre os políticos da província piauiense e cearense na Câmara dos Deputados e no Senado, por meio do Decreto 3.012 de 22 de outubro de 1880 no qual o Piauí cedeu as vilas de Príncipe Imperial (atual Crateús) e Independência para o Ceará em troca da vila de Amarração (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021a). No entanto, embora tenha funcionado durante várias décadas uma estrutura na vila em formato de trapiche enquanto ancoradouro, o porto em si e a melhoria da barra de Amarração, com o aumento de sua profundidade, para embarcações de calado maior, evitando acidentes marítimos como encalhe ou naufrágio, nunca foram realizadas (BAPTISTA, 2019). Quanto à estrada de

ferro, esta foi construída no final dos anos 1910 e no início dos anos 1920 chegou até a vila de Amarração, tendo funcionado por algumas décadas transportando passageiros e produtos (VIEIRA, L., 2010).

Assim, entre as décadas de 1850 e 1860, Ernesto José Baptista passa a viver entre as duas províncias, mantendo casa e comércio tanto em Caxias no Maranhão, como em Teresina no Piauí, na qual também atuava politicamente na Assembleia Legislativa Provincial e, em certos momentos, enquanto vice-presidente da província.

Em função disso, seu nome passa a figurar de modo substancial não apenas na imprensa piauiense, mas também em alguns jornais ou periódicos maranhenses do período, seja para destacar questões relacionadas aos seus empreendimentos, listando estes últimos e suas localidades, ou para inferir sobre sua atuação na política piauiense, tanto no sentido de elogiar quando se tratava de jornais de cunho conservador como de criticar quando partia da imprensa liberal, ou mesmo para informar sobre os momentos que viajava ou que chegava em certas localidades com sua família, notadamente seus filhos, a exemplo de João Gabriel Baptista, próximo indivíduo a ser tratado neste capítulo.

É assim, por exemplo, que na década de 1860 tem seus negócios listados por diversas vezes no Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão¹⁴ em localidades distintas na mesma província, com destaque para Caxias, San' José dos Mattões¹⁵ e San' José das Cajazeiras¹⁶.

14. Tratou-se de uma publicação feita na província do Maranhão entre a década de 1850 e 1860 que compilava dados e estatísticas diversas, dentre elas questões relacionadas a economia e ao comércio, discriminando os indivíduos que tinham negócios no Maranhão, nosso interesse para esta narrativa.

15. Inicialmente criado como Distrito pela lei provincial nº 13 de 08 de maio de 1835 foi elevado à categoria de vila pela lei nº 616 de 06 de julho de 1863, estando localizado na província do Maranhão próximo à divisa com o Piauí, bem como a Caxias (MA). No século XX, por meio da lei estadual nº 820 de 30 de dezembro de 1943, teve seu topônimo alterado para Matões (IBGE, 2022).

16. Teve esta nomeação em decorrência de uma homenagem ao santo padroeiro do então povoado, São José, e, quanto a Cajazeiras, esta esteve relacionada à existência destas árvores nas proximidades com o rio Parnaíba, especialmente onde se localizava o porto das Cajazeiras (SANTOS, 2007a). “Esse porto, denominado Cajazeiras, assim batizado por haver inúmeras cajazeiras orlando o rio, impulsionou o transporte fluvial deste povoado, tornando-se um ponto de parada, de embarque e desembarque de mercadorias, carnes secas, couramas, solas, algodões, dentre outras [...]” (SANTOS, 2007a, p. 25). No final do século XIX teve o nome alterado, em 1890, foi elevada à categoria de vila, alterando-se o seu nome para Flores e em 1943, no século XX, tornou-se uma cidade, alterando-se seu nome desta vez para Timon, localizada na divisa com o Piauí por meio do rio Parnaíba e Teresina (SANTOS, 2007a).

No ano de 1860 no município de Caxias seu nome aparece na lista de “Casas de negocio, de seccos, molhados e fazendas” (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL, 1860, p. 331) possuindo um empreendimento no largo da matriz¹⁷. Seu nome em Caxias torna a aparecer na listagem de proprietários e capitalistas, não ficando claro se tratava da posse de um comércio ou de moradia, embora suponhamos que se refira a ambos, haja visto que em outras ocasiões são feitas referências a Ernesto tendo moradia ou vivendo de fato em Caxias.

Podemos citar, por exemplo, a edição de 18 de dezembro de 1851 do jornal “Publicador Maranhense”, periódico publicado em São Luís no Maranhão, que traz a transcrição de um ofício pelo então presidente da província, Eduardo Olímpio Machado, este último tendo assumido a presidência da província do Maranhão alguns meses antes, em 5 de junho de 1851 (SILVA, 2018).

O documento em questão era direcionado ao Sr. Comendador Domingos da Silva Porto e solicitava que se fosse transportado o

[...] quanto antes para o Piauihy um caixão, que, vindo da Bahia à disposição do Exm. Prezidente d’aquella Provincia se acha recolhido na Alfandega, espero que V.S., recebendo-o d’aquella Repartição, haja de remettel-o para Caxias, e mandar entregar alli ao Tenente Coronel Ernesto José Baptista, á quem nesta data offício para dar-lhe o conveniente destino. [...] Neste sentido se officiou ao Tenente Coronel Ernesto José Baptista (PUBLICADOR MARANHENSE, 1851, p. 1).

Apesar de não sabermos o conteúdo do caixão. Entretanto, considerando o documento, parece-nos improvável que o indivíduo ora citado, isto é, Ernesto José Baptista, não tivesse, além de comércio, residência em Caxias. Não obstante isto, em outras oportunidades o Tenente-Coronel também é citado como estando em Caxias, seja para o recebimento de itens que deveriam ser destinados ao Piauí, como o caso citado, mas também em outras ocasiões envolvendo o transporte de outros tipos de materiais, como maquinário para produção agrícola ou mesmo o transporte de dinheiro para realização de pagamentos.

Podemos indicar, então, também no jornal “Publicador Maranhense”,

17. Segundo Souza (2016), situa-se no centro de Caxias (MA), possuindo em sua localização a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e São José, a igreja matriz da cidade, construída ainda durante o século XVIII pelos jesuítas.

a transcrição de dois ofícios da presidência da província do Maranhão destinados a Ernesto em Caxias, como nas edições dos dias 16 de fevereiro de 1850 e 12 de maio de 1854. Na primeira data, tem-se o seguinte:

– Ao Major Graduado Commandante da Guarnição de Caxias – Por via do Negociante desta Praça José Pedro dos Santos, remetto a Vmc. dous caixões contendo um o retrato de S. M. o Imperador, e outro uma machina de desenroçar algodão os quaes Vmc. fará entregar ao Tenente Coronel Ernesto José Baptista afim de serem enviados ao Exm. Sr. Presidente da Provincia do Piahy logo que elle os mande receber” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, p. 1).

Na segunda, por sua vez, tem-se o registro a seguir:

– Requisitando-se o Exm. presidente da provincia do Piahy a remessa para alli da quantia de um conto novecentos e vinte mil réis em moéda de cobre, para occorrer ao pagamento de jornaes de operários, e outras despesas pequenas; haja V. S. de, por conta de supprimentos, que se faz á aquella provincia, mandar entregar a dita quantia ou nessa especie, ou mesmo em papel, ao tenente coronel Ernesto José Baptista, que se acha encarregado do seu transporte. Previno a V. S. de que as despesas, que se fizerem com saccos, caixões e frete desse dinheiro, deverão ser pagas por conta do mesmo supprimento. Deus guarde a V. S. Palacio do governo do Maranhão 1 de abril de 1854 – *Eduardo Olimpio Machado* – Sr. inspetor da thesouraria de fazenda. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1854, p. 1).

Alguns anos depois, no ano de 1859, situação similar também é registrada no citado jornal em sua edição de 2 de maio de 1859. No entanto, por já ter deixado a capital maranhense rumo a Caxias, Ernesto fica impedido de retornar ao Piauí com os itens a serem entregues, conforme podemos observar na citação a seguir:

– Ao Exm. presidente da provincia do Piahy. – Tendo o tenente coronel Ernesto José Baptista deixado de levar a somma de quinze contos de reis em moeda de prata miuda, que veio da côrte com destino á essa provincia, e á qual se refere o meu officio de 2 do corrente, nesta data ordeno ao inspetor da tesouraria que faça remettel-a pelo commandante do vapôr Pindaré ao collector da cidade de Caxias, de quem V. Exc. se dignará de mandar recebê-la (PUBLICADOR MARANHENSE, 1859, p. 1).

Deste modo, nestas três oportunidades não apenas podemos indicar a

existência de uma residência de Ernesto José Baptista em Caxias, mas que este, possivelmente, ao menos em determinados momentos do ano, vivia ali, ainda que atuasse também politicamente e economicamente no Piauí, especificamente em Teresina.

Não apenas isto, mas denota também a influência que o indivíduo passou a exercer no cenário político local, servindo em alguns momentos, possivelmente dependendo das filiações políticas dos presidentes das províncias, como um sujeito de “confiança” ou mesmo que se beneficiava para a realização de certas transações, como as citadas aqui.

Quanto aos anos de 1850 e 1851, nas datas de publicações dos ofícios, estavam na presidência da província do Piauí Inácio Francisco da Mota e José Antônio Saraiva respectivamente. Já em 1854 encontrava-se enquanto chefe do governo provincial piauiense Antônio Francisco Pereira de Carvalho (ANDRADE, 2016).

Já indicamos, ao longo desta narrativa, a aliança política estabelecida entre José Antônio Saraiva e Ernesto José Baptista diante da celeuma em torno da transferência da capital. Quanto aos outros dois, tendo em vista que, segundo Andrade (2016), no tempo em que Inácio Francisco da Mota esteve no poder, este foi contrário a mudança, aproximando-se do posicionamento dos liberais da província e, considerando, que entre 1845 e 1851, aparentemente, Ernesto esteve vinculado ao partido liberal, tendo concorrido por este em duas ocasiões e na segunda chegando a ser convocado para assumir a vaga de suplente (O ECHO LIBERAL, 1851, p. 3) em 1851, não nos parece impossível que tenha tido algum tipo de aliança ou relação com o então presidente da província Inácio Francisco da Mota.

Com relação a Antônio Francisco Pereira de Carvalho, seu posicionamento favorável ao desenvolvimento da província por meio da utilização e melhoria das vias fluviais, isto é, concordante com a transferência da capital (ANDRADE, 2016), vai ao encontro do próprio voto dado por Ernesto em 1852 para a mudança, o que nos leva a supor que nesta época, possivelmente, também eram aliados políticos.

Ainda que aqui estejamos fazendo inferências é preciso lembrar, segundo Albuquerque Júnior (2007, p. 25), que “[...] mesmo aquele documento ou vestígio do passado que possa ter chegado até nós por puro acaso foi produzido no seu tempo obedecendo a intencionalidades, ou seja, as evidências em seu próprio tempo são fabricadas”, ou seja, ainda que o improvável esteja inserido no processo histórico, devendo ser considerado em

diversos momentos, em muitos casos as fontes que temos acesso são frutos de um determinado lugar social (CERTEAU, 1982), sendo necessário considerarmos estes contextos e, portanto, as relações existentes entre os sujeitos nestas conjunturas para buscarmos compreender os por quês que permeiam os questionamentos que fazemos no tempo presente.

Por fim, apenas com o objetivo de finalizar essa questão, ressaltamos a edição de 4 de fevereiro de 1859 do jornal piauiense publicado em Teresina “O Propagador” que contém o seguinte anúncio referente a fuga de um escravizado:

– Da fazenda Curraes-novos, termo das Barras, pertencente a D. Torquato da Cunha e Silva Gonçalves, fugio o seu escravo Fidelles, cabra, de 40 annos, estatura ordinaria, fornido, presença alegre, meio calvo, começando a pintar, um tanto barbado, tem uma cicatriz na testa, um dente de menos na frente, e provavelmente signaes de relho nas costas. Quem o entregar naquella fazenda, ou na Theresina ao sr. dr. Candido Gil Castello-branco, em Campo-maior ao sr. capitão Antonio Maria Eulalio, em Caxias ao sr. tenente coronel Ernesto José Baptista, será bem recompensado” (O PROPAGADOR, 1859, p. 4).

A solicitação de, caso o escravizado fosse localizado, que este fosse entregue a indivíduos específicos em certas localidades, nos chama atenção justamente no caso de Caxias (MA), na qual deveria ser conduzido ao tenente-coronel Ernesto José Baptista.

Ainda que anteriormente tenhamos trazido documentos que tratavam do início da década de 1850, enquanto este último jornal já refere-se ao final desta mesma década, caso Ernesto ainda não morasse em Caxias ou passasse um tempo significativo lá no início dos anos 1850, considerando a solicitação presente nesta edição de “O Propagador” nos parece provável que este tivesse moradia fixa lá, ao ponto, inclusive, disto se tornar material para críticas realizadas por opositores políticos em momentos que Ernesto esteve no comando da presidência da província, podendo-se citar como exemplo a edição de 10 de outubro de 1860 do jornal liberal publicado em Teresina, “O Expectador”, que, em sua discordância da administração do político, comerciante e fazendeiro, faz questão de chama-lo de “Ernesto de Caxias” (O EXPECTADOR, 1860, p. 4), questão esta, isto é, as divergências e conflitos políticos nos quais Ernesto se envolveu, a ser tratadas posteriormente.

Retornando ao Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão de 1860, Ernesto José Baptista é listado novamente, mas dessa

vez em São José dos Matões e enquanto criador de gado na localidade de Tapera¹⁸. Alguns anos depois, já em 1864, o político e comerciante piauiense segue nas listagens do Almanaque, reaparecendo com seu comércio no largo da matriz em Caxias, mas, no caso de São José dos Matões e da criação de gado, altera-se a localidade para San'João Novo.

No ano seguinte, em 1865, as informações referentes a Ernesto José Baptista em Caxias e São José dos Matões apenas são repetidas, mas acrescenta-se em São José das Cajazeiras também a atividade de criar gado, dessa vez, supostamente, na localidade denominada de San'João Novo.

Cabe indicar que na edição de 1 de maio de 1863, do periódico “Publicador Maranhense”, é informado que Ernesto havia dissolvido sua sociedade comercial com seu genro em Caxias, com o empreendimento tendo permanecido apenas no nome do primeiro. Acreditamos, então, que o comércio situado no centro de Caxias até esta época pertencia a ambos, tornando-se apenas de Ernesto a partir de 1863.

No caso do Piauí, Ernesto José Baptista também é mencionado enquanto proprietário não apenas de casas, mas de comércios, principalmente em Teresina, podendo-se citar, como exemplo, a propriedade que possuía na rua Paissandu¹⁹ e na Rua Grande²⁰, colocadas à venda após a sua morte em fins dos anos 1860.

Quanto a estas propriedades em Teresina identificamos no jornal conservador “O Piauhy” dois registros da tentativa de venda das casas, sendo a primeira na edição do dia 20 de junho de 1869, informando o seguinte: “Vende-se por preço commodo as meias-aguas que forão do finado coronel Ernesto Jose Baptista, sitas na rua grande defronte da casa do dr. Simplicio; quem

18. Não conseguimos identificar ao longo da pesquisa se era o nome de seu sítio ou fazenda.

19. Anteriormente também foi conhecida como rua do Pequizeiro (TITO FILHO, 1986). Localiza-se na região central de Teresina, possuindo em suas proximidades, nas décadas que seguem a fundação da capital, alguns empórios comerciais (ANDRADE, 2016). Posteriormente, “[...] se constituiu como a mais tradicional zona boemia e de prostituição em Teresina sem estar fora do perímetro urbano, mas dentro dele [...] com as ruas adjacentes, constitui-se na zona, de modo que a palavra Paissandu passou a significar não somente um nome de rua, mas o de baixo meretrício, local de prostituição” (SÁ FILHO, 2006, p. 56).

20. De acordo com Andrade (2016), tratava-se de uma das ruas de maior relevância para a recém-criada capital do Piauí, estando próxima ao rio Parnaíba e sendo uma das poucas ruas da cidade que a partir dos anos 1880 possuía iluminação pública por meio da instalação de candeeiros vindos do exterior. Além de casas, era possível encontrar em suas adjacências a existência de estabelecimentos comerciais, como a farmácia de Eugênio Marques de Holanda (CHAVES, 2013). Atualmente refere-se à rua Álvaro Mendes situada no centro da capital piauiense, tendo sido conhecida ainda como Dr. Portela e Firmino Pires (TITO FILHO, 1986).

as pretender comprar dirija-se a rua Bella n. 54 que acha com quem tratar” (O PIAUHY, 1869, p. 4). Alguns dias depois, na edição do dia 25 de junho de 1869, outro anúncio é realizado, conforme a citação a seguir: “Vende-se a meia morada de casa sita na rua do *Paysandu* proxima ao estabelecimento dos educandos cujas casas forão do finado coronel Ernesto José Baptista: a tractar com Firmino Alves dos Santos” (O PIAUHY, 1869, p. 4).

Além disso, tem-se notícia também da existência de uma casa comercial em Teresina que mantinha em parceria com José Alves de Barros²¹ até o início de 1860. Tem-se o seguinte na edição de 10 de dezembro de 1860 do jornal “O Propagador”²², publicado na então capital piauiense:

Os abaixo assignados fazem sciente ao publico que teem amigavelmente dissolvido a sociedade commercial que n’esta cidade girava sob a firma social – Ernesto & Barros, ficando a cargo do socio Ernesto toda liquidação da dita casa. Outrosim avisão aos devedores da extincta sociedade para no prazo de 60 dias a contar da presente data virem satisfazer seus debitos, ou entenderem-se com o ex-socio Ernesto a respeito, ou com seus procuradores n’esta cidade – Dr. Deolindo Mendes da Silva Moura²³, Capitam Francisco da Costa Martins.

Therezina; 30 de Novembro de 1860.

Ernesto José Baptista.

José Alves de Barros (O PROPAGADOR, 1860, p. 40).

Deste modo, Ernesto José Baptista possuía propriedades em Caxias, São José dos Matões, São José das Cajazeiras, Teresina e em São Luís. Assim, entre o fim dos anos 1840 até a década de 1860 é possível encontrar diversos registros de viagens realizadas por Ernesto José Baptista, às vezes

21. Não encontramos mais informações sobre este indivíduo.

22. Jornal de cunho liberal de tipografia independente com edições publicadas entre os anos 1858 e 1860. Tinha como principais redatores Antônio Borges Leal Castelo Branco, Cândido Gil Castelo Branco, Deolindo Mendes da Silva Moura e Livio Lopes Castelo Branco (PINHEIRO FILHO, 1997). É possível encontrar em suas páginas algumas edições com contendas com os conservadores, bem como com o jornal “O Expectador”, de cunho conservador, a exemplo da edição de 3 de julho de 1859 que trata da posse do novo presidente da província, na ocasião, Ernesto José Baptista.

23. Nasceu em Oeiras no Piauí em 1835 e faleceu em Teresina na mesma província em 1872. Foi um jornalista e político, bacharelando-se em Direito em Olinda em 1857. Foi ainda deputado provincial pelas legislaturas de 1858, 1860 e 1864, tendo presidido a Assembleia Legislativa Provincial em duas oportunidades. Foi ainda redator de diversos jornais da época, além de redator-chefe do “A Liga e Progresso”, “O Propagador” e “A Imprensa”. Seu desempenho na política e na redação dos jornais foi marcada ainda por contendas e divergências no tempo em que atuou em Teresina (GONÇALVES, 1997; PINHEIRO FILHO, 1997).

acompanhado de seus filhos, saindo de São Luís (MA) e em direção a Caxias (MA) ou mesmo anúncios de que este estaria vindo da capital maranhense rumo a Caxias.

É o caso, por exemplo, da edição de 12 de abril de 1849 do jornal caxiense “A Aurora” na qual informa a chegada do então Tenente Coronel Ernesto José Baptista com informações pertinentes referentes à política maranhense, no caso em questão, acerca da dissolução da Assembleia Provincial, além da alteração do comandante da guarnição de Caxias.

Já na década de 1850 e 1860, tem-se publicado no periódico “Publicador Maranhense”, nas edições de 15 de abril de 1858, 2 de maio de 1859, 6 de abril de 1861 e 12 de abril de 1862, notícias sobre sua partida de São Luís para Caxias. Contudo, a edição de 15 de abril de 1858 chama a atenção por seu conteúdo, conforme observado a seguir: “– Ao Exm. presidente da provincia do Piauy. – Devolvo á V. Ex. a carta, que acompanhou o seu officio de 30 de março ultimo, pois que o tenente coronel Ernesto José Baptista, a quem é ella dirigida, já regressou para a cidade de Caxias” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1858, p. 1).

Esta resposta por parte do presidente da província do Maranhão e o próprio officio do presidente da província do Piauí por ele citado torna-se relevante por permitir a inferência de que, talvez, Ernesto também tivesse residência em São Luís, ao ponto de o governo provincial piauiense encaminhar officios diretamente à capital maranhense.

No entanto, considerando os negócios que o indivíduo estabelecera tanto no Piauí como no Maranhão, não podemos nos furtar à possibilidade de suas idas a capital do Maranhão estarem relacionadas a resolução de questões comerciais, políticas ou mesmo da educação de seus filhos, haja visto que também é possível encontrar registros de seu filho, João Gabriel Baptista (1851-1919), tendo estudado o primário em São Luís. Faltam-nos, portanto, documentos que permitam indicar a existência de propriedades pertencentes a Ernesto José Baptista na cidade de São Luís no contexto aqui trabalhado.

Contudo, era em Caxias, na província vizinha do Maranhão, que residia ou passava a maior parte de seu tempo, conforme os documentos já apresentados no decorrer desta narrativa. Este aspecto torna-se relevante, haja visto a forma como isto afetou diretamente em sua trajetória política, seja no sentido de, em algumas administrações provinciais, servir como uma ponte de diálogo entre Piauí e Maranhão, conforme asseverado anteriormente, mas também pelo fato de o ter conduzido a integrar comissões

que o beneficiariam diretamente, bem como a críticas que terminaria recebendo em uma de suas administrações enquanto presidente da província do Piauí por “ser” de Caxias, isto é, de certo modo, podendo ser considerado um *outsider* por seus críticos.

A partir de Elias e Scotson (2000), compreendemos que nas sociedades os sujeitos podem fracionar-se entre o *establishment* (estabelecidos) e os *outsiders* (estrangeiros), produzindo uma relação de poder dicotômica entre os dois grupos. A partir das considerações dos autores, entendemos o *establishment* como aqueles indivíduos ou grupos que pertenceriam ou se beneficiariam, de algum modo, de posições de poder.

Além disso, pode-se tratar também de uma comunidade que se percebe como moralmente superior, portando-se como um modelo que deve ser seguido. Quanto aos *outsiders*, estes seriam o “outro”, o “estrangeiro”, o “de fora”, aquele que não possui os marcos identitários e que, portanto, não pertence ao *establishment*, sem necessariamente compor um grupo ou uma comunidade social. No interior desta relação para a manutenção do *status quo* e do seu poder,

[...] o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros [...] assim, a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 14-15).

Deste modo, o poder não se encontra reduzido a uma relação dominador/dominado, mas pode e deve ser observado em outras instâncias, como entre sujeitos de determinada família ou, como no caso aqui trabalhado, entre indivíduos pertencentes ao mesmo partido. Destacamos este último ponto, isto é, a questão partidária, haja visto que a crítica quanto ao “ser” de Caxias não parte de um jornal com ideologia distinta de Ernesto, mas sim de um periódico, no caso o jornal “O Expectador”, vinculado ao mesmo partido que ele, ou seja, o partido conservador.

Ainda que Ernesto José Baptista fosse piauiense, nos questionamos, se, talvez, a necessidade de enfatizar o seu “pertencimento” a Caxias não se tratasse de uma forma de deslegitimá-lo e, especialmente, sua atuação política na província piauiense, denotando a heterogeneidade e as possíveis cisões existentes no próprio interior do partido conservador neste início

dos anos 1860.

Já trabalhamos ao longo de nossa discussão acerca do diálogo estabelecido por meio de Ernesto José Baptista entre a província do Piauí e Maranhão. Quanto ao fato de o indivíduo em questão ter integrado comissões que lhe foram benéficas, nos referimos as comissões criada pela província maranhense para a construção de uma ponte em Caxias (MA), conectando uma parte da localidade a outra, bem como a melhoria da estrada que conectava a capital do Piauí, Teresina, a Caxias (MA).

No tocante a esta última, é possível encontrar seu registro em diversos periódicos maranhenses, sendo que em alguns com apenas um breve destaque da obra que seria realizada e, em outros, inferindo de modo mais substancial a “importância” e “necessidade” desta melhoria, especialmente para o comércio estabelecido entre Piauí e Maranhão por meio de Teresina e Caxias.

Assim, os jornais maranhenses “A Imprensa”, “O Conservador” e “O Seculo” são alguns dos periódicos da época que registraram em suas páginas informações sobre a ação empregada pela província do Maranhão e o destaque à comissão selecionada, dentre os indivíduos estando Ernesto José Baptista.

Em “A Imprensa”, na edição de 9 de dezembro de 1858, tem-se o seguinte: **“Estrada velha de Caxias.** – O governo provincial incumbiu os reparos da estrada velha da Caxias á Theresina a uma commissão composta dos srs. Alexandre Alves Costa, Ernesto José Baptista e Antonio José Villanova” (A IMPRENSA, 1858, p. 2). Informação similar pode ser encontrada também no periódico maranhense “O Seculo”, conforme percebido na semana seguinte, na edição de 17 de dezembro de 1858, transcrito a seguir:

Caxias. Em data de 1.º do corrente resolvêo a presidencia que se procedesse aos reparos mais urgentes da estrada velha que vae de Caxias á Theresina, sendo incumbido delles uma commissão composta dos Srs. Alexandre Alves Costa, tenente coronel Ernesto José Baptista, e Antonio José Vila-nova (O SECULO, 1858, p. 2-3).

A preocupação com as condições desta estrada, no entanto, já aparecem na imprensa maranhense em anos anteriores, denotando, supostamente, a importância da conexão entre Caxias naquele momento com a recém-criada capital do Piauí, Teresina, como é o caso da edição de 21 de abril de 1854 do jornal maranhense “O Observador” que, ao tratar sobre “melhoramentos materiais” que o governo provincial vinha realizando no

restante da província e os meios que estava se utilizando para isto, destaca a necessidade de “[...] realizar outras obras indispensáveis, como a estrada, que vai de Caxias a Therezina” (O OBSERVADOR, 1854, p. 2).

Contudo, apenas alguns anos depois, conforme indicado previamente, a província do Maranhão empreende esforços para promover a melhoria da estrada que conectava a então cidade de Caxias a Teresina²⁴, em meio a críticas na imprensa até então²⁵. Deste modo, chama-nos a atenção a comis-

24. Não sabemos se esta estrada se tratava de uma possível conexão existente entre Caxias e São José das Cajazeiras (atual Timon), haja visto que, aparentemente, apenas com o surgimento de Teresina em meados do século XIX, ampliou-se a importância desta localidade em função da proximidade com a nova capital do Piauí, tendo em vista que estavam separadas apenas pelo rio Parnaíba (SILVA; SILVA; COSTA, 2020). Deste modo, a partir da segunda metade do século XIX, provavelmente a referência feita a esta conexão passa a ser a da estrada Caxias-Teresina (da forma como encontramos nos jornais maranhenses do período), considerando o novo centro político-administrativo do Piauí e, supostamente, a relevância que passa a ter politicamente e, especialmente, comercialmente, conforme os jornais consultados, para Caxias e também para São José das Cajazeiras (SANTOS, 2007a). Além disso, quanto às conexões existentes entre São José das Cajazeiras e outras localidades, tem-se que, antes do surgimento de Teresina em meados dos oitocentos, “[...] o caminho mais próximo da atual sede do município estava a doze léguas de distância, a Passagem de Santo Antônio, um ponto de travessia sobre o rio Parnaíba que ligava a então Capitania do Maranhão a do Piauí, através da principal estrada real, que saía da Vila de Caxias até a primeira capital do Piauí – Oeiras” (SANTOS, 2007a, p. 25). A partir deste momento, no entanto, São José das Cajazeiras torna-se um ponto de parada, de embarque e desembarque de mercadorias, carnes secas, couramas, solas, algodões, dentre outras [...] e de gentes entre Pastos Bons e Caxias, que antes ocorria na Passagem de Santo Antônio” (SANTOS, 2007a, p. 25).

25. Podemos citar a publicação presente na edição de 12 de abril de 1856 do jornal maranhense “O Observador”, que questionava o serviço realizado até então no tocante a esta estrada que, supostamente, existia naquele momento conectando Caxias (MA) a Teresina (PI), indicando que havia estradas particulares de melhor qualidade, mais curtas e que não alagavam, de modo que poderiam ser utilizadas o ano todo. O jornal, então, traz o seguinte: “Todo o serviço feito com esta infeliz estrada não vale tres contos de reis, mas tem se gasto tres vezes mais, e o resultado será ficar ella inutilisada em razão dos defeitos, que contem. As estradas particulares, de que se servem os viajantes, são mais curtas tres léguas, transitaveis em todo o tempo do anno, sem pântanos, que dificultem a passagem de homens, animaes e carros; e quasi em linha recta de um ponto a outro. Não acontece porem o mesmo com a estrada nova, que desce beirando o rio Parnahiba quatro mil braças, e formando um cotovelo atravessa quatro pântanos até a Inhumá, onde fecha em circulo, depois de ter percorrido mais de seis léguas, deixando de aproveitar quatro no rumo, que devera ter seguido; da Inhumá para Caxias vai ella descrevendo pequenas curvas, e passando no Puraqué, onde forma centro a grande curva, percorre nove léguas, deixando de aproveitar sete no rumo, que indica a recta. [...] A atenção do Exm. presidente da provincia e dos smrs deputados provinciaes deve dirigir-se para semelhante obra, por ser negocio, que tanto affecta os interesses commerciaes, como os da fazenda provincial; e depois de examinado o termo e o terreno, que percorre a tal estrada, ficarão conhecidos os que abusão da boa fé do governo” (O OBSERVADOR, 1856, p. 3). Cabe lembrar que, a partir do mesmo jornal, em sua edição de 21 de abril de 1854, temos ciência de que o método empregado pelo governo provincial maranhense e aprovado pela assembleia legislativa da mesma província utilizava-se da empreitada privada, contratando particulares para

são indicada pelo governo da província para avaliar e fomentar a realização do empreendimento, especialmente pela presença do tenente-coronel Ernesto José Baptista.

Este acontecimento nos interessa por, novamente, denotar a atuação política de Ernesto não apenas no Piauí, mas também no Maranhão, principalmente quando se tratava de negócios que envolviam diretamente a província piauiense, como era o caso da estrada que conectava a cidade de Caxias (MA) ao novo centro político-administrativo do Piauí, a capital Teresina.

Assim, sobre a estrada em questão, sua suposta importância no contexto tratado e o porquê da escolha da comissão, a edição de 31 de dezembro de 1858 do jornal maranhense “O Conservador” indica o seguinte:

Felicitemos ao importante e rico commercio de Caxias, pela acertada escolha que fez S. Exc. o Sr. presidente da provincia dos Srs. Alves Costa, Ernesto José Baptista, e Villa-Nova para a comissão encarregada de promover os concertos e reparos da estrada velha de Caxias á Therezina, authorisados por lei da nossa Assembléa Provincial. Os nomeados, com especialidade os dous ultimos sobre terem o mais perfeito conhecimento da obra e da sua carência, são muito interessados na realização desse progresso material: o commercio de Caxias e da Therezina (capital do Piauhy) ha muito que reclamão essa providencia, e já se resentião notavelmente d’essa falta (O CONSERVADOR, 1858, p. 2).

A partir da citação anterior observamos que a escolha da comissão não se opera à toa, mas sob linhas, possivelmente, já demarcadas por uma política local. Ernesto, segundo o jornal, é escolhido não apenas por conhecer a situação da estrada, mas também por seu interesse particular

que realizassem a obra e fizessem a manutenção da referida estrada por determinado período do tempo. O governo da província, assim, contrairia um empréstimo para garantir que o pagamento fosse realizado e, deste modo, a obra realizada. Assim, a suposta denúncia feita pelo mesmo jornal alguns anos depois sobre as condições da estrada que, supostamente, havia sido feita pelo governo da província por meio deste método, denota a necessidade, posteriormente, de melhoria desta última e, portanto, a indicação de uma comissão para o acompanhamento dos trabalhos, evitando, assim, talvez outra situação similar. A outra possibilidade que se descortina e que também se tratava de situação muito comum no momento refere-se a probabilidade de o jornal estar reproduzindo uma crítica à administração da província por questões de desavenças políticas, o que não nos parece algo tão provável, haja visto que o “O Observador” tinha como redator chefe o conservador Cândido Mendes de Almeida (SANTOS, 2016) e, neste momento, não apenas se encontrava na presidência da província outro conservador, Antônio Cândido da Cruz Machado (BORRALHO, 2009), como se tratava de um período em que os conservadores teriam ganho mais espaço na política maranhense havia alguns anos, com a chegada do também conservador Eduardo Olímpio Machado à presidência da província em 1853, bem como na própria Assembleia Legislativa Provincial (SANTOS, 2016).

nela, haja visto os negócios que o indivíduo mantinha tanto em Caxias como em Teresina e, portanto, necessitando fazer o trajeto por diversas vezes no decorrer do ano.

Além disso, seria possível questionar: um dos motivos pelos quais Ernesto teria sido escolhido decorria de sua relação prévia estabelecida com o governo maranhense em anos anteriores, conforme indicado previamente, e, tendo em vista, as denúncias realizadas pelo “O Observador” sobre o mau uso de verba pública da província maranhense pelos particulares que haviam sido selecionados anteriormente para a realização ou manutenção da via em questão?

Considerando a atuação política de Ernesto, certamente isto não nos parece algo improvável. Não obstante isto, embora o registro não deixe claro, a melhoria da via pode ter sido uma demanda defendida pelo próprio Ernesto José Baptista em confluência com outros políticos ou comerciantes de Caxias (MA) que realizavam negócios em Teresina, haja visto a própria inferência do jornal sobre a existência de reclamações, em torno da necessidade de manutenção desta estrada, de comerciantes da localidade.

Nesse sentido, Ernesto José Baptista, supostamente aliado político em governos e momentos anteriores, e já tendo prestado serviço à província do Maranhão, bem como em função dos interesses do próprio Ernesto no empreendimento, pode ter sido percebido pela então presidência da província como alguém de relativa confiança para integrar a comissão que garantiria a manutenção da estrada.

Essa não seria a única comissão que Ernesto José Baptista integraria ao longo de sua vida nomeado pelo governo da província do Maranhão. Conforme indicado anteriormente, o piauiense atuou em outra comissão na década de 1860 e também relacionada a Caxias, denotando novamente sua atuação na política e comércio da cidade maranhense. É assim que em 1864 temos notícia da criação de uma companhia para a construção de uma ponte que ligaria uma parte de Caxias a outra, considerada necessária para o desenvolvimento da cidade naquele momento. Deste modo, na edição de 12 de maio de 1864 do periódico conservador “Publicador Maranhense” tem-se o seguinte:

Caxias. – Vae lavrando pelo provincia o espirito d’associação. Em Caxias vae formar-se uma companhia para construir a ponte da Trisidella á cidade, em-

prehender outros melhoramentos materiaes de que tanto carece aquella importante e rica localidade. Sobre esse assumto, escrevem-nos d'alli em data de 2 do corrente um artigo, que com satisfação hoje publicamos. [...] Quando todos os povos avançam na estrada do progresso, Caxias não podia ficar estacionaria, sem que merecesse a estigmatização do seculo actual, que pertence aos melhoramentos. Ha muitos annos que se pensa na construcção de uma ponte sobre o rio Itapecurú, que dê facil communicação com a Trisidella, terceiro districto desta cidade; mas este pensamento, aliás de urgente necessidade para Caxias, tem sempre conservado-se em embryão, e, ou por indulencia dos caxienses, este melhoramento, assim como outros, não têm passado de projecto inrealizavel; ha poucos annos, um intelligente caxiense, o Dr. Raymundo Teixeira Mendes, tentou organizar uma companhia, com o fim de construir uma ponte de madeira, que julhou elle, por razões que nos são desconhecidas, dever ser preferida a outras construcções neste genero; mas o espirito publico, não correspondeu á espectativa d'aquelle engenheiro, e elle não encontrou os capitais para essa empresa, e alguém attribuiu essa repulsa, ao pouco desenvolvimento do espirito de associações entre nós, quando talvez ella nascesse da pouca estabilidade do empresario nas empresas anteriores: fosse porem qual fosse a causa, a ideia abortou, e ficamos expostos ás suas consequencias, sem esperanças de melhorarmos: agora, porem, tres caxienses os commerciantes João da Cruz, Antonio Fernandes Guimarães e José Joaquim Pereira dos Santos, conceberão o pensamento de promover a incorporação de uma companhia, que tomando o cargo da construcção d'aquelle ponte especialmente trate tambem de outros melhoramentos materiaes desta localidade; para desenvolver esta ideia, convidarão alguns cidadãos, que reunindo-se no paço da camara, no dia 24 do passado, e aderindo ao pensamento enunciado, nomearão uma comissão composta dos cidadãos João da Cruz, Agostinho da Silva Braga, **Ernesto José Baptista**, Faustino Fernandes da Silva, Padre João Joaquim Guimarães, Antonio José Villanova, Tito Joaquim de Lemos, Antonio Fernandes Guimarães e José Joaquim Pereira dos Santos, para promoverem a tomada de acções, no valor de vinte mil reis, para a organização da companhia; no dia 26 a comissão tinha conseguido a subscrição de 1:800 acções, encontrando uma unanime acceitação da ideia, e considerando-a realisavel, convidou por circulars, os subscriptores, a reunirem-se no dia 28, no mesmo edificio municipal, com o fim de organizar a companhia; as 6 horas da tarde do dia marcado, achavão-se reunidos 76 subscriptores, negociantes, lavradores, proprietarios e artistas, que constituídos em assembleia geral, elegerão uma directoria provisoria, composta dos accionistas João da Cruz, Antonio José Villanova, Padre João Joaquim Guimarães, José Joaquim Pereira dos Santos, e Tito Joaquim de Lemos: a directoria tomando a direcção da companhia nomeou uma comissão composta dos accionistas Dr. Frederico José de Novaes, João Nepomuceno de Souza Maxado e Padre João

Joaquim Guimarães, para confeccionar os estatutos da companhia, que depois de aceitos pela directoria, tem de ser impressos e distribuídos pelos accionistas, para habilitar-os para a discussão e aceitação delles, na proxima reunião dos accionistas. Está pois dado o primeiro em Caxias, para o desenvolvimento desse germen dos melhoramentos, o espirito social. Prasa a Deos que elle fecunde, não trepidando diante de mesquinhos interesses pessoases. Caxias é um lugar importante e que só pelo abandano em que o governo a tem, está atrasado em seus melhoramentos materiaes; por isso a seus filhos cumpre levanta lo do abatimento em que foi lançado; após a companhia constructora deve vir a companhia de credito, pois é uma palpitante necessidade de que se resente Caxias, um estabelecimento bancario, aonde o commerciante, o lavrador, ou o artista, vá procurar os meios de realizar suas especulações ou precisões momentosas. Como caxiense temos esperança e fé no futuro. Caxias 2 de maio de 1864 (PUBLICADOR MARANHENSE, 1864, p. 2, grifo nosso).

É notório no discurso reproduzido pelo jornal e, supostamente, escrito e enviado por alguém de Caxias, a questão da modernidade e como esta, por meio da modernização dos espaços, permitiria um presumível “progresso” (BERMAN, 1986). Neste contexto em Caxias, é a ponte sobre o rio Itapecuru que assume este papel de agente da modernidade (REZENDE, 1997) para o indivíduo que inferia acerca da situação que se descortinava na cidade maranhense. Independente disto, o que nos interessa e chama atenção no registro em questão é a responsabilidade assumida por Ernesto José Baptista, tendo que, juntamente a outros sujeitos destacados de Caxias, arrecadar o valor necessário para a criação da companhia que se encarregaria da construção da suposta ponte sobre o rio citado que em momento anterior havia fracassado.

Voltando ao Piauí, cabe ressaltar sua atuação política na Assembleia Legislativa Provincial, bem como nos momentos em que assumiu a presidência da província e as contendas provocadas por esta, isto é, as querelas políticas que se fizeram presente em decorrência de sua experiência na política local.

Conforme inferido no decorrer desta narrativa, Ernesto José Baptista, ao longo de duas décadas, entre 1840 e 1860, teve uma trajetória política e comercial profícua, participando de formas distintas da vida social tanto na província do Maranhão como na província vizinha, o Piauí.

Assim, fugindo a uma suposta ilusão (BOURDIEU, 2006) de que os aspectos de sua biografia que trouxemos até então dão conta de sua vida como um todo ou de que apenas sua trajetória política, isto é, os momen-

tos que atuou enquanto deputado provincial e presidente da província seriam “importantes”, para o encerramento deste breve tópico sobre Ernesto trabalhar-se-á com uma situação curiosa que se sucedeu no início dos anos 1860 e que acreditamos ser interessante de menção e de análise para o trabalho aqui desenvolvido.

O acontecimento em questão se sucedeu durante e após um dos contextos em que Ernesto José Baptista assumiu a presidência da província, se tratando de um registro presente tanto no periódico de cunho liberal “O Propagador” em sua edição de 3 de julho de 1859 como no jornal de caráter conservador “O Expectador” no número publicado no dia 10 de outubro de 1860.

O primeiro registro que nos chama atenção refere-se ao jornal “O Propagador” e que também permite inferir sobre a complexidade das relações políticas e sociais presentes no lugar social²⁶ ocupado por Ernesto José Baptista em um momento que o indivíduo assumia o cargo de presidente da província²⁷, conforme observamos a seguir:

Mudança da administração da província

Em consequência da exoneração do cargo de presidente desta província, não estando presentes os 1º e 2º vice-presidentes, o exm. Sr. dr. Antonio Correia do Couto passou a administração ao 3º vice presidente, o exm. sr. tenente coronel Ernesto José Baptista, que a 24 do mez findo voltou á tomar assento na assembleia provincial. Teve isto lugar no dia 27 [...] o sr. tenente coronel Ernesto, com quanto conservador, não é atrabiliário, e nutre sentimentos oppostos ao da rodinha, que quer dominar a província pelo enredo e pela mentira (O PROPAGADOR, 1859, p. 3).

Antes de empregarmos nossa análise, contudo, faz-se necessário e pertinente para esta narrativa indicar o segundo registro, do jornal “O Expectador”, que denota de que modo estes espaços políticos neste momento

26. A partir de Certeau (1982), compreendemos o lugar social enquanto um espaço de produção do sujeito no qual este articula-se individualmente ao mesmo tempo que é atravessado por intencionalidades derivadas dos grupos sociais que o envolvem ou nos quais se encontra inserido, de um modo que nossas práticas, sensibilidades e imaginário foram e são marcados, ao longo do tempo, pelos lugares sociais que ocupamos no decorrer de nossas trajetórias.

27. Em 27 de junho de 1859 o então presidente da província do Piauí Dr. Antonio Correia do Couto passou a administração desta última para o Comendador Ernesto José Baptista (PIAUHY, 1860c). Este, por sua vez, após 1 mês de gestão, em 27 de julho do mesmo ano, entregou o cargo ao Dr. José Mariano Lustosa do Amaral (PIAUHY, 1860a).

tratava-se de locais heterogêneos, bem como, possivelmente, de afetividades e sociabilidades. Assim, acerca deste breve período que Ernesto José Baptista assume a presidência da província em 1860²⁸ e após a posse do novo presidente, o periódico “O Expectador” em sua edição de 10 de outubro de 1860²⁹ traz o seguinte:

O nosso presidente chegou em má epocha, quanto as finanças provinciaes; achou os animos assás irritados, resultado da *intelligente e illustrada* administração do Ernesto de Caxias, que diz gostar muito de ser presidente por causa do toque da cornêta, quando annuncia sua *excellencia*; recebeo a provincia toda agitada, preocupada com a eleição, e montada a geito do – Couto Urbano – e se S. Exc. sahir-se bem desse enrédo – erit mihi magnus ad ministrator. –

A tudo isso accrescento o fardo pesado de uma assembléa provincial, astuciosa, anarchica e feita a dêdo do Ernesto, tangido pelo Dr. Deolindo, a qual encerra em seu seio um Hollanda, Mendes Enxudia, Piólho, Jurubué e um Torquato de Caxias, o autor das pontes e calçadas, da estrada desta para aquella!! (O EXPECTADOR, 1860, p. 4).

As duas edições, ainda que separadas por quase um ano de diferença, tornam-se interessantes por alguns aspectos que merecem menção para esta narrativa e que permitem inferir, até certo ponto, acerca das singularidades que envolviam o processo político naquele contexto e a própria atuação social e política de Ernesto José Baptista na província do Piauí na conjuntura posta.

O primeiro destes aspectos refere-se aos porquês de os referidos jornais terem publicado, respectivamente, um panegírico e uma crítica a Ernesto em 1859 e 1860, especialmente ao considerarmos a vinculação política dos periódicos e de Ernesto José Baptista naquele fim da década de 1850 e início dos anos 1860. Assim, o que levaria um periódico que tinha como redator chefe um liberal, no caso, “O Propagador”, a não apenas elogiá-lo, mas diferenciá-lo do “restante” dos conservadores da província? Do mesmo modo,

28. Na década de 1860 Ernesto José Baptista assumiu a presidência da província em 16 de maio de 1860, cargo que naquele momento era ocupado pelo Dr. Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque (PIAUHY, 1860d) e teve como sucessor a partir do dia 13 de julho de 1860 o Dr. Manoel Antonio Duarte D’Azevedo (PIAUHY, 1860b).

29. A coluna em si, intitulada “Correspondência do Observador”, e datada 16 de julho de 1860, alguns dias após a sucessão de Ernesto José Baptista, não deixa claro se se referia de uma resposta do “O Expectador” ao também periódico conservador maranhense “O Observador” ou se era a reprodução de uma coluna do jornal maranhense que tratava sobre a conjuntura política piauiense no momento.

o que teria possibilitado “O Expectador”, naquele momento vinculado aos conservadores, a publicar uma crítica direcionada a um membro deste grupo político no Piauí?

De certo modo, podemos inferir que esta situação reflete o que Siri-nelli (2003) indicava sobre o cuidado que o historiador deve ter ao refletir sobre os espaços que os indivíduos estavam inseridos e as afetividades e sociabilidades produzidas a partir destes, isto é, as estruturas ou redes de sociabilidades. Não é à toa, então, que Deolindo Mendes da Silva Moura aparece listado como procurador de Ernesto José Baptista em Teresina em 1860. Da mesma forma, a inferência de cunho negativo e sarcástica sobre a administração de Ernesto José Baptista realizada em um periódico conservador também não ocorre desprovida de significados.

Estas situações permitem refletirmos para aspectos além da política e que também movimentavam as ações destes sujeitos, isto é, os afetos, desafetos e sociabilidades produzidos por estes indivíduos. Afetividade que, supostamente, permeava a relação entre Ernesto e Deolindo, que neste contexto eram parentes, segundo a edição de 22 de setembro de 1869 do periódico “O Piauí”, ainda que pertencentes a partidos distintos, e desafetos, supostamente, entre Ernesto e, talvez, parte dos conservadores no Piauí, que refletiu nas críticas produzidas pelo “O Expectador” à sua administração.

Com esta última questão, então, finalizamos nossa discussão sobre Ernesto José Baptista, indicando que nesta breve narrativa não tivemos por objetivo encerrar ou dar conta de uma totalidade inapreensível que reflete a trajetória de Ernesto José Baptista.

Existem ainda muitas outras questões que podem ser abordadas em torno deste indivíduo, estando registradas tanto nos jornais de época piauienses e maranhenses, entre os anos 1840 e 1860, como nos relatórios de presidência da província das gestões de Ernesto José Baptista.

Podemos citar, por exemplo, os registros de suas condecorações que figuram na imprensa, as supostas acusações de censura ou tentativas de assassinato em função da política, a atuação na Assembleia Legislativa Provincial na condição de deputado provincial, críticas e réplicas publicadas em jornais, que inferem não apenas sobre a política local, mas os (des) afetos produzidos pelo sujeito ou mesmo as próprias ações tomadas durante os curtos períodos de tempo em que esteve à frente da presidência da província e a relação estabelecida entre Ernesto, conservadores e liberais e a própria Assembleia Legislativa.

Quanto ao falecimento do Comendador Ernesto José Baptista, temos informações desencontradas e que produzem dúvidas com relação a data exata que este teria ido a óbito. Assim, a primeira menção que encontramos de seu falecimento foi na edição de 30 de junho de 1866 no periódico liberal “A Imprensa” publicado em Teresina (PINHEIRO FILHO, 1997), a qual diz o seguinte:

Falecimento – Depois de dolorosos e pungentes soffrimentos succumbiu n’esta cidade hontem a 1 hora da tarde e sepultou-se no cemiterio publico as 9 horas da noite o coronel Ernesto José Baptista negociante matriculado residente em Caxias. Uma uretrarreja hereditaria, que se aggravou n’estes ultimos 10 dias, arrancou-lhe a vida, a despeito dos disvellos dos medicos assistentes, Drs. Simplicio de Souza Mendes e Constantino Luiz da Silva Moura, aos 58 annos de idade. Piauihyense distincto, o coronel Ernesto occuppou dignamente os lugares de deputado provincial e vice-presidente da provincia que administrou algumas vezes. Como amigos do illustre finado – acompanhamos sua desolada esposa e familia em sua justa dôr, e lhes apresentamos os nossos sinceros pesames – bem como a seu digno sogro o nosso prestimoso amigo o Sr. coronel Justino José da Silva Moura (A IMPRENSA, 1866, p. 2).

Ainda que não tenhamos certeza sobre a causa da morte, haja visto que não encontramos nenhuma doença com nome semelhante a este, podemos supor, aparentemente, pelo nome presente no documento, que se tratou de uma infecção na uretra ou alguma doença relacionada ao trato gastrointestinal. De todo modo, independente do que o teria levado a óbito, não encontramos outras menções sobre sua morte nos jornais piauienses ou maranhenses da mesma época, contudo, e aqui se inicia o problema em torno de quando teria se sucedido seu falecimento, tendo em vista que no ano seguinte a esta notícia, em um jornal maranhense, o “Publicador Maranhense”, é noticiado na edição de 5 de julho de 1867 que um João Gabriel Baptista e Ernesto José Baptista estariam saindo de São Luís e dirigindo-se a Caxias (MA).

Considerando que não encontramos outras menções a indivíduos com estes nomes tendo relações com Caxias, parece-nos improvável que sejam pessoas diferentes, o que denota nossa incerteza sobre o ano de morte do Comendador Ernesto José Baptista. Além disso, só encontramos, novamente, menções sobre seu falecimento três anos depois, em 1869 também no jornal “A Imprensa” em sua edição de 29 de setembro de 1869 em uma publicação assinada por Deolindo Mendes da Silva Moura no qual, apa-

rentemente, defendia-se de acusações feitas por outros indivíduos, como o coronel Manoel Ignacio de Araujo Costa, dentre estas, de roubo, citando no texto em questão as pessoas que, supostamente, defendiam a causa do falecido Ernesto José Baptista, inferindo também que de modo algum teria lhe causado algum tipo de prejuízo.

A réplica se refere à publicação feita por Manoel Ignacio de Araujo Costa no jornal “O Piauihy” na edição de 22 de setembro de 1869, na qual acusa Deolindo Mendes da Silva Moura de ter se apropriado de dinheiro público, ter reduzido à condição de escravidão dois libertos, sendo estes João e Satyra, além de, supostamente, ter ajudado a roubar seus parentes, dentre estes, Ernesto José Baptista. Vale lembrar ainda que Deolindo Mendes da Silva Moura é o mesmo indivíduo que é listado em anos anteriores, especificamente em 1860, como procurador de Ernesto José Baptista em Teresina.

Não obstante isto, de modo similar no ano 1869, três anos depois da notícia de sua morte, no jornal “O Piauihy” nas edições de 20 de junho, 25 de junho e 16 de julho de 1869, encontramos notícia novamente fazendo menção ao seu falecimento, sendo que as duas primeiras, isto é, as edições de 20 de junho e 25 de junho 1869, tratam da venda de suas propriedades na rua Paysandu e na rua Grande, conforme indicado anteriormente, e a edição de 16 de julho de 1869 aborda um ofício da presidência da província ao chefe de polícia contendo a carta de alforria referente ao escravizado Laurindo, citada no inventário do falecido Ernesto José Baptista e que deveria ser entregue a Laurindo, que naquele momento encontrava-se em posse do tenente-coronel Balduino José Coelho, para que fosse anexado aos autos do processo de inventário, conforme requisitado pelo juiz municipal do termo de São Gonçalo da província do Piauí.

Quanto à questão da presença da carta de alforria no inventário do Comendador Ernesto José Baptista, compreendemos, a partir de Assunção (2002), que inúmeros poderiam ser os motivos que levariam à possibilidade de um escravizado ser alforriado por seu proprietário, podendo se tratar de questões econômicas, a exemplo de dívidas do senhor com o escravizado que teriam garantido a alforria visando a quitação da dívida do proprietário para com o indivíduo escravizado, analisados pela autora nos autos dos inventários de senhores de escravizados que esta teve acesso no Ceará, indicado por Assunção (2002) enquanto alforria por pecúlio.

No caso do inventário de Ernesto José Baptista e da carta de alforria do escravizado Laurindo presente neste, haja visto que não tivemos acesso ao

documento, não temos a possibilidade de inferir as condições estabelecidas por Ernesto ou que levaram este a conceder a alforria do sujeito.

Assim, considerando as adversidades e diferentes perspectivas no tocante a como realizar uma narrativa histórica que dialogue com a biografia (DOSSE, 2009), foi nos possível recortar modos como o sujeito atuou e que acreditamos ter, de alguma maneira, reverberado nas gerações futuras de sua família no que se refere a se inserirem nos meios políticos ou intelectuais piauienses, especificamente seu filho João Gabriel Baptista (1851-1919), seu neto Ernesto José Baptista (1873-1965) e seu bisneto João Gabriel Baptista (1920-2010).

Deste modo, Ernesto José Baptista, bisavô de João Gabriel Baptista (1920-2010), atuou de diversas formas nos espaços em que esteve inserido, seja no Maranhão ou no Piauí, participando na vida política, econômica e social destas províncias entre os anos de 1840 e 1860, produzindo afetos e adentrando/elencando redes de sociabilidades que, posteriormente, provavelmente afetaram de algum modo os seus filhos, netos e bisnetos, conforme trabalharemos nos tópicos seguintes.

1.2 “O ilustre inteligente estúpido Dr. João Gabriel Baptista”: entre o direito e a política piauiense no final do século XIX e início do século XX

O sujeito, do modo como o entendemos, assume duas facetas no decorrer de sua trajetória ao longo do tempo e dos espaços que adentra. Tanto este se torna um crítico ou alguém capaz de questionar a realidade que o cerca, como, concomitantemente, é um produto dos momentos em que viveu (DEL PRIORE, 2018).

De certa maneira, a análise de uma trajetória permitiria, então, refletir sobre a história sob dois olhares distintos: o primeiro pelas ações tomadas por parte do indivíduo e, dependendo dos vestígios que temos acesso, o seu olhar sobre aquela sociedade, enquanto a segunda tratar-se-ia das contendas, experiências e celeumas em sua vida e como estas possibilitariam um novo olhar sobre determinado período (DEL PRIORE, 2018).

A partir da trajetória individual, então, é possível analisar o plural, isto é, refletir sobre o macro através do micro, lembrando que esta análise, ainda que imaginativa, é uma invenção controlada, à medida que dependemos de documentos, fontes, aspectos que “sobreviveram” às intempéries do

tempo e hoje permitem que elaboremos uma narrativa sobre este passado, uma que só adquire sentido se pautada nas necessidades do tempo presente (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007).

Deste modo, assim como no caso do Comendador Ernesto José Baptista, cabe ressaltar novamente que nosso interesse não resvala em uma suposta necessidade ou vontade de acessar uma inalcançável totalidade da vida ou das experiências que João Gabriel Baptista (1851-1919) teve ao longo de sua trajetória, mas sim recortar aquilo que consideramos relevante para a construção de nossa narrativa, isto é, como sua atuação na vida social e política piauiense, de certo modo, também reverberou em seus descendentes e, conseqüentemente, no sujeito-tela desta pesquisa, João Gabriel Baptista (1920-2010), especialmente na segunda metade dos novecentos.

Desta forma, cabe inicialmente uma breve explicação a fim de evitar confusões no tocante ao nome dos indivíduos que, por diversas vezes, irão aparecer no decorrer deste capítulo, isto é, Ernesto José Baptista e João Gabriel Baptista. Segundo Baptista (2021) tratava-se de tradição na família pelo lado paterno a alternância de nomes entre o pai e o filho mais velho e assim sucessivamente.

A alternância, assim, seguiria a seguinte lógica: quando Ernesto José Baptista tivesse um filho, o homem mais velho nascido se chamaria João Gabriel Baptista, quando este último também se tornasse pai, o nome do menino mais velho levaria o nome do avô, ou seja, Ernesto José Baptista e assim de forma sucessiva. Caso o avô ainda estivesse vivo, era acrescentado o “Neto” ao fim do nome para diferenciar, como foi o caso do filho mais velho de João Gabriel Baptista (1920-2010), tendo sido batizado como Ernesto José Baptista Neto (1952-).

Assim, para este tópico trataremos sobre João Gabriel Baptista (1851-1919), avô do sujeito-tela desta pesquisa, João Gabriel Baptista (1920-2010), e alguns aspectos que marcaram sua participação na vida social e política no Piauí, entre a segunda metade do século XIX e as décadas iniciais do século XX, especificamente após o seu retorno da faculdade de Direito em Recife (PE), já enquanto bacharel na mesma área, para a província do Piauí.

Deste modo, temos conhecimento que, em algum momento entre fins da década de 1860 e início dos anos 1870, no período que marca a morte de seu pai, o Comendador Ernesto José Baptista, João Gabriel Baptista (1851-1919) parte para Pernambuco a fim de dar continuidade a sua formação.

A partir dos registros que tivemos acesso nos jornais maranhenses, po-

de-se inferir que João Gabriel Baptista (1851-1919), filho do Comendador Ernesto José Baptista, realizou seus estudos primários na província maranhense, antes de seguir para sua formação enquanto bacharel na faculdade de direito do Recife (PE). Assim, a partir das edições de 5 de janeiro e 28 de junho de 1867 do periódico “Publicador Maranhense”, tem-se a aprovação de João Gabriel Baptista (1851-1919) no ensino primário com louvor em matérias como francês e, deste modo, supostamente o fim deste ciclo de ensino deste sujeito.

Não obstante isto, levando em conta que não encontramos mais menções do indivíduo em questão na província do Maranhão, supomos que este realiza os seus exames do nível secundário para ficar apto a realizar o ensino superior ou no Piauí ou já em Pernambuco. Cabe salientar que, neste período, o ensino secundário e os cursos superiores eram percebidos enquanto espaços que deveriam ser ocupados pelas elites, assim, “[...] no campo da educação, a idéia de que o ensino secundário deveria restringir-se às pessoas pertencentes aos grupos de maior posição social fundamentava-se no argumento de que a maioria dos alunos do curso superior era oriunda dessas camadas da sociedade” (COSTA FILHO, 2006, p. 101).

Além disso, quanto ao ensino secundário, deve-se destacar ainda que nesta época este era percebido, de modo geral, como uma etapa preparatória para que os alunos realizassem as provas que garantiriam o acesso ao ensino superior (COSTA FILHO, 2006). Assim, ainda que não tenhamos certeza quanto à localidade na qual João Gabriel Baptista (1851-1919) concluiu o secundário, no caso do Piauí, “[...] apesar da criação do Liceu, em 1845, o que predominou foi o sistema de matérias preparatórias e necessárias que permitiam o ingresso ao curso superior. O aluno organizava o estudo secundário conforme seus interesses” (COSTA FILHO, 2006, p. 115).

No entanto, entre o período que marca o fim dos estudos primários de João Gabriel Baptista (1851-1919) e seu ingresso no curso de Direito na Faculdade de Direito do Recife³⁰ (PE) encontramos poucos registros sobre

30. Quanto a registros de João Gabriel Baptista (1851-1919) entre fins dos anos 1860 e a primeira metade da década de 1870, encontramos menções de sua ida ou chegada em Pernambuco neste período em que, supostamente, realizou os exames preparatórios do ensino secundário para estar apto ao curso superior ou estudou na faculdade de Direito de Recife (PE), a exemplo da edição de 23 de dezembro de 1867 do jornal “Publicador Maranhense” que informa sua ida do Maranhão para a província de Pernambuco, bem como a edição de 12 de março de 1870 do periódico pernambucano “Jornal do Recife” que indica sua chegada vindo das províncias do norte, sem especificar qual, mas provavelmente a província do Maranhão ou Piauí à cidade de Recife (PE).

as experiências deste indivíduo nesta época, havendo assertivas mais profícuas sobre sua atuação na vida social e política, especialmente a piauiense, a partir do momento que retorna à província do Piauí, já formado, e ao assumir o cargo de juiz no interior da província.

Segundo Costa Filho (2010), no caso piauiense na segunda metade do século XIX era comum o envio por parte das elites de seus filhos para estudarem em outras províncias, a exemplo de Pernambuco, nesta última província especificamente na faculdade de direito, com alguns poucos ainda preferindo estudar na Europa.

Assim, em meados dos oitocentos era considerável a quantidade de sujeitos originários do Piauí que detinham um curso superior, podendo-se citar João Gabriel Baptista (1851-1919) e, nas décadas seguintes, o seu filho Ernesto José Baptista (1873-1965), ambos bacharéis em Direito que, ao retornar à província do Piauí, passam a atuar de forma significativa na vida social e política da província e, posteriormente com a proclamação da república, também do estado, participando de momentos fulcrais da política piauiense, como por exemplo as eleições para o governo do estado, além de manter relações de sociabilidades com indivíduos distintos deste cenário, citando-se aqui Miguel de Paiva Rosa em meados dos anos 1910, do que trataremos de forma mais aprofundada durante o decorrer desta narrativa.

Deste modo, para Costa Filho (2010), o período que marca a segunda metade dos oitocentos no Piauí, principalmente após a mudança da capital de Oeiras para Teresina, e a chegada dos novos bacharéis em Direito, filhos das elites piauienses, reflete um momento no qual há uma alteração no modelo econômico adotado no território piauiense, com uma busca de se inserir em uma proposta urbano-industrial, além da implementação, nas décadas que seguem até o fim do século, de instrumentos de caráter urbano e modernos na capital piauiense. Não obstante isto, com a formação que estes indivíduos traziam de fora e, conseqüentemente, um imaginário marcado por novas experiências, isto reflete de forma significativa nas sociabilidades e na própria sociedade piauiense da época, haja visto que

[...] os bacharéis traziam consigo formas de convivência social assimiladas nos círculos sociais que frequentaram nos locais onde cursaram a faculdade, a exemplo de cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Uma vez domiciliados em Teresina, passaram a imitar esses círculos sofisticados e elegantes. É o momento da formação do 'high-life', expressão estampada em jornais e revistas da época que [...] designa um segmento social oriundo da elite rural, que se

formou a partir da década de 1880, distanciando-se das sociabilidades agrícolas (COSTA FILHO, 2010, p. 45-46).

Assim, é em 1876, logo após formar-se enquanto bacharel em Direito pela faculdade de Direito de Recife (PE), que João Gabriel Baptista (1851-1919) assume o cargo de juiz³¹ municipal³² e dos órfãos³³ em São João do

31. Quanto ao fato de assumir dois cargos naquele momento, isto é, o de juiz municipal e o de juiz de órfãos, é preciso indicar que durante esta época no império brasileiro era comum em municípios de certas províncias a ausência de profissionais formados nas ciências jurídicas, como foi o caso de um juiz municipal de Olinda no início dos anos 1870 que também terminou acumulando o cargo de juiz dos órfãos, haja visto esta conjuntura já citada (NASCIMENTO, 2014). Acreditamos que no caso piauiense, isto é, no que se refere a João Gabriel Baptista (1851-1919), provavelmente se trata de uma situação semelhante que teria levado o indivíduo em questão a também acumular ambos os cargos no interior da província do Piauí.

32. Tendo sido criado nos anos 1830 pelo código criminal, era escolhido por meio de uma lista contendo três nomes elaborada pela câmara de cada município e apresentada ao presidente da província que nomeava o juiz para um mandado de três anos, podendo ainda o reconduzir ao cargo posteriormente. Quanto ao indivíduo indicado, este poderia ter uma formação superior, no caso o bacharelado em Direito, mas dependendo da conjuntura aceitava-se sujeitos considerados com uma boa instrução ou de relativa importância na localidade. Apenas a partir de 1841, com a lei nº 261 de 3 de dezembro que modificava o Código de Processo Criminal, passa a ser exigido de forma obrigatória a formação em Direito para que o candidato pudesse assumir o cargo de juiz municipal. Não obstante isto, os juízes municipais também tinham como responsabilidade a aplicação das sentenças em casos penais, bem como terminavam por acumular funções relacionadas ao jurídico e à polícia em certos casos. Por se tratar de um cargo considerado de início de carreira da magistratura neste momento, era muitas vezes percebido como um modo de, posteriormente, acumular prestígio social, assumindo cargos mais relevantes neste contexto (NASCIMENTO, 2013). João Gabriel Baptista (1851-1919), por exemplo, inicia sua trajetória profissional no âmbito jurídico enquanto juiz municipal e de órfãos, finaliza-a como desembargador e presidente do tribunal de justiça do Piauí, gozando de determinada influência tanto no meio jurídico piauiense, como político, conforme episódios como a transferência de seu filho, Ernesto José Baptista (1873-1965), de uma comarca do interior para a de Teresina nos anos 1910, a serem discutidos ao longo desta narrativa.

33. Segundo Cardozo e Moreira (2016), o juiz de órfãos era responsável não apenas pelos órfãos que ainda não haviam alcançado a maioridade, mas também por questões relacionadas à família, a exemplo do processo de inventários e partilha de bens, sendo um cargo existente nas câmaras municipais desde o período colonial na América portuguesa. Ainda conforme os autores, no tocante à relevância deste cargo neste período, cabe indicar que o receio maior por parte do Estado não repousava na situação dos menores que perdiam seus pais e, consequentemente, terminavam órfãos, mas sim nos espólios e patrimônios deixados pelos progenitores e de que modo este poderia ser benéfico ao aparato institucional, haja visto que o Estado tornar-se-ia responsável por esse patrimônio até o momento que o infante atingisse a maioridade. Assim, “[...] não era qualquer pessoa que poderia ser investida com o cargo de Juiz de Órfãos uma vez que [...] havia um capital social ligado à função” (CARDOZO; MOREIRA, 2016, p. 166-167). Não obstante isto, no período oitocentista, isto é, no contexto do império brasileiro, este cargo continuou gozando de certo status social, haja visto que os bacharéis que eram nomeados enquanto juízes de órfãos, em muitos casos, mantinham algum tipo de

Piauí, conforme indicado pela edição de 8 de janeiro³⁴ de 1876 do periódico pernambucano “Jornal do Recife”.

É preciso considerar ainda que as faculdades, que passaram a existir no século XIX³⁵ durante o período imperial no Brasil, principalmente as de Direito, tinham como um de seus principais objetivos a formação dos novos quadros das elites que, posteriormente, seriam responsáveis por guiar a nação, garantindo, assim, sujeitos formados na magistratura e que pudessem atuar no aparato político-burocrático do estado brasileiro. Desta forma, descortinava-se, enquanto possibilidades para os bacharéis em Direito nes-

vínculo com os poderes estabelecidos localmente, gozando do prestígio social necessário para assumir o cargo naquela localidade (CARVALHO, 2010), a exemplo de João Gabriel Baptista (1851-1919), filho de um comerciante e político piauiense que, por diversas vezes, havia sido deputado provincial e assumido a presidência da província no Piauí entre as décadas de 1850 e 1860, conforme discutido previamente.

34. O jornal traz informes sobre o Ministério da Justiça contendo informações sobre diversos bacharéis em partes distintas do império, indicando tanto a recondução de alguns a cargos de juízes como a nomeação de novos bacharéis a estes cargos, como foi o caso de João Gabriel Baptista (1851-1919), naquela época estando com 25 anos.

35. No caso do Brasil só é possível refletir sobre a presença de escolas de ensino superior ou faculdades a partir do início do período oitocentista, haja visto que durante o período em que foi colônia de Portugal, isto é, durante a época da América Portuguesa, a metrópole lusitana evitou ou produziu resistências no tocante a criação de faculdades ou universidades, fomentando que os colonos com posses e que desejassem estas formações que se deslocassem para a Europa para a realização de seus estudos, sendo a Universidade de Coimbra em Portugal uma das principais instituições a receberem estes sujeitos (FÁVERO, 2006). Deste modo, segundo Schwarcz (2005) e Fávero (2006) o surgimento das faculdades no Brasil remonta ao início do século XIX, especificamente ao ano de 1808, momento este em que, com a vinda da família real portuguesa para a América lusitana, são criados em território brasileiro as primeiras escolas ou academias superiores, notadamente de cirurgiões, que tinham por objetivo suprir a ausência de profissionais aptos a lidar com os problemas de higiene e saúde pública que se ampliavam com a chegada da corte na América portuguesa. Não obstante isto, a existência de um número reduzido de profissionais diplomados atuando nesta localidade, bem como a impossibilidade de Coimbra enviar novos especialistas, haja visto a ocupação de Portugal por Napoleão Bonaparte, fomenta a necessidade do surgimento destas escolas que, posteriormente, tornar-se-iam as primeiras faculdades de medicina do Brasil. No caso das faculdades de Direito, Schwarcz (2005) indica que sua fundação no Brasil vincula-se à conjuntura pós-independência, na qual os grupos dirigentes do novo país acreditavam na necessidade de se formar indivíduos com o pensamento mais independente do europeu, especialmente o francês e português, com a finalidade de conduzir a nova nação que estaria em processo de formação. É a partir, então, da lei de 11 de agosto de 1827, responsável por criar dois cursos de ciências sociais e jurídicas na cidade de São Paulo e outro em Olinda, que se tem o início dos cursos de Direito no Brasil. Deste modo, “[...] depois de vários embates sobre a localização das escolas, definiu-se que as duas sedes visariam atender às diferentes partes do país: a população do Norte contaria com uma escola sediada em Olinda (que em 1854 se transferiria para Recife), enquanto a Região Sul teria na cidade de São Paulo o seu mais novo centro de estudos jurídicos” (SCHWARCZ, 2005, p. 142).

te momento, a atuação não apenas em cargos jurídicos, como o de juiz, mas na vida política, seja nos espaços destinados aos partidos ou diretamente em cargos políticos, como deputados ou senadores (CARVALHO, 2010).

Deste modo, não é à toa que João Gabriel Baptista (1851 – 1919) assume um cargo de juiz municipal logo após o término da faculdade de Direito e de retornar ao Piauí. Trata-se de um evento intrinsecamente ligado ao lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado pelo sujeito na província do Piauí, notadamente compondo os quadros das elites locais, bem como relaciona-se com a própria conjuntura da época no tocante aos caminhos políticos que os novos bacharéis tinham por interesse ou que poderiam trilhar à medida que finalizavam seus cursos e adentravam a vida política e social de forma mais incisiva nesta segunda metade dos oitocentos (COSTA FILHO, 2010).

Assim, logo que passa a atuar na condição de juiz no interior da província do Piauí seu nome começa a figurar nas páginas dos jornais publicados no período, especialmente quando se tratava de casos controversos, os quais os resultados desagradavam os interesses do jornal que comentava sobre a situação posta naquele contexto, a exemplo da edição de 13 de julho de 1878 do periódico conservador “A Época”³⁶ publicado em Teresina,

36. Periódico de cunho conservador publicado na cidade de Teresina (PI) entre os anos de 1878 até 1889, tendo como redatores Teodoro Alves Pacheco, Simplicio Coelho de Resende e Raimundo de Arêa Leão (PINHEIRO FILHO, 1997). No período que esteve em circulação se envolveu em diversos embates políticos com os liberais, especialmente com o jornal “A Imprensa”, periódico de cunho liberal publicado na mesma conjuntura na província do Piauí. Podemos citar, por exemplo, a situação vivenciada pela província do Piauí no final de 1884 e início de 1885, no qual o território piauiense volta a ser ameaçado pela possibilidade de uma nova epidemia de cólera. Tendo seu território invadido pela enfermidade na década de 1860 (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021b), nos anos 1880 volta a figurar na imprensa piauiense não apenas a probabilidade do retorno da doença, mas do medo provocado por esta, haja visto que a Europa vivenciava um novo surto naquela conjuntura e o Piauí, por meio de um atracadouro na vila de Amarração, mantinha contato direto com este continente, especialmente comercial. Deste modo, essa preocupação figura nas páginas do periódico “A Época” questionando-se o que a administração provincial, naquele momento comandada por um liberal, Raymundo Theodorico de Castro e Silva, estaria fazendo para evitar que a província vivenciasse um novo surto epidêmico, de modo similar a décadas anteriores. No entanto, o que chama a atenção é o modo como o jornal critica o liberal, mas ao mesmo tempo suaviza a responsabilidade do administrador anterior, Manuel Idelfonso de Sousa Lima, indicando apenas que este havia realizado por solicitação da câmara municipal de Parnaíba, cidade vizinha a vila de Amarração no litoral piauiense, a construção de um lazareto para o acolhimento de pessoas que, supostamente, estariam acometidas por doenças infectocontagiosas e questionando, novamente, ao governo atual da província se isto seria o bastante e cobrando do atual administrador medidas mais enérgicas para evitar um novo surto com a possibilidade de chegada de uma embarcação vinda da Europa e afetada pela enfermidade (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018). O modo como o periódico produz em seu discurso suas contendas com os sujeitos em questão não ocorre à toa, mas relacionado ao lugar social (CERTEAU, 1982)

conforme a citação a seguir:

Escandalo. – Foi absolvido pelo voto de minerva no dia 14 do mez passado pelo tribunal do jury do termo dos Picos o réo Antonio Raymundo de Araujo, do horroroso crime de homicidio, praticado na pessoa de seu infeliz tio Antonio Leonel de Souza, em começo deste anno.

Outro não podia ser o resultado desse julgamento, desde que vimos a escandalosa protecção que o Dr. Firmino de Souza Martins prestava ao réo, em remuneração dos *importantes* serviços eleitoraes que lhe ha feito o destemido liberal, capitão Manoel Pereira de Araujo, tio do assassino.

Para consecução desse resultado foi em tempo demittido pelo façanhudo vice-presidente, José de Araujo Costa³⁷ – o promotor publico da comarca, Dr. Antonio de Freitas, apesar de ser liberal, por que não se quiz prestar ao papel de instrumento, e nomeado o emigrante, Dr. Lima Bastos. Este pobre velho sujeitou-se a tudo quanto seus amos lhe mandarão, e nem ao menos procurou salvar as apparencias, pois havendo os parentes do assassinado lhe fornecido uma nota de 14 senhores juizes de facto que se revelarão interessados pelo réo, elle se mostrou aborrecido pela impertinencia, e mui friamente recebeu dita nota, – não para fazer recusação alguma de accordo com ella, mas para dar-lhe, como deu, total desprezo.

Publicada à sentença, esperarão os menos atilados a immediata appellação, más

ocupado por ambos, sendo o liberal Raymundo Theodorico de Castro e Silva criticado de forma incisiva pelo periódico conservador e o conservador Manuel Idelfonso de Sousa Lima, de certo modo, sendo apenas mencionado como tendo tentado solucionar a situação previamente enquanto esteve no comando da província. Ainda que a ameaça do cólera não tenha se concretizado novamente neste momento essa situação decorrida no final de 1884 possibilita percebermos as celeumas políticas que circundavam ambos os jornais e que continuavam a marcar tanto conservadores como liberais na província piauiense em função de suas vinculações ideológicas e partidárias neste contexto.

37. Foi um comerciante e político, tendo nascido em 1820 em São Raimundo Nonato (PI). Exerceu os cargos de deputado provincial no fim da década de 1860, vice-presidente da província no decorrer dos anos 1870, tendo sido presidente entre fevereiro de 1878 e abril de 1879, bem como coronel da Guarda Nacional e juiz substituto em Teresina (GONÇALVES, 1997). No âmbito da política local, por se tratar de um liberal, conforme a edição de 6 de fevereiro de 1878 do periódico liberal “A Imprensa”, naquele momento presidente do diretório do partido liberal na capital piauiense, envolveu-se em diversas celeumas com os conservadores, especialmente nos momentos em que esteve à frente do governo da província, podendo-se indicar o caso citado pela edição de 8 de abril de 1878 do jornal conservador “A Época”, na qual acusa o então presidente a negar pagamentos, supostamente devidos ao conservador Dr. Agesilão Pereira da Silva, indicando que isto se sucedia por questões meramente políticas, haja visto que a província teria condições de honrar com o compromisso, ao contrário da alegação de falta de verbas e recursos por parte do governo provincial. Para o jornal, com relação as querelas políticas locais, o então presidente “[...] toma hoje parte nellas, convertendo-se sem escrupulo em respiradouro dos ódios e do despeito do *poderoso senhor* da provincia, o Sr. José de Araujo Costa” (A ÉPOCA, 1878, p. 2).

qual appellação, o réo era privilegiado, nem o juiz de direito interino e presidente do tribunal, Dr. João Gabriel Baptista, e nem o promotor publico, unica parte autora no processo, se demoverão do fim ajustado.

A causa da justiça e da moralidade publica correu completamente ao desamparo, e no dia 16 do mesmo mez o réo transitava impunemente nas ruas daquella villa com ares de triumpho (tendo apenas soffrido cerca de 15 dias de prisão em quanto se preparava o processo) graças aos *bons desejos* de dous *íntegros* juizes de direito e do velho promotor publico !!...

Factos desta ordem não precisão de commentarios, registrão-se simplesmente para *honra* desta desgraçada situação (A ÉPOCA, 1878, p. 4).

O recorte em questão do periódico “A Época” torna-se interessante para nossa narrativa por diversos motivos, mas especialmente por denotar não apenas a atuação jurídica de João Gabriel Baptista (1851-1919) logo após retornar ao Piauí, mas por permitir que reflitamos acerca de como a política estava presente neste contexto e, possivelmente, influenciava de modo significativo diversos aspectos no âmbito social, dentre eles elementos relacionados ao judiciário, e de que modo o sujeito em questão que estamos discutindo se insere nesta conjuntura.

É notório, então, como no julgamento em pauta as celeumas políticas se fazem presentes, especialmente em função de como o periódico tratado, isto é, “A Época”, interpreta o acontecimento que havia se sucedido no interior da província do Piauí e como o seu resultado estava intrinsecamente conectado à conjuntura política local, aos interesses dos indivíduos relacionados a estes espaços de poder e aos conflitos existentes entre liberais e conservadores.

Aqui não nos importa se o crime de fato ocorreu ou mesmo se o réu era inocente ou não, mas como a partir da situação dada o periódico implica a atuação de diversos indivíduos, especificamente os liberais, para influenciar o resultado do julgamento e contornar a situação atendendo a seus interesses.

É assim que o jornal destaca a atuação do atual presidente da província, José de Araújo Costa, naquele momento não apenas um liberal, mas presidente do diretório do partido em Teresina, capital da província, inferindo a interferência deste no julgamento à medida que teria, supostamente, demitido o promotor público da comarca, ainda que este fosse liberal, para indicar ao cargo alguém que estivesse mais alinhado a seus interesses e que auxiliasse na condução do caso para o resultado, aparentemente, esperado pelo então presidente da província.

É no meio deste suposto jogo de interesses que o sujeito que nos inte-

ressa nesta narrativa, João Gabriel Baptista (1851-1919), aparece envolvido, contribuindo, segundo o periódico conservador, para os interesses dos liberais ou, especificamente, de José de Araújo Costa, na finalização deste julgamento em particular e, deste modo, aparentemente, já atuando no cenário político piauiense³⁸.

Assim, o periódico conservador alega a conivência do então juiz João Gabriel Baptista (1851-1919), haja visto que este, enquanto juiz de direito interino naquele tribunal, após a declaração da sentença não tomou a atitude esperada pelo redator do jornal, isto é, apelar do resultado desta.

Para o jornal conservador, então, o recém-formado bacharel em Direito furtava-se de suas responsabilidades enquanto juiz de direito interino, à medida que ironiza sua integridade juntamente com a do outro juiz e promotor público envolvidos no caso, inferindo que por conta da anuência destes indivíduos o caso não teria chegado à resolução correta e, assim, a justiça e o interesse público terminariam, supostamente, lesados diante da conjuntura posta nesta localidade.

Sobre o dado contexto, o jornal liberal “A Imprensa” não se esquivou em responder ao periódico conservador, rebatendo as críticas de “A Época”, defendendo seus correligionários, a exemplo da própria ação tomada pelo presidente da província de substituição do promotor público na ocasião, um dos fatos questionados pelo jornal conservador e, não obstante isto, tratando também sobre como um processo criminal decorria na justiça naquele momento. Assim, na edição de 18 de julho de 1878 do periódico liberal “A Imprensa” tem-se publicado o seguinte:

Escandalo.– Dando noticia sob esta *epigraphe* da absolvição pelo jury de Picos do réo Antonio Raimundo de Araujo, accusado pelo crime de homicidio prati-

38. Não apenas o indivíduo se torna um elemento participativo do cenário político na província do Piauí em fins do século XIX, mas passa a exercer influência nos negócios da família, haja visto a edição de 14 de setembro de 1877, na qual João Gabriel Baptista (1851-1919), aparentemente, buscava resolver uma contenda na qual sua mãe se encontrava. O jornal, então, informa o seguinte: “O abaixo assignado, por si, e como procurador de sua mãe, D. Justina Rosa da Silva Moura, previne ao Sr. Collector das rendas provinciaes do municipio de Amarante, que venderão ao Sr. capitão Marianno Gil Castello Branco, todos os gados vaccum e cavallar de suas fazendas Capumba e São Lourenço, sitas n’aquelle municipio, a fim de não continuarem a ser lançados no imposto do dizimo a que se tem de proceder. Jaicós, 6 de Julho de 1877. *João Gabriel Baptista*” (A IMPRENSA, 1877, p. 4). Deste modo, muito provavelmente, o sujeito em questão, João Gabriel Baptista (1851-1919), passa a cuidar dos negócios herdados pelo pai, seja no sentido de liquidar dívidas, ou, como no caso em questão, resolver situações referentes a estes envolvendo processos de cobranças, supostamente indevidas, de impostos ou mesmo de venda de bens e produtos.

cado na pessoa de seu tio Antonio Leonel de Souza, increpa o órgão oposicionista o nosso distinto amigo Dr. Firmino de Souza Martins, pela escandalosa protecção que lhe prestava, desenrolando factos ante-diluvianos para demonstrar que tendião todos a esse resultado.

E' de uma fertilidade estupenda o articulista.

O presidente da provincia demittindo o promotor leigo e nomeando em seu lugar um formado; esse promotor, homem velho e traquejado nas lides forenses, inteiramente estranho aos negocios da provincia; o juiz de direito – o integro Dr. João Gabriel Baptista; os jurados, juizes incertos, conhecidos na occasião do julgamento, entrarão todos nesse jogo escandaloso, phantasiado pelo contemporaneo para censurar no fim da partida ao digno vice-presidente, e aos Drs. Firmino de Souza Martins, João Gabriel Baptista e Francisco Rodrigues Lima Bastos.

A causa da justiça e da moralidade publica correu completamente ao desamparo, disse-o a *Epoca*, mas o que não disse foi justamente, que votando o contemporaneo a esses nossos distintos amigos o mais pronunciado odio não podia ser acreditado desde que não fizesse a exhibição das provas, em que assentou á accusação formulada.

O indiciamento de quem quer que for em um processo crime não quer dizer que seja elle com effeito criminoso. As provas dos autos são o cadinho em que se depura a criminalidade do indiciado. Ora o juiz de direito, o promotor publico e os juizes de facto, que tinham o processo a vista reconhecerão a innocencia do accusado. A *Epoca* porem que recebe informações, sem duvida de pessoas incompetentes, é que se acha habilitada para julgar da injustiça da absolvição! Factos desta ordem é que não precisam de contestação para ficarem completamente annullados perante a opinião publica (A IMPRENSA, 1878, p. 4).

O periódico liberal, então, de forma similar ao órgão opositor, “A Época”, expõe os motivos que, supostamente, tornariam as acusações e alegações do jornal conservador enquanto inverídicas, aproveitando para defender, especialmente, os indivíduos citados pelo jornal opositor que eram vinculados de algum modo ao partido liberal naquele momento, a exemplo do presidente da província do Piauí, bem como o próprio João Gabriel Baptista (1851-1919).

Deste modo, legitima a demissão do então promotor público, aspecto este criticado pela “A Época” enquanto elemento pertinente que justificasse uma interferência direta do governo da província no caso em questão, inferindo que a alteração foi realizada em função do promotor anterior não ter formação específica no âmbito das ciências jurídicas, sendo, portanto, um leigo.

Não obstante isto, o jornal busca legitimar ainda a própria atuação dos sujeitos envolvidos no caso, recorrendo a expertise destes, haja visto seus cargos e formações, a exemplo de João Gabriel Baptista (1851-1919), bacharel em Direito e, portanto, supostamente, apto para ocupar a posição em que se encontrava, além de analisar os autos do processo e, assim, chegar à conclusão alcançada, isto é, ou da inocência do réu ou insuficiência de provas para condená-lo.

O periódico, então, finaliza sua argumentação inferindo que o órgão opositor não apenas estaria mal-informado acerca do que se sucedia neste caso no interior da província, como alega ainda que o redator do texto em questão desconheceria como funcionaria naquele momento o devido processo legal em detrimento dos atores sociais que estariam diretamente envolvidos no caso.

Assim, a inferência do jornal liberal “A Imprensa” sobre a questão, posicionando-se a favor destes indivíduos, dentre eles João Gabriel Baptista (1851-1919), em detrimento das acusações do periódico conservador, certamente não ocorre à toa, mas sim relacionada com as conexões e redes estabelecidas pelo sujeito em questão com os grupos liberais piauienses, muito provavelmente considerando a conjuntura nacional³⁹ na época, a própria

39. Segundo Ribeiro (2015), o final da década de 1870 se refere a um momento no qual os liberais ganham espaço e força política em um contexto nacional após os conservadores conseguirem hegemonia posteriormente a intervenção de Dom Pedro II em 1868 em função da Guerra do Paraguai, provocando uma crise política entre os dois partidos, bem como possibilitando uma dominação nos anos que seguem até o fim da década seguinte dos conservadores, enquanto os liberais voltavam a se tornar oposição neste momento. Em um período que os esforços de guerra do Brasil, juntamente a Argentina e Uruguai, minoravam, ampliava-se o conflito entre Duque de Caxias, o general conservador que liderava a ofensiva contra o Paraguai, e a presidência do Conselho de Ministros, naquela época controlado pelos progressistas, isto é, conservadores dissidentes de seu partido e os liberais historicamente constituídos, organizados enquanto oposição ao partido conservador e, consequentemente, a Duque de Caxias. Tratava-se de uma conjuntura conflituosa entre Duque de Caxias e o Conselho de Ministros, presidido por Zacarias de Góis, este último acusado pelo general conservador de participar ativamente nas críticas produzidas pela imprensa contra os esforços de guerra de Caxias. Assim, o militar, em função deste contexto, produz uma situação delicada na política imperial à medida que coloca seu cargo à disposição, isto é, ameaça renunciar, o que atrapalharia os esforços de guerra do império brasileiro, a menos que o imperador garantisse a formação de um novo gabinete e, desta vez, que estivesse alinhado com o general conservador. Tendo por objetivo o fim do conflito de forma mais breve possível e acreditando que a manutenção do comandante das forças aliadas seria decisivo para que isto ocorresse, o imperador cede às demandas de Duque de Caxias, com Zacarias de Góis, estando ciente da cisão política entre a Coroa e o próprio parlamento, terminando por renunciar, mas, contudo, sem indicar seu novo sucessor, levando o imperador a indicar um dos principais nomes do partido conservador, aliado do Duque de Caxias, ao Conselho de Ministros (RIBEIRO, 2015). Esta crise vivenciada pelo império brasileiro no final da década de 1860 termina dando o tom

influência que teve durante o tempo em que estudou na faculdade de Direito de Recife⁴⁰ na província de Pernambuco, bem como sua família por parte

político, marcando de forma significativa as décadas que seguem até o fim da monarquia no Brasil e, consequentemente, o início do período republicano (IGLÉSIAS *et al.*, 2004). Trata-se de um momento em que os conservadores retornam aos espaços de poder até o fim da década de 1870, bem como uma reorganização dos liberais no novo Partido Liberal, após serem deslocados do poder, além da fundação do Partido Republicano, fruto do contexto político conturbado deste momento (RIBEIRO, 2015). Para Carvalho (2010), nos anos que antecedem este contexto com uma nova ascensão do Partido Conservador, tratou-se de uma política estabelecida por uma dualidade entre progressistas, compostos de conservadores dissidentes e liberais históricos, e pelos liberais, de caráter reformista, que terminou sendo alienada pela conjuntura política estabelecida a partir de 1868, tendo como ano definidor o de 1871 a partir da aprovação da lei do ventre livre, que tornava livre os filhos de escravizados a partir daquele momento, e que reforçava a desarticulação do estado escravista. Esta nova situação posta, para o autor, implicou na intervenção direta do imperador para a implementação de reformas que fossem consideradas necessárias para o desenvolvimento do país, em detrimento da realização destas em função da polarização produzida por progressistas e liberais, e, portanto, expondo os limites do regime político existente até então, haja visto a pertinência dada pela Coroa de implementação de reformas que esbarravam-se no início dos anos 1870 em uma câmara conservadora e contrária a estas (CARVALHO, 2010). Ainda que a Coroa tenha saído vitoriosa, “[...] o resultado teria sido profundamente derrisório para o próprio regime, pois a exposição da ‘artificialidade’ da elite política imperial, isto é, a alta burocracia pertencente ao Partido Conservador, inabilitava-a para o papel que vinha cumprindo até então, de mediadora entre os setores agrários dominantes e os interesses do Estado. Fundamental para a cisão intra-elite e, portanto, para que as bases do regime fossem minadas, a incompatibilização dos dois grupos dominantes no partido que historicamente sustentara a tradição monárquica teria engendrado, então, uma grave crise de representatividade, ou melhor, a perda da percepção, por parte dos ‘barões’, de que o Estado imperial era o mais adequado para atender seus interesses” (RIBEIRO, 2015, p. 17). Os anos que marcam, então, a década de 1870 e 1880, refletem os impactos que a política imperial sofreu com as diferentes modificações pelas quais passavam a economia e a sociedade brasileira num contexto nacional, como a ampliação das querelas em torno da necessidade de abolição da escravatura, além das demandas de inclusão por setores sociais outrora excluídos do debate político da época, obrigando o Estado imperial a se articular frente a esta nova conjuntura que se consolidava neste período. Assim, embora tendo retomado brevemente ao poder com a inflexão de 1868, o Partido Conservador torna a perder espaço no final da década de 1870, com a ascensão novamente do Partido Liberal, que havia se tornado oposição ao longo daquela década, ao gabinete ministerial. Deste modo, a nova alteração na política partidária tomada por parte da monarquia e consequente retomada do poder por parte dos liberais dialogava com a própria alienação destes por uma década, mas, especialmente, por terem sido os primeiros a pautarem a necessidade de implementação de reformas no estado imperial, a exemplo das transformações no próprio sistema eleitoral neste contexto, marcando um novo momento da política imperial, na qual o imperador se afastava gradativamente do centro das tomadas de decisões políticas e deixava de ser percebido por certos setores sociais e políticos como indispensável para o funcionamento do estado brasileiro (RIBEIRO, 2015).

40. Ainda que não tenhamos informações ou registros produzidos por João Gabriel Baptista (1851-1919) sobre questões sensíveis aos estudantes que frequentaram em fins dos anos 1870 e início dos anos 1880 a faculdade de Direito do Recife, como a Abolição da Escravatura, a necessidade de se pensar em uma República ou mesmo a importância da participação do bacharel em Direito na vida política e social, a exemplo de Clodoaldo Freitas, estudante entre 1876 e 1880, ou Hígino Cunha, tendo também estudado na mesma instituição entre 1881 e

de mãe, a família Moura, que era vinculada ao Partido Liberal, conforme registrado na edição de 15 de setembro de 1919 do jornal “O Estanhado”, por ocasião do falecimento do desembargador (O ESTANHADO, 1919).

Isto é, a ascensão do Partido Liberal em um contexto nacional em fins da década de 1870, associada com as ideias e questões debatidas na faculdade de Direito de Recife, certamente influenciaram nas escolhas políticas tomadas por João Gabriel Baptista (1851-1919) e, deste modo, sua filiação a este partido à medida que retorna à província do Piauí possivelmente esteve vinculada a este lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado pelo indivíduo durante este momento, podendo ser percebido por meio das querelas políticas da época presentes nos periódicos locais.

Não é sem motivo, então, que seu nome aparece envolvido em contendas políticas em diversas publicações entre o fim dos anos 1870 e início da década seguinte nos periódicos piauienses liberal “A Imprensa” e conservador “A Época, os quais traziam acusações ou alegações contra João Gabriel Baptista (1851-1919), bem como sua defesa, ora feita pelo jornal liberal, ora realizada pelo próprio acusado, referindo-se a situações ocorridas nas localidades em que atuava enquanto juiz.

Quanto às alegações dos conservadores, a edição de 28 de setembro de 1878 do jornal conservador “A Época” acusa o juiz municipal João Gabriel Baptista (1851-1919) novamente em função de questões políticas de prejudicar um correlegionário do Partido Conservador, sendo desta vez o Capitão Raimundo Antonio de Macedo Junior o indivíduo que teria sido prejudicado.

Segundo a denúncia feita pelo jornal, o sujeito em questão estaria sofrendo com extorsões na localidade, especialmente em função da atuação política de João Gabriel Baptista no âmbito jurídico que estaria, dentre outras atitudes, proferindo sentenças ilegais e, assim, provocando prejuízos diretos ao conservador.

De acordo com o periódico, não apenas estariam sugerindo aos deve-

1885 (QUEIROZ, 2011), podemos supor que, assim como Clodoaldo Freitas, a aproximação de João Gabriel Baptista (1851-1919) ao Partido Liberal na província do Piauí a partir de seu retorno a esta última esteve, possivelmente, influenciada pelos debates que vivenciou durante o período em que foi estudante em Recife, notadamente alguns anos antes de Clodoaldo Freitas, ainda na primeira metade da década de 1870. No caso de Clodoaldo Freitas, mesmo que sua família já estabelecesse previamente relações com o Partido Liberal, sua filiação a este último após o seu retorno a Teresina, capital do Piauí, em 1881 (OLIVEIRA, 2019), muito possivelmente se relacionou não apenas com a questão familiar, mas também com as próprias ideias debatidas durante sua formação em Recife e as questões defendidas pelo Partido Liberal naquele contexto.

dores que não quitassem seus débitos com o então capitão, mas isto estaria sendo feito com base em um suposto apoio do juiz João Gabriel Baptista e, não obstante isto, este último teria ainda orientado a uma das partes contrárias em indicar suspeição em um caso de inventário tratado por Raimundo Antonio de Macedo Junior enquanto este era juiz de órfãos, o que teria provocado que este último desembolsasse uma quantia de 200 mil réis para os custos do processo, haja visto que a causa teria sido analisada por João Gabriel Baptista (1851-1919) e julgada enquanto procedente.

Para o periódico, então, em sua denúncia, não apenas o juiz João Gabriel Baptista (1851-1919) teria cometido um erro na execução de seu ofício por prevaricação ou estupidez, mas deveria ser punido, bem como teria de indenizar o capitão Raimundo Antonio de Macedo Junior na mesma quantia que este último haveria pagado no processo de suspeição, isto é, 200 mil réis. Deste modo, o jornal encerra a denúncia elencando a suposta perseguição sofrida pelos conservadores, a exemplo desta na comarca de Jaicós, destacando novamente como a questão política se fez presente na situação em questão.

No ano seguinte, em agosto de 1879, novamente o órgão conservador segue acusando o bacharel João Gabriel Baptista (1851-1919) de estar produzindo uma atuação política no âmbito jurídico e, assim, na edição de 30 de agosto de 1879, ao tratar sobre situações que haveriam ocorrido em Jaicós, o periódico conservador novamente ironiza a inteligência do então juiz municipal de Jaicós, João Gabriel Baptista (1851-1919).

O jornal, então, trata sobre um caso de prisão que teria se sucedido contra o conservador Gervasio Pereira da Silva e que este último, em função do procedimento ter sido realizado supostamente de forma ilegal e irregular, estaria movendo uma ação contra o 2º subdelegado do termo de Jaicós por ter sido o responsável pela ação.

No entanto, segundo o órgão conservador, em função da filiação política do subdelegado, o resultado do processo já seria o esperado, isto é, o subdelegado não teria sido punido e, portanto, não teria sido feita justiça frente às injustiças sofridas por Gervasio. Isto teria se sucedido, para o jornal, haja visto que o acusado estaria sob proteção do juiz João Gabriel Baptista (1851-1919) e, deste modo, quanto aos conservadores em Jaicós, em função das querelas políticas locais, estes sempre estariam em desvantagem, muitas vezes saindo prejudicados ou sofrendo com injustiças daqueles que deveriam ser os responsáveis por garantir a justiça.

Pouco tempo depois, em uma edição em meados do mês seguinte, a redação de “A Época”, em 17 de setembro de 1879, torna a atacar João Gabriel Baptista (1851-1919) sem, contudo, indicar algum caso específico em que o então juiz de Jaicós teria atuado. O jornal, por meio de nota dedicada ao indivíduo, questionava os adjetivos dados ao bacharel pelo periódico liberal “A Imprensa”, sendo estes “inteligente” e “bem-intencionado”.

O periódico conservador faz questão de destacar que só concordaria com adjetivação caso estivesse grifado, ou seja, caso se tratasse de uma ironia, haja visto que, para o jornal, João Gabriel Baptista (1851-1919) estaria atuando em Jaicós seguindo interesses políticos dos liberais ou particulares, portanto, não podendo ser considerado bem-intencionado, muito menos inteligente, considerando os supostos erros nos casos em que estaria avaliando, segundo o órgão conservador.

No ano seguinte, isto é, em 1880, o periódico conservador em sua edição de 31 de janeiro torna a publicar alegações contrárias a João Gabriel Baptista (1851-1919), mas dessa vez tratando-se de uma publicação solicitada por conservadores que viveriam em Jaicós e teriam se sentido lesados pelo então juiz em fins do ano anterior, isto é, em dezembro de 1879. Segundo o documento, assinado por Avelino da Costa Vellozo, Arcenio da Costa Vellozo, Romualdo da Costa Vellozo e Francisco da Costa Vellozo, estaria circulando em Jaicós um abaixo assinado, supostamente, em defesa de João Gabriel Baptista (1851-1919), no qual os sujeitos assinantes do recorte enviado para ser publicado em “A Época” alegaram desconhecimento sobre o que se tratava de fato o abaixo-assinado e, portanto, teriam assinado o documento sem realizar a leitura deste.

Após este último ser publicado, no entanto, os assinantes alegam que não se tratava apenas de um gesto de civilidade dado ao bacharel João Gabriel Baptista (1851-1919), mas sim uma defesa em detrimento de outro conservador, este sendo o coronel Raimundo José de Carvalho e Sousa. Assim, os assinantes seguem inferindo que, caso soubessem das acusações que seriam proferidas ao coronel, não teriam assinado o abaixo-assinado em defesa de João Gabriel Baptista (1851-1919).

Ainda que o documento não esclareça se os assinantes foram abordados pelo próprio juiz municipal, podemos supor que provavelmente o foram por correlegionários do Partido Liberal ou amigos do próprio João Gabriel Baptista (1851-1919), denotando possivelmente outra situação marcada por querelas políticas envolvendo o então juiz e registrada nos

periódicos locais.

Sobre este último evento, a edição de 13 de março de 1880 do mesmo periódico traz a publicação de outro indivíduo, no caso Octil Affonso de Carvalho em 25 de dezembro de 1879, que também se sentiu lesado pela suposta assinatura do abaixo assinado em favorecimento a João Gabriel Baptista (1851-1919) e em detrimento do coronel Raimundo José de Carvalho e Sousa, alegando ainda que, diferente dos indivíduos anteriores, em seu caso o documento nem teria passado por suas mãos, isto é, o sujeito em questão nunca teria assinado o abaixo assinado e por esta razão assinava essa publicação em protesto a situação decorrida.

Mesmo em casos em que o periódico conservador não estava tratando especificamente de uma situação que envolvesse uma contenda política, a exemplo de noticiar sobre festividades realizadas pelos liberais, o jornal não se furtava em tecer críticas ou adjetivar de forma negativa os opositores, novamente destacando o juiz João Gabriel Baptista (1851-1919).

É o caso da edição de 6 de novembro de 1880 que informava sobre uma festa oferecida em Oeiras ao então presidente da província, o Dr. Firmino de Souza Martins, na qual se reuniram diversos liberais, dentre eles o juiz João Gabriel Baptista (1851-1919), em que o jornal conservador atribui de forma depreciativa diversos dos indivíduos que ali estiveram, chamando-os, por exemplo, de carrapatos ou mesmo ironizando-os ao grifar quando os chamava de admiradores do então presidente.

Quanto a João Gabriel Baptista (1851-1919), a ironia se deu no destaque ao lugar de honra que este teria recebido na comemoração. A publicação segue, então, indicando os brindes e acontecimentos da noite, tendo o trabalho de ironizar alguns discursos, seja pelo meio de grifo ou por breves comentários, denotando novamente as querelas políticas da época e a participação de João Gabriel Baptista (1851-1919) nestas.

Cabe inferir aqui que a festa pode ser percebida enquanto um momento no qual os indivíduos que ali se encontram assentem um breve escape do espaço “real” em que estes sujeitos se inserem, deslocando-se para um local utópico. A festa, então, extrapola tentativas efêmeras de apresamento conectada a um evento, fato ou acontecimento, estando além de limitações que a sociedade por vezes tente lhe impor.

Assim, “[...] é a festa que, libertando de todo utilitarismo, de toda finalidade prática, fornece o meio de entrar temporariamente num universo utópico” (BAKHTIN, 1987, p. 241). Para João Gabriel Baptista (1851-

1919), a festa, possivelmente, servia ainda enquanto um espaço de construção de afetos e sociabilidades, isto é, uma forma de se inserir nas redes de sociabilidades locais, dialogando e construindo sensibilidades com seus pares (SIRINELLI, 2003), neste caso em específico com indivíduos que, supostamente, partilhavam de ideais semelhantes de mundo reunidos por meio de um partido.

Dito isto, alguns anos depois, o periódico conservador “A Época”, em 1884, na edição de 5 de janeiro, torna a publicar críticas tecidas contra o bacharel em Direito João Gabriel Baptista (1851-1919). Em coluna assinada por Gabriel Luiz Ferreira e citando diretamente João Gabriel Baptista (1851-1919), a publicação, mais uma vez, trata em adjetivar de forma negativa este último, ironizando sua inteligência e ilustração e, não obstante isto, questionando a própria capacidade do bacharel em Direito de se defender no jornal liberal “A Imprensa” e, caso este viesse a publicar no periódico opositor sua resposta a Gabriel Luiz Ferreira, apenas estaria legitimando as críticas que haviam sido tecidas a sua pessoa pelo último.

Algumas semanas depois, em 25 de janeiro de 1884, o periódico conservador apresenta ao seu público leitor uma nova publicação de Gabriel Luiz Ferreira, se referindo diretamente à resposta dada por João Gabriel Baptista (1851-1919) a Gabriel Luiz Ferreira na edição de 19 de janeiro de 1884 no jornal liberal “A Imprensa”.

Nesta última, João Gabriel Baptista (1851-1919) dedica alguns parágrafos de uma publicação assinada em Valença a 8 de janeiro de 1884, e, ao mesmo tempo em que ataca Gabriel Luiz Ferreira, trata de se defender das acusações atribuídas a si e realizadas por este último, destacando sua atuação em cargos públicos há 8 anos, isto é, desde 1876, quando assumiu o primeiro cargo de juiz, além de inferir nunca ter sido processado ou responsabilizado por prevaricação ou mesmo ido a tribunal na condição de réu.

Segue, então, adjetivando seu desafeto, negando que o tenha prejudicado de modo proposital no envio de certa documentação, não explicitada qual seria esta, e que haveria se extraviado para outra localidade, finalizando sua argumentação novamente questionando a índole de Gabriel Luiz Ferreira ao tempo em que reafirma seu posicionamento contrário ao desafeto e suas acusações.

Na resposta dada por Gabriel Luiz Ferreira e publicada no periódico conservador “A Época” em 25 de janeiro de 1884, pouco tempo depois, as acusações e ataques contra o então bacharel em Direito e desafeto do pri-

meiro permanecem, inferindo que este último nem ao menos teria escrito o texto creditado a ele e, assim, novamente ironizando sua competência ao sugerir que João Gabriel Baptista (1851-1919) tratar-se-ia de um analfabeto.

Gabriel Luiz Ferreira segue, então, acusando João Gabriel Baptista (1851-1919) de outras situações que haveriam se sucedido em Valença no decorrer de um ano, respondendo pontualmente cada argumento produzido por este último em sua réplica no periódico liberal “A Imprensa”, ao tempo em que também segue adjetivando-o de forma negativa, sobretudo no que se refere a capacidade intelectual de João Gabriel Baptista (1851-1919).

A troca de desafetos entre ambos permanece ao longo dos meses iniciais de 1884, com acusações, réplicas e tréplicas aparecendo nos jornais locais, especificamente nas edições de 28 de fevereiro de 1884, 15 de março de 1884 e 8 de abril de 1884 no jornal “A Imprensa”, bem como nos números de 1 de fevereiro de 1884, 21 de março de 1884 e 5 de abril de 1884 no periódico conservador “A Época”.

As publicações seguem em tons acusatórios e difamatórios, encerrando-se com um pedido de desculpas de Gabriel Luiz Ferreira à família de João Gabriel Baptista (1851-1919) pelos ataques realizados a esta e informando que sua contenda era apenas com este último, estando satisfeito com o que havia sido publicado nas últimas edições de “A Época”, informando ainda que atendia ao desejo do capitão José Ribeiro Gonçalves para que se encerrasse a questão.

Quanto a João Gabriel Baptista (1851-1919), sua última tréplica segue um tom similar, desculpando-se com a família de seu desafeto e também destacando que seguindo a vontade de José Ribeiro Gonçalves colocava-se fim à celeuma. A contenda entre ambos os sujeitos denota não apenas a inserção de João Gabriel Baptista (1851-1919) nas redes de sociabilidades e nos espaços de poder e intelectuais na província piauiense, mas como as relações ali estabelecidas eram marcadas por sensibilidades, tanto afetivas, como por desafetos (SIRINELLI, 2003).

Assim, não ocorria à toa a querela com outro intelectual neste momento, isto é, Gabriel Luiz Ferreira, magistrado, jornalista, político, jurista e professor, tendo uma profícua atuação na política e na imprensa piauiense no fim de século XIX (GONÇALVES, 1997) ou mesmo a interferência José Ribeiro Gonçalves, político e fazendeiro, tendo sido deputado na Assembleia Legislativa durante o período imperial e republicano (GONÇALVES, 1997), na situação posta entre João Gabriel Baptista (1851-1919) e Gabriel Luiz Ferreira.

Desta forma, não foram poucas as menções ou mesmo tímida a atuação de João Gabriel Baptista (1851-1919) não apenas no âmbito jurídico, mas na própria política e na sociedade piauiense letrada neste momento, estando registrado nas páginas de “A Época” diversas querelas que o então juiz, supostamente, envolveu-se, tanto por situações políticas e partidárias, mas também por desafetos pessoais e questões intelectuais, denotando de forma significativa como desde o seu retorno ao Piauí após sua formação em Direito no Recife (PE) este sujeito passa a atuar na vida social e política piauiense, posteriormente influenciando diretamente em outras celeumas envolvendo seus filhos, a exemplo da transferência de Ernesto José Baptista (1873-1965), quando este era juiz de direito no interior do estado, nos anos 1910 para a comarca de Teresina, a ser tratado no próximo tópico deste capítulo.

No caso do periódico de cunho liberal “A Imprensa” também é possível encontrar diversas menções a João Gabriel Baptista (1851-1919), entre fim dos anos 1870 até o final dos anos 1880, quando o jornal encerra sua circulação (PINHEIRO FILHO, 1997), tanto de caráter político, a exemplo das contendas com Gabriel Luís Ferreira, mas também tratando de questões do cotidiano, como situações envolvendo viagens de João Gabriel Baptista (1851-1919) de uma localidade a outra ou mesmo tratando de questões profissionais, como licenças do trabalho, ou familiares e que, portanto, permitem percebermos também de que modo o sujeito em questão se inseriu e atuou na sociedade piauiense neste contexto de fim do período oitocentista.

Podemos citar, como exemplo, a edição de 28 de abril de 1878, que traz um ofício emitido pela presidência da província ao inspetor de tesouraria da fazenda sobre o registro de uma licença de 2 meses tirada por João Gabriel Baptista (1851-1919), a partir de 10 de março de 1878 e solicitada em janeiro daquele ano, na época em que se encontrava no cargo de juiz municipal e de órfãos dos termos de Jaicós e Picos.

A edição de 4 de outubro de 1878, por sua vez, produz uma réplica da contenda relatada no número do periódico conservador de 28 de setembro de 1878 que, dentre outras coisas, acusava o então juiz de estar utilizando do cargo para prejudicar o conservador Raimundo Antonio de Macedo Junior. O periódico liberal, considerando a vinculação política de João Gabriel Baptista (1851-1919) no período, rebate as acusações realizadas pelo órgão opositor, inferindo que a página política acusava sem provas e, não obstante isto, que o único crime do bacharel em Direito teria sido se opor a indivíduos de relativo poder na região, particularmente em função das

posses de terras, sem, contudo, indicar nomes.

Sobre esta querela, não apenas “A Imprensa” comentou a questão, mas o próprio João Gabriel Baptista (1851-1919) tratou de se pronunciar também através deste jornal, assinando uma réplica na edição de 15 de novembro de 1878, datada de 25 de outubro de 1878 na vila de Jaicós, às críticas realizadas pelo jornal conservador “A Época” em 28 de setembro de 1878.

Em sua assertiva, o então juiz não apenas questiona o entendimento dos redatores do periódico conservador acerca da lei em vigor no contexto no qual baseou suas ações, como também adjetiva de forma negativa o indivíduo que o estaria acusando na ocasião, Raimundo Antonio de Macedo Junior, além de agradecer aos redatores de “A Imprensa” pela defesa realizada de sua pessoa em semanas anteriores, na edição de 4 de outubro de 1878.

Outra questão que se faz presente, conforme indicado previamente, e que merece destaque aqui, refere-se a questões familiares de João Gabriel Baptista (1851-1919), haja visto que estas também denotam sua participação e de sua família nas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 2003) existentes naquele momento, podendo-se citar aqui a repercussão do falecimento de seu tio, o Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, tendo ido a óbito em Teresina no dia 3 de abril de 1879 e noticiado na edição de 28 de abril de 1879 do periódico liberal “A Imprensa”, com manifestações de sujeitos publicadas no jornal em questão de localidades diversas, como a vila da Manga, atual Floriano (BASTOS, 1994), Campo Maior e Jaicós.

Homenageado pelo jornal enquanto um correligionário do Partido Liberal na província, além do destaque aos supostos serviços prestados pelo indivíduo, João Gabriel Baptista (1851-1919), segundo a página política, ao saber da notícia em Jaicós duas semanas depois, em 16 de abril de 1879, teria mandado rezar uma missa para a alma de seu tio, tendo sido, supostamente, frequentada por diversas pessoas na localidade em homenagem ao tio do juiz.

Assim, a situação em questão, ainda que se trate do óbito de um indivíduo, conforme inferido previamente, denota de forma significativa como a atuação de João Gabriel Baptista (1851-1919) no tecido social piauiense não se limitava apenas a questões envolvendo o âmbito jurídico ou querelas políticas diretas, mas também como situações cotidianas, a exemplo da morte, tornavam-se um modo de o indivíduo participar diretamente na vida social, legitimando-se enquanto um membro de destaque na sociedade piauiense (COSTA FILHO, 2010).

Na edição de 10 de setembro de 1879, por sua vez, o periódico liberal torna a defender o bacharel em Direito e correlegionário João Gabriel Baptista (1851-1919) de acusações realizadas pelo jornal conservador “A Época”, novamente adjetivando o juiz com qualidades que valorizavam sua intelectualidade e honestidade, notadamente pertinentes para os sujeitos que detinham os espaços de poder e letramento durante este período, chamando-o de inteligente, estudioso, honesto e íntegro, em detrimento às críticas feitas pela página política opositora algumas semanas antes na edição de 30 de agosto de 1879.

No mês seguinte, na edição de 18 de outubro de 1879, o periódico publica nova defesa, datada de 13 de setembro de 1879, ao bacharel em Direito João Gabriel Baptista (1851-1919), mas desta vez de um correlegionário local identificado apenas pelas iniciais J. R. em Jaicós, que também questionava as críticas direcionadas ao então juiz pela redação do periódico conservador na edição de 30 de agosto de 1879.

É em novembro, no entanto, que foi publicado pela “A Imprensa” o abaixo assinado acerca do qual, posteriormente, nas edições de 31 de janeiro de 1880 e 13 de março de 1880 de “A Época”, indivíduos como Avelino da Costa Vellozo, Arcenio da Costa Vellozo, Romualdo da Costa Vellozo, Francisco da Costa Vellozo e Octil Affonso de Carvalho, posicionam-se contrariamente, indicando terem assinado o documento sem, no entanto, saberem do que se tratava, conforme discutido anteriormente e, caso soubessem que era referente às críticas tecidas pelo periódico conservador na edição de 30 de agosto de 1879, conforme a publicação de 15 de novembro de 1879 de “A Imprensa”, não teriam assinado o documento.

O documento, por sua vez, torna-se ainda mais interessante não apenas pela quantidade de assinaturas em defesa de João Gabriel Baptista (1851-1919), estas na casa de dezenas, mas especificamente pela posição social de muitos dos indivíduos ali citados, com diversos sendo fazendeiros locais, políticos ou membros do poder judiciário.

Ainda que não tenhamos certeza sobre as condições que permitiram a assinatura de todos ou mesmo se os nomes ali escritos de fato estavam cientes do conteúdo, certamente os que concordavam com a crítica feita ao periódico “A Época” o fizeram por interesses políticos/pessoais ou por comporem as mesmas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) que João Gabriel Baptista (1851-1919), estabelecendo laços afetivos com o indivíduo naquele momento em específico, denotando novamente a atuação deste úl-

timo não apenas no meio jurídico, mas na política e também na sociedade da época e, fomentando, assim, certo prestígio social entre seus pares.

Cabe destacar ainda que João Gabriel Baptista (1851-1919) não se envolveu apenas na política e no âmbito jurídico, apesar de estarmos destacando estes elementos, ao se refletir sobre sua atuação e participação no tecido social piauiense, mas também é possível encontrar registros de sua atividade no âmbito cultural, fomentando novamente a complexidade que envolve escrever sobre a vida de um indivíduo, esta sendo marcada por diversas questões, relacionadas tanto ao tempo como ao espaço na qual o sujeito vivenciou e experienciou, colocando “[...] em xeque a possibilidade de restituirmos em sua integralidade a vida de um indivíduo e a crença de que uma trajetória humana pode estar fielmente entrelaçada aos fenômenos sociais ou que estes possam claramente delimitar e circunscrever a ação humana” (AVELAR, 2012, p. 78).

No caso em questão, ressaltamos a edição de 15 de novembro de 1879 do periódico “A Imprensa”, que traz um breve registro acerca da criação de uma sociedade dramática em Jaicós em 4 de setembro e que estaria sob a direção e presidência de João Gabriel Baptista (1851-1919), indicando que esta tratar-se-ia de uma escola responsável por edificar a moral e os bons costumes.

Deve-se apontar que essa perspectiva em torno do teatro enquanto um local de “aprendizado” ou de produção de uma disciplina por meio de uma suposta “educação” da moral e bons costumes da época (FERNANDES; REIS, 2021; BITTENCOURT, 1996) não ressoava em tom uníssono na província piauiense, podendo-se perceber os conflitos em torno disto quando da criação do Teatro 4 de Setembro em Teresina em fins do século XIX, tendo sido este criticado pelo periódico conservador “A Phalange”, o qual considerava o teatro enquanto um espaço de produção de imoralidades, ao tempo em que outros setores da sociedade piauiense no momento destacaram sua importância para a sociedade teresinense. De modo similar, o periódico “A Imprensa” age acerca da sociedade dramática em Jaicós, isto é, infere que se tratava de um espaço para a moral cristã e os bons costumes (FERREIRA, 2017).

O teatro, deste modo, acumulou “[...] múltiplas concepções sobre o fazer teatral e a sua importância enquanto aparato cultural e mecanismo de interferência social (FERREIRA, 2017, p. 130). É mister indicar ainda que João Gabriel Baptista (1851-1919) é mencionado na imprensa local não apenas em situações de acusação/defesa por parte de um periódico ou ou-

tro, mas também assinando documentos a favor de correligionários seus com os quais mantinha vínculos políticos ou afetivos, a exemplo da edição de 24 de abril de 1880 do jornal liberal “A Imprensa” que traz uma carta assinada por vários indivíduos, notadamente, que frequentavam os espaços das elites na época, como advogados, promotor público etc., em defesa do juiz de Direito de Jaicós, Dr. Alfredo Teixeira Mendes, suplente de João Gabriel Baptista (1851-1919) conforme a edição de 30 de abril de 1880 de “A Imprensa”, que na ocasião estava sofrendo críticas do periódicopositor, “A Época”, denotando mais uma vez de que modo João Gabriel Baptista (1851-1919) atuava e se relacionava com as redes em que esteve inserido em fins do período oitocentista.

Além disso, outro exemplo que denota a inserção de João Gabriel Baptista (1851-1919) nas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) pode ser observado na edição de 16 de outubro de 1880 de “A Imprensa” sobre a chegada do então presidente da província a Oeiras, sendo este último recepcionado com um baile e um jantar organizado por seus correlegionários do Partido Liberal que ofereceram brindes em sua homenagem, destacando-se o bacharel João Gabriel Baptista (1851-1919).

Cabe lembrar que desde maio de 1880 João Gabriel Baptista (1851-1919) havia sido nomeado para o cargo de promotor público da comarca de Oeiras, segundo a edição de 19 de junho de 1880 do periódico “A Imprensa” e, portanto, considerando sua atuação e participação na vida social e política da província, não é de estranhar sua presença no baile e jantar oferecido ao então presidente da província, especialmente pelo significado que o espaço festivo e a promoção de banquetes possuía enquanto um momento de produção de sociabilidades (BAKHTIN, 1987). Estes, sendo, portanto, alguns dos exemplos que podemos fazer inferência sobre a atuação de João Gabriel Baptista (1851-1919) na vida política e social da província do Piauí após o seu retorno de Recife.

Assim, nos anos que seguem até o fim dos anos 1880 o nome de João Gabriel Baptista (1851-1919) segue aparecendo no periódico “A Imprensa”, indicando uma participação significativa na vida social e política da província, seja através de querelas políticas que tornam a ocorrer nos anos seguintes, a exemplo do noticiado na edição de 26 de abril de 1886, na qual protesta novamente contra ataques recebidos pela “A Época” por ser um liberal, ou através dos novos cargos que termina assumindo como sua no-

meação para o cargo vitalício de juiz de direito na comarca de Valença⁴¹ conforme registrado pela edição de 27 de agosto de 1881 de “A Imprensa”.

Há que se considerar, ainda, as reuniões políticas que promove em sua casa, como o relatado na edição de 2 de julho de 1889 do periódico liberal “A Imprensa”, no qual comemoravam em Valença a ascensão do visconde de Ouro Preto e a formação de um novo gabinete ministerial chefiado pelo Partido Liberal na corte em detrimento da derrota sofrida pelo Partido Conservador no cenário nacional (RIBEIRO, 2016), ou mesmo de sua participação em outros eventos sociais, como o casamento de indivíduos de destaque em Valença segundo a edição de 11 de agosto de 1883 do periódico “A Imprensa”, dentre muitas outras situações que marcam sua atuação no tecido social piauiense nesta época.

Após o fim do Império e o advento da República a partir de 1889⁴², João

41. Após assumir o cargo de juiz municipal e de órfãos em Jaicós em 1876, João Gabriel Baptista (1851-1919) é exonerado do cargo em 1880 e passa a ser promotor público na comarca de Oeiras, sendo exonerado também no ano seguinte quando se torna juiz de direito vitalício na comarca de Valença, permanecendo nesta até o início da República, quando é designado enquanto desembargador do tribunal de justiça do estado do Piauí, mantendo-se neste cargo em Teresina até a sua morte em setembro de 1919.

42. De acordo com Carvalho (1987), o momento que marca o final do período imperial e início do republicano se refere a um momento singular na história do Brasil, no qual se tem a primeira transformação significativa no sistema de governo brasileiro após sua constituição enquanto Estado em 1822. Não obstante isto, a própria ideia de implantação de um regime que na teoria deveria atender aos interesses do povo já se tratava de um debate profícuo nas décadas finais do século passado, existindo não apenas a organização política de indivíduos declaradamente republicanos como a livre circulação de suas ideias, exemplificado pelo manifesto republicano de 1870. Dito isto, ainda que a República tenha sido proclamada atendendo a interesses de grupos específicos e excluindo-se, de modo geral, a participação da população neste processo, prevalecia nos momentos iniciais uma circulação de ideias na imprensa de que o novo modelo de governo não apenas incitaria como possibilitaria a inserção de novos atores sociais na política brasileira, a exemplo dos operários. Algumas questões, por sua vez, já presentes em outros sistemas republicanos já haviam sido implementados durante o período imperial, como o liberalismo, a terra enquanto propriedade privada, liberação do capital, a livre circulação de ideias e manifestação de pensamento e o fim da escravidão, em alguns destes casos já próximos ao final do período oitocentista. No entanto, quanto aos “[...] direitos civis, pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891. O mesmo pode se dizer dos direitos políticos. As inovações republicanas referentes à franquia eleitoral resumiram-se em eliminar a exigência de renda, mantendo a de alfabetização. O espírito das mudanças eleitorais republicanas era o mesmo de 1881, quando foi introduzida a eleição direta” (CARVALHO, 1987, p. 43). De modo geral houve a manutenção de uma diferenciação entre o que seria a sociedade civil e aqueles que comporiam o corpo social político, entendendo-se o direito político enquanto uma função a ser exercida, isto é, um dever social e não um direito, portanto, excluindo-se boa parte da população desta função, tratando-se então, de “[...] uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização” (CARVALHO, 1987, p. 45). Deste modo, na prática, o início do período republicano não promoveu transformações

Gabriel Baptista (1851-1919) segue tendo uma participação significativa no que se refere à política e à sociedade piauiense, seja atuando na nova configuração política que se fomenta nas décadas seguintes até os anos 1910 ou mesmo interferindo a favor de seus filhos em certas questões, como o exemplo de Ernesto José Baptista (1873-1965), a ser tratado no próximo tópico deste capítulo.

Quanto aos anos iniciais do período republicano não possuímos muitas informações sobre a participação de João Gabriel Baptista (1851-1919) na política piauiense, haja visto que encontramos poucos registros e, de modo geral, tratando apenas sobre sua atuação no âmbito jurídico. Temos notícia, por exemplo, da suposta remoção de João Gabriel Baptista (1851-1919) de Valença para a comarca de Parnaíba no início de 1890 na edição de 9 de março de 1890 do periódico “Estado do Piauí”.

No entanto, algumas semanas depois, na edição de 23 de março de 1890 do mesmo jornal, tem-se uma correção da informação, indicando a nomeação de outro juiz para a comarca de Parnaíba. Não sabemos, contudo, se foi apenas um equívoco do periódico ou se João Gabriel Baptista (1851-1919) já galgava tornar-se desembargador e, a partir disto, ser removido para a capital, Teresina. Considerando que, pouco tempo depois, esta última situação se concretiza, imaginamos que, ainda que o indivíduo não tenha atuado de forma a garantir isto, o prestígio que detinha na sociedade piauiense, por meio de sua atuação em décadas anteriores, tenha influenciado na sua designação enquanto desembargador no início dos anos 1890. Em 1895, assumiu também um dos cargos que retornaria muitas vezes depois até sua morte, o de presidente⁴³ do tribunal de justiça do estado do Piauí.

Ainda que não tenhamos encontrado muitos registros de sua participação na política local nos anos que marcam o início da República, considerando sua atuação nas décadas anteriores nos parece improvável que o indivíduo tenha se furtado de sua posição na política. A própria designação ao tribunal de justiça do estado na condição de desembargador denota que o sujeito permaneceu detendo certa influência no tecido social piauiense.

significativas no tocante aos direitos políticos e civis e mesmo alterações que se apresentavam enquanto democráticas na medida em que buscavam descentralizar o poder, a exemplo do federalismo, terminaram por ampliar os poderes dos setores sociais mais abastados, tanto nas zonas rurais como urbanas (CARVALHO, 1987).

43. Na edição de “O Piauí” de 22 de agosto de 1895 João Gabriel Baptista (1851-1919) é mencionado enquanto presidente do tribunal de justiça do estado do Piauí em várias sessões do tribunal entre julho e agosto daquele ano.

Não obstante isto, o fato de que a partir do início do século seguinte tornam a aparecer registros que, novamente, denotam a atuação desse sujeito no que se refere não apenas a questões jurídicas, mas também políticas do estado piauiense, especialmente na década de 1910, aliado à própria conjuntura do início do período republicano quanto à questão da cidadania política (CARVALHO, 1987), nos levam a sugerir que nas duas décadas que precedem este momento, entre 1890 e 1910, João Gabriel Baptista (1851-1919) não se ausentou da vida política, ainda que não tenhamos encontrado fontes que denotem isto de forma mais direta.

De acordo com Gasparetto Júnior (2015), no contexto do início do período republicano o poder judiciário assumiu um papel relevante na legitimação dos poderes no contexto do federalismo implantando a partir do novo regime político, haja visto que passa a ser organizado de modo que as instâncias jurídicas municipais e estaduais tornam-se responsabilidade direta dos estados, isto é, das unidades federativas, igualando-se, de certo modo, os estados com a União no tocante ao poder judiciário.

Essa dualidade existente no âmbito jurídico neste momento termina servindo para fomentar os setores sociais dominantes nos estados, além de se tornar um componente pertinente no tocante às políticas estaduais dos governadores, fracionando ainda a capacidade de articulação e o poder do Supremo Tribunal Federal.

Desta forma, esta conjuntura no que se refere ao poder judiciário teria possibilitado não apenas a legitimação dos poderes das oligarquias estaduais, mas sua manutenção, à medida que na esfera federal o Supremo Tribunal Federal tornava-se impossibilitado de conduzir o sistema jurídico brasileiro. Portanto,

[...] com a exacerbação das autoridades do Executivo durante os períodos de estado de sítio e as incapacidades do Supremo Tribunal Federal, a Primeira República representou uma etapa da história brasileira de perseguição aos opositores políticos do governo vigente ou daqueles que ameaçavam de alguma forma a ordem oligárquica e conservadora estabelecida (GASPARETTO JÚNIOR, 2015, p. 10-11).

Assim, o poder jurídico assumiu um papel importante na manutenção do poder das elites locais e, no caso do Piauí, ainda que permanecesse marcado por distensões políticas com o advento da República (QUEIROZ, 2011), certamente não foi diferente, com João Gabriel Baptista (1851-1919),

possivelmente, atuando neste contexto político conturbado.

Já na década de 1910, nos momentos que marcam o fim de sua vida, João Gabriel Baptista (1851-1919) torna a aparecer em diversas menções dos jornais publicados na época no estado do Piauí, tanto nos periódicos teresinenses como de outras cidades, a exemplo de Parnaíba, tratando de questões diversas, como viagens do então desembargador e sua família ou mesmo a participação em festas ou banquetes em homenagens a indivíduos de destaque na política local.

Neste contexto, a edição de 11 de junho de 1911 do periódico parnaibano “Semana” assume um valor significativo para refletirmos acerca da atuação do sujeito em questão na política piauiense desta época, haja visto que na citada edição tem-se o destaque para uma convenção partidária que havia sido realizada em Teresina nos dias 4 e 5 do mesmo mês, informando que

Therezina, 4.

Acabam ser assentadas as bases do partido Republicano Conservador, depois de tres sessões. O assumpto foi bastante discutido. A noite haverá a ultima sessão da Convenção que elegerá comissão executiva, que se compõe de onze membros e onze suplentes.

Therezina, 5.

Convenção Partido Republicano Conservador elegeu por escrutinio secreto, seguinte comissão executiva: [...] membro effectivo Desembargador João Gabriel Baptista (SEMANA, 1911, p. 1-2).

Assim, João Gabriel Baptista (1851-1919) não apenas é eleito como membro efetivo da comissão executiva do Partido Republicano Conservador, mas também aparece lado a lado de outras figuras de destaque na sociedade piauiense ou que, posteriormente, assumem cargos relevantes, a exemplo de Mathias Olympio de Mello⁴⁴, também eleito como membro efetivo naquele momento, e Miguel de Paiva Rosa⁴⁵, eleito secretário.

44. Nascido em Barras (PI) no ano de 1882 e ido a óbito em Teresina em 1967, foi um político, magistrado, jornalista e escritor, tendo uma profícua participação na política piauiense, assumindo o cargo de governador pelo Partido Republicano entre os anos de 1924 e 1928, além de senador pela União Democrática Nacional em duas oportunidades entre 1945 e 1963 (GONÇALVES, 1997).

45. Foi um advogado, magistrado, jornalista e político nascido em 1876 em Teresina e falecido em 1930 na mesma cidade. Durante sua atuação no âmbito jurídico assumiu o cargo de juiz em Jerumenha e Floriano, além de Procurador Regional da República. Foi ainda governador do estado do Piauí entre 1912 e 1916 com um governo marcado por querelas e contendas no cenário político local (GONÇALVES, 1997), dentre estas últimas com o pró-

Neste contexto, os partidos políticos tornavam-se instrumentos para a manutenção dos interesses e vontades de setores sociais específicos, notadamente as oligarquias locais, excluindo-se outros grupos sociais que não estivessem vinculados a estes agrupamentos políticos das possibilidades de benefícios que os governos poderiam oferecer, a exemplo de cargos públicos (SILVA, 2016).

Isso ocorria em todos os níveis das estruturas administrativas federais, estaduais e municipais. Mesmo os cargos importantes, da alçada partidária e eleitoral, só eram ocupados pelos membros do grupo que controlava o partido, como eram os casos do seu comitê executivo, da presidência da mesa apuradora nas eleições, da liderança da maioria nas Câmaras Estaduais e no Senado e das presidências, também nas Câmaras e no Senado. Para ocupar o cargo de presidente da Comissão Executiva ou mesmo ser apenas membro titular, a fidelidade pessoal era condição básica, podendo-se permanecer por mais uma legislatura na Executiva (SILVA, 2016, p. 16).

No caso do Piauí, a participação nestes espaços, bem como em eventos promovidos por estes grupos ou indivíduos, como banquetes ou festas, permitem inferências não apenas sobre certa atuação ou participação na política local, mas na necessidade de inserção nestas redes de sociabilidade para o fomento de relações sociais que, posteriormente, podem ser convertidos em benefícios pessoais para si ou para sua família, como a garantia de empregos por meio da administração pública (QUEIROZ; FERREIRA, 2017).

Assim, o desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919) se envolveu em diferentes questões ao longo de sua atuação no âmbito jurídico no Piauí entre fins do século XIX e início do século XX, participando ativamente da política piauiense e, possivelmente, garantindo benefícios para si e para sua família, notadamente seus filhos, por meio dos afetos construídos nas redes de sociabilidade que se inseriu.

No caso do início do século XX, até sua morte em 1919, é possível encontrar dezenas de registros na imprensa piauiense de sua participação neste cenário local, seja por meio do poder jurídico, atuando no tribunal de justiça do estado, ou por meio da política, atendendo a eventos, banquetes, festas e reuniões com políticos com quem manteve laços até o fim da vida.

Pode-se encontrar registros sobre sua atuação no âmbito jurídico,

prio João Gabriel Baptista (1851-1919) e seu filho Mário José Baptista (1884-1965) (GONÇALVES, 1997), a ser tratado posteriormente.

além de participação em eventos políticos, festas ou banquetes, bem como apontamentos sobre sua família, neste período, em jornais como “Nortista” (1901-1902), “O Apóstolo” (1908-1912), “Monitor” (1909), “O Piauihy” (1909-1911), “Semana” (1910-1911), “O Aviso” (1911; 1918), “Diário do Piauihy” (1911-1914), e “Correio de Theresina” (1916). Não obstante isto, João Gabriel Baptista (1851-1919) também é mencionado em diversos relatórios do governo do estado para a Assembleia Legislativa, entre os anos de 1911 até sua morte em 1919.

Participou também em querelas e disputas políticas, a exemplo de episódios vivenciados durante a administração estadual de Miguel de Paiva Rosa, mas, por se tratar de situações que envolveram seus filhos, optamos por tratar destas questões no tópico seguinte.

Deste modo, assim como seu pai, o comendador Ernesto José Baptista, a reflexão aqui produzida sobre a atuação e participação de João Gabriel Baptista (1851-1919) na política e sociedade piauiense de modo algum almejou dar conta da totalidade de sua vida, mas sim permitir que compreendêssemos os reflexos que sua trajetória no meio jurídico e político teve na inserção de seus filhos, a serem discutidos no próximo tópico, neste cenário, seja na política, mas também no meio intelectual, passando a compor as redes de sociabilidades (SIRINELLI, 2003) locais.

1.3 “Inconstitucionalmente nomeado o Dr. Ernesto José Baptista”: contendas no tecido social piauiense na primeira metade do século XX

Ao ser questionada sobre como o seu pai, João Gabriel Baptista (1920 – 2010), havia conseguido o primeiro emprego, a professora Maria do Socorro Baptista Barbosa⁴⁶, imediatamente rememorou sua própria experiência, lembrando⁴⁷ como em sua época, isto é, entre os anos 1970

46. Nascida em 13 de setembro de 1958, é a quinta filha de João Gabriel Baptista. Graduada em Licenciatura Plena em Português e Inglês pela Universidade Federal do Piauí (1982). Mestre em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e Doutorado em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Foi professora adjunta da Universidade Estadual do Piauí até dezembro de 2017, quando se aposentou.

47. A partir de autores como Pollak (1989), Nora (1993) e Halbwachs (2006), compreendemos a memória enquanto a reconstrução contestável de eventos ou acontecimentos que ocorreram em um tempo pretérito através do momento em que vivemos, isto é, do tempo presente, sendo que esta memória é ressignificada à medida que os sujeitos acumulam novas experiências e se inserem em novos espaços ou grupos. Deste modo, o “passado” acessado por meio da operação de rememoração no presente trata-se de um passado presentificado que

e 1980, era comum a indicação de pessoas a empregos, especialmente na administração pública.

Não obstante isto, destacando ainda como a família detinha influência neste processo, dando como exemplo o caso de alguns de seus irmãos que teriam conseguido acesso a seus trabalhos graças aos laços sociais e as afetividades construídos pelo pai, João Gabriel Baptista, isto é, em função das redes de sociabilidades (SIRINELLI, 2003) em que este se inseriu, ao longo de sua trajetória. Deste modo, sobre este questionamento e acerca do que se lembrava de seu avô, a professora disse o seguinte:

Na verdade, não lembro, não lembro dele ter comentado, sobre ele ter comentado sobre isso não. Nós sabemos que naquela época não havia concurso público, né, sejamos bem realistas a maioria das pessoas da geração de papai ou da... mesmo já depois na minha geração quando começaram a trabalhar, como é o caso de minha irmã Aracy, a maioria de nós, né, era por indicação, não era concurso público. Claro que houve alguns poucos, né. Eu fui concursada, fui concursada do estado, né, não foi indicação política, mas muita gente era por indicação. A sua tia Aracy trabalhou a vida inteira no DER e não fez concurso, né. Foi papai que a indicou e ela lá ficou, né. Eu não lembro se Fernando fez concurso pro tribunal, entendeu? Então, assim, ou se Orlando fez concurso pra prefeitura. Era muito comum indicações, então eu não sei dizer como que papai conseguiu o primeiro emprego, mas muito provavelmente alguma indicação até por conta do pai dele, né, meu avô que era Desembargador, né, e uma pessoa importantíssima na sociedade. Os tios de meu pai também eram pessoas muito importantes, então provavelmente... [...] meu avô foi Ernesto

irrompe na atualidade por meio da capacidade que o sujeito tem de acessá-lo, não necessariamente remetendo ao que “realmente” aconteceu, mas um fragmento do evento que está sendo lembrado e marcado pelas experiências e significados dados por aquele que está lembrando. Assim, o sentido que atribuímos ao passado deriva das categorias de pensamento em que estamos inseridos no presente. Não se trata de estudar o passado pelo passado, mas sim analisá-lo a partir de questionamentos produzidos no tempo presente, produzindo, assim, uma escrita da História. O conhecimento histórico é, então, produzido por uma série de mediações que paralelamente nos aproxima e distancia do passado. Cada tempo presente ressignifica o passado a partir de sua própria necessidade, podendo-se dizer assim que cada presente produz um olhar diferenciado sobre o passado. Ao se pensar esse passado a partir da ótica das fontes orais, ou seja, da memória, é preciso ter em mente que estas fontes jamais serão coerentes, jamais reverberarão em um som uníssono, elas sempre terão dissonâncias, sempre percebemos diferentes discursos nelas. Sendo assim, os historiadores jamais poderão restituir, reconstruir ou resgatar o passado. O passado sempre será ressignificado pelo presente, produzindo, assim, múltiplos olhares sobre o passado e, ainda que isso denote a fragilidade dos relatos memoriais, isso não impossibilita sua utilização enquanto fonte pelo historiador, mas permite a este uma nova perspectiva acerca de algo, contrapondo ou reverberando com outros documentos que temos acesso no decorrer da pesquisa.

Baptista. Eu lembro da morte dele muito mais do que da vida dele, eu tinha 6 anos quando ele faleceu. Faleceu aos 92 anos de idade de câncer nos pulmões. Parece loucura isso. Eu acho que se ele não tivesse tido câncer teria vivido até os 120, né, porque faleceu com 92 com câncer, então daí você tem uma ideia. E eu eu lembro daquele homem alto, magro, que caminhava, ficava caminhando no corredor da casa dele. Eu lembro vagamente, muito vagamente quando ele deixou de fumar, que ele fumava muito, o médico disse que ele tinha que deixar de fumar se ele quisesse ter mais um pouquinho de tempo de vida, que ele tinha que diminuir o cigarro e ele não diminuiu, ele deixou um único dia. Isso eu lembro muito vagamente. Eu não sei dizer se eu ouvi alguém comentando sobre isso antes dele morrer ou depois dele morrer. Eu lembro da morte dele, eu lembro que quiseram que eu fosse pro velório, eu fiquei apavorada, eu fui até a casa dele e saí correndo pra casa. Eu só tinha 6 anos, né. Criança com 6 anos tem medo de velório. Eu nunca gostei e daí pra frente passei a detestar velórios, nunca gostei, mas eu lembro que ele era uma figura imponente. Eu aprendi uma coisa com ele, a ser apaixonada por chás. Ele todas as noites antes de dormir, ele tomava uma xícara de chá, meu avô. Isso eu lembro. Que coisa, né, eu era tão pequena quando ele faleceu, mas eu lembro disso (BARBOSA, 2019).

Ainda que não tivesse conhecimento sobre a relevância que seu avô, Ernesto José Baptista (1873-1965), teve no retorno de seu pai, João Gabriel Baptista (1920-2010) a Teresina, haja visto que como este último afirmou em entrevista ao jornal O DIA em 1989, foi por insistência e apoio do pai que terminou por regressar ao Piauí, a professora Maria do Socorro Baptista Barbosa, a partir da própria trajetória de vida e tendo ciência da atuação que seu avô e tios-avôs detinham na sociedade, supõe acertadamente que isto teria tido algum tipo de influência no processo, ou seja, que João Gabriel Baptista (1920-2010) teria conseguido seu primeiro emprego por influência do pai, Ernesto José Baptista (1873-1965).

Conforme observamos nos casos do bisavô e avô de João Gabriel Baptista (1920-2010), bem como considerando os casos de outros indivíduos, como Clodoaldo Freitas (QUEIROZ, 2011; OLIVEIRA, 2019) e Higinho Cunha (QUEIROZ, 2011), a inferência feita pela filha de João Gabriel Baptista (1920-2010) por meio de sua memória dialoga não apenas com o tempo em que viveu, mas também em momentos anteriores vivenciados por seus antepassados.

Desta forma, não é surpresa que, assim como no caso de João Gabriel Baptista (1920-2010), o seu pai, Ernesto José Baptista (1873-1965), não apenas se insere no circuito político e intelectual de sua época, mas, de certo

modo, tem essa oportunidade em função da própria trajetória de seu pai, João Gabriel Baptista (1851-1919) e das redes em que este se inseriu, possibilitando os seus estudos fora do Piauí e, ao retornar a este estado, possivelmente detendo influência nos cargos que Ernesto José Baptista (1873-1965) assumiu na magistratura e em querelas específicas, a exemplo da disputa por uma vaga de juiz na comarca de Teresina durante a década de 1910.

Deste modo, segundo Costa Filho (2010), além de seu pai, João Gabriel Baptista (1851-1919), Ernesto José Baptista (1873-1965), assim como seus irmãos Mário José Baptista (1884-1965) e Benjamin de Moura Baptista (1880-1940) também compuseram neste momento, isto é, nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, aquilo que o autor denota enquanto um *high-life*, que “[...] designa um segmento social oriundo da elite rural, que se formou a partir da década de 1880, distanciando-se das sociabilidades rurícolas” (COSTA FILHO, 2010, p. 46), no tocante à sociedade teresinense.

Para Costa Filho (2010), sua inserção neste aspecto infere em modos de se portar e práticas sociais diferentes, influenciadas tanto pela formação dos indivíduos em outras localidades, especialmente na faculdade de Direito de Recife (PE), como por uma ideia do “ser moderno”⁴⁸ que circulava

48. Através de Berman (1986) entendemos a modernização como os distintos acontecimentos que possibilitam a transformação dos corpos sociais e dia a dia dos indivíduos que, a partir destes, passam a vivenciar a modernidade. Os aspectos que modificam esta nova experiência entendida enquanto uma vida moderna são vários, como a “evolução” das ciências, as transformações possibilitadas pelas revoluções tecno-científicas, os novos espaços decorrentes da inserção de novos recursos tecnológicos, a modificação das formas como entendemos e percebemos o tempo, o aparecimento de novas classes no seio social, a ampliação da densidade populacional considerando a expansão e urbanização dos espaços urbanos, o surgimento de novas formas de se comunicar que possibilitam o contato mais rápido entre os sujeitos, a ascensão de Estados-Nação, o fortalecimento do capital, a atuação e novos modos dos grupos sociais se organizarem, dentre outros. Assim, à medida que estes processos se constituem, o indivíduo vivencia de modo mais significativo o mundo moderno, sendo marcado pela experiência da modernidade e por um “ser moderno” (BERMAN, 1986). Com relação à modernidade, entendemos, a partir de Lefvbre (1995), que no mundo ocidental esta tem seu surgimento através das considerações e implicações pelos indivíduos acerca do mundo em que se encontravam, compreendendo que este espaço chamado de moderno só se torna possível à medida que ele próprio se fragmenta, apresentando em um horizonte próximo o seu fim. Refere-se, deste modo, na perspectiva de Lefvbre (1995), de um período marcado por significativas transformações, especialmente de inovações e, de forma similar, por contendas, questionamentos, conflitos e até mesmo medo do que se vivenciava. Berman (1986), no tocante a esta modernidade, compreende-a ainda como uma experiência comungada pelos indivíduos em tempos e espaços diferentes, responsável por produzir um encantamento por parte destes sujeitos que a entendem como um espaço que permitiria benesses e transformações nas loca-

naquela época no Brasil e modificava os comportamentos em diferentes cidades, como o Rio de Janeiro⁴⁹, Recife⁵⁰ e a própria capital do Piauí, Tere-

lidades ao seu redor. Ao mesmo tempo pode ser encarada como uma experiência produtora de incertezas, haja visto que pode indicar o final de tudo que é conhecido, tudo que é possuído e tudo que se é, implicando que para os sujeitos que vivenciam este mundo moderno tem-se uma sensação de finitude das distinções geográficas, religiosas, étnicas, ideológicas ou mesmo de classe, tendo em vista que a modernidade possibilitaria uma convergência da humanidade. No entanto, tratar-se-ia de uma confluência dicotômica, produtora de conflitos, ou seja, “[...] uma unidade de desunidade [...]” (BERMAN, 1986, p. 15), que implica nos indivíduos sentimentos de transformações, fragmentações, contendas, incertezas, conflitos, aflição e angústia.

49. A partir de Sevcenko (2006), entendemos que, assim como em outras cidades no Ocidente em fins de século XIX e início do XX, a capital do Brasil também vivenciou uma série de modificações provocadas pela inserção em seu cotidiano de novos recursos técnicos ou modernos que surgiam naquele contexto. O cinema, por exemplo, aparece na história com a primeira exibição de uma película no território europeu ocorrida na França em 1895. Referia-se ao filme *A chegada do trem na estação*, de Louis Lumière. Ainda que sua exibição não tenha provocado o imediato interesse dos indivíduos que atendiam naquele momento ao Congresso das Sociedades Fotográficas Francesas, ela impactou as pessoas presentes na projeção desta película. Pouco tempo depois, era possível encontrar a sala na qual o filme estava sendo projetada recheada de pessoas em função dos comentários feitos acerca de sua exibição. Diversos sujeitos presentes no Congresso se aventuraram em conhecer este novo recurso, fruto da modernidade. Assim, segundo Sevcenko (2006), logo no ano seguinte, em 1896, este novo recurso se fazia presente em território brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, capital do país, sendo “[...] anunciada com entusiasmo pela imprensa, nos dias que antecederam a exibição, como sendo uma ‘maravilha da ciência moderna’” (SEVCENKO, 2006, p. 519), tendo provocado um encantamento similar ao ocorrido na França, além de influenciado a sociedade carioca no tocante a novas práticas sociais. Não obstante isto, o Rio de Janeiro, com a presença no seu dia a dia destes novos aparatos modernos, a exemplo do cinema, rádio, telefone, automóvel, aviação, dentre outros, torna-se uma vitrine do modelo a ser seguido por outras cidades, influenciando diferentes localidades no Brasil, transformando-se, assim, “[...] no eixo de irradiação e a caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação em território brasileiro. O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima” (SEVCENKO, 2006, p. 522).

50. No caso de Recife, em seus estudos Rezende (1997) discute como as invenções modernas, exemplificando-se o automóvel e o cinema, transformam e proporcionam o surgimento de novas práticas sociais na capital pernambucana nos anos 1920, além de provocarem, também, particularmente o automóvel, contendas no meio social à medida que o dia a dia da população passava a ser marcado por um ritmo de vida cada vez mais veloz, bem como pela possibilidade de acidentes provocados pelo novo aparato moderno, fomentando, assim, a disparidade existente na modernidade. Infere-se isto pois, ao tempo em que a modernidade possibilitou transformações significativas nas cidades e no cotidiano, estas são marcadas por conflitos e, no início do período novecentista no Brasil, por um autoritarismo modernizante oriundos da administração pública, a exemplo das próprias alterações realizadas no traçado de Recife com o objetivo de “modernizar” a cidade em detrimento dos desejos das populações diretamente afetadas e prejudicadas (REZENDE, 1997).

sina ou mesmo em cidades e vilas menores, como Parnaíba⁵¹ e Amarração⁵² no litoral piauiense.

No caso de Teresina, conforme Queiroz (2011), no início do século XX esta “[...] não dispunha de qualquer equipamento urbano que a definisse como uma cidade moderna. Ausência total e absoluta de calçamento, água tratada e canalizada, transporte público, luz elétrica, esgoto, telefone, etc.” (QUEIROZ, 2011, p. 28). Esse contexto passa a modificar-se, no entanto, no início dos anos 1900, especificamente em 1906, ano em que ocorre a

51. Assim como em outras localidades no Brasil, a cidade de Parnaíba, localizada no litoral piauiense, e a população que ali vivia, também foi marcada neste início do século XX pelos novos aparatos modernos e as modificações que estes provocavam na vida cotidiana e no imaginário dos indivíduos à medida que se incorporavam ao dia a dia das pessoas (VIEIRA, L., 2010). No caso de Parnaíba, a presença do trem, por exemplo, tanto provocou a admiração, bem como o surgimento de novos comportamentos, mas também gerou o receio, contendas, medo dos problemas que este agora passava a causar no espaço urbano da cidade, assim “[...] o trem de ferro, durante sessenta anos, de 1922 a 1982, fez parte do cotidiano do povo parnaibano, acompanhou o crescimento da cidade e marcou significativamente os comportamentos da população, que usufruiu de seus serviços em direção à praia, à festa de Bom Jesus dos Navegantes, às férias em Amarração (atual Luís Correia), ao transporte de alimentos de localidades vizinhas, a exemplo de Frecheiras. O trem também provocou sentimentos de medo, desconfiança, susto e fascínio. Medo pelas faíscas que queimavam as roupas novas de “domingo”, dos possíveis atropelamentos, etc.; desconfiança da velocidade, susto dos apitos estridentes e do “novo” mecanismo e fascínio pela máquina que soltava fumaça e faíscas no ar e pelo progresso advindo de sua chegada em vários recantos” (VIEIRA, L., 2010, p. 20).

52. No caso da vila de Amarração, a partir de registros de jornais da segunda metade do século XIX (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2022) e XX, além de almanaques locais, é possível perceber as modificações que a paisagem da vila, bem como as práticas sociais, transformam-se à medida que se torna mais comum na localidade a presença de novos recursos modernos, como as embarcações a vapor a partir da segunda metade do século XIX e o trem no início dos anos 1920 (BAPTISTA, 2019), ou mesmo o hidroavião e o automóvel nos anos 1930 e início da década de 1940 (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021d). Nesta conjuntura de fins de século XIX e décadas iniciais do século XX a circulação de ideias e do ideário acerca de um “ser moderno” propicia na pequena vila piauiense também o surgimento de novos comportamentos, como a utilização do mar para fins terapêuticos e, posteriormente, para lazer, transformando a forma como o espaço da praia era consumido tanto pelas camadas abastadas como os mais pobres. Além disso, é possível perceber ainda a própria relação estabelecida com o “moderno” e a higienização do espaços a partir dos discursos que circulavam neste momento e também influenciavam nas práticas e na modificação da paisagem da vila (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021c), com a criação de leis específicas no código de posturas da vila no início do período noventaista com o objetivo de coibir certas práticas que ocorriam até então no espaço urbano de Amarração ou mesmo o consumo do espaço da praia para fins medicinais, conforme indicado previamente (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2021). Não obstante isto, pode-se observar ainda a ingerência desta modernidade ao considerarmos ainda as alterações provocadas na moda, haja visto que os indivíduos que frequentavam estas localidades buscavam se vestir de modo similar a outras cidades consideradas modernas, como o Rio de Janeiro, sendo possível perceber estas questões no uso de chapéus tido enquanto modernos e também nos trajes de banho utilizados pelas elites (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2020).

instalação do abastecimento d'água a partir de recursos provenientes do estado em partes da cidade. Além disso, no ano seguinte, isto é, em 1907, tem-se o advento também dos serviços telefônicos na então capital do Piauí, e em 1914 é finalizado a instalação da iluminação elétrica da capital.

A instituição destes serviços, de acordo com Queiroz (2011), assinala de forma significativa os indivíduos que viviam naquele momento em Teresina, estando presente na literatura que tratava sobre a cidade, podendo-se citar, por exemplo, um cronista que tratava acerca das modificações que incidiam sobre a malha urbana neste contexto e percebidas pelo escritor enquanto benéficas.

Em seu olhar, os cidadãos desejavam essas mudanças, como calçamentos, abertura de novas avenidas e bondes elétricos, bem como os elementos que deveriam ser extirpados para que Teresina pudesse se modernizar, citando-se aqui a pobreza, os pedintes, as casas de palhas e as enfermidades de caráter endêmico e epidêmico.

Era motivo de preocupação ainda para o poder público nesta conjuntura que se evitasse enchentes por meio da edificação de diques no rio Parnaíba, a higienização da cidade através de uma coleta mais eficiente do lixo e a proibição de criação de animais no centro da capital, haja visto que a existência destes últimos não dialogava com o que era entendido enquanto cidade moderna no Ocidente no início do século XX.

Algumas décadas depois, no final dos anos 1920, indica-se que as modificações ocorridas com o objetivo do “progresso” material promovidas pelo poder público mantiveram-se, especialmente considerando as impressões registradas pelos indivíduos que ali viviam, seja na imprensa ou na literatura, acerca dos novos aparatos modernos, como o trem, os automóveis, os caminhões presentes nas ruas da capital, a iluminação elétrica, a ornamentação de ruas e praças, a canalização da água, bem como os novos prédios marcados por uma arquitetura moderna que agora podiam ser encontrados na capital piauiense.

Deste modo, a partir de Queiroz (2011), entendemos que a cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, passa por uma série de modificações no início do século XX ao tempo em que esta se modernizava à medida que as inovações modernas passavam a compor o cotidiano citadino, como o automóvel e o cinema, e junto a isto, transformava-se e surgiam novas práticas sociais, além de conflitos e contendas geradas pela experiência dicotômica da modernidade (BERMAN, 1986).

Ao considerarmos o cinema como exemplo neste início do século XX, ainda que fosse consumido por uma camada restrita da sociedade, notadamente as elites abastadas, este foi percebido tanto como um elemento que traria o “progresso”, presente por meio destes novos aparatos tecnológicos, mas também enquanto um agente de desarticulação e fim da família, à medida que atacaria a moral e os bons costumes. Desta maneira, o cinema

[...] não foi absorvido de forma passiva e pacífica. Cada novidade trazia em si um susto, um movimento de admiração e também um frêmito de medo. Com o cinematógrafo, esperava-se o propalado apocalipse da moral e da família [...] assombro dessa sociedade quase rural ameaçada pela modernidade (QUEIROZ, 2011, p. 35).

Neste contexto sócio-histórico, a participação nas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 2003) existentes no Piauí, principalmente em Teresina, permitiu ainda a vários destes sujeitos a inserção na administração pública da época por meio de cargos oferecidos a estes indivíduos em função dos laços sociais e das afetividades constituídas (COSTA FILHO, 2010).

É o caso de Ernesto José Baptista (1873-1965), que, assim como o pai, João Gabriel Baptista (1851-1919), ao retornar ao Piauí após ter concluído seus estudos na faculdade de direito de Recife (PE) em 1897, logo é nomeado para o cargo de juiz, atuando inicialmente em Amarante⁵³ e, a partir de 1910, tornando-se juiz de Direito na comarca de Piracuruca, posteriormente Uruçuí no final de 1910⁵⁴ e, por fim, Teresina, até que é designado Desembargador, tendo assumido também o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (GONÇALVES, 1997).

Ainda que não tenhamos encontrado registros acerca de sua primeira nomeação, considerando a atuação da família, especialmente de seu pai, nas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) no Piauí, possivelmente sua indicação a juiz, isto é, de Ernesto José Baptista (1873-1965), também esteve relacionado com essa participação nos espaços de poder político e intelectual no estado piauiense, dialogando com as questões apresentadas por

53. De acordo com a edição de 30 de março de 1911 do periódico “Diário do Piauí”, Ernesto José Baptista (1873-1965) já atuava há 7 anos e 4 meses enquanto juiz em 1909, indicando que este deve ter assumido o cargo de juiz entre 1901 ou 1902, isto é, pouco tempo depois de ter retornado ao Piauí após a conclusão de seus estudos em Recife (PE).

54. Segundo a edição de 22 de junho de 1911 do periódico “Estado do Piauí”, o bacharel Ernesto José Baptista (1873-1965), em 15 de novembro de 1910, assume o cargo de juiz de direito da comarca de Uruçuí no interior do Piauí.

Costa Filho (2010) acerca da utilização destes grupos políticos da administração pública em benefício próprio.

Contudo, a partir da década de 1910, encontramos registros mais incisivos sobre como essa atuação se fazia presente, no sentido não apenas de participar de questões relacionadas ao judiciário ou a política local, mas de interferir diretamente em aspectos que, possivelmente, beneficiariam diretamente estes indivíduos ou sua família, a exemplo de uma situação referente ao poder judiciário vivenciada por João Gabriel Baptista (1851-1919) e Ernesto José Baptista (1873-1965) e registrada no periódico “Diário do Piauí” em março de 1919, quando este último indivíduo já atuava enquanto juiz de Direito na comarca de Uruaú no interior do Piauí.

Assim, a edição de 30 de março de 1911 do jornal “Diário do Piauí” registra um acontecimento pertinente ao considerarmos estas questões, haja visto que indica a relação de juizes de direito do estado do Piauí e o tempo que estavam atuando na magistratura, bem como o tempo que não contaria para sua atuação, considerando os motivos especificados para cada juiz.

No caso de Ernesto José Baptista (1873-1965), tem-se 7 anos e 4 meses de magistratura em 1909 e em 1910, na mesma data, 8 anos e 3 meses, inferindo que o juiz havia perdido 1 mês e 18 dias em 1910, entre 10 de março e 28 de abril, por estar na capital a pedido do então governo estadual. Deste modo, o registro indicava que este período não contaria para o tempo de sua magistratura.

No entanto, é outro detalhe no documento que chama a atenção, isto é, a votação do Tribunal de Justiça do Estado para manter ou derrubar essa situação. Ainda que não tenhamos o resultado dos votos, nos é apresentado os pareceres de alguns desembargadores, dentre eles Luiz Evandro Teixeira e o pai de Ernesto José Baptista (1873-1965), João Gabriel Baptista (1851-1919).

Quanto a este último, isto é, o pai de Ernesto José Baptista (1873-1965), ainda que tenha tido o voto vencido, ou seja, tenha sido impossibilitado de votar por se tratar de uma situação que envolvia o filho⁵⁵, expressou em documento qual seria o seu voto e, basicamente, em seu entendimento, os juizes

55. Em várias ocasiões, o Desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919) se declarou impedido de votar no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí por se tratar de situações que envolviam diretamente seus filhos, a exemplo do *habeas corpus* solicitado por Mário José Baptista a favor de Antonio Marinho de Barros Caminha de Picos, conforme a edição de 25 de fevereiro de 1911 do periódico “Estado do Piauí”. Do mesmo modo em outro momento envolvendo Ernesto José Baptista (1873-1965) e a contagem do seu tempo de antiguidade o seu pai, Desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919), foi impedido de revisar em função da relação de parentesco, conforme a edição de 5 de abril de 1911 do jornal “Estado do Piauí”.

que não estivessem em exercício do cargo por ocasião de terem sido convocados pelo governo teriam direito a ter esse tempo contado na magistratura.

Já o desembargador Luiz Evandro Teixeira, considerando o impedimento do voto de João Gabriel Baptista (1851-1919), votou especificamente a favor do caso de Ernesto José Baptista (1873-1965), no que se refere à contagem do tempo perdido por estar em Teresina a pedido do governo.

A situação posta, certamente, denota como a atuação familiar poderia intervir diretamente de modo a beneficiar estes indivíduos. Mesmo que não tenhamos como afirmar plenamente, é notório que o voto de Luiz Evandro Teixeira favorecendo diretamente Ernesto José Baptista (1873-1965) pode ter ocorrido em decorrência de uma relação de afetividades construída com João Gabriel Baptista (1851-1919) ou mesmo política/jurídica, no sentido de que em outras questões este último votaria juntamente com Luiz Evandro Teixeira ou a favor de seus interesses.

Isto posto, é possível perceber de forma mais significativa alguns anos depois porque era interessante para Ernesto José Baptista (1873-1965) e seu pai, João Gabriel Baptista (1851-1919), que o primeiro acumulasse mais tempo na magistratura, haja visto que o tempo de serviço no cargo nesta época no estado do Piauí era um dos critérios para a mudança de comarcas.

Desta maneira, é em 1916 que uma querela envolvendo Ernesto José Baptista (1873-1965) e outro juiz piauiense, Justino Augusto da Silva Moura, na época juiz na comarca de Campo Maior, reflete justamente a importância que existia para estes indivíduos quanto ao tempo que atuavam na magistratura, tendo em vista que este foi um dos argumentos utilizados por Justino Augusto da Silva Moura para justificar que tinha preferência a Ernesto José Baptista (1873-1965) na remoção para a comarca de Teresina.

Assim, em meados da década de 1910, Ernesto José Baptista (1873-1965) tenta sua remoção da comarca de Uruçuí para assumir o cargo de juiz na Segunda Comarca de Teresina. A situação, no entanto, terminou gerando um imbróglia político durante a administração estadual de Eurípedes Clementino de Aguiar⁵⁶, sendo comentada e registrada no relatório

56. Nasceu em 19 de janeiro de 1880 em São José dos Matões na província do Maranhão. Ao longo de sua vida atuou enquanto político, jornalista e médico, tendo se formado pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1902. Elegeu-se ao governo do estado em 1916 sucedendo o governo de Miguel de Paiva Rosa e permanecendo até 1920 quando passou a administração estadual para João Luiz Ferreira. Foi ainda deputado federal no início da década de 1920 e, posteriormente, senador a partir de 1924, tendo o mandato interrompido em 1930 em decorrência da ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Com o término do governo de Var-

produzido pelo então governador à Câmara Legislativa do Piauí que tratava sobre os principais eventos que haviam ocorrido entre 1918 e 1919 e deveria ser apresentado ao fim de cada gestão. Deste modo, no documento em questão tem-se o seguinte:

SEGUNDA VARA DA COMARCA DA CAPITAL. – A Camara Legislativa do Estado, pela lei n. 872, de 24 de julho de 1916 e pelos motivos expostos em seu preambulo, tornou sem effeito o decreto n. 643, de 8 de maio do mesmo anno, que restabeleceu a 2ª vara da comarca desta capital, e consequentemente, o acto constante do dec. n. 644, de 11 do mesmo mez e anno, pelo qual foi removido, a pedido, o juiz de direito da comarca de Campo-maior, de primeira entrancia, bacharel Justino Augusto da Silva Moura, para aquella vara. A citada lei 872 tambem restabeleceu, em seu artigo 2º a referida vara, para a qual foi removido, a pedido, o juiz de direito da comarca de Urussuhy, de 1ª entrancia, bacharel Ernesto José Baptista, pelo decreto n. 665, de 31 de julho de 1916.

Julgando-se prejudicado em seus direitos, o bacharel Justino Augusto da Silva Moura intentou, no juizo da primeira vara da comarca desta capital, uma acção ordinaria para annullar o acto de nomeação do bacharel Ernesto José Baptista. A acção foi havia como procedente, tanto na primeira como na segunda instancia. Assim é que foi decretada, judicialmente, a nullidade daquelle acto e julgado o autor com direito ao cargo de juiz da segunda vara. Na sentença de primeira instancia, confirmada por “seus jurídicos fundamentos”, em accordão do Tribunal de Justiça, de 13 de março do corrente anno, garantiram-se ao autor as vantagens economicas do cargo, desde que fôra do mesmo afastado até que nelle fosse reintegrado, reconhecendo-se-lhe direito adquirido ao mesmo cargo, inconstitucionalmente preenchido pelo bacharel Ernesto José Baptista, então occupante do oitavo logar na lista de antiguidade dos juizes de direito do Estado. Precisamente da ordem de collocação nessa lista, é que decorria a inconstitucionalidade da sua nomeação, pois a Constituição Política do Estado estabeleceu o principio absoluto da antiguidade para o acesso dos juizes de primeira para segunda entrancia (artigo 63).

Quanto ao bacharel Justino Moura, era o mais antigo na referida lista e, como tal, lhe competia a promoção.

Em vista da decisão judiciaria que reconheceu a este o direito ao cargo, considerando aquelle inconstitucionalmente nomeado, o bacharel Justino Augusto da Silva Moura me requereu, em petição de 22 de março deste anno, acompanhada de uma cópia da sentença confirmada pelo accordão, fosse reintegrado nos direitos inherentes ao cargo de juiz de direito da segunda vara da comarca desta

gas em 1945, retomou à vida política participando da União Democrática Nacional no Piauí, chegando a disputar o cargo de governador novamente em 1950. Faleceu alguns anos depois, em 1953, na capital piauiense, Teresina (GONÇALVES, 1997).

capital, e bem assim asseguradas as vantagens economicas dahi decorrentes. A esse requerimento dei o seguinte despacho, em 2 de abril deste anno: – “Lavre-se decreto reintegrando o requerente no cargo de juiz de direito da 2ª vara da comarca desta capital e pondo em disponibilidade, como juiz de direito de Urussuhy, o actual occupante da referida vara, bacharel Ernesto José Baptista. Quanto ao pagamento de cem mil reis mensaes, custas do processo e juros da móra, a que foi julgado com direito o mesmo requerente, desde a data da sua disponibilidade até a reintegração no cargo, aguarde-se a próxima reunião da Camara Legislativa, afim de ser solicitado o necessario credito”.

De accordo com esse despacho, foi expedido o decreto n. 719, de 2 de abril deste anno.

O bacharel Ernesto José Baptista que, a principio, se conformára com o acto de reintegração do bacharel Justino Augusto da Silva Moura, tanto que lhe passára o exercício, impetrou, dias depois, uma ordem de *habeas-corpus* para voltar ás funções do cargo de juiz da segunda vara, ao Tribunal de Justiça, que lh’a concedeu, rempossando-o no cargo que tinha deixado, e considerando em disponibilidade, como juiz da mesma vara, o bacharel Justino Augusto da Silva Moura, com direito aos respectivas vencimentos, mas não ao cargo.

[...]

Si o bacharel Ernesto José Baptista occupava um cargo que a outro competia, reconhecida essa situação pelo meio regular, era lógico que fossem restabelecidos o estado e as relações de direitos anteriores ao decreto n. 665, de 31 de julho de 1916.

Foi por assim entender, que expedi o decreto n. 719, de 2 de abril deste anno, perfeitamente de accordo com a sentença do dr. juiz de direito da primeira vara, confirmada *in totum* por accordão do Tribunal de Justiça.

Considerada inconstitucional a lei em virtude da qual foi expedido o decreto de nomeação do bacharel Ernesto José Baptista para o cargo de juiz de direito da segunda vara da comarca desta capital, nullo esse acto, não se póde comprehendere que o executivo não pudesse fazer cessar a illegalidade resultante da permanencia dessa situação.

Entretanto, foi concedido, como ficou dito, o *habeas corpus* requerido pelo bacharel Ernesto José Baptista, apesar desse remedio não ser meio idoneo para annullar acto administrativo que, porventura, offenda direitos individuaes, conforme a invariavel jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal.

Com a concessão dessa ordem de *habeas corpus*, julgou-se o bacharel Justino Moura constringido no exercício das funções do cargo em que fôra reintegrado por acto administrativo. Requereu, por isso, ao Tribunal de Justiça, uma ordem de *habeas-corpus*. Tomaram parte na discussão da mesma, quatro desembargadores, votando, dois delles, para que se não tomasse conhecimento da petição e os outros dois em sentido contrario. O presidente, que votou de

numero na decisão, entendeu de desempatar contra o paciente, muito embora o Regimento do Tribunal estabeleça, em dispositivo expresso, que nos casos de empate, na votação, entenda-se decidido o feito em favor do réu, a quem, na hipótese se acha equiparado o paciente.

O bacharel Justino Augusto da Silva Moura, não se conformando com isso, interpoz recurso para o Supremo Tribunal Federal, cuja decisão virá por termo á anarquia estabelecida pela minoria do Tribunal de Justiça na segunda vara da comarca desta capital, ora ocupada por dois juizes.

O documento em questão trata sobre uma querela provocada a partir da aprovação de uma lei alguns anos antes, em 1916, que possibilitava ao bacharel Ernesto José Baptista (1873-1965), juiz de direito na comarca de Uruçuí, sua remoção para a segunda vara da comarca de Teresina.

Contudo, o poder judiciário, em primeira e segunda instância, anula a remoção do então juiz a pedido do bacharel Justino Augusto da Silva Moura, juiz que neste contexto atuava na comarca de Campo Maior, que acusava o ato enquanto inconstitucional, considerando que a constituição do estado do Piauí dava preferência a juizes pelo critério de antiguidade, isto é, o tempo de serviço, e deste modo, em sua perspectiva, ter sido prejudicado pela remoção de Ernesto José Baptista (1873-1965) para a capital.

A ação impetrada por Justino Augusto da Silva Moura possibilitou ao então governador do estado, Eurípedes Clementino de Aguiar, reconduzi-lo ao cargo de juiz em Teresina já em 1919 por meio do decreto nº 719 de 2 de abril de 1919, impondo ao juiz Ernesto José Baptista (1873-1965) o pagamento dos custos do processo, dentre outras questões.

No entanto, Ernesto José Baptista (1873-1965), segundo o relatório de Eurípedes Clementino Aguiar à Câmara Legislativa do Piauí de 1919, recorre da situação em segunda instância, isto é, no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, pouco tempo depois do decreto nº 719 de 2 de abril de 1919, impetrando um *habeas corpus* para que pudesse retornar ao cargo de juiz em Teresina.

Tendo sido o *habeas corpus* de Ernesto José Baptista (1873-1965) julgado como favorável pelo Tribunal de Justiça entre abril e junho de 1919, considerando a data de publicação do relatório do governo estadual, logo o juiz Justino Augusto da Silva Moura entrou com o mesmo remédio jurídico no Tribunal de Justiça para sustar o resultado anterior que beneficiava Ernesto José Baptista (1873-1965). Com uma votação empatada pelo voto de 2 desembargadores a favor e 2 contrários, o voto de minerva coube ao então

presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que desempatou contrariamente a Justino Augusto da Silva Moura, levando este último a tentar uma resolução da questão diretamente no Supremo Tribunal Federal.

Sabemos por meio do mesmo documento que neste contexto, ou seja, em 1919, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ainda que não tenha sido citado seu nome diretamente nesse caso, era o pai de Ernesto José Baptista (1873-1965), João Gabriel Baptista (1851-1919), haja visto que em dezembro de 1918 este último assumiu a presidência do Tribunal pelo fato de ninguém ter sido eleito e de ser o desembargador mais antigo em serviço no órgão.

Deste modo, não é à toa que o desempate da questão favoreça o juiz de Uruçuí e, muito menos, que este último tenha recorrido diretamente ao Tribunal de Justiça, tendo em vista a influência que, possivelmente, seu pai detinha no órgão naquele momento, conforme observado pela própria forma que se deu a votação de seu *habeas corpus*, favorável, e do juiz Justino Augusto da Silva Moura, negado, com uma votação decidida pelo presidente do Tribunal.

Ainda que em outras ocasiões João Gabriel Baptista (1851-1919) tenha se furtado a votar, considerando a participação dos filhos em processos específicos, conforme indicado anteriormente, nesta questão em específico sua intervenção na situação terminou sendo bem mais explícita, denotando não apenas atuação deste sujeito em um âmbito jurídico e político, mas como isso podia afetar de forma benéfica sua família, neste caso em específico, seu filho mais velho.

Do mesmo modo, Ernesto José Baptista (1873-1965), sabendo dos laços sociais e políticos construídos pelo pai, isto é, as redes de sociabilidades (SIRINELLI, 2003) em que este se inseriu no decorrer de sua vida e nas quais se encontrava no momento, possivelmente, aproveitou a conjuntura para conseguir uma decisão favorável a si e, assim, ser diretamente beneficiado pela posição social que o pai assumia neste contexto.

É interessante destacar que alguns anos antes, pouco tempo depois de assumir a comarca de Uruçuí, em meados de 1911, o periódico “Estado do Piahy” publica três textos assinados por Ernesto José Baptista (1873-1965) tratando de forma breve sobre o ofício da magistratura, especialmente no interior do estado, destacando a importância de melhorar a remuneração do cargo, evitando-se amarras políticas dos magistrados com a política local, além de questionar os vencimentos pagos na capital, isto é, em Teresina,

em detrimento das demais localidades, haja visto que, segundo o bacharel, os juizes em Teresina receberiam melhor do que em comarcas do interior.

Questiona ainda o critério de antiguidade para que fosse possível assumir o cargo de juiz na capital, sugerindo que o mais republicano seria a realização de concursos, evitando o apadrinhamento, dentre outros tipos de forma que um juiz poderia se favorecer. Critica ainda a possibilidade de não se contar o tempo ou mesmo perder o tempo de serviço em que estivessem atuando em outra instância republicana e, portanto, não ter esse período contabilizado para a aposentadoria ou para sua antiguidade, esta última necessária, conforme indicamos, para assumir outros cargos na magistratura no estado do Piauí.

Não obstante isto, trata ainda das férias dos magistrados, defendendo que estas fossem alteradas, tendo em vista que, em sua perspectiva, não estariam adequadas para o descanso destes indivíduos. Assim, defende que estas alterações, dentre outras, sejam realizadas por meio de uma reforma legislativa, conforme as edições de 16, 18 e 21 de julho de 1911 do periódico “Diário do Piauí”. Deste modo, aparentemente, com o decorrer dos anos e sem as alterações que acreditava que deveriam ser realizadas na magistratura, o então juiz de Uruçuí se vale das mesmas atitudes outrora criticadas por ele no início da década.

Assim, a querela em questão só é, supostamente, solucionada, ou chega ao seu fim, após o julgamento do recurso interposto pelo juiz Justino Augusto da Silva Moura pelo Supremo Tribunal Federal, que, segundo o relatório de Eurípedes Clementino Aguiar à Câmara Legislativa do Piauí de 1920, ainda em julho de 1919 a corte de justiça suprema do país deu razão e ganho de causa ao juiz da comarca de Campo Maior e, desta forma, coadunando com a decisão da suprema corte, Justino Augusto da Silva Moura é reintegrado ao cargo pelo então governador do Piauí.

Esta questão, que termina envolvendo não apenas Justino Augusto da Silva Moura e Ernesto José Baptista (1873-1965), mas também o pai deste último, João Gabriel Baptista (1851-1919) e o governador do estado do Piauí, Eurípedes Clementino Aguiar, torna-se ainda mais pertinente pela necessidade presente no documento produzido pelo então governador de justificar o porquê da decisão tomada em favor do juiz de Campo Maior, no caso, Justino Augusto da Silva Moura.

No relatório de 1920,⁵⁷ após a contenda ter, supostamente, se encerrado, o governador faz questão de elencar as atribuições do poder executivo e também do judiciário a fim de indicar que estava em sua competência as decisões tomadas com relação ao caso e, não obstante isto, como a conjuntura terminou servindo de munição política para os indivíduos que eram contrários e, no momento em questão, faziam oposição a sua administração no Piauí, sem, no entanto, apontar quem seriam estes sujeitos.

A preocupação do então governador acerca da oposição quanto ao seu governo não ocorria à toa, haja visto a própria conjuntura local que marca o período anterior a seu governo, isto é, a administração de Miguel de Paiva Rosa (QUEIROZ, 2011; SILVEIRA, 2019), os posicionamentos políticos adotados por João Gabriel Baptista (1851-1919) neste momento e, posteriormente, sua ascensão, ou seja, de Eurípedes Clementino de Aguiar ao poder executivo no estado do Piauí.

Deste modo, tomando o caso da pandemia da Gripe Espanhola⁵⁸, os seus efeitos no estado do Piauí e as críticas realizadas por certo jornal ao então governo estadual, considerando que esta irrompe diretamente durante o governo de Eurípedes Clementino de Aguiar, é possível produzir uma inferência sobre o lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado por alguns sujeitos neste momento, dentre eles João Gabriel Baptista (1851-1919), possivelmente explicando também as ações tomadas por este último em detrimento de Eurípedes no caso de seu filho, Ernesto José Baptista (1873-1965),

57. O documento em questão traz também a decisão do Supremo Tribunal Federal em sua integralidade, mas como basicamente só reafirma a questão da inconstitucionalidade da nomeação de Ernesto José Baptista (1873-1965) em detrimento de Justino Augusto da Silva Moura, optamos por não reproduzir este trecho do relatório de 1920.

58. Entre o segundo semestre de 1918 e o ano de 1919 a gripe espanhola afetou de forma significativa o mundo, especialmente o ocidente, provocando mortes com estimativas que variavam entre 20 até 50 milhões de mortes neste breve período (SCHWARCZ; STARLING, 2020). Quanto ao Brasil, os primeiros registros da doença datam de setembro de 1918, haja visto que supostamente a enfermidade haveria entrado em solo brasileiro por meio da embarcação a vapor *Demerara*, que, a partir de jornais publicados na época, não apenas continha passageiros infectados pela doença, mas também já contabilizava mortes a bordo. Assim, a embarcação, originária da Inglaterra, no início de setembro teria atracado nas zonas portuárias de Recife (PE), Salvador (BA) e Rio de Janeiro, marcando efetivamente o início da pandemia no Brasil (SOUZA, 2009). Pouco tempo depois a enfermidade se espalhou, alcançando outras localidades no Brasil, afetando o país de norte a sul por meio da zona costeira e o estado do Piauí, tendo neste momento um “porto” com acesso direto ao Oceano Atlântico, não tardou a ser afetado também (SCHWARCZ; STARLING, 2020). Deste modo, em fins de 1918, por meio do “porto” existente na vila de Amarração no litoral do Piauí a doença irrompe em solo piauiense, avançando, posteriormente, por todo o estado (PIAUI, 1919).

tratando-se não apenas de uma questão afetiva, mas também política.

Assim, ao se pensar o território do Piauí, os primeiros registros que tratam sobre a irrupção da nova doença que se torna pandêmica neste contexto datam dos meses de novembro⁵⁹ e dezembro de 1918, isto é, alguns meses após a chegada da enfermidade em território brasileiro, podendo-se citar sua presença no Rio de Janeiro (GOULART, 2003), em Salvador (BA) (SOUZA, 2009) e também em São Paulo (BERTOLLI FILHO, 2003; BERTUCCI, 2004; 2012).

É desta forma que no início do mês dezembro o periódico piauiense “Jornal de Notícias” publica uma nova edição que tratava sobre a nova enfermidade que já assumia neste contexto um caráter pandêmico, objetivando, supostamente, alertar os teresinenses sobre a moléstia que, possivelmente, também chegaria ao Piauí e as contendas causadas por esta no Rio de Janeiro, na época a capital do Brasil (SILVA, 2020).

Para Silva (2020), a “imprensa” estaria questionando neste momento, assim como em outras edições datadas do início do ano seguinte, isto é, de 1919, a ineficácia do governo estadual de agir perante a situação pandêmica que se descortinava no horizonte, à medida que não estariam tomando medidas sanitárias que impossibilitariam a proliferação da enfermidade ou até mesmo reduziriam os problemas que esta causaria a partir do momento que irrompesse em território piauiense. Desta forma, “[...] a imprensa reclama de desleixo ou falta de prevenção por parte do governo no ano seguinte, mesmo diante de notícias da doença no Rio de Janeiro e dos avisos de que a gripe poderia chegar ao Piauí” (SILVA, 2020, p. 102).

Silva (2020) permanece analisando como a “imprensa piauiense”, entendida pela autora exclusivamente nesta narrativa a partir do “Jornal de Notícias” neste momento, avaliava o contexto estadual no que se refere à enfermidade pandêmica e à ausência de medidas tomadas pelo governo do estado para conter a gripe espanhola, indicando que “[...] diante das falhas apontadas pela imprensa na administração pública, o “Jornal de Notícias” recomendava procedimentos atestados por médicos franceses para o caso da contração do vírus [...]” (SILVA, 2020, p. 103).

Devemos considerar, contudo, os cuidados necessários ao se trabalhar com jornais enquanto uma fonte ou outro tipo de documento ao elaborarmos nossa narrativa. Cabe ao historiador entender que os discursos que

59. Em outras fontes, a exemplo da memória de Antonio Bugyja Britto, a Gripe Espanhola já aparece em Teresina em novembro de 1918.

estão ali presentes não são obra do acaso, mas sim inseridos em uma conjuntura social e política de determinado período, ou seja, os grupos políticos e econômicos, além de indivíduos, possuem interesses no que é dito ou no que é silenciado, tendo em vista o lugar social de cada um (CERTEAU, 1982). Deste modo, ao historiador faz-se pertinente questionar os vários elementos presentes no contexto de produção de qualquer jornal a ser historicizado enquanto fonte, a exemplo das relações estabelecidas com a economia e política local, observando desta forma as intenções presentes nos discursos (re) produzidos pelo jornal em questão (LUCA, 2008).

Silva (2020), no entanto, ao analisar o periódico citado, utiliza seu discurso como se este refletisse a “imprensa piauiense”, isto é, como se tratasse de algo consoante a outros jornais locais e, portanto, de modo geral, todos ou pelo menos a maioria realizasse indagações ao governo estadual naquele momento, no caso, o governo de Eurípedes Clementino de Aguiar, esquivando-se de refletir sobre o lugar social ocupado pelo periódico e por seus redatores, desconsiderando as contendas políticas que existiram no estado do Piauí nesta época.

Desta forma, o periódico discutido por Silva (2020), isto é, o “Jornal de Notícias”, publicado no período entre 1917 e 1919 (PINHEIRO FILHO, 1997), referia-se ao órgão do bloco republicano piauiense, tendo como principais redatores indivíduos que na época atuavam na oposição ao governo de Eurípedes Clementino de Aguiar, como Miguel de Paiva Rosa⁶⁰ e Mário Baptista⁶¹.

Quanto a Miguel de Paiva Rosa, indivíduo que governou o Piauí previamente a Eurípedes, isto é, entre os anos de 1912 e 1916, tendo sido derrotado por este último em 1916, teve seu governo questionado de maneira incisiva por Eurípedes, principalmente no que se refere à situação de higiene pública do estado. Sobre isto, de acordo com Santana (2017), é possível encontrar, no que se refere ao governo de Eurípedes, críticas quanto ao governo de Miguel Rosa, especialmente ao se pensar o asilo de alienados, sobre o qual Eurípedes Clementino de Aguiar indicava que “[...] Miguel

60. Governador do estado do Piauí entre 1 de julho de 1912 e 1 de julho de 1916, tendo nascido em Teresina no ano de 1876 e falecido na mesma cidade em 1929. Foi também bacharel em Direito e jornalista (GONÇALVES, 1993).

61. Nascido em Valença (PI) em 1884 e falecido em Teresina em 1965, foi um advogado, professor, jornalista, geógrafo e historiador, atuando na sociedade piauiense na política, imprensa, bem como publicando obras a exemplo de Hidrografia e Orografia do Estado do Piauí (GONÇALVES, 1997)

Rosa pouco tinha feito pelo Asilo, ao tempo em que justificava para a sociedade o descaso no qual esse se encontrava e que agora tenderia a mudar [...]” (SANTANA, 2017, p. 225).

A administração de Miguel de Paiva Rosa (1912-1916), talvez, tenha se tornado um dos governos nesta época que mais gerou contendas entre os grupos políticos locais, tendo sido marcado por rupturas e oposições de indivíduos distintos, à medida que os arranjos políticos foram reformulados, haja visto a falta de habilidade política de Miguel Rosa para dialogar com estas elites políticas. Não obstante isto, a conjuntura econômica que se descortinava em uma situação de crise com a redução das exportações dos produtos piauienses, a exemplo do extrativismo vegetal representado pela borracha de maniçoba, fomentou estas contendas (QUEIROZ, 2011; SILVEIRA, 2019).

Quanto a estas querelas, interessa-nos o posicionamento do Desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919) e de seu filho Mário Baptista, anteriormente pertencentes ao mesmo grupo político de Miguel Rosa em momentos pretéritos a sua eleição de 1912, estando em algumas ocasiões em sua casa, conforme a edição de 19 de novembro de 1911 do periódico “Semana”, que destacava a presença de João Gabriel Baptista (1851-1919) e seu filho Mário José Baptista para uma reunião política do Partido Conservador Republicano no dia 13 de novembro, haja visto a proximidade das eleições, indicando que estes dois últimos juntamente a Hygino Cunha, Miguel Rosa, Domingos Monteiro, Coronel Josino e Padre Moysés Santos haviam discursado neste encontro, e que a partir de 1916 figuram no cenário político local enquanto oposição nas eleições de 1916, marcando presença em comícios favoráveis a Eurípedes e em detrimento de Miguel Rosa (CORREIO DE THERESINA, 1916). Dois anos depois, no entanto, no ano de 1918, tornam a se aliar a Miguel Rosa e passam a fazer oposição à administração de Eurípedes Clementino de Aguiar (AVISO, 1918).

Não obstante isto, Santana (2017) infere ainda que os questionamentos produzidos por Eurípedes à gestão de Miguel Rosa tratava-se de conhecimento comum entre a sociedade piauiense, considerando diversos documentos na imprensa que tratavam desta querela entre ambos, especialmente no tocante ao asilo de alienados. Desta forma, da mesma maneira que Eurípedes durante e antes de sua administração já criticava a atuação de seu antecessor, tanto na questão de saúde como de finanças, no início e no fim do governo de Miguel Rosa (ARAÚJO, 2018), este último mantém sua oposição a Eurípedes posteriormente a sua derrota nas eleições de 1916.

Assim, no ano de 1918, na metade da administração de Eurípedes Clementino de Aguiar e pouco tempo antes de irromper os problemas decorrentes da gripe espanhola no que se refere à salubridade pública, o periódico “Aviso”, publicado nesta época em Picos, no interior do Piauí, apresenta um informe acerca de uma convenção do bloco político que fazia oposição ao atual governo do estado, ou seja, a Eurípedes. Nesta publicação, destaca-se a presença de Miguel de Paiva Rosa, que neste momento era o redator-chefe do “Jornal de Notícias”, além de Mário José Baptista, que também era redator do mesmo periódico, bem como seu pai, o Desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919).

No contexto recortado por Silva (2020), ou seja, no final de 1918 e 1919, não apenas Miguel de Paiva Rosa, mas também Mário José Baptista, mantém-se enquanto redatores do “Jornal de Notícias”, indicando que, provavelmente, o jornal em questão era opositor da administração de Eurípedes.

Em outros números do periódico “Jornal de Notícias” estão registrados diversos questionamentos e indicações de possíveis ações que a administração de Eurípedes poderia tomar, tanto no cenário econômico, como, posteriormente, na situação de crise sanitária da gripe espanhola, como a coluna “O que o sr. Eurípedes podia fazer” presente em algumas edições em maio de 1918 e que apresentava opiniões e sugestões sobre o cenário econômico do Piauí nesta época (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1918).

Desta forma, não é nenhuma surpresa os questionamentos produzidos pelo periódico quanto às ações ou suposta ausência dessas em âmbitos diversos, como na economia e saúde pública, nem esta se trataria da primeira vez que a conjuntura política local levaria à produção de críticas na imprensa local quanto a questões relacionadas à salubridade pública⁶².

Desta forma, indicamos que a atuação de João Gabriel Baptista (1851-1919) no Tribunal de Justiça do Estado, no caso de Ernesto José Baptista (1873-1965), tanto pode ter se relacionado com uma questão afetiva considerando a relação de pai e filho estabelecida entre os sujeitos, mas também

62. É o caso, por exemplo, da conjuntura política e social na província do Piauí em 1884 e a possibilidade de o cólera voltar a se tornar epidêmico em solo piauiense. Neste contexto, o jornal de cunho conservador “A Época”, órgão do Partido Conservador na província, publicou algumas críticas acerca das ações que estariam sendo tomadas pelo então governo provincial, na época vinculado aos liberais e, portanto, oposição aos conservadores, para que se evitasse uma nova incursão da enfermidade através do “porto” existente na vila de Amarração no litoral piauiense. Deste modo, os questionamentos feitos pelo periódico relacionam-se diretamente com o contexto político, haja visto que no momento, conforme dito, a presidência da província estava sob comando do Partido Liberal (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018).

pode ter estado envolvida com as querelas políticas locais, considerando o lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado por João Gabriel Baptista (1851-1919) e pelo irmão de Ernesto José Baptista (1873-1965), naquele momento em específico sendo opositores ao governo de Eurípedes Clementino de Aguiar, denotando novamente a relevância das redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) para a vida social e política destes indivíduos.

De modo geral, no decorrer das décadas iniciais do século XX é possível encontrar diversas menções sobre Ernesto José Baptista (1873-1965), bem como seus familiares, notadamente seu pai e irmãos. No caso de Ernesto, os registros destacam, geralmente, ocasiões ocorridas com este ou mesmo elencam sua atuação no tecido social piauiense, especialmente no que se refere aos cargos que assume ao longo de sua vida na magistratura.

Quanto à sua família, de modo similar, esta também figura nos registros produzidos pela imprensa piauiense por motivos diversos, como sua atuação política no estado, conforme indicado nos casos de João Gabriel Baptista (1851-1919) e seu filho Mário José Baptista (1884-1965). É possível encontrar também menções em casos de viagens realizadas, a exemplo daquelas realizadas por João Gabriel Baptista (1851-1919) para visitar seu filho o engenheiro civil José Luiz Baptista em Parnaíba (PI) e em Fortaleza (CE), conforme as edições de 27 de novembro, 4 de dezembro 1910 e 30 de julho de 1911 do periódico “Semana”, publicado em Parnaíba no litoral piauiense, bem como o registro de casamentos, como o de Benjamin de Moura Baptista com Diva Fortes Baptista, noticiado na edição de 15 de novembro de 1910 do periódico “O Aviso”, publicado em Picos.

Não obstante isto, pode-se destacar ainda a atividade intelectual exercida por alguns destes indivíduos, a exemplo de Mário José Baptista (1884-1965) que em 1927 publica a obra “Hydrographia e Orographia do Estado do Piauí”, impresso no Rio de Janeiro na mesma tipografia do “Jornal do Comércio”, conforme destacado pelo periódico “O Aviso” em sua edição de 30 de novembro de 1927, isto é, um estudo sobre a hidrografia e relevo do Piauí.

Além disso, este último também é citado por Lucídio Freitas em uma publicação no periódico “Diário do Piauí” de 6 de junho de 1912, a qual enumerava os supostos “intelectuais” piauienses do período, figurando enquanto poeta ao lado de nomes de sujeitos e obras notadamente reconhecidos na sociedade piauiense, a exemplo de Abdias Neves e Clodoaldo Freitas.

O nome de Mário José Baptista (1884-1965) figura ainda nesta época

associado às contendas entre intelectuais anticlericais⁶³ e a Igreja Católica, citando-se por exemplo as críticas feitas por este indivíduo à romaria em Santa Cruz dos Milagres na época em que atuou enquanto inspetor de ensino do estado, tendo sido respondido por outro cronista no jornal católico “O Apóstolo” na edição de 6 de outubro de 1912, ainda que a questão não tenha, aparentemente, tido continuidade (SANTOS, 2020).

Desta forma, não são poucos os registros referentes a este grupo familiar no Piauí neste momento, isto é, entre fins do século XIX e as décadas iniciais do século seguinte, que denotam a atuação destes indivíduos no cenário político e intelectual piauiense, além de questões relacionadas ao próprio cotidiano, sendo possível encontrar registros de João Gabriel Baptista (1851-1919), Ernesto José Baptista (1873-1965), Mário José Baptista (1884-1965), Benjamin de Moura Baptista (1880-1940), dentre outros, em periódicos piauienses como “Estado do Piauhy” (1890), “A Legalidade” (1892), “A Phalange” (1889), “O Piauhy” (1899-1911), “O Nortista” (1902), “O Arrebol” (1907), “O Apostolo” (1907-1912), “Republica” (1908-1909), “Monitor” (1909), “O Aviso” (1910-1930), “Semana” (1910-1911), “Cidade Verde” (1912), “Correio de Theresina” (1916), “Diario do Piauhy” (1911-1914), “Chapadão do Corisco” (1918), “Cidade de Amarante” (1922) e “Gazeta” (1944).

Retornando a Ernesto José Baptista (1873-1965), nas décadas que seguem este indivíduo permanece reaparecendo nos jornais piauienses, sendo citado já enquanto juiz de Teresina atuando em casos diversos, como a edição de 27 de maio de 1926 do periódico “A Imprensa”, que trata sobre a atuação do então juiz em um caso de estupro que havia ocorrido na capital. Não obstante isto, é ainda mencionado na celebração de casamentos, como na edição de 30 de agosto de 1927 também do jornal “A Imprensa”, segundo a qual efetuou o casamento de João Climaco da Silveira Filho e Esther Baptista.

No livro de memória “Rua da Glória”, de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, ao discorrer acerca de quatro gerações de seu núcleo familiar por meio de sua memória, documentos presentes em acervos públicos, as-

63. De acordo com Queiroz (2011), no início do período novecentista no estado piauiense os anticlericais compunham um grupo expressivo de indivíduos que, por meio da literatura, publicações na imprensa ou outras ações, questionavam a moral e os comportamentos instituídos pelo cristianismo ocidental, criticando parte significativa dos dogmas cristãos. Em uma conjuntura em que o Ocidente redesenhava as relações Estado e Igreja e na qual o secularismo fortalecia-se, o anticlericalismo consolidava-se, especialmente no discurso e na produção dos intelectuais desta época. Deste modo, ainda que com “[...] trajetórias diversas, pontos em comum quanto às posturas contra a Igreja, solidariedade nas críticas, os anticlericais formavam grupo significativo no Piauí do começo do século XX” (QUEIROZ, 2011, p. 255).

sim como outras memórias, a exemplo de “Teresina Descalça” de Orgmar Monteiro, fazendo uso ainda das lembranças de alguns familiares que se encontravam vivos no tempo de produção da narrativa, Ernesto José Baptista (1873-1965) não apenas é citado como tendo realizado o casamento de seus pais, mas também de ter vivenciado outra querela política no tocante ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí já em fins dos anos 1930 quando este já se encontrava enquanto desembargador. Assim, em 1939, durante o governo de Leônidas de Castro Melo

[...] aposentou-se do Tribunal de Justiça do Piauí – então Chamado Tribunal de Apelação – o Desembargador Christino Castello Branco. Abriu-se, assim, uma vaga, competindo aos outros cinco membros, a eleição do substituto. Eram eles os doutores Ernesto José Baptista (aquele que casou os meus pais sob o fogo dos revoltosos em 1925), Simplicio de Sousa Mendes, Esmaragado de Freitas e Sousa, Adalberto Correia Lima e José de Arimathéa Tito, segundo a ordem de antiguidade no colegiado (MONTEIRO, 1993, p. 191).

O então interventor, no entanto, segundo Monteiro (1993), interveio de modo que a vaga fosse destinada a seu irmão, Euripedes de Castro Melo, ignorando a indicação do tribunal e aposentando compulsoriamente três dos cinco desembargadores membros do tribunal, nomeando o seu irmão para o tribunal, além de outros dois juízes que eram seus aliados políticos, tendo ainda esta ação sido legitimada por Getúlio Vargas.

Por fim, na década de 1940, tendo eludido o expurgo realizado no fim da década passada no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí pelo então interventor federal, Leônidas de Castro Melo (MONTEIRO, 1993), Ernesto José Baptista (1873-1965) torna a ser mencionado na imprensa piauiense, mas desta vez em uma suposta homenagem realizada pelo periódico “Gazeta”⁶⁴ em sua edição de 19 de abril de 1944 a este último, bem como a

64. Considerando que este momento, isto é, o ano de 1944, tratava-se de um período que a sociedade vivenciava a ditadura varguista, é preciso esclarecer que o periódico “Gazeta” adotou uma série de estratégias para burlar a censura imposta pelo Estado autoritário na época, tratando de conteúdos diversos e evitando adentrar em temas espinhosos ou que atacassem diretamente de algum modo o governo. O jornal, então adotou uma estratégia tanto de aproximação com o regime vigente, objetivando atender aos próprios interesses dos proprietários, quanto do público em geral, isto é, seus leitores. Deste modo, até o ano de 1944, “[...] a folha em estudo dispôs de táticas que buscavam aproximação com o regime em vigor. Essa proximidade facilitou para que a publicação dispusesse de mais artifícios para prever saídas naquele período. Desse modo, a astúcia, inicialmente, utilizada por esse jornal foi a interação com os governantes, meio que viabilizou a circulação do periódico e colaborou para que o Gazeta garantisse seus interesses naquele período em que o país convivia com forte intervencionismo

seu irmão José Luiz Baptista e ao interventor federal no Piauí.

Assim, não é à toa que João Gabriel Baptista (1920-2010), ao ser questionado acerca do motivo que o levou a retornar ao Piauí, rememore a influência que seu pai teve neste processo alguns anos depois, em fins dos anos 1940. Conforme pudemos observar no decorrer destas narrativas, seus familiares, notadamente seu bisavô, avô e pai atuaram e participaram de forma profícua na sociedade piauiense, estando no centro de diversas querelas no decorrer da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

Não apenas isto, mas, possivelmente, haja visto os documentos aqui analisados, modificaram seu posicionamento político ou atuação de acordo com cada conjuntura vivenciada, esquivando-se de uma alienação dos espaços de poder e mantendo-se, na medida do possível, nestes inserido. Não é nenhuma surpresa, então, que a atuação da família de João Gabriel Baptista influencie diretamente, em seu retorno ao Piauí, sua inserção nas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003), bem como sua trajetória profissional, haja visto a influência de seus tios nos estudos que este realiza posteriormente entre a década de 1950 e 1990 (BAPTISTA, 2021).

Cabe ainda uma discussão acerca das mulheres da família em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, e de que modo esta conjuntura no tocante aos papéis destinados ao feminino influenciaram a formação, o imaginário e as práticas sociais não apenas de João Gabriel Baptista, mas também de sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista (1927-2013), afetando suas trajetórias, bem como a constituição do primeiro enquanto um intelectual na segunda metade do século XX.

1.4 “Idolatrada esposa, gentilíssimas senhoritas”: o(s) papel(is) da(s) mulher(es) na família Baptista entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX

Na edição do dia 18 de janeiro de 1919 do periódico piauiense de União, cidade próxima a Teresina, “O Estanhado”⁶⁵, tem-se uma breve nota a respei-

estatal em diversas atividades” (OLIVEIRA, 2016, p. 113), sendo o então interventor mencionado por diversas vezes pelo jornal no decorrer deste período de forma a enaltecê-lo, haja visto a possibilidade posta de censura e punição na época (OLIVEIRA, 2016).

65. Periódico fundado em 1916 em União, tendo como proprietário Agnelo Sampaio e redatores Segismundo Alencar e Artur Sóter (PINHEIRO FILHO, 1997). Publicava, principalmente, sobre situações locais, ainda que também noticiasse acerca de eventos que estivessem em pauta ou afetando diretamente o estado, como no caso da pandemia da Gripe Espanhola.

to dos falecimentos que haviam ocorrido recentemente no estado do Piauí, havendo um destaque significativo na edição em questão para a morte de D. Thereza de Jesus Martins Moura. O registro ora citado denota diversos elementos que marcam o contexto social da época, a serem tratados posteriormente, após a reprodução na íntegra do registro hemerográfico.

Após longos e cruciantes sofrimentos que não cederam aos recursos da ciência e aos cuidados ingentes de sua desvelada família faleceu em Theresina, a exm^a. sr^a. d: Thereza de Jesús Martins Moura, idolatrada esposa do dr. Justino Augusto da Silva Moura, juiz de direito em disponibilidade.

D. Tetè era um modelo de virtudes, pelo que conseguiu fazer um largo circulo de relações, de amidades affectuosos, de respeito e veneração.

Por este infausto acontecimento damos sinceros pezames ao seu inconsolavel esposo dr. Justino Moura, a sua desolada e venerada Mãe, d. Constança Moura, aos seus filhos, a sua sobrinha d. Regina Bona, estremecida e virtuosa esposa do nosso bom e amigo Te cel Antonio Bona Filho e aos seus parentes desembargador João Gabriel e dr. Elias Martins e mais pessoas de sua illustre e numerosa familia (O ESTANHADO, 1919, p. 4).

Ainda que esta seja a primeira vez que citemos o nome desta mulher nesta narrativa, logo percebemos que sua menção não ocorre à toa, mas relacionada a uma conjuntura de época e, ela, assim como o registro de outras mulheres, principalmente na imprensa piauiense da primeira metade do século XX, nos possibilitam compreender até certo ponto o papel e a pertinência do feminino não apenas em Teresina, mas na família Baptista neste momento, objeto de interesse desta produção.

Aqui não podemos deixar de inferir o notoriamente perceptível, isto é, do mesmo modo que João Gabriel Baptista (1920-2010), seu pai, avô e bisavô, eram oriundos de uma elite cultural e política historicamente constituída no Piauí ao longo dos séculos XIX e XX, conforme já destacado previamente, bem como através de autores como Queiroz (2011) e Costa Filho (2010), as mulheres que aqui trataremos também se inserem neste cenário, ou seja, trata-se de mulheres⁶⁶ de uma elite burguesa.

Também editorava notas quanto a indivíduos de certo destaque na política do estado, podendo-se citar, por exemplo, o destaque de uma página inteira em homenagem ao Desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919) após o seu falecimento, denotando também o caráter político do jornal. Não temos ciência de quando o periódico deixou de circular.

66. Cabe aqui uma breve contextualização sobre os estudos acerca das mulheres na História. Não nos atrevemos, no entanto, a tentar produzir um balanço historiográfico quanto a

Dito isto, o breve registro sobre D. Thereza de Jesus Martins Moura produzido pelo periódico “O Estanhado” chama nossa atenção por alguns motivos que merecem consideração. Além de se tratar de uma mulher com parentesco direto com João Gabriel Baptista (1851-1919), a menção denota ainda certa representação construída sobre esta mulher e que nos permite produzir inferências sobre o lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado por esta nesta conjuntura social.

O jornal, ao inferir que a senhora em questão se relacionava diretamente com um “[...] modelo de virtudes, [...] respeito e admiração” (O ESTANHADO, 1919, p. 4), não o faz à toa, mas demarcando o lugar social ocupado pelo indivíduo na sociedade em questão, isto é, em Teresina nas primeiras décadas do século XX.

Assim, a representação elencada pelo periódico sobre D. Thereza de Jesus Martins Moura dialoga diretamente com um imaginário existente quanto ao papel social que a mulher deveria ter neste momento, notadamente as mulheres de elite inseridas no contexto de uma família burguesa. A mulher, então, assumia funções de acordo com o ambiente no qual se inseria, no domínio privado, em que cabia a esta o cuidado com o lar e, principalmente, com a saúde e educação dos filhos (D’INCAO, 2004; CASTELO BRANCO, 2013).

Deste modo, sendo percebida como o pilar da moral social, as mulheres de uma elite historicamente constituída, aquelas que constituíam família, e que se tornavam mães no interior de uma lógica burguesa, deveriam garantir a manutenção desta família por meio do cuidado com o marido, bem como a conservação da castidade das filhas e encarregando-se ainda de um comportamento apropriado para os demais descendentes (D’INCAO, 2004).

Quanto ao espaço público, o universo masculino mantinha uma relação de dependência com o feminino à medida que as mulheres represen-

esta produção, haja visto que não seria possível realizar esta empreitada em uma breve nota explicativa. Ressaltamos, porém, o notório, isto é, não se pode pensar este grupo no curso da História enquanto um quadro homogêneo ou mesmo estanque e linear, mas sim como heterogêneo, marcado não apenas pelas transformações nas diferentes temporalidades e espacialidades, mas também pelos modos distintos de representá-lo e percebê-lo ao longo do tempo. Deste modo, para esta narrativa, consideraremos a mulher burguesa, notoriamente a experiência feminina referente à segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX na cidade de Teresina no estado do Piauí, tomando para tanto algumas referências que consideramos mais relevantes para isto e que permitiram a compreensão das condições históricas de existências destas mulheres no recorte temporal e espacial sugerido, como Del Priore e Pinsky (2004), Del Priore (2006), Cardoso (2010), Castelo Branco (2013), Perrot (2017), dentre outras.

tavam um papel importante no seio familiar, isto é, o de auxiliar na legitimação da posição social do homem, no sentido de que ainda que o marido mantivesse o arbítrio, ao menos publicamente quanto ao lar, a ideia de um homem que possuía autonomia e permeado por relações políticas e econômicas só se tornava possível mediante a atuação das mulheres presentes em sua trajetória. Desta maneira,

[...] os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (D'INCAO, 2004, p. 191-192).

A mulher de elite inserida no contexto teresinense, por sua vez, no início do século XX, vivenciava situações semelhantes, buscando adequar-se ao modelo social construído para o feminino no interior da família burguesa, estando marcada por uma conjuntura em que certos grupos lutavam pela emancipação da mulher ao mesmo tempo que o corpo social tentava impor-lhe um papel relegado ao privado, à família, ao marido e aos filhos (CASTELO BRANCO, 2013).

Não é por acaso, então, o modo como a esposa de Justino Augusto da Silva Moura, personagem já mencionado ao longo desta narrativa, D. Thereza de Jesus Martins Moura, é citada na breve menção sobre sua morte⁶⁷

67. Seria possível também outra análise quanto ao anúncio de seu falecimento e os problemas de saúde pública vivenciados pela população brasileira naquele início de 1919, ou seja, a pandemia de Gripe Espanhola que naquele contexto assolava também Teresina? Ainda que a nota em destaque não informe diretamente a doença que acometeu e provocou o óbito de D. Thereza de Jesus Martins Moura no início de 1919, eram comuns nas páginas de “O Estanhado” registros sobre o falecimento de indivíduos que haviam contraído a enfermidade, tendo sido destacado na mesma edição que trazia sua morte, outra pessoa que havia sido acometida pela doença e não teria resistido a esta. Mas, caso tivesse sido este o motivo de sua morte, por que o jornal teria omitido de suas páginas a causa? Conforme observamos em Goulart (2003), no Rio de Janeiro, em certos momentos, como na segunda incursão da doença, houve uma tentativa da imprensa de minimizar os impactos da enfermidade, tendo em vista o número elevado de mortes provocadas por ela. No entanto, este não parece ter sido o caso do periódico “O Estanhado”, haja visto a periodicidade de menções sobre a doença, seus efeitos, modos de tratamento e, especialmente, óbitos em decorrência desta. Outra possibilidade que se descortina, no entanto, relaciona-se ao medo. Este, por sua vez, não exatamente quanto a doença em si, mas quanto àqueles acometidos por ela, bem como aqueles que estivessem sob suspeita

pelo jornal de União em fins da década de 1910 no Piauí, mas, conforme inferido, estava relacionado a um contexto social de época.

Além disso, mesmo se tratando da primeira vez que citemos o nome de D. Thereza de Jesus Martins Moura, não é introdutória a menção a seu marido, Justino Augusto da Silva Moura. Em momento anterior (ver seção 2.3) tratamos acerca de uma querela existente entre o então juiz na década de 1910 e o filho do desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919), Ernesto José Baptista (1873-1965), quanto a remoção de um dos juízes para a comarca de Teresina.

A questão se deu em torno da preferência legal a Justino Augusto da Silva Moura em função de sua idade, fato este ignorado na votação do Tribunal de Justiça do Estado que deu razão ao pedido de Ernesto José Baptista (1873-1965), na ocasião filho do presidente do tribunal. A situação só foi resolvida após apreciação da causa pelo Supremo Tribunal Federal que deu ganho desta ao juiz Justino Augusto da Silva Moura, conforme tratado previamente.

D. Thereza de Jesus Martins Moura, por sua vez, nascida em 1866, era filha de Constança Rosa da Silva Moura, irmã de Justina Rosa da Silva Moura, esta última mãe de João Gabriel Baptista (1851-1919) e, deste modo, o grau de parentesco existente entre D. Thereza de Jesus Martins Moura (1866-1919) e João Gabriel Baptista (1851-1919) referia-se a primos de primeiro grau.

Cabe ressaltar que ainda que não fosse frequente o convívio cotidiano entre ambos os primos, de algum modo este existia, haja visto a existência de registros de festas ocorridas e recepcionadas por D. Thereza de Jesus Martins Moura em sua casa na qual contava com participação direta de seu primo, João Gabriel Baptista (1851-1919), podendo-se citar como exemplo a edição de 27 de julho de 1912 do periódico “Diário do Piauí” que traz a ocasião de uma *soirée*, termo em francês para designar uma festa ou reunião social ocorrida à noite, e, não obstante isto, mas uma *soirée* dançante, possivelmente tratando-se de uma baile, na residência de Justino Moura. O trecho em destaque diz o seguinte:

da enfermidade (TUAN, 2005). Seria possível, deste modo, a gripe espanhola a doença que a ciência foi incapaz de tratar? E que, além disso, não houve divulgação do motivo da morte para a imprensa para evitar certo receio quanto a família de D. Thereza de Jesus Martins Moura, consequentemente de João Gabriel Baptista (1851-1919) também? Faltam-nos fontes que permitam inferir isto de forma mais incisiva, ficando em aberto estas possibilidades e a certeza de que, tendo vivenciado o contexto, certamente a pandemia também influenciou de algum modo a família Baptista neste início do século XX.

Esteve esplendida a *soirée* dançante realizada, quinta-feira ultima, em casa de residencia do sr. dr. Justino Moura, e offerecida à encantadora senhorita Alda Fortes. O escol da nossa sociedade elegante lá esteve, sendo em extremo carinhoso o tratamento dispensado a todos, pelos donos da casa e pela familia do exm.º sr. dr. João Gabriel Baptista, tambem promotora de tão adoravel festa (DIARIO DO PIAUHY, 1912, p. 1).

Mesmo que não tenhamos conseguido mais informações sobre quem era Alda Fortes⁶⁸, o que nos interessa no recorte em questão trata-se não apenas da presença em eventos sociais de ambos os indivíduos, João Gabriel Baptista (1851-1919) e Justino Augusto da Silva Moura, consequentemente suas esposas, sendo a deste último sujeito prima do desembargador, mas também o oferecimento de uma festa em conjunto, o que denotava certo convívio social entre as duas famílias. Cabe ressaltar que a realização de bailes para e pelas elites locais tratava-se de evento comum em Teresina, ocorrendo por diversos motivos, como casamentos, aniversários, viagens e até mesmo por questões políticas, como no caso da posse de políticos piauienses. Para Castelo Branco (2013, p. 46) estas

[...] festas faziam parte do lazer dos teresinenses. Eram momentos de convívio elegante, em que as mulheres e os homens poderiam colocar em prática todos os requintes da sua educação. As senhoras, principalmente, deveriam saber como receber os convidados, como criar entretenimentos que preenchessem as horas festivas.

Portanto, é possível encontrar diversas menções nos periódicos piauienses sobre a participação dos homens da família de João Gabriel Baptista (1920-2010), como seu pai e avô, mas também de suas tias e irmãs, tanto na organização como na presença destas festividades.

Desta forma, e considerando o pensamento de Castelo Branco (2013), o caso de D. Thereza de Jesus Martins Moura serve de exemplo, assim como de outros indivíduos que trataremos aqui, para ilustrar o papel da mulher no tocante a família Baptista, marcado por continuidades, especialmente até a esposa de João Gabriel Baptista (1920-2010), na qual já será possível observar

68. É possível encontrar outras menções sobre a participação dessa senhorita em eventos sociais ou bailes em Teresina durante este período, a exemplo do baile oferecido em comemoração à posse do governo do estado do Piauí de Miguel Rosa, em 1912, conforme noticiado na edição de 4 de julho de 1912 do periódico “Diario do Piauhy”.

certas descontinuidades⁶⁹ quanto a posição social assumida pelo feminino.

A mesma festividade oferecida pela família do desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919) e pelo juiz Justino Moura, conforme destacado pela nota de 27 de julho de 1912 do periódico “Diário do Piauí”, dá conta ainda da participação de dezenas de outras pessoas, dentre elas das senhoritas Maroquinha⁷⁰ e Sinhá Baptista⁷¹, ambas irmãs de Ernesto José Baptista (1873-1965), conseqüentemente tias de João Gabriel Baptista (1920-2010).

69. Cabe uma breve explicação sobre como entendemos no decorrer desta narrativa a discussão sobre as continuidades, rupturas e descontinuidades no processo de escrita da História. Assim, ao se pensar a produção da narrativa histórica a ideia de se considerar esta ou mesmo definir elementos que permitam compreendê-la enquanto desdobramentos/desenvolvimentos, isto é, marcada por continuidades, tratava-se de um modo de entender estes processos em busca das similaridades, das formações, produzindo, assim, uma narrativa inteligível. No entanto, à medida que a História, especialmente no decorrer do século XX, passa a dialogar com outras áreas do conhecimento, a exemplo da Antropologia, Linguística e Sociologia, incorporando novas metodologias e conceitos, passa-se a privilegiar elementos que marcariam nos seres humanos momentos de descontinuidades (ALBUQUERQUE JR., 2007; HOBSBAWM, 2013). Neste sentido, o que torna interessante à narrativa do historiador não é mais o comum, o semelhante, mas o incomum, o diferente, valorizando-se a ideia de uma História enquanto invenção, ainda que os significados e sentidos por trás deste termos não demarquem uma unanimidade no campo historiográfico. Assim, “[...] a História, embora possa parecer, às vezes, homogênea, contínua, habitada pela semelhança, pela repetição, pelo mesmo, é trabalhada por dentro pela diferença, pela heterogeneidade, pela descontinuidade, pela justaposição de elementos, por relações, por eventos de distintas características [...]” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 31). No caso das trajetórias de vida, seria impossível a produção de narrativas acerca destas que buscassem costurar uma vida que escapasse a estes momentos de descontinuidades ou que fosse permeada apenas por permanências. O amálgama de ambos possibilita a ideia de pensar a biografia de sujeitos enquanto um modo de se pensar a História, ou seja, a vida do indivíduo torna-se um pretexto, um modo de compreender não apenas a pessoa em si, mas as condições históricas de sua existência e os modos como este foi interpelado por seu tempo e como modificou a sociedade ao seu redor.

70. Na relação dos herdeiros de João Gabriel Baptista publicado no relatório do governo do estado do Piauí para a Assembleia do Estado de 1928 consta o nome completo enquanto Maria da Conceição Baptista (PIAÚÍ, 1928). Não encontramos documentos que inferissem sobre seu nascimento ou morte, mas considerando que no registro citado do “Diário do Piauí” em 1912 ela também é adjetivada enquanto senhorita supomos que o seu nascimento tenha ocorrido entre fins dos anos 1880 e início dos anos 1890. Ao longo do texto utilizaremos os termos Maroquinha e Maroca para nos referirmos a este sujeito, do mesmo modo que é registrado nas fontes.

71. Na relação dos herdeiros de João Gabriel Baptista publicado no relatório do governo do estado do Piauí para a Assembleia do Estado de 1928 consta o nome completo enquanto Maria das Mercês Baptista (PIAÚÍ, 1928). Segundo documento do Cartório Joaquim Dias de Santana de Teresina, Maria das Mercês Baptista faleceu aos 75 anos em dezembro de 1965 de câncer no intestino, não tendo constituído matrimônio e com a profissão registrada como doméstica. Por meio da idade e do ano da morte, estimamos o seu nascimento no ano de 1890, o que a leva a ter 22 anos por ocasião da referida festa.

Maroquinha e Sinhá Baptista seguem marcando presença em diversas festividades e bailes ao longo dos anos 1910, sendo possível encontrar diversos registros de ambas na imprensa piauiense, corroborando com a perspectiva de D’Incao (2004) quanto à família burguesa, especificamente o papel da mulher que fazia parte destes grupos familiares elitizados neste contexto.

À medida que, conforme a autora, as casas destes indivíduos começam a ser frequentadas por um público restrito e seleto de amigos, parentes e familiares para a realização de bailes e festas, a mulher passa a não apenas ser qualificada pela sociedade, devendo atingir certas expectativas referentes a seu papel social, mas também a frequentar, de modo mais regular, bailes, festas ou mesmo outros acontecimentos sociais em uma esfera mais “pública”, com a casa tornando-se um espaço de transição entre o privado e o público neste início do século XX (D’INCAO, 2004).

Quanto a participação em outros eventos sociais celebrados por meio da realização de bailes e oferecimento de banquetes, podemos citar a participação na festa de posse do governo do estado do Piauí de Miguel de Paiva Rosa em 1912 em uma época que o desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919) ainda era seu aliado, isto é, logo após a vitória.

Ainda que o magistrado não tenha atendido a festa de posse, seus filhos e filhas marcaram presença e foram mencionados pela imprensa enquanto alguns dos indivíduos pertencentes a estes grupos elitizados em Teresina e que, por seu suposto grau de importância, prestigiavam o evento do novo governador eleito. A nota do periódico “Diario do Piahy” de 4 de julho de 1912 traz o seguinte:

AS FESTAS DA POSSE

O grande baile

Manifestação, em palácio, ao exm.º sr. dr. MIGUEL ROSA

Notas diversas

Foi, realmente, a nota mais viva, mais intensa, mais scintillante, das inumeras festas realizadas em honra á posse dos exm.º srs, drs, Miguel de Paiva Rosa e coronel Raimundo Borges da Silva, o grande baile, levado a effeito, ante-hontem, no Palacio do governo. A concorrência foi enorme, estupenda, extraordinaria. Os vastos salões de Palacio, que se achavam istosamente ornamentados, encheram-se por completo, estando alli a fina flor da nossa sociedade e mais um grande numero de cavalheiros, senhoras e gentilíssimas senhoritas pertencentes ao escól da sociedade caxiense. Não há noticia, em Therezina, nestes ultimos tempos, de uma festa tão deslumbrante e onde reinasse tanto entusiasmo e

tanta alegria. Irradiava, então, de todos os semblantes, uma satisfação completa e incontida, que partia de todos os corações, num harmonioso concerto de risos francos, doces e comunicativos.

O baile começou às 9 horas, mais ou menos, logo depois de s. exc. o sr. dr. Miguel Rosa ter dado entrada em Palacio, acompanhado de sua exm.^a esposa e de uma selecta commissão de amigos que foi buscal-o em casa de sua residencia. Dado o signal, pela Orchestra, foi executado em seguida a

QUADRILHA DE HONRA

na qual tomaram parte, entre outros, os seguintes pares: dr. Miguel Rosa, que dançou com sua exm.^a esposa [...] dr. **Benjamin Baptista**, com sua senhora, **d. Diva Baptista** [...]

– Seguramente às duas horas da manhã, quando a festa havia chegado, já, ao auge da animação, recebeu o exm.^o sr. dr. Miguel Rosa telegramma do exm.^o sr. marechal Hermes da Fonseca, agradecendo a comunicação de sua posse e fazendo votos pela prosperidade do seu governo legalmente iniciado. Houve, então, em verdadeiro delírio. Palmas estrugiram por todos os angulos do edificio; romperam vivas de todos lados. O exm.^o sr. dr. Miguel Rosa recebeu abraços de todos presentes, que o envolveram numa onda fremente de acclamações vibrantes e entusiasticas. Foram chamados oradores á tribuna. Falou em primeiro logar o dr. Nogueira Tapety, que produziu arrebatador improviso. Em seguida, fizeram-se ouvir os srs. drs. Arimathéa Tito, Corinθο Andrade, **Mario Baptista** [...] sendo delirantemente applaudidos.

Serenada a viva emoção do momento, abafados os applausos com que foram ouvidos os ultimos oradores, recommçaram as danças, que se prolongaram até 3 ½ da manhã, quando todos os presentes, inclusive muitas famílias, acompanharam o sr. dr. Miguel Rosa até a casa de sua residencia [...].

Tomámos nota dos seguintes nomes: Madames Miguel Rosa [...] **Benjamin Baptista** [...] senhoritas [...] **Maroquinha Baptista** [...] **Sinhá Baptista** [...] (DIARIO DO PIAUHY, 1912, p. 1, grifo nosso).

Em negrito destacamos as menções realizadas a família Baptista, tendo sido registrados os seguintes filhos e filhas do desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919) na festa de posse de Miguel Rosa: Mário José Baptista, Benjamin de Moura Baptista e sua esposa, D. Diva Fortes Baptista, Maroquinha Baptista (Maria da Conceição Baptista) e Sinhá Baptista (Maria das Mercês Baptista).

O registro hemerográfico permite uma série de análises, seja sobre as

condições históricas que marcavam esses grupos de elite em Teresina no início do século XX ou como os indivíduos que compunham a família Baptista buscavam integrar-se nesse cenário, atuando tanto politicamente como socialmente de acordo com o que era esperado para o masculino e o feminino.

Não por acaso, então, há o destaque para os discursos feitos pelos homens e, em especial, por Mário Baptista após a legitimação do novo governador do Piauí pelo então presidente da república Hermes Rodrigues da Fonseca⁷². Tratava-se de um momento de legitimação do espaço a ser ocupado pelos homens, o espaço público, da política e, no caso de Mário Baptista, conforme indicado previamente, dialogava-se diretamente com as alianças políticas que o sujeito mantinha, juntamente a seu pai até então, com Miguel Rosa.

Quanto às mulheres, já indicamos a pertinência que havia em sua participação em bailes e demais eventos sociais, destacando-se a relevância em serem julgadas pela sociedade na qual estavam inseridas, dando legitimidade à própria família e sua moralidade. Entretanto, cabe destacar que estes espaços assumem também outro papel de significativa importância na vida das mulheres neste início de século, isto é, o de se iniciar um novo relacionamento (AREND, 2013).

Era o momento do início dos namoros, ainda que estes últimos não necessariamente significando que terminariam em matrimônio, dos ritos de passagem que demarcavam o fim de uma ideia de infância de menina para o início da vida adulta enquanto uma mulher, assim “[...] a participação nos referidos eventos sociais, [...] demarcava, entre as ‘famílias de bem’, a passagem da meninice para a mocidade” (AREND, 2013, p. 37). Tratava-se das ocasiões em que a família também apresentava suas filhas para os demais membros da sociedade que se inseriam neste mesmo setor social, no caso, que pertenciam também a uma camada abastada com um modo de vida burguês (AREND, 2013).

Castelo Branco (2013) corrobora com essa perspectiva para Teresina neste momento, indicando, por meio da imprensa da época, como tam-

72. Nas eleições presidenciais de 1910 dois nomes concorreram ao cargo de presidente, sendo eles: Rui Barbosa e Hermes da Fonseca. Tratou-se de uma eleição marcada por uma disputa política delicada para o período, tendo em vista que a vitória de Hermes da Fonseca significaria a volta dos militares ao poder e, nesse sentido, Rui Barbosa, à época oposição ao governo, representava a manutenção “[...] das lideranças civis no exercício do governo [...]” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 274). Hermes da Fonseca terminou saindo vitorioso, obtendo basicamente o dobro de votos de Rui Barbosa e tomando posse em novembro do mesmo ano (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

bém na capital piauiense os bailes assumiam esse papel na vida das jovens mulheres das famílias burguesas, cabendo a estas durante sua participação nestes eventos o cuidado em seduzir, fosse por sua beleza ou pela forma como dançavam, aguardando sempre pela possibilidade de dançar com um homem, geralmente mais velho que elas.

Ainda segundo o autor, havia um destaque feito pelos cronistas e pela imprensa do salão de danças enquanto um espaço ocupado pelas mulheres, tendo-se o cuidado não apenas de elencar aquelas que estariam presentes nestes locais dançantes, mas o próprio modo como portavam-se e se vestiam, tendo em vista que isto denotava justamente a legitimação destas enquanto membros destas famílias de elite, além de validar estas últimas perante a sociedade. Também neste caso é possível encontrar registros das mulheres da família Baptista e das roupas que utilizaram em alguns destes momentos festivos, a exemplo das edições de 10 e 11 de julho de 1912 do periódico “Diario do Piauhý”, que indicaram as vestimentas utilizadas pelas mulheres no baile de posse do governo do estado de Miguel de Rosa, separando as senhoras na edição do dia 10 e as senhoritas no número do dia 11, informando o seguinte:

AS FESTAS DA POSSE

Damos em seguida a descrição resumida, como podemos fazer, das *toilettes* das senhoras e senhoritas que compareceram ao baile do dia 2, em Palacio, em honra aos srs. dr. Miguel de Paiva Rosa e coronel Raimundo Borges da Silva:

[...]

Madame Diva Baptista, bem acabada *toilette* de crepe de seda *frèse* enfeitada com renda de sêda da mesma côr e luvas de sêda branca [...] (DIARIO DO PIAUHY, 1912, p. 1).

AS FESTAS DA POSSE

[...]

Senhoritas Sinhá e Maroquinha Baptista, magnificas *toilettes* de sêda côr de rosa, confeccionadas com *laise* de sêda branca e lentejoilas prateadas [...] (DIARIO DO PIAUHY, 1912, p. 1).

A partir do registro presente no periódico chama nossa atenção como o vestuário se torna um elemento de distinção social, isto é, de produção de Diferença e Identidade⁷³, relacionando estes sujeitos aos grupos abastados

73. A alimentação também se torna outro elemento de produção de identidades e diferenças neste início do século XX no Piauí, sendo possível perceber como os alimentos consumidos e

que viviam neste contexto em Teresina no início do século XX.

Não apenas durante este momento, mas nos tempos da América Portuguesa, ou seja, no período colonial, a seda já era utilizada no vestuário das mulheres abastadas e exibidas de modo a legitimar sua distinção perante os demais grupos sociais, validando o lugar social que ocupavam naquela sociedade. Deste modo, “[...] as abastadas exibiam sedas, veludos, serafinas, cassa, filós, debruados de ouro e prata, musselina [...]” (ARAÚJO, 2004, p. 44).

Essa preocupação com a moda, com o vestir-se e como este poderia denotar estes referenciais de diferenciação social permanecem no início do século XX, podendo-se inferir isto à medida que a imprensa destacava “[...] as mulheres bonitas e bem vestidas, e criavam com esses comentários, uma imagem mágica e idealizada dessas festas [...]” (CASTELO BRANCO, 2013, p. 46).

Assim, a necessidade ou pertinência de se registrar a utilização da seda, das lantejoulas prateadas e outros adereços que compunham este vestuário não ocorria à toa, mas relacionadas a certas condições históricas de existência, de modo que fosse possível associar estes sujeitos às camadas as quais pertenciam, isto é, às famílias de elite da capital piauiense.

É notável outro elemento que também marcava essa experiência feminina em Teresina neste início do século novecentista, sendo este os receios das mães quanto à forma que as filhas estariam dançando, tendo em vista os significados existentes e os diferentes modos de se interpretar e perceber estes momentos, por vezes relacionados ao sensual e ao erotismo à medida que estes meios de se expressar se transformavam (CARDOSO, 2010).

Neste sentido, tornava-se mister o cuidado das jovens com um certo ideário de moralidade socialmente construído neste contexto, haja visto que não era apenas o olhar da família que recaía sobre ela, mas também da sociedade, conforme dito, e esta última, dependendo do comportamento dessas jovens mulheres, certamente poderiam tecer comentários nocivos a sua imagem e às famílias destas (CARDOSO, 2010).

Assim, “[...] se a jovem não dançasse conforme os preceitos da moral e dos bons costumes, seu nome era objeto de comentários e de admoestações [...]” (CARDOSO, 2010, p. 129). No caso dos registros que tivemos acesso

os modos de preparo reverberavam as distinções sociais entre os grupos sociais, notadamente dos abastados (BAPTISTA; COSTA FILHO; NASCIMENTO, 2020). Pode-se inferir isto por meio dos registros realizados na imprensa, tanto de Teresina como de Parnaíba, acerca dos banquetes oferecidos em comemorações festivas, eventos estes atendidos pelas filhas do desembargador João Gabriel Baptista (1851 – 1919) nesta época.

acerca dessas mulheres da família Baptista que viveram em fins do século XIX e na primeira metade do século XX não encontramos menções a este tipo de situações. Aparentemente, a sua participação nestes eventos sociais atendeu, até certo ponto, a norma estabelecida pela sociedade da época, o que não significa dizer que todas conseguiram atender aos papéis sociais esperados para o feminino, a exemplo de Sinhá Baptista (Maria das Mercês Baptista) que nunca se casou e nem teve filhos.

O matrimônio, nas condições históricas que marcam estas famílias burguesas do final do século XIX e início do XX, era percebido enquanto um condicionante na vida da mulher, sendo indispensável a esta última a realização deste rito social com objetivos diversos, mas, comumente para a manutenção de certo status social ou legitimar um projeto da própria família perante a sociedade em que estão inseridos, bem como o próprio papel associado a mulher de se tornar uma esposa, assumir a maternidade e, assim, realizar-se socialmente (D'INCAO, 2004; CASTELO BRANCO, 2013).

No caso de Teresina, além destas questões, o matrimônio durante a primeira metade do século XX tornou-se um modo de normatizar e disciplinar não apenas o imaginário dos sujeitos, especialmente as mulheres, mas também de seus corpos, à medida que instituições, como a Igreja Católica, e a própria família, principalmente na figura da mãe, legitimavam o que era moralmente aceito ou não, valorizando-se a castidade e a virgindade da mulher para a concretização do casamento com um homem (CARDOSO, 2010).

O que significava, então, ser solteira neste contexto? Ou qual o significado de permanecer solteira até o fim da vida, isto é, quais as representações sociais construídas em torno destas mulheres? Muitas possibilidades descortinam-se a partir disso. Para a sociedade, uma mulher que permanecera solteira poderia representar um perigo para a moralidade e os bons costumes, haja visto que poderia se tratar de uma mulher que viveria da sedução, muitas vezes encantando homens que já fossem casados (CASTELO BRANCO, 2013).

Esta mulher solteira, ao se pensar no contexto teresinense, era representada ainda de outras formas, enquanto aquela que foi incapaz de seduzir ou manter o próprio homem ou mesmo a que teria esperado tempo demais pelo homem considerado perfeito, em ambos os casos envelhecendo e permanecendo solteira. Neste sentido, para a mulher que não conseguisse se realizar por meio do matrimônio e maternidade apenas a frustração permaneceria (CASTELO BRANCO, 2013).

Assim, o casamento nesta conjuntura se tornava uma estratégia de disciplinarização, hierarquizando o papel da solteira e da casada na sociedade, impondo o matrimônio enquanto um dos pilares neste tecido social, portanto, necessário a todas as mulheres que não desejassem ser percebidas enquanto um fiasco pela família (CARDOSO, 2010).

Outro problema que se descortinava para estas mulheres se referia às próprias condições de existência do indivíduo ao longo do tempo, isto é, é necessário que reflitamos também sobre o modo como essas pessoas envelheciam, especialmente em um contexto social que desvalorizava e questionava essas mulheres que, por um motivo ou outro, terminavam por não realizarem o matrimônio com um homem.

Para Motta (2013), discutir sobre esses personagens evoca não apenas o cuidado de compreender as condições históricas que marcam suas trajetórias em dado tempo e espaço, mas um cuidado metodológico, tendo em vista uma “invisibilidade” destes sujeitos na documentação produzida ao longo do tempo, com este problema persistindo durante a primeira metade do século XX e as décadas iniciais do mesmo século.

Assim, ao se considerar a trajetória de vida dessas mulheres à medida que envelheciam, cada tempo tem sua particularidade, assim com o contexto social no qual se encontram. Em uma conjuntura que não existe uma previdência pública ampla, limitada a certos setores⁷⁴, ou mesmo um seguro-saúde

74. Compreender a historicidade da previdência no Brasil envolve o entendimento não apenas dos contextos sobre as primeiras experiências previdenciárias no país, mas também da alteração e modificação acerca de como se pensava o trabalho e como a ideologia acerca deste se altera a partir de fins de século XIX e início do XX até o surgimento da preocupação quanto às condições de existência dos trabalhadores. Assim, o final do período oitocentista no Brasil marca uma transição de uma produção senhorial-escravista para uma ordem burguês-capitalista, na qual o homem livre, transformado em um trabalhador, tornar-se-ia a grande base do regime capitalista que se fundava e que era baseado no trabalho assalariado e no capital. Criava-se, então, uma nova ideologia do trabalho, associando este a um ideal de ordem e progresso, necessário para o desenvolvimento do país, ressignificando-se o trabalho e que, por meio deste, seria possível não apenas construir a nação, mas também que esta fosse civilizada. Buscava-se com isso a disciplinarização dos corpos e mentes dos sujeitos, legitimada pela ação das autoridades públicas, bem como instaurar uma nova ordem burguesa. O trabalho, nesse sentido, tornava-se uma forma de moralizar o sujeito e devia ser percebido de modo contratual com a sociedade, isto é, seria o modo do indivíduo contribuir com a nação (CHALHOUB, 2012). Com o passar do tempo e, principalmente, a partir dos anos 1930, o Estado percebe a necessidade não apenas da manutenção desta nova ideologia do trabalho e sua ressignificação, mas também de garantir condições mínimas para a realização deste por parte dos sujeitos, isto é, acesso a direitos sociais. Neste sentido, cria-se uma série de medidas para que se mantivesse a saúde dos indivíduos que trabalhavam, garantir que estes estivessem em condições de retornar ao trabalho ou a manutenção de uma invalidez menos problemática

abrangente, quem cuidava dessas senhoras quando se tornavam idosas? Segundo Motta (2013), esse papel passa a ser atribuição feminina, ou seja, das filhas destas mulheres, excluindo-se os filhos desta equação. No entanto, pergunta-se: e no caso de mulheres que nunca se casaram, como Sinhá Baptista (Maria das Mercês Baptista), qual terminava sendo o seu destino?

Além de todo estigma social já percorrido acerca das representações socialmente construídas sobre as solteiras, acerca do risco representado por estas, bem como do problema para a família, e também de uma ideia de fim de ciclo de sociabilidades com, supostamente, uma provável vida social reduzida ou mesmo inexistente, haja visto que estas mulheres não se adequaram à norma social imposta a elas, as “[...] as solteiras (chamadas então de ‘solteironas’ ou ‘encalhadas’) – cuja voz quase não se ouvia, envelheciam enquanto ajudavam a criar os sobrinhos e sobrinhos-netos – eram algo assim dual: ‘avós’ antes do tempo, ‘moças-velhas’ até o fim [...]” (MOTTA, 2013, p. 50).

Não à toa, então, a família impunha o casamento neste contexto. Tratava-se de uma conjuntura na qual era preferível o casamento, ainda que obrigatório, do que a manutenção de uma suposta “solteirice” e com estas as implicações sociais decorrentes para a filha e também para o núcleo familiar (CARDOSO, 2010).

por meio da previdência. Tratava-se, então, de práticas que tinham por objetivo não apenas curar, mas evitar doenças, adotando medidas sanitárias e considerando a importância da saúde do trabalhador para o progresso da nação. Ainda que na década de 1930 a discussão sobre a previdência, saúde pública, e outros direitos sociais tenham se fortalecido no Brasil, especialmente quanto ao papel do Estado, os trabalhadores afetados por essas políticas públicas ainda representavam uma parcela pequena da população brasileira, notadamente relacionados aos centros urbanos (GOMES, 1999). Assim, “[...] O enorme contingente de produtores rurais e de trabalhadores não-assalariados continua sem reconhecimento social, permanecendo fora da reciprocidade contratual e tendo de aguardar vários anos para atingir os direitos previdenciários. Lembramos que o sistema previdenciário foi criado em 1932; a unificação dos serviços do sistema de previdência social aconteceu só em 1966; e que o acesso à previdência pelos trabalhadores rurais ocorreu em 1971 [...]” (GIULANI, 2004, p. 537). Quanto à mulher, à medida que esta ocupava novos espaços, seja na política ou assumindo novos trabalhos, com os questionamentos realizados pelo feminismo sobre a divisão social estabelecida para homens e mulheres, a questão dos direitos sociais, dentre eles a previdenciária, também se tornava motivo de debate e interesse para estas mulheres, convertendo-se também em um campo de atuação destes sujeitos na segunda metade do século XX (CARDOSO, 2010). De todo modo, para o contexto que estamos discutindo os direitos sociais ainda eram limitados, não sendo possível inferir se Sinhá Baptista chegou a ingressar no mercado de trabalho de algum modo ou mesmo se teve acesso a algum tipo de benefício social. O mais provável é que tenha dependido de algum parente até o fim de sua vida, como foi o caso de outros sujeitos de sua família que viveram na primeira metade do século XX, como a sogra do desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919), tendo morado com este último até a sua morte em 1919 (O ESTANHADO, 1919).

Há ainda outra questão que marca a trajetória destas mulheres, isto é, passa-se a associar a experiência destes indivíduos como uma suposta loucura. Assim, “[...] houve aquelas velhas não avós que intrigavam as meninas: como a Elisa, mulher inteligente e livre, que não casou, não morava com a família e era referida como ‘louca’ [...]” (MOTTA, 2013, p. 45). A loucura passa a ser associada com a mulher solteira, haja visto que esta se torna uma transgressora, um risco à ordem socialmente imposta, aos papéis sociais pré-definidos, um problema social (CARDOSO, 2010; CASTELO BRANCO, 2013; MOTTA, 2013).

Encerrando a questão da mulher solteira, os possíveis significados por trás da escolha destas, a exemplo de Sinhá Baptista (Maria das Mercês Baptista), cabe ainda uma última inferência sobre os motivos deste suposto desvio da norma socialmente imposta durante este contexto, esta sendo a possibilidade da homossexualidade. Do mesmo modo que a homossexualidade masculina neste período era socialmente condenada, havendo uma necessidade de legitimar uma heterossexualidade compulsória através da manutenção de uma relação com uma mulher (CARDOSO, 2010), a mulher que permanecesse solteira também poderia ser associada com a homossexualidade⁷⁵ (MAIA, 2007).

Isto se tornava outra possibilidade, tendo em vista a validação de uma heterossexualidade compulsória que regulava e normatizava as relações sociais entre homens e mulheres neste período, ou seja, a mulher que se recusava a casar ou que não assumia um parceiro homem poderia colocar em perigo ainda essa normatização social da heterossexualidade. Assim, em certos casos, a “[...] solteirice das mulheres é vista como uma ameaça a um

75. Cabe aqui uma breve nota sobre o caso da mulher que assumisse uma profissão, notadamente o de professora, situação que se torna mais comum no século XX em Teresina em função da Escola Normal e da formação oferecida às mulheres de elite (CARDOSO, 2010). Louro (2004), por exemplo, ao discorrer sobre a experiência das mulheres enquanto professoras nesta conjuntura, ainda que não trate de Teresina, comenta como, por vezes, a autonomia destas mulheres que atuavam na docência gerava a produção de uma sexualização de seus corpos, especialmente daquelas que eram casadas, havendo em certas localidades uma preferência para as normalistas que fossem solteiras. No entanto, sobre estas, em alguns casos, terminava-se construindo uma representação depreciativa, apresentando-as enquanto transgressoras e associando-as a práticas referentes a homossexualidade. No caso de Teresina, segundo Cardoso (2010), a possibilidade de se tornar uma normalista tornava-se um atributo a mais para a mulher que buscava o casamento, sendo valorizado por alguns homens a possibilidade de sustento que advinha com o trabalho de normalista. Assim, “[...] a beleza, a juventude, a condição de normalistas e o fato de pertencer a *boa família*, ainda que pobre, eram capitais simbólicos importantes nos arranjos matrimoniais” (CARDOSO, 2010, p. 317).

sistema social em que as pessoas são pensadas como naturalmente destinadas a formar um par heterossexual [...]” (MAIA, 2007, p. 214).

Não sabemos, no entanto, se Sinhá Baptista (Maria das Mercês Baptista) enquadrava-se em alguma destas possibilidades ou se o seu episódio se relacionou com os casos de mulheres de famílias de elite que, por uma razão ou outra, não foram capazes de encontrar um homem que as agradassem ou estivessem de acordo com o padrão familiar (CARDOSO, 2010). Contudo, certamente, a manutenção de sua solteirice até o fim da vida deve ter produzido representações e tido repercussões quanto a sua família, bem como em sua própria trajetória de vida, haja visto o significado e o valor dado ao matrimônio neste contexto em Teresina (CARDOSO, 2010; CASTELO BRANCO, 2013).

Não obstante isto, cabe destacar também a existência e surgimento neste contexto na capital piauiense de instituições destinadas para o lazer destes grupos elitizados, isto é, clubes recreativos e agremiações que passam a ser frequentados por estas famílias burguesas (ROCHA, 2007; CASTELO BRANCO, 2013), dentre elas as mulheres e homens da família Baptista.

Pode-se citar, por exemplo, o Grêmio dos Simples, agremiação criada em 1912 e que tinha por objetivo a promoção de eventos sociais como bailes, serões musicais e também literários. Entre os seus associados encontravam-se diversos nomes relacionados aos grupos intelectuais locais, como Jonatas Batista⁷⁶ e Zito Batista⁷⁷ (ROCHA, 2007).

Na inauguração desta agremiação a edição de 21 de agosto de 1912 do periódico “Diário do Piauí” traz uma nota relatando não apenas como decorreu a festividade, mas descrevendo o espaço, além de registrar as pessoas que estavam presentes. O registro presente no jornal diz o seguinte:

GREMIO DOS SIMPLES. – Não podia ser melhor, mais deslumbrante, mais encantadora, a partida inaugural do “Gremio dos Simples, levada a effeito sabado ultimo, em casa da sociade honra a d. Galliana Campelo. Os salões do elegante palacête, pomposamente ornamentados e fartamente illuminados,

76. Nascido em 1885 em Monsenhor Gil e falecido em 1935 em São Paulo, foi um jornalista, poeta, teatrólogo, tendo exercido diversos cargos na administração pública. Foi ainda redator e colaborador de diversos jornais no início do século XX, além de membro da Academia Piauiense de Letras (GONÇALVES, 1997).

77. Nascido em Monsenhor Gil no ano de 1887 e falecido em 1926 no Rio de Janeiro, foi um jornalista, cronista e poeta, tendo colaborado em diversos jornais piauienses. Foi ainda membro da Academia Piauiense de Letras (GONÇALVES, 1997).

apresentavam, então, um aspecto de todo esplendido e bisarro. A hora em que alli chegámos era, já avultado o numero de socios e convidados presentes. E por toda a parte, de todos os recantos do espaçoso prédio, fervilhavam risos alacres de mistura com os jorros de luz dos candelabros; era enorme a profusão variegada de flores naturaes, – de tal fôrma que o perfume, alli, na frase elegante de Victoriano Palhares, tornára-se o mais alegre dos convidados. As danças começaram ás 8 1/2 em ponto, logo depois do discurso do orador da sociedade, nosso confrade Zito Baptista, e prolongaram-se até quasi 4 horas da manhã. Deu começo ao, baile a valsa “Gremio dos Simples” excellente composição de d. Durcilla Baptista.

Precisariamos, de certo de uma adjectivação nova, de um phrasear inedito, de um estylo suggestivo e empolgante, á Coêlho Netto, para dizermos o que foi, em verdade, a festa inaugural “Dos Simples”.

Na impossibilidade, porém, de o fazer, limitamo-nos a enviar á directoria de novel aggremação, que já tantas simpathias conta em o nosso meio social, os nossos mais sinceros parabens, pelo exito que vem de alcançar com a realisação da sua festa de sabbado ultimo.

Nem todos os convidados da elegante festa assignaram o livro de presença, de onde, por falta de espaço, extrahimos apenas os seguintes nomes de senhoras, senhoritas e creanças:

[...]

Sinhá Baptista, Alda Fortes, Maroquinha Baptista [...] (DIARIO DO PIAUHY, 1912, p. 1).

Desta forma, chama nossa atenção no registro a presença, novamente⁷⁸, de Sinhá Baptista e Maroquinha Baptista no evento social, haja visto que denota mais uma vez que era comum a participação das filhas do desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919) nos bailes e festividades da época, fossem eles em um ambiente privado, como em casas de família, bem como em casos de espaços públicos como a posse de Miguel Rosa, além de também transitarem nestas instituições recreativas e agremiações que surgem no período, como o Grêmio dos Simples.

Cabe destacar que a participação nestas agremiações e instituições não se limitava a uma simples presença durante os eventos para se divertir durante os bailes ou a procura de um par para o início de um relaciona-

78. A proximidade do nome de Alda Fortes ao de Sinhá e Maroca, tendo em vista que o jornal informa que os nomes foram retirados diretamente da lista de presença presente no Gremio dos Simples, também é algo curioso. Talvez denote que, além de terem chegado juntas para o evento social, mantivessem algum tipo de relação de parentesco ou amizade, considerando o outro baile oferecido pela família de Sinha e Maroca Baptista para Alda Fortes. Faltam-nos outros documentos e registros que permitam aprofundar essa possibilidade.

mento, mas se tratava de um momento de construção de autonomia, em um contexto em que cada vez mais as pautas feministas e a atuação feminina na sociedade teresinense entravam na agenda destes grupos burgueses⁷⁹, a inserção destas mulheres nestes locais garantia “[...] que a própria organização e gerenciamento dos divertimentos era assunto feminino” (CASTELO BRANCO, 2013, p. 50).

Essa breve inferência torna-se pertinente, considerando que Maroquinha Baptista (Maria da Conceição Baptista) foi uma dessas mulheres, tendo sido Segunda Secretária do Grêmio dos Simples. Esta atuação feminina não apenas coaduna com uma modificação do papel feminino, mas também permite a reflexão da importância das mulheres em auxiliar ou participar diretamente na legitimação de um projeto masculino de valorização da moral, educação e família (ROCHA, 2007).

Além disso, permite uma inferência sobre como esses ideais dos novos papéis que as mulheres deveriam assumir nesta conjuntura pode, até certo ponto, ter influenciado nas trajetórias individuais das mulheres da família Baptista, particularmente das tias de João Gabriel Baptista (1920-2010), à medida que uma nunca se casou e a outra atuava de outros modos no tecido social em detrimento do que se buscava impor socialmente às mulheres neste contexto histórico.

79. Desde fins do século XIX até as décadas iniciais do século XX o feminismo tornou-se assunto de debate entre os indivíduos que viviam em Teresina, circulando entre homens e mulheres que viveram durante este tempo e suscitando manifestações e representações na mídia impressa por parte dos intelectuais da época que discorriam e produziam as próprias reflexões sobre este movimento, por vezes percebendo-o enquanto algo subversivo e problemático, haja visto o questionamento deste quanto aos papéis socialmente estabelecidos para homens e mulheres, bem como das relações de poder impostas por meio do gênero. Em outros casos, o movimento era percebido de outra forma, compreendendo enquanto legítimas e pertinentes várias de suas pautas perante a sociedade. Os diferentes olhares produzidos sobre o feminismo marcaram tanto a experiência masculina, como também a feminina, cada qual contemplando questões distintas quanto ao tema e as modificações sociais que poderia suscitar em Teresina. Assim, na década de 1920 já se demandava em Teresina, por parte das mulheres, o sufrágio, acesso à educação e também ao trabalho feminino, denotando como a circulação das ideias feministas já influenciava no cotidiano e no imaginário social dos sujeitos que ali viviam. Cabe indicar ainda que não é possível pensar um feminismo no singular, mas sim no plural nesta conjuntura, circulando em Teresina diferentes perspectivas sobre o movimento e suas demandas para a sociedade. De todo modo, estas ideias não apenas circularam entre fins do século XIX e na primeira metade do século XX em Teresina, mas possibilitaram o questionamento de papéis socialmente estabelecidos, além de modificações no tecido social com o passar das décadas, tendo sido paulatinamente incorporado a partir das elites burguesas que viviam neste contexto na capital piauiense (CARDOSO, 2010; CASTELO BRANCO, 2013). Para uma compreensão mais aprofundada do tema, ver Cardoso (2010).

O desvio da norma, ainda que não tão aparente, é significativo. Permite perceber que a disciplina não é absoluta e nem pode abarcar todos os corpos em dado tempo e espaço, sempre ocorrendo linhas de fuga, sejam elas por transgressões amplas ou por pequenas descontinuidades, por vezes invisibilizadas na História e que o tecer do historiador (ALBUQUERQUE JR., 2007) possibilita sua problematização⁸⁰, e estas questões também se fizeram presentes entre as mulheres desta família.

Outras instituições recreativas e agremiações surgem neste período e contam com a presença e participação das mulheres da família, como o Clube Literário 12 de Outubro, fundado no início do século XX (ROCHA, 2007), o Clube Recreativo Teresinense e o Clube dos Diários, este último mais indicado para a realização de “[...] grandes bailes [...]” (CASTELO BRANCO, 2013) na capital piauiense.

Destacamos o Clube dos Diários não apenas por sua pertinência enquanto espaço para a realização destes eventos no início do século XX ou mesmo em função da presença das tias e irmãs de João Gabriel Baptista (1920-2010) neste espaço, mas porque este último, assim como sua esposa Maria de Jesus e Carvalho Baptista (1927-2013), também frequentou o local durante outros eventos nos anos 1940 e por ocasião de festividades nos anos 1950, conforme discutiremos posteriormente.

As tias de João Gabriel Baptista (1920-2010), Maroquinha e Sinhá Baptista, seguem sendo citadas na imprensa piauiense neste início do século XX, e marcando presença em diversos bailes ou festividades relacionadas a políticos e à religião, a exemplo das edições de 5 de outubro⁸¹ de 1912 do “Diario do Piauhhy”, 28 de julho⁸² de 1914 do “Diario do Piauhhy”, 6 de fe-

80. Quanto a questão da disciplina e como o sujeito é interpelado por esta é preciso considerar que a sociedade e aqueles que vivem nesta jamais se reduzem completamente a disciplinarização que é imposta sobre os seus corpos por meio das redes de vigilância. Os indivíduos produzem linhas de fuga, escapam a essa disciplina, questionam-na e, por vezes, a alteram segundo suas necessidades e experiências de vida, assumindo para tanto o uso de táticas (CERTEAU, 2014).

81. Festa realizada na residência de Zito Batista com a presença de diversos indivíduos, dentre eles Maroquinha e Sinhá Baptista.

82. Na ocasião foi oferecido um banquete ao deputado federal Joaquim de Lima Pires Ferreira, homenageado no episódio. Estavam presentes na festa diversos nomes dos grupos políticos locais, entre eles destacando-se o governador do estado e o próprio desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919) que realizou ainda um brinde no momento. Encontravam-se ainda no evento social boa parte da família do desembargador, como Mário José Baptista, Benjamin de Moura Baptista e suas filhas Maroquinha e Sinhá Baptista.

vereiro⁸³ de 1910 do “O Apostolo” e 10 de abril⁸⁴ de 1926 de “A Imprensa”.

Não apenas isso, mas cabe destacar que outras experiências também marcaram as filhas do desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919) e relacionavam-se diretamente com o lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado por estes sujeitos, estas sendo a possibilidade de realização de viagens para outras localidades, seja no Piauí como também fora dele, indo até estados vizinhos como o do Ceará. É assim que, na edição de 30 de julho de 1911 do periódico de Parnaíba “Semana”, tem-se o seguinte:

Desembargador João Gabriel

Hoje embarcou para a capital do Estado, o nosso prestimoso e eminente amigo Desembargador João Gabriel Baptista, acompanhado de suas gentis filhas, as senhoritas Sinhá e Maroca que vêm regressando da capital cearense, onde se achavam em visita ao seu illustre irmão e nosso digno conterrâneo o Engenheiro Civil José Luiz Baptista, uma das bem fundadas esperanças do nosso Piauí. Que façam boa viagem são os votos do “Semana” (SEMANA, 1911, p. 2).

A prática de realizar viagens a lazer no litoral ou para visitar familiares no Piauí não era algo que se inaugurava naquele início do século XX, mas sim algo que é possível encontrar registros em tempos pretéritos, a exemplo das décadas finais do final do século passado. A ida para Parnaíba e Amarração nesta época era comum para se realizar os banhos de mar, tanto para fins terapêuticos como também para lazer, especialmente nas praias de

83. Na edição em questão noticiava-se a festa de casamento de Marocas Monteiro com Aarão Sant’Anna nas proximidades de Teresina em Campo Maior. Compareceram ao evento diversos indivíduos relacionados às elites e grupos políticos locais, a exemplo de Hygino Cunha, Abdias Neves e o próprio desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919). Quanto a este último destaca-se também a presença de suas filhas, Sinhá e Maroca Baptista.

84. Na ocasião, o jornal informava sobre a realização no mês seguinte de uma festa religiosa em homenagem a Nossa Senhora do Amparo, tendo sido criado uma comissão que reunia diversas moças das famílias de elite da cidade, dentre as quais se encontrava Maroca Baptista. A participação na organização de festas religiosas nesta época era um dos modos de se ter visibilidade perante a sociedade, sendo comum a participação das mulheres na realização destas festas no início do século XX (CARDOSO, 2010). Não obstante isto, a festa no mês de maio em homenagem a Nossa Senhora do Amparo era uma das que recebiam maior visibilidade e participação social, mas além delas outras eram realizadas do início ao fim do ano, como a festa de Santa Inês, a Semana Santa, a festa de São Benedito, a festa de Nossa Senhora das Dores e também a comemoração do nascimento de Jesus Cristo no Natal. Nesse sentido, “[...] as mulheres tinham um papel fundamental na organização dessas festas religiosas, participando das comissões que seriam encarregadas de ornamentar as igrejas, de preparar os cânticos das missas, de arrumar os enfeites a serem utilizados pelas imagens e pelo altar” (CASTELO BRANCO, 2013, p. 44).

Pedra do Sal e Atalaia (BAPTISTA, 2019).

No Ocidente, principalmente após o século XVIII e durante o decorrer do século XIX a transformação nos transportes possibilitou uma redução das distâncias, facilitando o deslocamento dos indivíduos e o acesso a determinadas localidades. Não apenas isso, mas a constituição de uma classe burguesa que passava a deter um tempo ocioso fomentou nestes sujeitos, com o aumento de seu tempo livre, a procura pelo lazer, com uma destas formas se realizando por meio de viagens (PANAZOLLO, 2005).

De modo similar, ao pensarmos o Piauí, esse movimento no litoral piauiense se intensifica com a modificação dos transportes, isto é, com a chegada da locomotiva e dos carros. Se até a década de 1910 o acesso dos piauienses às praias do litoral ocorriam exclusivamente pelas vias fluviais ou por acesso a cavalo (BAPTISTA, 2019), a partir dos anos 1920, com a chegada da ferrovia em Amarração (VIEIRA, L., 2010), e do final dos anos 1930, com a criação de estradas carroçáveis e a possibilidade de se dirigir com um veículo automotor até a praia de Atalaia (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021), o cenário altera-se significativamente com uma constância cada vez maior da ida a praia em buscar do lazer, especialmente por parte das famílias abastadas.

Maroquinha e Sinhá Baptista não foram as únicas mulheres da família Baptista diretamente relacionadas com João Gabriel Baptista (1920-2010) que aparecem em registros de época acerca de sua participação e atuação no tecido social piauiense, especialmente no tocante a momentos de lazer, como bailes ou festas. No entanto, certamente, foram as sobre quem mais conseguimos encontrar documentação que possibilitasse a criação de uma narrativa que permitisse compreender, até certo ponto, o papel das mulheres nesta família, e as implicações da sociedade sobre suas trajetórias, especialmente sobre Sinhá Baptista, que nunca constituiu família.

Ao mesmo tempo em que ambas tiveram seus corpos e imaginário marcados por uma disciplina imposta mediante o lugar social que ocupavam, foi possível perceber alguns pontos de desvio, indicando como a transgressão ou linhas de fuga também estiveram presentes nas trajetórias destas mulheres.

Além delas, encontramos ainda algumas breves menções às irmãs de João Gabriel Baptista (1920-2010), Raimunda de Carvalho Baptista e Júlia de Moura Baptista, à sua mãe, Raimunda Nonata de Carvalho Gonçalves, e à sua avó, Raimunda Baptista da Silva Moura, neste início do século XX.

Assim, na edição de 29 de agosto de 1925 do periódico “A Imprensa” tem-se o seguinte:

O baile dos Diarios

Realizou-se, quarta-feira, no “Club dos Diarios” a soirée dançante que os drs José de Abreu e Benedicto Furtado, Samuel Cordeiro e Basilio Reis offereceram aos srs. Ademar Neves e Alberto Correa, importantes commerciantes em Parnahyba.

Os vastos salões de dança do “Club” estavam repletos de cavalheiros, senhoras e senhorinhas da alta sociedade thesesinense, que deram àquella festa um cunho da mais refinada elegância.

Conseguimos tomar nota do nome das seguintes senhorinhas: [...] Raymunda e Julia Baptista [...] senhoras: drs. [...] Ernesto Baptista (A IMPRENSA, 1925, p. 4).

Tratava-se de um momento em que o Clube dos Diários se legitimava enquanto um dos espaços em Teresina no qual ocorria a realização de diversos eventos sociais destinados aos grupos mais elitizados da capital piauiense. Assim, segundo Cardoso (2010), era comum a ocorrência de festivais, eventos musicais, além de conferências, sendo possível encontrar nesta época neste espaço nomes considerados relevantes neste período de alcance nacional e também local.

Neste sentido, do mesmo modo que o avô e as tias, as irmãs de João Gabriel Baptista (1920-2010) e sua mãe seguem participando dos bailes ocorridos na capital, inserindo-se e produzindo sociabilidades com os demais indivíduos que estavam presentes nestes espaços, conforme indicado pelo recorte de jornal de 1925.

Considerando, ainda, os significados existentes quanto a participação feminina nos bailes, isto é, a possibilidade de relacionar-se com um homem, o cuidado e a disciplina impostos sobre os corpos das mulheres pela família, além do período de tempo do registro, não é nenhuma surpresa que as irmãs mais velhas de João Gabriel Baptista (1920-2010) estivessem acompanhadas da mãe.

Além disso, as moças destes grupos de elite, ou seja, pertencentes a estas famílias burguesas, não possuíam uma possibilidade de se locomover livremente até os anos 1940/1950, devendo, geralmente, estar acompanhadas por algum familiar, geralmente um homem, à medida que participavam de eventos sociais na cidade de Teresina (CARDOSO, 2010). Isto é,

ao se tratar de mulheres de famílias burguesas, estas “[...] têm um modo de circulação muito mais precocemente rígido, uma relação interior/exterior muito regulada, um ritual de ‘saída’ e de recepção muito refinado que funda toda a distinção de ‘a mulher como deve ser’ [...]” (PERROT, 2017, p. 197). Por esta razão, no caso das tias de João Gabriel Baptista (1920-2010), em muitos dos registros aos quais tivemos acesso estava presente seu pai ou algum de seus irmãos na localidade.

Outros registros de participação em festas em outras localidades que, na época, também costumavam realizar estes eventos trazem, novamente, a presença de Raimunda de Carvalho Baptista e Júlia de Moura Baptista, acompanhadas de sua mãe, Raimunda Nonata de Carvalho Gonçalves, como na edição de 15 de setembro de 1925 do periódico teresinense “A Imprensa”, com uma nota acerca de uma festa organizada pelo Petit Club⁸⁵ com o objetivo de homenagear o Dr. José Auto de Abreu.

Apenas dois anos depois, em 1927, na edição de 13 de agosto de 1927 do periódico “A Imprensa”, é anunciado o noivado de Raimunda de Carvalho Baptista com Thales Ribeiro, indicando que os seus pais, Ernesto José Baptista (1873-1965), na época já juiz de direito em Teresina, e Raimunda Nonata de Carvalho Gonçalves, estariam auxiliando nos preparativos para o casamento da filha⁸⁶.

Quanto ao casamento, cabe indicar ainda que há uma transformação social no tocante a realização do matrimônio entre fins do século XIX e primeira metade do século XX. Se até então era comum que a família determinasse com quem a filha iria se casar, muitas vezes impondo a realização de um casamento consanguíneo objetivando evitar que os bens familiares se perdessem, à medida que o período novecentista avança a questão do amor passa a se tornar um elemento pertinente e importante nos novos relacionamentos (FALCI, 2004; DEL PRIORE, 2006; CARDOSO, 2010).

Ainda que não saibamos o que motivou o noivado de Raimunda de Carvalho Baptista, isto é, se tratou-se de uma imposição familiar ou uma relação por amor, é notório que, no caso da família Baptista, é complicado inferir até que ponto se findam os matrimônios realizados para que se fosse possível à manutenção de certo status social, bem como dos bens materiais da família, buscando evitar que o patrimônio fosse dilapidado com o passar

85. O Petit Club, assim como outros clubes existentes nesta época, organizava e realizava bailes, com destaque para os carnavalescos (CARDOSO, 2010).

86. Não encontramos outros registros ou menções quanto ao casamento de Raimunda Baptista.

do tempo, e em que momento o amor se torna uma questão pertinente para estes relacionamentos.

Indicamos isto, uma vez que na geração anterior, isto é, dos avós de João Gabriel Baptista (1920-2010), sabemos, conforme a edição de 15 de setembro de 1919 do jornal de União “O Estanhado”, que trata sobre a morte do desembargador João Gabriel Baptista (1851-1919), que sua esposa, Raimunda Baptista da Silva Moura, era também sua prima. Como não sabemos os motivos que sucederam ou levaram ao matrimônio de ambos, podemos apenas sugerir que o casamento consanguíneo estivesse relacionado às questões elencadas, tanto quanto ao status social como patrimonial.

Além disso, o próprio casamento de João Gabriel Baptista (1920-2010) com Maria de Jesus e Carvalho (1927-2013) é marcado por estas questões, haja visto que, além da relação de parentesco entre ambos, primos de segundo grau, segundo as lembranças da filha mais nova de Maria Jesus de Carvalho (1927-2013), sua mãe amava outro rapaz, também seu primo, em meados dos anos 1940, tendo sido imposta a ela o casamento⁸⁷ com João Gabriel Baptista (1920-2010).

Não foram poucos, então, os registros acerca da atuação e participação das mulheres da família Baptista nos eventos, festas e bailes em Teresina. Do mesmo modo, é notório como estas mulheres foram marcadas pelas condições históricas de sua existência, adequando-se, em muitos casos, à norma socialmente estabelecida e, em outros, inserindo-se em pequenos pontos de transgressão e linhas de fuga, conforme discutido.

Deste modo, entender estas questões, os contextos e os elementos que marcaram as experiências do bisavô, avô, avó, tias, tios, pai e mãe de João Gabriel Baptista (1920-2010), torna-se pertinente à medida que fomenta uma compreensão do lugar social ocupado por este sujeito, da relevância de sua família neste e sua inserção no cenário intelectual, bem como das transformações em seu imaginário e em seu cotidiano ao tempo em que acumula novas experiências no decorrer de sua vida.

Compreendido, então, de que modo a família de João Gabriel Baptista, atuou e participou do cenário político local no decorrer do período oito-

87. Segundo Cardoso (2010), neste momento a prática de casamentos consanguíneos em Teresina por parte das elites reduzia-se em função dos novos conhecimentos advindos da medicina que indicavam os problemas que estas relações poderiam ocasionar, especialmente entre os descendentes. Não sabemos, no entanto, até que ponto estes novos conhecimentos na área médica circularam entre as famílias de João Gabriel Baptista (1920-2010) e Maria Jesus e Carvalho (1927-2013).

centista e novecentista, para o próximo capítulo buscamos compreender de que modo isso, possivelmente, reverberou na trajetória deste último indivíduo, fomentando sua inserção no cenário intelectual e nas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) da segunda metade do século XX na cidade de Teresina, bem como em sua trajetória profissional no governo do estado nos anos 1950, no liceu piauiense também na década de 1950, no Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), posteriormente a Universidade Federal do Piauí (UFPI), enquanto professor de Geografia.

CAPÍTULO 2

João Gabriel Baptista e sua inserção no cenário intelectual piauiense da segunda metade do século XX

Na edição do dia 23 de setembro de 1973, no periódico carioca “Jornal do Brasil”¹ é publicado uma notícia sobre as situações litigiosas existentes no Brasil neste contexto, fazendo-se referência a problemas de divisa² que naquele momento sucediam-se entre os estados brasileiros, sendo estes: Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo, Paraná e Piauí.

Quanto a este último estado, foco de nosso interesse nesta questão, observa-se a pertinência das pesquisas de João Gabriel Baptista na conjuntura em tela, tendo sido citado especificamente pelo então governador da

1. O Jornal do Brasil teve sua fundação em fins do século XIX, especificamente em abril de 1891, tendo como fundadores Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. No contexto específico da ditadura militar o periódico, assim como outros veículos de comunicação da imprensa, apoiou o golpe em um primeiro momento, passando, posteriormente, a questionar os rumos que a política e economia do país tomavam, especialmente após o fim do governo de Castelo Branco e a instalação do AI-5. Nos anos 1970, momento de publicação da edição que utilizamos deste jornal, o posicionamento do periódico aproximava-se do governo no tocante à economia e, em função da censura, adotava táticas distintas para tecer críticas pontuais à repressão do regime por meio de colunas específicas em suas páginas (FERREIRA; MONTALVÃO, 2001).

2. É preciso esclarecer que o estabelecimento histórico no tocante a Geografia quanto os conceitos de Fronteira e Limites, podendo ser entendido aqui enquanto divisa, guardam distinções pertinentes acerca de seus significados, sendo que Fronteira quanto ao território se refere à demarcação da linha divisória existente entre dois Estados-Nação diferentes, enquanto limite alude às delimitações políticas internas territoriais de um mesmo Estado-Nação. Assim, ao pensarmos o limite entendemos “[...] compreender a linha de controle legal de um Estado-nação, ao passo que a fronteira é tida como zona geográfica entre dois sistemas estatais diferenciados” (FERRARI, 2014, p. 19).

época do Piauí, Alberto Tavares Silva³ para solucionar a querela.

Esta contenda, por sua vez, no caso piauiense, refere-se à situação litigiosa existente entre o Piauí e o Ceará desde séculos passados, sendo esta a problemática em torno da Serra da Ibiapaba⁴ e a partir de qual localidade finda-se o território de um e inicia-se o do outro estado.

Para esta narrativa, no entanto, não nos interessa a situação litigiosa posta entre os estados, muito menos os motivos econômicos e políticos que

3. Nascido em Parnaíba, litoral do Piauí, em 1918 e falecido em Brasília em 2009, foi um engenheiro e político brasileiro, tendo assumido diversos cargos políticos no Piauí ao longo de sua trajetória profissional, como o de prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador. Enquanto governador, esteve à frente do governo do estado em duas oportunidades entre 1971 e 1975 e 1987 e 1991, tendo sido indicado ao cargo no primeiro governo pelo então presidente do Brasil, o general Emílio Garrastazu Médici (GONÇALVES, 1997). Ao longo de, principalmente, seu primeiro governo, buscou edificar uma memória positiva sobre si, construindo um “recinto do elogio” (FONTINELES, 2009) por meio da realização de obras e ações que, supostamente, permitiriam o desenvolvimento do estado, além de que valorizassem uma ideia de “piauiensidade”, isto é, a identidade do piauiense e, consequentemente, buscando dar notoriedade ao Piauí no cenário nacional, podendo-se citar como exemplo sua intervenção direta no setor cultural com a criação do Plano Editorial do Estado que, dentre outras coisas, objetivava a publicação de obras de História, Geografia e Literatura que tratassem sobre o Piauí, exaltando-se assim este último e seu povo (TÓRRES, 2010), tendo estas ações em seu governo marcado a memória social no estado, ainda que não tendo se esquivado ou evitado críticas durante e posteriormente aos seus governos (FONTINELES, 2009).

4. Ainda que em 1880 o Piauí tenha findado a querela litigiosa envolvendo a vila de Amarração com o Ceará a partir da cessão realizada pelo governo piauiense ao cearense do vale do Crateús para incorporar ao território do Piauí a vila de Amarração, a situação de litígio com o Ceará não se finda completamente, permanecendo localizada na região da Serra da Ibiapaba, divisa natural entre ambos estados. Assim, como em fins do século XIX, a crítica realizada por parte dos conservadores, que questionavam a cessão do vale do Crateús na Serra da Ibiapaba, relacionava-se à configuração econômica da localidade, considerada mais vantajosa que a vila de Amarração (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2020), também na década de 1970 a querela em torno da região pautava-se no potencial econômico da localização. Portanto, segundo a edição de 23 de setembro de 1973 do “Jornal do Brasil”, neste momento o estado do Ceará contestava 2.614 km² localizados na serra com o Piauí, nos quais habitavam aproximadamente 100 mil pessoas, afetando em torno de 10 municípios na época, e considerada uma região estratégica em função do potencial econômico no tocante a produção agrícola, destacando-se o cultivo da cana e café neste momento. Nos últimos anos, a questão litigiosa voltou a permear o debate político piauiense e cearense à medida que o governo do Piauí entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal com o objetivo de fazer cumprir o que diz o Decreto nº 3.012 de 22 de outubro de 1880 que estabelece as terras a oeste da serra enquanto pertencentes ao Piauí e a leste ao Ceará, definindo a divisão por meio de um critério geográfico. O governo do Ceará, no entanto, contesta esta definição tendo em vista também a questão cultural, isto é, que o sentimento de pertencimento ao território cearense, bem como a própria identidade vinculada a um “ser” cearense devem ser levadas em consideração, negando, assim, a possibilidade de alteração da linha divisória entre os dois estados. Não obstante isto, caso a ação se concretize o estado do Ceará cederia ao Piauí 14 municípios e, além disso, novamente a questão econômica faz-se presente, haja visto a produção de energia renovável e do agronegócio que ocorre na localidade.

permeiam a questão até a contemporaneidade, mas sim a citação direta pelo governo do estado do Piauí às pesquisas do professor João Gabriel Baptista.

Isto posto, cabe inferência por dois motivos principalmente para a discussão a ser realizada neste capítulo. Inicialmente, permite-nos sugerir de que modo nesta conjuntura João Gabriel Baptista despontava ou se enquadrava na categoria de Intelectual no tocante aos sujeitos que compunham estas redes no Piauí.

Deste modo, é pertinente indicar que o professor João Gabriel Baptista, no final dos anos 1950 até 1970, já se inseria, de certo modo, nas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1998) existentes no Piauí, haja visto não apenas sua inserção enquanto professor no curso de Geografia na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI) em 1961, mas também as formas utilizadas por este sujeito para se beneficiar das políticas culturais adotadas pelo governo do Piauí a partir dos anos 1970, tendo sido um dos autores selecionados pela Política Editorial do Estado do governo Alberto Silva para ter uma obra publicada, tendo sido esta seu livro de maior destaque, *Geografia Física do Piauí* (TÔRRES, 2010).

Não apenas isto, mas pouco tempo depois se candidataria e seria aceito para ingresso na Academia Piauiense de Letras (APL), passando então a ser reconhecido e legitimado por seus pares enquanto um intelectual neste momento. Trataremos de forma mais elaborada sobre a construção deste intelectual no decorrer deste capítulo.

Cabe lembrar que, segundo Sirinelli (1998), entendemos o Intelectual enquanto o sujeito que não apenas esteja de algum modo relacionado a elites que se estabeleceram historicamente e culturalmente, mas também que atuam no tecido social enquanto “criadores” ou “mediadores” da cultura.

Desta forma, João Gabriel Baptista, ao mesmo tempo em que se relaciona com estas elites, haja visto a atuação que seu bisavô, avô e pai, isto é, sua família, teve na sociedade piauiense, conforme discutido no capítulo anterior, também passa a ter uma atuação que ultrapassa as fronteiras da faculdade/universidade, especialmente a partir do momento que começa a publicar suas pesquisas sobre Geografia e História em revistas, jornais e em livros, principalmente no decorrer e após os anos 1960.

Deste modo, ainda que Sirinelli (1998) indique os problemas⁵ em se

5. Para Sirinelli (1998) existiriam algumas questões que dificultam o enquadramento de certo sujeito enquanto um “homem de cultura” a partir do momento que buscamos classificá-lo por meio da criação ou mediação cultural. Ao considerarmos, por exemplo, a questão da criação,

avaliar quantitativamente e qualitativamente a produção de um certo sujeito e, assim, refletir sobre este enquanto Intelectual, questiona-se se, mediante a produção acadêmica de João Gabriel Baptista e, consequentemente, as formas como esta não apenas foi divulgada, mas apropriada por certos setores políticos, a exemplo do caso em questão do litígio entre o estado do Piauí e do Ceará, se seria possível utilizar isto enquanto um critério para inseri-lo como um “criador cultural” e, consequentemente, enquadrá-lo na categoria de Intelectual no cenário piauiense naquele momento.

Assim, tendo em vista que, para Sirinelli (1998), o enquadramento de certo indivíduo enquanto um Intelectual perpassa ainda uma suposta relevância ou pertinência dada a este último pelo meio social envolvente, ou seja, os diferentes modos como sua produção reverbera ou influencia o tecido social, de modo que a partir disto estes sujeitos não apenas inserir-se-iam nas redes de sociabilidades existentes, mas também configurar-se-iam enquanto autoridades em determinadas áreas do saber, indaga-se as formas como João Gabriel Baptista atuaria neste sentido, a exemplo do caso litigioso citado.

Dito isto, neste capítulo refletiu-se acerca de que modo este sujeito paulatinamente se insere nas redes de sociabilidades intelectuais em Teresina após seu retorno da Bahia, refletindo sobre este espaço de produção intelectual, o que era ser um “intelectual” neste contexto e como o sujeito em questão se insere nesta categoria à medida que adentra, a partir dos anos 1950, no Liceu Piauiense, na FAFI, na UFPI e na APL, utilizando-se

como se deve mensurar? A partir de uma suposta “importância” ou do alcance que a obra tem? Como definir esta relevância, haja visto estar limitada ao lugar social de produção do sujeito? Deve-se utilizar um critério quantitativo, isto é, levar em conta a quantidade da produção do indivíduo? Pode-se, portanto, dar destaque ao sujeito que prioriza uma “massificação” da produção em detrimento daqueles que focam supostamente na forma e conteúdo, seja ele de caráter científico ou literário? Quanto aos mediadores culturais, de que modo é possível avaliar a possibilidade de reverberação, isto é, o modo como influenciam o tecido social e, portanto, permitem o ressoar destas produções na sociedade? Quando esta pertinência permite uma suposta classificação do sujeito enquanto pertencente às elites ou a estas redes de sociabilidades intelectuais? Não obstante isto, as próprias ramificações sociais, com o surgimento de novos atores com capacidade de influenciar a sociedade também denotam o questionamento se estes também poderiam ser enquadrados enquanto pertencentes a estes grupos culturais, a exemplo de atores ou apresentações televisivas. Trata-se, portanto, de indagações apontadas por Sirinelli (1998) para uma reflexão por parte do pesquisador quanto aos critérios a serem utilizados para o enquadramento de certo sujeito enquanto um intelectual, mas também aos cuidados que deve-se ter ao trabalhar com estas categorias, compreendendo-se a dificuldade da inserção destes sujeitos nestas redes, mas também de como estes elementos são fluidos e modificam-se de acordo com o tempo e o espaço, tornando-se pertinente a discussão do lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado pelo (s) sujeito (s) a serem discutidos ou analisados.

enquanto fontes sua produção em jornais piauienses da época, como “O DIA” e “Folha do Nordeste”, bem como sua produção acadêmica publicada e não publicada, além de entrevistas com seus filhos e também bibliografia especializada para discutir este contexto espaço-temporal específico.

2.1 João Gabriel Baptista e sua atuação profissional na segunda metade do século XX em território piauiense

“Ao todo, são 46 anos dedicados à vida pública no Piauí”
(O DIA, 1989, p. 1).

Em 28 de maio de 1980 foi publicado no “Jornal da Manhã” em Teresina uma matéria intitulada “Como nasce e como é o Parnaíba, um rio ameaçado”, que tratava sobre a maior via fluvial piauiense, isto é, o rio Parnaíba, apresentando como suas denominações se alteram ao longo da história, além de dados geográficos, sua importância econômica e o potencial de sua bacia hidrográfica para o estado do Piauí.

Não obstante isto, o objetivo da matéria é tratar sobre a conjuntura da época do rio e os problemas que este vivenciava, alertando a população acerca de ações que seriam prejudiciais ao curso d’água, bem como de que modo estas últimas terminavam ocasionando adversidades quanto à questão econômica, especialmente no tocante à navegabilidade da via fluvial que já se encontrava reduzida naquele momento em função do assoreamento.

O periódico convida, então, o professor João Gabriel Baptista para comentar a questão, haja visto que naquele momento este indivíduo já era professor universitário no curso de Geografia há duas décadas, além de autor de obras já conhecidas sobre a geografia piauiense, dentre elas “Nascentes de um rio” e “Geografia Física do Piauí”, publicadas na década anterior.

Além disso, João Gabriel Baptista havia ainda participado da expedição realizada poucos anos atrás, ou seja, em fins dos anos 1970, pela UFPI, para encontrar e delimitar a localização das nascentes do rio Parnaíba juntamente com o professor Noé Mendes de Oliveira⁶, colega do Departamento

6. Nasceu em Simplicio Mendes em 1940 e faleceu em Teresina em 1990. Graduou-se em Direito, Filosofia e Teologia, tendo realizado mestrado em Antropologia Cultural. Foi professor do Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí, além de escritor, tendo publicado obras como “Folclore piauiense” (1972) e “Folclore brasileiro” (1978). Foi ainda vereador na cidade de Teresina, bem como diretor da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, instituição municipal destinada ao fomento da cultura na capital piauiense, e diretor da Casa Anísio Brito, o Arquivo Público do Piauí gerido pelo estado (GONÇALVES, 1997).

de História e Geografia, o naturalista Jasão Bahia⁷, o ecólogo João Dumbra e o repórter responsável por registrar a excursão científica, David Louis Olson, da revista Manchete⁸, posteriormente sendo publicada uma reportagem nesta acerca desta expedição.

Deste modo, se é solicitado ao então professor a possibilidade de responder a alguns questionamentos sobre a situação na qual se encontrava o rio, isto não decorre à toa, mas relacionado ao lugar social (CERTEAU, 1982) que João Gabriel Baptista ocupava naquele contexto, isto é, possivelmente tratando-se de um intelectual (SIRINELLI, 1998, 2003) não apenas com reconhecimento pelos pares, haja visto seu ingresso na APL na década anterior, mas que detinha certa atuação social, especialmente no campo da Geografia, considerando suas publicações e participações na imprensa da época em questões relacionadas a este campo do saber.

Assim, cabe indicar, conforme Bourdieu (2006), que se o indivíduo se torna algo, isto não decorre à toa, muito menos se trata de uma questão dada, mas sim construída mediante as escolhas que o sujeito toma ao longo do tempo, não sendo, portanto, possível produzir uma narrativa biográfica sem o cuidado para se evitar cair em problemas conceituais de imaginários ou identidades perenes, isto é, que “sempre” estiveram com o indivíduo.

Além disso, tomando ainda Albuquerque Júnior (2012), ao biografarmos um sujeito interessa-nos os marcadores de Diferença, isto é, as condições históricas e elementos que possibilitaram ao indivíduo a produção

7. Não encontramos mais informações sobre Jasão Bahia, João Dumbra e David Louis Olson além das que estavam disponíveis no próprio relatório de João Gabriel Baptista, inferindo que o primeiro era professor da Universidade Federal de Pernambuco, o segundo colega da Universidade Federal do Piauí do curso de Biologia e o último repórter pela antiga Revista Manchete, tendo sido o responsável pelas fotos da expedição publicadas na edição 1346 no ano de 1978.

8. A revista “Manchete” foi fundada em 1952 por Adolpho Bloch, este um imigrante ucraniano que se mudava para o Brasil no início dos anos 1920 na condição de refugiado em decorrência da Revolução Russa. Foi uma revista de caráter semanal, ilustrada e a cores lançada no Rio de Janeiro de circulação nacional, se tornando a principal concorrente da revista “O Cruzeiro”. Nos anos 1980 teve um dos momentos mais significativos do semanário com a fundação do grupo Manchete, a criação de uma emissora de televisão e ampliação da tiragem da revista, esta última chegando à cifra de milhões de exemplares impressos. Nos anos 1990 o grupo editorial de Bloch entra em crise, com falência decretada no início dos anos 2000 e a venda do semanário para uma nova empresa que manteve sua circulação, reduzindo suas tiragens e na mesma década encerrando as publicações da revista. A revista, ao longo de sua existência, tratou de assuntos diversos, tendo feito parte da vida política do país, publicando não apenas editoriais sobre essas conjunturas, como apoiando diretamente governos e ações políticas em determinados contextos (BLOCH, 2008).

de sensibilidades e subjetividades singulares, distintas daqueles com quem conviveu e compartilhou experiências. Assim, “[...] a biografia só terá sentido para o historiador se inventariar as diferenças constituintes do próprio indivíduo biografado, se encontrar, naquele que se diz um, muitos outros, se empenhar-se em marcar os momentos de descontinuidade e inflexão na vida que é contada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 31).

Ou seja, são os momentos de fraturas, de rupturas, de fissuras, que denotam no indivíduo as contradições inerentes a existência humana e que possibilita-nos refletir no sujeito os diferentes modos como este nunca é, mas sempre está, bem como suas experiências marcam essa pluralidade pulsante de identidades que o compõem e afetam suas vivências ao longo do tempo.

No caso de João Gabriel Baptista, sua trajetória profissional e pessoal, as influências familiares, os lugares sociais que ocupou, suas experiências, especialmente a partir do momento em que decide estudar engenharia na Bahia, fomenta a construção das identidades que viria a assumir posteriormente, bem como a rejeição a outras que negaria no decorrer de sua vida.

Não obstante isto, seu itinerário profissional se torna ainda relevante por permitir compreendermos não apenas as identidades que constrói e assume, mas de que modo este sujeito edifica seu pensamento científico, os caminhos que escolhe e as formas estabelecidas para elaboração de suas obras acadêmicas, tanto as que foram publicadas como aquelas que jamais viram a luz do dia.

Filho mais velho⁹ do desembargador Ernesto José Baptista (1873-1965) e de Raymunda Nonato de Carvalho Baptista (1885-1942), nasceu em 4 de agosto de 1920 na cidade de Teresina no estado do Piauí. Seu pai teve ainda outros três filhos, sendo eles Raimunda de Carvalho Baptista, nascida em 1911 em Uruçuí, Júlia de Moura Baptista e Raimundo Barbosa de Carvalho Baptista (1922-2020), este último também tendo seguido a carreira jurídica, se tornado desembargador no estado do Piauí, bem como exercido a função de presidente do Tribunal de Justiça do mesmo estado. Quanto as irmãs mais velhas de João Gabriel Baptista, não dispomos de mais informações além da data de nascimento e àquelas apresentadas no capítulo anterior. A foto 1 registra a família de Ernesto José Baptista (1873-1965) na década de 1950.

9. Referimo-nos a João Gabriel Baptista enquanto “filho mais velho” por se tratar do primeiro filho homem de Ernesto José Baptista (1873-1965), bem como considerando a relevância disto quanto ao nome a ser atribuído ao filho de maior idade, sendo este o nome de seu avô e assim sucessivamente conforme indicado anteriormente



Foto 1 – Família de Ernesto José Baptista (1873-1965) no ano de 1952

Os adultos em pé atrás da direita para esquerda: Maria Jesus de Carvalho Baptista (1927-2013), esposa de João Gabriel Baptista (1920-2010), Júlia de Moura Baptista, Raimunda de Carvalho Baptista, Joaquina (filha adotiva do desembargador Ernesto José Baptista), irmãs de João Gabriel Baptista (1920-2010), Magnólia Maria do Monte Furtado (1926-2020), esposa de Raimundo Barbosa de Carvalho Baptista (1922-2020). Sentado na direita está João Gabriel Baptista (1920-2010), no centro seu pai, Ernesto José Baptista (1873-1965) e na esquerda seu irmão Raimundo Barbosa de Carvalho Baptista (1922-2020).

Fonte: Acervo da família, 2023.

Deste modo, no caso da foto 1, representando a família paterna de João Gabriel Baptista, não apenas a enquadra como pertencente a certa camada social de elite e abastada no Piauí, conforme indicado previamente pelas relações estabelecidas por seu bisavô, avô e pai, mas permite ainda uma série de indagações que se fazem presentes e se tornam motivo de nossa atenção para compreensão da dinâmica familiar e do próprio imaginário social que permeava a época e, possivelmente, influenciava estes indivíduos, reverberando na forma e intencionalidades aparentes no registro visual em questão.

Assim, destaca-se em um primeiro momento o posicionamento do masculino e feminino na foto em questão, isto é, a centralidade dada aos homens da família, sendo estes Raimundo Barbosa de Carvalho Baptista (1922-2020), João Gabriel Baptista (1920-2010) e Ernesto José Baptista

(1873-1965), sentados à frente ocupando posições centrais em detrimento das mulheres que se posicionam atrás, ocupando um papel mais submisso na ocasião, especialmente as esposas dos dois filhos de Ernesto José Baptista (1873-1965) dispostas atrás de seus respectivos maridos, mantendo ainda certo distanciamento.

Pode-se inferir, a partir disto, possivelmente, como o imaginário social desta família permanecia marcado pelas relações historicamente constituídas no Brasil pelo patriarcado e o poder estabelecido pelo masculino em detrimento do feminino, reforçando a

[...] ideia de submissão de todos (parentes e/ou dependentes) que estivessem sob o poder do *pater familias*. Na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana [...] (SCOTT, 2013, p. 9).

Mesmo que no século XX, especialmente na segunda metade, contexto de produção desta fotografia, estes aspectos passem a ser questionados e as mulheres passem a assumir novos papéis sociais, ainda permanece de modo significativo uma vinculação do espaço doméstico ao feminino enquanto ao masculino caberia o espaço público, bem como o dever de prover à família (SCOTT, 2013).

Neste sentido, conforme Mauad e Ramos (2017), o diálogo com outros documentos e tipos de fontes para a produção de análises de fotografias faz-se pertinente, haja visto que a partir da produção literária de João Gabriel Baptista deste período, ou seja, anos 1940 e 1950, bem como as entrevistas realizadas com seus filhos, é possível diferenciar o tratamento dado por este à sua esposa e às suas filhas, tendo sido a primeira incentivada a não trabalhar, permanecer em casa e cuidar da família, enquanto às últimas se orientou o estudo até a universidade e, posteriormente, a empregos que pudessem sustentá-las.

Desta forma, no caso da família de João Gabriel Baptista, o papel assumido por sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista, relaciona-se com as transformações ocorridas para o feminino e masculino neste momento, ainda que se mantivesse “[...] a mesma hierarquia com relação aos papéis

masculinos e femininos, com o homem à cabeça da casa e da família e a mulher como subalterna e dependente” (SCOTT, 2013, p. 10).

Constituíam-se ainda com a fotografia uma forma de produzir uma imagem de si para o Outro, no caso, como a sociedade deveria perceber estes indivíduos, sendo importante neste contexto de delinear a aparência de uma família respeitável, haja visto transitar por espaços de poder e por redes de sociabilidades das elites piauienses neste momento, trajando, portanto, vestimentas que fossem adequadas para esta representação de si, considerando que, especialmente no caso feminino, “[...] as roupas eram fontes de comentários [...]” (CARDOSO, 2010, p. 199).

Neste sentido, o ato de se deixar fotografar podia se tornar uma performance, um modo de construir uma representação de si e, especialmente, no caso dos homens, de performar não apenas uma masculinidade, mas também legitimar o lugar social que ocupavam no momento do registro visual (SANT’ANNA-MULLER; RIFFEL, 2012). Quanto às mulheres na fotografia, há possibilidades de se sugerir uma preocupação também performática de se constituir uma representação de mulheres de família, considerando-se o uso de roupas que não se configuravam enquanto sensuais ou mesmo ousadas, atendo-se as representações produzidas neste contexto pelas revistas femininas acerca dos papéis destinados a homens e mulheres (PINSKY, 2004).

Por fim, outro aspecto pertinente às relações estabelecidas pelas questões de gênero nesta fotografia em particular refere-se a própria forma como a intimidade entre casais aparece representada, isto é, de certo modo, a negação a esta por parte dos casais presentes no documento visual. Não é à toa, então, que as esposas aparecem próximas a seus maridos, muito menos que se posicionem atrás destes e mantendo pouco ou nenhum contato, tratando-se, possivelmente, de um posicionamento intencional para o registro, representando a submissão feminina ao masculino, bem como a norma social legitimada pelo imaginário da época que implicava uma separação dos corpos. Assim, “[...] antigas fotografias confirmam a fria exterioridade e pudor nas relações. Homens e mulheres jamais estão próximos. Não há sinal de intimidade. O decoro exigia a separação dos corpos. A discrição era a norma [...]” (DEL PRIORE, 2006, p. 175).

Quanto a vida pessoal de João Gabriel Baptista, temos poucas informações sobre esta até o momento em que retorna ao território piauiense após finalizar o curso de engenharia civil na Escola Politécnica da Bahia na cidade de Salvador ainda nos anos 1940, limitando-se basicamente às

escolas onde concluiu o primário e o secundário¹⁰. Deste modo, a partir de seu currículo, elaborado pelo próprio sujeito, sabemos que estudou no Grupo Escolar Antonino Freire¹¹ finalizando seus estudos primários em 1931, alguns anos depois, em 1937, encerrava-se a primeira parte do ensino

10. Sabemos também, por meio de entrevista concedida ao professor Francisco de Assis Velloso Filho, que João Gabriel Baptista viveu sua infância em Teresina, tendo residido na Rua Bela, atual Rua Senador Teodoro Pacheco (TITO FILHO, 1986), no centro da cidade.

11. Segundo Vidal (2006), os Grupos Escolares surgem no início do período republicano, tendo sido instalados em diversos estados brasileiros por meio de leis estaduais específicas, sendo os primeiros a surgir em São Paulo e Rio de Janeiro no texto da lei em 1893 e instalados respectivamente em 1894 e 1897, em um contexto no qual se buscava organizar e homogeneizar a cultura escolar no Brasil. Outros estados também implementariam essa nova modalidade de organização do sistema escolar no decorrer dos anos e, no caso do Piauí, os grupos escolares seriam implementados a partir de 1922. Deste modo, estes grupos concentravam em uma mesma localidade as antigas escolas primárias que agora encontravam-se estruturadas por meio das séries escolares em compatibilidade com a idade dos alunos, sendo finalizado mediante realização e aprovação em uma prova ao término da série. Assim, “[...] o ensino seriado e seqüencial substituiu as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade única do professor, e era regulado pela introdução da figura do diretor, oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional pública” (VIDAL, 2006, p. 3). Os Grupos Escolares, no entanto, chegaram ao fim no início dos anos 1970 com a implementação da lei de nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 que os extinguiu (VIDAL, 2006). No caso piauiense, no início dos anos 1930, período no qual João Gabriel Baptista cursou o primário, os Grupos Escolares de maior destaque na cidade de Teresina eram o Grupo Escolar Epitácio Pessoa, Barão de Gurgueia, Demóstenes Avelino, Matias Olímpio, José Lopes e Antonino Freire (FARIAS, 2013), devendo-se indicar ainda que sua implementação na conjuntura dos anos 1930 e 1940 esteve atrelada a uma estratégia empregada pelo governo Vargas de modernização e disciplinarização dos corpos e sujeitos, tendo sido um “[...] projeto que daria maior visibilidade à concretização dos ideais educacionais da República, capaz de provocar mudança de mentalidade [...]” (MELO, 2009, p. 47). Não obstante isto, a própria inauguração destas instituições, à medida que esse sistema foi ampliado pelo interior do Piauí, constituiu-se enquanto estratégia utilizada pelo Estado para edificação de uma memória de valorização da nação, interpelando os indivíduos para um sentimento de pertencimento e, desta forma, de identidade nacional, por meio de realização destes eventos por meio de comemorações e em datas específicas com significados relacionados a uma suposta nacionalidade brasileira (MELO, 2009; AGUIAR JÚNIOR, 2014). Não sabemos, no entanto, os motivos que teriam levado a família de João Gabriel Baptista à escolha do Grupo Escolar Antonino Freire especificamente para que o sujeito em tela realizasse o ensino primário, contudo, é possível fazer certas inferências acerca de como, posteriormente, sua inserção neste sistema de ensino e, principalmente, a interpelação em torno de uma certa identidade nacional desde sua infância até o início da vida adulta, influenciou em seu imaginário até o início dos anos 1940 por meio de seu manual de escotismo. Este último, redigido por João Gabriel Baptista durante o período em que viveu no Rio de Janeiro e teve a oportunidade de ser um escoteiro, não apenas traz informações sobre o “ser” escoteiro, mas terminou sendo um de poucos textos de cunho autobiográfico do autor, tendo registrado parte de seu imaginário na época em que tinha entre 17 e 20 anos, tratando, em diversos trechos, acerca de suas perspectivas sobre questões referentes à construção desta identidade nacional brasileira, pouco tempo antes de ingressar no curso de Engenharia Civil na Bahia.

secundário, isto é, o ensino fundamental¹² no Colégio Diocesano São Francisco de Sales. De acordo com Queiroz (2008), o Colégio Diocesano São Francisco de Sales foi fundado no início do século XX, especificamente no ano de 1906, em um contexto marcado por querelas políticas e religiosas na cidade de Teresina. Tratava-se de uma instituição escolar gerida nesta época principalmente por religiosos, tendo boa parte do corpo docente formado por estes últimos, além de se tratar de uma escola de caráter masculino que aceitava matrícula para internato, discentes semi-internos e externos.

Não obstante isto, ofertava o ensino primário e secundário, bem como preparatório para ingresso nos cursos de nível superior que existiam naquele contexto no Brasil. Cabe indicar ainda que, na segunda metade do século XIX, o Liceu Piauiense era a principal instituição a ofertar no Piauí o ensino secundário. Por sua vez, no período que marca as décadas iniciais da República, outras instituições passam a oferecer a instrução secundária em Teresina, assim como há a possibilidade de aulas com professores particulares. Deste modo, não é surpresa que João Gabriel Baptista tenha estudado em uma escola de caráter particular neste momento, haja visto que

[...] não há evidência de que o ensino ministrado no Liceu fosse de melhor qualidade que o de algumas escolas particulares, cujo corpo docente era tão bem qualificado quanto o seu. As elites locais também colocavam os filhos em colégios particulares como o Ateneu e o Diocesano (QUEIROZ, 2008, p. 23).

Assim, estando inserido nestas redes de sociabilidades destinados aos grupos que, supostamente, detinham poder econômico e político, considerando a atuação de sua família no Piauí, o pai de João Gabriel Baptista também o matriculou no colégio Diocesano para a realização do ensino fundamental.

Pouco tempo depois de encerrar o primeiro ciclo do ensino secundário, o fundamental, muda-se para o Rio de Janeiro, onde conclui o secundário complementar no Colégio Universitário em 1941. Quanto aos seus estudos no Rio de Janeiro e os porquês em torno disto, algumas possibilidades nos parecem mais prováveis de terem se sucedido. Segundo Queiroz (2008), era comum neste momento, isto é, no início do século XX, entre os filhos das

12. Refere-se a divisão estabelecida pela Reforma de Francisco Campos em 1931 por meio do Decreto nº 19.890 de 18 de abril acerca do ensino secundário, transformando-o em dois, fundamental e o complementar, tendo o primeiro durado aproximadamente 5 anos e o segundo 2 anos, juntamente com o exame admissional (ROCHA, CUNHA JÚNIOR, 2022).

elites locais em Teresina,

[...] a emigração dos estudantes para os centros onde estavam instaladas as faculdades, no sentido de terem acesso aos conteúdos prováveis dos exames de admissão [...] Nesse momento, a influência exclusiva do Recife e do Rio de Janeiro já começava a ser abalada pelo fato da maior descentralização do ensino superior e, no caso dos cursos de Direito, parte dos estudantes piauienses, seguiam agora para Belém e para Fortaleza, cujos cursos haviam sido instalados em 1902 e 1903 respectivamente (QUEIROZ, 2008, p. 80-81).

Deste modo, ainda que não tenhamos documentos que permitam afirmar com certeza, em algum momento durante a realização do ensino fundamental no Colégio Diocesano, João Gabriel Baptista optou pela realização do curso de Engenharia, seja por escolha própria ou influência da família.

Considerando que este curso não existia no Piauí em fins dos anos 1930, haja visto que naquele momento havia apenas uma única faculdade em território piauiense, a Faculdade de Direito fundada alguns anos antes em 1931 (MELO, 2006), bem como a prática comum dos filhos das elites piauienses desde a segunda metade do século XIX de se bacharelarem em outras províncias, posteriormente estados, não é nenhuma surpresa que João Gabriel Baptista destine-se nesta época ao Rio de Janeiro com o objetivo de finalizar o ensino secundário, encerrando o secundário complementar, e, simultaneamente, preparando-se para o exame de admissão na faculdade que almejava cursar.

A escolha pelo curso de Engenharia não ocorre à toa também, mas em consonância com os cursos que ainda detinham significativo prestígio social no início do período republicano, sendo estes Direito, Medicina e Engenharia, e que também possibilitavam certa ascensão social ou mesmo a inserção no aparato burocrático do Estado (MELO, 2006), como foi o caso de seu pai, tios e avós, e o seu próprio ao regressar ao Piauí após a conclusão do curso na segunda metade dos anos 1940.

Neste sentido, a opção por estudar no Colégio Universitário também não foi arbitrária, mas considerando que esta instituição, no ano em que João Gabriel Baptista finalizou a primeira parte do ensino secundário, o fundamental, isto é, em 1937, por meio da lei nº 452, de 5 de julho, foi incorporada enquanto complementar à Universidade do Brasil, esta última criada pela mesma lei ao tempo em que era a antiga Universidade do Rio de Janeiro institucionalizada em 1920 e que se torna a atual Universidade

Federal do Rio de Janeiro em 1965 (FÁVERO, 2010), tendo por objetivo o ensino secundário complementar.

Considerando ainda, conforme a lei nº 452 de 5 de julho de 1937, a existência da Escola Nacional de Engenharia na composição na Universidade do Brasil, parece-nos que a escolha em particular pelo Colégio Universitário indicava o desejo de realizar seus estudos superiores na área de Engenharia nesta última universidade, portanto a escolha de finalizar o secundário nesta instituição. Não obstante isto, tendo em conta a edição de 19 de fevereiro de 1940 do periódico carioca “A Noite”, temos ciência que não apenas as matrículas no Colégio Universitário eram limitadas, como bastante concorridas, haja visto a procura significativa neste ano em questão com 300 matrículas em apenas 3 dias e com as vagas limitando-se a 1500.

Este último fato indica-nos que, assim como a opção por estudar no Colégio Diocesano, a possibilidade de finalizar o secundário no Rio de Janeiro, especificamente no Colégio Universitário, não era algo de fácil acesso a todos, limitando-se a sujeitos pertencentes a determinados grupos que detivessem prestígio político, mas também condições econômicas para a manutenção dos filhos em outros estados para a conclusão de seus estudos, como foi o caso de João Gabriel Baptista. Além disso, cabe indicar que existiram outros Colégios Universitários nesta época em outros estados vinculados a universidades locais, como no caso da Universidade de São Paulo (USP), que tinha por objetivo atender

[...] melhor às exigências da universidade, porque trazia em seu currículo diversas seções com currículos próprios, de acordo com as necessidades de cada uma das escolas universitárias. Sua implantação traria como vantagens imediatas a possibilidade de reduzir o demasiadamente largo currículo da escola secundária e de promover modificações na natureza das disciplinas que a integram (BONTEMPI JR., 2006, p. 149).

Assim, o Colégio Universitário do Rio de Janeiro assumia função similar e por este motivo teria sido escolhido por João Gabriel Baptista para a conclusão de seus estudos secundários e para o preparo para o ingresso na faculdade. Sobre esta conjuntura o periódico piauiense “MEIO NORTE” na edição de 13 de agosto de 2001 em uma publicação acerca de sua trajetória de vida publicou o seguinte:

A vida escolar dele foi absolutamente normal. Aos sete anos entrou na escola e

fez o primário no Grupo Escolar Firmino Pires, que já nem existe mais. O ginásio foi feito no Diocesano. Terminada esta fase, os tempos da ditadura Vargas e do ministro Gustavo Capanema (Educação) o fizeram ir para o Rio de Janeiro, pois precisava fazer o curso pré-técnico, que o prepararia para ingressar na faculdade de Engenharia. Fez o curso num colégio na Praia Vermelha. Como foi para o Rio com menos de 18 anos, serviu lá o Exército¹³, na Companhia de Artilharia de Dorso de Cascadura. Não ganhava nada para servir à pátria, mas aprendeu a manejar um canhão 75 Scheinoder e saiu de lá como cabo apon-tador, o militar responsável pela pontaria para acertar um alvo. O desejo era estudar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas duas boas razões o fizeram prestar vestibular em Salvador. A primeira é que ele estaria mais próximo de casa e a segunda, ainda mais pragmática, era a baixa concorrência. Enquanto no Rio havia mais de cinco mil candidatos para as 100 vagas, na Bahia eram 100 alunos para 100 vagas (BARROS, 2001, p. 6).

Embora o recorte de jornal apresente algumas divergências quanto aos locais de estudo de João Gabriel Baptista (1920-2010), mais especificamente onde teria realizado o ensino primário e o preparo para o vestibular, o que mais nos interessa neste documento trata-se dos motivos apresentados pelo sujeito quanto a escolha de cursar engenharia na Bahia, apresentados ao conceder entrevista ao jornal neste momento. Dentre os dois motivos que marcaram a memória do sujeito ou que foram ressignificados no decorrer do tempo estavam a necessidade de permanecer próximo à família e, especialmente, a menor concorrência do curso na capital baiana.

Ainda assim, por ausência de fontes não sabemos, no entanto, se João Gabriel Baptista chegou a tentar o ingresso na Universidade do Brasil, tendo por algum motivo não conseguido adentrar no curso desejado e por esta razão optado por realizar o curso de Engenharia em Salvador, na Bahia, se este era seu planejamento desde o início, ou se esta alteração ocorreu em

13. De acordo com sua filha mais nova, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, no decorrer de sua vida, seu pai, ao comentar sobre este período, indicou que o motivo de não ter participado da Segunda Guerra Mundial ocorreu em função de na época que o Brasil ingressou no conflito o sujeito já encontrava-se cursando Engenharia Civil na Bahia. Sorte similar, no entanto, não foi compartilhada pelos colegas que serviram junto a João Gabriel Baptista (1920-2010) durante o tempo em que esteve no Rio de Janeiro, haja visto que, segundo sua filha, todos foram convocados para lutar na Europa. Segundo Schwarcz e Starling (2020) o Brasil ingressa no conflito a partir de 1942, tanto por pressão externa como interna, pondo fim a neutralidade que o país assumira até o momento. Após a mudança de postura do país quanto à participação na guerra foram convocados nos estados brasileiros voluntários visando compor os quadros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), sendo que, no caso dos universitários poucos foram aqueles que participaram desta empreitada (SANTOS, 2006).

decorrência de algum problema financeiro por parte de sua família. Aprovado no curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica da Universidade da Bahia, desloca-se novamente de localidade e indo morar em Salvador (BA) para cursar o ensino superior.

Quanto às escolas politécnicas no Brasil, de acordo com Barbosa (2010), sua relevância remete-se diretamente à importância, necessidade e prestígio social construído historicamente sobre uma determinada área de atuação: a Engenharia. Tendo sido esta última implementada no Brasil de modo institucional no início do século XIX, no ano de 1810, fazendo parte das transformações que ocorreram no território que viria a se tornar o Brasil após a vinda da família real portuguesa em função da invasão da França de Napoleão Bonaparte.

Com o surgimento da Academia Real Militar, logo são criados cursos de caráter teórico voltado para as ciências, mas também de caráter prático, como a Engenharia, ainda que neste momento estes conhecimentos estivessem influenciados diretamente pelo pensamento lusitano e limitado a formação de militares. Pouco tempo depois, no ano de 1820, haja visto que a Academia Real Militar havia se tornado a primeira escola de Engenharia na América Portuguesa, e considerando a necessidade de formação de indivíduos levando em conta a nova conjuntura política que se descortinava até então, passa-se a aceitar que discentes de caráter civil frequentassem a Academia e se formassem em Engenharia (BARBOSA, 2010).

Após a independência do Brasil, esta instituição passa por diversas mudanças, no entanto segue sendo a única escola de Engenharia do recém-fundado país, instituindo a Engenharia Civil enquanto curso em 1842, em função do aumento da necessidade de profissionais formados na área para atenderem a demanda crescente de obras públicas no país, passando-se a se requerer que fosse instituído um curso de caráter exclusivo de Engenharia Civil (BARBOSA, 2010). Até o final do século XIX, a instituição passa por uma série de modificações, instalando-se o curso de Engenharia Civil e tendo o nome alterado para Escola Central. Assim,

Com a ascensão da Escola Central, as matrículas para o curso de Engenharia – principalmente a de especialidade civil – aceleraram na mesma razão em que a profissão se fazia cada vez mais necessária para tocar as obras públicas que os dirigentes imperiais consideravam mais importantes; neste momento as *ferrovias e reformas urbanas* (BARBOSA, 2010, p. 31).

Com a evidência de um curso cada vez mais pertinente para o Estado e sociedade civil, a profissão de engenheiro foi se prestigiando, tornando-se desejável pelas elites, e aqueles que se formavam nessas áreas passavam a integrar diretamente espaços de poder, influenciando diretamente nas esferas dirigentes do país (BARBOSA, 2010).

Esse cenário de alta demanda, interesses em torno da formação de novos quadros, bem como o prestígio social que agora revestia a profissão, fez com que nos anos 1870 a Escola Central se transformasse no primeiro modelo Politécnico do Brasil, alterando-se o currículo e regulamentos para atender a demanda do país e retirando-se o controle dos militares, tornando-se agora uma instituição civil. Após a criação desta escola no Rio de Janeiro, outras foram sendo criadas ao longo do país, podendo-se citar a de Minas Gerais ainda em 1876 e difundindo-se também o surgimento de outras escolas para especialidades em engenharia considerando as conjunturas e necessidades locais, a exemplo da Escola Agrícola da Bahia em 1877 responsável por formar engenheiros agrônomos (BARBOSA, 2010).

Ainda segundo o autor, duas décadas depois, em função de querelas políticas e disputas no interior da Escola Agrícola da Bahia, além de conflitos com as elites ligadas à grande lavoura do recôncavo baiano, foi criada a escola politécnica da Bahia no ano de 1897 em Salvador, capital baiana, tendo estado subordinado ao Instituto Politécnico da Bahia e ao governo estadual até os anos 1930, quando se tornou federal, e no início dos anos 1940 foi anexada a Universidade da Bahia (UBA) criada em 1946. A partir de sua criação, logrou certo realce no tecido social baiano, haja visto que os quadros que se formaram nesta instituição passaram a atuar diretamente em território baiano, ingressando na burocracia tanto em nível estadual como nacional, influenciando diretamente a sociedade civil e política.

Interessa-nos destacar ainda acerca da Escola Politécnica da Bahia visto que, segundo Barbosa (2010), esta instituição não apenas formava engenheiros civis com curso de duração de cinco anos, mas também engenheiros geógrafos com o curso durando três anos, considerando as especificidades do contexto baiano, sendo este aspecto relevante, assim como os demais supracitados, tendo em vista a atuação social de João Gabriel Baptista, mas também os motivos que o levaram a exercer também a carreira de geógrafo, tornando-se não apenas professor universitário, mas escritor de diversas obras na área sobre a geografia piauiense.

Mesmo que este último não tenha realizado o curso para se tornar engenheiro geógrafo, haja visto que o curso foi encerrado em 1927 (CÔRTEZ, 2020), e sim engenheiro civil, pode-se supor que algumas disciplinas referentes ao curso tenham permanecido ou sido incorporados à formação de engenheiro civil e, não obstante isto, seria possível inferir também, mediante o tempo em que transitou pelos espaços da Escola Politécnica da Bahia, que tenha tido os primeiros contatos profissionais com a área à medida que, possivelmente, professores da instituição que atuaram diretamente no curso de engenharia geográfica permaneceram na instituição. Não temos documentos, no entanto, que permitam afirmar estas últimas inferências.

Durante o tempo em que viveu em Salvador, no decorrer do curso de Engenharia Civil, é que tem sua primeira experiência de emprego, assumindo um papel social que, posteriormente ou já a partir deste momento, se configuraria enquanto uma de suas identidades até o fim de sua vida ou até o período em que desenvolve o mal de Alzheimer, isto é, assume o cargo de professor.

Sobre esta questão é preciso esclarecer, segundo Bauman (2005), que a identidade se refere a uma faceta problemática do sujeito, sendo moldada, (re) significada, (re) figurada, (re) construída, deslocada, modificada à medida que o indivíduo vivencia novas experiências, insere-se em novos grupos ou comunidades, encontra-se deslocado de seus locais de “origem”, destacando que a identidade apenas aparece enquanto um problema quando nos encontramos diante deste questionamento, isto é, quem “somos” ou, melhor dizendo, e considerando a fluidez da identidade em um mundo líquido, quem “estamos”?

Desta forma, é preciso o cuidado de não tomar os diferentes papéis sociais que assumimos ao longo de nossa trajetória, sejam eles profissionais, a exemplo da carreira de professor ou pessoais, como a paternidade, enquanto identidades do sujeito. De modo que o papel social apenas se configura enquanto uma identidade do indivíduo à medida que este estabelece algum vínculo socioafetivo de pertencimento com esta função. No caso de João Gabriel Baptista, conforme trabalharemos de modo mais aprofundado em capítulos posteriores, é possível perceber este sentimento de identificação principalmente com o papel de professor e, especialmente, de pesquisador, conforme a própria entrevista concedida pelo autor em fins dos anos 1980 ao jornal “O DIA”.

Assim, em 1945, atua enquanto professor de matemática no Colégio

São Salvador¹⁴ em Salvador (BA), pouco tempo antes de finalizar o seu curso. Quanto a atuação de João Gabriel Baptista neste colégio não dispomos de mais informações e fontes. Não sabemos, então, se a necessidade de atuar enquanto docente nesta instituição configurou-se enquanto uma conjuntura econômica, em decorrência de problemas financeiros que seu pai, o desembargador Ernesto José Baptista, responsável por sustentá-lo em Salvador (BA), estaria passando no momento, sendo pertinente, portanto, a garantia de outras fontes de renda ou se tratava de um desejo pessoal de João Gabriel Baptista em um momento que se encontrava próximo ao fim de seu curso de Engenheiro.

No ano seguinte, isto é, em 1946, finaliza o curso de Engenharia na Escola Politécnica da Bahia, diplomando-se na mesma época, conforme as fotos 2 e 3, regressando ao Piauí logo após isto.



Foto 2 – Frente do Diploma de Engenheiro Civil de João Gabriel Baptista

Fonte: Acervo da família, 2023.

14. Com o Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, também conhecido como a Reforma Capanema, o ensino secundário no Brasil foi novamente alterado, definindo-se que seria realizado em dois ciclos chamados ginásial e clássico e científico, o primeiro durando quatro anos e o segundo até 3 anos. A partir da lei as instituições de ensino secundário que ofertassem uma ou outra modalidade deveriam ter os nomes alterados para ginásio ou colégio. Deste modo, no caso da Bahia, existiam aproximadamente 11 colégios em 1945 de caráter estadual, confessional e particular, sendo o Colégio São Salvador pertencente a esta última categoria e localizado em Salvador, capital da Bahia (DICK, 2020).

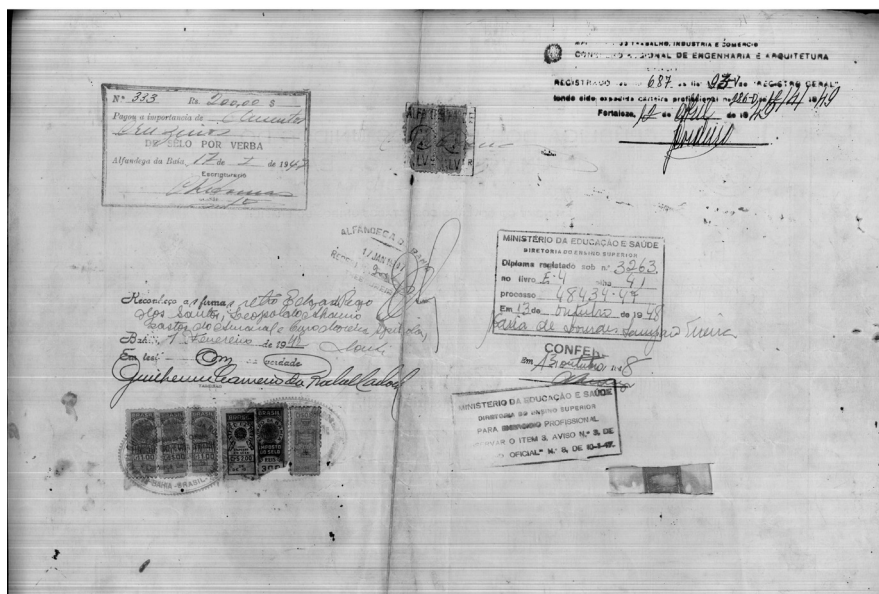


Foto 3 – Verso do Diploma de Engenheiro Civil de João Gabriel Baptista
Fonte: Acervo da família, 2023.

Sobre este contexto, ao conceder entrevista em 1989 rememorando o término do curso e seu retorno ao Piauí, o seguinte foi registrado pelo repórter que o entrevistou no periódico piauiense “O DIA” na edição de 21 de outubro de 1989:

Ao todo, são 46 anos dedicados à vida pública do Piauí, num currículo que mistura o giz, a prancheta, os mapas e a pena. João Gabriel Batista, para a sorte dos piauienses, atendeu a um pedido do pai e veio trabalhar no seu Estado natal, recusando convites de grandes empresas do Sudeste. Hoje seu trabalho faz parte da história documental do Piauí, e os seus livros são adotados em muitas universidades do país.

Engenheiro Civil formado pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, João Gabriel Batista, 69 anos, começou seus estudos em Teresina, cursando até o ginásio. Fez o científico no Rio de Janeiro e concluiu o curso superior em Salvador, em 1946.

Com 26 anos ele retornou ao Piauí, deixando para trás uma dezena de ofertas de empregos no Rio, Salvador e Belém – naquela época havia uma figura parecida com os atuais “homens de mala”, que percorriam os corredores das universidades, contratando os novos profissionais para grandes construtoras

do Sudeste e do Norte do país.

“Eu não aceitei por insistência do meu pai que me pediu para ficar no Piauí. Nós eramos dois filhos (o outro é o atual presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Raimundo Batista) e não vivíamos com a família. Eu disse que só ficava se conseguisse arrumar um emprego. Meu pai, Ernesto José Batista, que era presidente do Tribunal de Justiça do Estado, conseguiu uma vaga no Serviço Nacional de Malária (hoje SUCAM), como Engenheiro Chefe da Seção de Hidrografia”, conta.

Em 1950, voltou ao Rio de Janeiro, onde fez o curso de Engenheiro Sanitarista, quando passou a exercer o cargo de Engenheiro Fiscal de Obras do Nordeste do Serviço Nacional de Malária. Lá, ele permaneceu quase um ano, quando assumiu o cargo de Chefe de Divisão de Locomoção da Estrada de Ferro Central do Piauí – EFCP, que hoje faz parte da RFFSA e que compreendia o trecho entre Parnaíba e Piripiri.

Quatro anos depois, em 1954, ele passava a ser Secretário de Estado de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio, a convite do então governador, General Jacob Manoel Gayoso e Almendra. “Somente a Secretaria que assumi absorveu seis diretorias: obras públicas, agricultura, cooperativismo, junta comercial, bolsa de valores e industrial e comércio... Todo serviço público ficava a cargo de quatro Secretarias e o Estado era bem administrado”, - explica. Quando deixou o cargo de Secretário do Estado, Gabriel Batista fez concurso para professor catedrático do Colégio Zacarias de Góis - Liceu Piauiense - na cadeira de Geografia. Por lá lecionou geografia, matemática e física, até 71. Nesse período, ele já trabalhava como engenheiro no DER – Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (ele entrou em 1960 e saiu em 90). “Em 62, o professor Clemente Fortes da Faculdade de Filosofia do Piauí – FAFI, convidou-me para assumir a cadeira de Cartografia do curso de Geografia daquela faculdade. Fiquei na FAFI até 71, quando fui à disposição, sem ônus para o Estado, para a Universidade Federal do Piauí. Trabalhei no Liceu e na FUFPI até 82. Hoje sou professor titular do Departamento de Geografia e História do CCHL (Centro de Ciências Humanas e Letras)” (O DIA, 1989, p. 1).

Assim, ao retornar ao Piauí, logo denota-se, conforme indicado anteriormente, a importância e o prestígio social de sua família, notadamente de seu pai, o desembargador Ernesto José Baptista (1874-1965), que garante um emprego ao filho mais velho para que este voltasse ao território piauiense. Sobre este contexto, a edição de 13 de agosto de 2001 do periódico “MEIO NORTE” apresenta um pouco mais de informações, registrando o seguinte:

Em Teresina, Carlos Eugênio Porto o nomeou para o Serviço Nacional de Combate à Malária. Depois de ser engenheiro de obras, passou a chefiar o serviço de obras no Nordeste, já trabalhando no Serviço de Endemias Rurais, chefiado por Mário Pinotti. Assim, ele implantou redes de esgotos e de água em diversas cidades, como Pacoti, no Ceará e São Lourenço, em Pernambuco. Fazia poucas viagens por terra, já que as estradas eram – como ainda são hoje – de qualidade inferior. “Viajava num avião Condor”, revela. O aparelho era um hidroavião que pousava no rio Parnaíba, que anos depois seria objeto dos estudos do geógrafo. Convidado a dirigir toda a área de engenharia do Serviço de Endemias Rurais, ele declinou da proposta. “Já estava casado e com dois filhos e preferi não ir” (BARROS, 2001, p. 7).

De todo modo, a ação e influência de seu pai torna-se ainda mais pertinente ao considerarmos que o emprego conseguido não se tratava de algo referente apenas a nível estadual, mas sim um cargo num órgão federal e, não obstante isto, um cargo de chefia referente a sua área, especificamente Engenheiro Chefe da Seção de Hidrografia no Serviço Nacional de Malária (SNM)¹⁵ a partir de 1947.

15. Segundo Hochman, Mello e Santos (2002), a preocupação do poder público no Brasil com a malária intensifica-se a partir do início do século XX, momento em que a doença afetava de forma endêmica diversas regiões do país, da Amazônia à capital da República, e tornava-se motivo de preocupação de sanitaristas e médicos, a exemplo de Carlos Chagas, que denunciavam e alertavam a necessidade de se tomar ações de profilaxia. Paulatinamente foram sendo criadas instituições e mecanismos a um nível federal que possibilitaram à época o chamado “combate” a esta enfermidade, podendo-se citar inicialmente a criação do Serviço de Profilaxia Rural em 1919, no qual “[...] os estados poderiam receber recursos humanos, técnicos e financeiros por meio de acordos voluntários que transferiam aos serviços federais a responsabilidade direta no combate às endemias rurais [...]” (HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2002, p. 242), intensificando-se as ações do governo federal no tocante à saúde pública no restante do país. Entre os trabalhos realizados pelo Serviço de Profilaxia Rural pode-se enumerar as ações referentes a hidrografia sanitária, a exemplo da drenagem de pântanos, abertura de fossas, ações de saneamento básico, especificamente, além da distribuição de remédios para as principais enfermidades que acometiam os indivíduos nesta época, serviços ambulatoriais com atendimento médico, dentre outros. Duas décadas depois, ao término dos anos 1930, as ações de profilaxia à malária tiveram continuidade, ampliando-se e realçando uma região em particular, no caso o Nordeste, por meio de uma parceria entre o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), criado no decorrer dos anos 1930 pelo governo Vargas, e a Fundação Rockefeller, fundando-se, assim, o Serviço de Malária do Nordeste (SMNE), responsável por atuar especificamente nesta região em virtude da incidência da doença que se alastrava entre os estados desta, principalmente o Ceará. Quanto às ações adotadas pelo SMNE, focaram-se em erradicar o mosquito responsável pela transmissão do vetor, o *Anopheles gambiae*, por meio de intervenções nos locais focos de depósito de larvas, bem como pela difusão de veneno nas residências para o combate ao mosquito já desenvolvido após a fase larval e o cuidado com meios de transporte que estivessem, ainda que sem intenção, transportando o mosquito para outras regiões, como carros e embarcações (HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2002). Pouco tempo depois, em abril de 1941, é criado o Serviço Nacional de Malária (SNM), no qual

A partir de então João Gabriel Baptista, ainda que exercendo um cargo em um serviço federal, provavelmente, considerando o desejo de seu pai, Ernesto José Baptista (1873-1965), que retornasse ao Piauí, passa a atuar diretamente em território piauiense ou em estados vizinhos que fizessem divisa com o Piauí, especialmente em locais que estivessem acometidos ou em possibilidade de a malária grassar nestes espaços.

Não obstante isto, cabe indicar que se, três anos depois, em 1950, João Gabriel Baptista opta por realizar o curso de Engenheiro Sanitarista, isto também não decorre à toa, mas relacionado com a possibilidade de ascensão na carreira dentro do órgão federal, haja visto que as atividades do Serviço Nacional de Malária (SNM) eram “[...] dirigidos por sanitaristas que coordenavam e supervisionavam os trabalhos de técnicos de laboratório, engenheiros, topógrafos e equipes de trabalhadores” (HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2002, p. 250), o que resulta na execução do cargo de Engenheiro Fiscal de Obras do Nordeste do SNM logo em seguida, no qual permaneceu por um ano.

De acordo com Burger (2008), a engenharia sanitária se refere a uma especialidade que surge no decorrer do século XIX em um contexto que

João Gabriel Baptista (1920-2010) atuaria alguns anos depois em fins dos anos 1940. Quanto ao SNM, este teve por objetivo não apenas estruturar e coordenar as ações de profilaxia contra a malária, mas também de promover pesquisas sobre a enfermidade, focando-se em medidas de prevenção, especialmente no estágio de larvas, como a drenagem de locais potencialmente focos de transmissão, utilização de pesticidas contra o mosquito, inquirições sobre surtos epidêmicos, dentre outros, destacando-se então as ações da hidrografia sanitária e o emprego de medicamentos no caso de acometidos. Assim, “[...] estas atividades estavam a cargo dos serviços de campo, estruturados em circunscrições e distritos. Dirigidos por sanitaristas que coordenavam e supervisionavam os trabalhos de técnicos de laboratório, engenheiros, topógrafos e equipes de trabalhadores, os serviços de campo garantiam a presença do Estado nas regiões mais remotas do país, continuando um processo iniciado pelos serviços sanitários na década de 1910” (HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2002, p. 250). Quanto ao Piauí, Nery e Cardoso (2021) assinalam que a malária, conhecida no início do século XX como Paludismo ou Impaludismo, assim como em outras regiões do país, responsável por causar sintomas como febre alta, dor de cabeça, calafrios, tremores, náusea, vômitos, cansaço, falta de apetite, podendo evoluir de gravidade e ocasionar o óbito do enfermo, já estava presente em solo piauiense em momentos anteriores, sendo possível encontrar registros da enfermidade no século XIX por meio da presença de viajantes e naturalistas que tiveram o imaginário marcado por esta doença, dentre outras, após transitarem pelo interior piauiense. Na década de 1940, momento que nos interessa considerando a atuação de João Gabriel Baptista, as autoras destacam de que modo a doença tornava a provocar vítimas, indicando as ações de profilaxia tomadas pelo governo do estado como a criação do Centro de Saúde de Teresina em 1938, além da atuação de médicos particulares contra a doença. Por fim, no caso do SNM, ainda que tenha sido instituído em 1941, apenas em 1943 o governo federal por meio deste último serviço passa a atuar em conjunto ao governo do estado no Piauí promovendo diversas ações, como a dedetização de zonas urbanas ao longo do território estadual (NERY; CARDOSO, 2021).

a higiene pública e a preocupação em torno da salubridade dos espaços, principalmente em função da possibilidade de surgimento de enfermidades, torna-se debate central nos centros de poder e intelectuais, sendo, portanto, um ramo da engenharia que trata da construção de obras que levem em conta os preceitos necessários para uma vida saudável, bem como a edificação de espaços salubres que possibilitem não apenas a saúde individual, mas também a coletiva, evitando-se a proliferação de doenças ou surtos de enfermidades infectocontagiosas. Preocupava-se, então, com a construção de obras que levassem em conta ainda a topografia, a vegetação e a hidrografia local aliados ao conceito de higiene em voga no decorrer do século XIX e primeira metade do século XX.

Sendo assim, o papel dos engenheiros especialistas em engenharia sanitária, ou sanitaristas, consistia em assegurar com profissionalismo e competência a salubridade do meio e a ‘aprazibilidade’ em uma região adequada para um planejamento urbanístico que atenda às necessidades e exigências de uma sociedade em determinado tempo, espaço e lugar. Para engenheiros do século XX [...] essas exigências recaíam sobre a idéia de uma cidade que deveria ser moderna e funcional, enfatizando os princípios da racionalidade e funcionalidades latentes tanto nas obras de engenharia quanto nos projetos de arquitetura e paisagismo (BURGER, 2008, p. 40).

Quanto a João Gabriel Baptista, no período de atuação no SNM, o sujeito realiza o aperfeiçoamento para se tornar engenheiro sanitário, tendo em vista que havia sido criado no Brasil o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) responsável por realizar medidas de saneamento em regiões brasileiras consideradas de risco quanto ao aparecimento de enfermidades, bem como o de capacitar profissionais para operar na saúde pública, destacando-se médicos, enfermeiros e engenheiros, objetivando-se que pudessem atuar enquanto agentes sanitários.

Assim, é possível encontrar registros de engenheiros civis que realizaram esse aperfeiçoamento por meio do SESP para atuarem nesta área enquanto engenheiros sanitários (COSTA; COHEN; SOTERIO, 2018). No caso de João Gabriel Baptista, ainda que não especifique na entrevista e nem em seu currículo o local onde teria realizado o curso, não nos parece improvável que tenha sido por meio do SESP, considerando o contexto da época, a necessidade de deslocamento ao Rio de Janeiro para a realização dos estudos, e a própria atuação do sujeito em questão neste momento.

Em seguida, a partir de 1951, atua na Estrada de Ferro Central do Piauí (EFCP), criada em 1916, tendo feito parte do projeto de desenvolvimento pensado para o Piauí desde a segunda metade do século XIX, o qual, juntamente com a transferência da capital de Oeiras para Teresina, melhor aproveitamento das vias fluviais, particularmente o rio Parnaíba e construção de um porto marítimo no litoral, permitiria o “progresso” da província (QUEIROZ, 1998; GANDARA, 2010; REGO, 2010; VIEIRA, L., 2010; BAPTISTA, 2019).

A importância da construção de uma malha ferroviária, concretizada em parte apenas a partir do início do século XX, verificava-se pela possibilidade de escoamento da produção pecuária e do extrativismo vegetal do interior para o litoral, destinando esta última para outros estados e para outros países (QUEIROZ, 1998; GANDARA, 2010; REGO, 2010; VIEIRA, L., 2010; BAPTISTA, 2019).

Assim, segundo Vieira, L. (2010), após a construção do trecho inicial em 1916 entre Portinho e Cacimbão, os seguintes trechos foram inaugurados: Amarração, no litoral do Piauí, até Bom Princípio em 1922, Bom Princípio até Frexeiras em 1923, Frexeiras a Cocal em 1923, Cocal a Deserto em 1923, Deserto até Piracuruca ainda em 1923 e Piracuruca até Piripiri em 1937. Basicamente,

[...] as cidades servidas por linhas ferroviárias implantadas em território piauiense estavam situadas na região norte do Estado. Esse traçado ferroviário no Piauí deveu-se, sobretudo, à necessidade de encaminhar a produção interna do Estado ao porto marítimo em Amarração. Nesse período, o porto de Amarração era considerado o ancoradouro natural das mercadorias piauienses, fazendo parte das reivindicações dos comerciantes exportadores e importadores da região [...] (VIEIRA, L., 2010, p. 54).

Deste modo, alguns anos depois, na década de 1950, a ampliação da malha de Piripiri até Teresina encontrava-se atrasada por uma série de questões, dentre elas paralisações em sua construção, bem como a própria alteração no pensamento vigente que passava a dar preferência a rodovias e estradas carroçáveis desde fins dos anos 1920 em detrimento das ferrovias (VIEIRA, L., 2010).

É nesta conjuntura que João Gabriel Baptista atuou brevemente na EFCP enquanto engenheiro, em um momento que existiam três linhas férreas no Piauí, com apenas a EFCP sendo inteiramente piauiense ou situada

no território do estado do Piauí (VIEIRA, L., 2010). Neste contexto, atuou enquanto Chefe de Divisão de Locomoção da Estrada de Ferro Central do Piauí, cargo criado na década anterior por meio do Decreto-Lei nº 9.774, de 6 de setembro de 1946, tratando-se, provavelmente no Piauí, do setor responsável por conduzir as locomotivas, administrar as estações ferroviárias, as casas de telégrafo, dentre outras questões (LANNA, 2016).

Cabe destacar ainda que, no caso do trabalho na estrada de ferro, além da possibilidade de conhecer as localidades em que a malha encontrava-se instalada, é preciso destacar que na mesma época em que João Gabriel Baptista esteve à frente da Divisão de Locomoção da Estrada de Ferro Central do Piauí, o então Diretor era o também engenheiro civil Alberto Tavares Silva, tendo assumido o cargo de Direção da EFCP em 1951, permanecendo até 1953, quando se exonerou para concorrer à prefeitura de Parnaíba (PI) (FONTINELES, 2009; VIEIRA, L., 2010), período de tempo similar ao de João Gabriel Baptista, considerando que este também ingressa na EFCP em 1951, e em 1954 assume um cargo político no governo do estado.

Isto se torna relevante haja visto a possibilidade de construção de afetos ou pelo menos de diálogos entre os dois indivíduos, considerando o trabalho em cargos de chefia, bem como de que modo isso possa futuramente ter influenciado no favorecimento por parte do governo estadual de Alberto Silva no período de 1971 e 1975 a João Gabriel Baptista no sentido de ter sua obra publicada pelo Plano Editorial do Estado neste início dos anos 1970 (TÔRRES, 2010), questão esta a ser discutida no terceiro tópico deste capítulo quando estivermos tratando especificamente de sua produção intelectual e sua inserção nestas redes entre os anos 1950 e 1970 no Piauí.

Três anos depois, em 1954, João Gabriel Baptista compõe o governo de Jacob Manoel Gayoso e Almendra¹⁶, assumindo o cargo de Secretário de Estado de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio por meio de convite direto do próprio político. Dentre as ações realizadas em seu governo, pode-se citar a construção de “[...] estradas, pontes e muitos melhoramentos no setor rodoviário, como a criação do Departamento de Estradas e Rodagens (DER)” (GONÇALVES, 1997, p. 21), sendo impor-

16. De acordo com Gonçalves (1997), Gayoso e Almendra nasceu em 1899 e faleceu em 1976 em Teresina (PI), foi um militar e político brasileiro, exerceu diversas funções no decorrer de sua trajetória política no Piauí, dentre elas: chefe de polícia, deputado estadual, tendo sido presidente da Assembleia Legislativa estadual, secretário de estado da fazenda, deputado federal, além de ter sido eleito governador em 1954 e assumido o cargo entre janeiro de 1955 e janeiro de 1959.

tante a menção a este último haja visto tratar-se da instituição na qual João Gabriel Baptista passa a atuar enquanto engenheiro após sair do cargo de secretário do governo.

Cabe indicar ainda que não temos fontes para inferir sobre e de que modo João Gabriel Baptista se envolveu nas querelas políticas existentes nesse contexto para o governo do estado do Piauí, considerando que Gayoso e Almendra era filiado ao Partido Social Democrático (PSD) e a ruptura entre a coligação realizada pelo PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) pouco tempo após a vitória em 1954, tendo em vista o “[...] não cumprimento de acordos propostos durante a campanha de 1954 [...] além do tratamento desigual dado aos aliados *petebistas*, no que tange à distribuição dos cargos no governo [...]” (OLIVEIRA, 2020, p. 177-178).

Deste modo, com a coligação desfeita em 1956 e aproximação do PTB com a União Democrática Nacional (UDN) na mesma época, o governo de Gayoso e Almendra passa a sofrer oposição deste grupo político, culminando especificamente no processo eleitoral e sucessório ao governo do estado de 1958, com a vitória da coligação entre PTB e UDN em detrimento da coligação partidária na qual o PSD pleiteava novamente o poder executivo estadual (OLIVEIRA, 2020).

Após este momento, João Gabriel Baptista não assumiu outro cargo político de relevância, passando a focar sua atuação profissional principalmente na docência e na pesquisa à medida em que nos anos 1960 ingressa na FAFI e começa a publicar seus estudos na imprensa, em revistas e, posteriormente, em livros. Não sabemos se esta alteração em sua trajetória se deve alguma contenda política desta época em que pertenceu ao governo do PSD ou se teria sido apenas uma escolha pessoal.

Sabemos por meio de entrevista concedida a Francisco de Assis Veloso Filho¹⁷ em 2001, bem como através da edição de 13 de agosto de 2001 do jornal piauiense “MEIO NORTE”, que João Gabriel Baptista (1920-2010) durante a gestão de Gayoso e Almendra não apenas era filiado ao PSD como também foi convidado pelo político ao término do mandato para concorrer e tornar-se deputado estadual, tendo negado o convite realizado pelo então governador do Piauí.

Assim, “[...] ele respondeu que não, porque não era afeito à política. Se era pra servir ao Estado, preferiu servir como engenheiro [...]” (BARROS,

17. Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Piauí, bacharel em Geografia e Economia, hoje aposentado.

2001, p. 7). Não sabemos ao certo o motivo que teria levado João Gabriel Baptista (1920-2010) a não se interessar pela possibilidade de eleger-se a um mandato. No entanto, a razão publicada no periódico, decorrente da entrevista concedida pelo indivíduo no início dos anos 2000, assemelha-se àquela reproduzida a seus filhos ao longo das décadas, tratando-se, portanto, de uma percepção edificada pelo sujeito ao longo de sua vida e das experiências que acumulou nesta. Acerca desta questão em entrevista ao professor Veloso rememora o seguinte ao tratar sobre sua atuação e obras realizadas durante o governo de Gayoso e Almendra:

Eu conheci o Estado todo. Conheci o Estado todo quando eu fui Secretário do Estado. Eu fui Secretário de Obras Públicas, do governo Gayoso e Almendra. Comprei um jipe e saí pelo Piauí todo. Eu conheço todos os municípios do Piauí [...] Eu tenho vários grupos escolares construídos [...] Lá em Parnaguá é que eu construí um prédio para a prefeitura [...] Têm várias. Mas geralmente eu não construía. Eu chegava e contratava com o Prefeito. O Helvídio Nunes, por exemplo, era prefeito de Picos, naquela época. Estranhou até quando cheguei lá. Falou “Nós somos adversários políticos”. Ele era da UDN e eu do PSD. Eu respondi: “Eu quero conversar com o prefeito!” (BAPTISTA, 2001).

Deste modo, mais fontes são necessárias para poder indicar os motivos que levaram João Gabriel Baptista (1920-2010) a construir sua percepção sobre política partidária, contudo, por meio da lembrança supracitada pelo indivíduo, pode-se supor que, possivelmente, ter experienciado contendas ou disputas em função do cargo que assumira ou do partido ao qual era filiado, a exemplo desta rememorada em Picos no interior do Piauí, tenha influenciado de algum modo a escolha de ausentar-se da política partidária piauiense e o discurso construído posteriormente acerca dos porquês disto.

Em entrevistas realizadas com seus filhos, tanto a professora Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, como a professora Maria do Socorro Baptista Barbosa, confirmaram não apenas sua atuação como secretário, além do trabalho realizado nesta época, constando, basicamente, de realização e fiscalização de obras pelo estado, bem como em alguns casos de distribuição de recursos materiais no estado (BARBOSA, 2019; BAPTISTA, 2021), como citado por Gonçalves (1997), tratando-se de um dos aspectos do governo de Gayoso e Almendra, mas também rememoraram que o sujeito em questão, isto é, João Gabriel Baptista, detinha pouco ou nenhum interesse

na política partidária, esquivando-se desta ao longo de sua vida, ainda que fosse bem relacionado, conforme veremos no decorrer desta narrativa.

Considerando que ambas nasceram após ou durante a época em que foi secretário e, mesmo no caso dos filhos mais novos, ainda se tratavam de crianças com idade até 8 anos entre 1955 e 1959, pode-se supor que esse receio presente na memória das filhas de que João Gabriel Baptista tivesse quanto a política partidária tenha sido produzido a partir desta experiência política do sujeito nos anos 1950 em consonância com a própria trajetória pessoal das professoras, haja visto que a memória é (re) significada por meio de nossas vivências, bem como pelo lugar social que ocupamos à medida que a rememoramos (HALBWACHS, 2006; RICOUER, 2007).

Ao deixar o cargo em 1958, segue atuando enquanto engenheiro por meio do Departamento de Estradas e Rodagens (DER). Órgão criado no governo de Jacob Manoel Gayoso e Almendra nos anos 1950, o DER no Piauí foi responsável pela edificação e realização de obras referentes ao melhoramento da malha rodoviária no decorrer do território piauiense, tendo atuação significativa no início dos anos 1970, especialmente durante o governo de Alberto Silva com “[...] a abertura e pavimentação asfáltica das rodovias” (RABELO, 2008, p. 113), marcando o imaginário social da época, estando em conformidade com a conjuntura nacional que naquele momento favoreceu o transporte rodoviário contrariamente ao ferroviário, percebendo o primeiro enquanto necessário para o desenvolvimento e integração do país (FONTINELES, 2009).

No caso de João Gabriel Baptista, existem inúmeros registros fotográficos, realizados por este último, de localidades visitadas pelo sujeito durante o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 a serviço do DER, indicando sua atuação enquanto engenheiro pela instituição, na qual permanece até sua aposentadoria nas décadas finais do século XX.

O trabalho nestes espaços enquanto engenheiro tornam-se relevantes, portanto necessários para serem aqui mencionados, explicados, bem como para esta narrativa, considerando não apenas os estudos e aperfeiçoamentos realizados por João Gabriel Baptista para que pudesse atuar nestes cargos, mas, principalmente, as localidades que termina tendo a oportunidade de conhecer no decorrer de duas décadas atuando como engenheiro, seja nesta área voltada a sanitarismo, na realização de obras ferroviárias ou mesmo na fiscalização e realização de obras rodoviárias.

A foto 4 apresenta registro fotográfico realizado pelo próprio sujeito ao

longo de seu trabalho no DER, permitindo se ter uma ideia dos espaços em que João Gabriel Baptista transitou durante esta época.

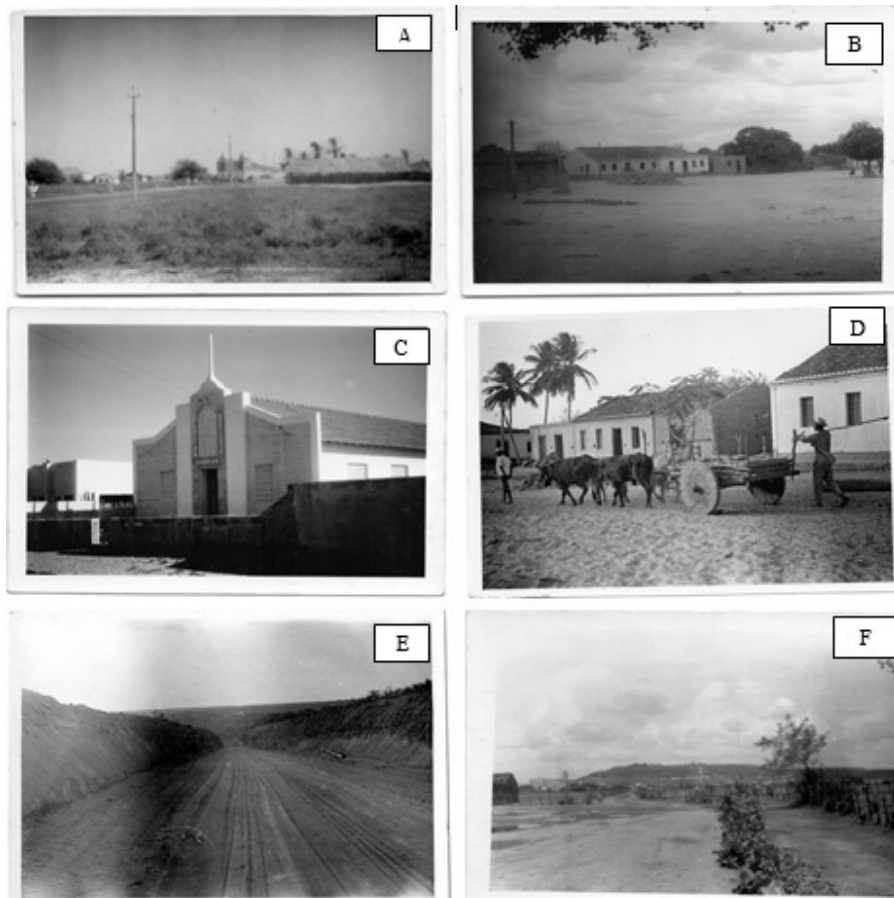


Foto 4 – Espaços piauienses de atuação de João Gabriel Baptista no DER

Foto 4A – Luís Correia (julho de 1968 – entroncamento para praia de Atalaia); Foto 4B – Eliseu Martins (setembro de 1969); Foto 4C – Parnaíba (julho de 1970); Foto 4D – Barreiras (agosto de 1970); Foto 4E – Canto do Buriti (agosto de 1970 – estrada em construção); Foto 4F – Picos (setembro de 1970 – acampamento do DER).

Fonte: Acervo da família, 2023.

Assim, o trabalho em áreas distintas da engenharia e do sistema burocrático estatal permitiu a João Gabriel Baptista que percorresse o estado do Piauí de norte a sul entre as décadas de 1950, 1960 e início dos anos 1970, possibilitando ao sujeito a elaboração de seu pensamento e de suas obras, tanto na área de geografia, quanto na de história, que, embora marcadas por intenso

estudo bibliográfico, denotam o conhecimento empírico do indivíduo acumulado por meio dos trabalhos de campo que realizou ao longo dos anos.

Não obstante, destaca-se ainda os trabalhos na área de engenharia na seção de hidrografia quando esteve no Serviço Nacional de Malária, referindo-se ao campo da ciência geográfica, sendo esta “[...] parte da geografia física [...]” (GUERRA; GUERRA, 2006, p. 337), responsável por estudar as águas do planeta ou os sistemas aquáticos e sua interação com os demais sistemas naturais responsáveis por manter o equilíbrio e a vida na Terra, bem como na área de topografia, ramo interdisciplinar, notadamente utilizado pela geografia, que trata sobre o estudo dos aspectos presentes na superfície de determinada localidade, isto é, “[...] é a arte de representar, em uma folha de papel, uma determinada área da superfície do globo terrestre com todos os pormenores naturais (paisagem física) e artificiais (paisagem cultural) que aí se encontram” (GUERRA; GUERRA, 2006, p. 613), tendo, possivelmente, trabalhado com esta área quando de seu ingresso no Departamento de Estradas e Rodagens (DER), haja visto a necessidade de conhecimento da superfície para a construção de rodovias. Além disso, cabe ainda reforçar o ingresso de João Gabriel Baptista, na mesma época, isto é, no início dos anos 1960, na Faculdade de Filosofia Católica do Piauí (FAFI) a convite do então professor Clemente Honório Parentes Fortes¹⁸, para ministrar a cadeira de Cartografia¹⁹ no curso de Geografia, conforme sua entrevista concedida ao jornal “O DIA” em 1989, assumindo posteriormente outras disciplinas do curso, como Geografia do Brasil ou Prática de Pesquisa de Campo²⁰ (BAPTISTA, 2021). Ainda sobre este contexto, em entrevista ao professor Francisco de Assis Veloso Filho no começo dos anos 2000 rememorou o seguinte:

18. Clemente Honório Parentes Fortes, segundo Melo (2006), bacharelou-se em Direito na primeira turma da Faculdade de Direito do Piauí ainda em 1935, tendo feito parte nos anos 1960 da Sociedade Piauiense de Cultura, responsável por idealizar a FAFI. Com a fundação da faculdade em 1958, Clemente Honório Parentes Fortes assumiu a função de professor e cargo de diretor, permanecendo neste último entre o ano de fundação até 1964, quando deixou o cargo e este foi assumido pelo Padre Raimundo José Airemoraís.

19. Segundo sua filha, a professora Elisabeth Mary de Carvalho Baptista (1964-), João Gabriel Baptista comentava que teve os primeiros contatos com a Geografia por meio da Cartografia durante o curso de Engenharia Civil, tendo iniciado seus estudos interdisciplinares a partir desta área (BAPTISTA, 2021).

20. Para maiores informações sobre a história do Curso de Geografia e as transformações ocorridas no currículo deste, ver Silva (2015). Não conseguimos documentação que indicasse de que modo João Gabriel Baptista contribuiu nas várias alterações das disciplinas durante o período em que esteve ativo no curso.

“[...] na FAFI fui convidado pelo Diretor, o Dr. Clemente Fortes. Ele precisava de um professor de Cartografia, ele mandou meu nome para o Rio, o Rio aprovou, ele me nomeou [...] Fui professor universitário da Faculdade de Filosofia. O prof. Clemente Fortes, que era presidente da faculdade, tinha sido meu professor no Diocesano e ele precisava de um professor de Cartografia para o curso de Geografia. Eu tinha feito o concurso do Liceu e ele perguntou se eu entendia de Cartografia. Aí ele disse: “Pois então vou mandar o seu nome para o Rio, para o Ministério de Educação e Cultura”. O Ministério aprovou e ele me nomeou na Faculdade Católica. Depois foi fundada a universidade aqui, a Universidade Federal do Piauí, que aproveitou os professores da Faculdade de Filosofia que tivessem curso superior. Eu era engenheiro, eles me aproveitaram como professor de Cartografia da Universidade Federal do Piauí (BAPTISTA, 2001).

A lembrança em destaque permite refletir acerca da pertinência das construções de afetos entre os sujeitos que compunham estas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1998), indicando-se que, possivelmente, o convite realizado pelo professor Clemente Fortes não se tratava apenas de um reconhecimento quanto aos espaços que João Gabriel Baptista (1920-2010), à época, no início de sua carreira intelectual, começava a transitar, mas, provavelmente, a uma relação afetiva edificada por ambos ainda durante o tempo em que mantiveram a relação discente e docente durante os estudos deste último no colégio Diocesano localizado no centro de Teresina.

Cabe indicar ainda que quanto a atuação e participação neste cenário intelectual, aspecto que, possivelmente, também influenciou no convite realizado pelo professor Clemente Fortes, João Gabriel Baptista (1920-2010), em entrevista ao professor Francisco de Assis Veloso Filho, destacou o diálogo com o professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana²¹ e os artigos que publicou no periódico “Econômica Piauiense”, tendo este sido coordenado por este último e circulado entre os anos de 1957 e 1960, poucos anos antes de João Gabriel Baptista (1920-2010) ingressar na FAFI.

Deste modo, se João Gabriel Baptista, a partir dos anos 1960, inicia suas pesquisas e publicações na área de Geografia, especialmente de Ge-

21. Bacharel em Direito formado no Ceará em fins dos anos 1940, nasceu em 1926 e faleceu em 2018. Era originário de Campo Maior (PI), tendo sido professor, escritor e político. No Piauí, foi professor da Universidade Federal do Piauí, prefeito de Campo Maior, Secretário de Planejamento do Estado, membro do Conselho Estadual de Cultura, além de membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Autor de diversas obras, especialmente sobre Economia e História do Piauí (GONÇALVES, 1997).

ografia Física, conforme percebemos por meio da seção “De quando em quando” do jornal “Folha do Nordeste”, das centenas de verbetes publicados no periódico “O DIA”, bem como as obras de Geografia publicadas e não publicadas, isto não decorre ao acaso, mas relacionado ao lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado por João Gabriel Baptista naquele momento, ou seja, tanto de professor universitário como, possivelmente, de sujeito que aspirava se inserir nas redes de sociabilidades intelectuais assim como seu pai, tios e avô em momentos anteriores entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX.

Produzir estes estudos, então, publicá-los, possivelmente se tratou de uma forma encontrada pelo sujeito não apenas de preencher lacunas existentes nos estudos de Geografia do estado, naquele momento escassos, mas também, provavelmente, de constituir material de estudo e pesquisa para que pudesse utilizar em sala de aula, especialmente em disciplinas relacionadas à geografia do estado.

Sua intervenção no campo torna-se pertinente, então, por se tratar do primeiro estudioso da área de Geografia no Piauí, ainda que sem formação específica e de forma autodidata, a constituir uma produção significativa do interior de um espaço acadêmico e institucional de produção, bem como de maneira sistemática e, além disso, participando da formação de professores que, posteriormente, viriam a realizar mestrado e doutorado em Geografia, ou mesmo auxiliando diretamente nas pesquisas de colegas professores que seguiram na carreira acadêmica e tiveram atuação no espaço da graduação e pós-graduação em Geografia no Piauí.

Assim, para o próximo tópico, escolhemos discutir especificamente sua atuação enquanto professor e as relações estabelecidas entre o sujeito e a profissão, considerando principalmente que o ambiente da docência não se trata apenas de um local profissional, mas um espaço de construção de subjetividades, afetos e desafetos (SIRINELLI, 1998), e no caso de João Gabriel Baptista, assim como de toda e qualquer pessoa, por se tratar de um sujeito múltiplo, com interfaces distintas, identidades e práticas contraditórias, que marcaram sua existência, mas também permitiu que reconhecesse sua singularidade enquanto ser humano, cabe a discussão no sentido de compreender que todo esse quebra-cabeça que jamais poderá ser preenchido (BAUMAN, 2005) por completo é o que define a vida de um indivíduo, interessando-nos para a elaboração de uma proposta de escrita biográfica.

2.2 O Professor João Gabriel Baptista entre o espaço universitário e o medo da ditadura no Piauí

“Ele tinha sete filhos pra criar”
(BARBOSA, 2019)

Ao ser questionado em entrevista se havia sido aluno de João Gabriel Baptista, Fernando Luís de Carvalho Baptista (1956-) rememora uma lembrança que marcara sua memória no tocante as experiências que teve com o seu pai, este na condição de professor, durante a época em que estudou no Liceu Piauiense²², conforme pode-se observar no trecho a seguir:

22. Segundo Vasconcelos (2007), o Liceu Piauiense, enquanto instituição destinada a ofertar o ensino secundário no Piauí, tem origem em meados do século XIX, quando, pouco tempo após assumir o cargo de presidente nesta província, Zacarias de Góis e Vasconcelos propõe-se a normatizar o ensino primário e secundário piauiense, instituindo por meio de lei em 1845 a fundação do Liceu. Este, por sua vez, teve seu funcionamento inicial na então capital piauiense Oeiras, permanecendo nesta até 1852 quando foi transferido para a nova capital, Teresina. No decorrer de sua história sofreu diversas alterações, tanto estruturais como também no próprio nome da instituição, tendo sido denominado “[...] Liceu Provincial, Ginásio Oficial do Piauí, Colégio Estadual do Piauí e finalmente Colégio Estadual ‘Zacarias de Góis’, no entanto, permanece na memória de todos como Liceu” (VASCONCELOS, 2007, p. 14). Não obstante isto, a instituição por diversas vezes teve o endereço modificado entre a segunda metade do século XIX e décadas iniciais do século XX, tendo sido instalado na praça na qual encontra-se na contemporaneidade, isto é, a praça Landri Sales, durante os anos 1930, na época do Estado Novo. Ainda de acordo com Queiroz (2008), até fins do século XIX o Liceu Piauiense se tratou da única instituição piauiense que ofertava o ensino secundário, com esse quadro se modificando à medida que eram criadas instituições privadas de caráter similar, não havendo muitas diferenças acerca da qualidade do ensino ministrado no Liceu e nestas outras. Quanto às disciplinas ofertadas, estas se modificaram de acordo com o período discutido, notadamente buscando atender as exigências das legislações de cada época, bem como para o ingresso no ensino superior. No que se refere aos docentes, por sua vez, em fins do século XIX, suas formações vinculavam-se, principalmente, ao campo do Direito, havendo ainda médicos, engenheiros e farmacêuticos que também atuaram enquanto professores na instituição (QUEIROZ, 2008). Tratava-se de um momento que a ocupação na docência servia como meio de garantir prestígio social, ao tempo em que aqueles que a praticavam não destinavam a totalidade de seu tempo para esta finalidade, além de que também não possuíam formação específica destinada ao ensino (HENRIQUES, 2012), haja visto que apenas no século XX a possibilidade de ter essa formação descortina-se no Brasil com a criação dos cursos de licenciatura (TANURI, 2000) e, no Piauí, somente no início da segunda metade dos novecentos com o surgimento da FAFI que buscava “[...] atender às necessidades do Estado em torno do ensino e qualificar pessoal para atuar em torno das várias disciplinas dentro do ensino secundário do Estado” (MELO, 2006, p. 201). No período, no entanto, em que João Gabriel Baptista se torna professor no Liceu Piauiense, permanece a existência de docentes sem formação específica para o ensino, com “[...] os professores, com exceção de um, que é engenheiro civil, todos são advogados [...]” (VASCONCELOS, 2007, p. 40). Cabe indicar ainda que o ingresso de docentes na instituição nesta temporalidade ocorria mediante a defesa de uma tese referente à disciplina a ser trabalhada, bem como a realização de um exame escrito,

Cheguei a ser aluno do meu pai eu acho que no quarto ano do ginásio, né, o antigo ginásio que hoje é a oitava série²³. Fui aluno de matemática dele certo e... Era um professor fantástico, tá certo. E eu me lembro bem que quando eu era muito menino ainda, 13, 14 anos por aí, que na primeira prova eu relaxei: “Nã, meu pai que é o professor, ele não vai me reprovar” e daí eu tirei 7. Aí quando eu cheguei em casa com a nota, que ele deu a nota e as provas na sala, não deu em casa não. Cheguei em casa e fui mostrar pra ele: “Mas pai, o senhor me deu 7?”. “Sim, se você não estudar você não vai passar não, entendeu? Porque eu não vou de forma nenhuma lhe ajudar. Se você estiver com alguma dificuldade lhe ensino pra você aprender, mas em relação a escola jamais”. Eu aprendi a lição e nunca mais eu tirei uma nota ruim e ele realmente era um professor incrível. Tem uma historinha que eu vou te contar aqui, tu pode até não publicar essa historinha, mas num dos dias de aula dele, um garoto que se chamava R.N. que hoje é engenheiro e é do exército, acho que é capitão do exército no Ceará. Ele, muito brincalhão, embora seja um excelente aluno, mas muito brincalhão, pegou fez um rabo num colega, que hoje é engenheiro químico, F.R., e botou fogo. O F.R. tava na minha frente, entendeu? E aí quando o F.R. viu aquele fogo subindo na parte de trás da cadeira dele, ele gritou e tudo. Aí: “Que foi, que foi, que foi?”, papai perguntou. Aí o F.R., professor, botaram fogo aqui na minha cadeira. Aí papai, já com todo mundo rindo, “Quem foi? Quem foi?”. Ninguém respondeu. “Vou perguntar mais uma vez. Quem foi?”. Ninguém respondeu. Aí ele disse: “Muito bem”. Foi até lá fora. Cada corredor naquela época no Liceu tinha um inspetor. Aí o inspetor S.M., né, que já é falecido também. Aí ele chamou: “Inspetor! Vem aqui. Fique aqui na sala. Não deixe ninguém sair que vou chamar o diretor”. Aí chamou o diretor. Aí o diretor foi e olha, aí o diretor perguntou novamente: “Quem fez isso?”. Ninguém respondeu. Eu sabia. Muita gente riu, mas ninguém contou. “Muito bem. A turma está suspensa por três dias. Podem ir embora. Durante três dias nem precisa vir ninguém. Vocês estão suspensos. E quando voltarem aquelas matérias daqueles dias não serão mais dadas, serão puladas. Vocês se virem pra estudar para as provas”. Rapaz, voltou todo mundo pra casa. Aí quando eu cheguei em casa disse: “Eita, papai vai brigar comigo porque eu tava bem de trás do F.R.”. Aí eu fui falar com ele, aí ele sorrindo disse: “Fernando, eu sei que você viu, pode falar pra mim que eu não vou delatar. Quem foi que fez aquilo?”. “Papai, foi o R.N.”. Ele disse: “Eita,

oral e de uma aula com duração de até 50 minutos acerca desta (VASCONCELOS, 2007), sendo “Vulcões do Brasil” a tese defendida por João Gabriel Baptista, além de sua primeira obra escrita. O sujeito, então, a partir do seu ingresso no quadro docente do Liceu Piauiense, foi professor de Geografia entre 1959 e 1982 e de Matemática e Física de 1959 a 1970 (VASCONCELOS, 2007).

23. Hoje refere-se ao nono ano do ensino fundamental.

se preocupe não que não vou falar pra ninguém não. Agora se eu te disser uma coisa. Eu não ri na hora, mas vou rir agora. Foi muito engraçado, mas vocês mereceram a suspensão”.

Ao observar e analisar essa lembrança talvez nos questionemos: qual sua relevância? Teria alguma importância refletir sobre a atuação docente de um sujeito, no caso de João Gabriel Baptista, focando-se em aspectos que não estariam diretamente relacionados com sua prática profissional? De que serve ao historiador uma narrativa que trata sobre um acontecimento fugaz que pouco ou nada interferiu na vida de um indivíduo estudado pelo pesquisador?

Considerando que tudo torna-se passível de ser estudado pela História, todo e qualquer aspecto relacionado ao ser humano possui uma historicidade (BURKE, 1992). Além disso, os questionamentos realizados às fontes derivam diretamente dos desejos existentes no tempo presente em relação ao passado, com a História possuindo significado enquanto houver indagações (DEL PRIORE, 2018; ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007). Estes elementos que marcam as subjetividades dos indivíduos possibilitam nossa compreensão acerca de outros aspectos culturais ao longo do tempo, bem como a pluralidade de que se trata a existência humana, tão caros para a produção de uma narrativa biográfica.

Qual seria o sentido, então, de uma narrativa de cunho biográfico desprovido de “vida”? Que resumisse esta a uma mera trajetória profissional ou intelectual? Que se furtasse a tratar de outros aspectos que se fazem presentes na vida humana? Que ignorasse que nós, enquanto seres humanos, rimos, choramos, amamos, sentimos medo e outra infinidade de sentimentos que refletem nossas subjetividades e sensibilidades? Talvez, então, ao historiador que trabalha com biografias interesse construir narrativas que

[...] reencontrem o tempo perdido, que chamem à cena os fantasmas da história, que tenham capacidade de conversar com os mortos. Que permitam a magia de entrar na vida de outrem e que façam dos historiadores caçadores de almas capazes de encantar os leitores graças a biografias históricas (DEL PRIORE, 2018, p. 87).

Refletir, então, sobre a atuação de João Gabriel Baptista enquanto docente envolve pensar não apenas sobre como esta possibilitou sua inserção em certas redes de sociabilidades intelectuais (SIRINELLI, 1998) na segun-

da metade do século XX em Teresina, conforme perceberemos ao longo deste capítulo, mas também como transitar nestes espaços marcaram sua vida com outras questões, com sensibilidades, que, de um modo ou de outro, influenciaram sua trajetória e os caminhos que percorreu.

Deste modo, a partir das lembranças de seus filhos, é notório como a experiência de seu pai, João Gabriel Baptista, tratou-se de algo plural, podendo-se encontrar relatos de casos inusitados que flertavam com o humor²⁴ na perspectiva do sujeito, a exemplo do citado, assim como outros que permitem uma reflexão sobre o medo²⁵, principalmente durante a ditadura militar.

24. Segundo Minois (2003) o humor, assim como qualquer outro aspecto que compõe a experiência humana, também possui uma historicidade, implicando que este se modifica e é vivenciado de formas diferentes dependendo do tempo e do espaço, isto é, de acordo com cada sociedade. No contexto do século XX, ao pensarmos no riso no interior de ambientes profissionais, como o caso de locais destinados ao ensino, o humor também se encontra presente, manifestando-se de diferentes maneiras, podendo aparecer como uma forma de defesa, tendo por objetivo “[...] marcar sua originalidade, sua diferença, reforçar o espírito corporativo vacinando-se pelo riso contra os próprios defeitos. Cada corporação tem seu registro de blagues para uso interno: o mundo da Medicina, o da Justiça, o do ensino e tantos outros [...]” (MINOIS, 2003, p.395), ou de um sentimento diante de alguma ocasião inesperada ocorrida nestes locais.

25. Seria o medo um sentimento natural ou socialmente construído? Para Delumeau (2009), o medo é um dos principais elementos presentes nas experiências humanas, tendo sido referido e tratado por autores em diversos momentos ao longo do tempo. Seria, portanto, algo “[...] inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte” (DELUMEAU, 2009, p. 23-24). Não obstante isto, o medo, assim como qualquer outro aspecto que compõe e marca as sensibilidades e subjetividades humanas, também possui uma historicidade, isto é, modifica-se de acordo com o tempo e o espaço no qual o sujeito se encontra inserido, tratando-se ao mesmo tempo de uma percepção individual, mas também coletiva, haja visto que o primeiro, ao pertencer a uma sociedade, notadamente é interpelado por esta, podendo identificar-se ou não com certas representações construídas, o medo podendo ser uma destas (TUAN, 2005; DELUMEAU, 2009). Desta forma, trata-se de um sentimento que acompanha a humanidade de formas distintas, podendo-se citar variadas maneiras que este se manifestou ao longo da história, a exemplo do medo da natureza desconhecida, desastres naturais, fome, bruxas, fantasmas, violência, doenças, prisão, tortura, morte, dentre outros, produzindo as paisagens do medo (TUAN, 2005), ou seja, espaços que irrompem no sujeito este sentimento. Assim, “[...] os medos são experimentados por indivíduos e, nesse sentido, são subjetivos: alguns, no entanto, são, sem dúvida, produzidos por um meio ambiente ameaçador [...] Em todos os estudos sobre o indivíduo e a sociedade humana, o medo é um tema – esteja implícito, como nas histórias de coragem e sucesso, ou explícito, como nos trabalhos sobre fobias e conflitos humanos” (TUAN, 2005, p. 7). Ao refletirmos sobre a possibilidade de se pensar questões relacionadas ao medo no Piauí, é possível perceber estas discussões no tocante à chegada de enfermidades e o medo destas em decorrência da contaminação e, possivelmente, da morte, como foi o caso da epidemia do cólera na década de 1860 (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021b) e o medo de um novo surto vindo através do porto de Amarração alguns anos depois na década de 1880 (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018). Este medo não decorria à toa, podendo ser observado em diversos momentos ao longo

Quanto a esta conjuntura, Napolitano (2014) discute que em 1964, no dia 31 de março, as direitas militares e civis colocaram em curso uma ação política que modificaria sensivelmente o tecido social brasileiro no decorrer de duas décadas, isto é, o emprego de um golpe civil-militar contra o governo do então vice-presidente eleito, João Goulart, que assumira o cargo da presidência alguns anos antes, em 1961, após a renúncia do presidente na época Jânio Quadros. O governo de João Goulart foi marcado por uma significativa instabilidade política e econômica, tendo sua administração colocado em prática duas propostas, tanto no âmbito econômico como político, para buscar solucionar a situação de crise em que o país se encontrava.

Na economia, propôs-se o Plano Trienal, que tinha por objetivo reduzir a inflação que naquele momento ultrapassava os dois dígitos, além de buscar garantia do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro até 1965. Isto se tornaria possível em conformidade com as reformas de base também propostas pelo governo que, caso aprovadas no Congresso Nacional, alterariam questões estruturais sensíveis do Brasil, como a educação, o setor fiscal, a política, e, especialmente, o agrícola, mediante a reforma agrária. No entanto, em função da delicada situação de polarização política em que se encontrava o país, além dos próprios questionamentos por parte das direitas e esquerdas quanto ao governo de João Goulart, os primeiros porque temiam a possibilidade de implantação de um regime comunista e parte dos segundos que almejavam/desejavam que o presidente tomasse a frente no processo revolucionário brasileiro, tanto o plano econômico como político encontram resistências e terminam fracassando (NAPOLITANO, 2014).

Por não conseguir implementar as reformas de base via aprovação no Congresso Nacional e por perceber que seu limite de atuação política per-

das distintas temporalidades e espacialidades, haja visto que, segundo Tuan (2005), a doença podia devastar a cidade, a tal ponto que “[...] conforme as pessoas iam embora ou morriam, os prédios deterioravam-se: o resultado foi como se a doença pudesse apodreecer até os objetos inanimados da paisagem” (TUAN, 2005, p. 164). O medo da doença, nesse sentido, evoca o medo do ser humano de si próprio, tendo em vista que se temia tanto as pessoas enfermas, bem como aqueles que estivessem possivelmente acometidas e, além disso, a possibilidade de quarentenas ou encarceramentos forçados por parte do poder público que objetivava conter os surtos (TUAN, 2005). No caso da prisão, ainda que esta tenha incorporado significados diferentes ao longo do tempo, assumindo, principalmente, um caráter de exclusão social a partir de fins do século XVIII com a Revolução Francesa, o temor em torno da possibilidade de ser preso não decorria apenas em momentos de surtos epidêmicos, mas também em casos de estados de exceção, como o exemplo da ditadura militar no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 (NAPOLITANO, 2014; MOTTA, 2014).

dia espaço, especialmente entre 1963 e 1964, João Goulart aproxima-se dos comícios de rua e das esquerdas, como os brizolistas e os militantes das Ligas Camponesas, tentando assim pressionar o Congresso Nacional para que aprovassem as reformas de base. Essa ação, na perspectiva das esquerdas que desejavam um caminho revolucionário (brizolistas, ligueiros) em detrimento a um viés reformista (Partido Comunista Brasileiro, o PCB) tratava-se do presidente assumindo o papel que lhe cabia à frente da revolução no Brasil (NAPOLITANO, 2014).

Para as direitas, contudo, indicava o contrário, a possibilidade do golpe se concretizando sendo, portanto, necessário responder de forma apropriada, conclamando os próprios comícios de rua e intensificando os preparativos para a tomada do poder que já eram discutidos nos bastidores há algum tempo. É assim que, em março de 1964, a situação política do país se deteriora em algo inconciliável, com o estopim do golpe sendo, supostamente, a quebra de hierarquia militar por parte do então presidente ao dirigir-se diretamente às patentes mais baixas do Exército, pondo em marcha as ações de militares e civis de direita a partir do dia 31 de março (NAPOLITANO, 2014).

Ainda que estas ações tenham sido consideradas precipitadas por parte do principal golpista das forças militares, Humberto de Alencar Castelo Branco, o golpe já estava em curso e logo os atores responsáveis trataram de assumir seus papéis, com políticos de direita, a exemplo de Carlos Lacerda em Guanabara e Adhemar de Barros em São Paulo incentivando seus correligionários a tomarem as ruas, além do apoio de outros setores liberais, como a imprensa, a classe média, latifundiários, bem como interferência externa a partir da atuação direta dos Estados Unidos na política interna brasileira neste momento (NAPOLITANO, 2014).

João Goulart termina sendo forçado a se exilar e, logo após deixar o país, o Congresso Nacional, no dia 2 de abril, decreta vaga a presidência da república, legitimando o golpe e, duas semanas depois, elegendo de forma indireta Humberto de Alencar Castelo Branco enquanto novo presidente. A ação que, acreditava-se tratar-se de um golpe cirúrgico, assim como havia acontecido em momentos anteriores, tornou-se o prelúdio para um regime que durou 21 anos, tendo sido diretamente responsável por diversas situações, dentre elas prisões arbitrárias, cassações de mandatos políticos, demissões, torturas, desaparecimentos e mortes de supostos opositores ao regime ou de indivíduos que estivessem de algum modo relacionados a estes ou às esquerdas nesta época (NAPOLITANO, 2014).

Deste modo, fechavam-se as cortinas, escutavam-se os aplausos e com eles a morte da Democracia. Assim, essas situações se descortinaram desde os anos iniciais do golpe, podendo-se citar como exemplo a cassação do mandato político do então deputado federal Francisco Julião que, por ser diretamente conectado às Ligas Camponesas e percebido enquanto radical de esquerda naquele momento, alguns meses após o golpe foi preso e, posteriormente, conseguiu exilar-se no México (PORFÍRIO, 2013). Pode-se indicar ainda as perseguições que ocorreram nas universidades públicas brasileiras com expurgos que atingiram centenas de professores considerados subversivos, tendo sido emblemático o caso da Universidade de Brasília (MOTTA, 2014).

Essa situação de exceção intensificou-se com o fim dos anos 1960 por meio da implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em fins de 1968 e, seguidamente, com a chegada à presidência da república do general Emílio Garrastazu Médici no ano seguinte, tendo sido o seu governo entre 1969 e 1974 marcado pela “[...] repressão feroz do Estado contra a guerrilha de esquerda” (NAPOLITANO, 2014, p. 110) e, ao mesmo tempo, pela continuidade da política econômica de seu antecessor na presidência, isto é, pelo “milagre econômico”, ultimamente responsável por ampliar a concentração de renda, o êxodo rural, as desigualdades sociais, a dívida externa, o aumento da inflação e, conseqüentemente, a recessão no país no fim dos anos 1970 e no decorrer da década seguinte.

Assim, no que se refere a experiência de João Gabriel Baptista enquanto professor e intelectual no contexto supracitado, a memória de uma de suas filhas, a professora Maria do Socorro Baptista Barbosa, permite-nos ponderar sobre outro aspecto que compôs a atuação docente de João Gabriel Baptista, tanto num olhar mais voltado para as sensibilidades produzidas na época, como as formas que o sujeito vivenciou o período da ditadura militar no Brasil enquanto um docente no espaço universitário. Desta forma, ao ser questionada sobre a experiência de seu pai nesta ocasião sua filha respondeu o seguinte:

Rapaz, olha, papai tentava, evitava sempre se envolver com política, né. Ele não era político. Eu acho que ele teria sido um grande político, mas ele era muito honesto pra isso, como eu já, já disse. E a nossa política tá muito complicada, né. É difícil encontrar uma pessoa honesta nesse caminho. Então, assim, ele evitava de falar, né, mas não era um momento fácil, não era um momento fácil.

Professores eram vigiados, nós alunos, eu era aluna na época, nós sempre tínhamos aquele receio de que algum colega nosso não fosse exatamente um colega nosso, sabe? Fosse alguém infiltrado pra investigar, pra... Então, assim, os professores no geral e se eu falar agora dos que eu tive como professor, né. Papai não foi meu professor. Os professores no geral tentavam focar mais no conteúdo das disciplinas e deixar um pouco a política de lado, né, com exceção de um professor de uma disciplina chamada “Estudo dos Problemas Brasileiros” que era obrigatória imposta pelo regime militar que ia fazer elogios ao governo militar, né. Que tinha realmente essa proposta: falar dos problemas brasileiros e de como o governo militar estava resolvendo esses problemas. Que a gente sabe que na verdade eles criaram muito mais problemas do que resolveram problemas, mas assim papai tentava se manter distante dessa questão política e em algum momento da minha vida cheguei a pensar em criticá-lo por isso porque eu acho que nós temos que ter posição, temos que ter postura política e a neutralidade significa quase sempre conivência com quem tá fazendo o errado, mas ao mesmo tempo eu me coloco no lugar dele e lembro que ele tinha sete filhos pra criar numa situação extremamente delicada, né. Muitos professores foram presos nessa época, então melhor ficar calado.
[...]

Olha, uma vez, eu o ouvi comentar sobre Garrastazu Médici que foi, todos nós sabemos, o mais carrasco dos militares, né, que era da época do “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Milagre brasileiro” e por aí vai. Então, ele uma vez chegou a comentar que o Médici havia enganado todo mundo porque tinha aquela aparência de... a fala do Médici era muito envolvente, ele era muito carismático, né, que ele tinha essa coisa de aparentar tá fazendo o bem quando na verdade foi aquele ditador que mais perseguiu, que mais... Foi no governo Médici que mais morreu gente, né, que mais foram pessoas presas e torturadas, pelo menos é o que eu ouvi falar. Lembrando que muita coisa da ditadura a gente só sabe meio que às escondidas porque ainda hoje tem muita coisa que os militares queimaram, esconderam, né, mas eu me lembro dele uma vez ter comentado alguma coisa sobre o Médici e ter comentado sobre o último presidente militar que foi o... gente, como eu confundo esses dois. O Geisel e o... Baptista Figueiredo. Figueiredo. Foi o Figueiredo. Foi o Figueiredo, é. Eu me lembro quando tava no processo de abertura de papai dizendo que era bom que finalmente íamos voltar a poder eleger o nosso presidente. Ele tava muito confiante nisso, ele sentiu imensamente a morte de Tancredo Neves, acho que todos nós sentimos muito. Isso eu lembro (BARBOSA, 2019).

Além da professora Maria do Socorro Baptista Barbosa, seu irmão mais velho, Ernesto José Baptista Neto, em entrevista, rememorou os medos de

seu pai, João Gabriel Baptista, quando de sua ida para realizar os estudos universitários em Engenharia na cidade de São Luís, no estado vizinho do Maranhão, alertando ao filho que deveria evitar envolver-se com questões relacionadas ao movimento estudantil.

Os receios ou possíveis medos que João Gabriel Baptista mantinha quanto ao momento político que vivia não decorriam à toa, haja visto que desde os primeiros momentos após o golpe civil-militar de 1964 houve casos de perseguições, demissões e prisões em diversos setores sociais, sobretudo no ambiente acadêmico no restante do Brasil (MOTTA, 2014).

Segundo Motta (2014), após o golpe civil-militar de 1964 as universidades se tornaram um dos focos de interesse para o novo regime que se instaurava, especialmente por perceber nestes espaços lócus de produção de ideologias contrárias ao governo, notadamente vinculadas às esquerdas, sendo, portanto, necessário reprimir essas ideias consideradas subversivas.

Levando em conta ainda a própria atuação do movimento estudantil, a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos próprios estudantes nas discussões políticas da época, principalmente durante o governo de João Goulart (1961-1964), com alguns destes compondo o governo de Jango, não é de se estranhar as ações contrárias promovidas pela ditadura recém-instalada em detrimento dos quadros estudantis (MOTTA, 2014).

Quanto aos docentes em momentos anteriores ao golpe, poucos se identificavam com os ideais de esquerda, havendo a existência de professores que se aproximavam das ideias da extrema-direita, especialmente em faculdades de caráter mais conservador, como as de direito e medicina, com esse cenário se alterando, isto é, com mais docentes se aproximando das ideias da esquerda apenas após o início da ditadura (MOTTA, 2014).

Assim, logo após o golpe ser instaurado, a Operação Limpeza foi colocada em prática, levando à prisão milhares de pessoas, sendo impossível precisar exatamente quantos professores e estudantes foram presos neste momento, haja visto a ausência de uma coordenação nacional de informações e inteligência, mas, possivelmente, tratando-se de um número expressivo de discentes tendo em vista a resistência estudantil em faculdades como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bem como a morte de dois estudantes do ensino secundário (MOTTA, 2014).

Não apenas docentes e discentes sofreram perseguição nos momentos iniciais após o golpe, mas houve ainda o expurgo de livros e obras que

mencionassem ideias de esquerda ou fossem identificadas com ideologias contrárias ao regime, afetando editoras e livrarias e instituições públicas como as universidades (MOTTA, 2014).

Quanto ao grau de repressão, os discentes terminaram sendo o alvo prioritário ao se pensar o universo acadêmico, com a extinção de diretórios estudantis, proibição do funcionamento da UNE após o incêndio do prédio da entidade no Rio de Janeiro, bem como a prisão de diversos estudantes, estes excedendo de forma significativa os casos de docentes presos, havendo ainda o caso de discentes que foram sumariamente expulsos das faculdades, como no caso de estudantes vinculados à Faculdade Nacional de Filosofia, expurgados por ações políticas que pré-datavam o golpe (MOTTA, 2014).

Cabe indicar também que muitos setores no interior da universidade ou do mundo acadêmico apoiaram o golpe, ainda que em vários casos não se desejasse uma ditadura, mas sim que se afastasse da política e dos centros de decisões as influências das esquerdas e de suas ideologias, com este apoio se reduzindo à medida que a ditadura vai se instalando, a exceção dos quadros da extrema-direita que seguem apoiando o regime.

Ademais, tratou-se de um momento em que muitos docentes foram denunciados enquanto subversivos pelos próprios colegas, seja por questões ideológicas, a exemplo da vinculação a uma extrema-direita por parte dos denunciantes, como por motivos pessoais e profissionais, isto é, utilizando-se da conjuntura política para prejudicar colegas docentes em benefício da própria carreira, buscando assumir novos cargos em detrimento de indivíduos pertencentes a mesma classe (MOTTA, 2014). Assim, no meio acadêmico

[...] o apoio ao novo regime em geral era baseado em motivação política e ideológica. Entretanto, houve também muita adesão oportunista, com pessoas que se aproveitavam da situação para aderir e abrir espaços de poder e carreira em meio aos expurgos [...] Pessoas que em outras circunstâncias teriam dificuldade de ascender na carreira universitária viram na adesão aos novos mandatários preciosa oportunidade, sobretudo porque os expurgos geravam posições vagas a serem ocupadas (MOTTA, 2014, p. 37).

No Piauí, a situação não decorreu de forma diferente, ocorrendo casos de prisões e censura, particularmente no que concerne aos discentes e docentes da FAFI ainda nos anos 1960, haja visto sua participação em situações de protestos e críticas ocorridas já naquele período contrárias ao novo regime de exceção que se instaurava no país (ARAÚJO, 2013).

Segundo Araújo (2013) no Piauí pode-se citar, por exemplo, o caso da repressão sofrida pelo estudante Antônio José Medeiros, discente da FAFI, preso três vezes entre 1967 e 1969. Foi ainda impedido pelo regime de ser candidato a presidente do diretório estudantil da FAFI em fins dos anos 1960 em função de sua participação em movimentos de críticas ao governo, além de ter atendido ao XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), na época ocorrido de forma clandestina em São Paulo, tendo em vista que os militares haviam proibido o funcionamento da instituição após o golpe de 1964 (MOTTA, 2014).

Considerando, então, o cenário nacional de repressão e perseguição, em particular aos quadros universitários, bem como uma conjuntura local que dialogava com esse momento de exceção e, tendo em vista ainda os espaços profissionais ocupados por João Gabriel Baptista neste momento, isto é, nos anos 1960 e 1970, a preocupação expressada pelo sujeito quanto aos filhos ocorria em função do conhecimento que detinha da situação nos centros de poder, como no Rio de Janeiro e São Paulo, mas também na própria faculdade que atuava, isto é, a FAFI.

Deste modo, João Gabriel Baptista, tendo ingressado na FAFI em 1962 por meio de convite realizado pelo professor Clemente Honório Parentes Fortes²⁶ para assumir a cadeira de Cartografia no curso de Geografia, esteve vinculado ao espaço universitário até o momento de sua aposentadoria, conforme indica em entrevista concedida ao jornal “O DIA” em fins do século XX:

Em 62, o professor Clemente Fortes da Faculdade de Filosofia do Piauí – FAFI, convidou-me para assumir a cadeira de Cartografia do curso de Geografia daquela faculdade. Fiquei na FAFI até 71, quando fui à disposição, sem ônus para o Estado, para a Universidade Federal do Piauí. Trabalhei no Liceu e na FUFPI até 82. Hoje sou professor titular do Departamento de Geografia e História do CCHL (Centro de Ciências Humanas e Letras) (BAPTISTA, 1989, p. 1).

Além disso, o fato de estar vinculado na época ao curso de Geografia, este tendo permanecido amalgamado ao curso de História até 1964 (MELO, 2006), ou seja, curso das áreas das ciências humanas, ampliava

26. Segundo Melo (2006) bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí em 1935, tendo feito parte com outros intelectuais da época da Sociedade Piauiense de Cultura, esta última fundada por Dom Avelar Brandão Vilela, e entidade responsável pela fundação da FAFI em 1958. Foi professor e o primeiro Diretor da faculdade, permanecendo neste cargo entre 1958 e 1964, quando o deixou para assumir a direção da Faculdade de Direito do Piauí.

a preocupação do professor, haja visto que as ciências humanas e sociais eram as áreas mais visadas pelas forças repressivas do regime, considerando que poderiam significar uma “[...] ameaça à segurança interna do país” (MOTTA, 2014, p. 236).

Seu suposto afastamento, então, de uma posição mais crítica ao governo vigente na época, conforme a memória de sua filha, Maria do Socorro Baptista Barbosa, esteve relacionado ao medo que se tinha neste contexto da repressão do regime e dos efeitos que esta teve nos espaços acadêmicos, mas também os próprios caminhos trilhados por João Gabriel Baptista nesta conjuntura, notadamente o acesso a políticas públicas de fomento à cultura instaladas pelo governo estadual.

Cabe indicar ainda que o momento em que o seu primeiro filho, Ernesto José Baptista Neto (1952-), ingressa na universidade em São Luís (MA), tratava-se de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, isto é, em uma conjuntura em que o regime de exceção no qual viviam naquele momento radicalizava-se ainda mais com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), este tendo sido publicado em 1968 (NAPOLITANO, 2014) e, pouco tempo depois, com uma nova investida sendo realizada contra o espaço acadêmico, afetando de forma significativa novamente discentes e docentes em várias regiões do país (MOTTA, 2014).

Para Motta (2014), a partir da implementação do AI-5 o espaço universitário adentra em um novo contexto de repressão, dando continuidade às ações tomadas no início do golpe, mas que terminaram interrompidas, portanto, incompletas, abrindo espaço para as contestações realizadas contra o governo, especialmente entre 1967 e 1968. Assim, a partir de 1969 as universidades vivenciaram um novo ciclo de expurgos com a demissão de centenas de docentes em diversas instituições do país, bem como o jubramento de diversos discentes, considerados relacionados às esquerdas ou subversivos pelo regime na época.

Quanto a estes últimos, houve a criação do Decreto 477 a partir de fevereiro de 1969 que, de forma similar a outros instrumentos jurídicos, tinha por objetivo não apenas garantir a legitimidade do regime, mas manter a continuidade dos expurgos que haviam tido início em anos pretéritos por meio do desmantelamento do movimento estudantil. Deste modo, a partir da publicação deste decreto-lei, os estudantes que haviam participado ou que de algum modo estavam relacionados às manifestações ocorridas nos anos anteriores poderiam sofrer algum tipo de punição, a exemplo de serem

jubilados das instituições nas quais estudavam, bem como serem proibidos de se matricularem por até três anos em outra instituição (MOTTA, 2014).

Não obstante isto, as entidades estudantis sofreram novas intervenções e muitos discentes foram afetados antes mesmo da instalação do novo decreto-lei, como no caso da Universidade de Brasília (UnB) na qual centenas de estudantes tiveram a matrícula negada logo no início de 1969, podendo-se indicar que o número de discentes diretamente afetados por este novo momento repressivo foi, de certo modo, superior a aqueles em 1964, logo após o golpe e no início do regime. Em relação aos docentes, estes também foram afetados em proporção similar ou superior aos expurgos ocorridos no início do período ditatorial, podendo-se citar o número de 120 (ainda que outros estudos tragam outras estimativas, estas também se aproximam desse valor) entre demitidos e aposentados pelo regime nesta nova conjuntura. Além dos expurgos proporcionados pelo AI-5, algumas universidades dispuseram de outros métodos, como a rescisão de contratos, caso da UnB (79 professores) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sendo difícil a mensuração dos motivos (MOTTA, 2014).

Deve-se apontar também que, diferentemente de 1964, os servidores públicos de modo geral foram menos afetados neste novo momento, havendo um destaque maior para o caso dos docentes, ainda que se tratasse de um número pequeno se comparado a quantidade de professores universitários que existiam no país na época. Além disso, em consonância com o AI-5, o governo utilizou-se ainda de novo instrumento jurídico, o Ato Complementar nº 75 (AC-75), que impedia que servidores públicos, especialmente professores, que haviam sido punidos com base em Atos Institucionais de exercerem novos cargos em estabelecimentos de ensino ou instituições de caráter público (MOTTA, 2014).

É preciso citar ainda casos mais problemáticos que ultrapassavam a violência psicológica, tornando-se física com a prisão, tortura, desaparecimento e morte de docentes, principalmente quando havia suspeitas de participação em organizações de esquerda ou de militância política. Assim,

[...] o grande expurgo de 1969 foi possível pelas peculiaridades políticas do contexto, em que os radicais da direita se viram, momentaneamente, livres para atuar. Depois dessa fase, os órgãos de informação iriam se dedicar a monitorar os professores suspeitos ainda em atividade e tentar interditar a contratação dos que consideravam perigosos, com sucesso variável [...] (MOTTA, 2014, p. 181).

Neste sentido, João Gabriel Baptista, professor no ensino superior no Piauí desde 1962, certamente não se encontrava alheio a esta conjuntura política, tendo ciência do cenário político vivenciado pelas universidades tanto nos momentos que sucederam o golpe em 1964 como após a publicação do AI-5, isto é, a partir de 1968. Não apenas isso, mas os próprios casos que ocorreram em solo piauiense, afetando diretamente discentes e docentes da FAFI (ARAÚJO, 2013), devem ter influenciado nos receios e medos de João Gabriel Baptista no que diz respeito ao ingresso de seu filho mais velho no espaço acadêmico a partir de fins dos anos 1960 e início da década de 1970.

Além disso, neste contexto, especialmente após o golpe civil-militar de 1964, o governo do estado do Piauí instituiu uma série de políticas que visavam interferir diretamente no setor cultural. Esta política, por sua vez, esteve em confluência com o cenário nacional, no qual o Estado buscou disciplinar este aspecto social, seja pela censura, pelo incentivo de produções que evitassem uma problematização mais profunda da conjuntura da época ou mesmo de obras que dialogassem com os ideais do regime em pauta (TÔRRES, 2010).

Deste modo, a partir dos anos 1960 e início da década seguinte, no Piauí tem-se a criação não apenas de órgãos estaduais de fomento à cultura, mas de políticas destinadas diretamente para garantir a publicação de obras, a exemplo do Plano Editorial do Estado (TÔRRES, 2010). É a partir desta política que em 1975 João Gabriel Baptista, professor do curso de Geografia agora já da Universidade Federal do Piauí,²⁷ seria contemplado e teria sua quarta obra publicada, “Geografia Física do Piauí”, tendo sido não apenas sua publicação de maior destaque, mas aquela que, segundo o autor em entrevista concedida ao jornal “O DIA” em 21 de outubro de 1989, teria possibilitado o seu ingresso em 1978 na Academia Piauiense de Letras (APL).

Dentre os critérios adotados para a publicação de obras neste período, a produção de João Gabriel Baptista se enquadrou entre aquelas que, supostamente, valorizavam a geografia e a história local, bem como dialogavam com a edificação de uma memória nacional²⁸, questões pertinentes ao

27. Em 12 de novembro de 1968 por meio da lei nº 5528 foi criada a Universidade Federal do Piauí (UFPI), que incorporou as faculdades existentes no Piauí na época, dentre elas a FAFI, na qual trabalhava João Gabriel Baptista no curso de Geografia. Em 1971, a UFPI passou a funcionar efetivamente em novo prédio na zona leste de Teresina (MELO, 2006).

28. A partir de Hall (2006), entendemos a identidade nacional enquanto um constructo, isto é, uma das várias identidades que (des) construímos ao longo do tempo mediante a

governo da época (TÔRRES, 2010).

Assim, considerando a especificidade deste período, notadamente a forma como as universidades e professores foram afetados, tanto aqueles que se prejudicaram ou se beneficiaram de algum modo em função da ditadura militar (MOTTA, 2014), são notórios os modos como João Gabriel Baptista foi afetado neste cenário político nacional e local, tanto em questões pessoais, como o medo expressado quanto a seus filhos, como em questões profissionais, a exemplo do modo como se utilizou das relações de afetividade construídas e das políticas públicas da época para realizar as publicações de suas obras a partir de 1975.

O fato, então, de João Gabriel Baptista ter evitado adotar um posicionamento político, além da questão do medo do cenário de época, dialoga diretamente com a trajetória intelectual que o sujeito vinha construindo no momento, já realizando pesquisas para a realização da atividade docente na FAFI, bem como para a publicação em periódicos, jornais e livros, posteriormente beneficiando-se de uma política de Estado adotada no período.

É o caso da publicação de seu artigo “O Parnaíba na economia do Piauí” publicado em 1957 na Revista Econômica Piauiense, na qual João Gabriel Baptista dividiu espaço com outros sujeitos que na época já despontavam no cenário intelectual piauiense, a exemplo de Odilon Nunes,

sociedade e os grupos sociais nos quais estamos inserindo. Para tanto, alguns elementos são necessários para que o sujeito possa manter um suposto sentimento de coesão com o referido grupo, no caso em questão, com o que se entende por “nação”, isto é, para a manutenção destas comunidades imaginadas as representações e as simbologias edificadas assumem papel fundamental. Neste sentido, legitima-se uma suposta “memória” que seria comum a todos os indivíduos que pertencem essa nação, uma “memória” que seria compartilhada por todos e permitiria sua identificação enquanto parte desta comunidade. Esta memória, por vezes, pode estar representada em lugares de memória, haja visto que estes últimos, segundo Nora (1993), não são construídos naturalmente, muito pelo contrário, e que neles há também uma disputa constante entre os grupos dominantes e os grupos dominados, ou seja, há a disputa em torno de uma memória “oficial” e a memória dos grupos marginalizados. “Os primeiros, espetaculares e triunfantes, imponentes e geralmente impostos, quer por uma autoridade nacional, quer por um corpo constituído, mas sempre de cima, tem, muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais. Mais nos deixamos levar do que vamos a eles. Os segundos são os lugares refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória.” (NORA, 1993, p. 26). Deste modo, os lugares de memória não são naturais, surgem a partir de um sentimento da inexistência de uma memória espontânea e da necessidade da criação desses lugares para a manutenção dessas memórias, surgem na medida que a sociedade vivencia cada vez menos essa memória e cria-se a necessidade de referências externas que remetam a esta e que busquem preservar este passado e, no caso, da identidade nacional, surgem de modo a legitimar este pertencimento a uma comunidade imaginada por meio de uma memória comum, tornada possível a partir de símbolos, representações e também de lugares de memória.

ao tempo em que já iniciava suas pesquisas sobre o aspecto piauiense que mais lhe seria pertinente nas décadas seguintes no âmbito geográfico, isto é, o rio Parnaíba.

Quanto aos jornais em que João Gabriel Baptista teve a oportunidade de publicar suas pesquisas, identificamos estes, especialmente no decorrer dos anos 1960, como o jornal “Folha do Nordeste”, no qual o então professor colaborou com uma seção denominada “De quando em quando” entre 1962 e 1963 que tratava sobre aspectos distintos acerca, principalmente, da geografia do Piauí, a exemplo das questões litigiosas e de outros estudos que já realizava sobre o rio Parnaíba. Alguns anos depois, em 1966, colaborou com o jornal “O DIA”, com uma seção de verbetes chamada “Verbetes Piauienses”, na qual tinha por objetivo trazer “conhecimento” (O PIAUIENSE, O DIA, 1966, p. 1) sobre questões relacionadas à história, geografia e costumes do Piauí por meio de breves verbetes.

No início dos anos 1970, especificamente em 1971, por meio de recursos próprios, segundo entrevista realizada com um de seus filhos, Fernando Luís de Carvalho Baptista (1957-), publica seus primeiros livros, sendo estes “Nascentes de um rio”, no qual realiza um “[...] pequeno estudo sobre a caracterização hidrológica e determinação de nascentes de rios utilizando como exemplos os rios Parnaíba e Canindé. No caso do Parnaíba, traça um breve histórico e na sequência discorre sobre suas nascentes, incluindo esquemas e perfis” (BAPTISTA; BAPTISTA, 2018, p. 76), e “Resumo Corográfico do Estado do Piauí”, sendo este último já com financiamento do estado do Piauí e “[...] material destinado para uso em Escolas Primárias (atualmente Ensino Fundamental) que traz um apanhado simplificado sobre os aspectos físicos, sociais e econômicos” (BAPTISTA; BAPTISTA, 2018, p. 76).

Trataremos de modo mais aprofundado sobre suas produções científicas, publicadas e não publicadas, bem como a necessidade de constituir uma memória de si no tocante à sua produção intelectual, no tópico seguinte, no qual abordaremos a constituição de João Gabriel Baptista enquanto um intelectual neste cenário das décadas de 1960 e 1970.

Assim, a atuação enquanto professor universitário a partir de 1962 marca um novo momento na vida de João Gabriel Baptista, isto é, um período em que o sujeito passa a se constituir enquanto intelectual, dialogando com pares e se inserindo nas redes de sociabilidades existentes na época no Piauí. Não é à toa, então, que na década seguinte é beneficiado com a publicação de sua obra “Geografia Física do Piauí” e, pouco tempo depois,

é eleito para a Academia Piauiense de Letras (APL). Estes eventos, em realidade, dialogam diretamente com o lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado pelo então professor a partir do momento em que regressa ao Piauí, mas, principalmente, após sua inserção no contexto universitário e acadêmico.

Além disso, deve-se destacar que, com a inserção no espaço universitário, não são apenas as redes de sociabilidade que se transformam na vida do sujeito, mas, a partir da criação do campus universitário da UFPI em 1971, o próprio espaço de moradia ocupado pelo indivíduo e por sua família na cidade se modifica, sendo necessário sua mudança para se localizar mais próximo da instituição onde permaneceria atuando enquanto professor universitário daquele momento em diante, conforme as fotos 5 e 6.



Foto 5 – Vista de frente da casa para a rua Rui Barbosa no centro de Teresina
Fonte: Acervo da família, 2023.

Se até então João Gabriel Baptista morava com sua família, ou seja, esposa e os sete filhos no centro, próximo ao Liceu Piauiense, a partir da fundação da Universidade Federal do Piauí e a necessidade posta de deslocamento para o novo locus de trabalho, faz-se necessário a mudança da família para uma nova região da cidade, a zona leste de Teresina. Sobre este contexto, ao rememorar a situação, uma de suas filhas mais novas, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista disse o seguinte em entrevista:

Nós moramos inicialmente no centro. A gente morava ali entre a Benjamin Constant e a Rua Rui Barbosa, numa casa de esquina, um sobrado, né, que inclusive esse sobrado tinha sido herança do meu avô, vovô Ernesto né, pai do papai, é, é... E a gente se mudou pra zona leste na década de 70, no final, 1978. O papai comprou a casa em 77, mas ainda foi fazer uma pequena reforma, porque ele queria que a casa tivesse um espaço específico para estudo, uma biblioteca pra ele, que ele tinha muitos livros, então ele fez essa reforma antes da gente se mudar. Então a gente só se mudou, realmente, se não me engano, em fevereiro de 78, mas nós conhecemos a casa mais ou menos em novembro de 77; e um dos motivos pelos quais a gente se mudou para zona leste foi por conta da... do excessivo tráfego nessa região. A gente tinha a cada quinze dias muitos acidentes de trânsito, porque é uma área de fluxo muito intensa. A Rui Barbosa com a Benjamin Constant é uma área de acesso, né, zona norte, zona centro; então eu lembro, é... Que quando acontecia um acidente, eu lembro da mamãe chamar a gente um por um. E ela tinha uma característica bem interessante, que ela dizia o nome completo de cada um praticamente, né? Nunca foi a favor de apelido, de diminutivo, então saía chamando de um por um. Ela só se aquietava quando todo mundo respondia, então, é... Ela tinha pedido pra ele, pra sair de lá. Não que ela não gostasse do centro, que afinal de contas a paróquia que a gente fazia parte era a Igreja do Amparo, a vovó morava perto também, entendeu? Mas ela queria sair de lá por conta desses acidentes que aconteciam direto. O muro da nossa casa, inclusive, muitas vezes ele foi abarroadado por carros. Ele já vivia até fragilizado, que ele não era um muro muito... Ele não era muito fechado, era um muro feito de aberturas, né, a gente chama de cobogó, né? Ele já vivia já praticamente solto, né, então corria o risco até dele desabar, ela tinha muita vontade de sair de lá. Além de uma casa maior, porque eram sete filhos, né, nós somos sete. E o sobrado até que não era tão pequeno, mas era mal organizado, né, era mal distribuído, então, quando tava todo mundo lá, era uma dificuldade. A gente dormia todo mundo praticamente no mesmo quarto, né? Então era muito complicado, por isso ela também queria um espaço melhor, mais moderno, mais organizado.

[...]

Inicialmente foi muito doido porque assim, a gente morava no centro, e a tia Natália e o tio, o tio... Tio Braga, né? A tia Natália, irmã da mamãe. E eles tinham uma quinta que ficava na zona leste, e muitas vezes essa quinta, ela servia de espaço pro nosso lazer, nossas férias, nossos feriados, e ela ficava... A gente achava viagem, né, pra vir pra zona leste, era muito longe, né, a gente achava muito longe. Quando o papai foi levar a gente a primeira vez pra conhecer a casa, a casa ficava muito depois da quinta do tio Braga e da tia Natália, então,

isso pra gente foi um susto, né? A gente achou que a gente não ia se acostumar porque era muito distante, né, mas aí a gente, humm... Humm... Um outro fator que fez com que papai decidisse comprar a casa na zona leste, exatamente onde comprou, foi a Universidade Federal, porque ele, ele foi trabalhar na Universidade Federal, e a Universidade Federal criou um novo campus aqui na zona leste, né, o campus Petrônio Portella, e pra ele, nesse período quando ele foi trabalhar na UFPI, ele não teria condições de manter o transporte. Então pra ele, é... Vir dar aula na universidade, ficava muito complicado morando no centro, então somou a vontade da mamãe, o desejo dela de sair daquela questão do risco que ficava ali na Rui Barbosa com a Benjamin Constant com a necessidade do trabalho dele, né, quando ele foi trabalhar na Universidade Federal. Mas uma coisa encantou a gente: era o tamanho da casa e o espaço que a gente tem, ia ter espaço pra... Pra estudar, biblioteca, né, a casa era bem ampla, então isso também, é, de certa forma, é, encantou a gente. Tinha mais de um banheiro, né, então isso foi o que também ajudou a gente. O quintal era muito grande! O quintal da casa do centro, no sobradinho, lá do nosso sobrado, era muito pequeno, né? Tinha uma árvore, um tanque, e um espaço que não cabia um carro. O carro do papai ficava do lado de fora, principalmente quando ele teve o Aero Willys, que era um carro gigante, né? Em termos de largura. Ele não entrava, é... Dentro da garagem, né, dentro da casa do sobrado. Então mesmo nesse carro, o custo, quando ele tinha esse carro, o custo pra ir pra universidade, seria muito grande por conta da distância, então isso levou ele a escolher essa casa, né? Lá na zona... aqui na zona leste, onde a gente mora (BAPTISTA, 2021).

Deste modo, alguns aspectos chamam atenção nas lembranças de Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, filha de João Gabriel Baptista, acerca dos motivos que levaram sua família a mudar-se do centro de Teresina para a zona leste da cidade em fins dos anos 1970, bem como sobre a participação da família de seu pai na estruturação de seu núcleo familiar.

Assim, cabe destacar a atuação do desembargador Ernesto José Baptista (1873-1965) na vida familiar do filho mais velho, isto é, João Gabriel Baptista. Esta última tratando-se não apenas de sua influência em sua vida profissional, haja visto sua pertinência para que o recém-formado engenheiro retornasse ao Piauí, mas também a convivência em momentos festivos, como é o caso da foto 1 em 1952 (ver seção 3.1) na qual aparece em reunião com a família, bem como a garantia que o filho tivesse onde viver e constituir família, mediante a garantia de uma casa para este (BAPTISTA, 2021).

Não obstante isto, outras questões se fazem presentes nas lembranças da entrevistada, especificamente quanto aos motivos que geraram o desejo

de mudança por parte de seu pai e de sua mãe do centro de Teresina para uma outra região, ainda que esta fosse mais afastada e ainda se encontrasse em processo de ocupação imobiliária na época, isto é, a zona leste da capital.

Dessa forma, de acordo com Baptista (2021), a saída do centro não ocorreu apenas por motivos profissionais de seu pai, muito menos se tratou de uma decisão unilateral que desconsiderasse os desejos de sua mãe, mas sim uma resolução acordada por ambos por fatores diversos. Para João Gabriel Baptista, pesou a questão profissional, a necessidade de se localizar mais próximo do novo campus da Universidade Federal do Piauí no qual lecionava no curso de Geografia. Para sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista, a necessidade de se mudar já se sustentava em outros motivos, mais relacionados ao lar e a maternidade, isto é, a ocorrência de acidentes de trânsito na localidade, portanto, a preocupação com os filhos, bem como ter um espaço maior para viver, haja visto o tamanho da família naquele momento e que a casa em que moravam terminava por não comportar.

Segundo Pinho (2019), o contexto da década de 1970 em Teresina trata-se de um momento no qual o trânsito da cidade foi marcado por diversos acidentes envolvendo os meios de transporte existentes naquela época, dentre eles carros, transportes coletivos, carroças e bicicletas. Refere-se, então, a uma conjuntura na qual houve ampla discussão no meio social sobre os motivos e porquês da situação do trânsito da capital, muitas vezes com o poder público e a imprensa culpabilizando as pessoas de menos condições financeiras, especialmente ciclistas, pelos acidentes ocorridos, bem como tomando ações efetivas contra os sujeitos que se locomoviam através de bicicletas e poupando os donos de carros, notadamente membros das camadas mais abastadas da sociedade naquele contexto.

O trânsito de modo geral nesta época era percebido enquanto problemático, com uma sinalização irregular, desorganizado, o que gerava uma série de problemas, a exemplo dos veículos de transporte coletivo que muitas vezes se viam obrigados a fazer paradas em locais inapropriados em função desta situação caótica, ocasionando congestionamentos e acidentes na cidade. Assim, era um momento no qual o espaço urbano da cidade, especialmente em zonas mais movimentadas, como o centro, viva em constante tensão e contestação, sendo disputado à medida que transitavam nas ruelas, ruas e avenidas da cidade veículos particulares, coletivos, ciclistas, pedestres e carroceiros (PINHO, 2019).

Cabe destacar ainda que, diferentemente da imprensa e do poder público

nos anos 1970, nas lembranças de Elisabeth Mary de Carvalho Baptista acerca dos causadores de acidente na rua em que moravam, são os veículos particulares que aparecem enquanto responsáveis. Mesmo que o sujeito esteja se referindo aos motivos que levaram sua mãe a querer se mudar, portanto, não sendo possível que saibamos ao certo se esta última realmente culpava apenas os carros e, além disso, não sermos capazes de inferir de que modo as experiências do indivíduo no decorrer do tempo tenham modificado sua memória, haja visto que o relato memorial não traz o passado em si, mas sim um tempo pretérito ressignificado e que irrompe no tempo presente (GAGNEBIN, 1998), ainda assim torna-se um relato pertinente por produzir uma outra perspectiva sobre o cotidiano do trânsito nesta época, especialmente porque sua família se inseria nos grupos de elites da cidade que, na época, percebiam nos grupos menos abastados enquanto os responsáveis pela desorganização do trânsito e os acidentes existentes.

É interessante ressaltar também que, de acordo com Cardoso (2010), neste contexto das décadas iniciais da segunda metade do século XX, a maternidade ainda era percebida como uma forma de legitimar a mulher e seu poder perante a sociedade e, especialmente, no seio familiar, haja visto a pertinência da mãe para a manutenção da família por meio da capacidade de gerar filhos. Assim, ao mesmo tempo que cabia à mãe o papel de educar os filhos e filhas para que se tornassem homens e mulheres capazes de assumir seus referidos papéis sociais na conjuntura em que viviam, estes, assim como o seu marido, deviam percebê-la enquanto alguém a ser ouvida, respeitada e reconhecida, tendo em vista o papel que exercia.

Deste modo, em um lugar social (CERTEAU, 1982) permeado pelos ideais do catolicismo, a boa mãe era aquela que não apenas buscasse disciplinar filhos e, especialmente, filhas, para assumirem os espaços destinados a cada um na sociedade, mas que se preocupava com sua formação e com sua vida futura, que abdicasse de sua vida colocando os filhos no centro desta, que fosse capaz de pensar em seu bem-estar.

Portanto, não é surpresa a preocupação de Maria Jesus de Carvalho Baptista em sair da localidade em que moravam, considerando a situação do trânsito da cidade naquele momento, especialmente na zona central da cidade, onde residiam, e a preocupação com os filhos, tendo em vista o papel que assumia na época enquanto mãe.

Outro aspecto que cabe destacar se refere à necessidade de Maria Jesus de Carvalho Baptista de se afastar da mãe, Aracy de Carvalho (1902-1992),

haja visto que, de acordo com sua filha mais nova, sua avó exercia uma influência significativa na vida de sua mãe, com atitudes “controladoras”.

Desta forma, percebe-se, nas relações familiares de João Gabriel Baptista, especificamente no tocante à sua esposa, como se mantinha uma disciplina materna no seio familiar, no sentido da importância posta para que os filhos fossem capazes de realizar a manutenção dos papéis sociais atribuídos em tempos anteriores, ou seja,

[...] no que tange à relação entre as gerações, um dos objetivos do poder materno era disciplinar as filhas, buscando reproduzir nas novas gerações os papéis vivenciados na geração anterior. Cobrava-se que as filhas agissem segundo as mães agiram. Boas mães deveriam engendrar futuras boas jovens mães (CARDOSO, 2010, p. 417).

Assim, a vontade de Maria Jesus de Carvalho Baptista, esposa de João Gabriel Baptista, segundo as lembranças de Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, torna-se um dos motivos que levam a família a se mudar do centro da capital para a zona leste.

Em fins dos anos 1970, então, a família muda-se do centro de Teresina para a zona leste da cidade²⁹, ocupando uma casa maior, que atendia agora aos interesses tanto do casal, haja visto a proximidade com a Universidade Federal do Piauí, como o risco reduzido de acidentes automotivos, bem como o distanciamento entre a nova casa e a região onde morava a mãe de Maria Jesus de Carvalho Baptista, Aracy de Carvalho (1902-1992), isto é, a zona central da cidade.

Não obstante isto, por ser maior possuía mais espaço para os filhos e João Gabriel Baptista estudarem, além de facilitar no sentido da organização do local e do conforto da família, conforme as lembranças de Elisabeth Mary de Carvalho Baptista. Nesse sentido, a foto 6 apresenta a casa alguns anos antes da mudança, quando João Gabriel Baptista ainda estava em pro-

29. Segundo Abreu (2014), apenas a partir da década de 1970 esta área de Teresina vivencia um processo de urbanização, findando-se a existência do predomínio de sítios, fazendas e chácaras que ali se encontravam presentes até então. Estes dão lugar a imóveis destinados às classes médias e abastadas da cidade, geralmente tratando-se de casas com amplos espaços. Além disso, a construção do Campus da UFPI no início da década, em consonância com uma infraestrutura de caráter urbanístico, como ruas asfaltadas, serviços de água e energia, possibilitou a elitização deste espaço. Para mais informações sobre a expansão da cidade para a zona leste e o processo de urbanização nesta área, consultar também os estudos de Abreu (1983) e Façanha (1998).

cesso de adquirir o imóvel e antes da finalização de algumas reformas, especialmente para a instalação de uma biblioteca no fundo da casa, antes localizada no mesmo cômodo em que seu escritório ficava no sobrado do centro.



Foto 6 – João Gabriel Baptista em frente à sua casa na zona leste de Teresina em 1975
Fonte: Acervo da família, 2023.

A partir das lembranças de Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, cabe ressaltar brevemente alguns aspectos que compõem o registro fotográfico e denotam elementos sociais pertinentes para compreendermos o lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado pelo sujeito nesta época e a influência que a sociedade detinha sobre si, notadamente a questão do “ser moderno”.

Assim, a “necessidade” por parte do sujeito de adquirir uma casa com ares mais “modernos”, conforme indicado pela entrevistada, a presença do carro no registro em questão ou mesmo as roupas utilizadas pelo indivíduo não decorrem à toa, mas em consonância com o tempo em que viveu, e se relacionam diretamente com questões postas na época pelo poder público e pela mídia, especialmente a necessidade da cidade de se modernizar e, para que isto fosse possível, a importância da presença de certos elementos no tecido social e da mudança de comportamentos por parte dos cidadãos.

Deste modo, segundo Fontineles (2009), Lima (2016) e Pinho (2019), a busca pelo “moderno”, por um ideal de “progresso”, esteve presente de modo significativo nos anos 1970 no Piauí, especialmente a partir de 1971 com o governo estadual de Alberto Tavares Silva, afetando de modo sen-

sível também os discursos projetados sobre Teresina, a capital do estado, e palco das principais obras do período, denotando essa necessidade de se modernizar ainda que em detrimento de parte da população, especialmente trabalhadores mais pobres (FONTINELES, 2009).

Nesse sentido, um dos elementos presentes na época por parte do poder público em Teresina, bem como da imprensa, enquanto responsáveis por modernizar a cidade, tratar-se-ia da presença de veículos automotivos, principalmente de transportes coletivos, isto é, ônibus novos que não apenas garantiriam esse ar de modernidade da cidade como a embelezaria.

No caso do veículo particular, especificamente do carro, também nos anos 1970 em Teresina, juntamente a outros aspectos, passa a ser percebido enquanto “[...] um dos signos desta modernização” (LIMA, 2016, p. 322), sendo necessário, no entanto, inferir que apenas uma parcela reduzida da população em Teresina tinha acesso a este bem de consumo nesta época, podendo-se levar em conta o censo de 1970 que indicava a existência de 1881 automóveis em Teresina (LIMA, 2016).

Ainda se tivermos em consideração o número de 6 mil carros circulando diariamente em Teresina em 1972 segundo o jornal “O Estado”, conforme Pinho (2019), ainda é notável como a possibilidade de possuir um carro se restringia às camadas abastadas da sociedade e de parte da classe média, na qual a família de João Gabriel Baptista se inseria neste momento.

Não obstante isto, este último sujeito, segundo as lembranças de sua filha, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, teve outros dois carros antes do *aero-willys*, a *rural willys* (utilizado nas viagens a lazer para o litoral piauiense), e o *austin* (carro utilizado ainda durante o noivado com sua esposa, servindo de transporte para os eventos que frequentavam, como, por exemplo, o show do Luiz Gonzaga ocorrido em Teresina no bairro Socopo) no final dos anos 1940, ainda que não lembre se o seu avô, Ernesto José Baptista (1873-1965), tenha tido algum tipo de participação para que seu filho mais velho pudesse adquirir estes bens.

Assim, o desejo de ter uma casa nova, mais “moderna”, juntamente ao fato de possuir um carro, especialmente em uma época que o veículo automotor era diretamente relacionado a moda e a um “ser moderno”, no sentido tanto da beleza proporcionada pelo carro como pelo sucesso profissional (LUCHEZI, 2010), denota os distintos modos como a experiência da modernidade influenciou/modificou as ações e atos tomados por João Gabriel Baptista neste momento. Mesmo que os motivos existentes

para o de adquirir outra casa ou mesmo o carro se relacionem também às necessidades práticas do dia a dia, não podemos deixar de perceber como também se inserem em um mundo marcado por sistemas de representação (CHARTIER, 1991) e como estes foram interpelados pelo sujeito em questão. Desta forma, as fotos 7 e 8 apresentam partes do imóvel, como o seu jardim e garagem, após a mudança da família em fins dos anos 1970 para a localidade.



Foto 7 – Jardim da casa de João Gabriel Baptista na zona leste de Teresina em 1982
Fonte: Acervo da família, 2023.

É possível observar a passagem do tempo entre as duas fotos a partir de três elementos: a situação da pintura branca na parte superior da casa, agora já desgastada em função do tempo, notadamente da exposição ao sol e a chuva, bem como da disposição das plantas no jardim, antes inexistentes na primeira foto de 1975 (foto 6), além do pequeno poste de luz (foto 7) também em frente ao jardim e terraço do imóvel que não aparecia no primeiro registro fotográfico feito da casa.

A foto 8, por sua vez, permite observar outro ângulo das plantas no jardim, mas em direção à garagem da casa, possibilitando uma melhor visualização da vegetação que passou a existir na casa mediante a instalação da família após sua mudança em fins dos anos 1970, bem como a nova garagem, mais espaçosa do que a do sobrado no centro, e que permitiria o acesso do carro de João Gabriel Baptista naquela época.



Foto 8 – Garagem da casa de João Gabriel Baptista na zona leste de Teresina em 1982
Fonte: Acervo da família, 2023.

Na Universidade Federal do Piauí, no curso de Geografia, traduziu para sua atuação docente a experiência prática que construiu no decorrer dos anos em que trabalhou como engenheiro no Serviço Nacional de Malária, na Estrada de Ferro Central do Piauí e no Departamento de Estradas e Rodagem, compreendendo a importância de pesquisas de campo para a formação do geógrafo. Assim, ao rememorar a prática docente e as pesquisas de seu pai, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, aluna do professor no curso de Geografia da UFPI no início dos anos 1980 disse o seguinte:

[...] eu fui aluna dele. Tive o privilégio de ter sido aluna dele em... Quantas disciplinas? Humm... Cartografia II, Geografia do Brasil III, Prática de pesquisa de campo, humm, tem mais uma. Eu acho que foi umas quatro disciplinas, que eu fui aluna dele, tá? [...] Outros episódios de trabalho de campo, com ele, acompanhei muito ele no campo, até antes de eu ser aluna da universidade. Fui muito em viagem com ele de campo, foi com ele que eu aprendi a fazer campo, foi com ele que eu entendi a importância e a necessidade de normas, de regras para trabalho de campo; o que é uma responsabilidade muito grande pro professor tirar um aluno das... do seu espaço, do seu... né? Da sala de aula, do seu convívio, para ir pro campo, né? E eu lembro de um outro episódio. Eu não era aluna dele. Eu já estava estudando na universidade, mas eu não era aluna dele

naquela disciplina, né, eu fui para acompanhar. Eu aproveitava sempre que eu podia, né, e isso de certa forma, ele permitia, porque ele permitia outros alunos também pra acompanhar e eu lembro dos alunos terem pedido pra ir pro litoral, e eles pedindo para que eu pedisse pra ele pra gente ficar mais tempo no litoral pra aproveitar um pouco, já que a gente tinha encerrado o campo umas 10hs da manhã, pra ficar até de tarde, pra voltar só a tarde. Eu disse “Não.”. Ele disse “Ué, Beth, tu é filha dele”. “Eu não to aqui como filha dele, to como convidada. Então ele não vai aceitar de jeito nenhum porque aqui não é uma viagem a passeio.”. E não teve outra! Eu levei pra ele, porque eles me pediram, me imploraram pra fazer a solicitação, mas ele nem pestanejou, disse “Não, o ônibus vai sair comigo hora tal e quem quiser ficar, são todos adultos, maiores, fique por sua conta e risco.”. Todo mundo na hora tal, tal, dentro do ônibus, todo mundo voltou direitinho pra casa, pra Teresina. Então assim, ele tinha essa... essa responsabilidade muito grande como professor. Era o professor do diálogo, mas era um professor que levava muito a sério a sua responsabilidade como professor.

[...]

Ele falava um pouco. Ele falava um pouco sim da... Dos estudos dele, porque... Por conta das viagens de campo que ele fazia, né, ele sempre quando a gente fazia campo com ele, ele mostrava a ... Os locais... Que ele gostava de parar. Ele gostava de parar ali em Altos pra mostrar os horizontes do solo, que tinha uma área que mostrava bem claro assim, na estrada mesmo um recorte, né, na, na... No barranco que mostra bem claramente o horizonte do solo. Em Campo Maior a gente parava sempre ali também pra ver o rio Jenipapo... Então, assim, nas viagens de campo que fazia, ele ia comentando então os trabalhos dele, tá? O trabalho que ele mais comentou comigo e que na realidade quando ele fez esse trabalho eu ainda era adolescente, né, foi a viagem da nascente do rio Parnaíba, não é? Que ele tinha muito orgulho de ter participado, né, foi a primeira expedição científica, né, para comprovar o local da nascente do rio. Então ele conviveu bastante com o grupo que foi. Eu conheci na época, todo o grupo, né? Foi inclusive um jornalista da Rede Manchete, que esteve aqui, o David Olson. Então assim, esse foi um trabalho que ele tinha mais orgulho de ter feito, além de ter acompanhado alguns colegas em campo, né, como por exemplo, ele tinha também muito orgulho de ter participado do campo da dissertação de mestrado da doutora Iracilde. Ele tinha muito ciúme da dissertação dela, eu tenho ela ali ainda. Né, as vezes quando eu pegava ele reclamava: “Olha, cuidado, porque eu acompanhei a professora, foi muito bom esse trabalho”. Então ele comentava bastante das atuações dele. Lá em sete cidades também eu lembro da gente ter feito campo em Sete Cidades, que foi muito interessante, então... Ele gos-

tava de falar, sabe, as atividades dele. No campo quando a gente acompanhava ele, tanto em campo de aula quanto nas viagens particulares de família, de vez em quando ele lembrava e falava “Olha o que eu fazia com a turma aqui, turma tal.”, ele falava (BAPTISTA, 2021).

Assim, a partir das lembranças de sua filha, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, é verificável como no que se refere à sua atuação docente o então professor de Geografia da UFPI percebe a relevância da pesquisa de campo não apenas para o geógrafo em formação, mas para a produção do saber geográfico em si.

Ao pesquisador de Geografia, então, para o professor, faz-se necessário aliar o saber empírico com o teórico, sendo problemático produzir um trabalho na área na qual um estivesse desvencilhado do outro, podendo ser possível observar isto não apenas em sua prática docente, mas na própria forma como elabora o seu pensamento sobre a geografia e história do Piauí, bem como nas pesquisas que faz individualmente ou acompanhando outros intelectuais/pesquisadores, a exemplo da expedição para encontrar as nascentes do rio Parnaíba, publicada pela revista *Manchete* em sua edição 1346 no ano de 1978, ou mesmo nas pesquisas para a produção da dissertação de mestrado da professora Iracilde Maria de Moura Fé Lima, na época, sua colega de profissão na UFPI.

Não obstante isto, cabe ressaltar ainda a existência por parte de João Gabriel Baptista de constituir uma memória de si, não apenas com relação a suas produções intelectuais, cuidadosamente guardadas pelo sujeito ao longo de sua vida, a exemplo das publicações em jornais, recortadas e encadernadas pelo indivíduo, bem como quanto aos comentários realizados em momentos de lazer com a família, principalmente os filhos, de atividades realizadas por ele enquanto estava em campo com seus alunos ou individualmente durante a feitura de pesquisas individuais para suas futuras produções. As fotos 9 e 10 permitem visualizar exemplos de trabalhos de campo executados em conjunto com seus alunos da Universidade Federal do Piauí no início dos anos 1980, especificamente em 1984, no Parque Nacional de Sete Cidades localizado próximo a cidade de Piracuruca no Piauí.



Foto 9 – Trabalho de campo em 1984 com uma turma de Geografia da UFPI
 Fonte: Acervo da família, 2023.



Foto 10 – João Gabriel Baptista em trabalho de campo em Sete Cidades nos anos 1980
 Fonte: Acervo da família, 2023.

O que fica, então, da atuação docente de João Gabriel Baptista? Um professor marcado pela seriedade de seu trabalho, conforme rememorado por uma de suas filhas? Um docente que não se furtava a rir de situações cômicas ocorridas na sala de aula, em uma lembrança afetiva de um de seus filhos? Um educador que temia possíveis represálias a si e aos filhos

em momentos de exceção no qual vivenciaram no espaço acadêmico? Um profissional preocupado com a constituição de si enquanto intelectual, que se concentrava, muitas vezes, em estudar, pesquisar e produzir sobre a geografia e história de seu estado, ou seja, do Piauí?

Certamente pensar a biografia de um indivíduo não é tarefa simples, muito menos pode se reduzir a uma suposta ideia de que o sujeito é idêntico a si mesmo, esquivando-se das constantes contradições que nos acompanham no decorrer da vida e que marcam nossas experiências à medida que (re) figuram quem somos, quem estamos e quem futuramente nos tornaremos (OLIVEIRA, 2018).

Refletir, então, sobre sua atuação docente, resvalou nestas múltiplas sensibilidades, que iam desde a sentimentos experimentados durante a prática docente até alterações em seu cotidiano em função da vida profissional, bem como aos modos que a atuação enquanto professor possibilitou que este se constituísse enquanto intelectual, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970.

Deste modo, para o tópico seguinte temos por objetivo tratar especificamente sobre sua produção intelectual, como desenvolveu seu pensamento sobre a geografia e história do Piauí, como buscou constituir uma memória de si acerca desta produção, além de como aliou a empiria com a teoria para desenvolver seus estudos publicados e não publicados, constituindo-se, assim, um intelectual legitimado pelos pares a partir de fins dos anos 1970 com seu ingresso na Academia Piauiense de Letras.

2.3 João Gabriel Baptista e a constituição de um intelectual na segunda metade do século XX em Teresina (PI)

“Esse foi um dos maiores momentos de minha vida”
(O DIA, 1989, p. 1)

Em uma sala pequena, aparentemente um escritório, cercado por estantes com livros que não escondem sua idade, alguns amarelados, outros com páginas que já se deterioraram frente as intempéries do tempo, outros cobertos por teias de aranha, indicando que há muito não são tocados. Nesse local, antes ocupado por um sujeito diariamente, principalmente para realização de leituras, escondido em meio a diversos outros materiais de Geografia e História, encontravam-se três pequenos cadernos de desenho.

Estes cadernos, cuidadosamente guardados entre diversos outros materiais de estudo e de pesquisa, no interior de suas páginas, era possível encontrar dezenas de recortes de jornais, páginas e mais páginas de periódicos piauienses publicados entre os anos de 1962 e 1966 em Teresina.

Tratava-se de lembranças cautelosamente conservadas, minuciosamente selecionadas à medida que os jornais eram publicados e chegavam às mãos do indivíduo em questão. O conteúdo? Publicações do próprio sujeito. Textos de pesquisas em Geografia e História que ele mesmo havia realizado e que no momento compartilhava com o público letrado piauiense daqueles periódicos em questão.

Talvez uma pessoa desavisada ou que apenas estivesse limpando aquele velho escritório passaria rapidamente a vista nestes cadernos e logo os descartaria. Talvez se questionasse: mas por que o professor teve o cuidado de guardar estes recortes de jornais sem identificação? Ainda assim, sem conseguir estabelecer um sentido para o ato do sujeito, este se perderia no tempo e logo cairia no esquecimento.

Ao olhar do pesquisador em História, no entanto, esta conduta por parte do indivíduo não apenas não decorre à toa como guarda em si uma série de subjetividades que extrapolam o documento. Neste sentido, a fonte hemerográfica, isto é, o jornal, assume novos sentidos e passa a compor um novo tipo de fonte, agora interpelado diretamente pelo sujeito que teve o cuidado de alterar sua forma objetivando constituir uma memória de si por meio de uma escrita de si.

Assim, no caso de João Gabriel Baptista, a constituição de uma identidade enquanto intelectual, tanto para si como em projeção para os outros, é algo que perpassa o sujeito a partir de fins dos anos 1950 até o fim de sua vida, tratando-se de questão que se reflete ao longo do tempo não necessariamente em uma escrita autorreferenciada ou autobiográfica, mas na preservação de documentos que legitimariam ou conservariam essa memória de si, isto é, sua atuação na geografia e história do Piauí, consequentemente sua identificação enquanto intelectual. Ao historiador, então, é necessário, ao tratar esse tipo de fontes, compreender que

[...] essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita — como é o caso das autobiografias e dos diários —, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções [...] O ponto

central a ser retido é que, através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado (GOMES, 2004, p. 11).

Cabe destacar que, nesse sentido, a memória se torna elemento fundamental para a edificação de uma identidade, tendo em vista que “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 5), que possibilita a construção de uma imagem de si, ou do seu, uma perspectiva sobre si, bem como uma projeção de si para os outros.

Desta forma, a identidade, construída por meio da interface entre a memória coletiva e individual, se torna uma relação estabelecida entre o indivíduo e o coletivo, de modo que os seus significados são construídos por meio da Alteridade, isto é, pelo que o sujeito diz de si, mas pela forma como os outros o percebem também. Este empenho em estabelecer uma identidade para si, vinculado em muitos casos a um suposto sentimento de coerência, coesão, unidade e continuidade, especialmente ao considerarmos identidades coletivas, ocorre porque “[...] o ‘eu’ do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico que as práticas culturais de produção de si se tornam possíveis e desejadas, pois são elas que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo” (GOMES, 2004, p. 13).

Para João Gabriel Baptista, então, o cuidado em conservar e preservar suas produções acadêmicas, especialmente aquelas publicadas em documentos mais frágeis e fáceis de se perderem no tempo, como o caso dos jornais, assume este sentido, isto é, uma necessidade por parte do sujeito de constituir uma identidade para si enquanto intelectual por meio de uma produção de si legitimada em seu caso pela manutenção de elementos materiais que permitiriam a construção desta identidade. A foto 11 apresenta um dos cadernos preservados pelo sujeito em questão.

O recorte em questão não apenas denota a preocupação do sujeito com a preservação³⁰ de documentos considerados pertinentes para si, mas também o cuidado com o que era publicado, haja visto a “correção” feita em um dos verbetes do documento apresentado e publicado no jornal “O DIA”, possivelmente para que em uma futura publicação fosse corrigido ou realizado uma errata.

30. Cabe destacar que os documentos conservados pelo sujeito não se limitaram a suas produções acadêmicas, mas também a seus textos literários, não apenas cuidadosamente preservados em seu escritório no decorrer das décadas, mas também encadernados em capa dura, ainda que nunca tenham passado por um processo de editoração e posterior publicação.



Foto 11 – Recorte de publicação no jornal “O DIA” preservados por João Gabriel Baptista

Fonte: Acervo da família, 2023

Não apenas nestas publicações, mas também em suas produções publicadas em livros, especialmente aquelas que tiveram mais de uma edição, a exemplo de “Geografia Física do Piauí”, com a primeira edição publicada em 1975 através do Plano Editorial do Estado (TÔRRES, 2010), João Gabriel Baptista teve essa preocupação em corrigir aspectos presentes em sua produção para edições em anos posteriores, deixando estas correções anotadas em manuscritos que, posteriormente, se traduziram em novas edições de suas obras.

Além disso, nas poucas entrevistas que concedeu e que tratavam sobre sua biografia, considerando sua suposta “relevância” para o estado do Piauí na área de Geografia, há sempre uma preocupação por parte do sujeito da manutenção de uma trajetória ilibada e inteligível, constituindo-se

em uma narrativa marcada pela ilusão biográfica, pelos “sempre”, tão cara a Bourdieu (2006), por uma suposta ideia de linearidade e necessidade de racionalizar uma trajetória que, a partir de seu olhar no tempo presente, transcorreu do modo que deveria ser. Deste modo, destaca na entrevista cedida a Barros (2001, p. 6): “Cheguei onde cheguei porque sempre andei absolutamente correto, nunca fiz besteiras [...] Eu sempre dediquei meu tempo às minhas atividades profissionais e à minha família [...]”.

Outra questão a se destacar por meio desta fonte e que dialoga com as pesquisas realizadas e textos escritos por João Gabriel Baptista nos anos que seguem até o início dos anos 1990 relaciona-se diretamente com os motivos que legitimaram ao sujeito a necessidade de elaborar sua produção acadêmica. Para além da vontade de se inserir nas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1998) existentes na época em Teresina, incide ainda sobre o indivíduo a necessidade de preencher lacunas que, em sua opinião, outros estudos da época ou mesmo pregressos não tratavam, bem como uma questão identitária diretamente alusivo a um “ser piauiense”.

Não é por acaso, então, que destaca a importância na época de “[...] trazer ao conhecimento dos leitores das coisas piauienses, nomes de nossa história, de nossa geografia e de nossos costumes, pouco conhecidos [...]” (BAPTISTA, O DIA, 1966, p. 1). Tratava-se de uma percepção que o sujeito tinha no momento sobre os estudos nas ciências humanas no Piauí, particularmente na área de Geografia na qual atuava havia alguns anos, isto é, a existência de certas lacunas ao se tratar desse conhecimento no estado.

Não obstante isso, certamente estes estudos também se tornaram pertinentes para que o sujeito pudesse legitimar sua prática docente na FAFI e, posteriormente, na UFPI, haja visto as disciplinas que ministrava nestas instituições, a exemplo de Cartografia, disciplina pela qual foi inicialmente convidado para se tornar professor na FAFI, Geografia do Brasil, Prática de Pesquisa de Campo (BAPTISTA, 2021), dentre outras, que exigiam conhecimentos sobre a geografia do estado.

Além disso, a questão da identidade também se faz presente enquanto um elemento relevante no que se refere aos porquês das escolhas realizadas por João Gabriel Baptista nos caminhos que decide percorrer no âmbito profissional e nas identidades que constrói ao longo da sua vida, especialmente a de professor e intelectual no cenário piauiense neste momento.

Não foi sem motivo, então, que na primeira publicação dos verbetes piauienses no jornal “O DIA” o sujeito identificou-se enquanto “O

PIAUIENSE”, tratando-se de um destaque feito tanto para o público, no sentido de legitimar as questões que ali apresentava, haja visto que o próprio indivíduo era um filho do Piauí, portanto, teria propriedade para tratar de sua história e geografia, mas também pelo próprio sentimento de pertencimento que mantinha com o estado, imputando-lhe também demandas sobre as pesquisas que desejou realizar ao longo de sua vida.

Não sabemos, no entanto, a partir de que momento esta identidade relacional (WOODWARD, 2014) ao Piauí foi construída, especialmente considerando que ao rememorar sua trajetória e seu retorno ao território piauiense, João Gabriel Baptista ponderou muito mais sobre a questão profissional do que um suposto sentimento de pertencimento ou mesmo relações familiares quanto aos motivos que o levaram a voltar ao Piauí nos anos 1940.

Em algum período, porém, entre o seu retorno e até os anos 1960 e 1970, quando seus filhos passam a construir sua memória afetiva quanto a seu pai, bem como considerando a própria publicação nos jornais da época, a exemplo desta última citada no jornal “O DIA”, é perceptível que um suposto sentimento de pertencimento ao Piauí, portanto de identidade (HALL, 2006), passa a influenciar nos motivos que o levaram a realizar e produzir pesquisas sobre o Piauí, particularmente acerca da Geografia do estado.

Sobre os motivos que o motivaram a seguir o trajeto profissional na área da Geografia tanto Elisabeth Mary de Carvalho Baptista como Maria do Socorro Baptista Barbosa, duas de suas filhas, destacam a importância da questão identitária afirmando o seguinte:

A única coisa que eu lembro dele comentar é que a cartografia foi que tinha levado ele para a geografia, né, e de que ele tinha influência dos dois tios dele, tanto tio Benjamin quanto tio Mário, que também eram geógrafos e historiadores e eu acho que essa influência que levou ele a, a, a ... A se apaixonar também pela Geografia. E eu acredito também que toda a atuação dele, porque todo o perímetro de atuação profissional dele exigia que ele viajasse pelo território do estado. E isso fez com que ele fosse começar né, a se apaixonar [...] Eu acho que tudo isso foi levando ele a se apaixonar pela geografia e pela história do estado dele. Então, assim, ele era uma apaixonado pela geografia e pela história, ele era um apaixonado pela história dos índios, falava muito, né, por mapas, afinal, né, a grande atuação dele é na cartografia. Fazia mapas como ninguém fazia mapas, a mão [...] (BAPTISTA, 2021).

[...]

[...] Geografia era a paixão dele. Ele é muito interessante isso porque ele era engenheiro, mas a grande paixão da vida dele era geografia do Piauí, né. Em termos de conhecimento era o que ele mais gostava de trabalhar, era o que ele realmente tinha, tinha um amor muito grande pelo estado, pelo rio Parnaíba e por ensinar sobre isso. Ele tinha um prazer muito grande de falar sobre isso, então, eu acredito mesmo. Ele, ele chegou algumas vezes a dizer que era muito melhor dar aula de geografia. Uma pessoa que tinha formação em engenharia e chegou a dar aula de todas as disciplinas do curso de Geografia, pelo menos as disciplinas da área física, mostra exatamente o amor que ele tinha por essa geografia, né. Não era o mesmo amor que ele tinha pela matemática, embora ele soubesse muita matemática, né. Eu aprendi algumas coisas com ele de matemática quando eu tinha dúvidas. Quem vai puxar esse lado da matemática dele é o meu irmão Orlando, né. Agora Geografia era a paixão dele, então, assim dar aula de Geografia, eu acho que ele nunca sonhou em fazer isso até que um dia ele foi convidado a dar aula de cartografia no curso de Geografia ainda da FAFI porque não tinha outro cartógrafo no Piauí, ele era o único na época e aí tá. “Professor Gabriel, o senhor aceita?”. “Aceito.”. E pronto aquilo se tornou a paixão dele, né. Dali pra frente foi cartografia, foi geografia física e outras coisas. A quantidade de livros que ele publicou sobre geografia física do Piauí eu acho que indica claramente esse amor que ele tinha pela geografia, né, e pelo rio Parnaíba também. “Nascentes de um rio”, “A Via Crucis de um Rio”, que é um dos textos mais bonitos que eu já li sobre o rio Parnaíba, então acho que ele foi muito mais feliz como professor de Universidade do que como professor de segundo grau. Com certeza ele gostava, ele tinha um carinho [...] (BARBOSA, 2019).

Desta forma, nas lembranças das professoras, a questão afetiva, aparentemente, influenciou bastante nas escolhas realizadas por seu pai, ou pelo menos esta foi a percepção que tiveram e construíram em sua memória durante o ato de rememoração do período em que conviveram juntos.

De todo modo, suas lembranças corroboram com a própria publicação feita pelo autor ainda nos anos 1960, indicando como a questão identitária esteve presente e também referenciou as decisões e os caminhos percorridos por João Gabriel Baptista, principalmente no tocante às pesquisas que optou por realizar ao longo de sua vida, destacando-se seus estudos sobre a geografia do Piauí, particularmente na área de Cartografia e Hidrografia. Ao compreendermos, então, que a História é marcada pelo heterogêneo em detrimento a uma suposta homogeneidade, entendendo que a experiência humana é assinalada pelo singular, pelo diferente, por relações estabeleci-

das entre esta heterogeneidade que sublinha os indivíduos e refletem nas ações e no imaginário destes últimos, interessando ao historiador e à produção de sua narrativa, principalmente, os elementos que compõem esta Diferença (ALBUQUERQUE JR., 2007).

Neste sentido, ao analisarmos sua trajetória profissional, cabe destacar como se diferencia no cenário intelectual piauiense não por ser o primeiro a ter uma produção na área de Geografia sobre o Piauí, tendo em vista a existência de autores que já trataram do tema previamente, a exemplo de David Caldas³¹, Benjamin Baptista³², Mário José Baptista³³, Odilon Nunes³⁴, dentre outros, mas por ser o primeiro a ter uma produção sistemática nesta área do conhecimento legitimada pelo lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado pelo sujeito na época, isto é, o espaço universitário na condição de docente do curso de Licenciatura em Geografia na FAFI e, posteriormente, na UFPI.

Por este motivo, interessa-nos para esta narrativa as condições históricas que permitiram a elaboração de seu pensamento, isto é, de sua produção acadêmica em Geografia e em História, bem como de que modo sua inserção no cenário intelectual da época também possibilitou que realizasse e divulgasse sua pesquisa/produção entre os pares, professores e intelectuais neste contexto.

Assim, ao considerarmos sua produção acadêmica, tanto as obras publicadas como aquelas não publicadas, algumas questões tornam-se per-

31. Nascido em Barras em 1836 e falecido em Teresina em 1879, foi um político, jornalista, professor e escritor. Atuou de modo significativo na imprensa piauiense na segunda metade do século XIX até sua morte. Foi ainda deputado estadual, professor da Escola Normal Oficial e do Liceu Piauiense, além de ter assumido outros cargos no governo provincial. Escreveu obras de aspectos variados, destacando-se aqui o seu “Relatório de viagem feita de Teresina até a cidade de Parnaíba” de 1867, no qual registra diversos dados e descrições do rio Parnaíba até o seu delta, tratando ainda sobre a vila de Amarração, as populações dos locais em que passava, clima, vegetação etc., podendo-se considerar como um documento geohistórico na contemporaneidade (GONÇALVES, 1997).

32. No início do século XX ressalta-se a publicação de sua obra denominada “O Piauí” que tratava de uma série de questões referente ao estado e seus municípios, notadamente sua população, clima, orografia, condições sanitárias e posição geográfica (GONÇALVES, 1997). O sujeito em questão foi influência intelectual de João Gabriel Baptista e também seu tio.

33. Destaca-se a sua obra publicada em 1927 chamada “Hidrografia e Orografia do Estado do Piauí” (GONÇALVES, 1997), tendo sido uma das influências intelectuais de João Gabriel Baptista, além de um de seus tios.

34. Pode-se citar, por exemplo, o seu artigo na revista Econômica Piauiense de 1957 intitulado “Geografia e História do Piauí: um documento do século XVII” no qual trata sobre uma das primeiras fontes escritas acerca do Piauí, isto é, “Descrição do Sertão do Piauí” produzido em 1697 pelo Padre Miguel de Carvalho, indicando este com um dos primeiros documentos sobre a geografia e história do território piauiense ainda no período colonial (MOURA, 2010).

ceptíveis, isto é, os temas e recortes escolhidos pelo sujeito, com estes não podendo ser percebidos enquanto aleatórios, mas sim seguindo uma lógica do próprio indivíduo e atendendo a interesses próprios por parte deste, bem como a maneira como elabora suas narrativas, estabelecendo diálogo da teoria com a empiria à medida que trata sobre o Piauí.

Não é por acaso, então, que o rio Parnaíba assume papel central em sua produção, sendo preocupação do autor em várias de suas narrativas, a exemplo de “Nascentes de um Rio” (1971) e “A Origem do Rio Parnaíba (Uma tese)” (1986), assim como estudos mais gerais sobre o Piauí, como “Geografia Física do Piauí” (1975). Tratava-se de pesquisas que, para o autor, preenchiam lacunas no campo geográfico no Piauí que até este momento ainda não haviam recebido a devida atenção, conforme percebido nas apresentações e prefácios de suas obras indicadas a seguir:

[...] Mestre João Gabriel Baptista proporciona às letras especializadas mais uma valiosa contribuição, com o lançamento da sua “Geografia Física do Piauí” [...] Fiel ao estudo da Geografia, ofereceu-nos “Nascente de um rio” e “Resumo Corográfico do Estado do Piauí” e tem a publicar um substancial “Dicionário Geográfico Brasileiro”, com verbetes relativos ao Piauí. O acreditado professor da Universidade Federal do Piauí tem, todavia, na “Geografia Física do Piauí”, a sua mais importante contribuição às nossas letras geográficas, **preenchendo uma lacuna que há muito reclamava solução** [...] O autor mostra nos capítulos em referência volumoso conteúdo, sendo de ressaltar as cansativas pesquisas que realizou. Não se trata de mero trabalho de coleta de dados e informações; há pesquisas e trabalhos de campo, indispensáveis a uma obra deste vulto [...] É muito bom que mestre João Gabriel Baptista tenha se dedicado a tão significativa tarefa. Afinal, “ninguém ama o que desconhece” e o livro revela o Piauí aos piauienses. Suas carências, suas possibilidades, suas potencialidades. O livro é um convite ao conhecimento do Piauí [...] (SILVEIRA FILHO, 1975, p. 1-2, grifo nosso).

[...]

Apresentamos ao público e, em especial, aos escolares piauienses, um RESUMO COROGRÁFICO DO ESTADO DO PIAUÍ, **tentando preencher uma lacuna existente no Ensino Primário**. Desejamos para ele a benevolência e o estímulo de seus possíveis leitores. Àqueles e a estes solicitamos encaminhar sugestões, notas, corrigendas e quaisquer outras observações que devam ser feitas, para melhor compreensão e para que possa servir melhor à mocidade de nossa terra (BAPTISTA, 1971, p. 1, grifo nosso).

Ainda que tenhamos indicado anteriormente acerca da parca existência de estudos sobre a geografia do Piauí, o que corroboraria com o discurso realizado pelo sujeito e pelos seus pares no sentido de preencher lacunas deste conhecimento no Piauí, é mister inferir que certamente também foi um modo de legitimar e garantir relevância às suas pesquisas frente ao cenário intelectual para que estas pudessem estar integradas àquelas que também tiveram a oportunidade de serem publicadas nesta época.

Além disso, a própria inserção nas redes de sociabilidades dos intelectuais (SIRINELLI, 1998) neste momento também possibilitou e contribuiu para que pudesse compor o grupo de pesquisadores que tiveram a oportunidade de publicar suas obras neste início dos anos 1970, como foi o caso de “Resumo Corográfico do Estado do Piauí”, publicado em 1971, e “Geografia Física do Piauí”, editorado algum tempo depois no ano de 1975, ambos através do governo do estado.

Assim, tanto no caso de “Resumo Corográfico do Estado do Piauí” como de “Geografia Física do Piauí” certamente a amizade³⁵ construída com José de Arimathéa Tito Filho³⁶ constituiu papel relevante na seleção de João Gabriel Baptista para que suas obras pudessem ser contempladas com a publicação. Sobre esta última relação estabelecida entre os dois indivíduos, a filha mais nova do sujeito, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, disse o seguinte:

Ele tinha uma relação de muita amizade com os acadêmicos, né, ele tinha muito orgulho de ser, por fazer parte da academia. Ele tinha uma amizade muito estreita com o professor Arimathéa Tito Filho, que foi um presidente da academia, quando ele... Que... Constava... Quando a academia né, ganhou a sede, então era o presidente, era o Arimathéa Tito Filho, tá? Mas tinham outros que foram muito amigos dele ou que tiveram contato bem forte com ele, né? O professor Raimundo Santana, hum... Hum... Acredito que, eu acho que o pro-

35. O professor José de Arimathéa Tito Filho compôs, juntamente com Álvaro Ferreira e Simplicio de Sousa Mendes, a banca examinadora que avaliou João Gabriel Baptista (1920-2010) para o seu ingresso no Liceu Piauiense (BARROS, 2001), denotando que, possivelmente, o início da relação estabelecida por ambos os sujeitos remonta a este momento

36. Nascido em Barras (PI) em 1924 e falecido em Teresina em 1992, era formado em Direito, tendo sido jornalista, literato, historiador e professor no decorrer de sua carreira. Foi docente no Liceu Piauiense e na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, além de colaborador em diversos jornais piauienses. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e da Academia Piauiense de Letras, tendo presidido esta última por duas décadas, sendo ainda autor de inúmeras obras, tanto de literatura como de história (GONÇALVES, 1997; NASCIMENTO, 2015).

fessor Júlio Romão também, professor Benjamin do Rego Monteiro, hum... Professor Paulo Nunes, professor... O professor... Paulo Freitas, poeta Hardi Filho, professor Paulo Freitas, e tem outros [...] (BAPTISTA, 2021).

Cabe destacar que a existência de laços afetivos entre os sujeitos torna-se pertinente no contexto do início dos anos 1970 especialmente pelo lugar social (CERTEAU, 1982) que ambos ocupavam, mas principalmente o de José de Arimathéa Tito Filho, haja visto que no início da década este último encontrava-se na posição de Secretário de Estado da Educação e Cultura³⁷ no governo estadual de João Clímaco de Almeida³⁸ no Piauí e, posteriormente, passa a ocupar a função de presidente da Academia Piauiense de Letras, assumindo papel relevante no cenário intelectual e cultural neste momento (TÔRRES, 2010; NASCIMENTO, 2015), consequentemente influenciando diretamente a trajetória intelectual de João Gabriel Baptista.

Assim, é durante a breve atuação de José de Arimathéa Tito Filho na Secretaria Estadual de Educação e Cultura no Piauí que João Gabriel Baptista tem sua primeira oportunidade de publicação através do Estado, tendo a obra “Resumo Corográfico do Estado do Piauí”, destinada às escolas primárias piauienses, sido diretamente financiada pelo governo estadual durante a gestão de João Clímaco de Almeida.

Não é por acaso os agradecimentos destinados por João Gabriel Baptista ao Ex-Governador João Clímaco de Almeida e ao Ex-Secretário de Estado da Educação e Cultura logo no início da obra, muito menos sem razão aparente o motivo destes agradecimentos estarem presentes nesta. Permitem, por sua vez, inferir que o convite para publicação e a editoração do livro tem início a partir do momento que João Clímaco assume o governo estadual, haja visto o curto período de sua gestão, bem como a existência de uma relação entre João Gabriel Baptista e José de Arimathéa Tito Filho, possivelmente em função de terem atuado enquanto docentes nos mesmos

37. Segundo Nascimento (2015), José de Arimathéa Tito Filho foi nomeado ao cargo de Secretário de Estado da Educação e Cultura no Piauí no início do ano de 1970 permanecendo nesta posição durante um ano e deixando-a quando se torna presidente da Academia Piauiense de Letras, após o falecimento de Simplicio de Sousa Mendes, função esta que exerce no decorrer de duas décadas.

38. Nascido em 1910 em Teresina (PI) e ido a óbito na mesma cidade em 1996, foi um político e bancário, tendo assumido os cargos de vereador, deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa, deputado federal e vice-governador. Tornou-se governador por um breve momento após a renúncia de Helvídio Nunes entre 15 de maio de 1970 até 15 de março de 1971 (GONÇALVES, 1997; NASCIMENTO, 2015).

espaços, ou seja, o Liceu Piauiense e a FAFI (GONÇALVES, 1997).

Nos anos que seguem, João Gabriel Baptista se insere de modo mais significativo no cenário intelectual local, tornando-se um dos autores contemplados no Plano Editorial do Estado (TÔRRES, 2010) e, pouco tempo depois, sendo eleito para a Academia Piauiense de Letras. Em ambas as situações é possível inferir a importância dos laços construídos com os intelectuais da época entre os anos 1960 e 1970, principalmente com José de Arimathéa Tito Filho.

Se no início dos anos 1970 foi esta relação que facilitou ou garantiu a publicação de sua obra “Resumo Corográfico do Estado do Piauí” em função do cargo que José de Arimathéa Tito Filho detinha no governo do estado, em meados da década novamente a influência deste último e a própria atuação social de João Gabriel Baptista, furtando-se de criticar o regime que viviam no momento, o favoreceu, possibilitando a publicação da primeira edição de sua “Geografia Física do Piauí”, considerada futuramente seu trabalho de maior destaque.

Deste modo, com a política cultural adotada na época pelo governo estadual, objetivando a publicação de autores nas áreas de Literatura, História e Geografia que legitimassem ou dessem o devido valor a um sentimento de pertencimento a nação, isto é, a uma identidade nacional, bem como o fomento a certas instituições, a exemplo da Academia Piauiense de Letras, “[...] o Estado parecia favorecer, entre alguns intelectuais, uma relação de dependência, baseada em pactos que beneficiavam instituições e intelectuais, caso estes agissem de modo a assessorar a cultura [...]” (TÔRRES, 2010, p. 12).

Nesse sentido, José de Arimathéa Tito Filho assumiu um papel de destaque, haja visto sua posição na Academia Piauiense de Letras, tendo sido um dos membros da Comissão de Elaboração do Plano Editorial do Estado, tornando-se um dos responsáveis pela seleção das obras que deveriam ser publicadas naquele contexto (NASCIMENTO, 2015).

Não é sem motivo, então, os agradecimentos presentes em sua obra inicial, muito menos o destaque a existência de “lacunas” no estado no tocante ao conhecimento geográfico, tratou-se de um modo do autor, de João Gabriel Baptista, e seus pares, como José Camilo Silveira Filho³⁹, de legi-

39. Natural de Teresina, nasceu em 1927 e faleceu em 2004. Formado em Direito foi um escritor, professor e político, tendo assumido diversas funções e cargos no governo do estado, além de ter sido docente no Liceu Piauiense, na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí e na Universidade Federal do Piauí, nesta última assumindo ainda o cargo de reitor. Foi ain-

timar a suposta necessidade ou importância de publicação de suas obras.

Cabe destacar, no entanto, que observando a relação de obras publicadas na época é interessante a presença reduzida de textos que versavam sobre a geografia do Piauí, havendo uma preponderância significativa de livros de história e literatura, além de trabalhos sobre economia e direito, bem como biografias, autobiografias e memórias, com a produção de João Gabriel Baptista sendo uma das poucas publicações na época especificamente na área de Geografia (TÔRRES, 2010).

A publicação reduzida na área em questão pode corroborar com o discurso veiculado por João Gabriel Baptista e seus pares sobre sua produção, mas também pode significar que outros autores na época que estavam refletindo sobre estas questões não foram contemplados pelas políticas culturais da época, tendo em vista a possibilidade de estarem vinculados a setores críticos ao governo da época ou a novas manifestações culturais, optando-se por privilegiar autores que estivessem vinculados ou mantivessem relações com instituições como a Academia Piauiense de Letras, Universidade Federal do Piauí, dentre outras.

Assim, a citação da edição de 23 de setembro de 1973, por parte do jornal do Rio de Janeiro “Jornal do Brasil”, destacado no início deste capítulo, acerca das pesquisas realizadas pelo professor João Gabriel Baptista enquanto parte da estratégia estabelecida pelo então governador do estado Alberto Tavares Silva para solucionar o problema de litígio com o estado vizinho do Ceará naquele momento, corrobora não apenas com a inserção deste sujeito no cenário intelectual, que se legitimaria a partir de seu ingresso na APL nos anos seguintes, mas com o seu afastamento de elementos que fossem críticos à conjuntura que se vivenciava na época. A foto 12 registra na solenidade de posse o momento no qual proferiu seu discurso de ingresso no início de 1978 na egrégia casa.

da membro da Academia Piauiense de Letras, além de ter tido uma atuação pertinente no tocante à imprensa piauiense, bem como autor de diversas obras de história, especialmente sobre o Piauí (GONÇALVES, 1997).



Foto 12 – João Gabriel Baptista em seu discurso de posse na Academia Piauiense de Letras em 1978

Fonte: Revista da Academia Piauiense de Letras, 1979.

Na ocasião, José Miguel de Matos realizou a saudação do novo acadêmico dando-lhe as boas-vindas à instituição e tratando de sua trajetória até seu ingresso na Academia Piauiense de Letras. João Gabriel Baptista nesse momento assumia a cadeira de nº 3, de patrono o Padre Joaquim Sampaio, tendo sido ocupada primeiramente por Fenelon Castelo Branco e em seguida por Cromwell Barbosa de Carvalho, sendo então o seu terceiro ocupante. No discurso de posse o novo acadêmico em sua oratória evoca as figuras do patrono da cadeira e dos acadêmicos que o antecederam nesta, destacando a relevância destes para a instituição (REVISTA DA ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS, 1979).

Deste modo, o convite para prefaciar “Geografia Física do Piauí” realizado a José Camilo Silveira Filho, na época reitor da Universidade Federal do Piauí, tendo sido anteriormente professor na FAFI, denota a relação que João Gabriel Baptista já vinha estabelecendo com os intelectuais daquele período, especialmente através da sua atuação no espaço acadêmico na FAFI e, posteriormente, na UFPI, com a consolidação desta relação no decorrer dos anos 1970 com o seu ingresso na Academia Piauiense de Letras em 9 de janeiro 1978, quando toma posse, haja visto que se tratou do momento em que efetivamente edifica sua identidade enquanto intelectual perante seus pares e a sociedade.

Não é por acaso, então, que o sujeito, ao rememorar o período, o identifica enquanto “[...] um dos maiores momentos de minha vida. Era um fato a entrada de um pesquisador na APL, ocupando a cadeira de um literato [...]” (BAPTISTA, 1989, p. 1) e nem se trata de algo sem motivo o destaque nas lembranças de sua filha, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, sobre a importância dada a seu pai acerca da Academia Piauiense de Letras, conforme observado a seguir:

[...] ele tinha muito orgulho de ter entrado na academia por ser geógrafo, pelos textos acadêmicos e científicos dele, e não por textos literários, né? [...] e meu pai não faltava, era sagrada pra ele a reunião aos sábados na Academia Piauiense. Era tão sagrada, Marcus, que ele esquecia até de mim. Teve um episódio que... Eu não ia dia de sábado. Sábado não era o meu dia. Era de segunda à sexta. Mas às vezes, por algum motivo, ou para compensar uma falta, ou pra algum trabalho que a gente tinha deixado inacabado e aí a biblioteca pedia que eu fosse no sábado para adiantar esse trabalho. No sábado que eu fui, eu sempre... Eu ia antes, né, porque ele... O horário das reuniões eram dez horas da manhã e o meu horário de trabalho era oito horas, né, então eu fui de ônibus, oito horas da manhã, pra voltar com ele meio-dia. E ele empolgado com a Academia... Muitas vezes depois da Academia ele ia almoçar, ou ia pra confraternizações com os colegas acadêmicos e ele simplesmente foi embora e se esqueceu de mim. Quando eu percebi o silêncio lá em baixo, que eu descii, o vigia tava fechando o portão. A sorte foi que o vigia ainda me viu, ainda não existia celular, né, eu nem sei como eu teria saído de lá. Ele tinha uma paixão grande demais pela Academia. A Academia pra ele era sagrada. Dia de sábado, podia acontecer o que acontecesse, ele não faltava à academia. Ele só deixou de frequentar realmente quando a condição de saúde dele não permitiu mais. Aí ele deixou de ir. Mas era muito sagrado. E ele comentava assim... Era muito divertido, ele não faltava às reuniões, não faltava nos eventos, ele fazia de tudo pra não faltar aos eventos. Quando a gente podia ir junto, melhor ainda, né? Foram muitos eventos com ele na Academia, lançamento de livro, as posses, né? Então é assim, ele... Era... Era um ambiente, assim, em que ele se sentia muito bem. Ele se sentia em casa. Ele foi secretário da academia, né, ele foi secretário. Acho que na gestão do Arimathéa foi secretário, mas a gente pode verificar isso nas revistas da Academia. Então, assim, ele se sentia muito bem na Academia Piauiense de Letras. Talvez fosse uma segunda casa para ele porque era onde ele, ali da Universidade Federal, era onde ele estava no meio dos pares dele, né? Aí ele era muito feliz na Academia.

É notável, então, a importância dada por João Gabriel Baptista às re-

lações estabelecidas com outros acadêmicos e intelectuais, ou seja, sua inserção nestas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1998), a partir das lembranças de sua filha. Do mesmo modo é notório o valor dado pelo sujeito quanto a ocupar este lugar social (CERTEAU, 1982) comumente associado ao meio intelectual no estado.

Tratou-se de um momento, então, no qual constituiu sua identidade enquanto intelectual, sendo as redes e os afetos existentes na época peças fundamentais para que pudesse publicar suas primeiras obras nos anos 1970 e no final da década ingressar na Academia Piauiense de Letras assumindo uma cadeira junto aos demais membros. Assim, nos anos seguintes, o agora acadêmico passou a integrar diversas atividades da instituição em consonância com os pares, como em 20 de dezembro de 1986, após notícia de falecimento de Dom Avelar Brandão Vilela no periódico “Notícias Acadêmicas”⁴⁰, no qual

[...] às 10 horas de sábado reuniu-se a casa de Lucídio Freitas e todos os presentes – A. Tito Filho, Armando Basto, Clidenor Freitas Santos, João Gabriel Baptista, José Miguel de Matos, Patrício Franco, Manoel Felício Pinto, Ofélio Leitão, Paulo Freitas, William Palha Dias e Wilson Brandão – disseram sobre o extinto palavras de saudade e de elogios à sua grande e inesquecível obra de Pastor [...] (D. AVELAR, Notícias Acadêmicas, 1986, p. 1).

Mesmo que o periódico tivesse por finalidade evidenciar as ações realizadas pela Academia, bem como as atividades sociais e culturais nas quais esta e seus acadêmicos participassem (MOURA, 2010), notadamente ressaltando estes sujeitos, o que nos interessa aqui são os registros de João Gabriel Baptista, haja visto que nos permitem inferir sobre sua inserção nestas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1998) dos intelectuais neste contexto, mesmo em eventos fúnebres, como no caso de falecimento de algum acadêmico, exemplificado aqui pelo momento em que Dom Avelar veio a óbito.

Deve-se destacar, segundo Moura (2010), que os anos 1970 e 1980, momento em que João Gabriel Baptista ingressa enquanto um dos acadêmicos da APL, tratar-se-ia de uma das conjunturas de maior atividade da instituição, com a instalação da atual sede da academia em 1986, além da

40. Criado em 1986 pela Academia Piauiense de Letras, tratava-se de um periódico responsável por asseverar as ações e atividades realizadas pela instituição e por seus membros, além de disseminar informações referentes a obras que estes sujeitos viessem a publicar, bem como rememorar datas históricas consideradas importantes. Em suas páginas havia ainda seções destinadas à agenda, opiniões de sujeitos considerados ilustres e noticiário (MOURA, 2010).

regularidade da revista da academia e a divulgação das ações realizadas pela instituição, bem como uma significativa publicação de obras por parte de seus quadros e participação dos acadêmicos nas reuniões semanais ocorridas no sábado. João Gabriel Baptista se enquadra nesta conjuntura tanto participando dos eventos promovidos pela academia, representando-a em algumas ocasiões, como publicando diversas obras no decorrer dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Em outros momentos, João Gabriel Baptista é evidenciado pelo periódico da instituição, em função de ações que realizava em âmbito social, principalmente relacionadas ao seu ofício ou se tratando de pesquisas realizadas por este, podendo-se citar a participação em eventos científicos por meio da realização de palestras ou a publicação de livros. É o caso da edição de janeiro de 1987, que registra a palestra feita pelo acadêmico em evento organizado pela Universidade Federal do Piauí, informando o seguinte:

- Realizado, de 13 a 16 de janeiro, o I Seminário de Preservação do Rio Parnaíba, promovido pelo Departamento de Biologia da Universidade Federal e pela Associação Profissional dos Biólogos do Piauí. Importantes temas debatidos. Nomes de projeção nacional presentes. Palestra do acadêmico João Gabriel Baptista sob o tema “Aspectos Geográficos do Rio Parnaíba” (NOTICIÁRIO, Notícias Acadêmicas, 1987, p. 3).

O registro hemerográfico permite algumas inferências sobre a situação em questão. Possibilita indicarmos que já neste momento, isto é, em fins dos anos 1980, depois de duas décadas atuando enquanto professor universitário no curso de Geografia, bem como quase 10 anos após seu ingresso na Academia Piauiense de Letras, João Gabriel Baptista tinha seu trabalho reconhecido também em outras áreas do conhecimento, haja visto o convite para realização de palestra em um evento de Biologia.

Não apenas isso, mas destaca também um dos motes do seu trabalho, ou seja, as pesquisas que realizava sobre o rio Parnaíba, legitimando-o enquanto um dos pesquisadores naquele momento que produziam estudos específicos sobre a principal artéria fluvial piauiense, sendo, portanto, pertinente o convite para que atendesse ao evento em questão promovido pela UFPI⁴¹.

41. João Gabriel Baptista participa também do 2º Seminário de Preservação do Rio Parnaíba realizado no ano seguinte, isto é, em 1988, contudo na condição de representante da Academia Piauiense de Letras (NOTÍCIAS ACADÊMICAS, 1988).

Deste modo, concordando com Sirinelli (2003) acerca da historicidade envolvendo a definição do que seria o intelectual, tendo em vista ainda que este último se modifica de acordo com a sociedade em que está inserido, seria possível perceber não apenas nas obras publicadas por João Gabriel Baptista, mas nas ações realizadas, convites recebidos e eventos em que participou, nos quais discutiu elementos pertinentes não somente às suas pesquisas, mas que interessavam à sociedade de modo geral, como o caso da preservação do rio Parnaíba, uma legitimidade em seu discurso pelo lugar social (CERTEAU, 1982) que ocupava.

Assim, pode-se perceber o intelectual por meio de “[...] sua notoriedade eventual ou ‘sua especialização’, reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende” (SIRINELLI, 2003, p. 243). No caso de João Gabriel Baptista, algumas questões presentes em suas pesquisas fizeram parte do debate político/acadêmico no decorrer de sua vida e foram adereçadas diretamente pelo sujeito, a exemplo da preservação do rio Parnaíba já citada aqui, posteriormente levando alguns pesquisadores a percebê-lo enquanto um dos primeiros ambientalistas do Piauí.

Ferreira (2008), ao discorrer sobre a história do movimento ambientalista no Piauí, destaca a pertinência que os estudos e pesquisas de João Gabriel Baptista tiveram neste cenário, especificamente para o rio Parnaíba e a defesa de sua preservação, identificando-o enquanto um dos primeiros intelectuais no Piauí a estarem sensíveis a essa questão. Assim, para a autora,

[...] na década de 70, já era visível a preocupação de alguns intelectuais com a questão ambiental, caracterizando-se por iniciativas individuais que não tinham grandes repercussões e nem conseguiam alcançar a grande massa da população, mas representaram a semente do ambientalismo piauiense, não podendo deixar de fazer parte do registro histórico do ambientalismo. João Gabriel Baptista, engenheiro civil, geógrafo, professor e escritor, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, foi um dos precursores do ambientalismo no estado, demonstrando grande preocupação com a preservação do meio ambiente, sobretudo com o rio Parnaíba (FERREIRA, 2008, p. 69).

Deve-se indicar que é a participação neste congresso na Universidade Federal do Piauí e, em função de uma provocação recebida durante o evento, que o sujeito escreve ainda a obra “A Origem do Rio Parnaíba (Uma

tese)”, coeditado em parceria com a Associação Profissional dos Biólogos do Estado do Piauí e com a UFPI, responsáveis pelo evento em que discursara sobre o rio como palestrante (BAPTISTA, 2021)⁴².

Não obstante isto, o caso da discussão sobre o litígio entre o Piauí e o Ceará se tornou outra matéria na qual o sujeito tem destaque com suas pesquisas e discurso, intervindo diretamente no debate político, podendo-se citar a menção de suas pesquisas pelo periódico carioca nos anos 1970 e, em outro momento, sua ida à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí para esclarecer a situação aos deputados, conforme as lembranças de uma de suas filhas (BAPTISTA, 2021).

Outro exemplo no qual as ideias do autor, ainda que em menor escala, alcançam o debate público por meio da imprensa refere-se ao horário de verão e as críticas estabelecidas por João Gabriel Baptista quanto à aplicação deste último no estado do Piauí e no Nordeste de modo geral, a exemplo da edição de 18 de outubro de 1989 do periódico “O DIA”, no qual diz o seguinte:

De duas maneiras se pode alterar as horas legais, em função da hora solar, em face aos deslocamentos da Terra [...] Criam a hora legal adiantando uma hora aos relógios, com validade em todo território nacional (exceção do Norte, por pressão deste). E por que não no Nordeste? O Norte e o Nordeste estão à mesma latitude. Se olharmos um mapa do Brasil, isto aparece imediatamente. O absurdo desta medida é frisante. É certo que o sul ganhou mais uma hora de luz, mas o Nordeste perdeu uma hora de sono. Em Teresina, às seis horas da manhã, na hora nova, ainda é escuro. Nós vamos gastar as energias que o Sul vai economizar. Onde está a lógica, se o que se ganha de um lado se perde do outro? Mude-se a hora da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, e se deixe o Norte e o Nordeste em paz. Por que o privilégio do Norte em não mudar a hora? Os “geopolíticos” politiquieiros estão ofendendo uma ciência. E isto porque o presidente da República é do Nordeste⁴³!

42. Na edição de julho de 1987 do periódico “Notícias Acadêmicas” há uma breve menção ao lançamento da obra e ao teor desta.

43. Em 1989 encontrava-se na presidência da República o maranhense José Sarney de Araújo Costa. Com o fim da ditadura em 1985, após 21 anos de um regime controlado pelos militares, o Brasil passou por um processo de redemocratização marcado por uma tentativa de abertura controlada que teve início ainda no governo do general Ernesto Beckmann Geisel nos anos 1970 e que culmina na gestão seguinte de João Baptista de Oliveira Figueiredo. Cabe destacar que o projeto almejado, então, pelos militares, tratava-se de uma transição para um governo civil autoritário em detrimento de uma proposta de democracia plena. Este último, no entanto, foi frustrado por um país marcado por uma economia fragilizada e por uma série de contestações sociais aos horrores cometidos pela ditadura, encabeçadas por entidades de oposição que existiam na época, coadunadas na luta pela anistia ampla, irrestrita e geral, promulgada em 1979, e permitindo aos exilados políticos que retornassem ao país. Não obstante isto, o próprio aparato repressivo criado pelo Estado impossibilitou a transição pensada pelos

(BAPTISTA, O DIA, Uma ofensa a geopolítica, 1989, p. 1).

Ainda que se tratasse de um tema discutido em sua obra “Geografia Física do Piauí”, isto é, o fuso horário no qual o estado se encontrava, além de outras questões relacionadas à latitude e longitude, haja visto sua importância para se refletir sobre aspectos diversos da ciência geográfica como o clima, a hidrografia, a vegetação, dentre outros, o sujeito evita em sua obra de adentrar questões que implicassem uma geopolítica.

De modo similar em outras de suas publicações anteriores dos anos 1960 e 1970, esses tópicos não se faziam presentes em seus textos, focando-se no aspecto histórico e, principalmente, geográfico do que pretendia debater em detrimento das questões políticas. Pode-se citar, por exemplo, os artigos que publicou na seção “De Quando em Quando” no periódico “Folha do Nordeste” entre 1962 e 1963 que, mesmo que trouxesse curiosidades geográficas e históricas sobre o estado, tratava de “corrigir” informações sobre a geografia do estado presentes em obras publicadas em outras regiões como ele mesmo indicava

[...] sem desejar fazer reparos aos nossos professores de Geografia do Brasil do sul do país, e que editam livros para estudantes, tencionamos apenas esclarecer àqueles que queiram dedicar-se ao estudo geo-corográfico piauiense, alguns lapsos que escaparam às publicações sucessivas de obras para estudo e consulta [...] (BAPTISTA, FOLHA DO NORDESTE, 1962, p. 1).

Caso semelhante é o referente aos pontos extremos do Piauí a norte, sul, leste e oeste na edição de 09 de fevereiro de 1962 do jornal, bem como outras

militares, haja vista a série de atentados realizados no início dos anos 1980, incluindo o fracassado no Rio Centro, para o qual buscaram atribuir a responsabilidade dos atos aos grupos de esquerda existentes no Brasil. Essa conjuntura política, em confluência com o novo movimento sindicalista que surgia no período, as greves, o retorno do pluripartidarismo, culminou em uma pressão social por meio de manifestações em boa parte do país exigindo o retorno das eleições diretas, conhecidas como “Diretas Já”. Os manifestos que aglutinaram forças políticas e sociais de oposição ao regime em várias regiões do país exigiam a aprovação da emenda Dante de Oliveira, Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, no Congresso e, junto a esta, a eleição de um novo presidente de forma direta e o retorno ao modelo democrático. Ainda que a emenda tenha sido derrotada no Congresso, com o país vivenciando eleições diretas apenas em 1989, a ditadura chegou ao seu fim, com a eleição indireta realizada pelo Congresso. Concorreram à época Paulo Maluf e Tancredo Neves, com este último sendo eleito pela maioria e tendo escolhido como vice-presidente José Sarney. Contudo, pouco tempo depois, Tancredo Neves, que já se encontrava doente neste momento, tem uma piora de seu quadro, passando por cirurgia, mas não resistindo, indo a óbito em seguida. Nesta conjuntura e após breve manobra do então presidente da câmara, José Sarney assume a presidência da República (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

questões não esclarecidas, citando-se as altitudes existentes no estado, haja visto a existência de informações divergentes entre os estudos que haviam sido realizados até então, discutidos na edição de 20 de fevereiro de 1962.

Em fins dos anos 1980, no entanto, algumas de suas publicações assumem um caráter mais político, seja em preservação do rio Parnaíba, como na edição de 28 de maio de 1980 do “Jornal da Manhã”, ou em crítica ao horário de verão estabelecido pelo governo federal para o país.

A possibilidade de se expressar mais abertamente sobre questões políticas que afetavam diretamente o Piauí e seu cotidiano, ainda que relacionadas com a Geografia, vinculavam-se à própria conjuntura política de redemocratização, considerando que, segundo sua filha, Maria do Socorro Baptista Barbosa, esta se lembra que “[...] quando estava no processo de abertura de papai dizendo que era bom que finalmente íamos voltar a poder eleger o nosso presidente. Ele estava muito confiante nisso, ele sentiu imensamente a morte de Tancredo Neves [...]” (BARBOSA, 2019), bem como o lugar social (CERTEAU, 1982) que agora ocupava, professor universitário há quase três décadas e acadêmico da Academia Piauiense de Letras.



Foto 13 – João Gabriel Baptista na apuração para a cadeira 1

No registro fotográfico é possível ver João Gabriel Baptista sentado à direita apurando os votos.

Fonte: Notícias Acadêmicas, 1987.

Neste contexto, o então acadêmico segue participando ativamente do cenário intelectual piauiense, representando a Academia Piauiense de Letras em certas ocasiões e se envolvendo diretamente em atividades realiza-

das pela instituição, a exemplo de eleições para o ingresso de novos acadêmicos, conforme a foto 13.

Na época, João Gabriel Baptista integrava a comissão apuradora para as eleições da cadeira nº 1, anteriormente ocupada por D. Avelar Brandão Vilela, para a qual concorreu Manfredi Mendes de Cerqueira e Alberto Tavares Silva, com este último consagrando-se enquanto no acadêmico ao término desta eleição, tendo recebido 24 votos dos 37 que votaram.

Outras situações indicam ainda a participação de João Gabriel Baptista no cenário intelectual piauiense e em atividades junto à instituição ou representando esta, citando-se por exemplo a vinda do presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL) para Teresina.

Deste modo, as fotos 14 e 15 registram dois dos vários momentos em que o sujeito esteve presente na instituição ou em eventos promovidos pela Academia Piauiense de Letras no decorrer de sua vida ao lado de diversos acadêmicos, dentre eles, alguns dos quais assinaram prefácios de suas obras.



Foto 14 – João Gabriel Baptista no aeroporto de Teresina recepcionando Austregésilo de Athayde.

No registro fotográfico é possível ver João Gabriel Baptista em pé atrás de terno e gravata.

Fonte: Notícias Acadêmicas, 1989.

Na ocasião, o acadêmico Austregésilo de Athayde, presidente da ABL, por convite realizado pela Academia de Letras Piauiense para prestigiar a posse de Alberto Tavares Silva na instituição, esteve presente em Teresina

no final de 1988 entre os dias 27 e 29 de dezembro deste ano. No aeroporto, aguardavam o acadêmico da Academia Brasileira de Letras diversas figuras do cenário intelectual piauiense naquele contexto, dentre eles José de Arimathéa Tito Filho, Nerina Castelo Branco, Clidenor Freitas Santos, Celso Barros Coelho e o próprio professor João Gabriel Baptista. A foto 14 registrou, então, o momento da chegada de Austregésilo de Athayde e a presença de João Gabriel Baptista em sua recepção.

No decorrer dos três dias que esteve na cidade, o presidente da ABL participou de diversas atividades de caráter político, acadêmicas e festivas, tendo sido acompanhado por vários dos membros da Academia Piauiense de Letras. Pode-se citar a ida ao Palácio de Karnak, registrado pela foto 15, para o recebimento de condecoração por parte do governo do estado, uma visita ao monumento da Batalha do Jenipapo em Campo Maior (PI) e ao sanatório Meduna. Esteve presente ainda na inauguração do busto de Floriano Peixoto na capital, além de condecorar o então presidente da Academia Piauiense de Letras, José de Arimathéa Tito Filho, com a medalha Machado de Assis na sede da instituição no Piauí. Foi ainda recebido na APL com um almoço oferecido pelos servidores da instituição com a participação dos acadêmicos.



Foto 15 – João Gabriel Baptista no Palácio de Karnak em 1988

Os acadêmicos em pé da esquerda para direita: Wilson de Andrade Brandão⁴⁴, Rai-

44. Natural de Pedro II (PI), foi um professor e escritor, tendo lecionado no Liceu Piauiense e na Universidade Federal do Piauí no curso de Direito. Foi ainda integrante do Conselho Estadual de Cultura e autor de inúmeras obras, especialmente sobre o campo jurídico e História do Piauí. No ramo político, foi secretário-geral do Estado, secretário de Cultura, Desportes

mundo Nonato Monteiro Santana, Celso Barros Coelho⁴⁵, Maria Nerina Pessoa Castelo Branco⁴⁶, Alberto Tavares Silva, José de Artimathéa Tito Filho, Clidenor de Freitas Santos⁴⁷ e Josias Clarence Carneiro da Silva⁴⁸. Sentados da esquerda para direita estão: João Gabriel Baptista, Austregésilo de Athayde⁴⁹ e Francisco da Cunha e Silva⁵⁰.

Fonte: Notícias Acadêmicas, 1989.

Dessa forma, em várias ocasiões após o seu ingresso na Academia Piauiense de Letras é possível destacar registros da participação de João Gabriel Baptista no interior destas redes (SIRINELLI, 1998), seja colaborando diretamente a favor ou em interesse da instituição ou participando em momentos de construção de afetos e sensibilidades, a exemplo de almoços e de eventos promovidos por instituições oficiais, como foi o caso

e Turismo, deputado estadual, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Nasceu em 1922 e veio a óbito em 2001 (GONÇALVES, 1997).

45. Nascido em 1922, é natural do Maranhão, tendo sido professor, escritor, político e jurista ao longo de sua carreira. Formado em 1952 em Direito pela Faculdade de Direito no Piauí, logo se tornou professor deste curso, tornando-se posteriormente professor da Universidade Federal do Piauí. Foi ainda deputado estadual, deputado federal e membro de diversas instituições intelectuais e acadêmicas, dentre elas a Academia Piauiense de Letras. Publicou inúmeras obras, principalmente sobre Política e Direito (GONÇALVES, 1997).

46. Nascida em Teresina no ano de 1935, é bacharel em Direito e licenciada em Filosofia. É cronista, poetisa, contista, bem como professora emérita da Universidade Federal do Piauí e membra da Academia Piauiense de Letras. Entre as suas publicações destacam-se obras de contos, crônicas e poesias (GONÇALVES, 1997).

47. Nasceu em Miguel Alves em 1913 e faleceu em 2000. Foi um empresário, médico e escritor, tendo se formado em Recife no curso de Medicina em fins dos anos 1930 e se especializado em Psiquiatria posteriormente. Foi ainda deputado federal, cujo mandato foi cassado após o golpe civil-militar, tendo se exilado no Uruguai. Retorna ao Piauí a partir de 1967, tendo se tornado membro de diversas instituições, dentre elas a Academia Piauiense de Letras, além de autor de várias obras (GONÇALVES, 1997).

48. Nascido em Teresina no ano de 1929 e falecido na mesma cidade em 1992, foi um historiador, cronista e folclorista. Graduou-se em Direito, Geografia e História, tendo sido membro da Academia Piauiense de Letras e autor de diversos livros, especialmente sobre folclore (GONÇALVES, 1997).

49. Nascido em 1898 em Pernambuco e falecido em 1993 no Rio de Janeiro, foi um jornalista, professor, literato, dentre outras coisas. Era membro da Academia Brasileira de Letras e presidente desta entre o ano de 1959 até sua morte em 1993. Na ocasião, em visita ao Piauí e à Academia Piauiense de Letras.

50. Nasceu em Amarante (PI) em 1904 e faleceu em Teresina em 1990. Formado em Filosofia, foi um literato, jornalista e professor. Exerceu a docência no Instituto Antonino Freire e no Liceu Piauiense, sendo ainda diretor dessa última instituição em algumas ocasiões. Enquanto jornalista colaborou com diversos jornais piauienses ao longo de sua trajetória. Foi membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Foi ainda autor de diversas obras, dentre elas romances e livros de crônicas ao longo de sua vida (GONÇALVES, 1997).

da vinda do presidente da ABL em função da posse de Alberto Tavares Silva na APL.

No início de 1988 pode-se citar ainda a realização de homenagens feitas pela APL por sugestão do acadêmico, como o caso de Ari de Almeida do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que na época promovia um curso de cartografia em Teresina, uma das áreas em que João Gabriel Baptista atuava enquanto pesquisador e docente no campo da Geografia (NOTÍCIAS ACADÊMICAS, 1988).

No ano seguinte, em 1989, e nos anos 1990, o então acadêmico segue participando do cenário intelectual em Teresina e das atividades da Academia, seja participando ativamente nas reuniões da instituição, em eleições para novos membros, como na eleição para a cadeira 27 e 21 realizadas em 1989, conforme observado na foto 16 em relação a esta última.

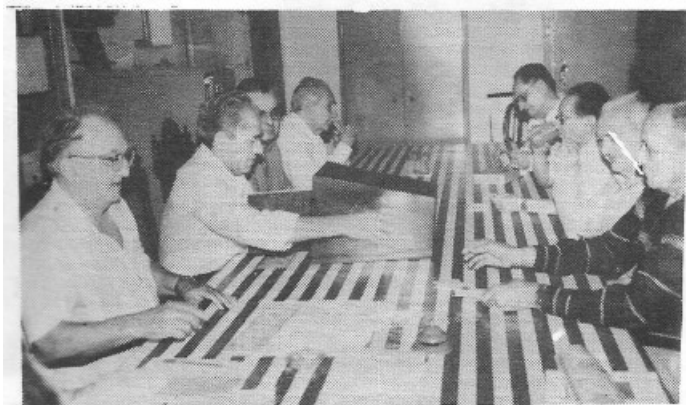


Foto 16 – João Gabriel Baptista na apuração da eleição para a cadeira 21
No registro fotográfico é possível ver João Gabriel Baptista sentado à esquerda apurando os votos para a cadeira 21.
Fonte: Notícias Acadêmicas, 1989.

Segue ainda atuando no cenário por meio da publicação de livros com “[...] patrocínio da APL” (NOTICIÁRIO, NOTÍCIAS ACADÊMICAS, 1989, p. 5), a exemplo do primeiro volume da terceira edição de “Geografia Física do Piauí” lançado naquele ano, bem como participando das redes de sociabilidades existentes em momento de construção de sensibilidades, como o almoço ofertado ao jornalista Sebastião Nery neste mesmo ano. No caso em questão,

Sebastião Nery, o admirável jornalista, presente em Teresina, mereceu cordial homenagem na confortável casa residencial de Clidenor Freitas Santos, constante de farto almoço, a que compareceram o governador e acadêmico Alberto Silva, o vice-governador Lucídio Portella, os acadêmicos Tito Filho, Celso Barros, José Eduardo Pereira, João Gabriel Baptista, Manfredi Cerqueira, Nerina Castelo Branco, Paulo Freitas, jornalistas, intelectuais e figuras do melhor conceito social (NOTICIÁRIO, NOTÍCIAS ACADÊMICAS, 1989, p. 3).

Assim, é notável não apenas a atuação do sujeito no tocante ao cenário intelectual, isto é, participando de atividades da Academia Piauiense de Letras e de eventos na Universidade, publicando obras, mas também a presença em eventos mais cordiais, de produção de sensibilidades, como é o caso de almoços, especialmente pela participação não somente de intelectuais, mas de políticos da época, ainda que um destes também fosse também um acadêmico. A foto 17 apresenta o almoço em questão.



Foto 17 – João Gabriel Baptista em almoço na casa de Clidenor Freitas Santos
No registro fotográfico é possível ver João Gabriel Baptista sentado à esquerda conforme a seta indicativa.

Fonte: Notícias Acadêmicas, 1989.

É preciso indicar ainda que o ato de comer não se refere apenas a uma necessidade natural do corpo humano, mas ao ser realizado pelo ser humano assume outros significados, possuindo simbolismos e códigos relaciona-

dos às conjunturas sociais nas quais são praticados. Deste modo, “[...] o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem [...]” (CARNEIRO, 2003, p. 9).

Mesmo que no almoço em questão não tivemos acesso àquilo que foi oferecido aos participantes na época, tendo em vista os indivíduos que participaram do encontro, notadamente intelectuais e políticos com certo prestígio social no contexto em que se inseriam, tratou-se de pratos e alimentos condizentes com este lugar social (CERTEAU, 1982), denotando como a alimentação também implica na produção de relações de poder⁵¹ (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996).

Além da questão simbólica presente, ao refletirmos sobre o ato em si, isto é o oferecimento do almoço, deve-se apontar também que a prática de oferecer banquetes ou almoços a sujeitos considerados enquanto tendo certa importância ou relevância em um dito contexto social, político ou cultural, trata-se de ação comum entre as elites piauienses entre fins do século XIX e o decorrer do século XX, podendo-se citar não apenas diversos exemplos durante este recorte temporal em Teresina e Parnaíba (PI) (BAPTISTA; COSTA FILHO; NASCIMENTO, 2020), mas também da participação de antepassados de João Gabriel Baptista nestes eventos, conforme citado no decorrer do primeiro capítulo desta narrativa.

Baptista, Costa Filho e Nascimento (2020) refletem, no contexto espacial do litoral piauiense entre fins do século XIX e início do século XX, os vários significados assumidos pelo ato de alimentar-se, discutindo de que modo a alimentação permite aos sujeitos se diferenciarem uns dos outros, produzindo e edificando identidades culturais e sociais por meio daquilo que se come, de como se come e com quem se come naquele recorte espaço-temporal.

A partir das pesquisas realizadas pelos autores é possível perceber que o oferecimento de banquetes ou almoços tratava-se de situações comuns, geralmente realizadas em momentos de comemoração, como fim do ano letivo ou casamentos e convenções partidárias, bem como para a recepção

51. Estas relações também marcam a produção das afirmações de Identidade e Diferença. Para Woodward (2014), todo e qualquer ato de produção de significado inevitavelmente está imbricado por relações de poder existentes naquele determinado contexto sociocultural e, na medida em que uma sociedade produz significados distintos a partir de diferentes sistemas simbólicos, estes não são absolutos, podendo ser questionados e modificados. Para a autora, a partir disso pode-se indagar sobre o porquê de alguns significados serem preferíveis em detrimento de outros.

de personalidades, principalmente políticas, destacando-se as diversas vezes em que indivíduos vinculados à política local receberam este tratamento ao desembarcarem em Amarração (PI) e seguirem para a cidade vizinha Parnaíba (PI).

Deste modo, conforme Baptista, Costa Filho e Nascimento (2020, p. 266)

[...] A realização de banquetes pelas elites, o consumo e forma de elaborar certos produtos, como o caranguejo, peixe e caju, não se tratava apenas de um evento social destinado a festejar um determinado acontecimento, mas era também uma forma de promover a distinção social entre as camadas mais e menos abastadas [...] (BAPTISTA; COSTA FILHO; NASCIMENTO, 2020, p. 266).

Nos anos que seguem, isto é, no decorrer dos anos 1990 e 2000, João Gabriel Baptista, continua a participar das atividades da Academia Piauiense de Letras, mantendo sua frequência nas reuniões de sábado e comparecendo a atividades da instituição, seja de eventos sociais, como lançamento de livros, bem como interagindo com os demais acadêmicos, atendendo a outros almoços com estes últimos, permanecendo um membro ativo destas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1998), segundo as lembranças de sua filha mais nova, à época ainda servidora da Academia Piauiense de Letras.

A foto 18, ainda que desconheçamos a conjuntura referente ao seu registro, apresenta o então acadêmico, João Gabriel Baptista, em presença na instituição com algumas das servidoras desta, bem como ao lado do presidente da Academia Piauiense de Letras naquela ocasião.

É inegável, então, que João Gabriel Baptista não apenas ingressou na APL em fins da década de 1970, mas se tornou figura constante no cenário intelectual piauiense, comparecendo não somente a eventos promovidos pela instituição, mas também pela UFPI, como interferindo diretamente no contexto local, seja por meio da defesa de suas ideias na imprensa, através dos convites feitos pelo governo do estado para esclarecimentos de questões pertinentes à sua área de atuação ou mesmo via publicação de suas pesquisas nos anos posteriores.



Foto 18 – João Gabriel Baptista na APL no início dos anos 1990

Ao centro o professor Manoel Paulo Nunes⁵², na ocasião presidente da APL. À sua esquerda a diretora da biblioteca Maria Ivone Matos e à sua esquerda o professor João Gabriel Baptista. As demais presentes eram funcionárias da APL.

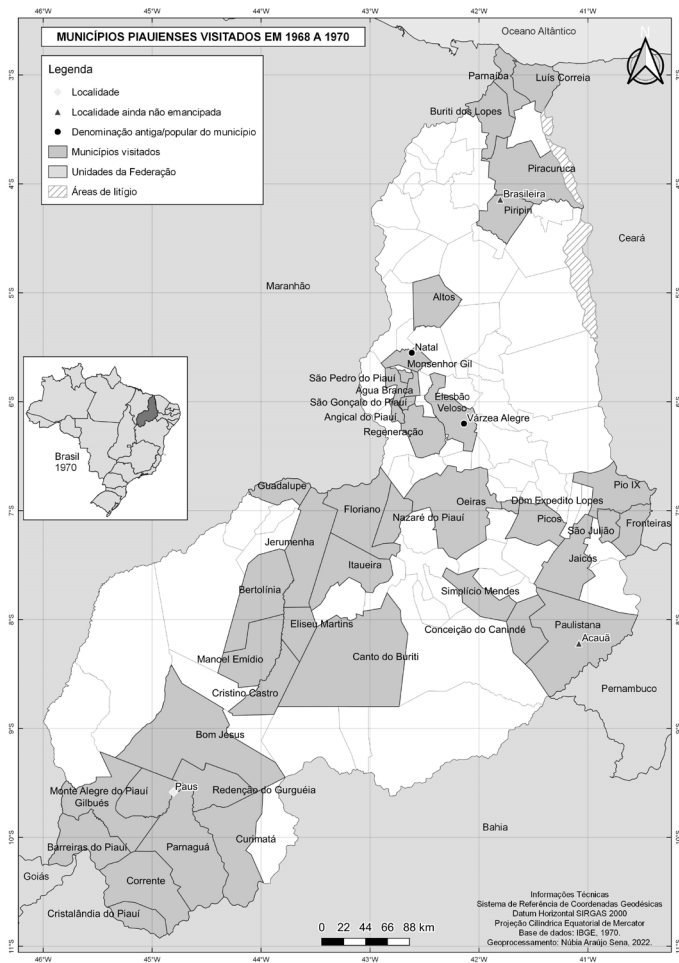
Fonte: Acervo da família, 2023.

Quanto a estas últimas, é mister indicar que os anos 1950, 1960, bem como os anos 1970, trata-se do momento em que o indivíduo em questão passou a produzir de modo mais enfático suas pesquisas e, não somente isto, mas refere-se ao contexto em que passa a conhecer de modo mais significativo boa parte do Piauí, principalmente em função de outros ofícios que exerceu enquanto engenheiro, seja na área sanitarista, ferroviária ou rodoviária, que terminava forçando-o a viajar pelo território piauiense, conforme indicado previamente.

Durante estes anos, João Gabriel Baptista deixou registrado dezenas de fotografias das localidades que visitou para a elaboração do plano rodoviário que deveria ser implementado no estado do Piauí em consonância com o contexto nacional de integração do território (FONTINELES, 2009). Estas viagens, assim como outras que realizara previamente em cargos que havia assumido, contribuem para a elaboração de seu pensamento e a produção de suas obras, notadamente marcada pela empiria e trabalho de campo.

52. Originário de Regeneração (PI), nasceu em 1925 e faleceu em 2021. Foi escritor, professor e crítico literário ao longo de sua vida. Era formado em Direito, tendo atuado enquanto docente na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí e, posteriormente, na Universidade Federal do Piauí. Assumiu ainda diversos cargos no estado no âmbito cultural, educacional e jurídico, tendo sido ainda membro da Academia Piauiense de Letras e colaborador em jornais locais. Foi também autor de várias obras (GONÇALVES, 1997).

O Mapa 1 apresenta as localidades visitadas pelo sujeito durante o tempo em que foi Diretor da Divisão de Obras do Departamento de Estradas e Rodagem do Piauí (1965-1970), corroborando com o indicado previamente.



Mapa 1 – Municípios Piauienses visitados por João Gabriel Baptista entre 1968 e 1970

Fonte: organizado pelo autor, 2023.

Assim, no final da década de 1970, em um momento que já se tornara mais presente no cenário intelectual, especialmente enquanto pesquisador e professor na área de Geografia no Piauí e, principalmente, sobre o rio Parnaíba, que João Gabriel Baptista é convidado juntamente a outros pro-

fessores da Universidade Federal do Piauí para integrarem uma expedição com o objetivo de percorrer o Piauí até as nascentes de sua maior via fluvial, o Parnaíba.

Conforme indicado no início deste capítulo, foi em parceria com Noé Mendes de Oliveira, também professor do Departamento de História e Geografia da UFPI, o naturalista Jasão Bahia, o ecólogo João Dumbra e David Louis Olson, jornalista que assina a matéria publicada na revista *Manchete*, que João Gabriel Baptista atravessa o território piauiense até o suposto local onde encontrar-se-ia as nascentes do Parnaíba. A foto 19 apresenta o sujeito em questão durante os trabalhos na expedição às nascentes do Parnaíba.



Foto 19 – João Gabriel Baptista em campo na expedição às nascentes do rio Parnaíba
Fonte: Foto 19A – *Manchete*, 1978; Foto 19B – Acervo da família, 2023.

Na reportagem, o jornalista traz um relato do trajeto feito pelos pesquisadores e por ele próprio para que pudessem chegar ao curso d'água que dá origem à nascente do rio Parnaíba, destacando as dificuldades enfrentadas pelo grupo e os diferentes meios de transporte que tiveram de utilizar para conseguirem alcançar o objetivo. Assim, o periódico registrou o seguinte:

DEIXAMOS Teresina pela estrada BR-320 e concluímos nossa primeira etapa em Floriano, a poucos quilômetros da barragem de Boa Esperança. Floriano, com seus 36 mil habitantes, é a terceira cidade mais populosa do Piauí. A partir da localidade de Gilbués, a estrada se afasta da margem do Parnaíba e se embrenha pelo sertão, onde a temperatura, durante o dia, chega a passar de 40°C. Na manhã seguinte reencontraríamos o leito do rio. Rumamos para a localidade de Santa Filomena (seis mil habitantes), situada exatamente em frente à cidade de Alto Parnaíba, que fica na margem maranhense. Aí teríamos que abandonar o asfalto da BR-320 e seguir de jipe por uma trilha de areia até o povoado

de Curupá. Estávamos a 1400 quilômetros de Teresina. Terminava a estrada e começava então nossa penosa odisséia pelos morros e várzeas que só oferecem caminho às montarias lentas. Conseguimos andar 20 quilômetros no primeiro dia. A expedição parou para estudar mais detalhadamente a flora da região. [...] Atingimos finalmente a pequena localidade de Suçupara, um povoado de nove casas construídas invariavelmente segundo um estilo em que se encontram vestígios das habitações indígenas [...] Em Suçupara vive o homem mais rico de toda a região, que vai de Curupá até as nascentes do Parnaíba: “Seu Júlio, que possui mais de 60 cabeças de gado.” Um garoto da localidade conhecia o nosso guia, que trabalhava para Seu Júlio, e fez questão de nos acompanhar até as cabeceiras. A poucos quilômetros acima de Suçupara, alcançamos o lugar onde se encontram dois cursos de água, o Água Quente e o Corriola, que se juntam num mesmo leito para formar o Parnaíba. Mas confluência não é nascente. Segundo os cálculos do Professor Noé, para encontrarmos o olho-d’água de onde origina o grande rio, teríamos que subir o leito do Água Quente até uns 30 quilômetros. Ele notara, com efeito, que o Corriola é um curso de água bem inferior ao Água Quente, sendo este, por conseguinte, a nascente principal do Parnaíba. Contornamos a serra Sentada do Alto e pouco depois do meio-dia descobrimos o olho-d’água, escondido no meio do *carrasco*. A poucos metros de lá erguia-se majestosa a serra do Jalapão, que marca a fronteira com o Estado de Goiás. Para encontrar esta nascente havíamos percorrido quase 1.600 quilômetros de estradas e de trilhos de todos os tipos, e suportado sem queixa a inclemência do sol e da chuva [...] Permanecemos nas nascentes do Parnaíba durante cerca de quatro horas, fotografando detalhes, tirando medidas, demarcando o local com o máximo de exatidão e determinando todos os pontos de referência [...] (OLSON, 1978, p. 65-66).

Deste modo, a ida a campo tornou-se um dos elementos fundamentais na construção das obras de João Gabriel Baptista e elaboração do seu pensamento, tendo em vista a forma como a empiria, juntamente ao estudo bibliográfico, lhe permitiu formular hipóteses, dependendo das questões a serem debatidas, bem como indicar configurações geográficas específicas do Piauí, a exemplo das considerações realizadas em “Geografia Física do Piauí”.

No caso de seus estudos sobre o rio Parnaíba, a ida ao campo, então, especificamente a expedição em busca das nascentes do Parnaíba, possibilitaria ao sujeito não apenas discordar de uma bibliografia, ainda que escassa, já estabelecida sobre o rio, no tocante à sua nascente, como também produzir as próprias hipóteses de como esta via fluvial teria tido origem, em uma época que os estudos de Geografia no Piauí ainda possuíam um caráter reduzido.

Deste modo, suas duas obras publicadas específicas sobre o rio Parnaíba, “Nascentes de um rio” de 1971 e “A Origem do Rio Parnaíba (uma tese)” de 1987, de um modo ou de outro seriam impactadas pela pesquisa de campo. A primeira, na qual realiza estudo bibliográfico acerca das nascentes de rios para posteriormente indicar as possíveis nascentes do Parnaíba com as informações que se tinham até então, utilizando-se de registros e informações que se tinham sobre o rio Parnaíba provenientes do “Tratado Descritivo do Brasil” (1587) de Gabriel Soares Sousa, o relatório do Padre Miguel de Carvalho (1697), a “Viagem ao Interior do Brasil” (1836-1841) de George Gardner e das viagens e relatos de Gustavo Dodt (1891-1903) em sua “Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi”, tem sua compreensão alterada, haja visto que a partir de 1978 o riacho que dá origem ao Parnaíba foi identificado com a expedição realizada por João Gabriel Baptista juntamente a outros pesquisadores da UFPI conforme indicado.

Com relação a “A Origem do Rio Parnaíba (uma tese)” de 1987, já tendo ciência da nascente do rio em questão, o sujeito sugere na obra as possíveis origens geológicas e geomorfológicas do Parnaíba, novamente dialogando com a teoria, indicando como os rios têm suas origens, e sobrepondo esta hipótese para o caso piauiense, a partir das observações que havia feito em campo em anos pretéritos durante a expedição realizada em conjunto com os professores da UFPI e registrada pela “Manchette”. Neste sentido, a presença em campo, os dados coletados, fotografias registradas e a própria observação possibilitaram que após provocação recebida em evento na UFPI o sujeito pudesse elaborar e publicar este livro em fins dos anos 1980.

Sua inserção, então, nestas redes de sociabilidades, assim como os estudos bibliográficos e de campo que realizara ao longo da vida, continuaria a influenciar em sua trajetória acadêmica e intelectual, permitindo que em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, tivesse outras de suas pesquisas publicadas, sendo elas: “Mapas Geohistóricos” em 1986, “A Origem do Rio Parnaíba (uma tese)” no ano de 1987 já citada, a terceira edição de “Geografia Física do Piauí” dividida em dois volumes com o primeiro sendo lançado em 1989 e o segundo em 1990 também já indicados e “Etnohistória indígena piauiense” publicada em 1994.

Nesta época, o governo piauiense dava continuidade à proposta implementada na década anterior nos governos de Alberto Silva e Dirceu Arcover-

de⁵³, isto é, o Plano Editorial do Estado, criando, a partir do Decreto nº 5.678 em 1984 no governo de Hugo Napoleão do Rego Neto⁵⁴, o Projeto Petrônio Portella, tendo um objetivo similar ao de seu predecessor, isto é, publicar obras que tratassem do Piauí, de seu povo e de sua cultura (MOURA, 2010).

De modo similar ao Plano Editorial do Estado, no Projeto Petrônio Portella também houve o envolvimento direto de sujeitos relacionados com o cenário intelectual da época integrantes do Conselho Editorial que, juntamente a Fundação Cultural do Piauí e o Secretário-Executivo Wilson Gondin Cavalcante, o coordenavam. Dentre estes intelectuais presentes pode-se citar professores universitários e acadêmicos que conheciam ou mantinham relação com João Gabriel Baptista, como Clidenor de Freitas Santos e José Camilo da Silveira Filho (MOURA, 2010).

Estes últimos, juntamente ao Conselho que compunham, eram responsáveis por fazer uma “[...] avaliação crítica da obra, emitindo parecer conclusivo, recomendando ou não sua publicação [...]” (MOURA, 2010, p. 188) das obras enviadas e recebidas pelo Secretário-Executivo. Neste momento, segundo Moura (2010), dava-se preferência para obras inéditas, tendo sido publicadas vinte e quatro livros, sendo onze de História e treze de caráter literário no decorrer do governo de Hugo Napoleão através do Projeto Petrônio Portella.

O destaque quanto aos sujeitos que compuseram o Conselho se faz pertinente, considerando que, novamente, pessoas que frequentavam os mesmos espaços que João Gabriel Baptista, isto é, que estavam inseridos

53. Nascido em Amarante (PI) em 1925 e falecido em Brasília em 1979, foi um professor, médico e político brasileiro. Bacharelou-se em Medicina na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), tendo sido posteriormente professor de anatomia na Universidade Federal do Piauí. Exerceu cargos diversos ao longo de sua carreira como: Presidente do Instituto de Assistência Hospitalar do Estado, Diretor da Faculdade de Medicina do Piauí, Governador do Piauí entre 1975 e 1977, bem como senador da república, falecendo durante o exercício de seu mandato no senado (GONÇALVES, 1997).

54. Nasceu em Portland no estado do Oregon nos Estados Unidos da América em 1943 na época em que seu pai atuava nesta localidade enquanto vice-cônsul pelo Brasil. Em 1967, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), tendo sido professor posteriormente nesta mesma instituição. Em 1974, muda-se para o Piauí, sendo eleito enquanto deputado federal entre 1975 e 1979 e reeleito para os anos de 1979 e 1983. Entre 1983 e 1986 foi governador do Piauí, sucedendo o governo de Lucídio Portela, momento no qual cria o Projeto Petrônio Portela. Assume ainda outros cargos políticos, como Ministro da Educação em 1987, Ministro da Cultura em 1988, Ministro das Comunicações entre 1992 e 1993, além do cargo de senador entre fins do século XX e início do XXI. Nas últimas décadas exerceu também novamente o cargo de deputado federal e governador do Piauí (GONÇALVES, 1997).

nas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 1998) em que este também se encontrava, faziam parte do grupo dos responsáveis pela seleção de obras a serem publicadas, certamente influenciando na preferência pela sua considerando o lugar social (CERTEAU, 1982) que também ocupava neste contexto, agora já reconhecido pelos pares enquanto um intelectual. No entanto, apenas no governo seguinte, de Alberto Tavares Silva, João Gabriel Baptista tem uma obra publicada, seu livro “Mapas Geohistóricos”, no ano de 1986, após o término do governo de Hugo Napoleão.

Não obstante isto, o próprio autor na apresentação da obra destaca a importância da atuação de um de seus amigos acadêmicos para que o livro em questão pudesse vir a público, indicando que “[...] sua publicação se tornou possível graças aos esforços do Prof. José de Arimathéa Tito Filho, que conseguiu contornar as dificuldades que surgiram desde que o entregamos ao Projeto Petrônio Portela, em 1985 (outubro)” (BAPTISTA, 1986, p. 3). Mesmo que o autor não infira quais problemas teria tido exatamente posteriormente ao envio da obra, isto é, se eram questões políticas, de conteúdo da obra ou outra situação em particular, fica claro o destaque às redes que compunha no momento e a relevância destas para que a obra pudesse ser publicada.

Diferente de suas obras anteriores esta foi, efetivamente, a primeira do autor a enveredar pelo campo da História, ainda que a partir de um trabalho interdisciplinar, tratando-se de um livro que atravessa a história do território piauiense através do estudo histórico da cartografia. Por meio desta, o autor apresenta ao leitor como a configuração territorial do estado modificou-se ao longo do tempo, tendo o cuidado de contextualizar cada período e, em certos casos, produzir mapas através de descrições do Piauí presentes em documentos históricos.

Sobre os porquês do diálogo interdisciplinar com a História agora explícito em sua escrita acadêmica através da publicação desta obra e se esta modificação em seu arcabouço teórico relacionava-se de algum modo com a comunidade de historiadores piauienses na época o sujeito rememora o seguinte em entrevista concedida ao professor Francisco de Assis Veloso Filho: “Foi exatamente uma iniciativa minha. Eu gostava do assunto!” (BAPTISTA, 2001). Ainda que destaque também a influência de historiadores e intelectuais piauienses como Abdias Neves, Tanya Maria Pires Brandão, Odilon Nunes e José Camilo Filho, reforça, novamente, que o interesse em escrever “Mapas Geohistóricos” e, posteriormente, “Etnohistória Indígena Piauiense” nada teve a ver com uma suposta influência ou diálogo com

estes autores⁵⁵.

Assim, “Mapas Geohistóricos”, juntamente com “Etnohistória Indígena Piauiense”, tratar-se-iam de capítulos de sua proposta de obra denominada “Geografia Humana do Piauí” que na época ainda se propunha a fazer, mas como o próprio João Gabriel Baptista indica na apresentação de “Mapas Geohistóricos” “[...] as despesas com a obra completa ficariam a preço tão inacessível, que resolvemos apresentá-lo isoladamente [...]” (BAPTISTA, 1986, p. 3).

Além disso, assim como em suas obras anteriores, em “Mapas Geohistóricos” novamente o discurso sobre o preenchimento de lacunas no tocante a estudos sobre o Piauí tornam a aparecer, dessa vez legitimado pelo intelectual convidado para escrever o prefácio da obra, Edson Gayoso Castelo Branco Barbosa⁵⁶, no qual afirma que “[...] o revigoramento dos estudos piauienses está presente em ‘Mapas Geohistóricos’, do ilustre Professor João Gabriel Baptista. Veio, sem dúvida, preencher uma lacuna” (BARBOSA, 1986, p. 2).

2.4 A última obra: questões de representação em “Etnohistória Indígena Piauiense” (1994) e sua produção acadêmica

“Eu gosto daquela capa, eu gosto daquela imagem, sabe? De uma mulher forte segurando uma arma”

(BARBOSA, 2019)

Em 21 de outubro de 1989 o jornal “O DIA” publicou uma entrevista, já aludida em diversos momentos no decorrer desta narrativa, realizada com João Gabriel Baptista. A matéria intitulada “Gabriel Baptista: desven-

55. Ainda que a entrevista concedida por João Gabriel Baptista (1920-2010) seja um dos poucos registros que tivemos acesso sobre o sujeito no qual produz um discurso e memória de si, tornando-se, assim, documento privilegiado para refletir sobre o autor, é preciso indicar que em alguns momentos da entrevista é possível perceber repetições e, talvez, até certa confusão quanto às perguntas realizadas pelo entrevistador. Considerando a proximidade com o momento no qual é diagnosticado com Alzheimer sugerimos, talvez, que a doença já começava a manifestar-se e, portanto, algumas de suas lembranças aparecem de modo problemático em seu discurso, a exemplo desta interlocução sobre as influências em torno de suas obras de cunho histórico.

56. Nascido em 1935 em Teresina, é um escritor e professor universitário. Graduado em Direito e História, assumiu alguns cargos ao longo de sua vida, como Diretor Geral do Tribunal de Justiça e do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Piauí. Autor da obra “O Parnaíba – Contribuição à História da Navegação”, fruto de sua dissertação de mestrado e publicada através do Projeto Petrônio Portella (BASTOS, 1994). Conforme as lembranças de Baptista (2021), era grande amigo de João Gabriel Baptista, tendo lhe apresentado com o livro à época de sua publicação com a seguinte dedicatória: “Ao ilustre Professor João Gabriel Baptista com um abraço”.

dando os segredos da geografia do Piauí e do Brasil” tinha por objetivo que o público leitor do jornal conhecesse um pouco mais sobre a trajetória do professor que até então contribuía com artigos sobre História e Geografia no jornal em questão.

Em seus 46 anos dedicados à vida pública até então, conforme indica o texto em tela, o foco dado pelo entrevistador refere-se justamente à “importância” que o referido professor e pesquisador teria tido para o Piauí, bem como de que forma sua trajetória profissional, desde sua formação na escola politécnica da Bahia em Engenharia Civil até os cargos que ocupou ao retornar ao Piauí, possibilitaram essa “relevância” ao se pensar, especialmente, sua contribuição para a Geografia do estado.

A entrevista, no entanto, ao produzir um enfoque na trajetória acadêmica e profissional do sujeito em questão, termina silenciando outros aspectos da vida deste, preteridos, possivelmente, pelo próprio indivíduo quando afirma que sua inclusão na Academia Piauiense de Letras (APL) tendo sido um “[...] dos maiores momentos de minha vida. Era um fato a entrada de um pesquisador na APL, ocupando a cadeira de um literato, como ocorreu com outros dois [...]” (BAPTISTA, 1989, p. 1).

Ao rememorar, então, em 1989, sobre sua entrada na APL na década anterior, é perceptível o destaque dado pelo sujeito e a percepção construída de si não enquanto um literato, mas sim enquanto um pesquisador⁵⁷ e, portanto, por este motivo e por sua contribuição científica ao Piauí teria conseguido ocupar uma cadeira na APL. É nesta produção para contribuir com o conhecimento científico no Piauí que o professor João Gabriel Baptista escreveu e publicou 7 obras, já comentadas, sendo “Etnohistória Indígena Piauiense” a última destas publicada em 1994 e foco da análise desta sub seção.

Deste modo, para este tópico nossa proposta foi refletir sobre a relação autor/edição/leitor e as diferentes representações construídas em torno da obra “Etnohistória Indígena Piauiense” a partir desta última, bem como

57. Apesar de, possivelmente, não ter se percebido enquanto um literato (trataremos sobre isto no capítulo seguinte) durante sua vida é interessante destacar que o professor João Gabriel Baptista produziu ao longo de sua vida 13 romances e 24 contos, ainda que nunca os tenha publicado. Essa produção, discutida anteriormente, permite outros questionamentos que podem/devem ser trabalhados em estudos futuros, a exemplo: De que modo sua produção literária nos possibilita refletir acerca do contexto social que o sujeito em questão esteve inserido? Quais os sentidos construídos pelas obras em questão e o que podem nos indicar sobre a forma como o indivíduo representa o mundo o qual pertence? Indicamos algumas possibilidades disto nos tópicos anteriores deste capítulo.

as distintas interpelações e interpretações dos sujeitos que ora se identificavam e ora resistiam à (s) representação (ções) construída (s) pelo autor/edição/impressão da obra em seu contexto social de produção.

Assim, a obra “Etnohistória Indígena Piauiense”, sua última obra acadêmico-científica, publicada em 1994, em sua primeira edição traz uma situação bastante singular ao se considerar essa construção de sentidos e representações, os caminhos nos quais ocorrem essas invenções e suas transformações, além de interpelações à medida que os indivíduos vão tendo contato com estas.

Tratando-se de seu primeiro livro publicado com enfoque na área de História, ainda que não tivesse sido a última obra produzida pelo autor, que continua suas pesquisas até fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. De forma similar a suas obras anteriores, novamente em “Etnohistória Indígena Piauiense” prevalece a pertinência da inserção nas redes de sociabilidade da época (SIRINELLI, 1998) para que a editoração desta obra fosse possível.

Desta forma, mais uma vez é sua condição enquanto professor universitário e acadêmico da APL que permite sua participação em outro projeto governamental de incentivo a publicações culturais e científicas referentes ao Piauí, no caso em questão o Plano Editorial “Ciências e Letras” em parceria com a editora da UFPI (EDUFPI) e a Academia Piauiense de Letras naquele contexto.

Além disso, em seu prefácio, dessa vez assinado pelo professor Manoel Paulo Nunes, outra vez é destacado a contribuição que João Gabriel Baptista trazia para os estudos sobre o Piauí, indicando que

[...] No presente livro o autor se ocupa mais detidamente de um assunto que os nossos historiadores têm abordado apenas superficialmente, como de resto ocorre com a história oficial ao retratar o indígena brasileiro. [...] Ficam assim o Piauí e o seu povo a dever ao professor João Gabriel Baptista o resgate da memória dessa raça extinta e o relato frio e contundente de um dos episódios mais dramáticos da história colonial de nosso país. A Academia Piauiense de Letras mais uma vez se associa à Universidade Federal do Piauí na coedição de uma obra das mais significativas para a história piauiense (NUNES, 1994, p. 1).

Ainda que dessa vez não fosse destacado o preenchimento de lacunas, tendo em vista que na época já se tinha certa historiografia estabelecida sobre os indígenas no Piauí, é interessante o destaque feito pelo acadêmico acerca de como até então se tratava de uma questão abordada apenas

de forma superficial ao se pensar estes grupos e sua história em território piauiense ou que viria a se tornar o Piauí após a conquista.

À medida que o intelectual afirma isso, fica claro o objetivo de valorizar, bem como validar, a obra de João Gabriel Baptista naquele momento, mesmo em detrimento daquelas produzidas previamente, ainda que, na prática, a narrativa de Baptista (1994) não trouxesse nada que se diferenciasse muito do que já havia sido escrito anteriormente, mantendo a ideia de que os indígenas piauienses haviam sido exterminados (BAPTISTA, 2017), perspectiva esta que a obra do autor também legitima ao afirmar que não existiam mais estes grupos em território piauiense.

A grande novidade de sua obra, no entanto, nada tem a ver com a questão do extermínio, mas sim com outro olhar acerca destes grupos, isto é, entendendo-os enquanto pertencentes a uma outra forma de organização social, consequentemente percebendo-os enquanto seres culturais distintos ao invés de não civilizados ou inferiores, como autores anteriores os retratam em sua narrativa.

A questão do extermínio, contudo, é reforçada em confluência a uma perspectiva estática da cultura (HALL, 2006), haja visto que a afirmação realizada pelo autor da não existência destes grupos no Piauí em fins do século XX refere-se a sua experiência em viagens pelo Piauí e a constatação de que não era possível encontrar mais aldeias em território piauiense, portanto, não haveria mais indígenas.

Apesar disso, o autor ressalta as heranças culturais que seriam possíveis de serem encontradas na sociedade piauiense, indicando ao mesmo tempo uma fluidez da cultura e a possibilidade de aculturação, com a identidade destes grupos tendo sido perdida no decorrer dos séculos ao tempo que se integravam na sociedade constituída em território piauiense após a conquista. Sobre a primeira edição de “Etnohistória Indígena Piauiense”, antes de adentrar as representações construídas por/pela obra, cabe inferir inicialmente sobre o conteúdo do qual esta trata, tendo em vista a pertinência deste último para os sentidos que são (re) construídos pelos universos do autor, edição e também daqueles que tiveram contato com o livro, isto é, o leitor.

O livro, como o próprio nome já sugere, trata sobre questões relacionadas aos indígenas piauienses, tratando de elementos que compunham aquilo que o autor entendia como sendo pertinentes à história dos grupos que viveram ao longo do tempo no espaço que veio a se tornar o estado do Piauí.

A obra, dividida em três partes denominadas: A Base, O Apoio, O In-

dio, se propõe a apresentar, inicialmente, diferentes perspectivas sobre os indígenas no Brasil, com ênfase em autores piauienses, a exemplo de Camilo Filho, Paulo Machado e Claudete Dias, mas também autores como Von Martius e Darcy Ribeiro. Em seguida, discorre acerca de diferentes teses e teorias sobre as origens destes povos nas Américas, além dos diferentes sistemas classificatórios criados ao longo do tempo para estes grupos, focando especificamente a América do Sul. Trata também sobre o espaço que estes sujeitos habitavam, se preocupando em descrever os elementos geográficos que compõem o Piauí, como seus rios, serras, lagoas, climas e vegetação.

Na segunda parte da obra, isto é, no “O Apoio”, o autor dedica-se a discorrer sobre os registros que pôde encontrar na documentação à qual teve acesso, bem como na historiografia que existia até então, acerca da presença indígena no Piauí, indo desde as primeiras menções do território que se constituiu posteriormente o Piauí, com Nicolau de Resende no século XVI, perpassando o “genocídio” perpetrado em solo piauiense pelo conquistador contra os povos originários e tão amplamente explorado pela historiografia piauiense, até o final do século XX, momento em que escreve e publica a obra. Interessante destacar que o autor não se limita a registros sobre a “presença” do indígena no Piauí em si, mas a mera menção aos povos originários eram suficientes para que incluísse em sua obra, portanto, faz questão de destacar também a publicação de obras específicas sobre estes povos no Piauí, como “O Índio no Solo Piauiense” de Monsenhor Chaves, ou mesmo de obras que apenas os citassem, mas que não necessariamente fossem o escopo da discussão, a exemplo de “Pesquisas para a História do Piauí” de Odilon Nunes.

Na última parte da obra denominada “O Índio” se propõe a “descrever” como eram os grupos que viveram e habitaram o território piauiense ao longo dos séculos, citando as etnias, nações e tribos, dando destaque para elementos biológicos como a altura, cor de pele, mas também culturais, a exemplo da alimentação e rituais. Destaca ainda os registros dos anos em que cada nação existente no Piauí aparece na documentação e historiografia consultada até o fim último destas por meio da ação do homem branco, haja visto que para o autor no caso do Piauí

[...] não houve epidemias ou endemias que destruíssem os índios ou as tribos; só a ação sistemática do branco. No fim, quando seus últimos membros se desintegravam, entregando-se ao alcoolismo ou sendo atacados pela sífilis, eles já

não tinham identificação certa. O índio não existia mais como tribo e, muito menos, como nação (BAPTISTA, 1994, p. 95).

Finaliza, então, sua arguição e obra inferindo sobre a “herança” cultural deixada pelos povos que agora encontrar-se-iam traduzidos e hibridizados mediante séculos de contatos com culturas diferentes da sua, destacando elementos da tradição oral que permaneciam até então, a exemplo da mitologia, nomes de locais derivados da cultura dos povos originários, modos de preparo de alimentos ou de consumo, assim como a utilização de certas plantas nativas e os nomes dados a estas e a alguns animais. Por fim, encerra sua pesquisa indicando que os índios tais quais foram já não existiam mais no Piauí, no entanto, deixaram marcas de sua presença à medida que passaram por um processo de mestiçagem com outros grupos étnicos que vieram para a região, notadamente europeus e africanos.

Dito isto, não é nenhuma surpresa que a obra em questão traga em si a construção de representações sobre o que é ou o que foi o indígena que habitou/habita o solo piauiense e, portanto, podendo ser interpelada de formas distintas pelo público que teve acesso a essa leitura. Permanece na produção textual citada a ideia do índio selvagem, ainda que se admitisse a existência de uma cultura, bem como de um processo de tradução⁵⁸ e hibridização cultural com outros povos.

Além dos sentidos construídos no interior da tessitura do próprio texto, há outro que se torna pertinente, especialmente considerando a análise que nos propomos a fazer neste breve ensaio historiográfico. Refere-se aos sentidos construídos pela forma como o indígena é representado a partir da capa do livro e como estes sentidos se alteraram entre aquilo que o autor intencionava e as modificações produzidas no âmbito da impressão e edição do livro. A foto 20 demonstra a capa com a qual a obra foi publicada em 1994 creditada ao filho do autor, Fernando Luiz de Carvalho Baptista.

58. Sobre este conceito, ver Hall (2006).

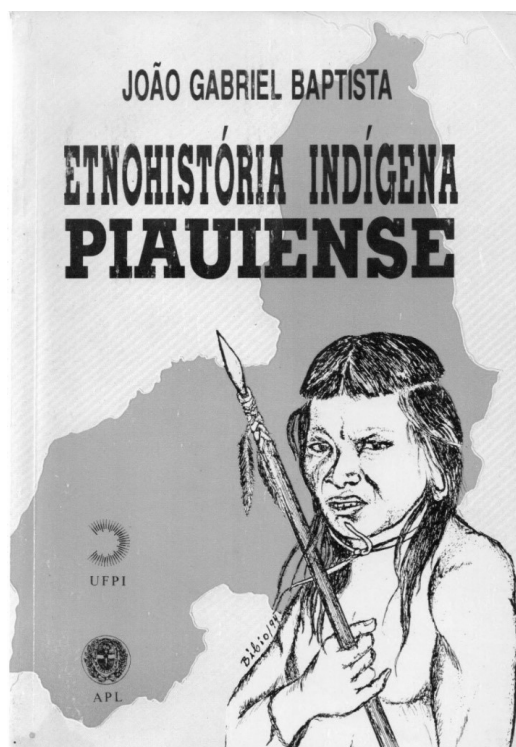


Foto 20 – Capa do livro “Etnohistória Indígena Piauiense” (1994)
Fonte: Baptista, 1994.

Quais elementos estão presentes na capa? Além, obviamente, do nome do autor e da obra, duas ilustrações nos chamam a atenção: o mapa do Piauí e, principalmente, uma mulher indígena com uma expressão um pouco ameaçadora e segurando uma lança em sua mão.

Qual o sentido construído em torno do indígena a partir desta imagem? Qual a representação da mulher indígena que está sendo apresentada? Perpetua-se a partir desta ilustração a perspectiva do indígena belicoso, especialmente no tocante ao Piauí, o nativo selvagem e que ao se pensar sua história em terras piauienses o que se tem, basicamente, é o conflito com o branco, sua consequente derrota, processo de genocídio e desaparecimento dos anais da história.

Era essa perspectiva que imperava na historiografia piauiense indígena dos anos 1990⁵⁹ e que, de certo modo, Baptista (1994) corrobora com sua

59. Baptista (2017) aponta três perspectivas distintas construídas acerca do indígena piauiense no decorrer da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI pela historio-

obra através da forma como o indígena encontra-se representado nela. Não é à toa, então, que a capa da obra traga essa representação do índio que teria habitado o Piauí, tratava-se da imagem que se tinha destes grupos nesta época. Indivíduos selvagens, belicosos, guerreiros e numa sociedade marcada por categorias de gênero⁶⁰, pois, ao se pensar os agrupamentos originários, até mesmo as mulheres se “esquivariam” destes papéis e assumiriam um lado mais “masculino”, o papel de guerreiras.

Tendo isso em vista, ao considerarmos a entrevista com uma das filhas do professor João Gabriel Baptista, a professora Maria do Socorro Baptista Barbosa, ao rememorar sobre a história da feitura da capa em questão, constrói novos sentidos ao ser interpelada pelo indivíduo ali representado ao inferir o seguinte:

Não, aí isso eu não saberia lhe dizer. Quem sempre lidava com ele com as capas era Fernando. Não sei se Fernando tem alguma coisa a ver com a capa deste livro especificamente, tá. Porque Fernando sempre foi muito bom de desenhar. Ele e o Mário, mas o Mário tava pra Luiz Correia, então o Fernando era aquele que lidava mais com papai na hora das capas. De pensar, inclusive de fazer desenhos internos também. Papai fazia, mas também Fernando às vezes fazia. Papai era um excelente desenhista. Pode ter sido ele também que desenhou também. Agora por quê eu não sei dizer porque teria sido essa garota com a arma, embora eu tenho o entendimento meu próprio aqui dessa capa, né. **A interpretação minha de historiadora, de mulher e de feminista, né. Que representa muito bem aquele povo que lutou tanto pra manter sua própria terra e que acabou sendo expulso e acabou sendo morto, né. É um pessoal que lutou, não é um pessoal que baixou a cabeça e que se rendeu. Eu gosto daquela capa, eu gosto daquela imagem, sabe? De uma mulher forte segurando uma arma. Mas não sei dizer se isso tem alguma coisa a ver, tá, com a ideia de papai** (BARBOSA, 2019, grifo nosso).

Para a professora em questão, a capa também representa o indígena en-

grafia piauiense. Até a década de 1980, tem-se discussões voltadas para a questão do conflito com o conquistador e certa “inferioridade cultural” no tocante aos grupos originários; entre 1990 e 2000, finda-se a hierarquização cultural ao se pensar a diferença entre europeus e povos nativo-americanos, mas continua-se focando no genocídio e do etnocídio, além da reafirmação da ideia de que não existem mais indígenas no Piauí; a partir dos anos 2000, novos estudos passam a questionar a historiografia produzida até então, além de proporem novos modos de se pensar esses sujeitos historicamente, bem como um novo olhar para as fontes.

60. Sobre esta questão e a naturalização dos papéis de gênero na sociedade, ver Bourdieu (2002).

quanto um povo guerreiro. No entanto, ao ser interpelada por esta representação, constrói um novo sentido percebendo estes não de uma maneira negativa, isto é, enquanto selvagens, mas sim grupos que lutaram por suas terras, mas ultimamente terminaram derrotados e mortos nas mãos dos invasores.

Não obstante isto, ela vai além, destacando também o fato de ser uma mulher na capa segurando uma lança em detrimento de um homem que, para a entrevistada, feminista como ela própria afirma, representaria a força das mulheres, capazes de ocuparem os espaços que bem entendem, dentre eles, o espaço da guerra, comumente associado ao universo masculino.

Permanece nesta interpretação a vinculação do indígena piauiense à sua belicosidade, ainda que de maneiras distintas, conforme indicado, mas mantém-se a ideia de um índio culturalmente cristalizado ao se pensar no caso piauiense e, além disso, que havia passado por um processo de genocídio, representação construída pela historiografia piauiense que tratava sobre estes grupos até então e que permanece na capa em questão.

No entanto, chama-nos a atenção o final da lembrança⁶¹ da professora

61. No que tange à nossa compreensão de memória e lembrança a partir de Halbwachs (2006), entendemos que a memória é uma reconstrução de algo que aconteceu a partir de experiências do sujeito no tempo o qual ele se encontra, ou seja, no tempo presente. Essa operação de reconstrução é possível a partir do diálogo estabelecido entre essa memória individual e a memória coletiva, construída ou reconstruída em outro momento e que termina por resvalar na memória individual. Para ele “[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. [...] Um quadro não pode produzir totalmente sozinho uma lembrança precisa e pitoresca. Porém aqui, o quadro está repleto de reflexões pessoais, de lembranças familiares, e a lembrança é uma imagem engajada em outras imagens, uma imagem genérica reportada ao passado” (HALBWACHS, 2006, p.71 e 73). Sendo assim, para Halbwachs (2006), a memória individual é agasalhada pela memória coletiva. A memória individual traz em si a memória coletiva dos grupos nos quais o indivíduo se encontra inserido. Essa memória é reconstruída, “[...] mas essa reconstrução se opera segundo linhas já demarcadas e delineadas por nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros.” (HALBWACHS, 2006, p. 77). Desse modo, a memória coletiva respalda a individual e esta só é relevante à coletiva no que se refere ao que o coletivo quer lembrar. A memória individual, assim, se apoia no coletivo necessitando dela para existir. Além disso, as memórias coletivas condensam as experiências e memórias individuais, transformando-se à medida que o grupo também vai mudando. Nesse sentido, a rememoração é produzida a partir dos interesses dos grupos, selecionando aquilo que é relevante ao grupo e esquecendo o que não é. Deve-se questionar também quem produziria essa seleção. Essa seleção perpassaria as relações de poder? Halbwachs (2006) também não se atenta para o caráter polifônico da memória, acreditando em uma unissonia da memória coletiva. Dessa forma, ao mesmo tempo que Halbwachs (2006) possibilita pensar sobre as relações estabelecidas entre a memória coletiva e a individual, é necessário entender as limitações apontadas e as críticas a estas, para que o historiador não caia em uma armadilha ao utilizar a Memória em sua narrativa. Para compreender, então, estes entraves presentes no pensamento

Maria do Socorro Baptista Barbosa, isto é, o momento em que comenta não saber dizer a ideia da capa em questão, da indígena ali representada, se teria algo a ver com os sentidos que o seu pai, autor da obra, queria passar acerca de como gostaria que o público leitor fosse interpelado por esta representação.

Isto se torna interessante à medida que, em lembranças de seu outro filho, Fernando Luiz de Carvalho Baptista, autor da capa em questão, ao recordar acerca do processo criativo de produção do livro, comenta sobre a alteração que a editora fez no tocante à capa durante o processo de impressão da obra enquanto livro. Sobre o contexto de produção e publicação desta obra, lembra o seguinte:

Este livro aí foi o que eu mais participei. Eu cheguei a fazer a capa do livro, entendeu? E fui com ele muitas vezes nos órgãos públicos e em várias conversas com descendentes de índios, com historiadores, isso aí tudo ele pesquisou. Ele foi atrás de alguns colegas que tinham conhecimento nessa área pra poder ajudá-lo a fazer esse livro. Eu cheguei a fazer a capa do livro, tá certo? **Fui eu que fiz a capa, mas um gaiato lá na Universidade, né? Um tal de [censurado] pegou na hora a publicação, botou a capa dele. Mudou a capa. O meu pai ficou revoltado, mas o livro já tava publicado assim e não teve como voltar. Então aquela capa do livro que você tem lá não é minha. Lá dentro tem dizendo: “Capa, Desenho: Fernando Luiz”, mas a capa não é minha. Eu jamais faria a capa dum índio... é... como se tivesse... ele botou na capa um índio guerreiro!**

de Halbwachs (2006), bem como as críticas ao autor e outro olhar sobre a Memória, consideremos o pensamento de Pollak (1989). Pollak (1989) critica diretamente a ausência em Halbwachs (2006) de uma discussão sobre as relações de poder que incidem na memória coletiva. Em sua análise “[...] Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de “comunidade afetiva” (POLLAK, 1989, p. 3). Para Pollak (1989), o perigo de encarar a memória coletiva dessa maneira se refere a um potencial silenciamento daqueles que foram ou são excluídos da sociedade, ou seja, as minorias e os marginalizados. Dessa forma, Pollak (1989) ressalta que perceber o problema de uma não discussão das relações de poder na memória coletiva fomentou discutir sobre como a memória daqueles que são excluídos socialmente opõe-se à memória dita “oficial”, ou seja, como é estabelecida a relação e a disputa entre a memória imposta pelo dominador em detrimento da memória do dominado. Cabe destacar ainda que Halbwachs (2006) não produz uma distinção clara acerca de Memória e Lembrança. Quanto a isto, Ricouer (2007), no entanto, aponta que existem diferenças. A Memória deve ser vista no singular, como uma operação produzida pelo sujeito, enquanto as lembranças seriam aquilo que compõem esta Memória, por isso devem ser percebidas no plural. Dessa forma, a rememoração seria a tentativa de preencher as lacunas existentes nessa Memória a partir das Lembranças reconstruídas e ressignificadas pelas experiências que marcaram o sujeito ao longo do tempo e espaço.

Os índios brasileiros, especialmente os piauienses, não eram guerreiros. Eles eram pacíficos. Viviam só da caça e pesca. Tanto quando chegaram aqui os portugueses dizimaram com a maior facilidade porque eles não tinham como se defender porque eles não sabiam como se defender porque eles não tinham inimigos. Então quando você não tem inimigos você não se prepara pra uma guerra, né? Então eles só usavam lanças e outras coisas pra pescar, pra caçar e não pra brigar. E o cara botou lá um índio todo... com argola... com não sei o quê... Isso não era verdadeiro. **Papai ficou muito chateado, mas infelizmente já tava publicado e não tinha mais volta. [...] Eu tinha desenhado uma capa de uma índia amamentando, tá certo? Cercada de outros índios numa lareira, né, ou seja, mostrando que eles são seres humanos iguais a nós. Que tem filhos, que procriam e que viviam pacificamente no Piauí e não como o cara botou no livro. Papai ficou muito revoltado.** [...] Lembro uma vez que a gente foi comentar sobre as guerras indígenas lá na América do Norte, né, que da mesma forma que teve aqui teve lá também. Só que lá os índios eram inimigos até entre eles, tá certo? Porque eram muitas tribos indígenas, tá certo? E eles tinham seus territórios, então brigavam entre eles, então eles eram armados até os dentes pra brigar até entre eles pra manter seu território, então lá houve uma dificuldade maior, entendeu? De realmente os ingleses, né, que foram os ingleses que colonizaram os Estados Unidos, em colonizar o país. Aqui no Brasil não houve isso. Aqui no Brasil quando chegaram aqui muita gente disse: “Não, aqui é pacífico.” Não, não foi pacífico, tá certo? **Foi dizimação. Simplesmente os índios do Piauí foram dizimados pelo Domingos Jorge Velho, Domingos Afonso Mafrense e todos os outros bandeirantes e entradistas que vieram pro Piauí. Eles simplesmente dizimaram os índios.** Os índios simplesmente... quando eles adentraram nas tribos, eles não correram, não fizeram nada, esperaram ser mortos, porque não sabiam a intenção dos brancos e os brancos chegaram lá e mataram, tá certo? Então essa foi uma diferença. **Quando papai contou isso no livro foi uma confusão muito grande. Por quê? Porque ainda hoje no Piauí tem muitos descendentes dos bandeirantes, dos entradistas, que mataram os índios. Quando papai citou os nomes deles no livro foi muita confusão. Me lembro bem duma [censurado] que era amicíssima de meu pai, se tornou inimiga de meu pai porque ela não aceitou. Aí ele disse: “Minha filha, eu não tô dizendo que foi você que fez isso. Tô dizendo que foi um ascendente seu, que você não tem nada a ver com isso, sua família hoje não tem nada a ver com isso, mas eu tô contando uma realidade que nunca ninguém quis contar.”** A partir daí, Marcus, a coisa mudou aqui no Piauí. Nós tínhamos a ideia de que eles eram heróis. Tínhamos escolas, tínhamos ruas com o nome deles, a partir do livro do meu pai isso começou a ser mudado. Hoje a maioria desses nomes foram tirados. Tinha uma, tinha uma escola Domingos Jorge Velho bem na avenida pertinho da Academia. O nome foi mudado

porque realmente hoje não se considera mais eles como heróis que até o livro do meu pai eram considerados como heróis. Foi uma revolução esse livro [...] Muitos índios conseguiram fugir pro Maranhão, pro Ceará, mas no Piauí não ficou nenhum, foram todos dizimados (BAPTISTA, 2019, grifo nosso).

Algumas questões podem e devem ser discutidas a partir das lembranças do filho do professor João Gabriel Baptista. Interessante ressaltar inicialmente o conflito existente em torno da (s) capa (s) do livro e os diferentes sentidos construídos em torno dela. Ainda que não tenhamos tido acesso à “ilustração original”, é pertinente destacar a alteração feita durante o processo de editoração e impressão da obra que destoava das intencionalidades pensadas pelo autor da obra.

Por que uma indígena guerreira em detrimento de uma que estivesse com seu filho cercado por outros membros destes agrupamentos? Quais sentidos estavam presentes antes e passaram a estar depois da alteração? De que forma esta nova representação foi interpelada pelo leitor (sociedade)?

Evidentemente, é impossível inferir ao certo o porquê da alteração da capa. Certamente, e considerando o conhecimento que se tinha até então sobre os indígenas piauienses, a partir de autores como Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, Camillo Filho, dentre outros, a modificação se deu com o intuito de coadunar com a forma como o indígena piauiense era representado até então, isto é, de forma belicosa e selvagem.

Segundo Baptista (2017), a historiografia indígena piauiense até 1980 representava os grupos originários que ocuparam o território piauiense a partir de dois critérios: inseridos numa lógica de inferioridade cultural através da utilização de termos como selvagens e ignorando quaisquer outros elementos relacionados a estes grupos quicá as questões referentes ao conflito com os conquistadores e o processo de “genocídio” decorrente.

A partir dos anos 1990, no entanto, com uma nova leva de autores, dentre eles o professor João Gabriel Baptista, constrói-se uma nova representação sobre estes grupos, preterindo-se uma ideia de inferioridade cultural, mas mantendo-se a questão do genocídio e do etnocídio⁶² destes sujeitos.

Isto posto, a modificação realizada na capa não foi à toa. Ao tempo em que o autor da obra, ainda que concordasse com a ideia de genocídio,

62. Sobre esta questão do etnocídio dos indígenas piauienses, trata-se de uma interpretação produzida por Machado (2002) ao refletir sobre os processos de aldeamento que ocorreram no Piauí e os seus efeitos nos grupos que foram reduzidos por estes.

hoje criticada por parte da historiografia indígena piauiense, a exemplo de Borges (2006) e Costa (2013), já não percebia o nativo piauiense enquanto um “selvagem” ou mesmo como sujeitos belicosos que viveram para guerra e que “marcaram” a história unicamente por meio do conflito bélico com os brancos. Para o professor João Gabriel Baptista, evidenciado em sua obra e nas lembranças de seu filho, importava ressaltar também outros elementos acerca destes sujeitos, notadamente sua cultura e seu modo de vida, afastando-se de uma hierarquização cultural construída a priori e, neste sentido, a capa descartada no processo de editoração representaria esse novo olhar sobre o indígena que o sujeito possivelmente buscava construir através de sua obra.

Além da questão de construção de sentidos rememorada por seu filho sobre a capa, outro aspecto que também nos chama atenção em suas lembranças trata-se da forma como a obra foi recebida pelo leitor (sociedade). Certamente não temos como abarcar todas as diferentes formas como este livro foi interpelado pelo público leitor, mas nas lembranças de seus dois filhos é possível perceber a construção de novos sentidos mediante as representações construídas pela capa e pela obra em si.

Sobre este aspecto, já abordamos as lembranças da professora Maria do Socorro Baptista Barbosa e as formas como esta foi interpelada pela representação da indígena construída pela capa publicada. No entanto, Fernando Luiz de Carvalho Baptista rememora outra situação curiosa, isto é, a elaboração de novas representações não apenas sobre os grupos originários, mas também sobre os conquistadores e os efeitos que estes novos sentidos dados a estes últimos afetaram as práticas sociais no Piauí e até mesmo o seu pai.

À medida em que o conquistador passa a ser representado não mais enquanto heróis ou “aventureiros”, como diria o poeta da Costa e Silva no hino do Piauí, mas sim enquanto “assassinos”, indivíduos que deliberadamente promoveram a dizimação dos nativos piauienses, isto reflete diretamente nas relações pessoais/sociais do professor João Gabriel Baptista e até mesmo na retirada de homenagens feitas previamente aos conquistadores, como o exemplo citado da Unidade Escolar Domingos Jorge Velho, que se tornou o Memorial Zumbi dos Palmares em 2007, e a partir de 2017 passou a se denominar Memorial Esperança Garcia.

A resistência produzida pelo membro de uma das famílias citadas pelo professor João Gabriel Baptista em sua obra, no entanto, remete justamente àquilo que Chartier (1991) infere ao indicar que ao se pensar o mundo

enquanto representação as identidades construídas por estas são impostas por aqueles que possuem o “poder”, mas também podem ser uma forma de resistir a esta interpelação.

No caso em questão, se em décadas anteriores construiu-se uma representação por meio de grupos sociais, notadamente vinculados a certa elite cultural e política no Piauí, de que estes sujeitos que participaram do processo de conquista do território tratavam-se de heróis, conforme evidenciado no próprio hino do estado, a partir dos anos 1990 e de obras como a do professor João Gabriel Baptista uma nova representação destes sujeitos, percebidos agora de forma mais evidente enquanto perpetradores de um processo de genocídio, passa a se fazer presente, sendo interpelada de modos distintos por autor/edição/leitor conforme apontado no decorrer desta narrativa.

Deste modo, algumas considerações tornam-se pertinentes e devem ser elencadas a fim de uma melhor compreensão das questões destacadas e trabalhadas ao longo deste texto. Deve-se indicar primeiramente que não intencionamos aqui de modo algum sugerir que as representações em torno do indígena piauiense permanecem a mesma que aquelas apontadas/questionadas no contexto social de produção da obra aqui analisada. Nos anos 2000 e 2010 novos estudos, perspectivas e caminhos, conforme Costa (2013) e Baptista (2017) acerca de como se pensar o indígena piauiense, vêm sendo trabalhadas e devem ser considerados ao adentrar estas questões.

Não obstante isto, no caso em específico da obra “Etnohistória Indígena Piauiense”, são perceptíveis, a partir das fontes analisadas, os diferentes sentidos e representações construídos em torno da tessitura da obra, bem como da (s) capa (s) produzidas para esta. Os conflitos que se configuraram em torno da modificação da ilustração que deveria compor a capa por parte da editora possibilitam refletir sobre as diferentes representações construídas em torno da mesma produção textual por parte do autor e da edição/impressão, bem como esses novos sentidos atribuídos interpelam de modos distintos os diferentes sujeitos, a exemplo da professora citada e as interpretações produzidas por ela sobre a capa da obra.

Além disso, as novas representações construídas em torno dos conquistadores e, a partir disto, de certas famílias que compõem uma elite cultural e política no Piauí por parte da obra do professor João Gabriel Baptista também interpelaram certos sujeitos de modo que estes resistiram a estas, a exemplo do caso citado nas lembranças de um dos filhos do citado professor.

Deste modo, o caso da obra “Etnohistória Indígena Piauiense” e as diferentes representações produzidas no âmbito do autor e edição/impressão, bem como as distintas formas que a obra interpelou os sujeitos, ora permitindo a identificação e ora provocando resistências, possibilitou refletir sobre estas questões na tessitura da produção acadêmica do professor João Gabriel Baptista. Questões estas que extrapolam o olhar objetivo que outrora foram tão estimados pela escrita da História e que denotam aquilo que Castelo Branco e Brito (2017) indicam sobre a necessidade de se produzir uma escrita indisciplinada “[...] que procure outros regimes de visibilidade do mundo, do tempo e do nosso próprio ofício” (CASTELO BRANCO; BRITO, 2017, p. 9).

Para encerrar esta narrativa acerca de sua produção, organizamos ainda em dois quadros suas obras de caráter científico que foram publicadas e aquelas nunca publicadas, percorrendo de forma breve sobre o conteúdo de cada uma, indicando em certos casos o contexto social de sua produção. No quadro 1, então, apresenta-se de modo breve suas obras publicadas e os conteúdos discutidos em cada uma.

Quadro 1 – Livros publicados pelo Prof. João Gabriel Baptista

Nº	Título	Ano	Ed	Descrição
01	Nascentes de um rio	1971	Única	Primeira obra publicada de João Gabriel Baptista, tendo sido a única com financiamento próprio. No livro, realiza um breve estudo sobre as características hídricas acerca das nascentes de rios, tomando como exemplos os rios Canindé e Parnaíba no Piauí. Quanto ao rio Parnaíba, propõe-se ainda a produzir um histórico deste, tratando sobre suas nascentes a partir dos dados e bibliografias disponíveis na época.
02	Resumo Corográfico do Estado do Piauí	1971	Única	Primeiro livro publicado por João Gabriel Baptista por meio de financiamento público, tendo influenciado significativamente em sua publicação as relações estabelecidas com o prof. José de Arimathéa Tito Filho. Trata-se de uma proposta didática para ser utilizado no período nas escolas da Educação Básica, principalmente no Ensino Fundamental, haja visto o reduzido material escolar na época que tratava sobre a geografia piauiense. Em seu bojo discute de forma simples os elementos físicos, econômicos e sociais que caracterizam o Piauí, a exemplo da hidrografia e clima, utilizando-se ainda de ilustrações para as questões trabalhadas e sua compreensão.

03	Geografia Física do Piauí	1975	1ª	Considerada sua obra principal, reúne 11 capítulos que discutem questões gerais sobre o Piauí, como sua localização, limites com outros estados, fusos horários considerando a fisiografia piauiense, a geologia, orografia, litoral, limnografia, potamografia, recursos naturais e climatologia. O rio Parnaíba também recebe destaque na obra, detalhando sua bacia e caracterização. O livro foi construído por meio de pesquisa bibliográfica, tanto de autores de outros estados e estrangeiros e por meio de pesquisa empírica no campo, analisando como questões sensíveis da ciência podem ser percebidas no Piauí ou se diferenciam em seu território. Em alguns casos, faz ainda menção a pertinência do conhecimento da tradição oral e de moradores locais, citando-os em sua narrativa, ainda que não os tenha entrevistado. Foi publicada em 1975 através do Plano Editorial do Estado (TÔRRES, 2010).
04	Geografia Física do Piauí	1981	2ª	Edição publicada após revisão realizada pelo autor, tendo sido mantido a mesma estrutura do trabalho, ainda que com ampliações e alterações em boa parte do texto. Além disso, nesta versão está incluso o Relatório da viagem às nascentes do rio Parnaíba realizado alguns anos antes pelo sujeito em parceria com demais pesquisadores da UFPI.
05	Mapas geohistóricos	1986	Única	Originalmente este livro seria parte da obra “Geografia Humana do Piauí”, nunca finalizada em função do elevado custo material para sua conclusão. Em sua narrativa apresenta as diversas modificações que o território piauiense sofreu ao longo do tempo por meio da cartografia, em alguns casos trazendo documentos cartográficos históricos do Piauí e, em outros, produzindo os próprios mapas a partir de fontes de época. Por se tratar de um recorte temporal amplo, indo do período da capitania, perpassando a província até o estado, discorre sobre lendas, o litígio com estados vizinhos, o surgimento de municípios, a participação do Piauí em conjunturas pertinentes ao país, como a Balaiada, dentre outros. Embora o autor tenha se aventurado em outros momentos em pesquisas sobre a história do estado, a exemplo de seus verbetes e textos publicados na imprensa piauiense na década de 1960, esta é a primeira obra do sujeito que não apenas se aventura pelo campo da História, como o faz de modo interdisciplinar, tendo o cuidado de produzir um diálogo entre Geografia e História para apresentar como o território piauiense se transformou no decorrer dos séculos. Quanto à sua publicação, esta se tornou possível a partir do Projeto Petrônio Portella idealizado no governo estadual de Hugo Napoleão.

06	A Origem do rio Parnaíba (uma tese)	1987	Única	Trata-se de obra produzida em função de palestra realizada no 1º Seminário de Preservação do Rio Parnaíba realizado na Universidade Federal do Piauí em Teresina pelo curso de Biologia da instituição em janeiro de 1987. Foi editado pela editora da UFPI juntamente com a Associação dos Biólogos do Estado do Piauí (ABIOPI), apresentando hipótese por parte do autor acerca da origem geológica e geomorfológica do rio Parnaíba. O livro tornou-se possível a partir do diálogo entre pesquisa bibliográfica e de campo realizada durante a expedição feita às nascentes do curso d'água na década anterior.
07	Geografia Física do Piauí – vol. 1: As Terras	1989	3ª	Com financiamento da Academia Piauiense de Letras (APL) publicou a terceira edição de “Geografia Física do Piauí”, tendo revisado esta última e subdividido-a em três volumes, sendo o primeiro destinado a discutir questões gerais sobre o estado, além de sua descrição fisiográfica, nomeando-o de “As Terras”. O segundo volume trataria sobre a hidrografia do Piauí, com destaque para o rio Parnaíba, tendo sido nomeado de “As Águas” e publicado no ano seguinte. O terceiro e último volume trataria sobre o clima e os recursos naturais do estado, no entanto, nunca chegou a ser finalizado e publicado.
08	Geografia Física do Piauí – vol. 2: As Águas	1990	3ª	Volume nº 2 da terceira edição do livro “Geografia Física do Piauí”, conforme indicado anteriormente trata sobre a hidrografia do estado, com destaque para o rio Parnaíba e sua importância quanto a fisiografia do território piauiense. Também publicado pela APL.
09	Etnohistória indígena piauiense	1994	1ª	Publicado em 1994, foi a última obra publicada por João Gabriel Baptista e a primeira de cunho totalmente histórico, enveredando-se pela história das sociedades indígenas que habitaram o Piauí. Para a produção da narrativa utilizou-se de estudos bibliográficos, documentais e de campo, tentando identificar todos os registros relacionados a estes grupos no Piauí até o momento de produção da obra, isto é, do século XVI até o século XX. Foi publicado em parceria com a editora da UFPI, a APL e o convênio Plano Editorial “Ciências e Letras”.
10	Etnohistória indígena piauiense	2009	2ª	Publicado pela APL, trata-se da segunda edição desta obra, tendo sido editorada sem alterações no texto, haja visto que o autor já se encontrava em estágio avançado do Mal de Alzheimer, tendo falecido no ano seguinte à sua publicação. Foi publicada em parceria com a Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), a partir de 2015 tornando-se a Secretaria Estadual de Cultura (SECULT) e Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (DETRAN/PI), fazendo parte da Coleção Grandes Temas no Piauí.

Fonte: do autor, 2022.

Quanto às produções inéditas no quadro 2, apresenta-se um resumo das informações pertinentes de cada uma, incluindo a finalidade ou o objetivo de sua elaboração, tendo em vista que os contextos de produção destas estão diretamente relacionados com os espaços e as temporalidades vivenciadas pelo sujeito.

Quadro 2 – Obras científicas e técnicas inéditas de João Gabriel Baptista

Nº	Título	Ano	Descrição
01	O Piauí Rodoviário	1967	Relatório técnico elaborado durante o período em que esteve no cargo de Diretor da Divisão de Obras do Departamento de Estradas e Rodagem do Piauí (1965-1970) que teve por finalidade apresentar o Plano Rodoviário Estadual (PRE) do Piauí cuja finalidade se constituía em “[...] contribuir para a integração das áreas abandonadas na unidade piauiense em primeiro lugar e em segundo, distribuir melhor a produção das áreas já servidas de outras rodovias, mas sem planificação adequada [...] O PRE foi orientado no sentido de cobrir estas falhas e interligar as rodovias federais [...]” (BAPTISTA, 1967, p. 25). O documento, então, traz uma série de informações sobre a economia e as zonas fisiográficas do estado no período, bem como destaca a distribuição de recursos para o DER, além de evidenciar a importância dos meios de transporte no contexto socioeconômico para o desenvolvimento do Piauí e de sua produção. Segundo Fontineles (2009), na segunda metade dos anos 1960 é criado o Plano Nacional de 1967 que, em virtude do cenário nacional, tinha por objetivo integrar o território brasileiro dando prioridade aos transportes rodoviários para garantir o desenvolvimento econômico do país. Deste modo, Baptista (1967), estando inserido nesta conjuntura, bem como integrando o órgão estadual responsável pelas rodovias piauienses desde fins da década passada, indica a pertinência do documento estadual no sentido de complementar o Plano Nacional. Cabe destacar ainda que, embora tenha produzido o documento para legitimar a necessidade de integração do estado por meios rodoviários, não se esquivou em apontar os problemas que percebia na execução do projeto, ao afirmar que “[...] falta-lhe, entretanto, uma ação mais dinâmica, pela ausência das condições infra-estruturais indispensáveis à continuidade da sua execução, o que compromete a parte já iniciada e não concluída. Ressente-se também de uma distribuição má de encargos visando outros interesses que não o da integração acima citada, que deveria ser prioritária e só ser colocada de lado, quando terminada. Falha também na duplicidade de órgãos que nela trabalham, levando em consideração que tem cingir-se ao Plano Nacional de Viação (PNV), do qual deve ser complementar [...]” (BAPTISTA, 1967, p. 25).

02	Potencial e Similaridade: um ensaio de Geografia Econômica (197-)	197-	Trata-se de um ensaio de Geografia Econômica, área que estuda as características socioeconômicas presentes no espaço geográfico, a partir da Geografia Quantitativa, corrente do pensamento geográfica que estuda os aspectos socioespaciais através de análises e representações numéricas utilizando-se de recursos matemáticos, estatísticos etc. Sobre a obra em questão, justifica sua existência pela necessidade de ampliar seus conhecimentos, haja visto que em sua apresentação indica que o interesse para escrever este manuscrito partiu de um curso realizado em 1975 na UFPI com o professor da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) de Rio Claro, Alexandre Filizola Diniz, que à época juntamente com outros professores compunham um núcleo de estudos de geografia quantitativa no Brasil (LAMEGO, 2014), além de outros aspectos relacionados a esta corrente geográfica. Assim, o autor aplica as teorias dos estudos que teve acesso ao contexto brasileiro reunindo ortodomia (distância entre dois pontos de uma superfície terrestre), potencial de renda e similaridades. Apesar de se tratar de um ensaio para aquisição de conhecimentos próprios, claramente existia um interesse por parte do autor em publicá-lo, tendo em vista que logo no início se desculpa com o leitor por possíveis equívocos ou omissões, inferindo que “[...] as conclusões são nossas, assim como os enganos e omissões. A publicação talvez não traga novidade, mas foi conscienciosamente trabalhada. Se servir para alguma coisa, nos consideraremos vitoriosos” (BAPTISTA, 197-, p. 2). Haveria a necessidade disto se o manuscrito jamais seria publicado? Cabe indicar ainda como o conhecimento geográfico circulava no Piauí neste momento, com a presença de professores visitantes de outros estados e universidades e a existência de significativo acervo bibliográfico estrangeiro adquirido por João Gabriel Baptista durante a segunda metade do século XX presente em sua biblioteca pessoal, como Richard J. Chorley com sua “Nuevas tendencias em Geografia” (1975), utilizado para a produção deste ensaio.
03	Projeções Azimutais	1977	Neste manuscrito apresenta as características básicas e demonstrações das características das projeções azimutais existentes e problemas relacionados a seu uso e aplicação na representação da Terra. Quanto a bibliografia, é importante ressaltar a utilização de obras de autores estrangeiros ou de outros estados, indicando a dificuldade de trabalhos sobre este conteúdo no Piauí, portanto, as produções acadêmicas no período necessariamente utilizavam ou publicações de outras origens como fonte de informação. Não obstante isto, novamente percebe-se o discurso, ainda que não esteja escrito, de preenchimento de lacunas ou de garantir aos discentes material mais compreensível e objetivo de estudo, haja visto que parte da literatura especializada era escrita em língua estrangeira, a exemplo de “Elements of Cartography” de Arthur H. Robson, em inglês, “Geografia Física” de Arthur N. Strahler, em espanhol, e ainda “Cartografia Geral” de Erwin Raisz, texto denso e uma das poucas obras de cartografia disponíveis na época*.

04	Problemas Cartográficos	198-	Refere-se a um livreto sem apresentação que traz em seu bojo questões referentes às características gerais da Terra enquanto planeta, aspectos relacionados à cartografia em si, quanto a definição, objeto, objetivo e os elementos básicos de seu estudo, que incluem: mapas, coordenadas geográficas, diagramas, escalas, projeções e alguns problemas, apresentando em alguns capítulos glossário de verbetes para facilitar a compreensão do conteúdo. Assim como Projeções Azimutais, a proposta da obra é um texto objetivo com linguagem mais simples, tendo por finalidade reunir as informações relacionadas à Cartografia para contribuir, principalmente, com os estudos acadêmicos da área no Piauí, utilizando-se também de bibliografia estrangeira e de autores de outros estados, notadamente do sudeste, geralmente apresentados por capítulo.
05	Vales Piauienses / Águas Subterrâneas do Piauí	1983	Relatórios de pesquisa elaborados por solicitação do Projeto Nordeste da Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN/PI) para apresentação das características dos vales fluviais piauienses, bem como das águas subterrâneas do estado com informações relacionadas aos aspectos fisiográficos, hidrológicos, bem como informações acerca dos rios principais, seus afluentes, lagoas, açudes relacionados e as características da hidrogeologia piauiense.
06	Uma ideia: Barragens Submersas do Rio Poti	1984	Esta proposta é um relatório de pesquisa realizado para o Projeto Nordeste da SEPLAN (PI) visando a identificação da viabilidade de construção de barragens submersas no rio Poti com o objetivo de contribuir para irrigação das áreas drenadas por este curso d'água, bem como a diminuição das secas prolongadas, justificado por ser mais viável do que outras ideias, como a transposição de rios, por apresentar um preço mais razoável. Em realidade, nota-se, na justificativa do sujeito, a preocupação de usufruir do recurso natural de modo sustentável, ainda que não indique isto de forma explícita na obra, ressaltando apenas os custos econômicos. No entanto, é mister em outras de suas produções a preocupação com a questão ambiental, a exemplo de "O Piauí Rodoviário", no qual critica a utilização de queimadas para preparação do solo para cultivo, prática comum na época no interior do Piauí, indicando a existência de técnicas mais modernas e menos danosas ao solo. Apenas a partir da expedição às nascentes do rio Parnaíba em fins dos anos 1970 a preocupação em preservar o meio ambiente torna-se mais presente em seu discurso, influenciando sua atuação e suas obras. No entanto, somente em "Biomias Piauienses" trata especificamente sobre esta preocupação em proteger o meio ambiente enquanto ação concreta considerando os princípios estabelecidos nas conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), corroborando, assim com o pensamento de Ferreira (2008) sobre João Gabriel Baptista enquanto um ambientalista. Diferentemente de outros de seus trabalhos, para este projeto não foi realizado aferição em campo, tendo sido elaborado em gabinete, destacado pelo próprio autor, recomendando-se conferência das informações expressas no documento. Tanto este relatório, quanto o anterior acerca dos Vales Piauienses, relacionam-se ao contexto da época, momento em que o nordeste brasileiro tornava a enfrentar problemas relacionados a um período de seca prolongado que afetava a região (ALPINO; FREITAS; COSTA, 2014), situação comum nesta.

07	Geografia Geral do Piauí	1984	Trata-se de uma atualização da obra “Resumo Corográfico do Estado do Piauí”, além de um agrupamento do plano de obra inicial que seria Geografia Física, Geografia Humana e Geografia Econômica. Este documento, no entanto, não traz informações a respeito da finalidade de sua produção, limitando-se a trazer informações didáticas em formato de tópicos sobre o Piauí.
08	Biomias Piauienses	198-	Livro com objetivo de apresentar os principais biomas piauienses, intencionando contribuir para a compreensão do meio ambiente do estado a partir das características destes conjuntos biogeográficos. O texto é subdividido em 4 seções, trazendo na primeira a introdução, na segunda a descrição do estado em relação a seus aspectos de localização geográfica, físico no que se refere a geologia, climáticos, de solo (pedológico) e em relação a biodiversidade. Na terceira seção apresenta definições para o meio ambiente e para bioma, indicando os que são presentes no Piauí e suas características e ainda tratando sobre a ação humana nestes, bem como os problemas identificados apontando sugestões ou medidas corretivas para estes. Na quarta e última seção apresenta a conclusão da obra, indicando a necessidade de se solucionar de forma urgente a situação das terras desmatadas, enfatizando como a questão ambiental neste contexto já permeava o seu pensamento.
09	Relatório viagem às nascentes do rio Parnaíba (198-)	1989	Esta produção, como o próprio nome já sugere, trata-se do documento produzido pelo autor após sua expedição às nascentes do rio Parnaíba com demais professores da UFPI e o jornalista da Manchete. O documento em si torna-se pertinente por permitir compreender de modo mais específico como João Gabriel Baptista sistematizava seu pensamento em pesquisas de campo, tendo o cuidado de produzir um diário minucioso de tudo que ocorria em campo, como os quilômetros percorridos em cada meio de transporte utilizado (jipe, burro etc.), horários de chegada e saída, municípios e localidades por onde passavam, bem como descrições geológicas e geomorfológicas da área, além do clima, solo, vegetação e, evidentemente, sobre as nascentes do rio Parnaíba quanto a seu principal formador e formadores secundários e indicação das distâncias para os municípios mais próximos. Apresenta ainda dois mapas, um com a apresentação do roteiro de viagem e outro descrevendo a área. Finaliza o relatório apontando que os resultados não foram melhores em função do tempo e ausência de equipamentos apropriados de pesquisa, bem como sugerindo a realização de nova expedição com acréscimo de outros profissionais para a equipe como geólogo, astrônomo e topógrafo. Posteriormente, este documento possibilitaria ao sujeito a produção de sua hipótese sobre o surgimento do Parnaíba, publicado enquanto livro em 1986 por meio do Projeto Petrônio Portela. Um resumo do relatório também compõe o terceiro volume de Geografia Física do Piauí quando trata das nascentes do rio.

10	Evolução Histórica dos Municípios Piauienses	1999	Livro produzido a partir de conferência realizada em 1999 coordenada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Piauí no auditório da Academia Piauiense de Letras e que segundo o próprio autor “[...] membros da audiência concordaram conosco que deveríamos coordenar a conferência em forma de livro [...]” (BAPTISTA, 1999, p. 1). A obra em si apresenta as modificações que os povoados, vilas e cidades piauienses passaram no decorrer do tempo a partir do processo de conquista das terras até o fim do século XX. Fruto de uma pesquisa densa, considerando a quantidade de municípios que totalizava 221 nesta época, trazendo informações distintas como a área, a população, posição no estado, nomes antigos, autonomia, instalação, dentre outros. Assim como a maioria de suas obras, evitava posicionamentos, tentando trazer um conhecimento de caráter informativo e enciclopédico, sempre se preocupando em contribuir em áreas que, em sua opinião, permaneciam lacunas no tocante aos estudos geográficos e históricos no Piauí
11	Geomorfologia	199-	Manuscrito incompleto que trata de conceitos básicos relacionados à área em questão, não evidenciando aspectos geomorfológicos do Piauí, isto é, do relevo do estado. Talvez se concluído tivesse incluído o território piauiense na proposta da obra.

* Em suas lembranças, Baptista (2021) rememora uma situação de prova de Cartografia na qual o professor indicou o livro do referido autor para estudo, no entanto, a quantidade de exemplares existentes na UFPI era reduzida, não sendo suficiente para toda a turma, encontrando o livro apenas na biblioteca de seu pai e sem exemplares disponíveis para a venda no cenário local.

Fonte: do autor, 2022.

Para visualização das capas das obras científicas publicadas a foto 21 apresenta um mosaico organizado para este livro de todas as edições. Entretanto, para esta narrativa, não foi realizada análise aprofundada acerca de cada uma delas, a exceção de “Etnohistória Indígena Piauiense” (foto 20), haja visto que, em nossa perspectiva, apenas a produção desta última foi marcada por contendas entre o sujeito e o cenário intelectual piauiense sendo, portanto, pertinente sua discussão.

É notável, então, não apenas como a família de João Gabriel Baptista interfere diretamente na possibilidade de o sujeito se integrar nas redes de sociabilidades locais, ainda que não de forma determinante, cabendo ao indivíduo a escolha dos caminhos que gostaria de trilhar.

Dito isso, é perceptível como ao longo de sua vida, especificamente após sua formação profissional, passa a construir uma trajetória intelectual, se configurando os anos 1960/1970 como o período em que passa a constituir-se enquanto um intelectual, bem como é legitimado e reconhecido pelos pares a partir de sua inserção no meio universitário enquanto docente, bem como na Academia Piauiense de Letras.



Foto 21 – Panel das capas das obras científicas publicadas por João Gabriel Baptista
 Fonte: do autor, 2023.

Não apenas isso, o que torna ainda mais singular em sua trajetória trata-se das condições que permitiram a formação não somente de um intelectual na segunda metade do século XX em Teresina, mas de um intelectual na área de Geografia em um momento que o curso acabara de ser instalado

na capital e que as pesquisas no campo eram escassas. Assim, é a partir de suas pesquisas/publicações que se insere nas redes de sociabilidades locais, como também se torna um dos primeiros intelectuais piauienses a ter uma produção sistemática na área de Geografia a partir de um lugar social institucionalizado, inicialmente a Universidade e, posteriormente, a Academia Piauiense de Letras.

Em um contexto em que se tinha poucas pesquisas na área referente ao Piauí e uma quantidade reduzida de obras circulando, tornou-se pertinente para a elaboração de seu pensamento e de suas obras a utilização de bibliografias diversas, algumas em outros idiomas (inglês, francês e espanhol), bem como o trabalho de campo, permitindo ao sujeito que aliasse a teoria com a empiria ao refletir, principalmente, sobre a geografia do Piauí, conforme indicado.

Na área de História, mesmo que existissem diversos outros autores que já discorressem sobre a história do Piauí, é interessante destacar a proposta interdisciplinar de cartografia histórica apresentada por João Gabriel Baptista e a mudança da perspectiva quanto a cultura dos povos indígenas, deixando de percebê-los enquanto inferiores como outros textos de historiografia indígena no Piauí, e compreendendo-os como sujeitos diferentes com uma cultura distinta.

Por fim, é evidente como os contextos em que esteve inserido influenciaram diretamente em suas escolhas, trajetória de vida e até mesmo nas pesquisas que realizou, isto é, indicando que de modo algum João Gabriel Baptista imaginava as identidades que viria a construir ou as pesquisas que viria a realizar, com suas ações e imaginário se modificando à medida que vivenciava novas experiências.

Fica, então, a compreensão que o “[...] sujeito atua em inúmeras esferas sociais [...] e que, com inúmeras escolhas, possibilidades e estratégias, lidaria com as múltiplas interações que sua rede de interdependências lhe possibilitaria, alterando e construindo a própria estrutura” (CARNEIRO, 2018, p. 56) e, assim, longe de uma vida de certezas ou de uma ilusão de uma infalibilidade da trajetória percorrida, João Gabriel Baptista esteve marcado por incertezas e pelo contexto de seu tempo à medida que se constituiu enquanto um intelectual na segunda metade do século XX no Piauí.

CAPÍTULO 3

Os caminhos da memória: representações e sensibilidades na trajetória de vida de João Gabriel Baptista

Um tom rubro-alaranjado tingia o céu. Era um final de tarde quente em Teresina. Um jovem, sentado na praça Pedro II no centro da cidade, fitava um livro enquanto ouvia o vai e vem das pessoas. Absorto em seus pensamentos algo lhe chamou a atenção e atraiu o seu olhar. Cabelos castanhos que se movimentavam com o vento, um olhar penetrante que parecia desvendar os sentimentos mais profundos do jovem, e um sorriso que lhe tirou o fôlego.

Logo ela lhe dirige a palavra. O rapaz vacila. Perde sua concentração. Torna-se incapaz de sequer entender as palavras do livro entre as suas pernas que agora embaralhavam-se com a incredulidade do que estava acontecendo. Ela lhe pedira um livro, um romance.

O rapaz logo se põe a procurar, remexe suas coisas, demora propositalmente sem saber o que faria depois. Ele encontra e ao lhe entregar, seus olhares se cruzam, seu coração acelera e o tempo parece parar. Com aquele breve olhar, com esse pequeno gesto, com a paisagem repleta de nuvens ruborizadas, apaixonara-se. Era um fim de tarde em Teresina no mês de agosto, mas também o início de uma jornada ainda desconhecida por ambos os personagens.

Era o ano de 1947 quando João Gabriel Baptista conhecera aquela que alguns anos depois tornar-se-ia sua futura esposa e mãe de seus filhos, Maria de Jesus e Carvalho¹. Em um poema, nunca publicado e perdido nas

1. Nascida em 1927 em Oeiras (PI) e falecida em 2013 em Teresina (PI), casou-se em 1949 com João Gabriel Baptista, quando alterou o seu nome para Maria Jesus de Carvalho Baptista. Teve com o marido sete filhos, sendo eles: Aracy de Carvalho Baptista (1950-), Ernesto

centenas de livros e documentos deixados postumamente pelo primeiro, encontra-se a perspectiva deste jovem ao conhecê-la.

Datado de 1948 e remetendo-se ao ano anterior, isto é, o ano de 1947, pouco tempo depois de seu retorno a cidade de Teresina já recém-formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Bahia, o poema estruturado em quatro estrofes apresenta brevemente como se sucedeu o encontro entre João Gabriel e Maria de Jesus e, não obstante isto, o sentimento provocado no primeiro dia em questão.

O amor, sentimento pulsante, sensibilidade possivelmente indescritível, retomado outras vezes pelo sujeito em tela a partir de sua produção em prosa, modificado e sentido de formas distintas de acordo com o tempo e o espaço no qual os indivíduos encontram-se inseridos, conforme Del Priore (2006), é o foco da discussão no primeiro tópico deste capítulo, isto é, refletir sobre o amor a partir das representações² construídas por João Gabriel Baptista acerca deste através de sua literatura.

Deste modo, as sensibilidades e, especificamente, o amor, representado de formas distintas que se modifica dependendo das culturas, das experiências e dos diferentes locais sociais que marcam os sujeitos, aparece e reaparece na literatura de João Gabriel Baptista, assinalado pelas nuances de seu tempo e pelas experiências que atravessaram o sujeito no decorrer

José Baptista Neto (1952-), Fernando Luiz de Carvalho Baptista (1957-), Maria do Socorro Baptista Barbosa (1958-), Orlando Geraldo de Carvalho Baptista (1963-), Elisabeth Mary de Carvalho Baptista (1964-) e Mário Benjamim de Carvalho Baptista (1965-).

2. Conforme indicado anteriormente, entendemos o conceito de representação a partir da perspectiva de Chartier (1991; 2002), que indica ao historiador a necessidade de entendimento acerca dos contextos sócio-históricos que atravessam o imaginário dos autores, bem como editores e leitores e que, deste modo, influenciam na forma como cada um destes indivíduos percebem a obra em questão. Cabe ainda ao historiador o cuidado de se indagar onde se opera as construções dos sentidos presentes naquela produção escrita, isto é, estes ocorrem a partir das perspectivas e intenções por trás do autor? Ou se operam com as transformações ocorridas em decorrência da impressão/edição que insere na obra novos sentidos ao destiná-la a sociedade? Com estes questionamentos, Chartier (1991; 2002) recomenda ao historiador que tenha por interesse trabalhar com a literatura enquanto fonte histórica a importância de se entender que os autores ao escreverem não estão produzindo livros, mas sim obras textuais que são, posteriormente, modificados por terceiros e, então, transformados em livros. Deste modo, é necessário a produção de pesquisas que estejam cientes destas questões e que se preocupem em ir além das obras publicadas, considerando, então, a relação autor/editor/leitor. Assim, é a partir dos distintos processos e intenções, além dos aparatos materiais, presentes durante a produção destas obras que se tem a construção de representações que interpelarão os leitores e possibilitarão a modificação de costumes, comportamentos, isto é, a práxis social ou mesmo permitirão o surgimento de formas diferentes de resistir a estas (CHARTIER, 1991; 2002).

de sua trajetória de vida³.

Optamos, assim, neste capítulo por discutir as representações e sentidos produzidos por João Gabriel Baptista, utilizando-se a memória de seus filhos, registros fotográficos, bem como algumas obras literárias, enfatizando seu imaginário no tocante ao amor, em relação ao gênero e ao lazer.

3.1 “Dei-lhe o romance... e com o romance havia também lhe dado o coração”: representações e sensibilidades produzidas por João Gabriel Baptista sobre o amor

[...] Se ela não fosse casada!

O meu pensamento parou aí.

Meus lábios entreabriram-se em um sorriso.

Lembrava-me da minha conquistadora. Pobre amor, como te iludem ! Como poderia eu, chegar a gostar daquela provocadora mulher [...]

Quase apenas, porque meu ser revolta-se a amar uma senhora casada e mãe

[...] (BAPTISTA, 1940, p. 7).

É com esse sentimento dicotômico que, logo no início de sua narrativa, o Dr. Paulo Fortes, personagem central do romance “Mulher Proibida” (1940) de João Gabriel Baptista, e intérprete do imaginário do autor em

3. Compreendemos, a partir de Bourdieu (2006), os cuidados necessários ao se refletir sobre a trajetória de vida percorridas pelos sujeitos ao longo de sua existência, sendo importante esta cautela no sentido de evitar um entendimento equivocado de que a vida de um certo indivíduo é possível de ser capturada por uma narrativa linear ou mesmo inteligível e, construindo assim, uma ideia problemática do que o autor compreende enquanto uma “ilusão biográfica”. Deste modo, é preciso precaver-se da utilização de recursos linguísticos ou compreender as estratégias presentes por parte dos sujeitos no uso dos “sempre” ou “desde sempre”, enquanto modos dos indivíduos de elaborarem e darem sentidos a suas trajetórias enquanto narrativas ordenadas que já tinham um ponto de partida e/ou um ponto final previamente definidos. Faz-se pertinente, então, certos cuidados ao se propor a produzir uma narrativa de cunho biográfico acerca de determinado sujeito, evitando cair em armadilhas linguísticas, bem como nos discursos que buscam dar sentidos às trajetórias de certos indivíduos. À medida que entendemos as pessoas enquanto dotadas de múltiplas identidades, portanto, com trajetórias atravessadas por milhares de eventos que produzem significados, bem como ressignificam a forma como percebem os tempos e os espaços nos quais se inserem de maneiras distintas, torna-se problemático qualquer inferência sobre uma trajetória de vida que não leve em consideração estes aspectos. Não obstante isto, concordamos com Avelar e Schmidt (2018), que afirmam que, na contemporaneidade, as novas perspectivas sobre o campo historiográfico vêm levando a aqueles que trabalham com Biografia e História uma necessidade de um cuidado mais reflexivo no tocante a estas aproximações e os diferentes temas que agora compõem o metiê historiográfico. Deste modo, entendemos a biografia enquanto o “[...] lugar de investimento não apenas intelectuais, mas afetivos, políticos e memoriais. É o lugar de organização da dialética do eu e do outro” (AVELAR; SCHMIDT, 2018, p. 11).

questão, reflete sobre uma série de aspectos sociais nesta época, dentre elas: o amor e os modos de se relacionar.

É essa emoção pulsante que às vezes nos paralisa ou nos impele a ação que permeia toda a escrita deste romance e, principalmente, os conflitos provocados no personagem central acerca da possibilidade de estar apaixonado ou se relacionar naquela conjuntura com não apenas uma mulher casada, mas que também era mãe.

É preciso considerar que, se esta contenda presente na narrativa do autor atravessa sua obra, isto não acontece à toa, muito menos pode-se analisar esta “ficção” sem refletir sobre como sua escrita sensível também trata acerca do tempo e espaço no qual o autor se encontra inserido (CERTEAU, 1982) e de que modo seu imaginário social pode estar refletido nesta que, para além de uma escrita literária, torna-se também uma escrita de si⁴.

Neste sentido, de que modo a relação entre a História e a Literatura possibilita modos distintos de se construir a narrativa histórica? Para Alburquerque Jr. (2007), até o final do século XX a escrita literária era percebida com desconfiança por parte de historiadores que acreditavam alcançarem uma “verdade” dos fatos através de sua escrita. Ao tempo em que a História trataria dessa suposta verdade, à Literatura encontrar-se-ia restrita ao campo da imaginação, do fictício, estando aparte dos acontecimentos e do contexto de sua produção.

Assim, cabe inicialmente a compreensão de que apesar de a escrita da História ter se apresentado enquanto uma produção sobre o “real”, isto é, sobre aquilo que de fato aconteceu, entendemos para esta discussão que este “real” é inalcançável, “[...] longe de ser o mais concreto, o mais passível de ser conhecido e apreendido; longe de ser algo que possui uma verdade que poderia ser conhecida - seria o que escapa a compreensão” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 45) e, portanto, a narrativa histórica jamais poderia alcançá-lo em sua totalidade.

A História, então, assim como a Literatura, agiria no campo do Simbólico, no campo da Linguagem, ou seja, referem-se a formas distintas que a

4. Entendemos a “Escrita de Si” a partir do olhar de Gomes (2004), que indica esta enquanto produções que compreendem diários, autobiografias, biografias, correspondências, livros de memória etc. Para a autora, através desta prática os sujeitos no mundo moderno buscam construir através da constituição de uma memória de si sua identidade. Cabe ressaltar ainda que o ato de escrever sobre si não se trata de algo novo, mas os significados assumidos por essa escrita de si nos últimos séculos modificaram-se sensivelmente, configurando-se, em muitos casos, de maneira intencional, numa escrita autorreferencial.

humanidade se utiliza para dar inteligibilidade a este “real” com a principal diferença entre ambas sendo o compromisso que a escrita histórica tem com o “acontecimento” em detrimento da escrita literária, que se esquia destas preocupações ao produzir sua narrativa, podendo dar mais vazão ao imaginário dos sujeitos.

Concordamos com Queiroz (2006) e Albuquerque Jr. (2007), então, ao inferir que a Literatura permite ponderações distintas sobre os sujeitos, sobre o “ser humano”, à medida que ela possibilita refletir sobre sensibilidades e questões que outros tipos de fontes preteriam ou não viabilizavam sua discussão, encarando este “real” diferentemente da narrativa histórica.

Ao tempo em que o metiê historiográfico busca ordenar o “real” impondo-lhe significados, a Literatura se ocupa com a desordem e com outros modos de perceber este “real”; enquanto o primeiro tem receio de refletir sobre o desconhecido, o não objetivo ou mesmo aquilo que foge da Razão, a Literatura não se esquia em abraçar a Des (Razão). A História tratar-se-ia desta narrativa que evita o piso em falso, que busca ordenar e esclarecer, enquanto a Literatura, por sua vez, daria conta destes elementos que também compõem a vida humana, mas que eram, outrora, recusados pela História (ALBUQUERQUE JR., 2007).

Ao tempo que a História busca ordenar, a Literatura busca esgarçar, pois tira o discurso historiográfico de seu lugar comum, de racionalizações que buscam dar sentido à experiência humana, uma História afastada da vida dos sujeitos, que trata de eventos e extirpa-os de vitalidade.

Entretanto, compreendidas as aproximações e distanciamentos entre a narrativa histórica e a narrativa literária, torna-se necessário ainda indicar os cuidados que o historiador deve ter ao tomar a Literatura enquanto fonte histórica e os meios pelos quais esta pode ser empregada no metiê historiográfico.

A partir de Chartier (1991), entendemos que, ao se pensar a Literatura na elaboração de uma narrativa histórica, três elementos se fazem passíveis de ponderação: uma análise crítica das produções textuais utilizadas, história destas obras e o estudo das práticas sociais que derivam destas, ou seja, de que modo a circulação de certos impressos modificou relações de sociabilidades ou de poder ou mesmo o imaginário dos sujeitos que tiveram acesso a estas produções.

Tem-se, então, o que Chartier (1991) denomina de um encontro direto entre o mundo do texto e do leitor e a partir disto a construção de sentidos

variando de acordo com o lugar social dos leitores, bem como a possibilidade de múltiplos significados elaborados e que também variam mediante os meios pelos quais as produções textuais são recebidas pelos leitores.

Ao historiador, então, cabe a preocupação acerca dos públicos a que certas obras eram destinadas e os supostos desvios que os mesmos textos podiam sofrer, além dos cuidados em se refletir sobre a forma como essas obras eram lidas e interpeladas pelos sujeitos, bem como diferentes práticas sociais eram produzidas ao longo do tempo a partir da leitura de obras distintas. É preciso compreender, então, que um produto textual inexistente aparte das estruturas sociais que permitem a sua leitura e modos que influenciam o leitor (CHARTIER, 1991).

Ademais, torna-se pertinente questionar, então: onde se dá a construção do (s) sentido (s)? Esta ocorre a partir das intencionalidades daquilo que o autor quer indicar? Ou, por outro lado, incorre em modificações proporcionadas através da impressão/edição que dá a obra em questão novos sentidos ao público-alvo?

Ao produzir estas indagações, Chartier (1991) lembra, ao historiador que adentre ao universo literário enquanto fonte histórica, a necessidade de compreender que o autor não produz livros, mas sim textos que são transformados por outros em livros e que, além disso, faz-se pertinente um estudo que permita ir além de uma abstração clássica de uma obra, isto é, a obra por si própria, tratando, assim, da relação direta estabelecida com o seu leitor.

É preciso, então, considerar os diferentes processos, agenciamentos, intencionalidades e as formas materiais que possibilitam o contato entre um leitor (ouvinte) e uma obra. É no interior dessa produção que se tem a invenção de representações e nas relações/formas com as quais os leitores são interpelados por estas obras, a transformação de práticas sociais por meio destas representações, ou mesmo uma resistência a estas (CHARTIER, 1991).

Deste modo, ao se refletir sobre essas questões, cabe ainda destacar que não há divisão entre uma suposta objetividade das estruturas e a subjetividade das representações e que as representações coletivas se tornam produtoras de práticas no mundo social. A Representação torna-se, então, uma forma de organizar e construir a realidade, ao tempo em que as práticas decorrentes permitem construir identidades⁵ que criem significados por

5. Entendemos identidade a partir das perspectivas de Hall (2006) e Woodward (2014), no sentido de que o sujeito, ao longo das diferentes temporalidades e espacialidades à medida que é atravessado por diferentes experiências, e a partir de uma relação dialógica com o Outro,

meio destas representações. Esta, por sua vez, presente nos elementos materiais/textuais, se modifica de acordo com o público e produz significados/apropriações múltiplos, por vezes, destoantes daqueles outrora esperados.

Assim, “[...] as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupo que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17). Dessa forma, pode-se dizer que a representação é socialmente construída e, muitas vezes, pode não representar o “real”, mas sim a perspectiva de alguém ou de um determinado grupo sobre o Outro, ou seja, é uma perspectiva sobre a realidade, mas não o “real”.

Cabe ainda indicar que no caso da produção literária do professor João Gabriel Baptista não houve um processo de edição/impressão de seus textos literários, portanto, não é possível inferir sobre a invenção de novos sentidos ou mesmo de modificações em práticas sociais ou resistências a representações sociais presentes em suas obras. Podemos, no entanto, utilizá-las para refletir sobre o contexto de sua produção, dando novos sentidos a estas, bem como indagando de que modo esta produção possibilita ponderar não apenas acerca do imaginário do sujeito, mas também da sociedade no qual encontrava-se inserido.

A mesma questão não se sucede ao pensarmos sobre as obras de Geografia e História do sujeito em tela, visto que aquelas que foram publicadas passaram por um processo de edição/impressão e, a partir disso, a produção de novos sentidos e intencionalidades que diferiam daquilo que o próprio autor originalmente havia pensado, tanto a nível de edição como também ao interpelar o público que teve acesso a algumas dessas obras.

Deste modo, em um contexto do final da primeira metade do século XX, questões referentes ao amor e relacionamentos foram elementos que marcaram de modo significativo os homens e mulheres que viveram no Brasil nesta época, estando presentes em vários registros produzidos naquele contexto, a exemplo de revistas⁶, jornais etc. e João Gabriel Baptista

isto é, com a Diferença, constrói múltiplas identidades. Trata-se de um sujeito descentrado, não mais idêntico a si mesmo, fragmentado, deslocado e que se modifica de acordo com as representações que o interpelam. A identidade aqui trata-se de um quebra-cabeças que nunca se completa, como diria Bauman (2005), além de um conceito constantemente contestado em uma sociedade que é marcada pela Diferença e Alteridade.

6. De acordo com Pisky (2014), as produções hemerográficas do final da primeira metade do século XX, especialmente os anos de 1940 e 1950, contexto que pretendemos discutir nesta narrativa, destinadas ao público feminino tratavam de temas considerados “naturais” ao universo feminino, a exemplo de questões relacionadas ao casamento, modos de se comportar,

não esteve excluído disto.

Assim, segundo Del Priore (2006), a partir dos anos 1930 as condições de se relacionar e as sociabilidades modificavam-se sensivelmente no Brasil em decorrência do contexto sociopolítico que o país passa a experienciar. O processo de industrialização e a urbanização acelerada que modifica o cotidiano de algumas cidades, ainda que de formas distintas, também promovem o surgimento de novas maneiras de se relacionar e, desta forma, tem-se novas percepções sobre o amor.

A respeito deste contexto Pinsky (2014) corrobora com esta perspectiva ao indicar que o processo de urbanização incidido sobre as cidades brasileiras, especialmente as capitais, juntamente a um consumo de uma cultura de massa de outros países através do cinema e literatura, foi um elemento significativo no surgimento de novos modos de se relacionar e comportamentos, bem como de perceber o amor, além de modificações nos costumes e na moral social.

As novas modalidades de lazer, a presença do automóvel, as distâncias entre os locais de estudo e trabalho, todas estas transformações que marcaram, principalmente, as capitais brasileiras, possibilitaram um convívio mais íntimo entre homens e mulheres, especialmente os mais jovens. Assim, estes últimos

[...] circulam agora mais facilmente de dia e mesmo à noite, por praias, cinemas, festas e excursões. Os filhos adquirem maior liberdade com relação à supervisão dos pais. Ocorrem mudanças no relacionamento entre rapazes e moças (antes acostumados a se tratar com certa cerimônia e distância, a se encontrar espaçadamente, a ser constantemente observados), com menos restrições para

relacionamentos, culinária, moda, maternidade etc. A forma como o masculino e feminino estão representadas nestas produções relacionam-se com a própria divisão social, antes tida como natural, dos sexos na sociedade, com papéis atribuídos a homens e mulheres (BOURDIEU, 2002). Tem-se, então, uma sociedade na qual há uma naturalização dos papéis atribuídos ao universo masculino e ao feminino, não apenas do que fazer e como se portar, mas até mesmo os espaços destinados a ambos se tornam naturais. Além disso, deve-se considerar esta atribuição de diferentes papéis a homens e mulheres enquanto uma construção social justificada a partir de uma distinção biológica existente entre os sexos (BOURDIEU, 2002). Deve-se inferir ainda que já neste contexto e nas décadas que seguem, especialmente a partir da década de 1960, essa normatização por meio das críticas estabelecidas pelo movimento feminista, principalmente nos Estados Unidos, começa a ser desconstruída (CASTELLS, 2006). Ainda que, conforme Pinsky (2014, p. 301), a década de 1960 marque o que a autora chama de a “década da pílula”, com transformações na sexualidade conjugal, em questões relacionadas à fidelidade, além de problematizações em torno dos desejos sexuais femininos, modificações mais profundas, especialmente no tocante aos modos de se relacionar e às sexualidades, só se configuram de maneira mais perceptível no final desta década.

os namorados e mais autonomia para os noivos (PINSKY, 2014, p. 55).

Deste modo, se em períodos anteriores era a família que inferia sobre a vida conjugal dos filhos, a partir deste contexto isso se modifica sensivelmente e os jovens passam a ter um papel mais proativo, além de mais intimidade e uma liberdade maior na escolha do seu parceiro (PINSKY, 2014).

O namoro pulara a janela. Fora da porta para a rua. O contato físico estreitava-se. No cinema e nas revistas multiplicavam-se as fotos de artistas, olhos nos olhos, perdidos de “paixão”. Nas telas, os beijos eram sinônimo de final feliz. Beijos tornam-se mais demorados, uma verdadeira arte da sucção bucal instala-se e todos a imitam [...] Beijar também passa a ser sinônimo de namorar [...] As pessoas começam a beijar-se, a tocar-se, a acariciar-se por cima das roupas (DEL PRIORE, 2006, p. 300-301).

Para o jovem piauiense João Gabriel Baptista, que vivia neste momento entre o Rio de Janeiro, capital da República, Teresina, capital do Piauí, e, posteriormente, Salvador, capital da Bahia, é notório como estes elementos aparecem em sua narrativa e permitem inferências sobre como seu imaginário social, no que se refere ao amor e aos modos de se relacionar, conectam-se ao contexto que vivenciava.

Não é à toa o destaque feito pelo autor acerca da experiência do primeiro beijo entre o Dr. Paulo Fortes e a “Mulher Proibida”, Lucia Castro. Não é sem motivo também a ênfase dada em sua escrita quanto à emoção e ao afeto sentido carnalmente quando os dois personagens se entregam, pela primeira vez, aos prazeres destas luxúrias e desta relação, que no olhar de Paulo Fortes, tratava-se de um amor proibido.

Lucia olhava-me, colando seu corpo ao meu no mais completo abandono.

- Lucia...

Era a primeira vez que a chamava pelo nome. Não pude continuar. Abracei-a pela cintura e coleí meus lábios aos que me ofereciam. Durante muito tempo, deixei-me ficar gozando a doçura daquele beijo proibido.

- Lucia, disse ao solta-la. Não faça eu odiar-me. Não...

Ia continuar, mas ela empatou-se com os lábios, para outro beijo, mais demorado que o primeiro (BAPTISTA, 1940, p. 31).

Chama-nos atenção o ressaltado realizado pela narrativa não apenas dos beijos mais demorados que dialogavam com as próprias representações que

já eram construídas pela indústria cultural neste contexto, conforme Del Priore (2006), sobre o amor e como homens e mulheres deveriam relacionar-se, mas também da questão posta sobre a condenação por parte de Paulo sobre a prática do ato “proibido”.

A evidência no decorrer de toda narrativa sobre os conflitos existentes no interior do personagem acerca de envolver-se ou não com uma mulher “casada” reverbera não apenas em um problema ético do autor no que concerne a uma suposta “sacralidade” da instituição do casamento, mas também sobre o desencantamento masculino no que se refere a mulheres que se entregavam facilmente ao homem (DEL PRIORE, 2006).

Não é sem razão, então, que o Dr. Paulo Fortes se vê intrigado por essa mulher em específico em detrimento de outra personagem que desde o primeiro contato interessa-se prontamente por sua pessoa. Ainda que aqui não é “[...] a recusa em nome da pureza” (DEL PRIORE, 2006, p. 301) que lhe chama a atenção, mas sim o mistério evocado pela moça, assim como os desejos provocados por seu corpo (DEL PRIORE, 2006), haja visto que após os primeiros contatos a “[...] única informação que tinha sobre ela era a sua deslumbrante beleza aliada a um corpo não menos formoso, e uma conversa encantadora” (BAPTISTA, 1940, p. 7).

No entanto, embora o ar de mistério despertasse o interesse do personagem do jovem médico de 28 anos, o contexto social logo pesava e influenciava na repressão de seus desejos pela “mulher proibida”. Em uma sociedade em que o flerte era percebido como se tratando de algo praticado pelos jovens, especialmente solteiros, e também considerado inconcebível para as mulheres casadas (PINSKY, 2014), a relação que Paulo passa a desenvolver com Lucia logo reflete estes aspectos sociais que se faziam presentes no imaginário de João Gabriel Baptista. Para o personagem, surge um dilema marcado por uma moral social existente neste contexto, isto é, que o “[...] flerte feminino inconsequente não é encarado com simpatia” (PINSKY, 2014, p. 57).

É curioso ressaltar que quase dez anos depois, em 1948, já aos 28 anos, a mesma idade do Dr. Paulo Fortes, João Gabriel Baptista, ao rememorar seu primeiro encontro com a mulher que se tornaria sua esposa no ano seguinte, em 1949, este percebe o amor e as formas de se relacionar de modo muito similar àquelas que havia registrado no decorrer da narrativa do romance “Mulher Proibida”. Assim como no caso de Lucia, é o ar de mistério, o “olhar silencioso”, que lhe desperta o interesse e, deste modo

Em um dia, ano passado, à tardinha
Me achava eu, quieto, meditando...
As velhas páginas de um livro, folheando...
Quando ouvi seus passos de rainha.

Levantei a vista e para ventura minha
Seu olhar silencioso estava me fitando
Suas castanhas madeixas agitando...
Não pude mais ler nenhuma linha.

Pedi-me um romance... Procurei...
Remexi meus livros... Afinal, achei...
Buscando mais custar em minha intenção.

Dei-lhe o romance... e com o romance,
Senti a mudança... em rápida nuance...
Havia também, lhe dado o coração (BAPTISTA, 1948).

É interessante destacar que, no recorte temporal-espacial que marca este início de relacionamento entre João Gabriel Baptista e Maria de Jesus e Carvalho, Teresina, espaço no qual ambos iniciam seu relacionamento, vivenciava transformações similares a outras capitais no que se refere às modificações nos comportamentos, bem como nos modos de se relacionar, especialmente entre os jovens.

Já no início do século XX, com a chegada do cinema na capital piauiense, este novo maquinário, identificado com a modernidade e o suposto progresso social, assim como outras invenções da época, como o automóvel, embora não tenha sido consumido por todos os cidadãos em Teresina do mesmo modo, não deixou de produzir novas sensibilidades, bem como um novo imaginário.

Ao produzir novos modos de se vestir, de se sentar, de se comportar, bem como de flertar, tal modernidade foi percebida neste recorte, por certas pessoas, como uma invenção problemática, como algo que provocaria o “[...] apocalipse da moral e da família [...]” (QUEIROZ, 2011, p. 35) e, deste modo, provocava tanto a admiração como também o receio das transformações que podia ou estaria provocando na sociedade.

Se já nas décadas iniciais do século XX estas transformações sociais passam a compor o cotidiano teresinense, no final dos anos 1940 e início

dos anos 1950, tais questões se fazem mais presentes, principalmente entre os rapazes e moças que começavam a flertar, que começavam a namorar e se relacionar.

Enquanto os jovens neste contexto, ainda no ginásio escolar, já se preocupavam em namorar, alguns setores sociais, através das escolas, especialmente católicas, e por meio da moral religiosa, buscavam disciplinar estes corpos, separando-os e tentando produzir, especialmente, corpos femininos disciplinados, isto é, moças consideradas direitas ou de família (CARDOSO, 2002). Assim,

[...] o ingresso e a permanência feminina na escola ampliava o horizonte urbano e Teresina passava a ser a casa, a escola, o seu entorno e as praças. E essa expansão das trilhas urbanas ia propiciando encontros entre meninas/moças e meninos/rapazes, pois os principais ginásios de Teresina situavam-se na região central da cidade, de maneira que esse espaço ia se tornando um lugar de sociabilidades e sentimentalidades femininas e masculinas, onde surgiam as primeiras paqueras e namoros. Era necessário, portanto, mostrar que a escola e o seu entorno não eram lugares para essas práticas (CARDOSO, 2002, p. 49-50).

É nesse contexto, então, que João Gabriel Baptista regressa ao Piauí, a Teresina, entre 1946 e 1947, conhece e se apaixona por Maria de Jesus e Carvalho. É nesta conjuntura que ambos sujeitos são interpelados por essas representações e por esses novos modos de se relacionar, agora cada vez mais presentes no cotidiano social, especialmente nas cidades, ainda que com suas particularidades, como foi o caso de Teresina e dos conflitos que existiram em torno destas transformações. É nesse cenário social que João Gabriel e Maria de Jesus se conhecem e, então, iniciam um relacionamento. Essas são, então, as condições históricas de produção destas duas fontes, tanto o romance, como o poema.

Ao refletirmos, então, sobre a narrativa literária do sujeito em tela, tanto a “ficcional” em prosa, como a em verso, que trata sobre uma lembrança⁷

7. Para Ricouer (2007), Memória e Lembrança não podem ser tomadas enquanto sinônimos, tendo em vista que seriam elementos distintos que compõem os sujeitos. Deste modo, a Memória deve ser percebida no singular, como uma operação produzida pelo indivíduo, enquanto as lembranças, entendidas no plural, seriam os elementos que constituiriam a Memória. O sujeito teria, então, acesso a lembranças por meio da rememoração buscando por meio destas compor uma Memória que é marcada pelo Esquecimento e, portanto, por lacunas. Ainda no tocante a memória Halbwachs (2006), no entanto, indica que esta se refere a uma “reconstrução” de um passado através das vivências que os indivíduos tiveram e sempre se opera no tempo presente, sendo que o que permite esta reconstrução é a relação estabelecida entre a me-

de sua vida e de seus relacionamentos, torna-se evidente como estas produções remetem a uma escrita de si, a uma produção de si.

Ainda que o sujeito em questão não tenha feito essas produções com uma intenção “autobiográfica”, ou seja, sem uma intencionalidade de constituir uma memória de si no tocante às suas sensibilidades, a literatura torna-se uma fonte privilegiada de análise à medida que este registro é capaz de trazer não apenas a “[...] história do indivíduo e dos grupos a que pertence” (GOMES, 2004, p. 11), mas também as diversas representações construídas socialmente que atravessam e marcam os sujeitos. Desta maneira, ao considerarmos registros não intencionais enquanto capazes de produzir uma memória de si, isto é, ao tomá-los enquanto “[...] atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas” (GOMES, 2004, p. 11).

Assim, a literatura, a produção em prosa e verso, longe de uma narrativa ficcional, possibilita ao historiador que pondere sobre questões sensíveis de uma época, permite a reflexão sobre aspectos suprimidos ou que não detém a mesma importância em outras fontes históricas, podendo se tornar uma produção de si.

A escrita literária, então, aproxima-se da narrativa histórica à medida que ambas produzem reflexões sobre um dado tempo, permitindo novas formas de se compreender o presente, bem como de ressignificar o passado. Destarte, tanto a História como a Literatura traduzem, por meio de suas narrativas, os dilemas, as angústias, as contradições e os questionamentos

mória coletiva e a memória individual, ou seja, esta última é diretamente influenciada pelos grupos em que o sujeito se encontra ou esteve inserido no decorrer de sua vida. Assim, “[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. [...] Um quadro não pode produzir totalmente sozinho uma lembrança precisa e pitoresca. Porém aqui, o quadro está repleto de reflexões pessoais, de lembranças familiares, e a lembrança é uma imagem engajada em outras imagens, uma imagem genérica reportada ao passado” (HALBWACHS, 2006, p. 71 e p. 73). A memória individual, então, para o autor, traz em si referenciais identitários dos grupos sociais no qual o sujeito se encontra e só se torna possível de existir por meio de uma situação relacional com a memória coletiva. Além disso, a reconstrução desta memória “[...] se opera segundo linhas já demarcadas e delineadas por nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros” (HALBWACHS, 2006, p. 77) e, desta forma, se a memória coletiva possibilita a existência da memória individual, esta última só se torna necessária à coletiva no tocante àquilo que os grupos sociais desejam lembrar. A memória individual, então, para Halbwachs (2006), sustenta-se na memória coletiva, precisando desta para sua manutenção e existência.

que impulsionam e instigam a humanidade nas diferentes temporalidades e espacialidades (PESAVENTO, 2012).

Se João Gabriel Baptista escreveu sobre o amor, se ele deixou registrado, por meio de romances e poemas, os seus sentimentos, suas sensibilidades, suas percepções, isto não decorreu sem que o sujeito tenha sido interpelado pelo social, pelo contexto sócio-histórico no qual se encontrava inserido, isto é, por seu lugar social (CERTEAU, 1982). Ainda que o autor não tenha publicado estas produções ou mesmo se preocupado em preservá-las, como o caso do poema citado, encontrado perdido em um dos livros de História do Piauí de sua biblioteca⁸, as várias representações construídas em torno do amor e das formas de se relacionar existentes em fins da primeira metade do século XX terminaram permeando seu imaginário, sendo possível percebê-las por meio de sua escrita.

Cabe inferir também que aqui não pretendemos discutir se o “primeiro encontro” com Maria de Jesus e Carvalho, ocorreu exatamente da forma como foi lembrado⁹, muito menos se a história narrada no romance “Mulher Proibida” se trata de uma narrativa que remeta a algum aspecto autobiográfico. Interessa-nos as sensibilidades, a vivacidade, os sentimentos, a vida que irrompe nas experiências humanas, a compreensão de que estamos muito além de meros espectadores de processos políticos e sociais e que em nossas trajetórias experienciamos uma série de emoções, sejam elas de alegria, tristeza, raiva, amor etc. e, além disso, que nos relacionamos com centenas de pessoas também de formas distintas no decorrer de nossas existências.

Dito isto, outro aspecto que chama a atenção em sua escrita e que, portanto, torna-se foco de nossa análise e reflexão, refere-se à questão do casamento, isto é, de que maneira o autor constrói representações do matrimônio e como estas se relacionam com a forma que o contexto social, tanto histórico como espacial, no qual João Gabriel Baptista se insere, interpela o seu imaginário social e, deste modo, influencia no modo que este sujeito percebe esta instância social.

8. A professora Elisabeth Mary de Carvalho Baptista encontrou o poema “Primeiro Encontro” dentro do livro “O Piauí no centenário de sua independência 1823-1923” na biblioteca particular do professor João Gabriel Baptista.

9. Ao pensarmos nessa relação entre passado e presente, consideramos a perspectiva de Gagnebin (1998), entendendo que a memória vive uma tensão entre ausência e presença. Presença do presente que se lembra de um passado desaparecido e presença de um passado que irrompe no presente através da memória. Assim, este passado que é evocado no presente pelo sujeito se modifica de acordo com as experiências que o indivíduo teve no decorrer de sua vida, sendo ressignificado cada vez que é lembrado.

Em sua narrativa a questão do comprometimento aparece como uma constante, ao mesmo tempo em que o autor, por meio de seu personagem central, afirma que respeita o casamento, também se sente impelido a transgredi-lo quanto mais se envolve neste relacionamento proibido. O comportamento transgressor de Paulo, deste modo, é confrontado por uma moral social que percebia no matrimônio, especialmente para a mulher, uma relação que se estenderia até o fim da vida (DEL PRIORE, 2011). Não são poucas as passagens em que Paulo faz questão de ressaltar a condição em que Lucia se encontrava e, portanto, remetendo-se à forma como era interpelado pela conjuntura social da época.

Quebrara-se o encanto. Eram casados. Suspirei e desviei a vista. As mulheres que eu mais respeito são as casadas (BAPTISTA, 1940, p. 3).

[...]

Quis balbuciar algo mas não achei palavras. Também eu fora um idiota. Ela era uma senhora casada e eu a fazer aquelas maluquices (BAPTISTA, 1940, p. 5).

[...]

A única informação que tinha sobre ela era a sua deslumbrante beleza aliada a um corpo não menos formoso, e uma conversa encantadora. Se ela não fosse casada!

[...]

Quase apenas, porque meu ser revolta-se a amar uma senhora casada e mãe¹⁰ (BAPTISTA, 1940, p. 7).

[...]

Quando desaparecera eu senti que ia amá-la. Amar a uma senhora casada. Procurei a distração em um baralho que tomei ao acaso (BAPTISTA, 1940, p. 10).

10. Segundo Pinsky (2014), na conjuntura que marca os anos 1940 e 1950 o papel da maternidade assume faceta significativa no tocante ao universo feminino. Naturaliza-se a maternidade atrelada a mulher, sendo este papel o mais importante assumido por esta. Para a autora, “[...] acima de qualquer papel ou atribuição que as mulheres possam ter ou aspirar, ser mãe só se iguala em importância a ser esposa, sendo que, frequentemente, ambas se confundem ou se complementam” (PINSKY, 2014, p. 291). Ainda que João Gabriel Baptista não destaque a figura da “mãe” tanto quanto a da “esposa”, o ressaltado que o sujeito faz referente a este papel também se relaciona ao lugar social em que se encontra, haja visto que uma das percepções que se configuravam na época tratava-se não apenas da necessidade de a mulher ser fiel ao seu marido, mas também de se dedicar aos filhos, em detrimento de um suposto amante, este último o papel que Paulo Fortes, supostamente, assumiu.

[...]

Lucia conseguira recobrar a calma, embora eu perguntasse a mim mesmo qual o motivo das suas palavras. Ciúmes de mim? Qual, não era isto. Como podia uma senhora casada ter ciúmes de uma jovem por um desconhecido (BAPTISTA, 1940, p. 11).

[...]

Não podia um médico conceituado enamorar-se de uma mulher casada embora esta o procurasse (BAPTISTA, 1940, p. 18).

[...]

Por Deus isso não se chama ciúmes! Era preciso acabar com aquilo. Eu não desejava namorar com uma senhora casada e com quem o marido pouco se importava (BAPTISTA, 1940, p. 19).

[...]

Precisei conter-me para lembrar-me de que era uma senhora casada, e não toma-la nos braços imediatamente para beijar aqueles lábios que sempre estendiam suplicas. (BAPTISTA, 1940, p. 27).

[...]

- E que dirá Edmundo quando souber que sou seu amante?

- Não o quero para amante!

Esta agora surpreende-me e Lucia riu-se, naturalmente de meu rosto! Como podia uma senhora casada querer que um homem ame-a, adore-a e não a queira por amante? (BAPTISTA, 1940, p. 44).

A infidelidade, então, tratava-se de algo reprovável no olhar de Paulo Fortes, consequentemente também no de João Gabriel Baptista. Isto se torna perceptível à medida que em várias ocasiões o personagem se questiona sobre a possibilidade de envolvimento com uma mulher “casada”, condenando não apenas os seus próprios pensamentos e atitudes, mas também aquelas realizadas contra ele e, supostamente, com a intenção de seduzi-lo.

No contexto de escrita deste romance, isto é, nos anos 1940, era comum ao universo masculino o cenário da traição conjugal, ainda que para isto fosse possível era necessário que ocorresse de maneira comedida e, além disso, que o homem permanecesse garantindo o sustento de sua es-

posa e família. Ao homem que agisse dessa forma havia uma complacência social com seus atos e, deste modo, “[...] os casos extraconjugais dos homens são tratados como algo corriqueiro e sem muita importância. [...] Em termos de liberdade sexual, a sociedade permite ao homem quase tudo que nega a mulher” (PISNKY, 2014, p. 307).

No caso das mulheres, estas não recebiam o mesmo privilégio e tratamento dado aos homens adúlteros, podendo ser consideradas esposas infiéis aquelas que tivessem relações íntimas ou que mantivessem algum grau de dependência econômica com outro homem que não fosse seu marido (PINSKY, 2014).

Estes comportamentos e modos de se relacionar estavam presentes na mídia impressa e legitimavam a infidelidade do homem, apontando-a enquanto um fator biológico e, em alguns casos, reprimindo¹¹ mulheres que manifestassem ciúmes ou que questionassem a infidelidade conjugal de seu marido. Deste modo, enquanto a traição masculina era normatizada e naturalizada nesta conjuntura histórica, a reprovação desta por parte da esposa ou a remota possibilidade de uma infidelidade da mulher era condenado socialmente (PISNKY, 2014).

Sobre esta questão, e retornando ao poema que narra o primeiro encontro entre João Gabriel Baptista e Maria de Jesus e Carvalho, algumas lembranças de suas filhas chamam-nos a atenção, especialmente por permitir outras perspectivas a serem analisadas e discutidas no âmbito das questões aqui colocadas. Sobre o primeiro encontro entre ambos e o início de seu relacionamento, a professora Maria do Socorro Baptista Barbosa narra o seguinte:

11. De acordo com Pinsky (2014) as produções impressas neste contexto que tratavam sobre os comportamentos e modos de se relacionar também indicavam como a mulher deveria agir no caso de infidelidade do marido, inferindo a necessidade por parte desta de conquistar o marido novamente, evitando indagá-lo acerca de possíveis indiscrições, além de responsabilizá-la pelos atos de infidelidade cometido pelo homem casado. Para outras revistas as relações extraconjugais não eram o suficiente para pôr fim ao sagrado matrimônio, sendo situações casuais e necessárias para que o homem, ser poligâmico por natureza, desse vazão aos seus desejos e, deste modo, garantindo que a relação conjugal permanecesse inabalada. Às esposas, então, esperava-se a complacência, a capacidade de perdoar e aceitar essa situação enquanto algo “natural” e àquelas que tivessem serenidade conseguiriam a manutenção do lar e, supostamente, uma superioridade moral em detrimento às amantes. Pinsky (2014) aponta ainda que por meio desses padrões de comportamento normatizados e interpelados nos sujeitos pelos meios sociais legitima-se uma “[...] hierarquia de gênero existente sem enfrentamentos, conflitos ou questionamentos realimentando desigualdades entre homens e mulheres” (PINSKY, 2014, p. 315).

O que eu posso dizer é que quando papai voltou da Bahia formado, que ele conheceu mamãe e ele simplesmente se apaixonou por mamãe. Ele era louco por ela, ele escrevia poemas pra ela e em toda nossa vida junto, em toda vida dos dois, em toda nossa vida enquanto nós morávamos com eles, mesmo depois, o tempo todo deles de casados, nós nunca ouvimos falar nem de longe que papai tivesse tido algum tipo de *affair*, algum tipo de caso extra-conjugal, ele era um homem da família e ele era muito apaixonado pela esposa dele [...] Dentro de casa a voz mais alta era de mamãe e ele a respeitava imensamente, coisa que a gente ainda hoje tem dificuldade de ver, né [...] esse tipo de relacionamento, de respeito por uma mulher, né. A quantidade de feminicídios nesse país tá mostrando que a gente tem razão de ainda ter receio e papai respeitava muito minha mãe e ela o respeitava muito também. Eu acho que era um relacionamento muito baseado no respeito, mesmo que não tenha sido no amor puro de ambos os lados (BARBOSA, 2019).

Ao ser questionada especificamente as seguintes perguntas: “Professora, com relação ao casamento do seu pai e da sua mãe. Eles chegaram a comentar como é que se conheceram? Como é que foi o casamento? Como é que foi todo esse processo?” torna-se pertinente as lembranças evocadas pela professora, especialmente no tocante em como estas dialogam com o imaginário produzido por seu pai, João Gabriel Baptista, no contexto de produção das duas obras literárias aqui citadas.

É interessante como a professora ressalta três elementos ao ser indagada sobre o relacionamento de seus pais: a forma como João Gabriel Baptista foi apaixonado pela esposa, a inexistência de prováveis casos de infidelidade, o que ela denomina enquanto *affairs*, e como se tratava de uma relação baseada no respeito. Mais do que uma relação amorosa, tinha-se uma relação respeitosa.

Em seu discurso, é notável de que modo a relação passado/presente, isto é, os modos como este passado são resignificados pelo sujeito no tempo presente à medida que o indivíduo por meio da rememoração faz aparecer neste presente um passado que se encontrava ausente (GAGNEBIN, 1998). Se para a professora há um destaque quanto ao respeito existente na relação dos pais, isto não aparece em suas lembranças de modo arbitrário, mas conectado às próprias experiências que teve no decorrer de sua vida e também do contexto no qual se insere, haja visto o destaque feito quanto aos casos de feminicídios que ocorrem no Brasil. A entrevista, então, longe de se constituir em um simples ponto de vista torna-se um documento que

trata sobre uma determinada conjuntura histórica e social a partir do tempo no qual o indivíduo se encontra (ALBERTI, 2004).

Diferente de João Gabriel Baptista que, em seu imaginário social dos anos 1940, percebe no matrimônio a necessidade do respeito entre o homem e a mulher, assim como dos demais membros da sociedade perante um determinado relacionamento, para a professora Maria do Socorro Baptista Barbosa a moral social daquele contexto não reaparece em seu discurso por meio das lembranças de seu pai e de sua mãe.

No entanto, ao tratar sobre o amor e as questões referentes à infidelidade no relacionamento de seus pais, suas lembranças reproduzem, até certo ponto, a construção que seu pai faz com relação ao seu encontro sua mãe e as emoções provocadas por este, como pudemos observar por meio de seu poema “Primeiro Encontro”.

Assim como no poema, o João Gabriel Baptista apaixonado é o que se faz presente e, possivelmente, tendo em vista que a entrevistada não deixou claro em sua narrativa, esses discursos do sujeito emergiam na presença dos filhos, seja por meio da escrita, como a professora destacou a existência de outros poemas também para a sua mãe, seja através de possíveis declarações orais que, possivelmente, marcaram a memória da professora Maria do Socorro Baptista Barbosa.

Além disso, a questão da infidelidade é outro aspecto a se destacar, especialmente pela necessidade da professora em ressaltar que, caso algo tenha ocorrido, ela e seus irmãos no tempo em que moravam juntos nunca ouviram coisa alguma sobre isto. É interessante, então, como na situação de uma relação extraconjugal, a professora busca legitimar sua narrativa não apenas no que ela lembra, mas também nas experiências que compartilhou com seus irmãos.

Esta estratégia narrativa, adotada no decorrer deste momento da entrevista, relaciona-se com a própria experiência profissional e pessoal de Maria do Socorro Baptista Barbosa. Sendo formada em Letras – Português e Inglês, com mestrado e Doutorado em Literatura, além de graduada em Pedagogia e História, fora o próprio contexto sócio-histórico em que viveu, provavelmente a professora tem ciência acerca das práticas de infidelidade que permeavam os anos 1940, 1950 e 1960, temporalidade de casamento de seus pais e também de quando moravam juntos com ela e seus irmãos.

As lembranças afetuosas irrompem em sua narrativa e a necessidade de evitar construir uma imagem negativa de seu pai, considerando o con-

texto tratado, se faz pertinente, levando, portanto, a criação desta narrativa que seria validada com seus irmãos. O “eu” aqui e presente em boa parte de seu trabalho de rememoração dá espaço para o “nós”, isto é, se houve casos de infidelidade nem ela e nem seus irmãos poderiam tratar sobre isso, tendo em vista que nunca ouviram falar.

A preocupação da professora acerca da possibilidade de uma relação extraconjugal, portanto, a necessidade de negá-la, não decorre à toa. Em um período que era comum os casos de infidelidade por parte do universo masculino, conforme ressaltado por Del Priore (2006) e Pinsky (2014), certamente haveria uma possibilidade de João Gabriel Baptista compor esse cenário social.

Sobre isto, outra entrevista com a irmã mais nova da professora Maria do Socorro Baptista Barbosa, a professora Elisabeth Mary de Carvalho Baptista traz um outro olhar sobre essa situação e, por meio de suas lembranças, é possível sugerir outras possibilidades no que se refere ao relacionamento de João Gabriel Baptista e Maria de Jesus e Carvalho, destacando como a conjuntura social marcou não apenas seu imaginário, conforme percebido em sua escrita, mas também, possivelmente, suas práticas sociais.

Assim, em suas lembranças, a professora Elisabeth Mary de Carvalho Baptista corrobora com a memória de sua irmã ao inferir que também não se recorda de relações que João Gabriel Baptista possa ter tido fora do seu casamento. No entanto, ao ser questionada e rememorar sobre as gestações de sua mãe, especificamente os filhos que Maria de Jesus havia perdido, seja no parto, após o nascimento em decorrência de outras condições de saúde ou em função de aborto espontâneo, disse o seguinte:

[...] O que ela me contava, né, eu não sei se ela chegou a falar isso pros meus irmãos, né, mas ela me contava, né e ela me contou não foi só uma vez. Que o Batistinha foi em função dessa dificuldade provavelmente no parto, né. Ele nasceu com essa deficiência, né, de imunidade. O que ela abortou, ela disse que ela sofreu uma emoção muito forte, né. Ela usava essas palavras, essas palavras são dela, não são minhas: o frio da emoção, né. Essa palavra era dela. A emoção muito forte que ela teve, né, quando tava grávida dele e o natimorto, que eu acho que era menina, né, ela me contou que na época ela tinha um médico ginecologista que na época esse ginecologista disse pra ela, não disse assim, não foi afirmando, nem confirmando, mas disse pra ela que iria fazer com ela um tratamento e que a partir desse tratamento ela não iria mais perder filhos, né, porque poderia ser em função de sífilis, tá. O meu pai, como eu disse pra você,

o meu pai tinha um problema muito sério com bebida e até com jogo, mas a gente não tinha conhecimento nenhum de relações extraconjugais dele, mas não há de se duvidar. Tem que lembrar a época que ele viveu, né, o período que ele viveu, né. A formação dele muito tradicional, então ela não afirmava, né, ela nunca afirmou que meu pai tinha outras relações extraconjugais, mas sim, ela disse, ela utilizou essa... ela falou que iria fazer esse tratamento e ela usou sim a palavra sífilis pra falar. Tanto é que ela realmente, aí ela confirmou: “não perdi mais depois, não perdi mais nenhum filho” (BAPTISTA, 2021).

Deste modo, em suas lembranças alguns elementos ficaram marcados e permitem-nos produzir novas considerações sobre as formas como o sujeito em tela, João Gabriel Baptista, teve o imaginário social, bem como, supostamente, suas práticas sociais, atravessadas pelo contexto em que esteve inserido.

Em uma conjuntura social que era espaço comum para o universo masculino o estabelecimento de relações fora do casamento, conforme Pinsky (2014), não é de se estranhar que João Gabriel Baptista também tivesse tido experiências similares aos homens que viveram em seu tempo.

Assim, a possibilidade de uma vida marcada pela boemia e pela infidelidade não deixam de escapar à memória de Elisabeth Mary de Carvalho Baptista à medida que rememora as lembranças que teve com sua mãe e seu pai e, desta maneira, o destaque feito pela professora sobre o motivo das perdas dos filhos nos permite indicar algumas possibilidades sobre as condições históricas que marcaram este sujeito.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que João Gabriel Baptista tinha 27 anos quando conhece Maria de Jesus e Carvalho, enquanto esta tinha apenas 20 anos. Tendo em vista que, naquele momento, era comum que os jovens, especialmente homens, tivessem experiências antes de se casarem (DEL PRIORE, 2006), não seria de estranhar que este tenha sido o caso do jovem João Gabriel antes de unir-se a Maria de Jesus em matrimônio. Desta forma, as

[...] relações sexuais de homens com várias mulheres não só eram permitidas, como freqüentemente desejadas. Tinha-se horror ao homem virgem: inexperienced. Os rapazes procuravam aventuras com as “galinhas ou biscates” com as quais desenvolviam todas as familiaridades proibidas com as “moças de família”. Sua virilidade era medida pelo número e desempenho nessas experiências (DEL PRIORE, 2006, p. 308).

Considerando ainda que João Gabriel viveu o início de sua vida adulta entre o Rio de Janeiro e Salvador, haja visto que entre 1938 e 1941 estudou o secundário complementar na capital da república e entre 1942 e 1946 cursou Engenharia Civil na capital baiana¹², não seria impossível que o jovem estudante tivesse tido estas experiências à medida que adentrava nos espaços urbanos destas cidades.

O texto construído por João Gabriel Baptista em “Mulher Proibida”, romance que se situa nesta temporalidade e no qual o espaço da trama é o Rio de Janeiro, corrobora com estas experiências, ao passo que o Dr. Paulo Fortes, ainda que marcado por conflitos, termina se envolvendo com Lucia, mesmo esta sendo casada. Paulo Fortes que, em momento algum, indicava que ali se tratava de sua primeira experiência amorosa. Tudo indica que o personagem vivia esse contexto de afetividades, relacionamentos e luxúrias cariocas e, se estamos considerando a produção literária enquanto uma produção de si, será que não seria esse o caso das experiências de João Gabriel Baptista?

Além disso, a narrativa acerca de uma mulher casada envolvendo-se com um homem solteiro, ainda que reprovável moralmente no interior do imaginário de João Gabriel, indica que o sujeito, possivelmente, vivenciara ou estivesse ciente destes casos lascivos no Rio de Janeiro ou em outras cidades, considerando que “[...] nos bailes fechados, atos abomináveis se multiplicavam. Éter e cocaína rolavam livremente. Mulheres passando dos cinquenta atracavam-se com 'rapazinhos de dezoito'. Noivas esqueciam o compromisso e pulavam nos braços de outros” (DEL PRIORE, 2011, p. 105). Não é por acaso, então, que o encontro de ambos os personagens ocorra num salão de festas de um hotel e por meio da dança.

É bom esclarecer ainda que, diferente de outras mulheres transgressoras citadas por Pinsky (2014) e Del Priore (2006; 2011), este não era o caso de Lucia. A escrita de João Gabriel Baptista, portanto, provavelmente a forma como seu imaginário social refletia estas questões não percebia, possivelmente, a infidelidade enquanto uma linha de fuga ou uma transgressão enquanto crítica social a uma sociedade com uma moral sexual conservadora.

Por mais que o romance esteja permeado por estas discussões, no final da história o autor apresenta ao leitor que, em realidade, Lucia não era casada

12. Informações retiradas do currículo feito por João Gabriel Baptista (1920 – 2010) em 2000. Neste documento o sujeito elencou o que considerava como principais aspectos de sua trajetória profissional e acadêmica, dentre elas os espaços que estudou e cursos que realizou.

e o homem que Paulo confundiu enquanto seu esposo tratava-se de seu irmão. Do mesmo modo, a criança que a chamara de mãe era filho da falecida esposa de seu irmão que ela criara como próprio filho a pedido do irmão. O final da história, então, a “Mulher Proibida”, a mulher casada que desejava ter um “amante”, torna-se a mulher desejável, solteira e, portanto, disponível para ser pedida em casamento, situação que decorre no término da narrativa.

Considerando ainda que, neste contexto, era significativo o número de homens que não aceitavam uma esposa que tivesse um “passado”, valorizando a virgindade em detrimento de mulheres com experiências pré-conjugais (PINSKY, 2014), a partir da narrativa de João Gabriel Baptista nesta obra é possível inferir que, provavelmente, o autor também coadunava com essa perspectiva.

Dito isto, embora não tenhamos acesso a uma produção memorialística de Maria de Jesus e Carvalho, tendo em vista as lembranças de suas filhas, é pertinente a ênfase dada por ambas sobre a “obediência” de sua mãe perante sua avó ou mesmo a presença desta enquanto João Gabriel Baptista a conhecia. Certamente o contexto teresinense, mesmo que já marcado por transformações, conforme destacado, ainda não se encontrava do mesmo modo que em outras capitais, prevalecendo uma disciplinarização dos corpos (CARDOSO, 2002), o que permite sugerir que, possivelmente, Maria de Jesus não tivesse uma experiência prévia antes de João Gabriel e, talvez, se este fosse o caso, o sujeito em questão, ainda que apaixonado, não aceitaria desposá-la.

Desta forma, duas possibilidades se descortinam diante da situação posta: João Gabriel Baptista contraiu sífilis¹³ no decorrer de sua juventude entre o Rio de Janeiro e Salvador durante sua época de estudante ou, talvez, até mesmo em seu retorno a Teresina e, posteriormente, transmitiu para sua esposa ou, possivelmente, contraiu a doença durante o casamento em alguma relação extraconjugal¹⁴.

13. O contágio desta doença se dá “[...] após a relação sexual, a bactéria da sífilis adere-se à mucosa genital e se multiplica. A região úmida e quente do pênis ou da vagina propicia seu desenvolvimento. Surge uma ferida aberta característica da doença. A úlcera no órgão genital leva o paciente ao médico, em geral apavorado. O perigo da sífilis, porém, não está na ferida, que evolui com cicatrização espontânea mesmo sem o uso de antibiótico. A gravidade está no fato de a bactéria atingir o sangue e ser transportada para órgãos mais nobres. Acomete cérebro e coração. Atinge também os ossos e, após a morte, deixa registros que auxiliam a reconstrução de sua história” (UJVARI, 2012, p.48).

14. Cabe ressaltar que não há elementos para afirmar se de fato sua esposa teve sífilis e, caso tenha tido, se a doença realmente foi a responsável pelo natimorto ou mesmo que João Gabriel

Em um momento que Teresina provavelmente ainda enfrentava adversidades com a sífilis, tendo em vista que entre os anos 1930 e 1940 diversos médicos realizaram publicações sobre os sintomas da enfermidade, além dos problemas provocadas pelo alcoolismo e a sífilis congênita no caso das gestações de mulheres contaminadas (NERY, 2021), não é improvável que João Gabriel Baptista tenha contraído a doença em algum momento, especialmente pela orientação existente também em Teresina para que os homens buscassem se envolver sexualmente nas zonas de prostituição, haja visto a disciplina imposta sobre os corpos das mulheres de sua classe social que deviam se manter virgens até o casamento (CASTELO BRANCO, 2008).

Ainda que o contexto discutido por Nery (2021) remonte aos anos 1930 e 1940 e a conjuntura das gestações de Maria de Jesus seja dos anos 1950, não é improvável que a sífilis permanecesse afetando a sociedade teresinense, além de continuar sendo percebida enquanto responsável por abortos e/ou por uma alta mortalidade infantil ou mesmo por estigmas que as crianças carregariam pelo resto da vida, como o era no final dos anos 1930 (CARDOSO, 2010). A preocupação do médico de Maria de Jesus não ocorria à toa, mas era reflexo de uma sociedade que, nas décadas anteriores, por meio da atuação do poder público juntamente com o discurso médico, desejante de um corpo social higienizado e moderno, buscou intervir com o objetivo de profilaxia e tratamento de pessoas acometidas pela enfermidade (NERY, 2021).

É no interior deste contexto, então, que João Gabriel Baptista viveu sua juventude, e foi neste recorte espaço-temporal que produziu uma escrita delineada por questões que estavam presentes e que eram discutidas pela sociedade, construindo representações sobre o amor, os relacionamentos entre homens e mulheres, o casamento e a infidelidade.

Deste modo, o imaginário social de João Gabriel Baptista foi marcado de forma significativa pelo contexto em que se inseriu, refletindo em sua escrita literária as questões de seu tempo referentes não apenas ao amor, mas também aos modos de se relacionar e de se comportar na sociedade.

Em “Mulher Proibida” e “Primeiro Encontro” a narrativa literária em prosa e verso se traduz em uma escrita de si, uma produção de si, permitindo-nos inferir sobre questões sensíveis que marcam de formas distintas as experiências humanas ao longo do tempo, estas sendo a nossa capacidade

Baptista tenha contraído previamente ou numa suposta relação extraconjugal. Trabalhamos aqui com possibilidades considerando as fontes às quais tivemos acesso e as condições históricas da época.

de amar e nos relacionar.

É necessário indicar ainda que estas não foram as únicas obras escritas por João Gabriel Baptista na qual produziu representações sobre o amor e modos de se relacionar. Ressalta-se, então, que o olhar aqui discutido no tocante as análises destas narrativas referem-se ao contexto dos anos 1940, sendo possível a partir das fontes analisadas inferir que o sujeito, no decorrer dos anos 1950 até 1970, última década de sua produção literária, modificou seu imaginário a respeito das representações analisadas neste tópico, especialmente na questão de gênero. Considerando a reação do sujeito quanto à tomada de conhecimento sobre a gravidez de sua filha mais nova no início dos anos 1990 sem a condição de um casamento formal (BAPTISTA, 2021) pode-se indicar que entre os anos 1950 e 1990 as experiências e contextos que vivenciou podem ter transformado seu olhar no que concerne a estas questões.

João Gabriel Baptista, indivíduo múltiplo, tendo percorrido diversos espaços, com atuação em distintas instâncias sociais, não tem sua vida resumida a apenas sua trajetória acadêmica e pessoal. O sujeito aparece aqui não apenas como um pretexto para se refletir sobre as condições históricas que circunscrevem sua existência, mas principalmente para refletir sobre a necessidade de discutir acerca das sensibilidades, daquilo que faz com que nos sintamos vivos.

Assim, o sujeito, do mesmo modo como todos nós, foi um homem que sorriu, chorou, trabalhou, mas, acima de tudo, um homem que amou, se apaixonou e que deixou registrado estas sensibilidades por meio de sua escrita configurada aqui enquanto uma produção de si.

3.2 João Gabriel Baptista e seu imaginário acerca da mulher na sociedade

“Minha filha, o que você decidir fazer, você faz e você conta comigo”
(BARBOSA, 2019)

Bourdieu (2002), ao discorrer sobre a diferenciação entre os sexos na sociedade, aponta que o fator biológico, ou seja, a constituição anatômica existente entre o corpo masculino e feminino teria sido utilizado para justificar e naturalizar os diferentes papéis atribuídos ao homem e a mulher na sociedade. Entende-se, então, a divisão dos sexos na sociedade a partir da perspectiva de Bourdieu (2002). Para ele

A divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2002, p. 15).

Infere-se, então, que na sociedade se produziu, ao longo do tempo, a naturalização dos papéis atribuídos ao universo masculino e ao feminino, não apenas do que fazer e como se portar, mas até mesmo os espaços destinados a ambos se tornam naturais. Essa naturalização, contudo, a partir, principalmente, do século XIX e XX, bem como de movimentos sociais, como o feminista (CASTELLS, 2006; PINSKY; PEDRO, 2013), começa a ser desconstruída, compreendendo-se, então, enquanto uma relação historicamente construída. Assim, entende-se que a atribuição de diferentes papéis a homens e mulheres é uma construção social justificada a partir da distinção biológica entre os sexos, conforme Bourdieu (2002, p. 18) ao afirmar que

A diferença *biológica* entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho.

No que se refere, então, ao feminino e masculino, questiona-se a ideia antes tida como natural dos papéis atribuídos a ambos. Essa naturalização apontada por Bourdieu (2002), vista enquanto justificativa para a atribuição de diferentes papéis a homens e mulheres, embora desconstruída/questionada socialmente a partir de fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX no Piauí (CARDOSO, 2010), pudemos observar que os reflexos disto no contexto da família Baptista não se configurou em rupturas abruptas no tocante às práticas sociais realizadas por homens e mulheres.

Assim, à medida que estas questões se descortinaram no tocante à família Baptista entre fins do século XIX e primeira metade do século seguinte, foi possível indicar permanências e (des) continuidades nas relações, práticas e representações construídas sobre o feminino e masculino.

Estes elementos, então, mesmo que temporalmente distantes do sujeito-tela desta narrativa, tornam-se pertinentes para a compreensão dos

modos como a percepção social sobre o masculino e feminino influenciaram diretamente nas representações elaboradas por João Gabriel Baptista em suas narrativas, mas também em como este último se portava perante sua esposa e suas filhas, especialmente no decorrer do século XX e o que se modifica neste momento, haja visto as transformações que ocorrem na sociedade quanto aos papéis estabelecidos para ambos, mas também as permanências e sua influência no imaginário social dos indivíduos.

Deste modo, inicialmente cabe situar as condições históricas nas quais se encontravam inseridos João Gabriel Baptista e sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista, objetivando compreender como a conjuntura social envolvente marcou as relações estabelecidas entre ambos antes, durante e após o casamento, bem como com as filhas decorrentes do matrimônio realizado por estes indivíduos.

É notório, então, que Maria de Jesus e Carvalho, pertencente a uma elite cultural e historicamente estabelecida, sendo prima de João Gabriel Baptista, portanto, está inserida nas condições históricas já discutidas e apresentadas no tocante às mulheres em Teresina na primeira metade do século XX. Ainda assim, em função do lugar social (CERTEAU, 1982) que ocupara, tem a possibilidade de vivenciar certas experiências, dentre elas a possibilidade de estudar até certo ponto, bem como o aprendizado musical, isto é, o manuseio de certos instrumentos.

Estes elementos tornam-se pertinentes por demarcar este lugar social, em um contexto em que, para parte da sociedade e dos homens, era benquisto que a mulher fosse educada, a exemplo da formação na escola normal, já mencionada previamente, haja visto sua importância para o matrimônio, sendo corriqueiro, então, que mulheres destes grupos possuísem algum grau de formação (CARDOSO, 2010).

Quanto à música, esta assume significado pertinente na formação das mulheres a partir do início do século XX no Piauí, traduzindo-se também em parte da educação destes sujeitos e elemento comum de seu cotidiano, notadamente das moças pertencentes às classes médias e abastadas. Assim, “[...] era de bom tom que as moças aprendessem a tocar algum instrumento musical como piano, bandolim e violino [...] Ter conhecimentos musicais era uma forma de demonstrar fineza e boa educação (CASTELO BRANCO, 2013, p. 118).

Louro (2004) e Falci (2004) corroboram com a pertinência do aprendizado musical no cotidiano destas mulheres de elite em fins do século XIX

e nas décadas iniciais do século XX, indicando como este se tornava parte da educação feminina em consonância com o contexto social, isto é, objetivando-se a produção de uma companheira adequada para o homem e de uma mulher bem-vista socialmente ao representar o seu marido¹⁵.

Dependendo do contexto social e familiar nas festas ou bailes realizados no âmbito privado nestas temporalidades, era comum que as mulheres que recebiam este tipo de educação a recepção dos convidados em sua casa por meio da música, tocando o piano, por exemplo¹⁶ (FALCI, 2004).

Dito isto, ao se tratar de Maria de Jesus e Carvalho, o sujeito em questão, durante sua juventude, até se casar em fins dos anos 1940, vivencia estas experiências, sendo não apenas escolarizada e educada na Escola Normal, possivelmente objetivando-se o casamento conforme indicado, mas também recebendo educação musical com sua mãe, Aracy de Carvalho, notadamente aprendendo a tocar o bandolim¹⁷, instrumento similar a um violão. A foto 22, portanto, apresenta Maria de Jesus e Carvalho em sua formatura.

15. Não obstante isto, cabe indicar ainda, mesmo que não tenha sido o caso de Maria de Jesus e Carvalho, que o aprendizado da música, em certos casos, especialmente de mulheres mais pobres ou oriundas de uma elite que havia perdido suas riquezas, servia também para a própria sobrevivência à medida que necessitavam trabalhar para gerar ou complementar a renda da família. Deste modo, as “[...] menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, e assim puderam ajudar no sustento e na educação da numerosa prole. Entretanto, essas atividades, além de não serem muito valorizadas, não eram muito bem-vistas socialmente. Tornavam-se facilmente alvo de maledicência por parte de homens e mulheres que acusavam a incapacidade do homem da casa, ou observavam sua decadência econômica. Por isso, muitas vendiam o produto de suas atividades através de outras pessoas por não querer aparecer. Na época, era voz comum que a mulher não precisava, e não deveria, ganhar dinheiro [...]” (FALCI, 2004, p. 208).

16. Ainda que fosse algo que ocorresse nesta conjuntura não sabemos, no entanto, se este foi o caso de alguma das mulheres da família Baptista que tratamos nesta narrativa, nem mesmo de Maria Jesus de Carvalho Baptista.

17. Maria Jesus de Carvalho Baptista mantém a prática de tocar o bandolim até sua morte. Nas últimas décadas de sua vida, já idosa, costumava tocar toda manhã sozinha em seu quarto na casa que vivia na zona leste de Teresina. Nesta mesma época também passa a aprender a tocar o teclado eletrônico, mas segue com a prática do bandolim, possivelmente, para o próprio lazer. Nas lembranças do único filho de Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, durante o período de férias escolares, era comum acordar ouvindo a avó tocar no quarto ao lado, geralmente por uma hora. Fazia parte de sua rotina matutina, a prática do bandolim e a reza do terço. Além do bandolim, Maria Jesus também tinha habilidades em manusear acordeom, mantendo este instrumento ainda em funcionamento até o final de sua vida.



Foto 22 – Maria de Jesus e Carvalho com sua roupa de formatura
Fonte: Acervo da família, 2023.

É preciso destacar pelo registro fotográfico que esta formatura, possivelmente, não se refere à Escola Normal, mas sim ao curso na Escola Técnica de Comércio do Piauí, haja visto que o símbolo no capelo se refere, aparentemente, ao da Contabilidade. Isto se torna possível considerando que, no contexto em que estudou em Teresina, esta probabilidade já se descortinava para as moças oriundas das camadas médias e abastadas, fazendo com que outras oportunidades de ensino profissional, além da perspectiva de ser professora, existisse nesta época (CARDOSO, 2010).

Sabemos, então, por meio das entrevistas com os filhos, que Maria de Jesus e Carvalho, antes de se casar com João Gabriel Baptista, realizou o curso na Escola Técnica de Comércio, conforme o próprio registro fotográfico, mas também estudou na Escola Normal, ainda que não tenhamos documentos ou registros que corroborem esta outra formação.

É explícito, no entanto, que a ampliação da oferta de ensino em Teresina, especialmente a partir da década de 1930, em consonância com uma perspectiva social da importância de se ter mulheres devidamente educadas, afetou sensivelmente a vida de Maria de Jesus e Carvalho, permitindo que esta vivenciasse novas oportunidades, ainda que estas modificações fossem privilégios de grupos específicos, notadamente relacionadas com camadas médias e, principalmente, abastadas, durante este período (CARDOSO, 2010).

No entanto, diferentemente de outras mulheres que vivenciaram este contexto, que seguiram para o mercado de trabalho, seja por opção própria ou por força da conjuntura, ou que tiveram a oportunidade de cursar o terceiro grau (ensino superior), isto é, de possuir uma formação universitária (CARDOSO, 2002), não foi este o caso de Maria de Jesus e Carvalho.

Cabe destacar que foram reduzidos o número de mulheres entre 20 e 30 anos e que viveram entre fins dos anos 1940 e início dos anos 1950 que tiveram a oportunidade ou que seguiram com seus estudos para a universidade. Inúmeros motivos explicam a porcentagem baixa de moças que seguiram para o terceiro grau (CARDOSO, 2002).

Segundo Cardoso (2002), muitas das mulheres que encerravam sua escolaridade no segundo grau percebiam aquele nível de ensino como o fim da trajetória escolar. Além disso, nesta época, outras seguiam para o mercado de trabalho com a ampliação de empregos na docência e também em cargos públicos estatais, inviabilizando a continuidade dos estudos para o ingresso na universidade.

Ainda de acordo com a autora, outros dois elementos que também cerceavam a possibilidade da continuidade dos estudos tratava-se das diferentes perspectivas que ainda permeavam a sociedade deste período quanto aos papéis destinados às mulheres, isto é, a escolarização destinada exclusivamente para a manutenção do matrimônio e, por vezes, o casamento enquanto um empecilho para que estas mulheres dessem continuidade aos estudos, este último sendo o caso vivenciado por Maria Jesus Carvalho Baptista após o seu casamento com João Gabriel Baptista.

Assim, mesmo que no contexto dos anos 1940 a questão do amor já se fizesse mais presente na escolha dos indivíduos, ao se tratar do casamento de João Gabriel Baptista e Maria de Jesus e Carvalho, a família interferiu significativamente, tratando-se de um casamento arranjado entre ambos, haja visto que eram primos e que, embora possamos indicar que o primeiro encontrava-se apaixonado, mediante documentação e lembranças dos filhos, não era o caso da segunda, denotando que houve outras razões para o casamento de ambos (FALCI, 2004; DEL PRIORE, 2006; CARDOSO, 2010).

Não obstante isto, outras questões comuns à época também marcaram o relacionamento de ambos previamente ao matrimônio, a exemplo do namoro na casa da mãe de Maria de Jesus e Carvalho. Segundo as lembranças de sua filha mais nova, os sujeitos, mas, especialmente o pai, reclamava de não poder ficar a sós com a namorada, futura esposa, quando estavam na casa de Aracy de

Carvalho, com esta última acompanhando o casal o tempo inteiro.

A lembrança reforça o caráter do relacionamento de ambos e aceitação deste por parte das famílias, especialmente de Maria de Jesus e Carvalho, bem como os valores sociais familiares, reforçando a expectativa por parte da família de que o relacionamento fosse finalizar em casamento, considerando que a relação era aceita no interior do lar (CARDOSO, 2010).

Não apenas isto, mas as lembranças de Elisabeth Mary de Carvalho Baptista corroboram também com outros relatos similares de época, apresentando o cuidado da família e a necessidade da presença de um parente a todo momento com o casal, neste caso tratando-se da mãe de Maria de Jesus e Carvalho (CARDOSO, 2010). Não é à toa, então, a seguinte lembrança de uma das filhas do casal quanto a sua infância, a relação com os pais e sua presença em casa:

[...] papai [...] era aquela figura mais da autoridade porque ele trabalhava muito, praticamente só estava em casa à noite às vezes viajava também passava a semana inteira fora, né, quando ele ainda viajava a trabalho. Então, assim, pra mim sempre foi uma relação muito saudável [...] Eu achava uma relação muito saudável, um pouco distante porque como eu já lhe disse ele passava muito mais tempo fora de casa. Nossa relação sempre foi muito mais próxima de mamãe porque mamãe não trabalhava, né. Era aquela que tava em casa da hora que amanhecia o dia e da hora que a gente ia dormir [...] (BARBOSA, 2019).

A partir disto, algumas questões podem ser observadas e permitem inferir sobre como se configurava o casamento de ambos, a influência do contexto social nos sujeitos e, principalmente, como se descortinavam as relações de poder exercida por cada um em relação ao cônjuge, mas também quanto aos filhos. Dito isto, cabe ressaltar que, ainda que se tratasse de um contexto permeado por transformações nos papéis sociais, especialmente quanto aos lugares ocupados pelas mulheres, muitas preferiam a manutenção de situações já conhecidas, notadamente mantendo as práticas realizadas por outras mulheres, seja a mãe ou a avó em seus casamentos (CARDOSO, 2010; CASTELO BRANCO, 2013).

Deste modo, ao tempo em que o marido, após o matrimônio, assumia funções públicas, a exemplo de prover para a família, à mulher cabia o cuidado com esta última e a manutenção da harmonia no lar, sendo necessário, em muitos casos, que esta dedicasse sua vida a isto, especialmente aos filhos (CASTELO BRANCO, 2013). Assim, “[...] a valorização e significação da

mulher enquanto mãe, esposa e dona-de-casa podem ser compreendidas como defesa da manutenção do exercício de poder através dessas funções [...]” (CARDOSO, 2010, p. 35).

Não foi sem motivo, então, a experiência rememorada por uma das filhas do casal quanto a relação dos pais e da configuração do lar, mas encontrava-se diretamente associada com a conjuntura de época e com os modos que os sujeitos interpelavam os papéis construídos socialmente a cada um. À mulher, então, descortinava-se o cuidado com o lar, com a família, com os filhos e, portanto, finda-se a possibilidade de trabalho fora de casa ou de continuidade dos estudos de Maria Jesus de Carvalho Baptista à medida que seu marido impossibilita estas vivências.

Sabemos disso em função das lembranças dos filhos, denotando-se como estes aspectos sociais marcaram a relação de ambos e suas perspectivas quanto ao feminino e masculino. Do mesmo modo, o poder no lar não era absoluto por parte de João Gabriel Baptista, com grandes decisões que influenciavam diretamente a vida familiar sendo tomadas por sua esposa, a exemplo da mudança da família para a zona leste de Teresina ou até mesmo a possibilidade de mudar-se para o Rio de Janeiro.

Em ambas as ocasiões, um elemento comum tornava-se presente: o trabalho do marido, responsável por garantir o sustento e o provento da família. No entanto, apenas em uma delas a vontade do homem se concretiza, permitindo inferir como estas relações no âmbito privado eram delicadas e não se tratava de uma relação unilateral, mas sim de concessões mediante o papel social assumido por cada indivíduo. Quanto a possível mudança para o Rio de Janeiro, em entrevista, uma de suas filhas, Maria do Socorro Baptista Barbosa, rememora o seguinte:

Rapaz, como eu já disse eu lembro muito mais das histórias contadas por mamãe, né, mas eu lembro dele, dele ter dito uma vez que ele chegou a... chegaram a dar pra ele uma transferência pro Rio e ele não foi porque mamãe não queria morar no Rio, né. Eles passaram um tempo no Rio por outra razão e eu lembro que eles foram também ao Rio de Janeiro¹⁸ quando um dos meus irmãos

18. É interessante destacar que a prática de realizar viagens para tratamento de saúde ou para se ter acesso a médicos não é algo recente, muito menos refere-se a algo inédito no contexto dos anos 1950, época do nascimento do filho de João Gabriel Baptista e Maria Jesus de Carvalho Baptista que termina indo a óbito. Desde o século passado tem-se notícias sobre a realização de viagens para tratamentos de saúde, em muitos casos recomendadas por médicos, podendo-se dar como exemplo as viagens empregadas por enfermos da tuberculose para locais considerados com um clima favorável para seu convalescimento, em muitos casos burlando

que veio a falecer, né, que foi o terceiro filho deles, né, que era o João Gabriel Baptista Filho que tinha problemas de saúde e nessa viagem ao Rio papai aproveitou... aproveitaram para levá-lo a médicos e tudo mais. Isso eu lembro deles comentarem [...] (BARBOSA, 2019).

O episódio em questão denota como a perspectiva ou o olhar de Maria Jesus de Carvalho Baptista também influenciava e importava para decisões que afetariam diretamente a vida da família, bem como dos filhos que o casal tinha e que poderiam ter futuramente.

Ainda que, aparentemente, se tratasse de uma decisão a ser tomada por João Gabriel Baptista, tendo em vista que se referia diretamente a seu trabalho, à medida que esta escolha influenciaria diretamente o restante da família, há a imposição por parte de sua esposa, o que termina por decidir a questão, impedindo que o trabalho fosse aceito, assim como a mudança para o Rio de Janeiro.

Este caso se torna emblemático para compreensão da relação de ambos ao tempo que o comparamos com outra situação bem similar e como isto denota as perspectivas de ambos quanto aos papéis sociais ocupados por cada um, bem como quanto a como a mulher e o homem deveriam portar-se socialmente, sendo este outro episódio a mudança da família para a zona leste de Teresina.

leis sanitárias criadas para reduzir estes deslocamentos, bem como a transmissão da doença (BERTOLI FILHO, 2001). No Piauí, há também o registro de viagens para que os indivíduos pudessem tratar-se ou recuperar-se, geralmente com o destino sendo o litoral piauiense, haja visto o pensamento de época das propriedades terapêuticas dos banhos de mares (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2021). A possibilidade de viajar, no entanto, especialmente para o tratamento de saúde, tratava-se de situação que se descortinava para grupos que possuíam certo poder aquisitivo ou que se encontravam inseridos em elites historicamente constituídas até meados do século XX no Piauí (BAPTISTA, 2019). Quanto ao deslocamento para acesso a um médico ou unidade de saúde na primeira metade do século XX, tratava-se de situação semelhante, isto é, a necessidade do trânsito pelo enfermo ou com este último. Cabe destacar que as condições históricas de existência proporcionavam experiências díspares aos sujeitos com pessoas em condição de pobreza ou com poucos recursos financeiros ficando, muitas vezes, incapazes de terem acesso a certos cuidados por não terem as condições necessárias para empregar a viagem com o enfermo. No sertão piauiense, por exemplo, os deslocamentos eram complicados, geralmente realizados por meio de animais ou carruagens, impondo penúria significativa ao enfermo e seus familiares, o que obrigava, por vezes, aguardar uma visita médica, que em muitos casos poderia não chegar em tempo hábil para tratar o enfermo (MARINHO, 2017). Assim, não é por acaso a viagem empregada por João Gabriel Baptista e sua esposa para o tratamento do filho ou para a tentativa de encontrar um médico que pudesse garantir o seu convalescimento, mas denota, sobretudo, o lugar social ocupado pela família, notadamente suas condições financeiras que possibilitaram a realização do deslocamento, ainda que não tenham conseguido salvar o filho.

Já sabemos como esta mudança da família esteve relacionada não apenas com o trabalho de João Gabriel Baptista com a criação do campus da Universidade Federal do Piauí, mas também com o contexto do trânsito urbano de Teresina no centro da cidade, onde a família morava, e que se constituía em risco constante para os filhos, especialmente os mais novos, em função dos acidentes cotidianos na localidade.

No entanto, estes não foram os únicos motivos para a mudança da família e, embora permitam refletir sobre o peso de Maria Jesus de Carvalho Baptista em decisões que influenciassem diretamente o bem-estar dos filhos, denotando o papel assumido por ela enquanto mãe, outra questão se fez presente e fomentou a necessidade da mudança para o casal, especialmente para a esposa, sendo esta a necessidade que sentia de se afastar de sua mãe, Aracy de Carvalho. Sobre isto, sua filha mais nova rememorou o seguinte:

[...] Minha mãe já tinha um pouco mais de restrição em função da formação... Da forma como ela foi criada e pela... E principalmente dos mais velhos, das mulheres, por conta da influência da minha avó. Mas meu pai, eu não me lembro de nenhum momento... Claro que existe, é... É... Em toda família a gente tem relações complicadas, né? Haja vista o tempo que a gente viveu, a tradicionalidade da nossa família. Minha vó, né, era muito tradicional, né [...] Então tudo isso influenciava minha mãe, certo? Eu sempre achei que minha mãe e meu pai eles estavam a frente do tempo deles, tá? Mas principalmente quando minha mãe, hum, a gente veio morar na zona leste, que ela se distanciou da minha vó. Porque enquanto tava no centro, muito perto da minha vó, minha vó exercia uma influência muito grande sobre ela. Como ela se distanciou, aí minha mãe passou realmente a pensar mais por ela mesma [...] (BAPTISTA, 2021).

A presença da mãe de Maria Jesus de Carvalho Baptista, Aracy de Carvalho, em sua casa, não destoava do contexto em que viviam, ocorrendo em consonância com as práticas existentes na época, tanto da imposição de normais sociais, como do cuidado com os filhos, haja visto os saberes que eram repassados no momento de mãe para filha (CARDOSO, 2010).

Para Maria Jesus de Carvalho Baptista, no entanto, segundo as lembranças de sua filha mais nova, tratava-se de uma continuidade do controle social exercido por sua mãe quanto as suas ações e própria vida, do tempo em que era solteira até o estabelecimento de um relacionamento (CARDOSO, 2010; CASTELO BRANCO, 2013) com João Gabriel Baptista e, por fim, o enlace matrimonial de ambos os indivíduos.

Assim, as decisões tomadas por Maria Jesus de Carvalho Baptista refletem a pluralidade dos relacionamentos estabelecidos neste contexto entre homens e mulheres, muito aquém de uma ideia reduzida acerca de um domínio absoluto do corpo feminino por parte do homem, entendendo como em certos casos, a exemplo deste, estas relações eram marcadas por “[...] disputas, cumplicidades e relações de força no âmbito do casal” (CARDOSO, 2010, p. 485) e como isto afetou sensivelmente não apenas a vida conjugal, mas também dos filhos e filhas.

Deste modo, ainda que Maria Jesus de Carvalho Baptista tenha sido impossibilitada de continuar seus estudos ou mesmo de trabalhar, por imposição do marido, deve-se ponderar como isto se relaciona com as representações sociais construídas e interpeladas por ambos quanto ao papel do homem-pai e da mulher-mãe e, não obstante isto, como se tratava de uma dinâmica delicada de forças que influenciou nas decisões e ações de ambos até momentos avançados de suas vidas, como nos estudos e casamentos dos filhos.

Assim, o contexto que marca a juventude dos filhos do casal, os anos 1950, 1960 e 1970, especialmente das filhas, nas cidades brasileiras, é um momento de modificações nas normas sociais, nos modos como a mulher era representada, nas maneiras como esta era percebida, havendo continuidades, mas também rupturas com padrões impostos anteriormente, especialmente no tocante ao controle sobre os corpos destes sujeitos que se afrouxava à medida que o tempo passava (PINSKY, 2013).

Se até a primeira metade do século XX a tentativa de controle exercido sobre os corpos femininos, principalmente acerca daquelas que não se desviavam totalmente da norma, era exercido inicialmente pela família e, posteriormente, após o matrimônio, pelo marido, a partir de meados do século XX, amplia-se a liberdade destes sujeitos, especialmente daquelas que se encontravam inseridas em uma conjuntura social das camadas médias e abastadas (PINSKY, 2013).

Mesmo que a virgindade ainda fosse algo a ser protegido, existindo uma série de cuidados que as moças deveriam tomar, esta responsabilidade recaía agora muito mais sobre a jovem, mais livre para transitar com amigos e afastando-se do olhar de parentes atentos, que, em outros momentos deveriam acompanhá-la nos espaços públicos que frequentasse (PINSKY, 2013).

De modo geral, tratava-se de um momento em que as representações sobre os papéis que homens e mulheres deveriam exercer continuavam permeando a sociedade, especialmente através da mídia, como revistas e

jornais, mas também era um período no qual o ser jovem possibilitava a tolerância no tocante aos excessos, bem como aos desvios das condutas socialmente esperadas, especialmente para as mulheres, ainda que esta indulgência fosse limitada (PINSKY, 2013).

Teresina, deste modo, vivencia uma conjuntura similar ao se considerar as experiências femininas, com a expansão, especialmente a partir dos anos 1950 e 1960, da presença das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho, que se ampliava, principalmente ao se considerar os contextos das mulheres oriundas das camadas médias e abastadas da capital piauiense (CARDOSO, 2002; CARDOSO, 2010), o que afeta diretamente as filhas de João Gabriel Baptista e Maria Jesus de Carvalho Baptista, haja visto que duas de suas três filhas vivenciaram a experiência da universidade.

Outras modificações no cenário nacional também influenciavam a conjuntura local e os corpos femininos, ainda que não afetassem diretamente as escolhas tomadas por João Gabriel Baptista e, principalmente, por sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista, a exemplo do controle de natalidade e a possibilidade dos métodos contraceptivos, com destaque para a pílula anticoncepcional (DEL PRIORE, 2011).

Assim, segundo Del Priore (2011), no decorrer dos anos 1960 e da década seguinte, ao considerarmos os corpos femininos e sua sexualidade, vivencia-se uma verdadeira revolução à medida que com a criação e chegada da pílula anticoncepcional alterava-se significativamente não apenas o planejamento familiar, com a possibilidade de decidir quantos filhos o casal poderia ter, mas a própria possibilidade do envolvimento sexual, especialmente das jovens que vivenciavam o período.

Ainda que o método já estivesse disponível neste contexto, sabemos que a adoção do método em Teresina não foi de imediato e que as mulheres que vivenciaram o período encararam a possibilidade de maneiras singulares, existindo aquelas que desconfiavam do produto, enquanto outras utilizavam buscando escapar do olhar do marido que não concordava com o controle da natalidade (CARDOSO, 2010).

No caso de Maria Jesus de Carvalho Baptista e de seu marido, sabemos a partir das lembranças de seus filhos, que o desejo de ter filhos era compartilhado por ambos, perpetuando-se na memória de seus herdeiros a alegria toda vez que sua mãe engravidava. Esta situação dialoga com as condições históricas de sua existência, haja visto que a partir do governo Vargas, “[...] nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a criança vista como dádiva e futuro

da pátria fora constantemente valorizada, ao tempo em que a maternidade se tornou cada vez mais exigente, na medida em que os cuidados com as crianças passaram a se tornar incessantes [...]” (CARDOSO, 2010, p. 462).

Tomando ainda o diário de escoteiro de João Gabriel Baptista produzido no início da década de 1940, no qual é possível encontrar diversos elogios ao presidente Getúlio Vargas, não é estranho que, mesmo sabendo acerca do método, ambos os sujeitos tenham mantido a preferência pela gestação de novos filhos, considerando os significados que estes assumiam socialmente durante o tempo em que tiveram sua formação educacional.

Será possível observar ao longo desta narrativa que, no tocante às mulheres, foi João Gabriel Baptista que teve o imaginário, percebido através de suas práticas, mais alterado em comparação a sua esposa, tendo em vista algumas de suas ações perante episódios vivenciados pelas filhas, bem como os próprios personagens femininos que construía em suas narrativas literárias.

No entanto, antes de adentrar este aspecto, no tocante às filhas e as ações tomadas pelo casal, denotando, assim, suas perspectivas quanto ao feminino e as transformações das normas sociais no decorrer de suas trajetórias, cabe tratar, inicialmente, de uma situação vivenciada por Maria do Socorro Baptista Barbosa no decorrer dos anos 1970, sendo esta uma gravidez fora do casamento. Deste modo, segue a rememoração do sujeito sobre o episódio e as reações de seu pai e sua mãe, segundo suas lembranças, no contexto em questão:

Eu vou te contar uma coisa muito pessoal. Eu posso? É bem pessoal, mas todo mundo sabe que eu engravidei antes do casamento, eu nunca neguei isso, eu não tenho vergonha nenhuma disso. Eu devia nem ter me casado na verdade. Casei mais por insistência de minha mãe¹⁹, tá. Quando ele soube que eu tava grávida. Mamãe foi quem soube primeiro, né e ela disse que ia contar pra ele. Nós duas muito apavoradas. Lembra, 1977 era muito comum que famílias burguesas até expulsassem as filhas que engravidavam ou levassem essas filhas pra uma cidade fora onde elas tivessem esse bebê, esse bebê por lá ficasse ou fizessem o aborto, né. Bom, então, eu grávida, minha mãe disse pro meu pai, meu pai me chama no escritório dele, isso já morando na Zona Leste. Você

19. Acerca deste episódio, a filha mais nova de João Gabriel Baptista, à época com 13 anos, em entrevista, rememorou a importância de sua avó, Aracy de Carvalho, que reforçou para sua mãe, Maria Jesus de Carvalho Baptista, a importância e necessidade de se realizar o casamento de sua irmã, reforçando-se a perspectiva social que imperava até meados do século XX acerca dos impactos sociais que mulheres que tornavam-se mães fora de um casamento e suas famílias poderiam enfrentar (PINSKY, 2004; DEL PRIORE, 2011).

deve lembrar a sala onde era o escritóriozinho dele, né. Meu pai era um homem grande pra mim, eu sempre fui pequena, baixinha. Papai era um homem alto. Aí ele me bota sentada nas pernas dele e ele diz o seguinte: “Minha filha, o que você decidir fazer, você faz e você conta comigo.” (BARBOSA, 2019).

É notável, então, as diferenças de ações empregadas por João Gabriel Baptista e por sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista quanto à notícia que sua filha, na época com seus 18 anos e se preparando para prestar o vestibular para Letras na Universidade Federal do Piauí, estava grávida. Assim, quanto à experiência de Maria do Socorro Baptista Barbosa, cabe o destaque não apenas para a preocupação de sua mãe com relação à necessidade da realização de um casamento, mas o seu receio e medo do que poderia lhe ocorrer, tendo em vista experiências similares de outras mulheres das quais esta tinha conhecimento em função do contexto social em que vivia.

A gravidez fora de um casamento, até meados do século XX, trava-se de algo indesejado, dependendo da conjuntura até mesmo algo temido pelas mulheres, haja visto as consequências sociais que aquilo poderia acarretar para sua família, mas especialmente para a mulher que vivenciasse a situação. Tratava-se de um momento em que a gravidez fora do casamento era percebida de forma catastrófica, de modo que deveria ser evitado pelas moças (PINSKY, 2004; DEL PRIORE, 2011).

Deve-se indicar ainda que as transformações que marcavam a sociedade neste momento, além do receio social quanto a uma gravidez indesejada, bem como a tentativa de manutenção e continuidade do controle social dos corpos femininos, gestaram a criação de manuais, artigos em revistas e grupos sociais que defendiam a existência de um modo de educar sexualmente as mulheres. Esta, no entanto, não significava garantir uma maior liberdade a estes sujeitos, especialmente no tocante às relações sexuais, mas sim garantir a legitimidade de um modelo de família à medida que se destacava para as jovens acerca da importância de seus papéis sociais enquanto esposas e mães, responsáveis pelo lar e pela procriação (PINSKY, 2004; PINSKY, 2014).

No contexto teresinense, a situação se sucedeu de maneira semelhante, criticando e questionando mulheres que se tornavam mães fora de um casamento e as famílias destas. Assim, solteiras, viúvas e separadas que ouzassem engravidar encontravam-se em uma situação delicada, haja visto que “[...] o nascimento de filhos implicava desonra e estigmatização social [...]” (CARDOSO, 2010, p. 469). O posicionamento de Maria Jesus de Car-

valho Baptista quanto à situação da filha reflete, então, a continuidade deste imaginário social, tendo em vista suas condições históricas de existência e denotando que, ainda que a sociedade vivencie transformações, cada indivíduo é interpelado de forma diferente.

Cabe lembrar, no entanto, que a partir dos anos 1980 e 1990 o temor familiar quanto a gravidez precoce ou mesmo fora de um casamento afasta-se de um receio relacionado a implicações sociais, como possíveis estigmas provocados pela situação, e agora o pensamento volta-se para as implicações relacionadas quanto ao modo de sustento da criança, tendo em vista a nova situação que se descortina a partir da chegada de uma criança (AREND, 2013).

Assim,

[...] o temor da gravidez precoce, para essas famílias, adquiria agora outro sentido. O problema não era mais tanto de cunho moral, mas sim relativo aos projetos de futuro e às condições materiais para concretizá-los. Ter uma criança nessa etapa da vida certamente criaria muitos obstáculos à almejada carreira profissional por parte do jovem, incluindo-se aqui *as jovens* [...] (AREND, 2013, p. 39-40).

Contudo, se neste momento já se começava a alterar as etapas para se casar e até mesmo a possibilidade de se relacionar sexualmente, certamente é possível perceber como a História é permeada por continuidades e que, neste sentido, o modo de pensar o relacionamento entre homens e mulheres por parte de Maria Jesus de Carvalho Baptista mantinha elementos do imaginário social presente na sociedade teresinense até aquele período no tocante à necessidade de se ter filhos apenas no interior de um enlace matrimonial e, portanto, sendo estigmatizada a possibilidade de se tornar mãe solteira ou mãe fora de um casamento (CARDOSO, 2010).

No caso de João Gabriel Baptista, por sua vez, é interessante destacar como sua postura se diferencia daquela adotada por sua esposa ao tomar conhecimento da gravidez da filha, especialmente considerando a ocasião em que esta se encontrava, ainda ausente do enlace matrimonial. Assim, o modo como sua filha rememora a conjuntura, indicando que o pai não apenas aceitou o que havia ocorrido, mas colocou-se à disposição para auxiliá-la no que fosse necessário, denota como este percebia o mundo ao seu redor e como era interpelado pelas novas questões postas quanto aos papéis sociais destinados a homens e mulheres.

É pertinente, então, que o imaginário de João Gabriel Baptista, aparentemente, por meio de suas ações, afasta-se daquele presente em sua esposa, que preocupara-se com a honra da família e com a necessidade de que a filha estivesse devidamente casada para a gestação de um filho, e aproxima-se dos aspectos discutidos socialmente entre fins dos anos 1970 e no decorrer das décadas seguintes, isto é, como aquela situação impactaria o futuro de sua filha e como esta conseguiria sustentar não apenas a si própria, mas também seu filho (AREND, 2013).

A resposta dada por João Gabriel Baptista à sua filha, à época com seus 18 anos e ainda por adentrar à universidade, a surpreendeu, haja visto o receio e medo que esta última relata, não apenas dela, mas também de sua mãe, acerca da necessidade e importância de confidenciar e explicar a situação ao seu pai, conforme percebemos em suas lembranças.

Certamente o modo como João Gabriel Baptista agiu surpreendeu sua filha, bem como sua mãe, tendo em vista que não esperavam uma resignação tão sincera e receptiva da situação, mas sim um cenário punitivo, considerando o desvio das normas sociais as quais tanto a mãe como o pai haviam aprendido e vivenciado ao longo de suas vidas.

Isto ocorria porque não era incomum no decorrer do século XX a existência de filhas em famílias de elite ou de classe média que, por terem engravidado ou tido um filho fora do enlace matrimonial, terminassem sendo expulsas de casa por seus pais, haja visto a conjuntura social de época e o julgamento existente na sociedade em torno destas questões. Deste modo, era um medo presente entre as mulheres destas famílias a possibilidade não apenas de expulsão, mas as incertezas da própria vida futura, tendo em vista que dificilmente conseguiria um marido e conseguiria constituir casamento (PINSKY, 2013).

João Gabriel Baptista, ainda que mantivesse certas práticas que naturalizavam o papel social estabelecido para a mulher e para o homem, especialmente em se tratando de sua esposa, considerando a importância dada por este à maternidade e a necessidade de que a mãe de seus filhos ficasse no lar cuidando da prole ao tempo em que ele trabalhava e vivenciava o espaço público, o mesmo não pode ser dito quanto às práticas adotadas para suas filhas e também para os personagens criados em sua literatura. Sobre o incentivo aos estudos e ao trabalho, suas filhas rememoram o seguinte

Acredito que de todos os filhos dele, acho que todos eles de alguma forma ele deu, né, ele contribuiu de alguma forma, né? Mas, é... Ninguém pode negar de que pra todos nós, hum... Aracy, minha irmã mais velha, que não quis fazer faculdade, papai levou pra trabalhar no DER, como secretária, né? Aí ela se aposentou lá no DER como secretária. Todos nós, ele e a mamãe também, sempre dava muito apoio pra gente estudar e ele sempre dizia: “Enquanto eu puder, enquanto eu tiver vivo, e se eu puder, não tenho muito dinheiro, mas...”, E ele dizia que enquanto ele pudesse, ele ia investir nos nossos estudos, né? Ele iria fazer de tudo pra gente se formar, mas quando a gente se formasse a gente tinha que trabalhar. Só que ele nunca deixou a gente desamparado, aí buscava também ajudar, né, então ele tem uma forte contribuição em toda a graduação profissional da gente, pelo menos, assim, no início, né? (BAPTISTA, 2021).

[...]

Meu pai tinha por meta que nenhum filho precisaria trabalhar antes de se formar na universidade. A única a sair antes de se formar fui eu e a única a não se formar foi minha irmã mais velha, por isso que ela começou a trabalhar, né, mas por ele nós todos só teríamos saído depois de formados [...] (BARBOSA, 2019).

É notório, então, a partir das lembranças de suas filhas, a diferença do tratamento empregado por João Gabriel Baptista entre estas e sua esposa no tocante ao incentivo aos estudos e à possibilidade de trabalhar. Se para as primeiras toma forma um homem, pai, que não apenas vivenciava modificações que afetavam o social no tocante ao papel das mulheres, mas que, interpelado por estas, alterava suas práticas e ações quanto as filhas, à segunda mantinha-se o marido marcado pelas continuidades estabelecidas em décadas passadas acerca do papel social que a mulher, a esposa, especialmente, bem como o homem, deveria desempenhar.

A contradição presente nas ações permite compreendermos a multiplicidade existente nos sujeitos e, não obstante isto, como as identidades que regulam suas ações são marcadas por questões distintas, ora coadunando em um ponto comum, ora escancarando os notáveis contrastes que compõem a subjetividade e as sensibilidades humanas (BAUMAN, 2005; HALL, 2006).

Neste sentido, acreditar em um sujeito uno, idêntico a si mesmo, capaz de produzir uma ideia coerente de si, até o fim da vida, esbarra não apenas na efemeridade da vida humana, mas em sua imprevisibilidade, em suas singularidades e, acima de tudo, em seus contrassensos, responsáveis por produzir sentido ao indivíduo e as experiências que este acumula à medida que (re) formula as identidades que o compõem (BAUMAN, 2005; HALL, 2006).

É preciso indicar também que ao tempo em que houve homens, pais, como foi o caso de João Gabriel Baptista que, interpelados pela temporalidade e pelo contexto em que viveram, modificaram seu imaginário e suas práticas, não se trata de uma generalidade, existindo diversos outros que permaneceram questionando os novos papéis sociais que as mulheres assumiam, especialmente a partir da segunda metade do século XX (CARDOSO, 2002).

É o caso de uma das mulheres discutidas na narrativa de Cardoso (2002). Oriunda do interior e nascida no início dos anos 1950, ainda que seu pai a tenha incentivado a estudar, este tinha por expectativa que a filha trilhasse um percurso similar ao de outras moças das camadas médias da localidade, isto é, a finalização da Escola Normal, posteriormente transformar-se em uma professora do nível primário e, finalmente, encontrar um marido para o enlace matrimonial.

A personagem em questão e sua trajetória, analisada por Cardoso (2002), vivencia o conflito entre um projeto de família/sociedade pensado para si na condição de mulher e um projeto individual, considerando as possibilidades que se descortinavam para as mulheres na segunda metade do século XX, dentre elas a realização do ensino superior (TELLES, 2004), empreendido pelo indivíduo no curso de Licenciatura em História na Faculdade Católica de Filosofia (FAFI).

Este destaque se faz necessário, pois permite estabelecer não apenas que a prática de João Gabriel Baptista não se tratava de uma generalidade para a época, existindo continuidades acerca do imaginário social no tocante aos papéis sociais destinados a homens e mulheres, conforme percebido a partir de Cardoso (2002) e indicado previamente, mas também como, possivelmente, as experiências do professor ao longo de sua vida devem ter fomentado a transformação de sua perspectiva quanto a atuação das mulheres na sociedade.

Isto posto, é imperioso que a atuação enquanto professor do terceiro grau a partir de 1962, a presença feminina em outros espaços, seja no trabalho ou no ensino superior, bem como as discussões realizadas sobre estas modificações no cenário piauiense, além, certamente, da presença de alunas em suas disciplinas na FAFI e, posteriormente, na UFPI, possivelmente teve impacto em seu imaginário social, contribuindo para o modo como trata suas filhas e as incentiva para construírem a própria carreira, sem a dependência de um enlace matrimonial.

Melo (2006), em sua narrativa, destaca a publicação de artigos em perió-

dicos, a exemplo do periódico do diretório estudantil da Faculdade de Direito do Piauí (FADI), que discutiam a questão das mulheres e sua atuação na sociedade, elencando como o assunto era percebido pelos setores sociais.

No caso do periódico do diretório estudantil, em texto publicado em meados dos anos 1950, há o reconhecimento de outros espaços que a mulher poderia ocupar, como o acadêmico, indicando que a atuação feminina no ensino superior, notadamente ao curso de Direito, não ocorria por ausência de outras faculdades, mas por competência e capacidade destes sujeitos de atuarem na área (MELO, 2006).

O periódico, em momentos seguintes, destaca a atuação feminina na faculdade à medida que a presença destas segue se ampliando neste espaço. Se nos anos 1930 há o registro de apenas uma mulher se formando nesta faculdade, nos anos 1950 esse número vai a 36 e 52 na década seguinte (MELO, 2006). A FAFI, por sua vez, segundo o autor, a partir de sua criação em fins da década de 1950 não esteve alheia a esta conjuntura, sendo marcada por uma presença significativa de mulheres já nas primeiras turmas de Filosofia, Geografia e História, compondo aproximadamente 40% dos alunos aprovados, ainda que com os cursos tendo um funcionamento no horário da noite. Assim,

A Faculdade de Filosofia iniciava-se assim com um caráter inclusivo, pois o número de mulheres que integravam a Faculdade de Direito era muito inferior ao número de alunos do sexo masculino. Desse modo, no cenário educacional do ensino superior, a exemplo de outros da sociedade piauiense, as mulheres eram minorias até a implantação daquela Faculdade.

[...]

A Faculdade de Filosofia abria espaço para as mulheres piauienses buscarem a realização dos seus projetos. Era uma oportunidade que algumas, especialmente aquelas que detinham poder aquisitivo para manter-se em um curso superior, encontravam de construir uma sólida formação profissional que lhes viabilizasse um ingresso mais substancial no mercado de trabalho. A conquista de maiores espaços no mundo do trabalho foi apenas um primeiro passo para a penetração em outras dimensões da vida social (MELO, 2006, p. 164-165).

Desta forma, estas modificações sociais no tocante ao lugar ocupado pela mulher, com a possibilidade de cursar o terceiro grau, influenciou o cotidiano teresinense, especialmente das camadas médias e abastadas

(MELO, 2006; CARDOSO, 2010) e, inevitavelmente, modificou também as experiências de João Gabriel Baptista, sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista, bem como de seus filhos e filhas.

Assim, conforme indicado, não foi por acaso a perspectiva adotada por João Gabriel Baptista, mas esteve relacionado às suas condições históricas de existência, marcada por estas transformações sociais, principalmente a partir de sua experiência enquanto professor na FAFI.²⁰

Cabe indicar, por fim, que, ainda que o sujeito tenha adotado práticas distintas para suas filhas em detrimento de sua esposa, conforme percebido no incentivo ao trabalho, ao estudo, e à formação das filhas, outros aspectos ao pensarmos a relação conjugal não se modificaram até fins do século XX, sendo estes a divisão entre o público e o privado, e quem deveria ocupar cada espaço.

Neste sentido, ao tempo em que foi possível indicar o registro da presença de João Gabriel Baptista em diversos espaços públicos, notadamente em solenidades ou jantares, como os oferecidos pela APL aos intelectuais, no caso de sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista, os registros fotográficos desta em eventos sociais, a partir do momento que esta tem filhos, decorriam da presença familiar nestes momentos, especialmente os filhos, a exemplo de carnavais, viagens em família ou em formaturas.

20. No entanto, mesmo que esta experiência tenha sido significativa com relação a postura adotada por João Gabriel Baptista para suas filhas a partir dos anos 1960 e 1970, é pertinente indicar que desde o início dos anos 1940 suas personagens femininas e as ações tomadas por seus personagens masculinos em sua literatura já refletiam as representações socialmente existentes à época de sua juventude, que também marcam sua relação com sua esposa, bem como as modificações sociais no tocante a estas representações nas décadas que seguem para homens e mulheres. Em “Mulher Proibida” (1940), por exemplo, o personagem masculino, protagonista da obra, apaixona-se por uma mulher supostamente casada e com um filho e inicia um relacionamento “proibido” com esta. Em certo ponto da narrativa o protagonista descobre que a moça não era casada, mas que fingia ser para cuidar do filho do irmão, haja visto que este teria perdido a esposa e não gostaria que o filho crescesse sem mãe. Ao descobrir que a amada não era casada as dúvidas se esvaem e logo o protagonista busca a mulher, desejando que se casassem para que pudessem consumir o relacionamento, denotando o pensamento social da época quanto aos relacionamentos de homens e mulheres, conforme indicado ao longo desta narrativa. No decorrer do tempo, contudo, em outras obras, suas personagens femininas vão assumindo novos papéis, ou tomando ações que indicam como estas modificações também influenciaram seu imaginário, podendo-se citar por exemplo “A Herança do Português” (1940), datado da mesma época que “Mulher Proibida”, mas no qual já é possível observar certas alterações no tocante ao gênero, como o caso de uma personagem que pede o amado em casamento em detrimento da iniciativa do homem, socialmente esperada nesta época. Em “O Senhor X” (1977), sua última narrativa literária produzida, estas questões tornam-se ainda mais aparentes, refletindo, deste modo, em sua escrita, de que modo o seu imaginário social era interpelado pelo contexto em que estava inserido.

No ambiente familiar, isto é, em casa, seguia-se a mesma lógica e os registros fotográficos também se relacionavam diretamente com a maternidade, com fotos que retratavam momentos como aniversários dos filhos ou simplesmente de Maria Jesus de Carvalho Baptista cuidando destes.

Desta maneira, a foto 23 registra três destes momentos, respectivamente: no início da vida conjugal e da condição de mãe, cuidando de seus primeiros filhos, Aracy e Ernesto; no aniversário do filho mais velho Ernesto em 1962; e em uma rara ocasião em que voltou a frequentar bailes de carnaval em 1997, ainda que matinal infantil, conforme relata em sua fala a filha mais nova.



Foto 23 – Registro de ocasiões da vida em maternidade de Maria Jesus de Carvalho Baptista; Foto 23A – Maria Jesus e seus filhos Aracy e Ernesto na casa do centro em Teresina em 1951; Foto 23B – No aniversário de Ernesto em 1962; Foto 23C – Carnaval no Jockey Club de Teresina em 1997.

Fonte: Acervo da família, 2023.

Assim, é pertinente como os sujeitos, ao serem interpelados pelos contextos sociais em que se encontram são marcados por continuidades e (des)

continuidades, alterando certas práticas à medida que o tempo passa e mantendo outras, singularizando suas experiências (ALBUQUERQUE JR., 2007).

No caso de João Gabriel Baptista e de sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista, foi possível perceber como o imaginário social de cada sujeito, bem como suas práticas, estiveram diretamente relacionados com os lugares sociais ocupados por ambos, sendo que no caso do primeiro é notório como sua trajetória e experiências elencaram olhares diferentes quanto a sua relação conjugal e a suas filhas, diferentemente de sua esposa, que conservou uma percepção mais próxima daquela que marcou sua formação social, principalmente em sua juventude.

Desta forma, é significativo que, ao pensarmos as trajetórias de vida diversas questões compõem suas experiências e, do mesmo modo que João Gabriel Baptista foi marcado pelas representações socialmente construídas sobre o amor no tempo em que viveu, este também vivenciou situações semelhantes quanto aos papéis de gênero elencados para homens e mulheres, cabendo indicar como os espaços que transitou e os lugares sociais que ocupou possibilitaram a modificação de seu imaginário social quanto a estes.

3.3 Entre o lazer e a boemia: contendas e (des) continuidades na trajetória de João Gabriel Baptista por meio do lazer

A produção de uma narrativa biográfica por parte de um historiador exige uma série de cuidados e, não apenas isto, mas também é motivo de discussão na historiografia acerca de como esta deve ser realizada. Concor damos, então, com os perigos e a necessidade de se evitar produzir uma narrativa que preze pela unidade ao invés da pluralidade, pela ideia de uma vida pautada na homogeneidade em detrimento a heterogeneidade ou mesmo uma narrativa focada na linearidade, esquivando-se de refletir sobre os conflitos, tensões e momentos de descontinuidade que marcam a experiência humana (ALBUQUERQUE JR., 2007).

Ao historiador, então, é preciso a capacidade de ler nas entrelinhas, pensar sobre o sujeito para além das continuidades e permanências que marcam sua experiência, construindo uma narrativa que ofereça uma desconstrução, focado no diferente, na pluralidade e no descontínuo e que escape a uma suposta legitimação de uma ilusão biográfica (AVELAR, 2012).

São estas questões que tornam a experiência humana significativa, isto é, a capacidade de produzir eventos singulares e erráticos, pautados tanto

numa experiência marcada por certa racionalidade e, ao mesmo tempo, pelas sensibilidades que compõem o ser humano. Assim, “[...] o que nos interessa é acompanhar os passos de uma trajetória singular que suscite inquietações, dúvidas e incertezas que também possam interessar a todos aqueles preocupados com os problemas e a relevância da pesquisa e escrita histórica [...]” (AVELAR, 2012, p. 77).

Deste modo, para a narrativa histórica, mais importante do que apresentar informações sobre certo sujeito, até então desconhecidas, em alguns casos, potencialmente problemáticas, ao pesquisador que trabalha com o gênero biográfico cabe pensar o seu sujeito enquanto pretexto para a compreensão de normas sociais, relações entre os diferentes grupos sociais, dentre as diferentes questões que marcam a experiência humana e sua interelação com a sociedade, discutindo assim sua historicidade (AVELAR, 2012). Assim, no caso de João Gabriel Baptista, até então viemos discutindo sobre este sujeito refletindo sobre as semelhanças, as continuidades, refletindo sobre como o indivíduo era interpelado pelo social e, de forma similar, também influenciava os espaços em que vivenciava, enfocando-se na diferença em como este se tornou ou foi legitimado enquanto um intelectual no contexto da segunda metade do século XX.

Outras questões, no entanto, fizeram parte de sua vida, assim como fazem parte da vida humana. As risadas, alegrias, tristezas, o medo, as amizades, o amor, o envelhecimento, as doenças, o lazer, as diferentes sensibilidades²¹ que construímos e vivenciamos, certamente influenciaram em sua vida, gerando incertezas, problemas e, muitas vezes, dúvidas.

Nos propomos, então, a tratar um pouco sobre o lazer do sujeito-tela desta pesquisa, tanto familiar como individual, suas transformações ao longo do tempo, principalmente considerando que não existimos sem um corpo (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2008), portanto, as implicações e limitações que o envelhecimento deste indivíduo, de seu corpo, significava para a realização de suas atividades de recreação, bem como as próprias

21. Pensar uma História das sensibilidades envolve a compreensão de que estas se referem a um outro modo de apreender ou significar o mundo ao nosso redor, um entendimento que se esquia de uma esfera mais racional e se conecta ao emocional, a modos de reagir diretamente aos momentos e experiências que vivemos antes mesmo que possamos racionalizar estes eventos. Deste modo, refletir sobre os sentimentos que dão sentido ao mundo e às nossas ações em diferentes temporalidades e espacialidades, compreender como estes estão relacionados com o contexto sócio-históricos, são desafios presentes ao pesquisador que se propõe a discutir sobre esta sensibilidade na narrativa histórica (PESAVENTO, 2007).

modificações sociais também implicavam alterações em seu lazer e de sua família.

Neste sentido, para refletir sobre estas questões os registros fotográficos realizados pela família, as lembranças dos filhos de João Gabriel Baptista, bem como as narrativas literárias produzidas por este último possibilitarão as discussões a serem feitas sobre estas sensibilidades e acerca de seu lazer junto à sua esposa e seus filhos.

Assim, um dos primeiros documentos de caráter fotográfico que tivemos acesso em um momento, aparentemente, de lazer por parte de João Gabriel Baptista e de sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista refere-se a, supostamente, a presença em uma festa ou baile realizado no Clube dos Diários, possivelmente, no decorrer dos anos 1950.

Diferentemente de outros registros sobre a participação do avô, pai, tios e tias de João Gabriel Baptista nos bailes e festas realizados em Teresina, normalmente divulgados na imprensa teresinense, não encontramos mais informações ou notas sobre este evento em particular que, possivelmente, se sucedeu durante a década de 1950.

No entanto, por meio da fonte iconográfica, algumas questões tornam-se possíveis de serem analisadas e refletidas ao se considerar o sujeito-tela desta pesquisa, sendo estas a manutenção da participação familiar em eventos, festas ou bailes realizados na capital e, notadamente, destinados à participação das elites locais, bem como a própria legitimação de uma masculinidade a partir dos modos, trajes e forma como João Gabriel Baptista se portava no contexto, além da importância da boemia para o indivíduo em momentos de recreação. A foto 24, então, traz o registro da ocasião no Clube dos Diários.

Desta forma, ao se pensar o ser humano, é preciso ponderar que é impossível considerar a sua existência sem levar em conta o plano material, isto é, a materialidade destes sujeitos e as transformações que promovem ao seu redor, bem como as interpelações que também recebem, por meio de seu corpo. O corpo faz parte da experiência humana, portanto, possui não apenas uma historicidade, mas também modos de se pensar, de se analisar, de sentir, de se refletir sobre a cultura e como esta, dentre outros elementos, influenciam este corpo.

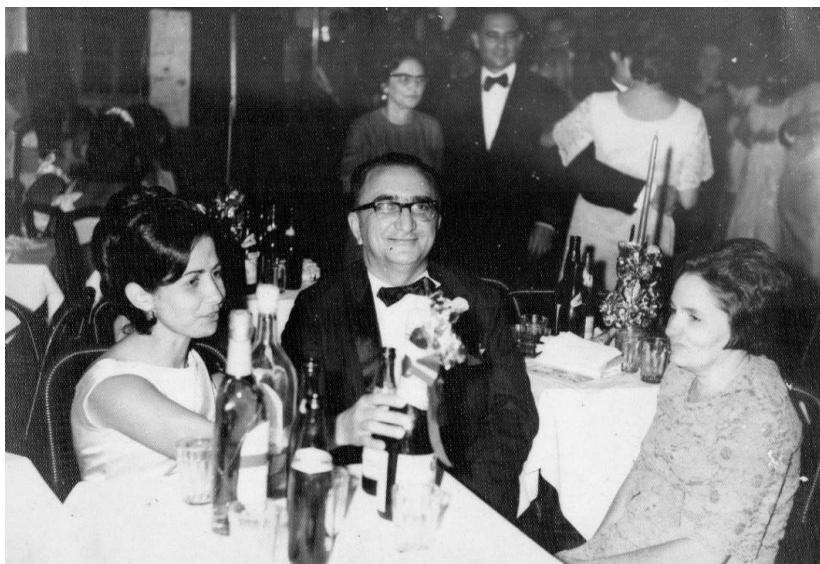


Foto 24 – João Gabriel Baptista e sua esposa em um evento social no Clube dos Diários nos anos 1950

No registro fotográfico é possível ver uma prima de João Gabriel Baptista sentado à esquerda, João Gabriel Baptista ao centro e sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista, à direita.

Fonte: Acervo da família, 2023.

Além disso, as representações construídas sobre o corpo, de acordo com o tempo e o espaço, possibilitam também ao historiador compreender e discutir como ordenamentos sociais influenciam diretamente na disciplina imposta a certos indivíduos e de que maneira estes a incorporam ou encontram mecanismos de fuga, por meio de táticas, para escapar a esta disciplina. O corpo, desta maneira, “[...] é ao mesmo tempo receptáculo e ator face a normas prontamente enterradas, interiorizadas, privatizadas [...]” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2008, p. 11).

No século XX no Brasil é notório como as representações quanto ao corpo masculino privilegiavam um ideário não apenas de corpo belo, mas também saudável, focando-se em ações que deveriam ser realizadas e outras evitadas para a manutenção da higiene destes corpos e para a manutenção de uma masculinidade viril. Estas representações eram difundidas na mídia impressa por meio da propaganda, especialmente em jornais e revistas, exemplificando-se com as propagandas de produtos de higiene, bem como através do discurso médico que priorizava a produção de um corpo

masculino saudável e viril, longe das mazelas da vida, como o alcoolismo, e que conseguiria prover a casa e a família, papel estabelecido socialmente ao homem na primeira metade do século XX (MATOS, 2011).

Neste sentido, uma das representações produzidas neste momento e que, certamente, influenciaram na forma como João Gabriel Baptista entendia enquanto o masculino durante esta época, isto é, com o ser homem, refere-se ao tratamento dado aos pelos faciais. Não é à toa, então, que nos registros fotográficos que se tem do indivíduo dos anos 1940 até os momentos finais de sua lucidez há uma preocupação muito presente em evitar a presença de pelos faciais.

O barbear-se e o cabelo bem arrumado tornam-se parte de uma representação socialmente construída, tanto se remetendo a uma questão de higiene social, dos cuidados que eram necessários para se evitar doenças, como as caspas ou a calvície, perceptíveis nas propagandas de medicamentos que circulavam na época, como também do que seria belo dentro dos parâmetros de uma sociedade heteronormativa, indicando que as mulheres se interessariam por homens bem arrumados e com a barba feita (MELLO; NOVAIS, 1998; MATOS, 2011).

Assim, essa preocupação com a aparência dos pelos faciais, além das questões relacionadas à higiene e a própria sedução entre homens e mulheres, na medida que se construíam estas representações sobre o masculino neste contexto, também denota uma forma de distinguir-se socialmente. Isto é, estar bem vestido, ter os cabelos bem arrumados e a barba feita, relacionavam-se também com o lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado pelos sujeitos. Desta maneira, “[...] destacava-se os cuidados com o corpo (particularmente barba e cabelo), assentados nos princípios de higiene, saúde e praticidade, vinculando-os às referências de distinção, elegância e sedução [...]” (MATOS, 2011, p. 142).

O modo como o sujeito portava-se, então, no caso João Gabriel Baptista, diferentemente de seu pai e avô, já assumia as novas representações socialmente construídas para o universo masculino, no tocante àquilo que estivesse de acordo com as normas sociais e os padrões aceitáveis para a masculinidade. Apresentar-se com o cabelo bem arrumado, penteado e com a barba feita estava diretamente relacionado com a associação existente no período da manutenção de um corpo jovem, saudável e viril, ausente de problemas como o alcoolismo, e que denotassem a participação e ação deste indivíduo tanto a um nível social como familiar (MATOS, 2011).

Não obstante isto, a presença de João Gabriel Baptista e sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista, em um evento social no Clube dos Diários denota como o sujeito em questão segue frequentando não apenas os espaços elitizados de Teresina, mas em momentos de realização de alguma festividade, de modo similar a sua família, pois, ainda que não saibamos exatamente qual o contexto da foto em questão, é possível essa inferência em função da localidade e das vestimentas de cada pessoa.

No caso das roupas vestidas, novamente estas, assim como muitos outros elementos presentes nestes eventos sociais, conforme dito previamente, tornam-se um modo de produzir uma distinção social à medida que indicam quem pode e quem não pode estar presente naquele momento. Neste sentido, se no caso das mulheres na primeira metade do século XX era comum a utilização da seda e de vestidos elegantes, aos homens era indicado o uso de terno e gravata²² (CARDOSO, 2010), vestuário comum de João Gabriel Baptista ao considerarmos os registros fotográficos do sujeito nesta época.

No entanto, à medida que o sujeito vai envelhecendo, que vai ganhando mais peso e perdendo uma forma mais atlética, abandona o terno e gravata, considerando-o não apenas incômodo em função de seu corpo que já não comportava o vestuário mais da mesma maneira, mas também o próprio clima de Teresina, quente e úmido, que dificultava a utilização de roupas mais quentes como o terno e gravata.

Deste modo, segue utilizando calça social e blusas sociais, mas estas últimas de manga curta, abandonando de vez o uso do paletó e da gravata, como se pode perceber em suas fotografias dos anos 1970²³ em diante, tanto

22. Em depoimento concedido a Cardoso (2010), Genu Moraes também rememora o uso do paletó e gravata em momentos de flerte e de namoro na Praça Pedro II em fins dos anos 1940, mesmo contexto em que João Gabriel Baptista e Maria de Jesus e Carvalho se tornaram noivos e depois casaram-se. Não obstante isto, o primeiro registro fotográfico do casal também denota a presença deste vestuário masculino no sujeito em questão, podendo-se inferir com essas representações em torno do masculino e do ser homem influenciaram não apenas seu imaginário, mas também o seu corpo, seja no modo de vestir-se ou de barbear-se ao longo de sua vida. Cabe indicar ainda que, nesta época, nem todos tinham condições financeiras de ter acesso a um terno, tratando-se, notadamente, de um vestuário mais acessível a camadas médias e altas da sociedade, especialmente as abastadas. Entretanto, é preciso inferir ainda que o terno se torna vestuário comum associado a um padrão de masculinidade burguesa a partir do século XIX, abandonando-se indumentárias mais excessivas geralmente associadas a uma aristocracia (NASCIMENTO; ROPELATTO, 2016).

23. Entre fins da primeira metade do século XX e segunda metade do mesmo século houve uma transformação significativa na sociedade brasileira, notadamente quanto ao seu padrão de consumo que passava a incorporar diversos novos elementos mediante uma modernização que influenciava diretamente diversos setores do país, especialmente as cidades. Produ-

em eventos familiares como em eventos sociais. Estas alterações, considerando o vestuário masculino, coadunam com a conjuntura de época, haja visto que “[...] o uso do terno e da gravata ficou muito mais restrito: restrito a certas ocasiões ou ambientes, ou restrito a pessoas obrigadas a esta roupa de representação [...] A camisa social, que era só branca, passou a exibir outras cores mais vivas [...]” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 570).

Neste sentido, uma das situações que melhor ilustram a questão e o impacto social do vestuário na vida do sujeito em tela refere-se a um momento no final dos anos 1980, contexto em que João Gabriel Baptista, já com seus quase 70 anos, é convocado pela Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI) para tratar sobre uma situação de delimitação de limites entre o Piauí e o recém-criado estado do Tocantins, haja visto que na época o professor era o maior especialista em litígios e também na geografia do Piauí, tornando seus conhecimentos e parecer relevantes para a resolução do problema.

Apesar da questão posta, um jornal local do período, segundo as lembranças de sua filha mais nova, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, na época já formada em Geografia pela UFPI, teceu críticas não ao parecer técnico de seu pai, mas ao modo como ele se encontrava vestido. A ausência de

tos de higiene e de alimentação industrializados, a indústria automobilística, novos modos de se vestir, de cuidar da própria higiene e alimentação, a massificação de eletrodomésticos, a difusão dos meios de comunicação, as formas de comercialização, foram alguns dos aspectos que se modificaram nesta época no país e que alteraram significativamente o dia a dia dos sujeitos. Certamente estes novos padrões de consumo não se estenderiam a todos, mas dependeriam das posições sociais e lugares sociais ocupados pelos indivíduos, especialmente pelo valor mercantil da profissão exercida pela pessoa, geralmente o pai da família, responsável pelo acesso da esposa e filhos a estes bens de consumo (MELLO; NOVAIS, 1998; DEL PRIORE, 2019). Trata-se, então, de um contexto de relativo “[...] impacto sobre as famílias de camadas médias urbanas: a valorização da família nuclear em detrimento da extensa e a diminuição dos laços entre vizinhos. O aumento dos meios de comunicação de massa e o aparecimento da televisão; o aumento da escolarização, sobretudo de mulheres que, progressivamente, tiveram acesso à universidade. A supervalorização do consumo, o movimento feminista, o trabalho extra-lar e as mudanças nos papéis tradicionais, onde, antes, o pai mandava e a mãe obedecia [...]” (DEL PRIORE, 2019, p. 309). No caso de João Gabriel Baptista, as lembranças de seus filhos permitem inferir como o sujeito garantiu acesso a estes bens de consumo, podendo-se citar a posse de carros, eletrodomésticos como a televisão no final dos anos 1960, entre outros, ainda que com certa dificuldade, tendo em vista a grande quantidade de filhos que o sujeito teve com a esposa e que, por vezes, o salário de funcionário público não era o suficiente para atender aos padrões de consumo estabelecidos para a classe média nesta época. Não obstante isto, é possível indicar também como estas modificações sociais, a exemplo das alterações nos papéis sociais e a ampliação do acesso feminino à educação, particularmente à universidade, também impactaram diretamente a relação que o sujeito mantinha com as mulheres com quem convivia na família, especialmente suas filhas, conforme discutido em outro segmento desta narrativa.

terno e gravata e uma simples blusa social de manga curta significaram para o jornal uma quebra de decoro e dos protocolos da ALEPI, não condizendo com o modo como os sujeitos que ali adentravam, isto é, que ocupavam aquele espaço, deveriam se portar.

Segundo sua filha, seu pai teria ficado furioso com a matéria, pois a preocupação não havia sido com seu parecer técnico na ALEPI e sim com seu vestuário e com a quebra de certo ordenamento social que o indivíduo não considerava relevante na ocasião. Não conseguimos encontrar em nossas pesquisas no Arquivo Público do Estado do Piauí a qual jornal e matéria Elisabeth Mary de Carvalho Baptista se referiu durante sua entrevista e que trazia a situação posta.

Quanto às novas tendências na moda a partir dos anos 1960²⁴, como o uso do jeans pelos jovens de classe média (CALANCA, 2008), é notável como João Gabriel Baptista não adere a essas modificações, permanecendo com o uso de roupas sociais, ainda que furtando-se ao uso do terno, utilizando-o apenas quando fosse estritamente obrigatório, até os momentos finais de sua lucidez, quando ainda podia escolher o seu vestuário, conforme podemos observar nos registros fotográficos que tivemos acesso.

Retomando a questão dos eventos sociais, sejam eles festas, bailes ou banquetes, enquanto espaços de lazer e recreação das famílias de elite burguesas teresinenses, já amplamente discutidos nesta narrativa, estas enquanto representações construídas socialmente e que compunham frequentemente as notas de jornais piauienses que preocupavam-se em registrar aqueles que estavam presentes, não apenas marcam o corpo de João Gabriel Baptista, no sentido de adequar-se ao ordenamento social para participar destes eventos, mas também seu imaginário.

Não à toa que em algumas de suas produções literárias desta época, ou seja, dos anos 1940, é comum a realização de bailes para a recreação e

24. Entre os anos 1950 e 1970 houve uma significativa mudança na moda masculina, influenciando principalmente o vestuário dos mais jovens. O terno, conforme indicado, passou a ser usado em ocasiões mais particulares ou por classes mais específicas, como advogados e políticos. Aderiu-se a camisas sociais mais diversas e, especialmente, a camisa esporte utilizada nas mais diversas conjunturas, assim como a bermuda e o shorts. É neste contexto que a calça jeans se populariza, ainda que já existisse nas décadas anteriores, colecionando opiniões mistas, ou seja, sendo criticada por certos setores, tendo em vista os significados existentes quanto ao uso da roupa e os grupos que, principalmente, a utilizavam até então, e bem recebida em outros, notadamente os jovens da classe média a partir do final dos anos 1950. Assim, em fins da década de 1950 “[...] o *jeans* já é usado por quase todos os jovens da classe média nas atividades ao ar livre, mas, até meados dos anos 1960, esse traje não é aceito totalmente, pois ainda é associado a grupos de má fama [...]” (CALANCA, 2008, p. 194).

momentos de lazer dos personagens, servindo também de momento para o surgimento de flertes e novos romances. É o caso de “Mulher Proibida”, de 1940, que tem como cena de abertura o oferecimento de um baile no hotel onde o personagem principal se hospedara e onde termina por conhecer a mulher por quem se apaixonaria.

A presença deste tipo de festividade na narrativa literária de João Gabriel Baptista relaciona-se, então, com o lugar social (CERTEAU, 1982) ocupado pelo autor e, neste sentido, a literatura torna-se fonte privilegiada para compreendermos, no caso em questão, de que modo o indivíduo pensava o seu presente e era interpelado pela conjuntura sócio-histórica na qual estava inserido (PESAVENTO, 2012). Portanto, ao que tudo indica, em sua percepção, participar nestes eventos sociais era um momento de lazer e recreação para este sujeito.

Outro destaque que cabe inferência e que se torna parte da experiência de vida do indivíduo em tela e no registro fotográfico trata-se da ingestão de bebidas alcólicas, haja visto a importância que a boemia assume ao longo da vida de João Gabriel Baptista no tocante a seus momentos de lazer e recreação, especialmente quando se encontrava fora de sua casa.

Neste sentido, ao se considerar a experiência boêmia é preciso levar em conta a dicotomia existente entre a relação estabelecida com a vida privada e a família com o espaço público e o ambiente destinado para o consumo de bebidas alcoólicas e construção de sociabilidades²⁵, no entendimento de que se o período matutino/vespertino deveria ser destinado para o trabalho e família, o período noturno tratava-se do momento de desenvolvimento da vida boêmia. Assim,

La bohemia ofrece en todos sus aspectos un contramodelo de la vida privada burguesa. Ante todo por su relación inversa con el tiempo y el espacio: vida

25. Compreendemos sociabilidades enquanto as relações que os indivíduos e grupos sociais produzem sem, no entanto, fomentar a criação de um sentimento de pertencimento entre um e outro. A ideia aqui é o estabelecimento de uma associação entre sujeitos e comunidades distintas no sentido de realizar atividades que não carregam nenhum sentimento compartilhado ou que não leva a produção de uma identidade em comum para os membros destes grupos. Assim, “[...] os indivíduos estabelecem relações, uma boa parte das quais não têm qualquer relação direta com os fins do grupo. Nesse sentido, pode-se falar de uma sociabilidade intra-grupos [...]” (BAECHLER, 1995, p. 77) entre funcionários de uma mesma fábrica ou de companheiros de cônjuges distintos ou, como no caso de João Gabriel Baptista, entre este sujeito e os homens que encontrava nos bares que frequentava e que, posteriormente, terminaram se beneficiando desta relação marcada pela boemia. Para outras perspectivas sobre o conceito de sociabilidade na narrativa histórica, ver Doré e Ribeiro (2019).

nocturna, sin horario —el bohemio no tiene reloj—, de intensa sociabilidad, cuya escena constituyen la ciudad, los salones, los cafés y los bulevares. Los bohemios “no pueden dar diez pasos en el bulevar sin encontrarse con un amigo” (PERROT, 1985, p.313-314)²⁶.

Em fins do século XIX e início do XX, os intelectuais e escritores comumente associados com a vida boêmia tratava-se justamente daqueles que não mantinham certo compromisso com um estilo de vida burguesa, acreditando na liberdade que a escrita literária e a vida do literato deveriam proporcionar, isto é, “[...] sem regras definidas, desvinculada de qualquer padronização. Um ideal não totalmente isento de sacrifício, dadas as difíceis condições de vida da época; mas, ainda assim, um ideal [...]” (SILVA, 2010, p. 82).

Estes intelectuais, então, muitas vezes transformavam o local noturno no qual consumiam bebidas, onde desenvolviam esta vida boêmia, em um espaço de produção e debates, em muitos casos gastando boa parte do que possuíam nas despesas da noite, pela possibilidade de liberdade e desinibição que a bebida significava (PERROT, 1985; VELASQUES, 1994; NASCIMENTO, 2015).

Deste modo, a presença destes sujeitos em espaços noturnos para a produção de sociabilidades e momentos de lazer, seja através do consumo de bebidas, acesso a prostíbulos ou participação em jogos, foi situação comum entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX no Brasil e também em Teresina. Ainda que estes homens soubessem dos riscos e problemas que o envolvimento com estes elementos poderia proporcionar à família e ao trabalho, tornou-se uma situação do cotidiano para muitos indivíduos pertencentes às elites teresinenses e às camadas médias (CASTELO BRANCO, 2008).

Assim, segundo Castelo Branco (2008), era nestes espaços que os homens tinham a possibilidade de se encontrar com outros em condição de igualdade, sem uma suposta formalidade ou etiqueta necessária em outros locais e que impunham uma disciplina quanto ao que podia ser dito ou feito pelos indivíduos.

26. A boemia oferece em todos os seus aspectos um contra-modelo da vida privada burguesa. Acima de tudo, devido à sua relação inversa com o tempo e espaço: vida noturna, sem horário — o boêmio não tem relógio—, de intensa sociabilidade, cujo cenário é a cidade, os salões, os cafés e as avenidas. Os boêmios “não podem dar dez passos na alameda sem encontrar um amigo” (Tradução nossa).

A partir destas sociabilidades, poderiam dialogar, conhecer novas experiências e garantir a legitimidade de sua própria masculinidade à medida que tratavam sobre mulheres, a arte da sedução e conquista ou mesmo sobre ações que teriam tomado na vida profissional e que lhe teriam garantido alguma vantagem, apresentando-se enquanto alguém inteligente, um homem viril e, portanto, macho, de modo a se colocarem enquanto superiores aos demais (CASTELO BRANCO, 2008).

Era também um espaço lúdico que permitiria a produção de amizades ou pelo menos um convívio agradável entre homens, permitindo que fossem contadas piadas com teor inadequado para outros ambientes e até mesmo a realização de discursos polêmicos. Deste modo,

[...] esses espaços de sociabilidade masculina estavam diretamente contra a moral familiar moderna, uma vez que os modelos apontavam para um homem contido, voltado ao trabalho produtivo, às relações familiares, às responsabilidades como pai e marido. O envolvimento com o álcool, com o jogo e com as prostitutas era o inverso do que se esperava dos homens modernos [...] (CASTELO BRANCO, 2008, p. 146).

Por se tratar de um espaço masculino de produção de sociabilidades²⁷, é mister indicar que não tomamos a foto 23 enquanto um exemplo desta boemia de João Gabriel Baptista, mas, sim, as lembranças de suas filhas, que rememoram as diversas vezes que seu pai chegara embriagado em casa vindo de um bar e os incômodos e desconforto que isso provocava em sua esposa, Maria Jesus de Carvalho Baptista. Sobre esta questão, então, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista rememora alguns momentos da vida de seu pai e os prazeres que tinha em relação à bebida, indicando o seguinte:

Ele gostava muito de beber, né, e isso talvez fosse um dos defeitos que ele tinha, e quando ele tava... Vamos dizer assim, “fora do normal”, né, por influência da bebida, aí que ele se tornava mais amoroso ainda. Né? Chegava mais carinhoso, e isso com a gente também, pelo menos comigo. Né? Ele comentava assim, ele ficava mais amoroso. Quando ele tava muito, muito mesmo ruim, ele só ia

27. Cabe destacar ainda que a inserção em uma vida boemia e, consequentemente, em espaços noturnos destinados a esta, não eram exclusividade das elites e camadas médias, incorporando-se também nas práticas de outros grupos sociais, bem como também locais de contendas, discussões, muitas vezes terminando em casos de polícia, portanto os registros policiais também se tornam fonte privilegiada para o estudo da vida boêmia no século XX, especialmente de grupos menos abastados (CARVALHO, 2014).

dormir, tá? Nunca incomodou, nunca se alterou por conta disso, nunca vi meu pai levantar a voz, levantar a mão porque tava embriagado, nunca. Tá? Então, assim, ele chegava em casa, se não tava em condição de conversar, ele ia dormir

[...]

O meu pai, como eu disse pra você, meu pai tinha um problema muito sério com bebida, e até com jogo

[...]

Mas a principal diversão dele mesmo, além da saída dele, da bebida e da conversa com os amigos, ele ia muito pra ADUFPI, né, muito mesmo. Tá? (BAPTISTA, 2021).

Uma de suas irmãs mais velhas, Maria do Socorro Baptista Barbosa, ainda que tenha convivido menos tempo com o pai e com a mãe, também relata algo similar, relembando o seguinte:

Eu vou ser bem honesta com você. Eu não me lembro uma única vez de papai ter levantado a voz pra minha mãe. Mamãe brigava. Mamãe reclamava de falta de dinheiro quando a situação tava mais apertada. Reclamava se ele chegava bêbado. Reclamava... Sei lá, por muitas razões. Mamãe reclamava muito mais, eu não tô falando mal dela, mas ela reclamava mais. Eu não lembro.

[...]

Olha, ele gostava sempre de... ele gostava muito de tomar a cerveja dele no final de semana. Ele não era alcoólatra, aquele tipo de pessoa que todos os dias bebe, chega em casa, faz bagunça, bate na mulher, que cria confusão, não. Mas final de semana papai gostava muito da cerveja dele, tá. E ela reclamava porque ela dizia que ele chegava em casa e ia dormir e ela que tinha que dar conta de tudo dentro de casa, né, que pra ele a vida era muito fácil. Ela gostava de dizer isso, mas não no sentido, assim, porque a gente ouve muito falar de homens bêbados que chegam em casa, que brigam, que quebram coisas, que batem. Não era meu pai. Meu pai chegava em casa, podia tá bebado como tivesse, ele chegava normalmente muito alegre quando ele tava bêbado, cumprimentando todo mundo, falando com todo mundo se tivesse em casa, se tivesse só a mulher dele, ele ficava fazendo graça com ela, ela não gostava e aí ele ia deitar, entendeu. E aí depois que ele dormia, pronto, desmaiava, só acordava no outro dia e nem sempre de ressaca, às vezes de ressaca, mas normalmente acordava tranquilo. A briga dela... Ela, ela não gostava porque ela não gostava mesmo da

bebida. Ela tinha medo, né, ela sempre teve medo. Ela dizia que tinha medo de homens bêbados. Embora ela dizia: “Embora o seu pai nunca tinha feito nada comigo.” De fato, não. Ele chegava, ia dormir, mas ela não gostava porque ela não gostava da bebida, né. Mamãe nunca bebeu e tinha medo e não era sem razão que ela tinha esse medo não, né. A história mostra, né. A quantidade de homens que chegam bêbado em casa e que batem na mulher e coisas assim, né. Mas ele nunca foi assim, ela só não gostava e ele também não era alcoólatra, era só final de semana e já no final da vida dele nem mais isso, né porque ele não podia mais sair (BARBOSA, 2019).

O receio e medo do marido bêbado, conforme relatado por uma das filhas de Maria Jesus de Carvalho Baptista, como esta indica, não era injustificado. Tratava-se de situação comum na primeira metade do século XX, momento em que sua mãe nasceu, viveu sua adolescência até o início da vida adulta e casou com João Gabriel Baptista, a associação entre alcoolismo e violência doméstica.

Isto é, era um cenário cotidiano em diversas famílias o homem alcoólatra que, independentemente do motivo, ao chegar em casa cometia violência doméstica, fosse contra os filhos ou a esposa. Não à toa, tanto o alcoolismo como a violência doméstica tornaram-se preocupação por parte do Estado, especialmente a partir dos anos 1930, considerando os problemas que provocavam nas famílias e no bem-estar dos trabalhadores, essenciais para a construção da nação (DEL PRIORE, 2017).

Ainda que João Gabriel Baptista nunca tenha sido diagnosticado enquanto um alcoólatra, é interessante destacar que no período em que viveu o início de sua vida adulta, juntamente a sua esposa, as representações construídas em torno do alcoolismo denotavam, principalmente, os problemas decorrentes desta situação, especialmente nos homens (MATOS, 2011).

Assim, a preocupação que Maria Jesus de Carvalho Baptista apresentava perante os filhos, caso não estivesse se referindo a uma experiência pessoal, muito possivelmente dialogava com as representações construídas nesta primeira metade do século XX acerca dos problemas decorrentes da prática de consumir álcool, como as alterações na personalidade e as violências que poderiam decorrer a partir destas modificações.

Não apenas estas alterações, mas discursos sobre os efeitos do álcool no corpo masculino, como a redução da inteligência e da capacidade racional, a perda de um suposto interesse pela família e as responsabilidades que detinha com esta e também com a sociedade, bem como a possibilidade

de adentrar em um mundo da criminalidade ou influenciar os filhos em adquirir o mesmo vício tratavam-se de outras representações sociais comumente associadas ao consumo do álcool e, principalmente, àqueles que tornavam-se alcoólatras (MATOS, 2011).

À medida, no entanto, que João Gabriel Baptista vai envelhecendo, são perceptíveis os problemas que esta vida boêmia, ainda que associada ao lazer, provoca em sua vida e, especialmente na de sua família, o que termina por confirmar os temores que sua esposa apresentava para as filhas.

É assim que em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, já idoso, o sujeito em questão convoca os filhos para alertá-los que não possuía mais recursos para manter o padrão de vida que levavam, haja visto que todo o seu salário havia sido gasto pagando dívidas e o cheque especial, e ainda assim não teria sido o bastante. Em suas lembranças, sua filha mais nova, que viveu com o pai até sua morte, rememora como João Gabriel Baptista nesta época chegou até mesmo a pedir dinheiro emprestado a um agiota para que conseguisse não apenas sustentar a família, mas os próprios momentos de lazer, incluindo-se as idas aos bares.

Destaca-se esta questão da vida boêmia em função dos auxílios e presentes dados a amigos conhecidos por meio da ida a bares, inclusive em momentos de dificuldade financeira, como este de fins dos anos 1980 e início dos anos 1990. Segundo sua filha mais nova, seu pai não apenas costumava pagar as contas dos amigos do que fazia no bar, mas chegou inclusive a presentear um deles com um carro, ignorando que as finanças familiares já estavam com problemas.

Outros exemplos rememorados por Elisabeth Mary de Carvalho Baptista sobre esta época até o seu irmão, Fernando Luís de Carvalho Baptista, assumir o controle do salário que seu pai recebia e colocar as contas em dia, refere-se ao quase corte de energia da casa da família localizada na zona leste de Teresina em função do não pagamento à Centrais Elétrica do Piauí S/A (CEPISA)²⁸ na época (hoje Equatorial).

28. A criação da CEPISA, assim como outras empresas voltadas para a infraestrutura, entre os 1950 e 1970, fizeram parte de uma estratégia do Estado para modernizar o país e garantir um dito “progresso”, especialmente nas zonas urbanas. Deste modo, diversas modificações foram realizadas em vários setores, a exemplo do de serviços, com a criação no Piauí de uma empresa destinada a tratar da energia elétrica (CEPISA), tratamento e esgotamento sanitário, telecomunicações, serviços bancários e agroindustriais, que deveriam possibilitar não apenas o progresso econômico estatal, mas que este estivesse em consonância com um projeto nacional de desenvolvimento do país, especialmente das cidades (NASCIMENTO, 2007; FONTINELES, 2009).

Segundo as lembranças da filha mais nova de João Gabriel Baptista, ela encontrava-se no trabalho quando lhe telefonaram alertando que a CEPISA estaria na casa para cortar a energia, haja visto que as contas não estariam sendo pagas. Imediatamente ela retornou para a casa dos pais, solicitou ao funcionário que não cortasse e que pagaria imediatamente o boleto, o que o fez tirando de seu próprio salário, evitando o corte sumário de energia.

A professora rememora ainda que sua mãe chegou a pedir dinheiro emprestado a seu irmão, Orlando Geraldo Rego de Carvalho, o literato O. G. Rego de Carvalho, para que pudesse quitar dívidas que seu marido estivesse devendo. Para os filhos, o momento mais crítico da aquisição de dívidas de seu pai foi o momento em que quase tiveram a própria casa penhorada pelo Estado, em função do não pagamento do Imposto de Renda por parte de João Gabriel Baptista, evitado pelo sujeito, pois costumava dizer que o Ministério da Educação também lhe devia dinheiro, portanto, não iria entregar dinheiro ao governo enquanto não lhe fosse pago o que era devido.

De modo geral, tratou-se de um momento delicado²⁹ já no início de sua vida enquanto idoso, um contexto em que perdeu o controle de suas finanças, afundou-se em dívidas e, em partes, a bebida, assim como os jogos, o prazer de estar nestes espaços de boemia e produção de masculinidades, contribuiu para o aprofundamento desta situação até que seus filhos assumissem o controle de seu salário e das contas da casa.

Deste modo, os problemas causados pela bebida levaram a uma intervenção direta dos filhos, controlando não apenas suas finanças, mas também os momentos que poderia ir ao bar. Perto do fim de sua vida, antes do seu adoecimento, já eram seus filhos que o levavam e deixavam no bar de sua preferência, localizado na praça do Liceu. No entanto, já não se oferecia mais para pagar a conta dos amigos ou mesmo exagerava no que bebia, chegando bêbado em casa³⁰, tendo em vista que seu tempo e a quantidade

29. Pode-se citar ainda outros exemplos de problemas que as dívidas terminaram produzindo e impactando no cotidiano da família até a intervenção direta dos filhos. É o caso do dia em que o Armazém Paraíba, uma loja de departamentos pertencente ao Grupo Claudino originária do Maranhão, enviou um caminhão para recolher uma televisão pertencente a João Gabriel Baptista, haja visto que o carnê da loja não estaria sendo pago. Era comum na época o recolhimento de produtos por parte da loja em caso de pessoas que estivessem inadimplentes. Para evitar o constrangimento da situação posta, Maria Jesus de Carvalho Baptista, tendo o contato dono da empresa e conhecendo a relação de amizade dele com seu marido, ligou diretamente para João Claudino Fernandes, que à época impediu que a televisão fosse tomada de volta e garantiu à família de João Gabriel Baptista que isso não tornaria a acontecer.

30. O filho de Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, nascido em 1991, único neto que viveu com João Gabriel Baptista e Maria Jesus de Carvalho Baptista até a morte de ambos, chegou

de bebidas também eram manejados pelos filhos.

Com o envelhecimento de seu corpo e o desenvolvimento do Alzheimer no decorrer dos anos 2000, João Gabriel Baptista deixa de frequentar o bar e abandona também o hábito de consumir bebidas alcóolicas, haja visto que a enfermidade limita sensivelmente sua mobilidade e independência.

Ainda que a boemia tenha sido uma das formas que João Gabriel Baptista encontrou para apreciar o seu lazer e também se divertir, certamente este não foi o único, bem como tratava-se de um momento mais individual, no qual a família era excluída em detrimento de uma produção do sujeito sobre si e das próprias masculinidades (MATOS, 2011).

Deste modo, cabe indicar ainda outras circunstâncias que marcaram sua experiência de vida, seu imaginário e que fizeram parte dos modos que o indivíduo vivenciava o lazer não apenas sozinho, mas também com sua família, com sua esposa e seus filhos. Assim, pode-se citar a ida à praia para a realização dos banhos de mar com caráter recreativo, situações que se descortinaram não somente durante sua juventude, mas estiveram presentes em sua vida até uma idade avançada, conforme perceberemos por meio de sua literatura e dos registros fotográficos da família.

Não é por acaso, então, que já nos anos 1940 a menção a ida à praia, seja para tomar um banho de sol ou um banho de mar torna-se parte de suas narrativas literárias, sendo tema comum em algumas delas e, em alguns casos, como em “Mulher Proibida” (1940), ocorrendo vários momentos que os personagens desfrutam da praia enquanto um momento de lazer, conforme percebido a seguir:

Passaram-se os dias.

Estava sentado com a minha doente, já completamente curada, junto a janela da sala de refeições. Olhávamos para a magnífica praia.

– Eu agoro do que preciso: banho de mar.

[...]

– Criança! Vá. Suba e vista o seu “maiô”. Vamos brincar na praia e olhe lá, nunca mais me diga que seu pai não tem razão. Olhe aqui: um segredo. Conheço um rapaz que a adora.

a presenciar um dos últimos momentos em que o avô, já idoso, chegara bêbado em sua casa, pouco tempo antes dos filhos passarem a controlar os seus momentos de lazer e bebida fora de casa. Em suas lembranças é marcante a imagem do avô caído no sofá da sala, incapaz de pronunciar uma sentença completa, pois encontrava-se completamente embriagado.

[...]

Virei o rosto para o mar, enquanto ela sentava-se ao meu lado, e debruçava-se sobre a murada.

– Veja que maravilhosa praia! Não gosta de banhos de mar, doutor?

– Fazem-me mal aonde.

– Não diga?! Eu dirijo-me para lá

[...]

Refreei o meu desejo de corresponder-lhe. Seu filho entrava na ocasião e correu para os seus braços.

Ela tomou-o no colo.

– Então já tomou banho de mar.

– Não, papai não quis levar-me para a praia, mas mamãe leva-me não é verdade?

[...]

– Alô, doutor, vim convidá-lo a ir à praia comigo.

Efetivamente ela estava em traje de banho.

Eu sorri.

[...]

– Pois não, Diana. Como se foi de praia?

Ela sorriu.

– Não gostei. Você não quis ir.

[...]

– Já está na praia doutor.

Chegamos lá em 15 minutos.

Enquanto as três dirigiam-se para o mar eu deitei-me na areia.

[...]

Lucia voltava a preocupar-me, mas abstive-me de falar. Debruçado no para-peito, ficávamos contemplando as ondas lá da praia. De vez em quando Lucia olhava-me e sorria como confiante de sua beleza (BAPTISTA, 1940).

A partir dos trechos recortados, é possível observar a interação de vários personagens criados por João Gabriel Baptista com o mar e com

a praia, de secundários a principais, sempre estabelecendo uma relação positiva com o espaço, seja a partir de seu consumo (LEFEBVRE, 1991) por meio dos banhos de sol ou mar, ou por meio da admiração de sua paisagem³¹.

Ainda em momentos que há algum tipo de conotação negativa esta não ocorria em função da praia ou mar em si, mas relacionado de algum modo ao contexto da própria narrativa, em função da ausência de algum personagem ou presença de outro que desagradaria os indivíduos presentes na cena.

O mar e a praia, neste sentido, aparecem em sua narrativa literária³², em seu imaginário desta forma, enquanto um espaço a ser consumido, tanto de modo recreativo, como também para o estabelecimento de romances. No entanto, nosso foco aqui se relaciona com a associação deste espaço a um momento de lazer, como isto está diretamente vinculado a um contexto de época e de que modo esta percepção tem continuidade ao longo da vida do sujeito, influenciando em seu lazer, mas também no de sua família.

O modo como a praia e o mar aparecem em seu imaginário fazem par-

31. É preciso destacar que o momento de escrita deste texto refere-se ao ano de 1940, período em que o autor encontrava-se vivendo no Rio de Janeiro, conforme indicado previamente. Desta forma, quanto a ida à praia por parte dos cariocas, em função do lazer, além do uso de trajes de banho, especialmente o maiô feminino, tratava-se de situação já comum no Rio de Janeiro da década de 1940, haja visto que já “[...] em meados da década de vinte, ‘ir à praia’ já tinha se tornado uma atividade que poderia durar muitas horas. Isso acarretou uma mudança de logística em relação à década anterior, sendo para tanto criados novos equipamentos, novas roupas e providências. O hábito da praia fez com que o guarda-roupa feminino – e, em menor escala, também o masculino – aumentasse e se diversificasse” (CAMARGO, 2016, p. 179). É perceptível, então, como o Rio de Janeiro no início do século XX também vivencia estas modificações quanto ao consumo do espaço da praia, alterando-se o uso dos banhos com fins terapêuticos para momentos de lazer, além de transformações na moda e na própria relação estabelecida com o corpo por parte dos cariocas (CAMARGO, 2016). A narrativa literária de João Gabriel Baptista, desta forma, produzida em um contexto no qual já se torna comum e massificado o consumo da praia para o lazer, relaciona-se diretamente com o momento em que vivia e com as representações construídas sobre a praia em décadas anteriores no Rio de Janeiro.

32. Ao considerarmos a Literatura enquanto fonte, esta possibilita ao historiador refletir sobre as representações construídas acerca de dado tempo e como estas dialogam diretamente com o contexto social em que o autor se encontra inserido. Ela possibilita compreender as formas de pensar uma época, como as pessoas se percebiam e também os pensamentos que permeavam e influenciaram em suas trajetórias. Permite ainda refletir sobre os desejos, sonhos, valores, medos, as sensibilidades à medida que ela é construída por meio de referenciais de um real, tornando-se uma representação deste último, bem como um documento para se pensar o imaginário social. À História, assim, cabe a elaboração de questionamentos, indagações, elementos para os quais, por meio da Literatura, é possível encontrar respostas, evitando-se cair em uma celeuma acerca do estabelecimento de regimes de verdade entre a História e a Literatura, mas sim como esta última pode servir à narrativa do historiador (PESAVENTO, 2012).

te, então, de uma conjuntura de época, isto é, das práticas adotadas pelas famílias de elite no decorrer do século XIX e XX quanto ao consumo do espaço da praia, seja para fins terapêuticos e, posteriormente, para o lazer (CALANCA, 2008), tendo a família de João Gabriel Baptista, conforme indicado previamente, estando inserida nesta conjuntura no Piauí.

Desta forma, ainda que não tenhamos acesso a outros registros de João Gabriel Baptista desfrutando o espaço da praia para o seu lazer durante sua juventude, a exemplo de recortes de jornais ou fotografias, por meio de sua literatura, do contexto em que viveu e das práticas realizadas por sua família, podemos afirmar que o indivíduo em questão não apenas percebia a praia enquanto um momento de ócio e recreação, como, provavelmente frequentava este espaço com o objetivo de se divertir, assim como outras pessoas que viveram a década de 1940.

Ao longo dos anos é notório que este olhar sobre a praia e o mar permanece em seu imaginário, constituindo-se um imaginário da praia enquanto um espaço não apenas de lazer, mas de recreação para si e para sua família, em detrimento do bar, que se tratava de um espaço de produção de si e também de masculinidades, no qual se excluía a presença da família.

Deste modo, a foto 25 permite observarmos João Gabriel Baptista, já com seus 60 anos, desfrutando do banho de mar e rio no litoral piauiense durante a década de 1980 com a sua família, notadamente na Lagoa do Portinho entre os municípios de Luís Correia e Parnaíba e na praia do Coqueiro em Luís Correia³³.

Durante muitos anos, entre a década de 1960 e 1970, João Gabriel Baptista alugava uma casa na praia do Coqueiro para que a família pudesse passar o período de férias, especialmente no mês de julho. Na ocasião não existia acesso de estrada até a localidade, haja visto que a rodovia BR-343 se encerrava no sentido Teresina-Luís Correia no que hoje se configura na rotatória em frente à prefeitura municipal deste município. Para acessar a praia de Coqueiro, então, a aproximadamente 3,5 km de distância, a família utilizava-se de um jipe e por meio da faixa praial direcionava-se à casa localizada à beira-mar no cume de um pequeno morro de areia frente à praia do Coqueiro, como demonstra a foto 26.

33. No acervo familiar existem registros fotográficos do sujeito em questão também realizando a prática do banho de mar com a família na praia de Ipem em São Luís (MA), denotando que não era apenas no Piauí que o indivíduo consumia o espaço da praia para lazer, mas em outros estados também.



Foto 25 – João Gabriel Baptista em momentos de lazer com a família

Foto 25A – João Gabriel Baptista e sua família na Lagoa do Portinho em Parnaíba;

Foto 25B – João Gabriel Baptista na praia do Coqueiro em Luís Correia (PI).

Fonte: Acervo da família, 2023.



Foto 26 – Casa na praia do Coqueiro (Luís Correia) utilizada para veraneio de João Gabriel Baptista e sua família entre as décadas de 1960 e 1970

Fonte: Acervo da família, 2023.

A presença do sujeito e de sua família consumindo e aproveitando estes espaços para o lazer, conforme indicado previamente, não se trata de algo incomum, mas parte de um processo que se intensifica durante o período

novecentista. Desta maneira, o século XX é o momento no mundo, especialmente ocidental, que o turismo se massifica, afetando, principalmente, paisagens antes ignoradas pela humanidade por seu potencial de consumo para o lazer, a exemplo das praias.

Se até o início deste período a possibilidade de viajar para outros locais com o objetivo da recreação tratava-se de privilégios de uma pequena elite, notadamente burguesa ou aristocrática, este cenário modifica-se sensivelmente com o decorrer das décadas.

Deste modo, a modificação dos transportes que torna a mobilidade mais veloz e aproxima as localidades, permitindo acesso a espaços antes inacessíveis, o próprio imaginário social em torno do lazer, bem como a ampliação dos direitos sociais, que permite a outros setores sociais a possibilidade de gozar férias e, assim, vivenciar a experiência do lazer em outros espaços, além das novas teorias médicas e perspectivas sobre o corpo, compõem este cenário de transformações em torno do lazer e do consumo do espaço da praia. Assim,

[...] a difusão de massa das férias na praia [...] consolida-se não só com base nas novas teorias médicas, como a helioterapia, e nas possibilidades oferecidas pela tecnologia dos meios de transportes, mas também graças a uma transformação decisiva para o imaginário coletivo, isto é, a mudança da importância atribuída à cor da pele, e portanto, ao bronzamento, principalmente, a partir dos anos 1930 [...]. A partir de então, expor o próprio corpo ao sol torna-se um traço distintivo de uma condição social privilegiada, ou seja, a possibilidade econômica de 'ir veranejar', de passar longas horas de ócio na praia, entretendo relações sociais e praticando esporte [...] uma verdadeira revolução nos costumes [...] (CALANCA, 2008, p. 179).

No caso do Piauí, se até o início do século XX as praias mais visitadas, ainda que com certas distinções sociais, tratava-se de Pedra do Sal em Parnaíba, frequentada por pessoas de camadas mais populares, e Atalaia em Amarração, consumida por indivíduos relacionados com as elites, à medida que o tempo vai passando outras praias em Amarração (atual municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia) perdem a sua monotonia e ausência da vida humana à medida que começam a ser frequentadas com o objetivo do lazer e turismo, podendo-se citar o caso da praia de Coqueiro e da própria Lagoa do Portinho.

Tendo isso em vista, nos anos 1970, as praias de Pedra do Sal, Atalaia e

Coqueiro, passam a ser percebidas pelo governo do estado enquanto aquelas que melhor possibilitariam o desenvolvimento turístico do estado no litoral, recebendo investimentos diretos com o melhoramento de vias de acesso ou criação destas, a exemplo da estrada de rodagem para Pedra do Sal (OLIVEIRA, 2017).

Neste sentido, não apenas a presença de João Gabriel Baptista e sua família nestes espaços nos anos 1960, 1970 e 1980 se relaciona com os novos modos de se perceber o espaço da praia que se massificam a partir do decorrer do século XX, influenciando sensivelmente seu imaginário, mas também com as novas maneiras de perceber o próprio corpo, interferindo diretamente também em como se portar e se vestir para consumir estes espaços (CALANCA, 2008; CAMARGO, 2016; OLIVEIRA, 2017).

Deste modo, espaços para promoção do lazer, motivos para celebrações, festejos e construção de sociabilidades fazem parte da vida humana e de sua sensibilidade. Ao historiador, cabe discutir como estes elementos se tornam parte das trajetórias humanas e, na narrativa biográfica, de que modo se transformam em um pretexto para se analisar o contexto histórico no qual indivíduo se encontra e de que modo suas ações são marcadas por (des) continuidades ou contendas em seu lugar social.

No caso de João Gabriel Baptista, foi perceptível, a partir de fotografias, memórias e da literatura, como o sujeito percebeu o seu lazer³⁴ de diferentes formas, como este se tornou uma situação delicada e, talvez, problemática para o indivíduo e sua família, bem como, à medida que envelhecia, de que

34. Outros modos de lazer também se fizeram presentes ao longo de sua vida, alguns apropriados pelo sujeito e outros, ainda que consumidos pelos indivíduos pertencentes à sua classe social, ignorados ou não recebiam o mesmo prestígio por parte de João Gabriel Baptista, o primeiro sendo o futebol e o segundo o cinema. Em publicação na edição de 21 de abril de 2010, após a morte do indivíduo, tem-se o seguinte: “A amizade persistiu fora dos muros universitários, também nos meios esportivos. Até que o óbito mostrou como devemos preservar o nome do professor João Gabriel Baptista, já que entre o pupilo e o mestre, as recordações pertencem a perfeição do tempo de acesso ao respeito e admiração. O fervor pelo futebol começou cedo para João Gabriel Baptista. Menino ainda, na fundação do Botafogo Esporte Clube (já extinto, fundado a 30 de março de 1932) e nos primeiros instantes de instituído o River Atlético Clube (data de fundação: primeiro de março de 1946). Vigamestra sustentando o desenvolvimento do futebol piauiense [...]” (SAID, 2010, p. 2). No breve panegírico que Carlos Said, jornalista, professor aposentado pela UFPI e ex-futebolista, escreveu no jornal “MEIO NORTE” há o registro da paixão compartilhada por este e por João Gabriel Baptista, considerado amigo próximo pelo primeiro, pelo futebol. Além disso, cabe destacar ainda a participação ou atuação de João Gabriel Baptista no desenvolvimento do futebol piauiense, haja visto que, além de ter o esporte enquanto prática de lazer, seja enquanto jogador ou expectador, foi também presidente do Botafogo e sócio fundador do River Atlético Clube, segundo lembranças de sua filha mais nova.

maneira esta recreação se transformou, com certas atividades sendo impossibilitadas por suas novas limitações físicas (envelhecimento do corpo) e mentais (mal de Alzheimer), ao ponto que, no fim de sua vida, pouco antes do diagnóstico do Alzheimer, sua principal atividade de lazer limitou-se à leitura, realizada em seu pequeno escritório na casa na zona leste de Teresina onde viveu seus últimos dias.

3.4 João Gabriel Baptista e as identidades construídas sobre si

“Eu lembro dele como professor”
(BARBOSA, 2019)

Em 1978, João Gabriel Baptista, conforme indicado em capítulos anteriores, alguns anos após a publicação de *Geografia Física do Piauí* (1975), tornou-se membro da Academia Piauiense de Letras (APL). Sobre a ocasião de sua entrada na referida casa, em entrevista concedida em 1989 ao jornal *O DIA*, disse o seguinte: “Esse foi um dos maiores momentos de minha vida. Era um fato a entrada de um pesquisador na APL, ocupando a cadeira de um literato, como ocorreu com outros dois: Luís Mendes Ribeiro Gonçalves e Petrarca Rocha Sá, ambos engenheiros civis, [...]” (BAPTISTA, 1989, p. 1). Dessa forma, João Gabriel Baptista comentava sobre a relevância e importância, tanto pessoal como também acadêmica e social, acerca de seu ingresso na APL em 1978.

Sua entrada, no entanto, assim como a de outros dois acadêmicos citados por João Gabriel Baptista, como o próprio destaca, ocorreu não em função de suas publicações ou contribuições no campo da Literatura, mas sim em reconhecimento pelos acadêmicos da APL de sua atuação enquanto um pesquisador na área de Geografia, ocupando, então, a cadeira de um literato.

Desta forma, a APL, surgida no ano de 1917 (MOURA, I., 2013), através da vontade dos intelectuais piauienses da época de integrarem-se ao movimento cultural que ocorria em outros estados brasileiros, bem como divulgarem a produção literária local, além de dialogarem sobre as manifestações culturais feitas pelos letrados brasileiros (MOURA, F., 2013), na segunda metade do século XX deixava de incluir entre seus sócios apenas literatos, dando reconhecimento também a pesquisadores que contribuíssem com outros aspectos para o estado piauiense.

Neste sentido, questiona-se: o que faz de alguém um Literato? O sim-

ples ato de escrever? A necessidade de compartilhar com outros seus sentimentos, medos, angústias, sonhos e esperanças através das narrativas literárias? Ou seria o reconhecimento social dado ao sujeito através dos pares? O “ser” literato, ou seja, a construção desta Identidade, trata-se de um processo interno ou externo ao sujeito? E, no caso específico de João Gabriel Baptista, por que este não se identificava enquanto um Literato, mas sim como um Professor/Pesquisador?

Assim, neste tópico discutiu-se o processo de construção das Identidades de Professor/Pesquisador por João Gabriel Baptista em detrimento de uma Identidade enquanto Literato. Buscou-se refletir, então, sobre as relações existentes entre Identidade e Diferença, analisando a construção das Identidades de Professor/Pesquisador de João Gabriel Baptista, tendo em vista a relevância que o ingresso na APL em 1978 teve neste processo e, por fim, apontar as possibilidades do porquê o sujeito desta pesquisa jamais se identificou enquanto um Literato, tratando, assim, de um dentre os aspectos possíveis e que compõem a trajetória de vida e a biografia de um indivíduo. Deste modo, ao longo desta pesquisa, abordamos diversas facetas da biografia de João Gabriel Baptista, questionando-nos, a todo momento: como escrever sobre este indivíduo? Devemos indicar “quem ele foi”? O que “ele fez”? A vida, conforme já ressaltado, é muito mais complexa do que apenas a profissão que exercemos ou as coisas que realizamos, embora constantemente sejamos reduzidos a isso ao se narrar a trajetória de indivíduos ou sua biografia³⁵.

João Gabriel Baptista, acima de tudo, foi um homem, irmão, filho, esposo, pai de sete irmãos, amigo de muitos outros. Como disse Maria do

35. É preciso indicar, conforme ressaltado previamente, que escrever a história de vida ou a biografia de um sujeito exige um cuidado meticuloso, evitando seguir por certos caminhos problemáticos ou que podem levar a interpretações equivocadas. A partir da perspectiva de Bourdieu (2006), entendemos que tentar construir e compreender a Biografia de certo personagem significa a percepção de que a sua vida não se trata apenas de eventos sucessivos e cronologicamente organizados com um fim pré-determinado, ou seja, “[...] os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social [...] O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou [...]” (BOURDIEU, 2006, p.190). Ao se considerar a biografia de um sujeito, é preciso pensar, então, sobre este considerando os espaços em que se inseriu e transitou, os tempos que atravessaram sua existência, os grupos que o influenciaram, as Identidades projetadas, construídas e assumidas sobre si, os conhecimentos adquiridos e as sensibilidades produzidas, dentre muitos outros elementos que compõem o devir humano. Deve-se apontar ainda, a partir de Loriga (2011), que não existe uma maneira “correta” de se escrever uma biografia histórica, compreendendo que, ao longo dos séculos, diferentes formas e estilos narrativos foram utilizados para a elaboração de biografias.

Socorro Baptista Barbosa em entrevista concedida: “[...] Bom, ele era meu pai, acima de tudo, ele é meu pai.” (BARBOSA, 2019). Se faz necessário explicitar isso para que apontemos que, embora nossa intenção neste tópico seja discutir sobre as Identidades³⁶ de João Gabriel Baptista, de forma alguma o reduzimos a apenas isso, entendendo-o, pelo contrário, enquanto um sujeito múltiplo.

Desta maneira, inicialmente cabe dizer que, ao término de sua vida, João Gabriel Baptista faleceu em 20 de março de 2010 aos 89 anos de idade,

36. A perspectiva que estamos utilizando acerca de Identidade dar-se-á a partir do estabelecimento de uma relação dialógica com a Diferença, para que seja possível, então, analisar a construção das Identidades de Professor/Pesquisador em detrimento da de Literato em João Gabriel Baptista. A partir da perspectiva de Bauman (2005), Hall (2006) e Woodward (2014), e das discussões e novas percepções sobre as questões identitárias considerando a Modernidade tardia/Pós-Modernidade, entendemos a Identidade enquanto fluída, descentrada, existindo não apenas uma única Identidade no sujeito, mas sim várias. Neste momento histórico há uma fragmentação do sujeito e uma percepção da Identidade enquanto múltipla. O sujeito tem, em si, várias identidades que o compõem, sendo impossível a definição de todas. Temos, então, o “[...] descentramento final do sujeito cartesiano” (HALL, 2006, p. 34), a sua compreensão enquanto plural, no sentido de entender que este sujeito nunca é, mas sim, sempre está. Nesse sentido, Bauman (2005), Hall (2006), Woodward (2014) e Silva (2014) apontam também como a Globalização, enquanto produtora de uma cultura globalizada ou homogeneizada, e de identidades de resistência a esta última, de uma hibridização cultural e de diásporas culturais, levam ao sujeito o questionamento de “quem eu sou?” possibilitando a indagação de que não é apenas um, mas vários e também de que não se trata de “ser”, mas sim de “estar”. Além disso, para Bauman (2005), a dúvida do sujeito sobre si é fundamental para o questionamento da Identidade enquanto única e cristalizada, tornando-o aquilo que o autor nomeia de um quebra-cabeça incompleto, sendo impossível saber ao certo quantas peças, frutos da experiência deste personagem, serão necessárias para compor sua Identidade, e nem ao menos se seria possível saber qual ou quais imagens serão formadas. A Identidade, então, não é singular e, além disso, não é natural, mas sim uma invenção, uma construção. Ela, assim como o pertencimento “[...] não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’” (BAUMAN, 2005, p. 17). Falar de Identidade envolve a compreensão de que esta é plural e que não existe sem a Diferença, entendendo então que há uma interdependência entre ambas e, assim, a impossibilidade da existência de uma sem a outra. Desta forma, Identidade e Diferença são relacionais, frutos de uma relação binária, conforme diz Woodward (2014), pois, ao dizermos quem somos também estamos dizendo quem não somos. A Identidade, enquanto uma expressão, é uma afirmação de Diferença. É um discurso sobre si que só existe em função dos “Outros” que são diferentes do “Eu”. Entendemos, então, que a Identidade tem sua existência vinculada e em virtude da Diferença, da mesma maneira que a Diferença só possui significado quando compreendida a partir das afirmações sobre Identidade (SILVA, 2014). Sendo assim, a reflexão sobre as Identidades e as não Identidades construídas/projetadas por/em João Gabriel Baptista só é possível a partir da compreensão dos contextos históricos, culturais e sociais ao qual este esteve inserido, indicando que esta discussão é uma das possíveis, considerando as diferentes facetas e aspectos que compõem a trajetória não apenas deste sujeito, mas da vida humana em geral.

vítima de insuficiência respiratória, em decorrência do mal de Alzheimer, que o acometeu nos anos finais de sua vida. No ano seguinte, recebeu uma homenagem com a denominação de uma rua com seu nome, em Teresina, a rua “Professor João Gabriel Baptista”, situada na região Leste da capital piauiense onde morava, imortalizando-o não apenas enquanto um dentre muitos sujeitos que tiveram relevância na história do Piauí e de Teresina, mas também enquanto um Professor.

E por que isso? Por que o imortalizar enquanto “Professor”? Trata-se de uma Identidade construída por João Gabriel Baptista ao longo de sua vida ou projetada sobre este? E por que escolhê-la dentre todas as outras que o compuseram? A partir disso, iniciamos nossos questionamentos e buscamos compreender as Identidades construídas por João Gabriel Baptista.

João Gabriel Baptista, conforme indicado em capítulos anteriores, nasceu em 4 de agosto de 1920 em Teresina. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia em 1946 e, em 1951, se tornou professor Catedrático em Geografia no Colégio Estadual Zacarias de Góis, o Liceu Piauiense, até 1982, professor de Geografia na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI)³⁷ a partir de 1962, e professor de Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) de 1971 a 1991.

Observando o currículo de João Gabriel Baptista, logo notamos que este não tinha uma formação para a docência, visto que havia se formado em Bacharelado em Engenharia Civil. Contudo, é preciso lembrar que a época que marca a sua formação universitária, ou seja, os anos de 1940 a 1946, os cursos de Licenciatura ainda não eram tão comuns, muito menos

37. De acordo com Araújo (2013), Dom Avelar Brandão Vilela, em 1957, fundou a Sociedade Piauiense de Cultura, entidade destinada a instituir, dirigir e manter instituições de ensino superior no Piauí, seguindo a postura adotada pela Igreja Católica no restante do Brasil no tocante ao incentivo à educação (CARVALHO, 2010), da qual torna-se presidente. Assim, a FAFI surgiu em 1958 através da atuação de políticos e intelectuais locais que integravam essa entidade, com destaque para a figura do Arcebispo de Teresina Dom Avelar Brandão Vilela, tendo seu início efetivo com o vestibular para quatro cursos: Letras Neolatinas, Geografia, História e Filosofia e a partir de 1969 oferecendo também os cursos de Matemática e Física. Segundo Araújo (2013), a Faculdade funcionou inicialmente no Colégio Sagrado Coração de Jesus, tendo ocupado posteriormente um prédio em frente à Praça Saraiva, localizada no centro de Teresina. Em 1971, foi agregada à Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) e permaneceu em frente à Praça Saraiva até 1973 com a inauguração do Campus Ministro Petrônio Portela da Universidade Federal do Piauí (UFPI) na Zona Leste de Teresina. Conforme Araújo (2003), a FAFI tinha por objetivo a formação de docentes para atuação no ensino secundário do Piauí, tendo sua importância reconhecida para a educação no Piauí por políticos, intelectuais e jornalistas locais no período de seu funcionamento.

entre as famílias de elite, como a de João Gabriel Baptista³⁸.

Tornou-se, então, Engenheiro Civil, retornou a Teresina por insistência de seu pai e garantia de um emprego no Piauí por parte deste, mesmo com “[...] dezenas de ofertas de empregos no Rio, Salvador e Belém.” (O DIA, 1989). Tendo recebido uma promessa de emprego ao retornar ao Piauí, trabalha inicialmente no Serviço Nacional de Malária (1947-1953). Com relação a este acontecimento de sua vida, João Gabriel Baptista disse o seguinte, em entrevista ao Jornal O DIA, em 1989:

Eu não aceitei por insistência do meu pai que me pediu para ficar no Piauí. Nós eramos dois filhos e não vivíamos com a família. Eu disse que só ficava se conseguisse arrumar um emprego. Meu pai, Ernesto José Baptista, que era presidente do Tribunal de Justiça do Estado, conseguiu uma vaga no Serviço Nacional de Malária, como Engenheiro Chefe da Seção de Hidrografia (BAPTISTA, 1989, p. 1).

Através deste emprego, João Gabriel Baptista passa a ter mais contatos com aspectos da Geografia, o que termina levando-o a escrever sua

38. Ressalta-se também que aqui estamos pensando as categorias de elites, no caso, elites culturais e intelectuais a partir da perspectiva de Sirinelli (1998). Neste sentido, compreendemos a problemática em torno do “homem de cultura” (SIRINELLI, 1998, p. 261) e o seu pertencimento as elites, tanto no que se refere aos criadores, bem como os mediadores culturais. Considerando que, em sua perspectiva, os “criadores” seriam aqueles que contribuiriam com a “criação artística e literária ou no progresso do saber” (SIRINELLI, 1998, p. 261) pode-se dizer que o professor João Gabriel Baptista, personagem de investigação desta pesquisa, se insere nessa categoria, tendo em vista tanto a sua produção acadêmica como também a literária. Dito isto, é necessário ponderar também sobre o parâmetro que o vincularia a uma certa elite cultural historicamente estabelecida no Piauí. Segundo Sirinelli (1998), um dos possíveis aspectos a serem considerados para se vincular estes homens de cultura às elites seria a notoriedade, ou seja, a relevância da produção daquele sujeito, bem como a ressonância ou seu impacto na sociedade ao se pensar nos mediadores culturais. Estes elementos apenas, no entanto, não nos permitiriam inferir a inserção destes sujeitos nas elites existentes em suas sociedades. Para o autor, na medida em que esses personagens se inserem no campo da política, adquirindo voz na sociedade, principalmente em função de seus conhecimentos específicos em determinadas áreas, logo, figuras de autoridade, surge a categoria do “intelectual”. Além disso, não podemos pensar essas elites enquanto associações que existem fora de um contexto social, pelo contrário, estão conectadas à sociedade envolvente, e é justamente sua conexão através da política que lhes confere uma coesão identitária, bem como poder e influência no interior do tecido social. Desta forma, pensar um sujeito enquanto um “intelectual” vai além de simplesmente considera-lo enquanto um produtor de conhecimento, é preciso perceber como este reverbera na sociedade, especialmente através dos laços políticos estabelecidos que lhe garantem a legitimidade necessária para essa ressonância. No caso do professor João Gabriel Baptista é possível indicar estes elementos a partir não apenas de seu reconhecimento acadêmico por seus contemporâneos, mas também através das conexões políticas que lhe garantiram seus empregos, bem como a maneira que sua produção vai ressoar na sociedade, conforme apresentamos ao longo do texto.

tese e primeiro livro acadêmico, “Vulcões do Brasil”, para ingresso no Liceu Piauiense a partir de 1951, ministrando aulas de Geografia, Matemática e Física, conforme indicado em capítulo anterior. Mas o que o teria levado a optar pela docência neste momento, principalmente considerando que continuava atuando e trabalhando enquanto Engenheiro? Sobre isto, sua filha, Maria do Socorro Baptista Barbosa em entrevista concedida disse o seguinte:

Primeiro porque ele dava aula de matemática por necessidade, né. Geografia era a paixão dele. É muito interessante isso porque ele era engenheiro, mas a grande paixão da vida dele era geografia do Piauí, né. Em termos de conhecimento era o que ele mais gostava de trabalhar, era o que ele realmente tinha, tinha um amor muito grande pelo estado, pelo rio Parnaíba e por ensinar sobre isso. Ele tinha um prazer muito grande de falar sobre isso, então, eu acredito mesmo. Ele, ele chegou algumas vezes a dizer que era muito melhor dar aula de geografia. Uma pessoa que tinha formação em engenharia e chegou a dar aula de todas as disciplinas do curso de Geografia, pelo menos as disciplinas da área física, mostra exatamente o amor que ele tinha por essa geografia, né. [...] Talvez questão econômica, talvez uma necessidade dele também, né, pessoal de ser professor, de passar aquilo que ele sabia porque engenheiro não dá aula, Marcus, normalmente, né. Engenheiro faz projetos faz plantas, né, fiscaliza obras. Não é isso? Não é professor e papai era professor nato! Ele gostava da sala de aula, então quando eu falo necessidade talvez tivesse um lado financeiro que eu não saberia dizer, mas com certeza tinha esse lado dele pessoal, tá. De ensinar alguma coisa que ele sabia e ele vai primeiro pra matemática porque era muito óbvio, ele era engenheiro, né. Engenheiro, matemática, né. Eu acho que tem muita relação, mas aí acho que ele se encontrou de fato foi como professor de Geografia na Universidade Federal. Não que ele não tenha sido um excelente engenheiro, né. Com certeza foi, mas ele foi melhor professor de geografia, eu acho. Isso é opinião pessoal minha de quem o via feliz com a sala de aula, entendeu? Feliz de chegar em casa e preparar aquelas aulas. [...] Ele realmente gostava de ser professor e dizem que ele era um professor muito exigente (BARBOSA, 2019).

Através da memória de uma de suas filhas, é interessante notar, então, como a construção desta Identidade de professor perpassa a memória de sua infância, pois Maria do Socorro Baptista Barbosa nasceu em 1958, 3 anos após o início da carreira de João Gabriel na docência, transcorrendo até a sua vida adulta, visto que seu pai permanece na docência até se aposentar em 1991, totalizando mais de 30 anos no exercício da profissão de professor.

Entendermos, então, que para Maria do Socorro Baptista Barbosa, a construção da imagem de seu pai, enquanto professor, se opera desde o seu nascimento, assim, sua memória individual, principalmente deste momento, se constituiu também através da memória de seus pais, não apenas do que ela via, mas também do que o ouvia dizer.

Além disso, a própria escolha profissional de Maria do Socorro Baptista Barbosa, pelo curso de Licenciatura em Letras-Português e Inglês, ou seja, pelo magistério, também pode ter influenciado positivamente e afetuosamente sua memória sobre não apenas a profissão de docente, mas como seu pai a percebia, ressaltado pela própria entrevistada ao comentar sobre a felicidade e necessidade que João Gabriel tinha de lecionar e também ao discorrer sobre o labor que é o trabalho de professor, sendo necessário gostar deste para que se queira exercê-lo.

Deve-se ressaltar, também, que a Identidade de Professor em João Gabriel Baptista foi construída intrinsecamente ligada à Identidade de Pesquisador. Pode-se inferir isto considerando que, a partir do momento que este se torna professor do Liceu Piauiense em 1951 e, posteriormente, professor de Geografia da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI) em 1962, logo inicia suas pesquisas na área, especificamente sobre a Geografia do Piauí, e começa a publicá-las em jornais locais e, nas décadas seguintes, em livros, conforme indicado em capítulos anteriores. Sobre o início de seu trabalho na FAFI, João Gabriel Baptista, em entrevista ao jornal O DIA, expôs o seguinte:

Em 62, o professor Clemente Fortes³⁹ da Faculdade de Filosofia do Piauí – FAFI, convidou-me para assumir a cadeira de Cartografia do curso de Geografia daquela faculdade. Fiquei na FAFI até 71, quando fui à disposição, sem ônus para o Estado, para a Universidade Federal do Piauí. Trabalhei no Liceu e na FUFPI até 82. Hoje sou professor titular do Departamento de Geografia e História do CCHL (Centro de Ciências Humanas e Letras) (BAPTISTA, 1989, p. 1).

Não é à toa, então, que a partir de 1962 começa a publicar suas pesquisas sobre Geografia do Piauí em periódicos locais, posteriormente organi-

39. De acordo com Melo (2006), Clemente Honório Parentes Fortes era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí, sendo egresso da primeira turma em 1935. Foi também membro da Sociedade Piauiense de Cultura, juntamente a outros intelectuais da época, fundada por Dom Avelar Brandão Vilela, e um dos responsáveis pela idealização da FAFI, concretizada em 1958. Foi também Professor e Diretor desta, permanecendo na direção de 1958 até 1964 quando, por ocasião de sua saída para assumir a direção da Faculdade de Direito do Piauí, foi substituído pelo Padre Raimundo José Airemorais.

zando-as e escrevendo livros inéditos sobre o Piauí. Na medida em que se torna professor universitário do curso de Geografia da FAFI, para que fosse capaz de exercer o ofício, faz-se necessário um olhar mais atento no âmbito acadêmico, bem como a realização de pesquisas para tanto.

Ainda sobre esta questão, Maria do Socorro Baptista Barbosa, sua filha, ao ser indagada sobre o motivo que o teria levado a começar a publicar no âmbito acadêmico, tanto nos periódicos locais, como também em livros, vincula sua Identidade de Professor a de Pesquisador ao afirmar o seguinte:

Olha, o porquê eu não saberia lhe dar uma resposta exata, mas eu acho que tinha muito a ver também com essa coisa de querer divulgar o próprio trabalho, né, de falar aquilo que ele tinha conhecimento porque ele tinha conhecimento demais. Muitos dos amigos de papai o chamavam de enciclopédia e não era à toa que o chamavam assim que o conhecimento de papai ia muito além da engenharia ou da geografia. Então eu acho que ele tinha essa necessidade também de falar daquilo que ele sabia, né. De divulgar, de escrever sobre isso. Ele gostava muito de escrever, escrever tava no sangue, né. Ele não escrevia apenas coisas acadêmicas, acho que você sabe disso. Ele escreveu muitos textos literários não publicados, infelizmente, mas assim, eu acho que era algo como se fosse o respirar pra ele também, o escrever fazia parte. Então se ele foi chamado: “Vamos escrever aqui.”. “Vamos.”. Eu não posso lhe garantir exatamente o porquê. Dizer assim: “Ele escreveu por isso, por isso.”. Não, eu não saberia dizer. Eu sei que os textos acadêmicos que ele publicou de quase que didáticos na área de geografia foi uma necessidade dele de divulgar o que ele tinha pesquisado e também às vezes chamado por alguma editora, sei lá, alguém que o provocasse a fazer isso, mas alguns dos livros que ele escreveu eu tenho uma impressão que foi uma coisa muito dele, sabe? Essa coisa que vem de dentro mesmo. “Eu preciso. Eu tô fazendo essa pesquisa. Eu preciso escrever sobre isso. Eu preciso que as pessoas saibam sobre isso. Eu preciso publicar isso.”, tá? (BARBOSA, 2019).

Novamente, surge em seu discurso a “necessidade” que João Gabriel Baptista tinha não apenas de adquirir conhecimentos, mas também de divulgá-los, de escrever sobre suas pesquisas e falar sobre elas. Em sua memória, então, percebe-se a construção dessa Identidade de Professor em seu pai à medida que aponta esta “necessidade” pulsante que tinha, bem como a vinculação do Professor ao Pesquisador em sua persona.

Assim, cabe uma breve recapitulação de suas publicações para as análises a serem realizadas. João Gabriel Baptista publicou diversos artigos no Jornal “Folha do Nordeste” entre 1962 e 1963 em uma seção denominada de

“Quando em quando”, normalmente escrevendo sobre diferentes aspectos relacionados a geografia e história do Piauí, sobretudo a geografia. Foram exemplos de suas publicações neste periódico e nessa seção específica: Uma questão de limites (FOLHA DO NORDESTE, 1962), Topônimos piauienses (FOLHA DO NORDESTE, 1962), Zona litigiosa (FOLHA DO NORDESTE, 1962), Os nomes do Parnaíba (FOLHA DO NORDESTE, 1962) no ano de 1962 e As nascentes do Parnaíba (FOLHA DO NORDESTE, 1963), Impressões de viagem (FOLHA DO NORDESTE, 1963), e Ibiapaba (FOLHA DO NORDESTE, 1963) no ano de 1963.

A partir de 1966, começa a publicar no jornal O DIA, embora neste periódico suas publicações deixem de ser artigos e reduzam-se a Verbetes, ou seja, pequenos textos que busquem explicar de forma curta e inteligível sobre um determinado termo ou conceito, tendo publicado mais de 400 verbetes sobre a geografia e história do Piauí ao longo do ano de 1966 no já citado veículo de comunicação piauiense. Sobre isto, diz o seguinte na edição de 26 de março de 1966 do Jornal “O DIA”, no qual publicava pela primeira vez seus verbetes:

Criamos esta pequena secção para trazer ao conhecimento dos leitores das cousas piauienses, nomes de nossa história, de nossa geografia e de nossos costumes, poucos conhecidos, assim, cada vez que a secção for publicada, citaremos cinco verbetes com seus significados e assinalaremos outros tantos para despertar a curiosidade (BAPTISTA, 1966, p. 1).

Desta maneira, corrobora com a narrativa de Maria do Socorro Baptista Barbosa, no sentido da “necessidade” que a professora afirma que seu pai, João Gabriel Baptista, tinha de não apenas divulgar as pesquisas que vinha realizando, mas também de falar sobre elas, contribuindo, assim, socialmente com o Piauí e atrelando-se à Identidade de Professor e de Pesquisador.

Publicou, ainda, a partir dos anos de 1970, os seguintes livros acadêmicos na área de Geografia, como também na área de História: “Nascentes de um rio” (1971), “Resumo Corográfico do Estado do Piauí” (1971), “Geografia Física do Piauí” (1975), “Mapas Geohistóricos” (1986), “A Origem do Parnaíba” (1987) e “Etnohistória Indígena Piauiense” (1994).

Destacamos, então, a publicação de “Geografia Física do Piauí” (1975) pela relevância que esta teve na vida acadêmica e pessoal de João Gabriel Baptista. De acordo com o jornal “O DIA”, em entrevista realizada com o

professor em 1989, é a partir desta obra que este se torna membro da Academia Piauiense de Letras, tomando posse em 1978.

Conforme dito no início desta sub seção e em capítulos anteriores, o ano de 1978 marca o ingresso de João Gabriel Baptista na Academia Piauiense de Letras. Cabe retomar, então, o que este disse em entrevista ao jornal “O DIA” em 1989 sobre o acontecimento. Segundo o sujeito, “Esse foi um dos maiores momentos de minha vida. Era um fato a entrada de um pesquisador na APL, ocupando a cadeira de um literato” (BAPTISTA, 1989, p. 1).

Ressalta-se, a partir do trecho destacado, como João Gabriel Baptista evidencia não apenas sua Identidade enquanto Pesquisador, mas também enquanto Professor, visto que, ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional, ambas estiveram ligadas, conforme percebido no decorrer deste artigo.

No caso específico de seu ingresso na APL, ao mesmo tempo em que João Gabriel Baptista se afirma enquanto Pesquisador/Professor, indicando que o reconhecimento⁴⁰ dado a ele em função disso e de sua contribuição social para o Piauí pelos acadêmicos da APL foi o que garantiu o seu ingresso nesta, este também nega uma possível vinculação de sua persona a de um Literato, uma vez, que através desta afirmação de Identidade, há também a negação de outra, ou seja, trata-se de uma afirmação de Diferença também. No momento em que ele se coloca enquanto Pesquisador/Professor, em

40. Podemos citar como exemplo deste reconhecimento o Professor José Camilo da Silveira Filho, reitor da UFPI em 1975 e membro da APL a partir de 1978, que faz a apresentação da obra “Geografia Física do Piauí” (1975) apontando-a enquanto a “[...] mais importante contribuição as nossas letras geográficas, preenchendo uma lacuna que há muito reclamava solução.” (SILVEIRA FILHO, 1975, p.1-2). Além disso, o Professor Edson Gayoso Castelo Branco Barbosa, na apresentação do livro “Mapas Geohistóricos” (1986), também ressalta a contribuição que João Gabriel Baptista trazia com a obra naquele momento, enfatizando o preenchimento de uma lacuna ao se pensar os estudos da geografia do Piauí. Em “Etnohistória Indígena Piauiense”, no prefácio da segunda edição de 2009, o Professor Manoel Paulo Nunes, então presidente da APL, reforça a relevância das pesquisas de cunho geográfico e histórico sobre o Piauí realizadas por João Gabriel Baptista, destacando todas as obras publicadas por ele, bem como a importância da presente obra, considerando-a enquanto uma das “mais significativas para a história piauiense.” (NUNES, 2009, p. 8). Por fim, o livro “Indicações Geográficas e Temas em Foco” (2011), organizado pelos Professores Antônio Cardoso Façanha e Mário Ângelo de Meneses Sousa do Curso de Geografia da UFPI, com textos de 38 pesquisadores, sendo a maioria geógrafos, é dedicada à memória de João Gabriel Baptista, além de na apresentação os organizadores reforçarem que o livro em questão é uma homenagem ao Professor João Gabriel Baptista “[...] pelo conjunto de sua valiosa contribuição científica na geografia piauiense, reconhecendo que muito do que produzimos hoje pelos geógrafos, se deve aos caminhos abertos pelo Professor João Gabriel Baptista no meio acadêmico, mas principalmente pelo reconhecimento da ciência geográfica no entendimento do território piauiense” (FAÇANHA; SOUSA, 2011, p. 10).

que ele diz aquilo que ele é, ele também afirma aquilo que ele não é, no caso, ele nega uma Identidade de Literato, confirmada pelo próprio reconhecimento da APL.

Ele havia ingressado nesta última não por sua produção literária, mas sim por sua produção acadêmico-científica e não apenas ele, mas os próprios acadêmicos da entidade que representa essa Literatura no Estado do Piauí reconhecem isso. Considerando seu discurso percebe-se, então, como parte da construção de sua Identidade de Professor/Pesquisador é feita a partir do discurso da Diferença no sentido de entender que ele era um Pesquisador/Professor, portanto, não era um Literato.

É interessante destacar que João Gabriel Baptista, conforme discutido em capítulos prévios, escreveu 13 romances e 24 contos, entre 1939 e 1977⁴¹, conquanto nunca os tenha publicado. Ingressamos, então, no último questionamento deste artigo: Por que João Gabriel Baptista, mesmo tendo uma significativa produção literária, não se percebia enquanto Literato, utilizando o ingresso na APL para (re)afirmar sua Identidade enquanto Pesquisador/Professor e negar uma suposta Identidade de Literato piauiense? Questionada sobre o porquê de João Gabriel Baptista nunca ter publicado seus livros de literatura, Maria do Socorro Baptista Barbosa disse o seguinte:

Rapaz, ele acreditava, ele achava que a escrita literária dele não tinha o mesmo valor que a escrita acadêmica, que a escrita didática-acadêmica. Eu discordo totalmente dele. Eu sou professora de Literatura, Crítica Literária, Doutora nessa área, e posso afirmar com toda a segurança que meu pai tem textos absolutamente fantásticos e nos mais diversos gêneros, eu não sei se você chegou a ler, se você sabe disso, mas ele escreveu romances eróticos e muito eróticos mesmo, tá. Pra mim foi uma surpresa imensa quando eu vi. Ele escreveu romances no faroeste americano e americano porque o Brasil não teve faroeste, né? Não teve aquelas brigas de caubói e índio, então foi no faroeste americano. Eu acho que é uma inspiração talvez do faroeste italiano, não sei, que embora se passe também nos Estados Unidos é produzido por italianos, foi nesse sentido que eu disse. Ele escreveu romances de detetive muito inspirado talvez por Sir. Arthur Conan Doyle, por Edgar Allan Poe, por Agatha Christie. Ele gostava de ler esse tipo de texto e ele escreveu excelentes romances de detetive. Excelentes mesmo.

41. O acesso aos manuscritos destas obras foi possível através do Acervo Pessoal da Família Baptista, particularmente de uma de suas filhas, Profa. Dra. Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, docente do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

No nível desses autores que eu citei. Contos de amor, contos não tão de amor assim. Enfim, uma variedade de gêneros que eu acho que valeriam a pena ser publicados. [...] Por que não publicar esses livros? Eu não sei. Eu acho que eles deveriam ser publicados. Eu sei que ele não achava que fossem tão bons, mas ele estava enganado. Tá aí uma coisa que eu posso dizer que meu pai estava enganado sem ofender meu pai, né? Pois é. (BARBOSA, 2019).

Desta forma, de acordo com sua filha, João Gabriel Baptista não se considerava um Literato por não perceber em sua escrita literária a mesma relevância de sua escrita acadêmica, algo que ela, enquanto professora com formação na área de Literatura, discorda veementemente, afirmando que a qualidade de sua escrita se equiparava, segundo ela, a nomes famosos da Literatura Estrangeira.

Aponta também que João Gabriel Baptista escreveu livros de Literatura em gêneros diversos⁴², inspirado também pelas próprias leituras que fazia e que o interessavam, como romances eróticos⁴³, faroeste americano, romances de detetive e contos de amor.

Além de acreditar que sua escrita literária não tivesse a mesma importância que sua escrita acadêmica, através da entrevista com sua filha Maria do Socorro Baptista Barbosa e seu filho Fernando Luís de Carvalho Baptista⁴⁴, percebe-se ainda mais dois motivos que, talvez, tenham lhe tirado o interesse de publicar estas obras ou mesmo de se perceber enquanto um Literato. De acordo com Maria do Socorro Baptista Barbosa, ainda respondendo sobre o porquê desta questão disse o seguinte:

[...] Isso eu não sei dizer, isso eu não sei dizer. Talvez porque o cunhado tenha sido considerado um dos melhores escritores piauienses de todos os tempos e ele sentisse que não fosse tão bom quanto, né? O. G. Rego de Carvalho era o

42. Dentre os livros que escreveu tem-se os romances: "Abre-se a Empanada" (1940), "Depois de cinco anos..." (1940), "Compra de um coração" (1940), "Conquista de um homem" (1940), "A Dama da Mantilha" (1940), "O Pagem da Condessa" (1940), "Mulher Proibida" (1940), "A Herança do Português" (1940), "Cinco Mulheres" (1940), "Eu amo a minha irmã" (1941), "O Anel e a Caveira" (1957), "Os dois Jins" (1976) e "O Senhor X..." (1977).

43. Um exemplo que podemos citar desse gênero literário em sua escrita é o romance "Mulher Proibida" de 1940, que trata da história de um médico de São Paulo que estava de férias no Rio de Janeiro, conhece uma mulher casada no hotel em que estava hospedado e se apaixonou por esta. A narrativa, então, gira em torno desse amor proibido entre ambos, tendo diversas cenas de romance e algumas de erotismo.

44. Nascido em 28 de maio de 1957, é o quarto filho de João Gabriel Baptista. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Piauí. Aposentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

cunhado dele, né? E o O. G. tem o nome muito grande, assim, né? Todo mundo elogia e talvez isso tenha influenciado papai a não publicar. Não saberia dizer. Não sei. Não sei. [...] Eu não sei realmente por que que ele achava que não merecia publicar. Porque os livros dele são muito bons. São muito bons. Ele datilografava, ele ilustrava, eu não sei por que que ele nunca publicou. Eu não sei se foi dificuldade financeira, se foi simplesmente porque ele achava que não merecia, eu não sei. Eu acho que ele deveria ter publicado [...] (BARBOSA, 2019)

Fernando Luís de Carvalho Baptista, acerca do mesmo questionamento, traz também outra dimensão para a questão ao dizer o motivo que levou João Gabriel Baptista a escrever suas obras literárias, comentando o seguinte: “[...] ele me disse uma vez e acho que disse pra tua mãe também que aqueles livros ele escrevia pra ele ter prazer em ler. Que ele escrevia, passava um tempão acolá e depois ele ia ler de novo, que ele não lembrava mais, ia ler de novo, só por prazer” (BAPTISTA, 2019).

Pode-se dizer que João Gabriel Baptista não escreveu Literatura com o interesse de publicar, mas sim por uma questão pessoal, para entretenimento próprio. Além disso, retomando a questão do valor de sua escrita literária, deve-se considerar outra questão: os Literatos contemporâneos a João Gabriel Baptista, estes sendo Hindemburgo Dobal Teixeira (H. Dobal)⁴⁵, Francisco de Assis Almeida Brasil (Assis Brasil)⁴⁶ e, principalmente, seu cunhado, Orlando Geraldo Rego de Carvalho (O. G. Rego de Carvalho)⁴⁷, dentre outros.

Embora Maria do Socorro Baptista Barbosa não possa afirmar com certeza se o fato de O. G. Rego de Carvalho ser o cunhado de João Gabriel Baptista, além de ter “[...] sido considerado um dos melhores escritores

45. Nascido em 1927 em Teresina e falecido em 2008, foi um poeta, bacharel em Direito, professor, além de ter assumido diversos cargos ao longo de sua vida. Foi também membro da Academia Piauiense de Letras e autor de inúmeras obras de poesia (GONÇALVES, 1997).

46. Nascido em Parnaíba no ano de 1937, no litoral piauiense, e falecido em 2021 em Teresina, foi um jornalista, romancista, cronista e crítico literário, tendo significativa atuação na imprensa nacional, especialmente enquanto crítico. Autor de dezenas de obras, tanto de romance como de crônicas, foi ainda membro da Academia Piauiense de Letras. (GONÇALVES, 1997).

47. Nasceu em Oeiras (PI) em 1930, tendo se formado em Direito e sido professor e escritor ao longo de sua vida. Autor de romances de destaque no cenário local e nacional foi ainda membro da Academia Piauiense de Letras (GONÇALVES, 1997). Era irmão de Maria Jesus de Carvalho Baptista, visitando-a muitas vezes em sua casa, mesmo quando já encontrava-se doente, e faleceu em 2013.

piauienses de todos os tempos [...]” (BARBOSA, 2019) tenha influenciado na decisão deste último de não publicar suas obras literárias, levando em conta a possibilidade que não considerasse sua escrita tão boa quanto, não seria impossível sugerir que, talvez, o sujeito avaliasse que suas obras literárias estivessem fora de um cânone⁴⁸ literário piauiense daquele início da segunda metade do século XX.

Tendo em vista que O. G. Rego de Carvalho era seu cunhado, talvez a diferença entre a sua escrita e a da geração literária da qual o primeiro fez parte na segunda metade do século XX, tenha favorecido essa percepção de João Gabriel Baptista de não ser um Literato ou de escrever uma Literatura que não tivesse o mesmo valor que a de seus contemporâneos, principalmente considerando a diferença entre os gêneros literários abordados pela Geração Meridiano⁴⁹, como O. G. Rego, Assis Brasil e H. Dobal, ao se comparar com João Gabriel Baptista.

João Gabriel Baptista, então, imortalizado enquanto “Professor João Gabriel Baptista”, construiu diversas Identidades ao longo de sua vida, tendo sido marcado, principalmente pela de “Professor” e “Pesquisador” em detrimento da de “Literato”. Em nossa análise, suas afirmações de Identidade de Professor/Pesquisador reforçam-se à medida que este ingressa na APL e, assim, nega-se uma suposta Identidade de Literato.

Desta maneira, a percepção em torno da possibilidade de uma essência da Identidade de um sujeito é algo problemático, considerando as maneiras como as Identidades são construídas e reconstruídas ao longo do tempo. No caso de João Gabriel Baptista, a ideia de que este “sempre” gostou de lecionar, embora tenha sido evidenciado durante as entrevistas com seus filhos, é notório que a construção de sua Identidade enquanto Professor se dá paulatinamente e em confluência com sua Identidade de Pesquisador a

48. Utilizamos aqui a perspectiva de Deleuze e Guattari (2003) ao apontar diversos elementos literários na obra de Kafka, elencando os motivos pelos quais a Literatura deste não se inseria em um “padrão” da escrita da época, estando a sua margem, e tornando-se, assim, uma “Literatura menor”. Trata-se de uma literatura produzida no interior de uma “Literatura de Mes-tres” e que se diferencia completamente desta. No entanto, deve-se salientar que os aspectos que, talvez, possam sugerir que a escrita literária de João Gabriel Baptista possa ser percebida enquanto uma “Literatura menor” são distintos daqueles ressaltados por Deleuze e Guattari (2003) quanto a Kafka, tendo em vista os diferentes contextos e experiências dos autores.

49. De acordo com Moura, I. (2013), a Geração Meridiano surgiu em Teresina no final da década de 1940 tanto na redação de jornais, como também através de associações literárias. O nome se dá em função da fundação da Revista Meridiano por O. G. Rego de Carvalho, M. Paulo Nunes e H. Dobal nesta época e tendo seu fim ainda nos anos 1950. Ficcionistas e poetas escreveram sobre temas diversos, como tragédia, regionalismo, dentre outros.

partir do momento que ingressa no quadro docente do Liceu Piauiense e, principalmente da FAFI, posteriormente da UFPI.

Além disso, sua inclusão na entidade máxima da Literatura Piauiense, a APL, em 1978 reforça suas Identidades de Professor/Pesquisador ao mesmo tempo em que afasta de si uma provável percepção de si enquanto Literato, na medida em que os acadêmicos o reconhecem a partir de sua relevância no âmbito acadêmico.

É interessante destacar ainda que exercer um ofício não significa dizer que você se identifica com este, conforme nos lembra Bauman (2005). João Gabriel Baptista, mesmo tendo escrito diversas obras literárias, ainda assim não assumiu uma Identidade de Literato, tanto por motivos pessoais, como, talvez, por sentir que sua escrita não se inseria no cânone literário de seu tempo.

Por fim, refletir sobre a fabricação de Identidades e de Não Identidades pelos sujeitos torna-se um, dentre muitos elementos, que podemos utilizar para se pensar acerca de um determinado indivíduo, sobre sua trajetória de vida e sobre sua biografia. João Gabriel Baptista foi um sujeito complexo, de muitas Identidades e se imortalizou perante a sociedade piauiense enquanto “Professor João Gabriel Baptista”.

CONCLUSÃO

“Eu quero ir pra casa”: João Gabriel Baptista entre o Alzheimer, a identidade e a memória

Risadas quebravam a monotonia daquela noite quente no final do verão daquele ano. O cheiro de churrasco, as bebidas sendo servidas, a música alta, o calor dos amigos em um fim de sábado que parecia como qualquer outro daquela estação chuvosa. As horas passavam, mas não sentíamos a passagem do tempo. A realidade do trabalho, dos estudos, das faculdades, dos pré-vestibulares, parecia lembranças distantes para aqueles jovens amigos que se encontravam para celebrar simplesmente a própria vida e a amizade.

Logo esse breve momento de alegria era interrompido. Barulhos vinham do portão. Um grito abafado pelos sons de um cachorro latindo, pessoas se divertindo, de música tocando ao fundo. Uma nova tentativa e o grito se fazia mais distinguível: Marcus! Era minha mãe que me chamava.

Não sabia o motivo de ela estar ali e nem como havia chegado. Na época eu não sabia dirigir, então meu primo, Elton Lee Lebre Baptista, com o carro de minha mãe nos levou até a casa de nosso amigo. Como só tínhamos um carro em casa o único modo de ela estar ali, àquela hora da noite, seria com uma carona ou de táxi (ainda não existia transporte por aplicativo).

Não pensei muito na hora, apenas corremos para abrir o portão e entender o que estava acontecendo. O impacto foi imediato e eu não estava mais ali, fui transportado no tempo para o começo dos anos 2000, era uma criança de volta à casa dos meus avós, na manhã de outro dia. O telefone toca, minha mãe atende e, em uma das poucas vezes que a vi chorando, ela vira e me diz: “Marcus, a Anny morreu”.

Quando abrimos o portão foi esse mesmo rosto, a mesma sensação, até ouvir as palavras, e neste momento, com lágrimas no rosto enquanto

digito este texto me recordo do que ela me disse, de seu olhar, de sua dor ao perder o pai: “Marcus, o seu avô morreu”. 13 anos se passaram, mas a imagem, os sentimentos, a dor, e tudo mais daquele dia segue registrado em minha mente.

As risadas acabaram, a música silenciou e logo estávamos saindo da casa de meu amigo na rua Dra. Alaíde Marques no Planalto Ininga em direção à Avenida Homero Castelo Branco. Subimos a avenida em silêncio, passamos pelo semáforo com a Rua Visconde de Parnaíba e fizemos uma conversão à direita no sinal com a Avenida Lindolfo Monteiro, na qual está localizado o hospital.

Todos já estavam lá à frente do hospital. Meus tios, a exceção dos que moravam fora, alguns primos, parentes que eu nunca havia conhecido. Um deles, primo de minha mãe, se aproximava para abraçá-la, para consolá-la enquanto as lágrimas não paravam de descer. Não sei por que, nem com quem, mas acompanhei um vulto até o local onde meu avô estava.

E lá estava ele. Suas pernas dobradas porque o rigor mortis não permitia mais que elas ficassem retas. O corpo frio. O rosto calado, sem o seu sorriso e risadas tão característicos, que cresci e passei boa parte da vida ouvindo até aqueles últimos anos de nossas vidas.

Em realidade desde que retornamos de Florianópolis em 2008¹ que essas risadas já haviam reduzido, que o homem que eu conheci havia se perdido em meio a uma doença que debilitava não apenas o seu corpo, mas principalmente sua mente, o Mal de Alzheimer.

Os últimos dois anos que convivemos eu já não reconhecia mais o meu avô. Sabia que quando trocávamos o olhar eu era um completo estranho. Os abraços constantes, os cafunés, deram lugar a um estranhamento, a uma sensação constante de que ele não me conhecia.

Os dias com gritos, ouvindo constantemente: “Eu quero ir pra casa. Minha casa não é aqui, é um sobrado que meu pai me deu!”. Os momentos em que o ouvia se arrumando, querendo ir pra universidade, ou simplesmente iniciando uma “aula” no meio do terraço.

Dias difíceis. Dias complicados. Até que mais nada se ouviu. Chegava-se os momentos finais da doença e ele se calara. Seu olhar, no entanto,

1. Em fins de 2005, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, minha mãe, foi aprovada no Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No início do ano seguinte nos mudamos para Florianópolis (SC), permanecendo nesta até o início de 2008 quando retornamos para Teresina. João Gabriel Baptista foi diagnosticado com o Mal de Alzheimer pouco tempo antes de nos mudarmos.

continuava denunciando que não sabia onde estava, nem com quem estava ou o porquê de estar ali² e eu seguia sendo um completo estranho para uma das pessoas mais importantes da minha vida.

Os dias que seguem aquele semestre e também os anos seguintes a memória de meu avô sempre terminava sendo evocada. Entre março e julho de 2010, calouro no curso de História da UFPI, foram várias aulas dos professores comentando a importância de meu avô para a historiografia piauiense. Discorriam sobre aspectos que eu nunca havia ouvido falar.

Do mesmo modo, anos depois, a partir de 2012, depois de ter abandonado o curso na UFPI e retomado na UESPI, também ouvia a mesma coisa de meus professores, após terem me reconhecido enquanto seu neto. À medida que eu me destacava no curso, o mérito nunca era meu, mas de meu avô e, se eu conseguia ser razoável em alguma disciplina, era em decorrência do convívio com um intelectual e das profundas discussões que certamente eu o ouvia fazer.

Nada poderia estar mais longe da realidade. Até março de 2010 nunca tive plena compreensão sobre o que meu avô havia feito ou quem era ou mesmo porque ele recebia a visita de várias pessoas que pareciam ter alguma relevância e que para mim eram apenas pessoas quaisquer ou parentes, como o tio O. G. (O. G. Rêgo de Carvalho). Em realidade, cada comentário reabria a ferida, uma que nunca irá cicatrizar e que apenas se torna mais suportável ao longo do tempo. O arrependimento e a dor de não ter aproveitado o tempo que nos foi dado e a lembrança constante não de discussões intelectuais, mas de suas risadas, piadas e, acima de tudo, seu amor.

Ao longo do tempo, no entanto, ao caminhar nos corredores da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Estadual do Piauí, a dor foi se reduzindo, e em seu lugar, um sentimento de curiosidade, de buscar entender qual importância um sujeito com o nome presente em placas de for-

2. A partir de Pollak (1989) e Portelli (2006), compreendemos o esquecimento enquanto algo inerente à memória, sendo utilizado, em muitos casos, enquanto um mecanismo de sobrevivência por parte dos indivíduos, principalmente daqueles que vivenciaram contextos traumáticos, a exemplo de genocídios ou guerras. Esquecer, portanto, faz parte da experiência humana e este mantém uma relação dialógica com a memória, sendo ambos pertencentes ao mesmo processo humano. É a partir do esquecimento e, sobretudo, da capacidade de lembrar, de reconstruir nossa memória, a partir de nossas experiências que construímos uma identidade para si e que também a modificamos ao longo do tempo. A perda, no entanto, desta memória, em partes ou em sua totalidade, significa também a morte simbólica do indivíduo, à medida que este perde os seus referenciais identitários e desconecta-se dos grupos no qual se encontrava inserido e que davam sentido à sua identidade.

matura, convites de solenidades, centro acadêmico (UESPI), sala do laboratório de cartografia (UFPI), homenagens em eventos científicos/sociais³, dedicatórias de livros e rua de Teresina teve para a história do Piauí.

Deste modo, para que serve a História? Para construir uma narrativa sobre o passado, evitando que certos acontecimentos caiam no esquecimento, como nos lembra Gagnebin (1998) ao comentar sobre os escritos de Heródoto? Serviria, no entanto, segundo a perspectiva de Tucídides apresentada por Gagnebin (1998), para a produção de uma escrita que não busque reproduzir o passado tal como ele foi, mas sim a elaboração de uma narrativa útil para o presente, uma História *Magistra Vitae*, que deveria orientar o futuro?

Sobre isso, certo historiador nos diria que o sentido da História permanece existindo enquanto a humanidade precisar de seu passado para situar-se em seu presente, isto é, o ofício do historiador permanece sendo relevante enquanto for útil às sociedades humanas (ALBURQUEQUE JR., 2007).

Além de discussões acerca do sentido da História, tratadas exaustivamente no escopo da historiografia ocidental, outras indagações se fazem presentes acerca deste (a) conhecimento/arte/ciência/disciplina. Perguntas acerca de como se dá sua elaboração? De que forma os sujeitos situados em áreas distintas do conhecimento produzem pesquisas em História? De que modo os vestígios humanos tornam-se fonte no delinear de uma pesquisa histórica ou da escrita acadêmica na área de História de um indivíduo?

A estas também temos respostas distintas, que variam no tempo e no seu espaço de produção. Concordemos, ademais, com Certeau (1982) ao inferir que toda e qualquer narrativa historiográfica se relaciona com o lugar social ao qual o pesquisador em questão se encontra inserido. São estas condições históricas particulares que moldarão e influenciarão os questionamentos a serem feitos, os sentidos a serem buscados e os modos de trabalhar com as fontes durante a produção de sua narrativa.

3. Sua última homenagem até o momento de escrita deste texto foi concedida pela Academia Piauiense de Engenharia (APIENG) no dia 20 de abril de 2023 em reverência às contribuições do sujeito para a área de Engenharia no Piauí, consequentemente para a sociedade piauiense, ao longo do tempo em que atuou na profissão. Desta forma, cabe reforçar que João Gabriel Baptista teve sua atuação reconhecida, tanto em vida como póstuma, nas áreas em que trabalhou entre o fim dos anos 1940 até o início dos anos 1990, isto é, de Engenharia, Geografia e História, sendo até a contemporaneidade o pesquisador piauiense com mais obras autorais publicadas em Geografia e um dos mais relevantes na discussão sobre a cartografia histórica do Piauí e sua pertinência para a compreensão do território piauiense.

A História, neste sentido, não está num determinado objeto ou vestígio produzido pelo ser humano, mas sim na historicização destes documentos. Entendemos, então, que as fontes não trazem por si só a História ou mesmo o sentido desta e que é preciso a criação de uma narrativa a partir de um conhecimento histórico previamente conhecido para que seja possível historicizar o documento.

Só então este passa a ter um sentido e um significado histórico (ALBURQUEQUE JR., 2007). Em outras palavras, e como nos lembra Benjamin (2012), trata-se da compreensão que discutir o passado de forma histórica não implica em conhecê-lo da forma como ocorreu, mas sim apropriar-se de uma reminiscência que se altera à medida que novas interpretações podem ser realizadas no tempo presente sobre este passado.

Assim, chegamos ao fim desta narrativa, à finalização deste texto. Não chegamos, no entanto, ao término da pesquisa, pois o que se encerram são os prazos, e as possibilidades na escrita da História, particularmente sobre João Gabriel Baptista, seguem abertas, tendo sido explorados aqui apenas pequenas lacunas, servindo-se deste sujeito enquanto um pretexto para tratar de um contexto.

Ao longo desta narrativa buscamos compreender, então, de que modo sua família, notadamente seu bisavô, avô, pais e tios, possibilitaram ao sujeito-tela sua inserção no cenário intelectual piauiense na segunda metade do século XX, haja visto a prática historicamente estabelecida pelas elites piauienses quanto às redes de sociabilidade que se constituíram na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX da qual os primeiros fizeram parte.

Além disso, tratamos também não apenas da pertinência da família de João Gabriel Baptista em sua formação, mas também como este se inseriu nas redes de sociabilidades intelectuais na segunda metade do século XX e de que modo, a partir disto, foi configurando-se enquanto um intelectual, destacando sua atuação na Geografia, haja visto ter sido o primeiro pesquisador na área sobre o Piauí a ter uma produção sistemática a partir de um espaço acadêmico, no caso a FAFI e, posteriormente, a UFPI.

Discutimos também através da memória, da literatura e de registros fotográficos acerca dos contextos em que viveu, das representações sociais que o interpelaram, a exemplo do amor, gênero e lazer, e como estas foram marcadas por (des) continuidades, impactando diretamente em seu imaginário e suas práticas sociais.

Ficam, no entanto, certas lacunas ainda abertas e enquanto possibilidades para se discutir e analisar em trabalhos futuros. Citamos, por exemplo, a quantidade significativa de obras literárias que não foi possível analisar nesta narrativa sendo, portanto, necessário que novas pesquisas explorem esse material.

Produções que versam especificamente sobre a literatura de intelectuais piauienses e as representações nestas escritas podem ser encontradas na historiografia piauiense, a exemplo de discussões sobre as obras de Clodoaldo Freitas, O. G. Rego de Carvalho e Assis Brasil, sendo assim, pertinente um olhar mais apurado para a produção literária de João Gabriel Baptista, analisando o contexto social de sua produção, isto é, os espaços ocupados pelo autor, a temporalidade da escrita, bem como as leituras realizadas pelo autor, como estas impactaram seu imaginário e suas narrativas e como seus textos literários se aproximam ou se distanciam da literatura piauiense produzida nesta época.

Outras questões que se fazem presentes e que se descortinam enquanto possibilidades de pesquisa e lacunas a serem trabalhadas refere-se a questão racial, isto é, de que modo este aspecto marcou as relações produzidas pela família, além do próprio João Gabriel Baptista, principalmente a partir do século XX.

Sobre este elemento, Barros (2021), em sua narrativa sobre a presença de homens das elites teresinenses em festas com o objetivo de divertir-se no início do século XX, tratando de sujeitos como Mário Baptista, tio de João Gabriel Baptista, e um dos indivíduos que discutimos no primeiro capítulo desta obra, discorre acerca da problemática vivenciada na época e narrada nas crônicas que o autor teve acesso em torno de se dançar com uma mulher negra naquele momento, denotando como a questão racial era percebida por estes grupos, como afetavam suas práticas, ações no tecido social e também na família.

Cabe ainda um estudo mais aprofundado sobre outros aspectos que, por ausência de documentação, não pudemos discutir de modo mais específico, como a questão patrimonial/material, as ideologias políticas compartilhadas pela família de João Gabriel Baptista, a exemplo de seus posicionamentos quanto a escravidão, especialmente ao se considerar que se tratava de indivíduos que possuíam escravizados, além das alterações do sistema político quando da passagem do Império para a República ou mesmo quanto às conjunturas políticas entre os anos 1930 e 1940 e as posturas

adotadas por seu pai e por João Gabriel Baptista em relação a ascensão de Getúlio Vargas, o seu governo, seu impacto na política piauiense e a implementação de um novo sistema político a partir de meados dos anos 1940.

Faz-se pertinente também a produção de uma pesquisa, com acesso a novos documentos, como as atas de reunião do colegiado do curso de Geografia da UFPI, que possibilite refletir sobre a atuação de João Gabriel Baptista no curso, tanto no espaço da sala de aula, mas fora dele em outros âmbitos universitários, bem como a relação estabelecida com os colegas docentes.

Se tornaria interessante ainda a realização de entrevistas com colegas de trabalho na Universidade Federal do Piauí, no Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e ex-alunos do sujeito desta pesquisa, bem como contemporâneos da APL que tiveram contato com João Gabriel Baptista nesta última instituição. Estas entrevistas não foram realizadas para a produção da narrativa desta obra em função do tempo, considerando que finalizamos o texto em dois anos, mas também em decorrência da pandemia do COVID-19 (causada pelo coronavírus SARS-CoV-2) que afetou o mundo entre 2020 e 2022 e impossibilitou a produção destas fontes orais, principalmente tendo em vista que os sujeitos entrevistados tratar-se-iam de pessoas idosas, portanto, no grupo de risco da enfermidade.

Finalizamos, então, esta narrativa lembrando que o que aqui foi escrito e discutido não se trata de um esgotamento de João Gabriel Baptista. Serve, no entanto, como um ponto de partida, uma dentre muitas possibilidades de se pensar este sujeito, atentas às necessidades de cada época e a seus questionamentos. Portanto, considerando os meandros que envolvem a escrita da História encerramos indicando que o texto aqui produzido é apenas um entre os que podem/devem/irão surgir ao tempo em que a sociedade se modifica e novas perguntas são formuladas.

Referências

BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Irlane Gonçalves. **Área periurbana norte de Teresina (PI):** reconfigurações espaciais e mudanças na vida de seus moradores. 2014. 178 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ABREU, Irlane Gonçalves. **O crescimento da Zona Leste de Teresina – Um caso de segregação?** 1983. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

AGUIAR JÚNIOR, José de Arimatéia Freitas. **Festas, hinos e marchas:** constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945). 2014. 212 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História:** a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas: História, prosopografia e biografemas. *In:* AVELAR, Alexandre de

Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 15-38.

ALPINO, Taís de Moura Ariza; FREITAS, Carlos Machado de; COSTA, André Monteiro. Seca como desastre. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 38, n. 2, p. 109-134, 2014.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. **Entre o sertão e as margens do Rio Parnaíba**: a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. 2016. 212 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. *In*: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 37-65.

ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. **Tecendo Narrativas**: vivências estudantis na FAFI e UFPI durante a Ditadura Militar. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

ARAÚJO, Romão Moura de. **“Saúde, uma das nossas reais necessidades!”**: o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910 a 1930). 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

AREND, Silvia Fávero. Meninas: Trabalho, Escola e Lazer. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 34-42.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão em Fortaleza**: um estudo a partir dos inventários *post-mortem* (1850 – 1884). 2002. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita biográfica, escrita da História: Das pos-

sibilidades de sentido. *In*: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 63-82.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BAECHLER, Jean Grupos e Sociabilidade. *In*: BOUDON, Raymond (dir.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 65-106.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rebelais. São Paulo: HUCITEC/Brasília: UNB, 1987.

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. O rio Parnaíba e o Piauí: Contribuições Histórico-Geográficas do Professor João Gabriel Baptista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí – IHGPI**, Teresina, ano 100, v. 8, p. 71-94, 2018.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Amarras e desamarras**: cotidiano e modernização em amarração no litoral do Piauí (1880-1930). 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. Da Selva ao Sangue Á Vida: O Discurso Historiográfico Indígena no Piauí. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANPUH, 2017. p. 1-17.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; COSTA FILHO, Alcebíades; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. Questões de Identidade e Distinção Social através do consumo de caranguejo, peixe e caju no litoral piauiense na primeira metade do século XX. **Revista História e Cultura**, Franca (SP), v. 9 n. 2, p. 244-272, 2020.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Questões de litígio entre o Piauí e o Ceará: Embates pela Vila de Amarração no litoral do Piauí (1880 – 1884). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.182 n. 485, p. 225-252, jan./abr. 2021a.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. O Inimigo vem do Mar: Cólera, Medo e Morte no Litoral Piauiense no Final do Século XIX. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science (UniEVANGÉLICA)**, v. 7, n. 2, p. 12-28, maio / ago. 2018.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. “De todos os pontos partirão reclamações”: cólera e medo no Piauí (1862 – 1866). **Revista NUPPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 128-146, set./dez. 2021b.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. “Desordens, barulhos e pancadas”: conflitos em Amarração na divisa norte Piauí/Ceará na segunda metade do século XIX. *In*: CASTELO BRANCO, Edwar; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; BORGES, Cássio de Sousa (org.). **História, sentido e acontecimento**: narrativas. Teresina: Cancioneiro, 2022. p. 67-88.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. Reflexões sobre modernidade e salubridade pública na vila de Amarração no Piauí no final do século XIX e início do XX. **Contraponto – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**, Teresina, v. 10, n. 1, p. 232-253, jan./jun., 2021.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. De Atalaia a Pedra do Sal: a influência da modernidade no consumo do espaço da praia no litoral do Piauí no início do século XX. *In*: BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaela Viana da (org.). **Dos tempos à viração, dos ventos à amarração**: Estudos Histórico-Geográficos sobre o Litoral do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2020. p.17-46.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Sob a vista enigmática do Ocidente: a modernidade na transformação e surgimento de novas paisagens na vila de Amarração no litoral do Piauí no final do século XIX

e primeira metade do século XX. In: ANDRADE, Andreia Rodrigues de; SILVA, Cleide Maria de Carvalho; FERREIRA, Ronyere (org.). **História, cidade e cultura**. Teresina: Cancioneiro, 2021c. p. 127-154.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Do hidroavião ao automóvel: a experiência da modernidade em Luís Correia (PI) na década de 1930. **Esboços**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 492-508, maio/ago., 2021d.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Cearenses ou piauienses? Reflexões sobre identidade na Vila de Amarração no litoral do Piauí no final do século XIX. In: PEREIRA, Denise; CARNEIRO, Maristela (org.). **O Brasil dimensionado pela história 2**. Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 25-36.

BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. Apresentação. In: BAPTISTA, João Gabriel. **Mapas geohistóricos do Piauí**. Teresina: Projeto Petrônio Portela/COMEPI, 1986. p. 1-2.

BARBOSA, Emiliano Côrtes. **Escola Politécnica da Bahia: Poder, política e educação na Bahia Republicana (1896 – 1920)**. 2010. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BARBOSA, Silvana Mota. O Conselho de Ministros no Império do Brasil. **Locus**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 52-62, 2007.

BARROS, Fransuel Lima de. **Teresina moderna e civilizada: as sociabilidades teresinenses sob o olhar dos cronistas (1900 – 1930)**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. São Paulo: Autêntica, 2012.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918**: epidemia e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso**: 1900-1950. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma**: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Unicamp, 2004.

BERTUCCI, Liane Maria. Os paulistanos e as faces do medo durante a gripe espanhola. *In*: MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **As doenças e os medos sociais**. São Paulo: FAP/UNIFESP, 2012. p. 145-158.

BITTENCOURT, Ezio. Apontamentos sobre o movimento teatral em Rio Grande no século XIX. **BIBLOS**, Rio Grande (RS), v. 8, p. 117-137, 1996.

BLOCH, Arnaldo. **Os irmãos Karamabloch**: ascensão e queda de um império familiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONTEMPI JR., Bruno. Em defesa de “legítimos interesses”: o ensino secundário no discurso educacional de *O Estado de S. Paulo* (1946 – 1957). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá (PR), v. 6, n. 12, p.121-158, jul./dez. 2006.

BORGES, Jóina Freitas. **Sob os areais**: Arqueologia, História e Memória. 2006. 333 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de

Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

BORRALHO, José Henrique de Paula. Um Pantheon Equinocial: a construção biográfica de maranhenses e a formação do império brasileiro. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH-Brasil, 2009. p. 1-9.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BRANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa. Alcebiades. **Escrita dos movimentos interiores**: escrita de si e construção de uma trajetória de intelectualidade e distinção em A. Tito Filho (1971-1992). 2012. 264 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **100 anos de Saúde Pública**: a visão da FUNASA. Brasília: FUNASA, 2004.

BRASIL. Império. O Ato adicional à Constituição do Império. *In*: ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. **História Constitucional do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 593-600.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto nº 66.623, de 22 de Maio de 1970**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Saúde, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66623-22-maio-1970-408086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2023.

BURGER, Juliana Bandeira de Arruda. **A paisagem nos planos de saneamento de Saturnino de Brito**: entre Santos e Recife (1905-1917). 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CALANCA, Daniela. **História social da moda**. São Paulo: SENAC, 2008.

CAMARGO, Rosane Feijão de Toledo. **“Tudo é novo sob o sol”**: moda, corpo e cidade no Rio de Janeiro dos anos 20. 2016. 238 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de Gênero, Amor e Casamento em Teresina (1920 – 1960)**. 2010. 535 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Singulares**: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930 – 1970). 2002. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CARDOZO, José Carlos da Silva; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. A importância de de ser juiz de órfãos (Porto Alegre, século XIX). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS**, Porto Alegre, ano 96, n. 151, p. 161-198, dez. 2016.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Os usos da biografia pela micro-história italiana: interdependências, biografias coletivas e network analysis. *In*: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 33-58.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a Repú-

blica que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **Dom Avelar Brandão Vilela**: uma biografia histórica. 2010. 207 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CARVALHO, Thaís de Freitas. O caráter utópico da embriaguez e o significado da sociabilidade boêmia para a cultura popular (Pelotas, RS, 1930-1939). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS, 12., 2014, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: Unisinos, 2014. p. 1-15.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura, 2).

CASTELO BRANCO, Edwar; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Por uma escrita bailarina da História. In: PATRIOTA, Rosângela. **Escritas da História**: Ver – Sentir – Narrar. São Paulo: HUCITEC, 2017. p. 51-64.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades**: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**: a condição feminina na Primeira República. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações.

Lisboa, Portugal: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-19, jan. / abr., 1991.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira (Pe). **O índio no solo piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Teresina**: subsídios para a história do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Prefácio à História do Corpo. In: _____. **História do Corpo**: da Renascença às Luzes. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008. p. 7-13.

CÔRTEZ, Livia Gomes. Mulheres na engenharia: a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia de 1897 a 1970. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/BAHIA, 10., 2020, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: UESB, 2020. p. 1-12.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A Escola do Sertão**: ensino e sociedade no Piauí, 1850 – 1889. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A Gestação de Crispim**: um estudo sobre a constituição histórica da piauiensidade. 2010. 194 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

COSTA, João Paulo Peixoto. A farsa do extermínio: reflexões sobre a historiografia indígena no Piauí. In: MENDES, Algemira de Macedo; FERREIRA, Elio; COSTA, Margareth Torres de Alencar (org.). **Literatura, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**: memória, identidade, ensino e construções literárias. v. 2. Teresina UFPI/ UESPI, 2013. p. 351-362.

COSTA, Renato Gama-Rosa; COHEN, Simone Cynamon; SOTERIO, Camila Nunes. Elias Cynamon e o Programa do Rio Doce (Sesp): contribuição de fontes para a história das ações de saúde e saneamento no Brasil, 1952- 1960. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.245-259, jan./mar. 2018.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. *In*: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 187-201.

DAMASIO, João Paulo Frota; MARQUES, Ana Beatriz Barreto; JOHNSON, Ana Clara de Oliveira; ISIDORO, Carlos Eduardo da Silva; SANTOS, Fernanda Vitória Cardoso; SOUZA, Gabriel da Costa Medeiros de; OLIVEIRA, Gabryelly Thallya Queiroz; SOUSA, Heloysa Saraiva Ribeiro Mauricio de; MENDES NETO, Manoel Adauto; ALCÂNTARA, Tatiana Vasques Grangeiro Ferreira de. Doença de Alzheimer: uma atualização sobre a conduta diagnóstica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 1-7, maio 2021.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

DEL PRIORE, Mary. Biografia, biografados: uma janela para a história. *In*: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 73-90.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira, volume 3**: República – Memórias (1889 – 1950). Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira, volume 4**: República – Testemunhos (1951 – 2000). São Paulo: LeYa, 2019.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas**: sexualidade e erotismo na História do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: para literatura menor. Tradução de Rafael Godinho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DICK, Sara Martha. A expansão do ensino secundário na Bahia (1942 – 1961). **Revista da FAAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 59, p. 310-327, jul./set. 2020.

DINIZ, Eduardo Albuquerque Rodrigues; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. A atuação dos egressos da Escola do Recife no Piauí no final do século XIX e início do século XX. *In*: PEREIRA, Denise; BORTOLOTTI Karen Fernanda (org.). **Chave de compreensão da história**: cultura & identidades. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 38-52.

DORÉ, Andréa; RIBEIRO, Luiz Carlos (org.). **O que é sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

DOURADO, Larissa Bagano. Damiana, Archanja e Luiza: três cativas da Paraíba do Norte comercializadas na corte do Império. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANPUH-Brasil/UNB, 2017. p. 1-16.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina**: agentes, processos e formas espaciais. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FAÇANHA, Antônio Cardoso; SOUSA, Mário Ângelo de Meneses. Apresentação. *In*: _____. (org.). **Indicações Geográficas e temas em foco**. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 10.

FALCI, Miridan Britto Knox. Mulheres do sertão nordestino. *In*: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 202-231.

FARIA, Vanessa Silva de. Sistema eleitoral, reformas e o parlamento brasileiro no século XIX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPUH-Brasil, 2019. p. 1-17.

FARIAS, Vanessa Soares Negreiros. As transformações na educação piauiense na era Vargas. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH-Brasil: UFRN, 2013. p. 1-13.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, UFPR, v. 22, n. 28, p. 17-36, nov. 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FERNANDES, Francielly Keyse Martins; REIS, Joseni Pereira Meira. O teatro como modo de educação e participação nas culturas do escrito em Caetité-Bahia, no início do século XX. **Revista Cocar**, Belém, v. 15, n. 31, p. 1-20, 2021.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. **Revista Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon (PR), v. 9, n. 10, p. 1-25, 2014.

FERREIRA, Ana Raquel Pinto Guedes. **A História do Movimento Ambientalista**: A sua trajetória no Piauí. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. *In*: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930, vol. 3**. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

FERREIRA, Ronyere. Diversões populares e controle cultural em Teresina: segunda metade do século XIX. **Contraponto – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**, Teresina, v. 6, n. 1, p. 123-144, jan./jun., 2017.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. 2009. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **A letra e o tempo**: A escrita de O. G. Rego de Carvalho entre a ficção e a história da literatura. 2016. 333 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Revista Projeto História**: trabalhos de memória, São Paulo, PUC, n. 17, p. 213 – 221, nov. 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O início da História e as lágrimas de Tucídides. *In*: _____. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. São Paulo: Imago, 1998. p. 15-37.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-Beira** (1850-1950). Teresina: EDUFPI, 2010.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História**, São Paulo, UNESP, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.

GASKELL, Ivan. História das imagens. *In*: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 237-272.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Poder Judiciário na Primeira República: a justiça, o autoritarismo e os interesses oligárquicos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2015. p. 1-13.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. *In*: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Histó-**

ria das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 536-559.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 53-72.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário histórico-biográfico piauiense 1718-1993**. 2. ed. Teresina: Júnior, 1993.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande Dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997.

GOULART, Adriana da Costa. **Um cenário mefistofélico**: gripe espanhola no Rio de Janeiro. 2003. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRIQUES, Helder. Os professores do Liceu de Portalegre (Portugal) (1851–1960). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 151-171, jul./dez., 2012.

HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Teresa Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manuais**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 233-273, 2002.

HOBBSBAWM, Eric John Ernest. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

IGLÉSIAS, Francisco *et al.* **O Brasil Monárquico**: reações e transações v. 5. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Matões**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/matoes/historico>. Acesso em: 20 abr. 2022.

LAMEGO, Mariana. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: construindo um objeto imaginário. **Terra Brasilis** – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e de Geografia Histórica, Niterói, v. 3, p. 1-33, 2014.

LANNA, Ana Lucia Duarte. Trabalhadores das ferrovias. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro, São Paulo, 1870-1920. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p. 505-545, maio/ago. 2016.

LEAL, Fabiana Machado. Corologia e o Sentido de Localização. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 8, 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ANPEGE, 2009. p. 1-18.

LEFEBVRE, Henri. **Introduction to modernity**: twelve preludes. London: Verso, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LIMA, Glauber Guedes Ferreira de. “O Tráfico Intraprovincial de Escravos em Pernambuco (1871-1889)”: aspectos do fluxo do comércio de escravos em Pernambuco num período de crise. *In*: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA, 5.; ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 5., 2004, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPUH/UFPE, 2004. p. 1-11.

LIMA, Jurandir Gonçalves. **Memórias Afetivas de Teresina**: Tensões entre Tradição e Modernidade no Processo de Modernização da Cidade (1970-2000). 2016. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LORIGA, Sabrina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-403.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

LUCHEZI, Tatiana de Freitas. O automóvel como símbolo da sociedade contemporânea. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6., 2010, Caxias do Sul (RS). **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010. p. 1-14.

MACHADO, Paulo Henrique Couto. **As trilhas da morte**: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense. Teresina: Corisco, 2002.

MAIA, Cláudia de Jesus. **A invenção da solteirona**: conjugalida e terror moral – Minas Gerais (1890 – 1948). 2007. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter sadia a criança sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. 2017. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cabelo, barba e bigode: masculinidades, corpos e subjetividades. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 125-143, 2011.

MAUAD, Ana Maria; RAMOS, Itan Cruz. Fotografias de família e os itinerários da intimidade na história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 155-178, jan./jun. 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antônio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil, v. 4**: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 559-658.

MELO, Antônio Maureni Vaz Verçosa de. **Os alicerces da Educação Superior no Piauí**: uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930 - 1970). 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A construção da memória cívica**: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945). 2009. 231 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Unesp, 2003.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. **Legislação eleitoral e política regional**: um estudo sobre o impacto das reformas de 1855, 1860 e 1875 no sul fluminense. 2014. 313 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTTA, Alda Britto da. Mulheres Velhas: elas começam a aparecer. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 43-62.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, Francisco Miguel de. **Literatura do Piauí**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. **Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais**. 2010. 251 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. O impacto cultural da Academia Piauiense de Letras para os intelectuais do Piauí no século XX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-15.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Alexsandro Ribeiro do. A justiça quase perfeita: discussões sobre os juízes municipais na comarca do Recife. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2013. p. 1-12.

NASCIMENTO, Alexsandro Ribeiro do. **Sob o império da lei: a atuação dos juízes municipais na comarca do Recife (1841 – 1850)**. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

NASCIMENTO, Bárbara Bruma Rocha do. **História, cidade e literatura em A. Tito Filho (1971 – 1975)**. Teresina, 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 53, p. 195-214, jan./jun. 2007.

NASCIMENTO, Norton Gabriel; ROPELATTO, Luciane. Moda, efemeridade e os momentos críticos do século XX. **DAPesquisa**, Florianópolis, v.11, n.16, p. 228-238, ago. 2016.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. “Deus me deu essa vida por prêmio, serei o boêmio enquanto ele quiser” música e boemia nas primeiras décadas

do século XX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPUH-Brasil, 2015. p. 1-14.

NERY, Ana Karoline de Freitas. **Políticas Públicas de Saúde, Doenças e Medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940**. 2021. 230 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

NERY, Ana Karoline de Freitas; CARDOSO, Elizangela Barbosa. O impaludismo/malária no Piauí: medidas profiláticas e ações terapêuticas para o tratamento entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, São Cristóvão, v. 15, n. 29, p. 135-154, jul./dez. 2021.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez./1993.

NUNES, Manoel Paulo. Uma raça extinga: prefácio da 2ª edição. *In*: BAPTISTA, João Gabriel. **Etnohistória indígena piauiense**. 2 ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2009. (Coleção Grandes Temas, v. 2). p. 7- 8.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2007. v.1.

OLIVEIRA, Camila de Macêdo Nogueira e Martins. **As representações femininas na literatura de Clodoaldo Freitas**. 2019. 215 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica. *In*: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 59-72.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945 – 1964)**.

Teresina: Cancioneiro, 2020.

OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Mar à venda:** pescadores e turismo no “Piauí Novo” (anos 1970). 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. **O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo.** 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

PANAZZOLO, Flavia de Brito. Turismo de massa: um breve resgate histórico e a sua importância no contexto atual. *In:* SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 3., 2005, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2005. p. 1-13.

PERROT, Michelle. Al margen: célibes y solitarios. *In:* ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.). **Historia de la vida privada:** De la Revolución Francesa a la Primera Guerra Mundial – v. 4. [S. l.: s. n.], 1985. p. 307-323.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In:* PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUAGE, Frédérique (org.). **Sensibilidades na história:** memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 9-22.

PIMENTA, Evaristo Caixeta. **As urnas sagradas do Império do Brasil:** governo representativo e práticas eleitorais em Minas Gerais (1846-1881). 2012. 233 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí.** 3. ed. Teresina:

Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1997.

PINHO, Allan Ricelli Rodrigues de. **Teresina e seus dramas**: transporte coletivo, tráfego e “trampo” (década de 1970). 2019. 288 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 508-535.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi. Imagens e Representações 1: a era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 229-248.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PISANESCHI, Lucilene Schunck Costa; BAUER, Carlos; FREITAS, Viviane. Fotografia como fonte histórica: Desafios postos à historiografia contemporânea. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 25., 2020, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: ANPUH-SP, 2020. p. 1-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **De Pétalas e Pedras**: a trajetória de Francisco Julião. 2013. 428 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social – Instituto de História – Universida-

de Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 103-130.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 1998.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí**: 1880 – 1930. Imperatriz (MA): Ética, 2008.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. História e literatura. *In*: _____. **Do singular ao plural**. Recife: Bagaço, 2006. p. 81-93.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita; FERREIRA, Ronyere. Literatos, política e atuação profissional em Teresina no início do século XX. **Intellêctus**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 190-207, 2017.

RABELO, Elson de Assis. **A história entre tempos e contratempos**: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares**: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950). 2010. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. **Império das incertezas**: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868 – 1889). 2015. 252 f. Dissertação

ção (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. Monarquia Federativa e Democrática: o congresso liberal de 1889 e os sentidos do reformismo nos momentos finais do império. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 34, p. 52-72, 2016.

RICOUER, Paul. Da memória e da reminiscência. *In*: _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007. p. 25-70.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. **Lugares, saber e poder**: apropriação feminina sobre as práticas discursivas entre 1875 - 1950. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

ROCHA, Paolla Rolon; CUNHA JÚNIOR, Mauro. O ensino secundário no Brasil (1931 – 1961). *In*: CASTRO, Paula Almeida de; SILVA, Gessika Cecília Carvalho da; SILVA, Alex Vieira da; SILVA, Givanildo da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de Sousa (org.). **Escola em tempos de conexões v.3**. Campina Grande (PB): Realize, 2022. p. 340-364.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. **Cartografias do Prazer**: Boemia e Prostituição em Teresina (1930 – 1970). 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**. Guarulhos, v. 1, n.4, p. 5-45, 2. sem. 2012.

SANT'ANNA-MULLER, Mara Rubia; RIFFEL, Renato. Performances de gênero: masculinidade, fotografia e história. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande (RS), v. 4, n. 7, p. 94-105, jul. 2012.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. **Asilo de alienados de Teresina**: história da assistência e da institucionalização dos loucos[as] no Piauí (1880 a 1920). 2017. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTOS, Arthur Roberto Germano Santos. **Uma história de partidos:** organização e atuação políticas da elite maranhense a partir da Assembleia Provincial e da Presidência da Província (1842/1857). 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

SANTOS, Luciana Ibarra dos. **Há algo de novo no *front*:** A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Patrícia de Sousa. **Comemorando a Bendita Santa:** experiências religiosas e práticas festivas na devoção à Santa Cruz dos Milagres – Piauí (1968 – 1990). 2020. 222 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2020.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História, memória e identidade na cidade de Timon na década de 1980.** 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007a.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **Timon:** uma flor de cajazeira - do povoamento à vila. Timon: [s. n.], 2007b.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **MÉTIS:** história & cultura, Caxias do Sul (RS), v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil:** uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ; Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte:** a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In:* PINSKY,

Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-22.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. *In*: _____ (org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003. p. 59-89.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritos e ritmos do Rio. *In*: _____ (org.). **História da Vida Privada no Brasil, v. 3: República: Da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 513-619.

SILVA, Alexandre Ribeiro e. **“Este interessante ramo do serviço público”**: produção de reformas da instrução pública no Maranhão Imperial (1838-1864). 2018. 331 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Francisco das Chagas Rodrigues da. **Organização do Currículo e Construção do Conhecimento**: uma análise da Licenciatura em Geografia da UFPI. 2015. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Francisco de Assis Oliveira. O estado imperial em construção: Manoel de Sousa Martins e a Política imperial no Piauí, 1823-1826. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. p. 1-13.

SILVA, Maurício. Consagração e decadência do academicismo literário: o caso do jornalismo. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 77-95, 2010.

SILVA, Mucio Cesar. **Poder político e distribuição orçamentária em São Paulo na Primeira República – 1890-1920**. 2006. 274 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Rafaela Martins. Seca e doenças em Teresina: a Santa Casa de Misericórdia e a assistência médica aos pobres na cidade (1877 – 1915). **[SYN] THESIS**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 96-106, maio/ago. 2020.

SILVA, Tiago Rodrigues da; SILVA, Edvin Luisi da; COSTA, Odaléia Alves da. História da escola primária rural em Timon nos documentos da Câmara Municipal entre 1950 e 1975. *In*: SILVA, Tiago Rodrigues da; COSTA, Odaléia Alves da (org.). **História do ensino primário e secundário de Timon (1950-1986)**: instituições e práticas educativas. Juiz de Fora: Garcia, 2020. p. 17-57.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: _____. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SILVEIRA FILHO, José Camilo da. Apresentação. *In*: BAPTISTA, João Gabriel. **Geografia Física do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1975.

SILVEIRA, Thiago Coelho. **Nos rastros de Gil Martins**: Comércio, Política e Industrialização na Primeira República Brasileira (1889 – 1930). 2019. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2019.

SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 259-279.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

SOUZA, Christiane Maria Cruz. **A Gripe Espanhola na Bahia**: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

SOUZA, Joana Batista de. **Educação Patrimonial**: passados possíveis de se preservar em Caxias-MA. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-193, maio/jun./jul./ago. 2000.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. *In*: DEL PRIORE, Mary;

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 560-562.

TITO FILHO, José de Arimathéa. **Teresina**. Ruas - Praças - Avenidas. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1986.

TÔRRES, Gislane Cristiane Machado. **O Poder e as Letras**: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

UJVARI, Stefan Cunha. A misteriosa origem da Sífilis. In: _____. **A História da Humanidade contada pelos vírus**. São Paulo: Contexto, 2012. p.47-56.

VASCONCELOS, Maria Inês Bandeira de. **Liceu Piauiense (1845-1970)**: desvendando aspectos de sua história e memória. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

VELASQUES, Muza Clara Chaves. **A Lapa Boêmia**: um estudo da identidade carioca. 1994. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: _____. (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 3-14.

VIEIRA, Jofre Téofilo. **Uma tragédia em três partes**: o motim dos pretos da Laura em 1839. 2010. 298 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro**: a ferrovia e a cidade de Par-

naíba, 1916-1960. 2010. 247 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **Os fazedores de cidade**: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852). 2016. 272 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7 – 72.

FONTES

Artigos Publicados por João Gabriel Baptista

BAPTISTA, João Gabriel. A “Via crucis” do Parnaíba. **Cadernos de Teresina**, Teresina, ano 8, n. 16, p. 31-36, abr. 1994.

BAPTISTA, João Gabriel. O Parnaíba na economia piauiense. **Econômica Piauiense**, Teresina, 1957.

BAPTISTA, João Gabriel. Estrutura Geológica do Piauí. **Econômica Piauiense**, Teresina, v. 4, n. 4, p. 231-235, 1960.

BAPTISTA, João Gabriel. Questões fronteiriças do Piauí. **Revista da Universidade Federal do Piauí**, Teresina, v. 1, n. 2, p. 44-48, set. 1981.

Currículo elaborado por João Gabriel Baptista

BAPTISTA, João Gabriel. **Curriculum vitae**. Teresina, 2000.

DOCUMENTOS DO PODER EXECUTIVO

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 9.774, de 6 de setembro de 1946**. Desincorpora a Estrada de Ferro Central do Piauí da Estrada de Ferro São Luís a Terezina, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9774.htm. Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 452, de 5 de julho de 1937**. Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-452-5-julho-1937-398060-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PIAUHY. Presidência da Província. **Relatorio com que o Exm. Sr. 3º Vice-Presidente da Provincia do Piauhy Coronel Ernesto José Baptista passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Dr. José Mariano Lustosa do Amaral no dia 27 de julho de 1859**. Therezina: Typ. Constitucional, 1860a.

PIAUHY. Presidência da Província. **Relatorio com que o Exm. Sr. 3º Vice-Presidente da Provincia do Piauhy Coronel Ernesto José Baptista passou a administração da mesma ao Dr. Manoel Antonio Duarte D’Azevedo no dia 13 de julho de 1860**. Therezina: Typ. Constitucional, 1860b.

PIAUHY. Presidência da Província. **Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Antonio Corrêa do Couto passou a administração ao Exm. Vice-Presidente o Commendador Ernesto José Baptista no dia 27 de junho de 1859**. Therezina: Typ. Constitucional, 1860c.

PIAUHY. Presidência da Província. **Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 3º Vice-Presidente da Provincia do Piauhy Coronel Ernesto José Baptista no dia 16 de maio de 1860**. Therezina: Typ. Constitucional, 1860d.

PIAUHY. Câmara Legislativa do Piauí. **Mensagem lida, a 1.º de junho de 1928, perante a Camara Legislativa do Piauí, pelo governador Exm. Snr. Dr. Mathias Olympio de Mello.** Teresina: Imprensa Oficial, 1928.

PIAUÍ. Câmara Legislativa do Piauí. **Mensagem apresentada á Câmara Legislativa do Piauí pelo Exmo. Snr. Dr. Euripedes Clementino de Aguiar, Governador do Estado em 1º de junho de 1919.** Teresina: Typ d' "O Piauí", 1919.

PIAUÍ. Câmara Legislativa do Piauí. **Mensagem apresentada á Câmara Legislativa do Piauí pelo Exmo. Snr. Dr. Euripedes Clementino de Aguiar, Governador do Estado em 1º de junho de 1920.** Teresina: Typ d' "O Piauí", 1920.

TERESINA (PI). Cartório 2º Ofício (Joaquim Dias de Santana). **Registro de óbito [de] Maria das Mercês Baptista Silva.** Registro em: 8 dez. 1965.

TERESINA (PI). Prefeitura Municipal. **Decreto 11.428, de 9 de agosto de 2011.** Dá denominação a logradouros públicos de Teresina na forma específica. Teresina: SEMPLAN, 2011. Anexo Único, p. 4.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Portaria Nº 18/2021 - CCHL, de 08 de março de 2021.** Designa salas para a Coordenação do Curso de Geografia. Teresina: CCHL/UFPI, 2021.

Entrevistas

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. **Elisabeth Mary de Carvalho Baptista:** depoimento [nov. 2021]. Entrevistador: Marcus Pierre de Carvalho Baptista. Teresina, 2021. *Google Meet*. Entrevista concedida a Marcus Pierre de Carvalho Baptista.

BAPTISTA, Ernesto José. **Ernesto José Baptista:** depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Marcus Pierre de Carvalho Baptista. Teresina, 2019. *Skype*. Entrevista concedida a Marcus Pierre de Carvalho Baptista.

BAPTISTA, Fernando Luís de Carvalho. **Fernando Luís de Carvalho Baptista:** depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Marcus Pierre de Carvalho Baptista. Teresina, 2019. *Gravador Digital*. Entrevista concedida a Marcus

Pierre de Carvalho Baptista.

BAPTISTA, João Gabriel. **João Gabriel Baptista**: depoimento [out. 2001]. Entrevistador: Francisco de Assis Veloso Filho. Teresina, 2001. Gravador Analógico. Entrevista concedida a Francisco de Assis Veloso Filho.

BARBOSA, Maria de Socorro Baptista. **Maria de Socorro Baptista Barbosa**: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Marcus Pierre de Carvalho Baptista. Teresina, 2019. Skype. Entrevista concedida a Marcus Pierre de Carvalho Baptista.

Hemerográficas

Á ASSEMBLEA Mudista. **O Echo Liberal**, Oeiras, n. 147, p. 1-4, sem o dia, 15 jul. 1852.

A ESTRADA da Therezina. **O Observador**, Maranhão, anno 9, n. 475, p. 3, Sábado, 12 abr. 1856.

A PEDIDO. **A Imprensa**, Theresina, anno 14, n. 567, p. 3, Sexta-feira, 15 nov. 1878.

A PEDIDO. **A Imprensa**, Theresina, anno 14, n. 591, p. 3-4, Segunda-feira, 28 abr. 1879.

A ÚLTIMA hora. **A Aurora** – Folha Política e Commercial, Caxias, anno 1, n. 1, p. 1, Quinta feira, 12 abr. 1849.

ACTOS do poder executivo. **Diario do Piauhy**, Teresina, anno 1, n. 93, p. 2, Quinta-feira, 22 jun. 1911.

ANNUNCIOS. **A Imprensa**, Theresina, anno 13, n. 517, p. 4, Sexta-feira, 14 set. 1877.

ANNUNCIOS. **O Piauhy**, Órgão do Partido Conservador, Theresina, anno 3, n. 86, p. 4, 20 jun. 1869.

ANNUNCIOS. **O Piauhy**, Órgão do Partido Conservador, Theresina, anno 3, n. 87, p. 4, 25 jun. 1869.

ANNUNCIOS. **O Piauí**, Órgão do Partido Conservador, Theresina, anno 3, n. 86, p. 4, 20 jun. 1869.

ANNUNCIOS. **O Piauí**, Órgão do Partido Conservador, Theresina, anno 3, n. 87, p. 4, 25 jun. 1869.

ANNUNCIOS. **O Propagador**, Theresina, anno 2, n. 55, p. 4, Sexta-feira 4 fev. 1859.

ANNUNCIOS. **O Propagador**, Theresina, anno 3, n. 137, p. 4, Segunda-feira, 10 dez. 1860.

ANNUNCIOS. **Publicador Maranhense**, Folha Official e Diaria, S. Luiz, anno 19, n. 82, p. 3, Terça-feira, 10 abr. 1860.

ANNUNCIOS. **Publicador Maranhense**, folha Official e diária, S. Luiz, anno 26, n. 4, p. 3, Sabbado, 5 jan. 1867.

ANNUNCIOS. **Publicador Maranhense**, folha Official e diária, S. Luiz, anno 26, n. 146, p. 3, Sexta-feira, 28 jun. 1867.

ANNUNCIOS. **Publicador Maranhense**, Folha Official e Diaria, São Luiz, anno 19, n. 85, p. 4, Sexta-feira, 13 abr. 1860.

AO PUBLICO. **A Época**, Theresina, anno 7, n. 299, p. 1, 5 abr. 1884.

AO PUBLICO. **A Imprensa**, Theresina, anno 19, n. 806, p. 3, Sabbado, 19 jan. 1884.

AO PUBLICO. **A Imprensa**, Theresina, anno 19, n. 811, p. 3-4, Quinta-feira, 28 fev. 1884.

AO PUBLICO. **A Imprensa**, Theresina, anno 19, n. 813, p. 3-4, Sabbado, 15 mar. 1884.

AO PUBLICO. **A Imprensa**, Theresina, anno 19, n. 816, p. 2, Terça-feira, 8 abr. 1884.

AS FESTAS da posse. **Diario do Piauhhy**, Teresina, anno 2, n. 140, p. 1, quinta-feira, 4 jul. 1912.

AS FESTAS da posse. **Diario do Piauhhy**, Teresina, anno 2, n. 145, p. 1, quarta-feira, 10 jul. 1912.

AS FESTAS da posse. **Diario do Piauhhy**, Teresina, anno 2, n. 146, p. 1, quinta-feira, 11 jul. 1912.

ATENÇÃO. **O Piauhhy**, Órgão do Partido Conservador, Theresina, anno 3, n. 102, p. 3-4, Quarta-feira, 22 set. 1869.

BANQUETE. **Diario do Piauhhy**, Teresina, anno 4, n. 169, p. 2, terça-feira, 28 jul. 1914.

BAPTISTA, João Gabriel. De Quando em Quando. **FOLHA DO NORDESTE**, Teresina, 9 fev. 1962.

BAPTISTA, João Gabriel. De Quando em Quando. **FOLHA DO NORDESTE**, Teresina, 20 fev. 1962.

BAPTISTA, João Gabriel. De Quando em Quando. **FOLHA DO NORDESTE**, Teresina, 10 mar. 1962.

BAPTISTA, João Gabriel. De Quando em Quando. **FOLHA DO NORDESTE**, Teresina, 2 jun. 1962.

BAPTISTA, João Gabriel. De Quando em Quando. **FOLHA DO NORDESTE**, Teresina, 1 jul. 1962.

BAPTISTA, João Gabriel. De Quando em Quando. **FOLHA DO NORDESTE**, Teresina, 26 ago. 1962.

BAPTISTA, João Gabriel. De Quando em Quando. **FOLHA DO NORDESTE**, Teresina, 8 ago. 1963.

BAPTISTA, João Gabriel. De Quando em Quando. **FOLHA DO NORDESTE**, Teresina, 25 ago. 1963.

BAPTISTA, João Gabriel. De Quando em Quando. **FOLHA DO NORDESTE**, Teresina, 13 out. 1963.

BAPTISTA, João Gabriel Baptista. Uma ofensa à geopolítica. **O DIA**, Teresina, ano 38, p. 4, Quarta-feira, 18 out. 1989.

BARROS, Cláudio. João Gabriel Baptista, um geógrafo que fez História. **MEIO NORTE**, Teresina, p. 6-7, Segunda-feira, 13 ago. 2001.

CADEIRA 1. **Notícias Acadêmicas**, Teresina, ano 2, n. 21, p. 1-8, set. 1987.

CEARÁ briga por imposto em 2 frentes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 168, 1º caderno, p. 34, 23 set. 1973.

CHEGADA. **A Imprensa**, Teresina, anno 13, n. 531, p. 3, Quarta-feira, 6 fev. 1878.

COMMUNICADO. **O Echo Liberal**, Oeiras, n. 97, p. 2-3, p. 3, Quinta feira, 24 jul. 1851.

COMMUNICADOS. Melhoramentos materiaes. **Publicador Maranhense**, folha oficial e diária, São Luiz, anno 23, n. 107, p. 2, Quinta feira, 12 maio 1864.

COMO nasce e como é o Parnaíba, um rio ameaçado (I). **Jornal da Manhã**, Teresina, ano 1, n. 40, 2º caderno, p. 8, quarta feira, 28 maio 1980.

CONSORCIOS. **O Aviso**, Picos, anno 1, n. 1, p. 2, 15 nov. 1910.

CORRESPONDÊNCIA do observador. **O Expectador**, Therezina, anno 2, n. 81, p. 4, Quarta-feira, 10 outubro 1860 p. 4.

D. AVELAR. **Notícias Acadêmicas**, Teresina, ano 1, n. 12, p. 1-8, dez. 1986.

DESEMBARGADOR João Gabriel Baptista. **O Estanhado**, União, anno III, n. 84, p. 1, 15 set. 1919.

DESEMBARGADOR João Gabriel. **Semana**, Parnaíba, ano 2, n. 60, p. 2, sabbado, 30 jul. 1911.

DESEMBARGADOR João Gabriel. **Semana**, Parnaíba, ano 2, n. 60, p. 2, 30 jul. 1911.

DEZEMBARGADOR João Gabriel Baptista. **O Estanhado**, União, anno III, n. 84, p. 1, 15 set. 1919.

DIVERSAS Notas IV. **Diario do Piauh**y, Teresina, anno 1, n. 115, p. 1, Sexta-feira, 21 jul. 1911.

DOCUMENTO Importante. **A Imprensa**, Theresina, anno 15, n. 637, p. 4, Sabbado, 24 abr. 1880.

DR. João Gabriel. **A Época**, Theresina, anno 2, n. 76, p. 4, 17 set. 1879.

DR. João Gabriel. **A Imprensa**, Theresina, anno 15, n. 608, p. 4, Quarta-feira, 10 set. 1879.

DR. José Luiz Baptista. **Semana**, Parnaíba, ano 1, n. 25, p. 2, 27 nov. 1910.

DR. José Luiz Baptista. **Semana**, Parnaíba, ano 1, n. 26, p. 2, 4 dez. 1910.

ECOS. **Notícias Acadêmicas**, Teresina, ano 4, n. 40, p. 1-8, abr. 1989.

ELEIÇÃO Provincial. **O Governista**, Oeiras do Piauhy, n. 22, p. 3-4, sábado, 26 fev. 1848.

ELEIÇÃO Provincial. **O Governista**, Oeiras do Piauhy, n. 23, p.3- 4, sábado, 4 mar. 1848.

ENLACE Silveira Filho – Esther Baptista. **A Imprensa**, Teresina, anno 3, n. 286, p. 3, Terça-feira, 30 ago. 1927.

EPIPHENÓMENO Rhapsódico. **Gazeta**, Teresina, ano 33, n. 1491, p. 4, Quarta-feira, 19 abr. 1944.

ESCANDALO. **A Época**, Theresina, anno 1, n. 15, p. 4, 13 jul. 1878.

ESCANDALO. **A Imprensa**, Theresina, anno 13, n. 550, p. 4, Quinta-feira,

18 jul. 1878.

ESTRADA velha de Caxias. **A Imprensa**, São Luiz, anno 2, n. 98, p. 2, Quinta feira, 9 dez. 1858.

FALLECIMENTOS. **O Estanhado**, União, anno III, n. 67, p. 4, 18 jan. 1919.

FESTA do Petit Club. **A Imprensa**, Teresina, anno 1, n. 13, p. 1, terça-feira, 15 set. 1925.

FESTAS. **O Apostolo**, Teresina, anno 3, n. 139, p. 3-4, 6 fev. 1910.

GABRIEL Baptista: desvendando os segredos da geografia do Piauí e do Brasil. **O DIA**, Teresina, ano 38, Caderno 2, p. 1, Sábado, 21 out. 1989.

GAZETILHA. **O Conservador** – Folha Politica e Industrial, Maranhão, anno 1, n. 3, p. 2, Terça-feira, 31 dez. 1858.

GRANDE Comicio. **Correio de Theresina**, Teresina, ano 4, p. 1, 4 abr. 1916.

GREMIO dos Simples. **Diario do Piauhhy**, Teresina, anno 2, n. 181, p. 1, quarta-feira, 21 ago. 1912.

HYDROGRAPHIA e Orographia do Estado do Piauhhy. **O Aviso**, Picos, anno 17, n. 146, p. 2, 30 nov. 1927.

INFORMAÇÃO. **A Imprensa**, Theresina, anno 15, n. 638, p. 3, Sexta-feira, 30 abr. 1880.

JAICÓS 14 de dezembro de 1879. **A Época**, Theresina, anno 3, n. 95, p. 3-4, 31 jan. 1880.

JUIZES de Direito II. **Diario do Piauhhy**, Teresina, anno 1, n. 112, p. 1, Terça-feira, 18 jul. 1911.

JUIZES Districtaes. **Diario do Piauhhy**, Teresina, anno 1, n. 111, p. 1, Domingo, 16 jul. 1911.

LIMITADA a matricula no colégio universitário. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano 29, n. 10.066, p. 1, segunda-feira, 19 fev. 1940.

LIVRO piauiense. **Notícias Acadêmicas**, Teresina, ano 2, n. 19, p. 1-8, jul. 1987.

LIVRO piauiense. **Notícias Acadêmicas**, Teresina, ano 4, n. 42, p. 1-8, jun. 1989.

MELHORAMENTOS materiaes da provincia. **O Observador**, Maranhão, anno 7, n. 317, p. 1, Segunda-feira, 21 abr. 1854.

MEZ de maio no Amparo. **A Imprensa**, Teresina, anno 1, n. 75, p. 4, sabado, 10 abr. 1926.

MINISTERIO da Justiça. **Jornal do Recife**, Recife, anno 19, n. 5, p. 1, Sabado, 8 jan. 1876.

MORRE o professor e acadêmico João Gabriel Baptista. **45 graus**, Teresina, 21 mar, 2010. Disponível em: <https://www.45graus.com.br/geral/morre-o-professor-e-academico-joao-gabriel-baptista>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MOVIMENTO de Passageiros. Entrados. **Publicador Maranhense**, folha official e diária, S. Luiz, anno 24, n. 214, p. 3, Sexta feira, 22 set.1865.

MOVIMENTO de Passageiros. Sahidos. **Publicador Maranhense**, folha Official e diária, S. Luiz, anno 26, n. 293, p. 3, Segunda-feira, 23 dez. 1867.

MOVIMENTO de Passageiros. Sahidos. **Publicador Maranhense**, folha official e diária, São Luiz, anno 20, n. 78, p. 3, Sabbado, 6 abr.1861.

MOVIMENTO de Passageiros. Sahidos. **Publicador Maranhense**, folha official e diária, S. Luiz, anno 21, n. 81, p. 3, Sabbado, 12 abr. 1862.

MOVIMENTO de Passageiros. Sahidos. **Publicador Maranhense**, folha Official e diária, S. Luiz, anno 26, n. 151, p. 2, Sexta-feira, 5 jul. 1867.

MUDANÇA na administração da província. **O Propagador**, Theresina, anno 2, n. 75, p. 3, Domingo, 3 jul. 1859.

NEGOCIOS de Jaicós. **A Época**, Theresina, anno 2, n. 74, p. 1, 30 ago. 1879.

NEGOCIOS de Jaicós. **A Imprensa**, Theresina, anno 15, n. 614, p. 2-3, Sabbado, 18 out. 1879.

NOIVADOS. **A Imprensa**, Theresina, anno 2, n. 281, p. 3, sabbado, 13 ago. 1927.

NOMEAÇÃO. **A Imprensa**, Theresina, anno 17, n. 698, p. 6, Sabbado, 27 ago. 1881.

NOTAS e Commentarios I. **O Apostolo**, Theresina, anno 6, n. 272, p. 1, 6 out. 1912.

NOTICIARIO. **A Imprensa**, Periodico Politico, Theresina, anno 1, n. 49, p. 2, Sabbado, 30 jun. 1866.

NOTICIÁRIO. **Notícias Acadêmicas**, Theresina, ano 2, n. 13, p. 1-4, jan. 1987.

NOTICIÁRIO. **Notícias Acadêmicas**, Theresina, ano 3, n. 27, p. 1-8, mar. 1988.

NOTICIÁRIO. **Notícias Acadêmicas**, Theresina, ano 3, n. 30, p. 1-8, jun. 1988.

NOTICIÁRIO. **Notícias Acadêmicas**, Theresina, ano 3, n. 38, p. 1-8, fev. 1989.

NOTICIÁRIO. **Notícias Acadêmicas**, Theresina, ano 4, n. 41, p. 1-8, maio. 1989.

NOTICIARIO. Sociedade. **Publicador Maranhense**, folha diária, S. Luiz, anno 22, n. 98, p. 2, Sexta-feira, 1 maio 1863.

NOTICIAS e factos diversos. [...] Caxias. **O Seculo**, Maranhão, anno 1, n. 4, p. 2-3, Sexta-feira, 17 dez. 1858.

NOTÍCIAS telegraphicas. **Estado do Piauhý**, Theresina, anno 1, n. 24, p. 4, 9 mar. 1890.

O BAILE dos Diarios. **A Imprensa**, Teresina, anno 1, n. 6, p. 4, sabbado, 29 ago. 1925.

O DR. João Gabriel Baptista. **A Época**, Theresina, anno 7, n. 297, p. 1-2, 21 mar. 1884.

O PIAUHY Intellectual. **Diario do Piauhý**, Teresina, anno 2, n. 117, p. 1, Quinta-feira, 6 jun. 1912.

O PIAUIENSE. Verbetes Piauienses. **O DIA**, ano 15, n. 1808, Teresina, 26 mar. 1966.

O QUE o sr. Euripides podia fazer I. **Jornal de Notícias**, Teresina, ano 1, n. 39, p. 1, 23 maio 1918.

O QUE o sr. Euripides podia fazer II. **Jornal de Notícias**, Teresina, ano 1, n. 39, p. 1, 26 maio 1918.

O QUE o sr. Euripides podia fazer III. **Jornal de Notícias**, Teresina, ano 1, n. 41, p. 1, 30 maio 1918.

O SR. dr. João Gabriel Baptista. **A Época**, Theresina, anno 7, n. 289, p. 2-3, 25 jan. 1884.

O SR. dr. João Gabriel Baptista. **A Época**, Theresina, anno 7, n. 290, p. 1, 1 fev. 1884.

O SR. dr. João Gabriel. **A Época**, Theresina, anno 7, n. 286, p. 2, 5 jan. 1884.

OEIRAS 6 de Outubro de 1880. **A Imprensa**, Theresina, anno 16, n. 659, p. 4, Sabbado, 16 out. 1880.

OEIRAS, 7 de outubro de 1880. **A Época**, Theresina, anno 3, n. 133, p. 3, 6 nov. 1880.

OFFÍCIOS. **A Imprensa**, Theresina, anno 13, n. 540, p. 1, Domingo, 28 abr.

1878.

OLIVEIRA, Caroline. Morre o engenheiro e escritor João Gabriel Baptista aos 89 anos. **Cidade Verde**. Teresina, 21 mar. 2010. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/55187/morre-o-engenheiro-e-escriptor-joao-gabriel-baptista-aos-89-anos>. Acesso em: 17 nov. 2021.

OLSON, David Louis. O último segredo do Parnaíba. **Revista Manchete**, n. 1346, p. 63-68, Rio de Janeiro, 4 fev. 1978.

PARTE Official. Governo da Provincia. **O Piauihy**, Órgão do Partido Conservador, Theresina, anno 3, n. 91, p. 2, 16 jul. 1869.

PARTE Official. Governo da Provincia. **Publicador Maranhense**, Folha Official, Politica, Litteraria, e Commercial, Maranhão, anno 10, n. 1200, p. 1-2, Quinta feira, 18 dez. 1851.

PARTE Official. Governo da Provincia. **Publicador Maranhense**, Folha Official, Politica, Litteraria, e Commercial, Maranhão, anno 8, n. 923, p. 1, Sabbado, 16 fev. 1850.

PARTE Official. Governo da Provincia. **Publicador Maranhense**, Folha Official, Politica, Litteraria, e Commercial, Maranhão, anno 12, n. 1530, p. 1, Sexta-feira, 12 maio 1854.

PARTE Official. Governo da Provincia. **Publicador Maranhense**, Folha Official e Diaria, São Luiz, anno 18, n. 98, p. 1, Segunda feira, 2 maio 1859.

PARTE Official. Governo da Provincia. **Publicador Maranhense**, Folha Official e Diaria, Maranhão, anno 16, n. 84, p. 1, Quinta feira, 15 abr. 1858.

PARTE Official. Governo da Provincia. **Publicador Maranhense**, Folha Official e Diaria, São Luiz, anno 18, n. 98, p. 1, Segunda feira, 2 maio 1859.

PARTE Official. Governo da Provincia. **Publicador Maranhense**, Folha Official e Diaria, Maranhão, anno 16, n. 84, p. 1, Quinta feira, 15 abr. 1858.

PASSAGEIROS. **Jornal do Recife**, Recife, anno 12, n. 58, p. 2, Sabbado, 12 mar. 1870.

PELO Fóro. **A Imprensa**, Teresina, anno 1, n. 94, p. 4, Quinta-feira, 27 maio. 1926.

PIAUHY. [...] Chapa do Partido Liberal (1) para Deputados Provinciaes n Piauhy. **Brado de Caxias** – Throno e Liberdade, Caxias, anno 1, n. 10, p. 2-3, 25 out. 1845.

PIAUHY. Votação para deputados provinciaes. Supplentes. **O Observador**, Maranhão, anno 3, n. 125, p. 4, Quinta-feira, 25 out. 1849.

PICOS. **A Época**, Theresina, anno 1, n. 26, p. 4, 28 set. 1878.

PICOS. **A Imprensa**, Theresina, anno 14, n. 561, p. 4, Sexta-feira, 4 out. 1878.

PORTARIAS. **A Imprensa**, Theresina, anno 15, n. 645, p. 2, Sabbado, 19 jun. 1880.

PRESIDENCIA da Provincia. **O Telegrafo**, Oeiras do Piauhy, n. 73, p. 3, Quinta feira, 30 jul. 1840.

PROTESTO. **A Época**, Theresina, anno 3, n. 100, p. 4, 13 mar. 1880.

PROTESTO. **A Imprensa**, Theresina, anno 15, n. 617, p. 2-3, Sabbado, 15 nov. 1879.

PROTESTO. **A Imprensa**, Theresina, anno 21, n. 914, p. 1-2, Segunda-feira, 26 abr. 1886.

PUBLICAÇÕES geraes. **A Imprensa**, Orgão do Partido Liberal, Theresina, anno 5, n. 219, p. 1, Quarta-feira, 29 set. 1869.

PUBLICAÇÕES geraes. Attenção. **O Piauhy**, Orgão do Partido Conservador, Theresina, anno 3, n. 102, p. 3-4, Quarta-feira, 22 set. 1869.

RECREIO Familiar. **A Imprensa**, Theresina, anno 15, n. 617, p. 4, Sabbado, 15 nov. 1879.

RELAÇÃO dos juizes de direito do Estado, segundo a ordem de suas antiguidades, até 31 de dezembro de 1910. **Diario do Piauhy**, Teresina, anno 1, n. 29, p. 3, Quinta-feira, 30 mar. 1911.

REMOÇÃO. **Estado do Piauhy**, Theresina, anno 1, n. 29, p. 4, 23 mar. 1890.

REVISTA DA ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. Teresina, 60º aniversário, 1979.

SAID, Carlos. João Gabriel Baptista. **MEIO NORTE**, Teresina, ano 15, n. 6480, p. 2, Quarta-feira, 21 abr. 2010.

S. GONÇALO. Obtiverão votos para eleitores. **A Aurora** – Folha Política e Commercial, Caxias, anno 1, n. 32, p. 4, Quinta feira, 16 ago. 1849.

S. GONÇALO. Obtiverão votos para eleitores. **O Estandarte**, v. 2, n. 16, p. 1, Sexta feira, 7 set. 1849.

THERESINA, 13. **Semana**, Parnaíba, ano 2, n. 76, p. 2, 19 nov. 1911.

THERESINA, 28. **Aviso**, Picos, ano 7, n. 88, p. 2, 15 mar. 1918.

THEREZINA, 4. **Semana**, Parnahyba, anno 1, n. 53, p. 1, 11 jun. 1911.

THEREZINA, 5. **Semana**, Parnahyba, anno 1, n. 53, p. 1-2, 11 jun. 1911.

THESOURARIA de fazenda. **A Época**, Theresina, anno 1, n. 1, p. 2, 8 abr. 1878.

TRIBUNAL de Justiça. **Diario do Piauhy**, Teresina, anno 1, n. 2, p. 3, Sabado, 25 fev. 1911.

TRIBUNAL de Justiça. **Diario do Piauhy**, Teresina, anno 1, n. 34, p. 2, Quarta-feira, 5 abr. 1911.

TRIBUNAL de Justiça. **O Piauhy**, Theresina, anno 5, n. 221, p. 2, 22 ago. 1895.

VALENÇA 13 de junho de 1889. **A Imprensa**, Theresina, anno 24, n. 1079,

p. 2, Terça-feira, 2 jul. 1889.

VALENÇA 23 de junho de 1883. **A Imprensa**, Teresina, anno 19, n. 786, p. 5, Sabbado, 11 ago. 1883.

VARIAS Noticias. **Diario do Piauh**y, Teresina, anno 2, n. 160, p. 1, 27 jul. 1912.

VARIAS Noticias. **Diario do Piauh**y, Teresina, anno 2, n. 219, p. 2, sabba-do, 5 out. 1912.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1809, 27, 28 mar. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1811, 30 mar. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1812, 31 mar. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1814, 2 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1815, 3, 4 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1816, 5 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1817, 6 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1819, 10, 11 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1820, 12 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1824, 16 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1825, 17, 18 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1826, 19 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1827, 20 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1829, 23 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1830, 24, 25 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1831, 26 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1832, 27 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1833, 28 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1834, 29 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1835, 30 abr. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1836, 1, 2 maio. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1838, 4 maio. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1840, 6 maio. 1966.

VERBETES Piauienses. **O DIA**, Teresina, ano 15, n.1843, 11 maio. 1966.

XIX. MUNICÍPIO de S. José das Cajazeiras. Freguesia de San' José das Cajazeiras (Villa). [...] Creadores de gado. **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial**, São Luís, n. 8, p. 233, 240, 1865.

XIX. MUNICÍPIO de S. José das Cajazeiras. Freguesia de San' José das Cajazeiras (Villa). [...] Creadores de gado. **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial**, São Luís, n. 9, p. 263, 272, 1865.

XIX. MUNICÍPIO de San' José dos Mattões. Freguesia de San' José dos Mattões, (Villa). [...] Creadores de gado. **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial**, São Luís, n. 7, p. 241, 249, 1864.

XVIII. MUNICIPIO de Caxias. Cidade de Caxias. [...] Casas de negocio, de seccos, molhados e fazendas. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial**, São Luís, n. 1, p. 305, 331-332, 1860.

XVIII. MUNICIPIO de Caxias. Cidade de Caxias. [...] Casas de negocio. **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial**, São Luís, n. 7, p. 218, 228-229, 1864.

XVIII. MUNICIPIO de Caxias. Cidade de Caxias. [...] Casas de negocio. **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial**, São Luís, n. 8, p. 208, 220-221, 1865.

XVIII. MUNICIPIO de Caxias. Cidade de Caxias. [...] Criadores de gado. **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial**, São Luís, n. 3, p. 305, 393, 1860.

XVIII. MUNICIPIO de Caxias. Cidade de Caxias. [...] Proprietarios e capitalistas. **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial**, São Luís, n. 3, p. 305, 337-338, 1860.

Literárias escritas por João Gabriel Baptista (1920 – 2010)

Contos

BAPTISTA, João Gabriel. **A Cigarreira**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **A Conquistadora conquistada**. Teresina: [s. n.], 1939.

BAPTISTA, João Gabriel. **A moça de azul**. Teresina: [s. n.], 1939.

BAPTISTA, João Gabriel. **A Prova**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **A quadrilha do vale**. Teresina: [s. n.], [19--].

BAPTISTA, João Gabriel. **Amor Súbito**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **Mania de Estrelato**. Teresina: [s. n.], 1939.

BAPTISTA, João Gabriel. **Nossa pensão**. Teresina: [s. n.], [19--].

BAPTISTA, João Gabriel. **O Assassino de Arquibaldo**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **O assassino supersticioso**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **O aviador e a rancheira**. Teresina: [s. n.], [19--].

BAPTISTA, João Gabriel. **O Crime do Castello**. Teresina: [s. n.], [19--].

BAPTISTA, João Gabriel. **O crime extraordinário**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **O criminoso de Londres**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **O espírito da casa silenciosa**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **O que pode o amor**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **O rapto de Josefina**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **O signo da Morte**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **O Testamento**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **Os assassinos de Anne**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **Os mistérios da casa verde**. Teresina: [s. n.], 1944.

BAPTISTA, João Gabriel. **Talhados um para o outro**. Teresina: [s. n.], 1939.

BAPTISTA, João Gabriel. **Uma Dupla de Repórteres**. Teresina: [s. n.], 1939.

BAPTISTA, João Gabriel. **Vingança**. Teresina: [s. n.], 1944.

Poema

BAPTISTA, João Gabriel. **Primeiro Encontro**. Teresina: [s. n.], 1948.

Romances

BAPTISTA, João Gabriel. **Eu amo a minha irmã**. Teresina: [s. n.], 1941.

BAPTISTA, João Gabriel. **O Senhor X...** Teresina: [s. n.], 1977.

BAPTISTA, João Gabriel. **A Dama da Mantilha.** Teresina: [s. n.], 1940.

BAPTISTA, João Gabriel. **A Herança do Português.** Teresina: [s. n.], 1940.

BAPTISTA, João Gabriel. **Abre-se a Empanada.** Teresina: [s. n.], 1940.

BAPTISTA, João Gabriel. **Cinco Mulheres.** Teresina: [s. n.], 1940.

BAPTISTA, João Gabriel. **Compra de um coração.** Teresina: [s. n.], 1940.

BAPTISTA, João Gabriel. **Conquista de um homem.** Teresina: [s. n.], 1940.

BAPTISTA, João Gabriel. **Depois de cinco anos...** Teresina: [s. n.], 1940.

BAPTISTA, João Gabriel. **Mulher Proibida.** Teresina: [s. n.], 1940.

BAPTISTA, João Gabriel. **O Anel e a Caveira.** Teresina: [s. n.], 1957.

BAPTISTA, João Gabriel. **O pajem da Condessa.** Teresina: [s. n.], 1940.

BAPTISTA, João Gabriel. **Os dois Jins.** Teresina: [s. n.], 1976.

Livros de Memória

BRITTO, Antonio Bugyja. **Narrativas autobiográficas.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1977.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória, Livro 1:** rumo a cidade nascente. Florianópolis: [s. n.], 1993.

Memorial de Escotismo (Diário de Escoteiro)

BAPTISTA, João Gabriel. **Caderno do Curso da Escola de Chefes da Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar.** [S. l.: s. n.], 1943.

Obras Acadêmico-Científicas de autoria de João Gabriel Baptista (1920 – 2010)

BAPTISTA, João Gabriel. **A Origem do Rio Pamaíba (uma tese)**. Teresina: EDUFPI, 1987.

BAPTISTA, João Gabriel. **Etnohistória indígena piauiense**. Teresina: COMEPI, 1994.

BAPTISTA, João Gabriel. **Geografia Física do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1975.

BAPTISTA, João Gabriel. **Mapas geohistóricos do Piauí**. Teresina: Projeto Petrônio Portela/COMEPI, 1986.

BAPTISTA, João Gabriel. **Nascentes de um rio**. Teresina: J. Diniz, 1971.

BAPTISTA, João Gabriel. **Resumo Corográfico do Estado do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1971.

BAPTISTA, João Gabriel. **Vulcões do Brasil**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1951.

Obras Técnico-Científicas Não Publicadas e/ou Incompletas de autoria de João Gabriel Baptista

BAPTISTA, João Gabriel. **Biomias Piauienses**. [S. l.: s. n.], [198-].

BAPTISTA, João Gabriel. **Geografia Geral do Piauí**. [S. l.: s. n.], 1984.

BAPTISTA, João Gabriel. **Potencial e Similaridade**: um ensaio de Geografia Econômica. [S. l.: s. n.], [197-].

BAPTISTA, João Gabriel. **Problemas Cartográficos**. [S. l.: s. n.], [198-].

BAPTISTA, João Gabriel. **Projeções Azimutais**. [S. l.: s. n.], 1977.

BAPTISTA, João Gabriel. **Relatório viagem às nascentes do rio Parnaíba**. [S. l.: s. n.], [198-].

BAPTISTA, João Gabriel. **Uma idéia**: barragens submersas do rio Poty. [S. l.: s. n.], 1984.

BAPTISTA, João Gabriel. **Vales Piauienses**. [S. l.: s. n.], 1983.

BAPTISTA, João Gabriel. **O Piauí rodoviário**. [S. l.: s. n.], 1967.

Prefácios de Obras

BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. Apresentação. *In*: BAPTISTA, João Gabriel. **Mapas geohistóricos do Piauí**. Teresina: Projeto Petrônio Portela/COMEPI, 1986. p. 1-2.

CERQUEIRA, Manfredi Mendes de. A palavra da Academia Piauiense de Letras. *In*: FERNANDES NETO, Otoniel. **Viagem Pictórica pelo Rio Parnaíba**. Brasília: Edição do Autor, 2006. p. V.

FAÇANHA, Antônio Cardoso; SOUSA, Mário Ângelo de Meneses. Apresentação. *In*: _____. (org.). **Indicações Geográficas e temas em foco**. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 10.

NUNES, Manoel Paulo. Uma raça extinga: prefácio da 2ª edição. *In*: BAPTISTA, João Gabriel. **Etnohistória indígena piauiense**. 2 ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2009. (Coleção Grandes Temas, v. 2). p. 7- 8.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Baptista: Geografia da Água e do Fogo. *In*: FAÇANHA, Antônio Cardoso; SOUSA, Mário Ângelo de Meneses (org.). **Indicações Geográficas e temas em foco**. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 14.

SILVEIRA FILHO, José Camilo da. Apresentação. *In*: BAPTISTA, João Gabriel. **Geografia Física do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1975.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM MINION E IMPRESSA PARA A
EDITORA CANCIONEIRO EM JUNHO DE 2023.